

IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E COMPORTAMENTO ELEITORAL

FACTORES ESTRUTURAIS, ATITUDES E MUDANÇAS NO SENTIDO DE VOTO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E COMPORTAMENTO ELEITORAL
FACTORES ESTRUTURAIS, ATITUDES E MUDANÇAS NO SENTIDO DE VOTO

RUI JORGE DA SILVA ANTUNES

COIMBRA • 2008

Dissertação, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia, na especialidade de Psicologia Social, efectuada sob a orientação científica do Prof. Doutor Valentim Rodrigues Alferes.



Projecto apoiado pelo PRODEP III
Medida 5.3 — Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior
Aprovado no Concurso nº 1/ 5.3/PRODEP/2003

PREÂMBULO	13
------------------------	----

PARTE I — ESTUDOS TEÓRICOS

CAPÍTULO I — MODELOS TEÓRICOS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL	19
---	----

1.1 O MODELO SOCIOLÓGICO	19
1.1.1 <i>Homogenidade política dos grupos sociais</i>	21
1.1.2 <i>Activação, reforço e conversão</i>	22
1.1.3 <i>Transmissão social das escolhas políticas</i>	23
1.1.4 <i>Percepção e diferenciação política</i>	24
1.1.5 <i>Prática e teoria democrática</i>	25
1.1.6 <i>Clivagens sociais</i>	26
1.2 O MODELO PSICOSSOCIAL	28
1.2.1 <i>Identificação partidária</i>	28
1.2.2 <i>O funil de causalidade</i>	30
1.2.3 <i>Factores proximais e distais</i>	31
1.3 A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL	33
1.3.1 <i>Maximização da utilidade da acção</i>	34
1.3.2 <i>Consistência</i>	35
1.3.3 <i>Incerteza</i>	36
1.3.4 <i>Representação espacial</i>	37
1.3.5 <i>Voto útil</i>	38

CAPÍTULO II — CONTROVÉRSIAS NO ESTUDO DO COMPORTAMENTO ELEITORAL	43
---	----

2.1 PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	43
2.1.1 <i>Como medir a participação eleitoral?</i>	44
2.1.2 <i>O puzzle da participação eleitoral</i>	47
2.1.3 <i>Caracterização dos abstencionistas</i>	49
2.2 MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO	51
2.2.1 <i>Desalinhamento</i>	52
2.2.2 <i>Realinhamento</i>	54
2.2.3 <i>Questões metodológicas: dados agregados ou individuais?</i>	57
2.3 INFORMAÇÃO E DECISÃO ELEITORAL	59
2.3.1 <i>Informação e comportamento eleitoral</i>	61
2.3.2 <i>O papel da comunicação social</i>	63
2.4 DETERMINANTES DO VOTO	65
2.4.1 <i>Factores distais</i>	66
2.4.2 <i>Factores proximais</i>	69

2.5	A INFLUÊNCIA DA DIVISÃO E DO EQUILÍBRIO DE PODERES NO COMPORTAMENTO ELEITORAL	73
2.6	IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	75
2.6.1	<i>Críticas e limites ao papel da identificação partidária</i>	75
2.6.2	<i>Identificação partidária e identidade social</i>	77
CAPÍTULO III — IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E IDENTIDADE SOCIAL		79
3.1	CATEGORIZAÇÃO SOCIAL	81
3.1.2	<i>Assimilação intracategorial e discriminação intercategorial</i>	81
3.1.3	<i>Autocategorização</i>	85
3.2	IDENTIFICAÇÃO SOCIAL	88
3.2.1	<i>Aquisição de esquemas e estereótipos</i>	88
3.2.2	<i>Motivação para a auto-estima</i>	91
3.3	COMPARAÇÃO SOCIAL	92
3.3.1	<i>Mudança e mobilidade social</i>	94
3.3.2	<i>Influência informacional de referência</i>	96
3.3.3	<i>Variabilidade do endogrupo</i>	97
3.4	IDENTIDADE SOCIAL E PERSUAÇÃO	99
3.5	IDENTIDADE SOCIAL E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	100
3.5.1	<i>Dos grupos de referência à autocategorização</i>	100
3.5.2	<i>Identificação partidária e autocategorização</i>	101
3.5.3	<i>Autocategorização e definição do campo político eleitoral do sujeito</i>	104

PARTE II — ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO IV — METODOLOGIA GERAL		109
4.1	PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM	109
4.1.1	<i>Universo</i>	109
4.1.2	<i>Seleção da amostra</i>	112
4.2	ESTRUTURA E CONTEÚDOS DO QUESTIONÁRIO	113
4.2.1	<i>Identificação e dados sócio-demográficos</i>	113
4.2.2	<i>Atitudes e valores políticos</i>	114
4.2.3	<i>Caracterização dos partidos políticos parlamentares</i>	114
4.2.4	<i>Comportamento político</i>	115
4.3	RECOLHA DE INFORMAÇÃO, TAXAS DE RESPOSTA E PRECISÃO DAS ESTIMATIVAS	117
4.3.1	<i>Recolha da informação</i>	117
4.3.2	<i>Taxas de resposta</i>	119
4.3.3	<i>Precisão das estimativas</i>	121
4.4	PARTICIPANTES	122
4.5	VARIÁVEIS E INDICADORES	124
4.5.1	<i>Identificação partidária</i>	124
4.5.2	<i>Campo político eleitoral</i>	127
4.5.3	<i>Alienação política</i>	130
4.5.4	<i>Atitudes e valores políticos</i>	134
4.5.5	<i>Percepção social dos partidos políticos</i>	142

CAPÍTULO V — IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E OPÇÃO DE VOTO	145
5.1 OBJECTIVOS, HIPÓTESES E MEDIDAS	145
5.2 RESULTADOS	151
5.2.1 <i>Estabilidade nas opções eleitorais</i>	151
5.2.2 <i>Identificação partidária e opção de voto</i>	156
5.2.3 <i>Tempo da decisão eleitoral</i>	165
5.2.4 <i>Motivos para a decisão eleitoral</i>	168
5.2.5 <i>Identificação partidária e definição do campo político eleitoral</i>	180
5.2.6 <i>Campo político eleitoral dos sujeitos que se identificam com partidos políticos</i>	195
5.3 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	201
CAPÍTULO VI — GRUPOS SOCIAIS E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	211
6.1 OBJECTIVOS, HIPÓTESES E MEDIDAS	211
6.2 RESULTADOS	215
6.2.1 <i>Identificação partidária e grupos etários</i>	216
6.2.2 <i>Identificação partidária e género</i>	222
6.2.3 <i>Identificação partidária e escolaridade</i>	226
6.2.4 <i>Identificação partidária e classe social</i>	229
6.2.5 <i>Identificação partidária e religiosidade</i>	239
6.2.6 <i>Percepção da ligação de outros grupos sociais aos partidos políticos</i>	242
6.2.7 <i>Associação dos grupos sociais e profissionais em função da avaliação da sua ligação aos partidos políticos</i>	247
6.3 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	249
CAPÍTULO VII - IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E AVALIAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS	257
7.1 OBJECTIVOS, HIPÓTESES E MEDIDAS	257
7.2 RESULTADOS	260
7.2.1 <i>Percepção dos partidos políticos face a valores a atitudes políticas</i>	260
7.2.2 <i>Representação dos partidos políticos através de escalas de diferencial semântico</i>	277
7.3 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	294
CAPÍTULO VIII - CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DOS SUJEITOS E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	301
8.1 OBJECTIVOS, HIPÓTESES E MEDIDAS	301
8.2 RESULTADOS	307
8.2.1 <i>Identificação partidária e eficácia política</i>	307
8.2.2 <i>Identificação partidária e confiança política</i>	309
8.2.3 <i>Identificação partidária e autoritarismo</i>	312
8.2.4 <i>Identificação partidária e religiosidade</i>	315
8.2.5 <i>Identificação partidária e conservadorismo social</i>	317
8.2.6 <i>Identificação partidária e liberalismo económico</i>	320
8.2.7 <i>Identificação partidária, atitudes, valores e comportamento eleitoral</i>	321
8.3 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	333
CONCLUSÕES GERAIS	343

ANEXOS	355
ANEXO 1 - DADOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS DA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS.....	357
ANEXO 2 - PLANO DE AMOSTRAGEM	361
ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO.....	367
ANEXO 4 - ESTRUTURA DA BASE DE DADOS	379
ANEXO 5 - ESTUDO PRELIMINAR PARA ADAPTAÇÃO DE ESCALAS DE VALORES E ATITUDES.....	423
ANEXO 6 - GUIÃO PARA INÍCIO DA ENTREVISTA	459
ANEXO 7 - APRESENTAÇÃO DO ESTUDO.....	463
ANEXO 8 - CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA POR SEXO, GRUPOS ETÁRIOS, ESTADO CIVIL, ESCOLARIDADE, GRUPO OCUPACIONAL E RELIGIOSIDADE	467
ANEXO 9 - RESULTADOS ELEITORAIS NA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS (1995-2001).....	471
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	475
ÍNDICE DE QUADROS	495
ÍNDICE DE FIGURAS	507

PREÂMBULO

Um dos pontos mais controversos da investigação do comportamento eleitoral é a explicação das razões que levam os sujeitos a alterar a sua opção de voto de uma eleição para outra. Os estudos que tomam como referente teórico a *abordagem sociológica* (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954; Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1944; Lipset & Rokkan, 1967) ou a *abordagem psicossocial* (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Miller & Shanks, 1996) fornecem uma explicação consistente para a estabilidade das opções eleitorais, mas revelam-se bastante frágeis no esclarecimento das razões que levam alguns eleitores a votar de forma diferente em eleições consecutivas. Por sua vez, as abordagens no quadro da *teoria da escolha racional* (Arrows, 1986; Buchanam & Tullock, 2001; Downs, 1957), embora forneçam pistas interessantes para a compreensão das flutuações no comportamento eleitoral, revelam-se insuficientes quando se trata de explicar o facto de uma considerável maioria de eleitores votar com uma assinalável estabilidade.

A investigação que aqui se apresenta pretende contribuir para a explicação do comportamento de alteração da opção de voto, revendo o conceito central da abordagem psicossocial – a *identificação partidária* – à luz dos estudos actuais da identidade social. De modo mais explícito, procuraremos mostrar, teórica e empiricamente, que a reconceptualização do conceito de identificação partidária permite explicar as situações em que ocorrem mudanças no comportamento eleitoral, mantendo as potencialidades do modelo psicossocial na compreensão da estabilidade das opções de voto.

Na sua acepção tradicional, o conceito de identificação partidária pressupõe que os sujeitos se identificam com um partido se pensarem em si próprios como sendo desse partido. A ênfase não é colocada na identificação com os partidos enquanto organizações políticas, mas no grupo “*pessoas que se identificam com o partido X*” enquanto grupo social:

Partisanship was conceptualized as a psychological identification with a party. (...) As thus conceived, partisans are partisans because they think they are partisans. They are not necessarily partisan because they vote like partisans, or think like a partisan, or register as a partisan, or because someone else think they are a partisan. In a strict sense, they are not even partisan because they like one party more than another. Partisanship as party

identification is entirely a matter of self-definition (Campbell, Munro, Alford, & Campbell, 1986).

Esta forma de conceber a identificação partidária foi decalcada do conceito de grupo de referência (Hyman & Singer, 1968; Merton & Kitt, 1950) – paradigma da investigação sobre grupos conduzida pela psicologia social em meados do século passado –, que enfatizava, exactamente, essa pertença subjectiva. Igualmente relevante nesta adaptação da investigação da psicologia social ao estudo do comportamento eleitoral foi a ideia de socialização antecipatória, introduzida por Merton e Kitt (1950) para definir as situações em que os sujeitos escolhiam um grupo de referência ao qual não pertenciam, começando a agir de acordo com aquilo que percepcionavam como sendo as normas desse grupo.

A importância desta perspectiva da identificação partidária como pertença subjectiva a um grupo é melhor compreendida se considerarmos que o modelo psicossocial do comportamento eleitoral se afirmou como resposta às dificuldades do modelo sociológico (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954; Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1944) em articular a influência da pertença efectiva a grupos sociais com a intervenção de factores proximais. O modelo sociológico, embora forneça uma explicação plausível para o facto de a maioria das pessoas de um grupo social votar de uma determinada forma, não consegue explicar, de modo igualmente plausível, a razão pela qual pessoas pertencentes a determinados grupos sociais não votam de acordo com a opção maioritária entre os membros desses grupos. Ao deslocar o foco da pertença objectiva para a pertença subjectiva, situando a definição da identidade partidária na interacção entre factores sociais distais e variáveis proximais, Campbell et al. (1960) resolveram este problema de forma bastante eficaz.

No entanto, o papel decisivo da identificação partidária na definição das opções de voto é contestado, porque se verifica que, contrariamente ao que o modelo psicossocial preconiza, em cada eleição, um número significativo de eleitores vota num partido diferente daquele com que se identifica. De uma forma geral, estas críticas usam argumentos que se fundamentam na teoria da escolha racional (Downs, 1957), abordagem centrada apenas na influência de variáveis eleitorais proximais, nomeadamente as de natureza económica.

É, pois, neste contexto, que nos propomos reconceitualizar o conceito de identificação partidária recorrendo à abordagem que a psicologia social faz actualmente da identidade social para sustentar a hipótese geral de que as alterações pontuais que se verificam nas opções eleitorais dos votantes não são imprevisíveis, mas susceptíveis de antecipação em

função da sua identificação partidária. Pretendemos mostrar que as limitações do conceito tradicional de identificação partidária radicam na sua concepção como entidade cognitiva estável e não como um processo de autocategorização, dinâmico e reactivo a mudanças no contexto, em que coexistem e se articulam entre si diferentes níveis de uma mesma identidade social (Oakes, 1987; 2003; Reynolds, Turner, & Haslam, 2003; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Dito de outro modo, procuraremos mostrar que o modelo psicossocial é um instrumento teórico que permite explicar não apenas os motivos pelos quais os eleitores votam de forma estável num partido político, mas, também, a razão pela qual mudam a sua opção de voto e, quando isso ocorre, porque mudam o seu voto para um determinado partido e não para outro.

Na primeira parte da dissertação, fazemos uma revisão desta problemática, começando por expor os fundamentos e as linhas de continuidade teórica (Capítulo I), assim como as principais divergências e controvérsias entre os grandes modelos explicativos do comportamento eleitoral (Capítulo II). Por último, no Capítulo III, apresentamos o quadro teórico que subjaz aos estudos empíricos apresentados na segunda parte da dissertação, fazendo uma integração dos problemas colocados pelo comportamento eleitoral com os pressupostos teóricos das teorias da identidade social, expondo de forma mais pormenorizada as características da identificação partidária, conceptualizada como uma instância da identidade política do sujeito, explicitando o quadro teórico que subjaz à investigação empírica que se apresenta na Parte II desta dissertação.

A segunda parte é constituída por cinco capítulos: *um* dedicado à explicitação das questões de metodologia geral; e *quatro* dedicados a estudos empíricos que pretendem examinar relações de interdependência entre a identidade partidária e o comportamento político de eleitores portugueses, bem como analisar características estruturais desta variável. No Capítulo IV, descrevemos os procedimentos de amostragem, a estrutura e os conteúdos do questionário, o modo de recolha de dados, os participantes e as variáveis e indicadores usados nos estudos empíricos. No Capítulo V — que constitui o ponto central deste trabalho —, analisamos em pormenor as relações entre a identificação partidária e o comportamento de voto dos sujeitos da nossa amostra. O objectivo principal é o de apresentar um modelo teórico que concebe a identificação partidária como parte da estrutura de um *campo político eleitoral* que organiza os partidos políticos, não apenas numa identidade partidária central, mas, também, em zonas de identidade partidária competitiva, de identidades partidárias secundárias e uma zona de exclusão. A validação deste modelo é feita com base no confronto com os dados relativos ao comportamento de

voto dos sujeitos nas eleições legislativas realizadas entre 1999 e 2005. Nos capítulos subsequentes, tentaremos testar o modelo, observando, nomeadamente, a forma como variáveis ligadas à avaliação e à representação política se articulam com a definição do campo político eleitoral. Assim, no Capítulo VI, analisamos as relações entre a identificação partidária e alguns grupos sociais que a literatura tem evidenciado como relevantes para o comportamento eleitoral, tentando mostrar a existência de uma representação das relações entre grupos sociais e partidos que se estrutura de forma compatível com a existência de um campo político eleitoral onde se organizam, de forma dinâmica e reactiva ao contexto, as categorias — i. e., os partidos políticos —, que estão acessíveis aos sujeitos no processo de categorização. No Capítulo VII, estudamos a forma como os eleitores avaliam os partidos políticos, quer quando usam critérios de natureza explicitamente política — autoritarismo, conservadorismo social, liberalismo económico, religiosidade, posição no eixo esquerda/direita —, quer quando usam indicadores mais abstractos, relacionados com campos semânticos que representam a dimensão conotativa da sua relação com esses grupos: bom/mau, firme/condescendente, forte/fraco, justo/injusto, activo/passivo, dinâmico/estático. No Capítulo VIII, tentamos estabelecer relações entre a forma como os sujeitos se avaliam em relação a um conjunto de atitudes e valores de natureza política — confiança e eficácia política, autoritarismo, religiosidade, conservadorismo social e liberalismo económico — e o modo como organizam o seu campo político eleitoral, evidenciando a compatibilidade entre estes dois níveis. A dissertação encerra com uma secção dedicado às conclusões gerais. No final, são apresentados vários anexos que constituem documentos relacionados com as investigações empíricas realizadas.

Sem esquecermos todos aqueles que directa e indirectamente contribuíram para a realização desta investigação, queríamos deixar aqui uma palavra de agradecimento ao Prof. Doutor Valentim Rodrigues Alferes, orientador desta dissertação, pelos comentários, críticas e acompanhamento que manteve ao longo deste projecto, bem como aos meus colegas Susana Gonçalves, José Pedro Silva, Isabel Calado, João Vaz, Sara Meireles, Joana Fernandes, Cristina Faria e Ana Coelho pelo apoio e incentivo que nos deram

PARTE I

Estudios Teóricos

CAPÍTULO I — MODELOS TEÓRICOS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

O estudo científico do comportamento eleitoral é marcado por três grandes escolas de investigação: o modelo sociológico, frequentemente identificado como Escola de Columbia, com a principal referência no *Bureau of Applied Social Research* da Universidade de Columbia, cujos trabalhos se iniciam com a publicação do livro *The People's Choice* (Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1944)¹ e que se centra no estudo da influência dos factores sociais; O modelo psicossocial, também identificado como Escola de Michigan, que tem como referência principal o trabalho de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960) — *The American Voter* —, que faz da identificação partidária o principal factor explicativo do comportamento dos eleitores; e a teoria da escolha racional, também referenciada como modelo de voto económico ou, ainda, como Escola de Rochester, cujo marco fundador é o trabalho de Anthony Downs (1957) — *An Economic Theory of Democracy* —, e que coloca a ênfase em variáveis como racionalidade, escolha, incerteza e informação. Neste capítulo iremos apresentar os principais pressupostos teóricos destes três modelos, acentuando a continuidade e complementaridade teórica que une o modelo psicossocial ao modelo sociológico e ao modelo da escolha racional, deixando para o capítulo seguinte a especificação das suas divergências, nomeadamente na forma com se posicionam face às controvérsias que marcam a investigação do comportamento eleitoral actual e que definem as limitações do modelo psicossocial tradicional.

1.1 O MODELO SOCIOLÓGICO

Os pressupostos teóricos do modelo sociológico estão definidos em três obras essenciais: *The People's Choice*, (Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1944), *Voting* (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954) e *Personal Influence* (Katz & Lazarsfeld, 1955). A investigação conduzida por Lazarsfeld et al. (1944) no Estado de Ohio (Erie County), recorrendo, pela primeira

¹ A edição original do livro de Lazarsfeld et al. é de 1944. Neste trabalho consultámos a 3ª edição, de 1968.

vez, às técnicas de inquérito por questionário no estudo de uma eleição presidencial norte-americana — aquela que, em 1940, opôs Franklin Roosevelt a Wendell Willkie — marca um corte em relação ao tipo abordagem metodológica que até então caracterizava o estudo do comportamento eleitoral (Barnes & Kaase, 1979). Paul Lazarsfeld, cujos interesses anteriores se tinham centrado no estudo dos mecanismos psicológicos envolvidos nos processos de escolha e nos efeitos da publicidade, da propaganda e dos *mass media* no comportamento dos consumidores (Rossi, 1964) tinha dois objectivos principais nesta investigação: estudar os efeitos da exposição aos meios de comunicação, isto é, saber como é que os eleitores chegam às suas decisões e qual o papel dos meios de comunicação nesse processo; testar uma nova metodologia de entrevistas sucessivas a um painel de sujeitos e a um grupo de controlo. O estudo, cujo relatório foi publicado com o título *The People's Choice* (Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1944) começa por caracterizar os apoiantes dos dois principais partidos políticos norte-americanos recorrendo a um painel de 600 sujeitos, entrevistados por sete vezes ao longo dos sete meses da campanha eleitoral, para, depois, identificar os eleitores que alteraram a sua posição durante o período da campanha eleitoral, comparando três grupos: aqueles que decidiram o seu voto antes de se iniciar a campanha eleitoral, aqueles cuja decisão ocorreu durante a convenção do partido² e os que decidiram o sentido do seu voto apenas numa fase avançada da campanha eleitoral.

A hipótese central da investigação de Lazarsfeld et al. (1944) era a de que o acto de votar é um acto individual, afectado principalmente pela personalidade do eleitor e pela sua exposição aos meios de comunicação. Os resultados vieram, no entanto, contrariar a tese inicial, sugerindo que os efeitos dos *media* na decisão eleitoral era mínimo e que a influência decisiva estava nos grupos sociais a que pertenciam os eleitores. Os dois capítulos finais do seu livro — “The Political Homogeneity of Social Groups” e “The Nature of Personal Influence” — centram-se exactamente na elaboração teórica destas conclusões, que se apresentam como novidades reveladas pela investigação: “*The*

² Os partidos políticos americanos escolhem os seus candidatos presidenciais através de uma convenção que reúne delegados eleitos pelas estruturas locais dos partidos. Esta reunião tem por objectivo nomear o candidato presidencial apoiado pelo partido e definir o respectivo programa eleitoral, designados por plataforma. O processo de eleição dos delegados à convenção é conhecido por “primárias” e consiste numa disputa eleitoral interna onde os candidatos à nomeação disputam entre si a eleição do maior número de delegados à convenção do respectivo partido. Este processo traduz-se também numa campanha eleitoral longa, dividida entre as primárias e a eleição presidencial propriamente dita. Embora as primárias sejam teoricamente dirigidas para o interior de cada partido é um facto que elas são seguidas a nível nacional e internacional pela imprensa e suscitam interesse da generalidade dos eleitores independentemente da sua filiação partidária, funcionando, para todos os efeitos como uma pré-campanha eleitoral.

significance of this area of political behavior was highlighted by the study but further investigation is necessary to establish it more firmly” (Lazarsfeld et al., 1968, p. 69).

1.1.1 HOMOGENIDADE POLÍTICA DOS GRUPOS SOCIAIS

A principal conclusão de Lazarsfeld et al. (1944) foi a de que a maioria dos eleitores votou de acordo com a sua predisposição política inicial. Dos 600 sujeitos que constituíram a amostra, apenas 54 alteraram a sua posição ao longo de todo o processo. A relação encontrada entre o comportamento eleitoral e os grupos sociais a que pertenciam os sujeitos foi de tal modo forte que era possível explicar as escolhas eleitorais recorrendo apenas aos três factores que definiam o *Índice de Predisposição Política* utilizado na investigação: o estatuto sócio económico, a religião e a área de residência.

There is a familiar adage in American folklore to the effect that a person is only what he thinks he is, an adage which reflects the typically American notion of unlimited opportunity, the tendency toward self-betterment, etc. Now we find that the reverse of the adage is true: a person thinks, politically, as he is, socially. Social characteristics determine political preference. (Lazarsfeld et al., 1968, p. 69)

O efeito de conversão e modificação da opção de voto identificado no estudo encontra-se essencialmente entre eleitores que foram previamente classificados pelos investigadores como independentes, ou seja, aqueles que apresentaram simultaneamente predisposições iniciais opostas para um e para outro dos candidatos — pressões cruzadas — que, de acordo com os autores, eram na sua maior parte de natureza social e relacionadas com preferências políticas divergentes associadas a um ou mais grupos sociais a que os sujeitos pertenciam. Contudo, e contrariamente às expectativas iniciais, estes eleitores são persuadidos a votar num dos candidatos, não na sequência de uma análise das propostas eleitorais ou dos temas em discussão na campanha, mas na sequência de pressões exercidas pessoalmente por membros da sua comunidade. Como referem os autores:

In short, the party changers — relatively, the people whose votes still remained to be definitely determined during the last stages of the campaign, the people who could swing an election during those last days — were, so to speak, available to the person who saw them last before Election Day. The notion that people who switch parties during the campaign are mainly the reasoned, thoughtful, conscientious people who were convinced by issues of the election is just plain wrong. Actually, they were mainly just the opposite. (Lazarsfeld et al., 1968, p. 69)

1.1.2 ACTIVAÇÃO, REFORÇO E CONVERSÃO

No que se refere especificamente ao papel das campanhas eleitorais e dos processos de comunicação que lhes estão associados, o estudo identifica três tipos de efeitos possíveis: activação dos indiferentes, reforço da ligação partidária e conversão de indecisos. Verificou-se que o maior impacto das campanhas eleitorais incidiu sobre os eleitores que já se mostravam predispostos a votar no candidato apoiado por esse partido, reforçando e/ou activando essa predisposição prévia. Apenas 8% de eleitores modificaram a sua posição inicial na sequência da campanha eleitoral: *“In sum, then, this is what the campaign does: reinforcement (potential) 53%; activation 14%; reconversion 3%; partial conversion 6%; conversion 8%; no effect 16%.”* (Lazarsfeld et al., 1968, p. 103). Estes resultados não significam, no entanto, que os autores concluam que as campanhas eleitorais sejam consideradas inúteis. O seu efeito é que não corresponde às expectativas iniciais, uma vez que o papel fundamental parece ser mais o de solidificar a coesão dos simpatizantes dos partidos em torno das respectivas propostas eleitorais, do que convencer eleitores de outros partidos a alterar a sua posição. Este resultado parece estar associado a um fenómeno de atenção selectiva dos eleitores à campanha eleitoral, que se reflectia no facto de que aqueles que tinham mais interesse pela política e que já tinham definido à partida a sua opção de voto serem também aqueles que prestavam mais atenção à campanha feita na rádio e nos jornais: *“In other words, the group which the campaign manager is presumably most eager to reach — the as-yet undecided — is the very group which is less likely to read or listen to his propaganda”* (Lazarsfeld et al., 1968, p. 124).

Mas também no que se refere ao papel da campanha eleitoral se verificou que a influência dos grupos sociais a que o sujeito pertence é decisiva para os resultados obtidos, uma vez que se identificou um processo de mediação — protagonizado por membros desses grupos que se assumiam como líderes de opinião — entre a comunicação veiculada pelos meios de comunicação de massa e os eleitores. Este processo foi designado por *fluxo de comunicação em duas etapas (two step flow of communication)*:

A special role in the network of personal relationships is played by the ‘opinion leaders’. In Chapter V, we noted that they engaged in political discussion much more than the rest of the respondents. But they reported that the formal media were more effective as sources of influence than personal relationships. This suggest that ideas often flow from radio and print to the opinion leaders and from them to the less active sections of the population. (Lazarsfeld et al., 1968, p. 151).

Estes resultados contrariam claramente a hipótese inicial de que o acto de votar é um acto individual. A relação entre os grupos sociais em que o sujeito se filia, a sua opção política e o papel decisivo dos contactos pessoais na definição das opções eleitorais indicam que as decisões dos votantes, mais do que actos individuais, são processos de coesão grupal: “*In a way, the content of this chapter can be summarized by saying that people vote, not only with their social group, but also for it*” (Lazarsfeld et al., 1968, p. 148).

Esta primeira investigação, conduzida em Erie County, foi alvo de críticas que apontavam, de uma forma geral, como insuficiência mais relevante o facto de se tratar de um trabalho não sustentado em opções teóricas prévias, o que se traduzia em explicações construídas *a posteriori* para dar inteligibilidade aos resultados encontrados (Rossi, 1964). Um dos exemplos dessas explicações *a posteriori* é a utilização do conceito de *fluxo de comunicação em duas etapas* que surge nesta obra como hipótese desenvolvida para explicar o papel dos líderes de opinião na mediação do fluxo comunicacional entre os *mass media* e os eleitores. Lazarsfeld et al. (1944) só se referem a ele pela primeira vez no último capítulo do livro *The People's Choice* — intitulado “The Nature of Personal Influence” —, dedicando-lhe apenas três breves parágrafos. O conceito viria a ser posteriormente desenvolvido por Katz e Lazarsfeld em *Personal Influence: The Part Played by People in the Flow of Mass Communications* (1955), considerada uma das obras mais influentes na investigação da comunicação de massas, onde os autores reafirmam e desenvolvem a ideia de que as respostas dos sujeitos às mensagens dos *media* são mediadas pelas relações interpessoais e pelos seus grupos a que os sujeitos pertencem e de que alguns sujeitos actuam como líderes de opinião, construindo e reconstruindo, nos seus círculos sociais, o significado das mensagens dos *media*.

1.1.3 TRANSMISSÃO SOCIAL DAS ESCOLHAS POLÍTICAS

A insuficiência dos resultados encontrados no estudo realizado no Erie County (Ohio) levou estes autores a replicá-lo, com algumas alterações, nas eleições presidenciais de 1948, que opuseram Harry Truman, presidente em exercício, a Thomas Dewey, governador do estado de Nova York. Os resultados foram publicados por Berelson, Lazarsfeld e Mcphee (1954) em *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*. Como os próprios autores fazem notar, esta investigação, realizada agora numa pequena comunidade do estado de Nova York — Elmira —, pretendia não apenas ser uma sequência do estudo anterior, mas também uma oportunidade para corrigir problemas metodológicos e conceptuais apontados à investigação realizada anteriormente. As

conclusões deste estudo apontam, tal como o de Erie County, no sentido de que a *diferenciação social* — feita com base no estatuto socioeconómico, na religião, na raça e no local de residência —, é condição prévia para a divergência política e consequente clivagem eleitoral; que existem condições de *transmissibilidade* que asseguram a manutenção e persistência dessa diferenciação de geração em geração; e que as condições de maior *proximidade física e social* entre membros do mesmo grupo, por oposição à menor proximidade com membros de outros grupos, facilita e mantém a clivagem eleitoral. Estes três processos — diferenciação, transmissão e contacto — garantem a transmissão social das escolhas políticas e, tal como referem os autores: “*In contemporary America these conditions are best met in class, in ethnic and in ecological divisions of the population. They continue to provide, then, the most durable social bases for political cleavage.*” (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954, p. 75).

Os resultados voltam a evidenciar que a *predisposição política* dos sujeitos, estabelecida em função do seu estatuto socioeconómico, raça, religião e local de residência, se correlaciona de forma elevada com a sua opção de voto e que mesmo aqueles sujeitos que inicialmente se afastam dessa posição inicial acabam, na sua maioria, por “regressar” a ela, ou seja, as posições eleitorais que se coadunam com a posição dominante no grupo social a que os sujeitos pertencem, têm maior probabilidade de se concretizarem no fim da campanha. Este regresso dos eleitores à posição “natural” do seu grupo social — explicado pelo facto de os sujeitos recorrerem a pessoas das suas relações sociais para expor as suas dúvidas e pedirem aconselhamento, o que as leva a obterem orientações que os reconduzem à opção eleitoral maioritária do seu grupo social —, é considerado como o fenómeno psicológico mais interessante e, simultaneamente, o mais relevante do ponto de vista político. Os autores designam este fenómeno psicológico por *reactivação* (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954).

1.1.4 PERCEÇÃO E DIFERENCIAÇÃO POLÍTICA

Entre as alterações introduzidas nesta segunda investigação destacam-se aquelas que se relacionam com o estudo do papel desempenhado pelos temas da campanha, que no estudo inicial fora feito apenas com base na análise dos materiais produzidos pela rádio e imprensa escrita e que, agora, foi objecto de uma abordagem metodologicamente diferente, uma vez que também se avaliou a posição e percepção dos sujeitos da amostra em relação a esses temas e ao modo como eram tratados pelas duas campanhas. A análise deste tópico foi feita dividindo os temas em dois tipos de informação: temas económicos,

centrados na política interna (*Position issues*) e temas políticos, centrados na política internacional (*Style issues*). Os resultados encontrados evidenciam uma clivagem entre os sujeitos na avaliação dos temas económicos, tendo por base o estatuto socioeconómico, a filiação partidária e o interesse nas eleições, e um consenso na avaliação dos temas políticos. Em relação a este último grupo, Republicanos e Democratas concordavam entre si na definição dos temas importantes da campanha, assim como em alguns critérios usados para avaliar os candidatos e tinham expectativas similares sobre acontecimentos políticos futuros, mas divergiam na avaliação de qual o melhor candidato para concretizar as políticas com que concordavam (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954).

No entanto, apesar da importância atribuída aos temas económicos, os autores verificaram que apenas metade dos sujeitos estava em sintonia com a posição do seu partido em relação às propostas económicas, embora tendessem a avaliar a posição do seu candidato como sendo congruente com a sua e a do candidato opositor como contrária. Da mesma forma os sujeitos tendiam a não perceberem as diferenças em relação ao seu candidato ou as semelhanças com o candidato oponente. Ou seja, os eleitores, embora tentassem manter uma coerência entre as suas posições e as do candidato que apoiavam, não resolviam as incoerências que encontravam mudando a sua opção de voto, mas alterando a sua percepção em relação ao candidato.

Under the increased pressures of a campaign, people have an increased tendency toward consistency, in all relevant aspects. As times goes on as we compare materials collected early in the campaign with those obtained at later stages, we find that people abandon deviant opinions on specific issues to agree with the position taken by their party (or at least to perceive such agreement); (...) In 1948, focusing on primary groups, we found that disagreements between friends and families disappear and make way for a homogeneity of attitude within various social groups. The tendency for a “strong Gestalt” within individuals — and analogously within groups — certainly receives support in our material (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954, p. 285).

1.1.5 PRÁTICA E TEORIA DEMOCRÁTICA

Do ponto de vista teórico o contributo mais relevante deste segundo estudo é a conceptualização do comportamento eleitoral num modelo sociológico que tenta compatibilizar os pressupostos da organização democrática da sociedade e o comportamento eleitoral dos sujeito, que se considera estar, pelo menos de forma aparente, em contradição com esses pressupostos. Os autores identificam as

características políticas individuais que seria de esperar dos eleitores num regime democrático — interesse, discussão e motivação, conhecimento, princípios e racionalidade — para concluírem que, na realidade e de acordo com os dados das suas investigações, a maioria dos sujeitos não tem interesse nem motivação pela política: “(...) *it is a curious quality of voting behavior that the large numbers of people motivation is weak if not almost absent*” (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954, p. 308); tem um conhecimento limitado e pobre dos assuntos de natureza política: “*He is supposed to know what the issues are, what their story is, what the relevant facts are, what alternatives are proposed, what the party stands for, what the likely consequences are. By such standards the vote falls short*” (p. 308); não decide o seu voto em função de princípios: “*many voters vote not for principle in the usual sense but “for” a group to which they are attached — their group*” (p. 309); e não sustenta as suas decisões eleitorais na razão: “*In short, it appears that a sense of fitness is more striking feature of political preference than reason and calculation* (p. 311).

Perante este quadro em que os eleitores parecem não satisfazer as condições necessárias ao funcionamento de um regime democrático, os autores defendem que as democracias não entraram em colapso e, pelo contrário, fortaleceram-se porque a lógica da democracia funciona num nível agregado e não num nível individual. Se todos os eleitores tivessem um grau elevado de interesse e motivação política isso iria repercutir-se também numa maior divisão entre eleitores, num clima de maior conflituosidade e clivagem política que poderia pôr em perigo o próprio sistema. Mais do que necessitar de indivíduos altamente interessados e motivados pela política a democracia precisa que a sociedade seja constituída por grupos heterogéneos que garantam a pluralidade de ideias e de propostas políticas (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954, p. 314).

1.1.6 CLIVAGENS SOCIAIS

Embora os trabalhos de Lazarsfeld e Berelson estejam associados aos modelos sociológicos do comportamento político, é importante notar que a abordagem micro-sociológica que usam nas suas investigações identifica vários processos de natureza psicológica, que vão da percepção, à identidade social e ao favorecimento do endogrupo, passando pela recurso aos princípios da *gestalt* para explicar a propensão dos eleitores em escolher a “boa forma” — neste caso, a posição natural do seu grupo social —, que, embora não tenham sido teorizadas como tal, são antecipações de abordagens psicossociais posteriores. De facto, embora estes autores não retirem conclusões teóricas relevantes em termos psicossociais, privilegiando antes explicações que enfatizam a componente

sociológica, abriram caminho à investigação desenvolvida posteriormente pela escola de Michigan e que se conhece como abordagem psicossocial do comportamento eleitoral.

A continuidade e desenvolvimento posterior do modelo sociológico do comportamento eleitoral, enquanto tal, estão associados ao livro *Political Man* (Lipset S. M., 1960) e à publicação de *Party Systems and Voter Alignment: Cross-national Perspectives* (Lipset & Rokkan, 1967) centrado no desenvolvimento do sistema partidário na Europa Ocidental. Contrariamente a Lazarsfeld et al. (1944) e Berelson et al. (1954), Lipset e Rokkan (1967) partem de uma abordagem histórica e macrossociológica que entende que os sistemas partidários nos países da Europa Ocidental reflectem clivagens históricas com origens na revolução nacional — clivagens entre centro/periferia e estado/igreja — e na revolução industrial — clivagens entre urbano/rural e capital/trabalho. Estas clivagens assumem relevância política quando os grupos sociais desenvolvem percepções dessas diferenças e quando, em consequência disso, se institucionalizam no sistema político (Manza & Brooks, 1999). Esta ligação entre as clivagens sociais e o sistema político acontece quando as clivagens sociais se fazem sentir em três níveis diferentes: como componentes empíricas enraizadas na estrutura social; como componentes normativas que se traduzem em formas conflituosas de consciência social; e como componentes institucionais que se expressam em interacções individuais ou entre organizações e instituições (Bartolini & Mair, 1990). Deschouwer & Luther (1999) separam desta última componente institucional e organizacional tudo o que se refere aos diferentes tipos de comportamento individual que resulte das componentes anteriores, que consideram como sendo uma quarta componente — comportamental — que inclui, entre outros exemplos, o comportamento eleitoral.

O modelo sociológico tem, no entanto, limitações na explicação das variações que ocorrem no comportamento eleitoral em função de factores conjunturais específicos de cada eleição. Os factores sociais de longo prazo podem explicar a estabilidade do comportamento eleitoral, mas não explicam as variações que ocorrem no comportamento dos eleitores entre diferentes actos eleitorais, da mesma forma que não explicam as razões pelas quais sujeitos que pertencem a determinados grupos sociais votam de acordo com o que seria de esperar de sujeitos pertencentes a grupos sociais diferentes. Embora existam dentro da abordagem sociológica tentativas de superar estas dificuldades como, por exemplo, as investigações que defendem que o estudo do comportamento eleitoral não deve ser feito na perspectiva do eleitor, mas valorizando factores contextuais como os programas políticos dos partidos, o papel dos *media*, a estrutura económica dos países,

bem como os contexto em que as relações entre eleitores e partidos se tornam mais fortes (Curtice, 2002; van der Eijk, 2002; van der Eijk, Franklin, & Oppenhuis, 1996; Glasgow & Alvarez, 2005; Johnson, Shively, & Stein, 2002; Wright, 1977), estas limitações estiveram na origem do modelo psicossociológico de Michigan que tenta ultrapassá-las com recurso ao conceito de *identificação partidária*, com o qual se procura fazer a ligação entre a influência dos factores sociológicos e históricos de longo prazo, identificados no modelo sociológico, e os factores sociais e políticos de curto prazo.

1.2 O MODELO PSICOSSOCIAL

O modelo psicossocial tem a sua origem nos estudos conduzidos pelo *Survey Research Centre* da Universidade de Michigan durante as eleições presidenciais americanas de 1948, cujos resultados foram analisados por Campbell e Kahn (1952) em *The People Elect a President*; nas eleições de 1952, cujo relatório foi apresentado por Campbell, Gurin e Miller (1954) em *The Voter Decides*; e nas eleições de 1956, em que os resultados, conjugados com os obtidos nas investigações anteriores, deram origem ao livro *The American Voter*, da autoria de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960). Estes trabalhos marcam o início de uma longa série de estudos conduzidos pelo *Survey Research Centre* e, mais recentemente, pelo *Center of Political Studies* da Universidade de Michigan, que se prolongam até aos nossos dias, embora actualmente se enquadrem no *American National Electoral Studies* (ANES), investigações que envolvem uma maior variedade de instituições, mantendo, no entanto, a base teórica inicial. Os questionários e as bases de dados destas investigações são elementos de referência na maioria dos estudos eleitorais realizados nos Estados Unidos da América.

1.2.1 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

O conceito central deste modelo do comportamento eleitoral é o de *identificação partidária*, que é concebida como uma afinidade psicológica, estável e duradoura em relação a um partido político, que não se traduz necessariamente numa ligação concreta, designadamente, inscrição, militância ou votação consistente e sistemática nesse partido:

In characterizing the relation of individual to party as a psychological identification we invoke a concept that has played an important if somewhat varied role in psychological theories of the relation of individual to individual or of individual to group. We use the

concept here to characterize the individual's affective orientation to an important group-object in his environment. Both reference group theory and small-group studies of influence have converged upon the attracting or repelling quality of the group as the generalized dimension most critical in defining the individual-group relationship, and it is this dimension that we will call identification (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960, p. 121).

A noção de identificação partidária, introduzida no estudo do comportamento eleitoral por Campbell et al. (1960), foi influenciada pelo conceito de *grupo de referência* (Hyman & Singer, 1968) e tem analogias com a ideia de socialização antecipatória introduzido por Merton e Kitt (1950) para definir as situações em que os sujeitos escolhem um grupo de referência ao qual não pertencem e começavam a agir de acordo com aquilo que percebiam como sendo as normas desse grupo. De acordo com estes autores, a *identificação partidária* adquire-se através de um processo de socialização, por influência dos valores e atitudes da família, dos colegas e dos pares, num processo que Miller e Shanks (1996) consideram semelhante àquele que leva os sujeitos a identificarem-se com uma religião. Esta ligação afectiva do sujeito ao “seu” partido político pode concretizar-se com diferentes graus de envolvimento, num processo análogo ao que acontece com a ligação dos sujeitos a uma religião, que se manifesta em moldes tão diferenciadas como os que vão de *religioso não praticante* a *profundamente religioso*. Nesta perspectiva, a identificação partidária é uma forma genuína de identificação social em que “*citizens have an enduring sense of what sorts of people belong to various parties and whether they identify with these social groups*” (Green, Palmquist, & Schickler, 2002, p. ix).

É importante sublinhar que o modelo também não faz coincidir a identificação partidária com o sentido de voto do eleitor. Esta separação entre a natureza psicológica da identificação partidária e a natureza objectiva e comportamental do voto reflecte-se, em termos metodológicos, na opção de não medir esta variável a partir do voto concreto do sujeito, numa ou em várias eleições, mas através de uma questão que solicita o seu auto-posicionamento: “*Generally speaking, do you think of yourself as a Republican, a Democrat, an Independent, or what?*”, seguida de outra onde se solicita que qualifique a força dessa identificação: “*Would you call yourself a strong (Republican, Democrat) or a not very strong (Republican, Democrat)?*”. Àqueles que se classificam a si próprios como Independentes é ainda perguntado se, apesar da sua posição independente, se consideram próximos de algum dos partidos “*Do you think of yourself as closer to the Republican or Democratic Party* (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960, p. 122).

Nesta perspectiva,, a identificação partidária não é vista como *a variável* que nos diz de forma directa e inequívoca qual a opção de voto de um sujeito. Campbell et al. (1960) descrevem a identificação partidária como um filtro perceptivo, através do qual os eleitores valorizam aquilo que é favorável à orientação do seu partido e ignoram ou desvalorizam aquilo que lhe é desfavorável. Tendo em consideração que a vida política nas sociedades democráticas se centra quase exclusivamente nos partidos e considerando ainda que a avaliação das propostas políticas exige, na maior parte das vezes, o domínio de conhecimento e informação que os cidadãos não têm, a identificação partidária torna-se, então, uma variável central na vivência política dos sujeitos funcionando como um instrumento de “leitura” das propostas eleitorais e dos candidatos.

1.2.2 O FUNIL DE CAUSALIDADE

O modelo explicativo das relações entre as variáveis envolvidas na definição do comportamento eleitoral é designado por funil de causalidade. Esta metáfora representa a cadeia de acontecimentos que contribuem para o voto dos sujeitos, distinguindo factores distais (factores históricos e socioeconómicos, valores e atitudes e grupos de pertença) e factores proximais (temas, candidatos, campanha eleitoral, situação política e económica, acção do governo, influência dos amigos). Na entrada do funil estão as características sociológicas, sociais e familiares que influenciam, todas elas, o elemento seguinte desta sequência que é a identificação partidária. A identificação partidária tem, por sua vez, um papel decisivo na avaliação dos candidatos, dos temas, dos incidentes da campanha eleitoral que são relatados nos meios de comunicação social e das conversas que os eleitores mantêm com familiares e amigos sobre a eleição. Na saída deste funil está o voto. Este esquema clarifica o papel central que os autores atribuem à identificação partidária como resultado da conjugação dos factores disposicionais de longo prazo e como factor moderador do efeito dos factores circunstanciais de curto-prazo no comportamento eleitoral.

To think of a funnel in this way greatly enlarges our explanatory chore, for in the ideal case we want to take measurements that refer to states not at one cross section alone, but at a great number. Each cross section contains all the elements that will successfully predict the next, and so on, until we have arrived at the final act (Campbell et al., 1960).

No entanto, embora o modelo englobe todos estes factores, ele concentra a sua atenção na relação da identificação partidária com os partidos, candidatos e temas e menos nas características sociais e nos sistemas de comunicação (Niemi & Weisberg, 2001).

1.2.3 FACTORES PROXIMAIS E DISTAIS

Do modelo de causalidade exposto anteriormente resulta que são as alterações nos factores de longo prazo que podem levar a mudanças na identificação partidária dos eleitores. De uma forma geral os factores considerados pelo modelo são aqueles que as abordagens sociológicas conceptualizam como determinantes do comportamento eleitoral. De acordo com Campbell et al. (1960) as mudanças na identificação partidária são raras e ocorrem como reacções a acontecimentos de grande impacte. Os resultados dos estudos sugerem que as modificações na identificação partidária ocorrem ao nível individual quando se verificam ajustamentos na inserção social dos sujeitos (e.g., ingresso numa instituição de ensino superior, casamento, mudança de área de residência, mudança de emprego, etc.), ou quando ocorrem mudanças mais vastas no domínio da organização social e política, (e.g., o fim do regime fascista em Portugal, a entrada na União Europeia, o fim da União Soviética, etc.). Como facilmente se entende, em ambos os casos estas mudanças são relativamente pouco frequentes e, embora as alterações nos grupos de inserção social dos indivíduos ocorram em maior número e com muito mais assiduidade, o efeito na alteração da identificação partidária dos sujeitos é mais rápido e tem maior impacto eleitoral quando essas mudanças ocorrem na estrutura política e/ou social, como foi, por exemplo, a repercussão do fim de União Soviética na expressão eleitoral dos partidos comunistas do sul da Europa.

Se as mudanças nos factores sociais de longo prazo podem produzir alterações na identificação partidária, já os factores de curto prazo são vistos como sendo apenas capazes de alterar a opção eleitoral dos sujeitos numa dada eleição, sem afectar a sua identificação partidária (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Green & Palmquist, 1990). A relação entre esta variável e os factores de curto prazo concretiza-se através de atitudes em relação às propostas políticas, aos candidatos e aos benefícios do grupo (Harrop & Miller, 1987). No entanto, embora a identificação partidária dos eleitores influencie a forma como eles percebem e valorizam estas variáveis conjunturais, é também possível que as propostas, o discurso ou os candidatos sejam de tal modo contra as expectativas, valores ou interesses dos sujeitos, que essa situação não seja susceptível de ser moldada por esse filtro perceptivo e leve os sujeitos a não votar ou mesmo a votar num outro partido. De acordo com os pressupostos do modelo, esta situação não afectaria a identificação partidária do sujeito que continuaria, apesar dessa deslealdade circunstancial, a manter a sua identidade partidária anterior.

O papel da identificação partidária tem sido, no entanto, contestado desde a sua formulação nos anos 60, não só com base no argumento da dificuldade da sua adaptação a sistemas eleitorais que não sejam essencialmente bi-partidários, como é o caso da maioria dos países da Europa ocidental (Budge, Crewe, & Farlie, 1976) mas, especialmente, com o argumento de que se verifica um enfraquecimento progressivo da ligação dos sujeitos aos partidos políticos, quer nos EUA (Nie, Verba, & Petrocik, 1976; Stanley & Niemi, 1991; Stanley & Niemi, 2000), quer na Europa (Crewe & Denver, 1985; Dalton, 1984; Dalton, 2000; Dalton, Flanagan, & Beck, 1984; Schmitt & Holmberg, 1995), que põe em causa a tese da estabilidade da identificação partidária e aponta para um progressivo desalinhamento dos eleitores em relação aos partidos políticos. O modo como o modelo psicossocial concebe a relação entre os factores de curto-prazo e a identificação partidária é contestado por investigadores que entendem que o modelo de Michigan sobrevaloriza o papel dos factores de longo prazo e das lealdades partidárias (Dalton, Flanagan, & Beck, 1984; Dalton, 2000; Fiorina, 1981; Franklin, Mackie, & Valen, 1992; Kiewiet, 1983; Wattenberg, 1994). De uma forma geral, todas estas críticas ao modelo psicossocial incidem na dificuldade que esta abordagem teórica revela em explicar as razões que levam alguns eleitores que se identificam com um partido — processo que tem subjacente uma relação de carácter afectivo em que, conseqüentemente, a lealdade tem importância decisiva —, a votar noutro partido ou a abster-se de participar numa eleição. Para estes investigadores são os factores proximais que desempenham o papel decisivo no desalinhamento dos eleitores e na conseqüente volatilidade que consideram que caracteriza as democracias ocidentais desde o início dos anos 60. Nesta perspectiva,, os eleitores ajustam a sua ligação aos partidos políticos em função da avaliação que fazem, em cada acto eleitoral, das condições económicas e do modo como os partidos e os seus líderes lidam com elas. A identificação partidária funcionaria, na melhor das hipóteses, como um mero atalho cognitivo — e não como uma identidade social — que permitiria aos eleitores lidar com o excesso de informação necessária para analisar todas as propostas, sem implicar a existência de uma ligação afectiva e emocional desses eleitores a esses partidos políticos.

Estas críticas são, na sua generalidade, apresentadas por autores que defendem que a explicação das alterações nas opções de voto dos eleitores se deve procurar, não através do recurso a uma variável psicossocial, mas considerando factores ligados ao processamento de informação e à racionalidade dos eleitores e do sistema político e eleitoral. Na secção seguinte apresentamos o modelo teórico que esteve na origem destas abordagens.

1.3 A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

Os pressupostos teóricos para uma explicação económica do comportamento eleitoral foram apresentados por Anthony Downs (1957) na obra *“An Economic Theory of Democracy”*. Esta teoria é habitualmente referenciada como teoria da escolha racional (*rational choice theory*). Trata-se de uma tentativa de explicar o comportamento político tendo como ponto de partida os trabalhos realizados no âmbito da economia política por Kenneth Arrow (1951; 1986) em que se relacionam parâmetros económicos — recursos, bens e tecnologia — com um resultado ou escolha. O pressuposto é simples: se as hipóteses de escolha racional são capazes de explicar o funcionamento do mercado, então também podem explicar o funcionamento político. Estabelece-se uma analogia directa entre consumidores e votantes e entre empresas e partidos políticos. Se as empresas procuram maximizar os ganhos e os consumidores agem no sentido de maximizar a utilidade podemos, então, teorizar no sentido de que os eleitores procuram maximizar a utilidade do seu voto enquanto os partidos agem no sentido de maximizar os ganhos eleitorais obtidos com as suas propostas políticas.

Our main thesis is that parties in democratic politics are analogous to entrepreneurs in a profit-seeking economy. So as, to attain their private ends, they formulate whatever policies they believe will gain the most votes, just as entrepreneurs produce whatever products they believe will gain the most profits for the same reason. In order to examine the implications of this thesis, we have assumed that citizens behave rationally in politics. This premise is itself a second major hypothesis (Downs, 1957, pp. 295-296).

O funcionamento do modelo assenta em três premissas fundamentais: (1) todas as decisões — as dos eleitores e as dos partidos políticos — são racionais, i.e., orientadas pelo interesse próprio e executadas de acordo com o princípio da maximização da utilidade da acção; (2) o sistema político democrático tem implícito um nível de consistência que fundamenta as previsões sobre as consequências das decisões tomadas por eleitores e partidos políticos, i.e., os seus agentes — eleitores, partidos e governo — são confiáveis e responsáveis, o que possibilita que se façam previsões sobre as consequências inerentes às diferentes opções; e (3) o sistema democrático pressupõe — apesar da consistência enunciada no ponto anterior — um nível de incerteza suficientemente importante para permitir a diferenciação das opções de escolha.

1.3.1 MAXIMIZAÇÃO DA UTILIDADE DA ACÇÃO

O conceito de *racionalidade* tem uma importância decisiva na compreensão da teoria da escolha racional pelo que é importante clarificar que o ponto de partida de Downs é a teoria económica, que entende por racionalidade a assunção de que eleitores e partidos políticos agem directamente de acordo com os seus próprios interesses. Nesta perspectiva,, em que a acção se concretiza de acordo com a maximização da utilidade dessa acção, o termo racionalidade é aplicado no sentido de que os meios usados se adequam aos objectivos da acção,

This follows from the definition of rational as efficient, i.e., maximizing output for a given input, or minimizing input for a given output. Thus, whenever economists refer to a 'rational man' they are not designating a man whose thought processes consist exclusively of logical propositions, or a man without prejudices, or a man whose emotions are inoperative. In normal usage all of these could be considered rational men. But the economic definition refers solely to a man who moves toward his goals in a way which, to the best of his knowledge, uses the least possible input of scarce resources per unit of valued output (Downs, 1957, p. 5).

De acordo com o pressuposto da racionalidade, numa democracia as eleições servem para escolher um governo e, em consequência disto, o comportamento racional numa eleição é aquele que é orientado para este objectivo e não para outro qualquer.

O axioma do interesse próprio aplica-se de igual modo à actividade dos partidos políticos. De acordo com a teoria da escolha racional, os partidos políticos procuram ganhar as eleições, não por qualquer motivo altruísta relacionado com a aplicação de um programa político, mas para obter para si o prestígio e os ganhos inerentes ao facto de estarem no poder. Uma vez que o prestígio e os ganhos que os partidos políticos perseguem se concretiza com as vitórias eleitorais, podemos dizer então que o objectivo principal dos partidos é vencer as eleições. Este objectivo racional concretiza-se se conseguirem obter mais votos do que qualquer outro partido. Ou seja, a acção dos partidos políticos é, também ela, orientada pelo princípio da maximização da utilidade da acção: "*Upon this reasoning rests the fundamental hypothesis of our model: parties formulate policies in order to win elections, rather than win elections in order to formulate policies.*" (Downs, 1957, p. 28)

1.3.2 CONSISTÊNCIA

A racionalidade do sistema político deriva do facto de os eleitores, os partidos políticos e o governo terem sempre disponíveis várias opções de escolha interligadas e que podem ser ordenadas da mais à menos favorável. A ordem das preferências das opções é transitiva de modo que se o sujeito prefere *A* a *B* e *B* a *C* então também prefere *A* a *C* (Downs, 1957).

De acordo com esta abordagem, quando colocados perante duas alternativas os sujeitos racionais comparam os benefícios esperados em cada uma das opções. Nos casos de escolha eleitoral, comparam os resultados esperados pela eleição do partido no governo, com a expectativa de ganhos no caso de vencer o partido opositor. Se o diferencial entre estes dois valores for positivo votarão no partido do governo. Se o diferencial for negativo votarão no partido da oposição. Nos casos em que o valor for igual a zero abster-se-ão de votar.

A escolha racional pressupõe, portanto, que é possível fazer previsões sobre o comportamento dos outros sujeitos, dos partidos políticos e do governo e compará-las. A questão que se coloca é a de saber como é que os sujeitos calculam o valor esperado em cada uma das alternativas. Se em relação ao partido do governo poderão calcular o valor esperado em função da acção anterior desse partido, assumindo que haverá continuidade da política exercida enquanto esteve no governo, já no que diz respeito ao partido da oposição não dispõem de um indicador da mesma natureza. Em relação a estes últimos, os únicos indicadores disponíveis resultam da avaliação que o sujeito faz daquilo que esses partidos dizem que vão fazer ou, em alternativa, da conjectura sobre aquilo que poderiam ter feito se tivessem sido eles a estar no governo. Uma vez que a teoria admite que a comparação racional é aquela que se faz usando como termo de comparação a mesma unidade de tempo, ou seja, o mandato que termina, então, o eleitor compara a realização do partido do governo com aquilo que se supõe que cada partido da oposição teria feito se fosse ele a estar no governo.

É claro que o cálculo do diferencial entre os ganhos previsíveis pela opção nos diferentes partidos só pode ser feito se assumirmos que os partidos são responsáveis e confiáveis, ou seja, que existe consistência no seu comportamento. Se não se verificar a condição de consistência em relação aos partidos políticos e ao governo, tal situação leva à impossibilidade de escolha racional e, em consequência, ao colapso do sistema democrático.

1.3.3 INCERTEZA

Vimos anteriormente que a teoria da escolha racional, defende que o princípio da racionalidade do comportamento político leva eleitores e partidos a agir de acordo com os seus interesses próprios. No caso dos partidos políticos o seu interesse é usufruir das vantagens de exercer o poder e dos benefícios que daí advêm. Uma vez que isso só será alcançado obtendo mais votos do que os outros partidos, seria de esperar que o comportamento racional dos partidos os levasse a defender as propostas que salvaguardam os interesses da maioria do eleitorado e que esse movimento conduzisse inevitavelmente à indiferenciação das suas propostas partidárias. Verificamos, no entanto, que não é isso que acontece. Os partidos políticos defendem e apresentam ao eleitorado propostas suficientemente diferenciadas para mobilizar os eleitores à participação eleitoral. De acordo com Downs (1957) a heterogeneidade das sociedades e os conflitos sociais que lhe estão inerentes introduzem níveis de incerteza que levam simultaneamente ao aparecimento das ideologias e à ambiguidade relativamente aos grupos sociais que poderão ser mais úteis para a vitória eleitoral e, por consequência, à diferenciação das propostas políticas dos partidos.

O dinamismo próprio das sociedades democráticas acentua também a incerteza acerca dos efeitos eleitorais que se podem obter com propostas que agradam a uns grupos sociais mas desagradam a outros. De acordo com o modelo, os partidos definem as suas ideologias de forma a maximizar o apoio entre o maior número possível de grupos sociais. Estamos, uma vez mais, numa analogia perfeita com a explicação económica para o funcionamento dos mercados. Se o mercado eleitoral (sistema político) está dominando por uma marca (partido político), as restantes marcas, ou as eventuais novas marcas, só podem crescer se apostarem em estratégias que valorizem simultaneamente as necessidades específicas de nichos de mercado (grupos sociais minoritários) não satisfeitos com os produtos (propostas eleitorais) que lhes fornecem as grandes marcas e franjas significativas dos consumidores (eleitores) da marca dominante.

For example, let us assume that three parties form and appeal to three different social groups, and one of these parties consistently wins by overwhelming votes. In order to 'get back in the swim', the other two parties must revise their ideologies to attract votes from the same groups as perennial winner. Then each party will be trying to combine a specific segment of the predominant group with parts of minority groups for electoral votes (Downs, 1957, p. 101).

Este movimento de adaptação das propostas eleitorais dos partidos aos interesses dos grupos sociais está limitado pela necessidade de consistência a que nos referimos anteriormente. Para que os eleitores possam considerar um partido nos seus cálculos sobre o diferencial de ganhos, é importante que possam prever o seu comportamento futuro a partir do seu discurso político e em função das suas acções no passado, ou seja o partido deve ser confiável e responsável. A consistência necessária à elaboração de previsões sobre o desempenho dos partidos tem, pois, implícita a existência de coerência e imobilismo ideológico.

A teoria da escolha racional considera que aquilo que importa aos eleitores para as suas decisões não são as ideologias, mas as acções concretas que os governos tomam. No entanto, os eleitores não conhecem em pormenor todas as decisões dos governos e despenderiam um enorme esforço para as conhecer integralmente e avaliar todas as suas consequências. Assim sendo, as ideologias dos partidos permitem-lhes centrar a sua análise em apenas algumas decisões desse partido e fazer generalizações a partir dessa amostra para todas as outras propostas desse partido: *“With this short cut a voter can save himself the cost of being informed upon a wider range of issues”* (Downs, 1957, p. 98).

Considerando que o que interessa aos eleitores não são as intenções ou o discurso político dos partidos, i.e., a sua ideologia, mas as suas acções concretas, a teoria da escolha racional defende que a comparação entre ideologias é apenas usada se o eleitor já dispuser anteriormente de indicadores concretos relativos a acções efectivamente executadas. Se o eleitor não dispuser de nenhum dado anterior relativo a acções concretas dos partidos e apenas os conseguir distinguir pela sua ideologia, isso significa, na prática, que eles são iguais no que diz respeito aos interesses do eleitor.

1.3.4 REPRESENTAÇÃO ESPACIAL

Downs (1957) representa o posicionamento relativo dos partidos políticos e dos eleitores recorrendo a uma analogia espacial desenvolvida a partir dos trabalhos de Harold Hotelling (1929) e Smithies (1941) e que consiste em representar as preferências políticas dos eleitores numa escala linear numerada, da esquerda para a direita, de zero a cem. Eleitores e partidos políticos ocupam um determinado lugar na escala de acordo com a sua posição política. Como já referimos anteriormente, os eleitores tenderão a escolher os partidos que se encontrem mais perto da sua posição e os partidos tenderão a posicionar-se num ponto da escala que maximize o número de votos de eleitores. Se um eleitor está

colocado na posição número 35 da escala, podemos deduzir que quando tiver que escolher entre um partido situado na posição 30 e outro colocado na posição 25, ele escolherá o da posição 30. Da mesma forma, preferirá um partido colocado na posição 40 a outro que se coloque na posição 45. Quer isto dizer que se os eleitores se dispersarem na escala de acordo com uma distribuição unimodal, os partidos tenderão a colocar-se também eles em torno do valor da moda e, por consequência, a aproximar-se entre si. Se os eleitores se distribuem de forma a originar vários valores de moda ao longo da escala, esse facto levará cada um dos partidos políticos a colocar-se perto de um desses valores o que provocará um afastamento entre eles³.

1.3.5 VOTO ÚTIL

De acordo com o modelo, a decisão de votar numa eleição é suportada por uma crença irracional sobre a eficácia dessa acção⁴. Como as eleições têm por objectivo a escolha do governo e não a manifestação de preferências, ele irá também avaliar a possibilidade desse partido vencer as eleições: *“Each citizen uses his forecast to determine whether the party he most prefers is really a part of the relevant range of choice. If he believes it is not, then rationally commands him to vote for some other party”* (Downs, 1957, p. 48).

Esta decisão pelo *voto útil* depende, não apenas da avaliação sobre as possibilidades de vitória do partido preferido, mas também da avaliação do risco de as eleições serem vencidas por um partido político tido como indesejável. A decisão pelo voto útil dependerá em larga medida da importância que o sujeito der à necessidade de manter determinado partido fora do governo.

³ O modelo de representação espacial proposto por Downs concebe a escolha eleitoral com base na proximidade dos eleitores em relação às propostas dos partidos políticos. Outros autores desenvolveram modelos de representação espacial em que a escolha não deriva apenas da proximidade, mas também de variáveis como a direccionalidade e intensidade (Grofman, 1985; Matthews, 1979; Merrill III & Grofman, 1999; Rabinowitz & Macdonald, 1989).

⁴ Este aspecto é uma das fragilidades apontadas a esta teoria (Green & Shapiro, 1994). Num modelo centrado na racionalidade e instrumentalidade da acção, pode ser fácil explicar a escolha do partido com a proposta eleitoral mais favorável ao interesse do eleitor, mas já não é tão fácil explicar a razão pela qual os eleitores votam, uma vez que o seu voto, considerado individualmente, não é decisivo para o resultado eleitoral e tem, por consequência, custos superiores aos benefícios directos retirados dessa acção (pelo menos nos casos em que o voto não é obrigatório e em que não existem penalizações para a abstenção). Também a decisão de ir votar, tomada por cada eleitor individualmente, é independente e não aumenta a probabilidade de outros eleitores irem votar no mesmo partido em que esse eleitor votou. Desta forma, o acto de ir votar terá que ser conceptualizado como resultado de uma crença irracional sobre a eficácia dessa acção.

For example, let us assume that there are three parties: Right, Centre and Left. Voter X prefers Right to Centre and Centre to Left, but he believes that Right has the least chance of winning. If he greatly prefers Right to Centre and is almost indifferent between Centre and Left, he is less likely to switch his vote from right to Centre than if he slightly prefers Right to Centre but abhors Left (Downs, 1957, p. 49).

De acordo com o modelo de escolha racional, a probabilidade de os cidadãos votarem é maior se a sua expectativa em relação à importância decisiva do seu voto e aos benefícios esperados pelo facto de votarem forem maiores do que os custos. Colocado perante a escolha entre várias candidaturas o eleitor deverá determinar qual a diferença, para os seus interesses, resultante da vitória (ou derrota) do candidato A, B ou C. Se desta análise não esperar diferenças significativas associadas à vitória ou à derrota de qualquer dos candidatos, o potencial benefício em votar será nulo e maior a probabilidade de não participar no acto eleitoral. Da mesma forma, se o eleitor perceber que o seu voto não terá importância decisiva para o resultado eleitoral, a probabilidade de não votar aumenta.

Blais (2000) apresenta uma análise crítica desta teoria partindo da constatação de que *“unfortunately for the theory, many people do vote. In fact, a clear majority vote in the most important elections, where the numbers of voters is extremely large and the probability of casting a decisive vote is minuscule”* (p. 2). A investigação conduzida por Blais permitiu-lhe concluir que o modelo da escolha racional tem um poder explicativo do comportamento eleitoral muito reduzido. De facto, os resultados do seu estudo mostram que cerca de metade dos eleitores votam sem fazer qualquer cálculo de custos e benefícios, mas sendo impelidos pelo *dever de votar*. Mesmo entre aqueles em que o sentido de dever não é tão forte, as variáveis relativas aos benefícios e aos custos do voto não têm a influência que o modelo de escolha racional prevê. Blais (2000) conclui mesmo que o *custo* não parece ter qualquer influência significativa para o comportamento eleitoral. Face às previsões iniciais do modelo, apenas se verificou que os eleitores estão mais predispostos a votar se sentirem que o seu voto poderá fazer a diferença, embora sobrestimem essa importância. O que parece funcionar não é a percepção de que um voto pode fazer a diferença, mas a de que o resultado das diferentes candidaturas poderá ser muito próximo:

Some people may reason that they decide not to vote, that decision would imply that others with similar political attitudes will also abstain ... that is each citizen may regard his or her single vote as diagnostic of millions of votes, which would substantially inflate the subjective probability of one's vote making a difference (Blais A. , 2000, p. 139).

Esta mesma crítica já tinha sido feita anteriormente por Uhlaner (1989), que concluíra que a teoria racional tem dificuldades em explicar a participação individual nas acções colectivas, o que, no caso do comportamento eleitoral, se traduzia na constatação de que *“Unfortunately for theory, people do vote”* (p. 300). Este e outros argumentos de natureza metodológica são retomados por Green e Shapiro (1994) naquela que é a obra mais referenciada na análise crítica da teoria da escolha racional. A abordagem destes autores incide em aspectos metodológicos, onde criticam o desenvolvimento *post hoc* da teoria: *“many of the methodological failings of applied rational choice scholarship are traceable to a style that places great evidence on the development of post hoc accounts of known facts”* (Green & Shapiro, 1994, p. 34); a ausência de testes empíricos: *“those who seek to derive testable propositions from rational choice models frequently find, moreover, that these theories are constructed in ways that insulate them against untoward encounters with evidence”* (p. 38); assim como a selecção, utilização e interpretação de dados seleccionados: *“the biased fashion in which evidence is selected. (...) subtler ways in which evidence is projected from theory rather than gathered independently from it. (...) the strategic retreat from domains in which the theory is found to perform poorly”* (p. 42). A participação eleitoral, que os autores analisam pormenorizadamente no seu livro, é utilizada para exemplificar as fragilidades metodológicas que apontam à teoria da escolha racional:

For our purposes, the case of voter turnout is interesting not because it is a failure but because it illustrates the characteristic ways that rational choice theorists have reacted to discrepancies between theory and observation. In their resolute determination to declare some variant of rational choice theory victorious over evidence (or, alternatively, to declare peace with honor through artful domain restriction), rational choice theorists have trotted out an astonishing variety of conjectures about the costs and benefits of voting, in the process generating an enormous literature, possibly larger in terms of academic citations and sheer bibliographic length than any other rational choice literature in American politics. (Green & Shapiro, 1994, pp. 47-48).

Esta necessidade subjacente de que os eleitores possuam informações detalhadas e correctas sobre o seus interesses e sobre as propostas dos partidos é a principal fragilidade deste modelo, que estes autores procuram ultrapassar recorrendo ao conceito

de *heurística*⁵ e *atalho* cognitivo para explicar como é que os eleitores se tornam capazes de decidir com base em pouca informação (Lupia, McCubbins, & Popkin, 2000; Popkin, 1994; Simon H. A., 1955; Sniderman, Brody, & Tetlock, 1991). Defende-se que os eleitores, incapazes de lidar com a complexidade e o excesso de informação, usam determinados indicadores como, por exemplo, as posições assumidas em relação aos candidatos e aos temas eleitorais por determinados órgãos de comunicação, figuras públicas, organizações ou entidades, para raciocínios heurísticos sobre o interesse das propostas eleitorais. Aquilo de que se está a falar já não é, no entanto, de informação sobre os temas políticos e propostas eleitorais, mas da relação de confiança que os eleitores estabelecem com as fontes de raciocínio *heurístico*. Não possuindo informação sobre os temas e propostas eleitorais, os eleitores *acreditam* que a posição de um candidato é favorável ou desfavorável aos seus interesses em função da confiança que depositam num meio de comunicação social, numa organização, numa entidade ou numa personalidade ou do grau de credibilidade que lhes atribuem. Ou seja, os eleitores decidem, de facto, com base na confiança e não com base na informação. Voltamos então às propostas do modelo sociológico — as pessoas votam de acordo com o seu grupo social —, e psicossocial — as pessoas votam de acordo com a sua identidade política.

Em síntese, da breve apresentação que fizemos dos principais modelos teóricos no estudo do comportamento eleitoral, é possível identificar uma complementaridade entre eles. Os modelos sociológicos valorizam o contributo dos contextos sociais e históricos que estão na origem do aparecimento dos partidos políticos e que, de acordo com esta perspectiva, justificariam as divisões político-partidárias e o conseqüente comportamento dos eleitores; os modelos racionais ou económicos consideram que o papel crucial na definição do comportamento eleitoral é desempenhado pela avaliação dos factores políticos e económicos que caracterizam cada acto eleitoral *per se*; os modelos psicossociais colocam a ênfase na relação entre estes dois tipos de factores, relação que é mediada e moderada

⁵ O conceito de heurística não tem o mesmo significado na ciência política e na psicologia cognitiva. O uso deste conceito na ciência política é feito para sublinhar a aquisição de competência política a partir do uso de estratégias racionais para lidar com a pouca informação, enquanto a investigação feita pela psicologia cognitiva mostra que o raciocínio heurístico é automático, inconsciente e frequentemente disfuncional, conduzindo a conclusões erradas (Kuklinski & Quirk, 2000). Kahneman et al. (1982) apresentam várias investigações que demonstram os erros frequentemente cometidos no processo heurístico em vários tipos de situações que vão da percepção, atribuição e inferência até à decisão.

pela ligação psicológica estabelecida entre os eleitores e os partidos políticos , i.e., a identificação partidária.

No capítulo seguinte iremos analisar em pormenor algumas das principais controvérsias que ainda se mantêm em relação ao comportamento eleitoral, centrando a nossa apresentação e análise nas situações e nos argumentos que pretendem evidenciar as principais fragilidades ou insuficiências do modelo psicossocial.

CAPÍTULO II — CONTROVÉRSIAS NO ESTUDO DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

De acordo com Niemi e Weisberg (2001) persistem seis grandes controvérsias que marcam a investigação do comportamento eleitoral: a persistente diminuição na participação dos eleitores nas votações; a influência das alterações na organização do sistema partidário; o papel desempenhado pela informação; os factores determinantes da escolha eleitoral; a influência da divisão e do equilíbrio de poderes no comportamento eleitoral e o papel da identificação partidária. Estas controvérsias não são independentes entre si e as clivagens que as especificam têm origem nas diferentes abordagens teóricas que estruturam o campo da investigação do comportamento eleitoral e que apresentámos no primeiro capítulo. Nesta perspectiva, iremos particularizar, nas secções subsequentes, as implicações destas diferentes abordagens teóricas na definição das linhas de investigação em cada uma das controvérsias identificadas anteriormente, procurando enfatizar a importância que a identificação partidária tem em cada uma delas. Considerando o objectivo desta dissertação, dedicaremos atenção especial à apresentação e análise das insuficiências e limites que cada uma dessas polémicas evidencia em relação ao poder explicativo do conceito de identificação partidária.

2.1 PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

A controvérsia em torno da participação eleitoral está relacionada com a verificação de que existe uma diminuição consistente e acentuada do número de votantes ao longo de diferentes actos eleitorais. De uma forma geral, a constatação de que se verifica essa tendência é usada como argumento para defender as teses da teoria da escolha racional e do voto económico — que consideram a participação eleitoral como resultado de factores políticos e económicos próprios de cada eleição —, enquanto o inverso é usado como argumento para sustentar as hipóteses defendidas pelos modelos sociológicos e psicossociais — que consideram a participação eleitoral como consequência de um “dever” associado a pertenças sociais ou ligações psicológicas e afectivas a partidos. Como já tivemos oportunidade de expor (cf. Ponto 1.3.5) os pressupostos da teoria da escolha

racional, se levados às últimas consequências, postulam que a participação eleitoral deverá ser próxima de zero, uma vez que não só os ganhos associados ao voto individual são superiores aos custos envolvidos no acto de votar (Brennan & Buchanan, 1984; Buchanan & Tullock, 2001; Downs, 1957; Riker & Ordeshook, 1968; Tullock, 1967), como, também, a probabilidade de o voto de cada eleitor ser decisivo é muito reduzida (Beck N. , 1975; Chamberlain & Rothschild, 1981). Por outro lado, e de acordo com os pressupostos dos modelos psicossociais, a identificação partidária correlaciona-se positivamente com o voto (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960), pelo que qualquer diminuição persistente e acentuada da participação eleitoral pode ser vista como uma evidência de que não existe essa ligação psicológica e emocional dos eleitores aos partidos políticos (Dalton, 2000; Wattenberg, 2000). Do mesmo modo, se os modelos sociológicos defendem a tese de que os eleitores votam “*not only with their social group, but also for it*” (Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1944, p. 148), a diminuição da participação eleitoral também pode ser interpretada como evidência da independência deste comportamento em relação aos grupos sociais a que os eleitores pertencem.

2.1.1 COMO MEDIR A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL?

Embora possa parecer algo bastante objectivo, a simples constatação da diminuição da participação eleitoral não é um facto consensual. No relatório publicado pelo *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (Pintor, Gratschew, & Sullivan, 2002), em que se analisa a participação eleitoral registada entre 1945 e 2001 em 153 países, os autores concluem:

Worldwide turnout, 1945-2001 shows a notable decline in voter turnout since the mid-1980s (...). However, this global trend is not consistently reflected across regions (...) Africa experienced a pronounced increase in turnout, riding the wave of democratization to the mid-1980s. After ten years of elections, Central and East European countries are still increasing voter turnout. Turnout in North and South American countries has remained stable across the time period, as has that of Oceania and Western Europe. The Middle East has a varied turnout record, but Asia has seen the most pronounced variations (p. 77).

Como se pode verificar da leitura deste excerto, embora se afirme que existe um declínio notável na participação eleitoral desde a década de 80, também se conclui que a participação eleitoral tem aumentado na Europa Central e Oriental e que se tem mantido estável nos países da América do Norte e da Europa Ocidental. Ora, é essencialmente com base na análise do comportamento eleitoral dos Estados Unidos e dos países da Europa

que vários autores têm defendido que se regista uma diminuição significativa da participação eleitoral e, com fundamento nessa constatação, teorizam sobre as suas implicações na concepção do comportamento eleitoral (Dalton, McAllister, & Wattenberg, 2000; Teixeira, 1992; 1988; Wattenberg, 1994; Wattenberg, 2000).

Este exemplo ilustra bem a existência de problemas de natureza metodológica relacionados com a medição da participação eleitoral. Questões relativas à selecção do período temporal sobre o qual incide a análise, ao modo como se contabiliza a participação eleitoral e à selecção dos países que se incluem na amostra em estudo são relevantes e, diferentes opções na operacionalização destas variáveis, levam, também, a resultados diferentes. Por exemplo, Topf (1995) e Wattenberg (2000), partindo de séries temporais diferentes — Topf, estudando todas as eleições entre 1945 e 1992, e Wattenberg, comparando as percentagens de participação eleitoral das duas primeiras eleições da década de 50 com as das duas eleições mais recentes — e considerando, também, grupos de países diferentes — Topf, analisando as eleições realizadas nos países da Europa Ocidental e Wattenberg, centrando os estudos nos países da OCDE (embora as suas conclusões relativas à diminuição da participação eleitoral não se apliquem aos países escandinavos) — chegam a conclusões opostas sobre a diminuição da participação eleitoral: Topf conclui que *“there is no evidence of a general trend towards lower levels of electoral turnout”* (1995, p. 50) enquanto Wattenberg conclui que *“turnout has declined in advanced industrialized democracies”* (2000, p. 71).

McDonald e Popkin (2001), analisando os estudos relativos à participação eleitoral nos Estados Unidos, defendem que o declínio na participação se deve essencialmente ao facto de o cálculo da participação eleitoral ser feito com base na população em idade de votar (VAP — *voting age population*) e não considerando apenas a população elegível (VET — *voting eligible population*)⁶. Comparando as percentagens eleitorais obtidas, usando como denominador a população em idade de votar, e os votantes elegíveis nas eleições realizadas entre 1972 e 2000, os autores concluem que:

Correcting the data changes the level of the turnout rate sufficiently to come to some different conclusions about the trends. Contrary to Teixeira (1992, 25), we agree with Wolfinger (1993, p. 7) that use of the VAP leads to errors that are unevenly distributed

⁶ A legislação relativa ao recenseamento eleitoral é bastante diferente nos diferentes Estados dos EUA, o que leva os investigadores a usar como referente para o cálculo da participação eleitoral a população em idade de votar (VAP).

geographically and chronologically and produces “quite misleading distortions”. (McDonald & Popkin, 2001, p. 968)

A importância deste aspecto também é evidenciada pelos resultados obtidos por Doppelt e Shearer (1999), que estimam em 18 milhões o número de cidadãos não eleitores entre a população adulta residente nos Estados Unidos da América, o que representa 8.5% da população com idade de votar e a sua inclusão ou não nos cálculos da abstenção pode determinar conclusões diferentes sobre a evolução deste indicador.

Numa perspectiva diferente, Freire e Magalhães (2001) analisam a importância da sobrecontabilização oficial do contingente de abstencionistas resultante da inflação de inscritos no recenseamento eleitoral em Portugal, concluindo que:

Os maiores desvios entre a abstenção oficial e a abstenção ‘real’ ocorreram em 1991 (8.9) e 1995 (9.6), tendo sido pouco reduzidos após a limpeza dos cadernos em 1998 (1999: 8,3). Ainda assim, a diferença entre os dois valores da abstenção (oficial e ‘real’) é bastante superior a 5% e significativamente mais alta do que aquela que se verificou em qualquer eleição realizada no período 1975-1987. (...) para analisar comparativamente as taxas de abstenção portuguesa será mais adequado utilizar como base de cálculo o conjunto dos residentes em idade de votar e não os inscritos no RE (Freire & Magalhães, 2001, pp. 10-11).

Além destas reservas em relação às conclusões dos estudos sobre o aumento ou diminuição da participação eleitoral, existe ainda outro aspecto metodológico, de natureza diferente, mas muito mais relevante para os objectivos deste trabalho, que está relacionado com o facto de se analisar a participação eleitoral usando dados agregados ou recorrendo a estudos individuais. Apenas os estudos individuais nos permitam conhecer o percurso particular de cada sujeito em relação à participação eleitoral e saber se sua diminuição é fruto de um movimento de desalinhamento dos eleitores em relação aos partidos políticos com que se identificavam, ou se é um passo intermédio num processo de realinhamento partidário e, ainda, saber se é um fenómeno geral, afectando toda a população de forma igual, ou um fenómeno de natureza geracional. Na secção seguinte deste capítulo, onde se abordam as controvérsias em torno das mudanças no sistema partidário (cf. ponto 2.2.3), retomaremos a questão da utilização de dados agregados ou individuais e analisaremos a importância desta opção na avaliação do valor explicativo do conceito de identificação partidária.

2.1.2 O PUZZLE DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Para lá das questões de natureza metodológica, também existe controvérsia relativamente às variáveis que influenciam a participação eleitoral. Um dos modelos explicativos mais divulgados faz depender a participação eleitoral dos *recursos* dos sujeitos, nomeadamente, o rendimento, a profissão e o nível de educação académica (Brady, Verba, & Schlozman, 1995; Verba & Nie, 1972; Verba, Schlozman, & Brady, 1995). Várias investigações mostram, no entanto, que o aumento dos níveis destes indicadores na população não se traduz em aumentos da participação eleitoral, levando àquilo a que Brody (1978) designou por *puzzle da participação eleitoral* e que Rosenstone e Hansen (2001) se propõem resolver através de um modelo que se centra na *mobilização* e que desloca o foco de atenção, dos eleitores para a incapacidade de mobilização do sistema político, defendendo que são os partidos políticos, as campanhas e os movimentos sociais a chave do problema, uma vez que fornecem aos eleitores,

(...) fewer chances to take part in elections, fewer opportunities to share the burdens of political involvement, and fewer occasions to gain the rewards and satisfactions of political activity. Citizens did not fail the political system; if anything, the political system failed them. (Rosenstone & Hansen, 2001, p. 79)

Em termos gerais, para estes autores a participação eleitoral resulta da pressão exercida pelas redes sociais. A necessidade de aceitação social e valorização que caracteriza as pessoas leva-as a serem susceptíveis a este tipo de mobilização. Esta abordagem está próxima da perspectiva sociológica que sustenta que os sujeitos actuam de forma colectiva e socialmente integrada: "(...) *people vote, not only with their social group, but also for it*". (Lazarsfeld et al., 1968, p. 148).

Klingemann e Fuchs (1995) defendem, no entanto, que o processo de modernização das sociedades da Europa Ocidental deu origem a cidadãos informados que se caracterizam por um elevado sentido de eficácia e de orientação *instrumental* em relação à política e que, por essa razão, estão menos predispostos a participar em eleições cujos resultados são pouco influenciados pela sua participação individual. Magalhães (2004; 2005), analisando a participação eleitoral em Portugal também conclui que os eleitores portugueses reconhecem a legitimidade do sistema democrático, mas manifestam insatisfação com o seu funcionamento e distanciam-se emocionalmente dos partidos políticos. Almond e Verba (1965) já tinham enunciado aquilo a que chamam *mito da competência cívica*, defendendo que o que conta numa democracia estável não são os

cidadãos politicamente activos, mas os cidadãos politicamente competentes, que acreditam que, se quiserem, podem influenciar o processo político. De acordo com esta abordagem, a participação dos cidadãos nos actos eleitorais deve ser moderada na sua frequência e formas. Uma participação elevada ou demasiado reduzida pode ser um indicador de ameaças ao equilíbrio do sistema. Nesta perspectiva,, aquilo que interessa avaliar nos estudos de participação eleitoral não são as taxas de abstenção mas os factores que em determinados momentos motivam a baixa ou o aumento da participação eleitoral, na medida em que podem ser indicadores da existência de instabilidade ou conflito social.

Numa outra linha, Franklin (2001, 2002, 2004) considera que os modelos que se baseiam nos *recursos* e na *mobilização* dos eleitores, centram o problema da participação nos sujeitos e têm subjacente a ideia de que a participação eleitoral é um indicador do nível de cultura cívica dos cidadãos, quando os dados disponíveis mostram que a participação eleitoral é flutuante, varia substancialmente entre eleições nacionais e eleições para órgãos locais ou regionais, não sendo sustentável argumentar que essas variações estejam relacionadas com alterações nos recursos e na cultura cívica dos cidadãos. Para este autor as flutuações na participação eleitoral dizem muito mais sobre a natureza da eleição em causa do que sobre os eleitores. Assim, o nível de disputa e competitividade que caracteriza cada eleição particular é uma fonte de *motivação instrumental* que constitui uma variável central na participação eleitoral. Outros autores referenciam outro tipo de variáveis institucionais que afectam a participação eleitoral. Por exemplo, Blais e Dobrzynska (1998) mostram que o voto obrigatório aumenta a participação eleitoral e que a alteração da idade mínima para votar, de 21 para 18 anos, reduz a percentagem de participação eleitoral em 5%. Um resultado idêntico também é referido por Franklin (2004), enquanto Rallings e Thrasher (2006) encontram evidência de que a participação eleitoral aumenta se for permitida a votação por correio.

Os autores que se filiam no modelo psicossocial encaram a participação eleitoral numa perspectiva bastante diferente, realçando que existe uma relação bastante elevada entre a participação eleitoral e a identificação partidária, no sentido de que quanto mais forte é a identificação a um partido político, maior é a percentagem de participação eleitoral (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Miller & Shanks, 1996; Powell, 1982; Verba & Nie, 1972). Para este autores é o envolvimento psicológico e motivacional dos sujeitos em relação aos partidos políticos que os leva a ter interesse na actividade política e a participar nas eleições. Os eleitores votam em defesa da sua identidade política e a sua predisposição para participar numa eleição depende da percepção que têm da importância

dessa participação para a defesa dos valores e crenças do seu grupo e para a preservação da sua imagem e coesão, assim como da identidade social que lhe está associada. Nesta perspectiva,, não é apenas a necessidade de afirmação de supremacia de um grupo sobre outro que é relevante e que leva os eleitores a votar. Essa pode ser uma das motivações dos sujeitos que se identificam com os partidos mais fortes e que alternam entre si o exercício do poder político. No entanto, os eleitores de outros partidos que não dispustam a vitória eleitoral, votam porque as eleições são, no contexto da organização dos sistemas políticos democráticos, uma das formas socialmente aceites, talvez mesmo a mais valorizada, para a expressão e afirmação pública da identidade política.

2.1.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ABSTENCIONISTAS

Menos controversa parece ser a descrição do perfil dos sujeitos abstencionistas. Os resultados das diversas investigações são bastante consensuais no reconhecimento de que a idade é um factor relevante na participação eleitoral — os sujeitos mais velhos têm taxas de participação mais elevadas —, embora haja desacordo na sua definição como fenómeno geracional ou maturacional, e que variáveis como o sexo e a profissão não têm relações significativas com a participação eleitoral. Por exemplo, Topf (1995) não encontra relações significativas entre as variáveis sexo e educação e a probabilidade de votar, embora encontre relações entre este comportamento e a idade: os sujeitos mais velhos tem maior tendência a votar do que os jovens. Por sua vez, Dopplet e Shearer (1999) descrevem o perfil dos 100 milhões de não votantes norte-americanos nas eleições de 1996. De acordo com estes autores, embora seja um facto que a maioria dos abstencionistas correspondam ao estereótipo tradicionalmente associado a este comportamento, isto é, são marginalizados, pobres, pouco instruídos, jovens e membros de grupos minoritários, isso não deve fazer esquecer que entre os abstencionistas cerca de 18% ganham mais de 50.000 dólares por ano, 44% concluíram ou frequentaram o ensino superior e 25% têm, pelo menos, 45 anos de idade. Destes dados ressalta também que a idade parece ser a maior diferença entre os votantes e os não votantes: 78% dos não votantes têm entre 18 e 44 anos, enquanto apenas 48% de votantes estão dentro desta faixa etária; 39% dos não votantes e 18% dos votantes têm menos de 30 anos. Uma outra característica relevante é o facto de 46% dos não votantes americanos se definirem como independentes do sistema político não tendo qualquer filiação ou simpatia partidária. Estes autores reúnem os não votantes em cinco grupos distintos: os empreendedores (*doers*), os desligados (*unplugged*), os irritáveis (*irritables*), os indecisos (*don't knows*) e os marginalizados (*allienateds*). Os *empreendedores* representam cerca de 30% dos não votantes e são

caracterizados por serem jovens, instruídos, envolvidos nas actividades comunitárias, consumidores de informação e geralmente bem informado sobre política. O perfil deste grupo é muito próximo do dos votantes; Os *desligados* constituem cerca de 27% dos não votantes e são a imagem simétrica do grupo dos empreendedores: são pouco instruídos, não seguem as informações políticas, não lêem jornais nem vêem TV. São igualmente um grupo com idades abaixo dos 45 anos; O grupo dos *irritáveis* está informado sobre o que se passa na política e na gestão pública e não gosta. São o segundo grupo onde a idade média é mais elevada e um dos grupos onde os rendimentos são superiores (logo após o do empreendedores). São também o grupo com os níveis de instrução mais elevado (25% concluíram o ensino superior); Os *indecisos* são caracterizados pela indiferença relativamente às questões políticas e sociais e por uma maior dedicação à família e ao trabalho. Não dispõem de informação relativamente à vida política. O grupo dos *marginalizados* são o núcleo duro dos não votantes. Em Julho de 1996 um terço deste grupo já tinha decidido que não votaria em Novembro. São o grupo mais idoso de todos os não votantes, o mais pobre e caracterizam-se por evidenciarem uma opinião extremamente negativa e pessimista sobre os políticos, as instituições e o impacto das eleições. Também Viegas e Faria (2005) defendem que se verifica maior propensão para a abstenção entre os sujeitos com menos interesse pela política e com menos ligações afectivas em relação a partidos políticos ou a posições ideológicas. Estes autores verificam que a abstenção é maior entre os sujeitos mais jovens e também que, em Portugal e em Espanha, a abstenção é maior entre aqueles que não tem uma relação conjugal ou que não manifestam adesão a comportamentos religiosos.

Estas descrições dos abstencionistas estão de acordo com aquilo que o modelo psicossocial prevê. Os abstencionistas são essencialmente sujeitos para quem a actividade política e os partidos políticos não são relevantes (ou são, pelo menos, pouco relevantes) na definição da sua identidade social — nomeadamente os grupos dos *desligados*, dos *indecisos* e dos *empreendedores* —, ou para quem o estatuto de contestatário e de *outsider* em relação ao sistema político partidário é um aspecto relevante da sua identidade social — os grupos dos *irritáveis* e dos *marginalizados*. Já o facto de haver sujeitos que se identificam com partidos políticos e, apesar disso, se abstêm de participar numa eleição é dificilmente explicável por este modelo.

Desta breve apresentação das principais questões associadas à controvérsia sobre a participação eleitoral podemos concluir que se trata de uma área do comportamento político em que predominam as investigações que estabelecem uma relação entre as

abordagens sociológicas, centradas na mobilização e nos factores contextuais da organização do sistema político e eleitoral, e a abordagem da escolha racional, centrada no valor instrumental do voto. Para a abordagem psicossocial, centrada na identificação partidária, as questões da participação eleitoral são menos relevantes uma vez que o seu foco de atenção é colocado nos sujeitos que se identificam com um partido e esses são, à partida, os que revelam maior interesse e propensão para participar nas eleições. Para estes últimos autores as grandes variações na participação eleitoral tendem a ser vistas como estando relacionadas com factores geracionais que interferem no processo de socialização que está na origem da identificação partidária (Green, Palmquist, & Schickler, 2001; Green, Palmquist, & Schickler, 2002; Miller & Shanks, 1996).

Em síntese, os modelos sociológicos defendem que os eleitores votam pelo seu grupo social, os modelos psicossociais defendem que o fazem pela sua identidade política e os modelos de escolha racional argumentam que o fazem pelo seu interesse pessoal. Para cada uma destas abordagens a participação eleitoral aumenta sempre que os sujeitos sentirem, respectivamente, que o seu grupo social, a sua identidade política ou o seu interesse pessoal está em perigo.

2.2 MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO

A controvérsia em torno das mudanças na organização do sistema partidário está relacionada com a verificação de que existe uma alteração consistente e acentuada no tipo de ligação que os eleitores têm com os partidos políticos. De uma forma geral, a constatação de que existem, de eleição para eleição, alterações nessa relação é usada como argumento para defender as teses da teoria da escolha racional e do voto económico — que consideram que a ligação dos eleitores aos partidos políticos é de natureza racional e meramente instrumental e, por essa razão, mais susceptível de se alterar com o objectivo de se ajustar aos interesses dos eleitores —, enquanto o inverso é usado como argumento para sustentar as hipóteses defendidas pelos modelos sociológicos e psicossociais — que consideram a ligação dos sujeitos aos partidos políticos tem raízes nos seus grupos sociais de referência, na identidade social e nos processos de socialização e, por essa razão, é menos susceptível de mudanças rápidas motivadas por factores proximais específicos de cada eleição. De acordo com estas abordagens, as mudanças que ocorrem na ligação dos cidadãos aos partidos políticos são fenómenos lentos, graduais e essencialmente geracionais.

É o conceito de identificação partidária que é particularmente visado nesta controvérsia, não só com base na pretensa dificuldade da sua adaptação a sistemas eleitorais que não sejam essencialmente bi-partidários, como é o caso da maioria dos países da Europa ocidental (Budge, Crewe, & Farlie, 1976) mas, especialmente, com o argumento de que se verifica um enfraquecimento progressivo da ligação dos sujeitos aos partidos políticos, quer nos EUA (Nie, Verba, & Petrocik, 1976; Stanley & Niemi, 1991; Stanley & Niemi, 2000), quer na Europa (Crewe & Denver, 1985; Dalton, 1984; Dalton, 2000; Dalton, Flanagan, & Beck, 1984; Schmitt & Holmberg, 1995), que põe em causa a tese da estabilidade da identificação partidária e que aponta para um progressivo desalinhamento dos eleitores em relação aos partidos políticos. Nesta perspectiva,, este tipo de debate centra-se na análise dos movimentos dos eleitores em relação aos partidos políticos, procurando identificar evidências que sustentem a existência de *desalinhamentos* nessa relação ou que, pelo contrário, mostrem que esta relação é estável e duradoura.

2.2.1 DESALINHAMENTO

A tese do desalinhamento eleitoral surgiu a partir da verificação de uma diminuição acentuada da identificação dos eleitores a um dos partidos políticos e do consequente aumento dos sujeitos que se declaravam independentes nos estudos eleitorais realizados nos EUA a partir de 1964 (Burnham, 1970; Carmines, McIver, & Stimson, 1987; Converse, 1976; Nie, Verba, & Petrocik, 1976). A tentativa inicial de explicar este fenómeno como consequência de factores específicos da vida política norte-americana da época como, por exemplo, a guerra do Vietnam ou a luta pelos direitos cívicos dos cidadãos afro-americanos, não se revelou consistente pela verificação de que este fenómeno de desalinhamento também ocorria noutros países, nomeadamente, europeus (Dalton, Flanagan, & Beck, 1984; Crewe & Denver, 1985). A conjugação destes resultados nos EUA e na Europa sustentou a hipótese de que se verificava, de uma forma generalizada e em vários países, um processo de desalinhamento dos eleitores em relação aos partidos políticos que, não só punha em causa o valor da identificação partidária na explicação do comportamento eleitoral, como desafiava mesmo a natureza do actual sistema político partidário (Dalton, 1984; Dalton, 2000; Dalton, Flanagan, & Beck, 1984; Dalton, McAllister, & Wattenberg, 2000; Inglehart R. , 1990). Na perspectiva destes autores, os laços entre os eleitores e os partidos políticos parecem ter sido afectados em consequência da modernização política e social que caracteriza as sociedades industriais mais avançadas. São os eleitores mais jovens, com maior nível de escolarização e com maior informação política, aqueles que mostram maior tendência para não se identificarem com nenhum

partido, para se envolverem em actividades políticas não partidárias e para sustentarem as suas opções eleitorais em motivos que vão para além dos temas e interesses específicos das agendas partidárias (Topf, 1995). Este tipo de eleitores, sem ligações afectivas aos partidos políticos, parece tomar as suas decisões eleitorais com base nas variáveis políticas e económicas que caracterizam o momento específico em que se realiza cada um dos actos eleitorais: *“Rather than socially structured and relatively homogeneous personal networks, contemporary publics are more likely to base their decisions on policy preferences, performance judgements, or candidate images”* (Dalton & Wattenberg, 2000, p. 276).

Perante estes dados parecia que a identificação partidária, enquanto conceito capaz de explicar o comportamento eleitoral, estaria condenada a passar à história da ciência política. No entanto, resultados de investigações conduzidas a partir de 1980 vieram evidenciar que dois terços dos americanos adultos continuam ainda a identificar-se como Democratas ou como Republicanos (Green, Palmquist, & Schickler, 2002) e que mesmo os sujeitos que se identificam como independentes são, na sua maioria, falsos independentes que agem, de facto, como Democratas ou Republicanos, uma vez que, quando instados a escolher acabam por manifestar preferência por um ou outro destes partidos (Keith, Magelby, Nelson, Orr, Westley, & Wolfinger, 1992). Por outro lado, Schmit & Holmberg (1995) encontram evidência de que embora a identificação partidária esteja em declínio na Suécia, Irlanda, Itália e França, está em recuperação na Inglaterra e Alemanha, é estável na Holanda, Dinamarca, Noruega e Bélgica e está a crescer nos países do sul da Europa. Para além disso, estes autores também encontram diferenças na identificação partidária consoante o tipo de partido em questão, nomeadamente, que o apoio dos eleitores identificados com os partidos democratas cristãos, conservadores, socialistas e comunistas é mais forte do que aquele que caracteriza os eleitores que se identificam com outros tipos de partidos, diferenças que parecem estar associadas ao nível de confronto ideológico entre partidos: *“Political conflicts are the raison d’être, the breath of life, for political parties. Without conflicts parties languish”* (Schmitt & Holmberg, 1995, p. 123).

Estes dados parecem mostrar que aquilo que alguns autores identificaram como sendo um movimento consistente de desalinhamento dos eleitores em relação aos partidos políticos pode ser apenas um fenómeno transitório associado a uma diminuição conjuntural do conflito intergrupalo, nomeadamente em torno da importância do debate político e ideológico. Existem, aliás, vários textos de cientistas sociais que, desde os anos 60, ou seja, no mesmo período em que se verificou o pretendo movimento de desalinhamento eleitoral, apontam para a diminuição da importância das ideologias (Bell, 1960;

Fukuyama, 1992; Lipset S. M., 1960; Shklar, 1957) e, embora essa conclusão não seja consensual (Ball & Dagger, 2003; Freire, 2005), ela é, pelo menos, um indício de que o debate e a confrontação ideológica terão diminuído de importância durante estes anos. Neste sentido, parece-nos que se pode argumentar que, quer o alinhamento, quer o desalinhamento eleitoral, não podem ser vistos como processos autónomos mas como consequência da existência de competição e conflito ideológico e político, assim como da sua intensidade, ou seja, de factores que introduzem instabilidade e mudança nos contextos em que ocorrem as eleições. Se houver conflito ideológico e político, como é próprio de uma democracia, haverá um fortalecimento do alinhamento partidário, provocado pelo significado emocional e avaliativo da pertença a um grupo (partido), que se exprime no favoritismo por esse partido e na discriminação em relação aos outros partidos; se os níveis de conflito forem diminutos a importância emocional e avaliativa desse alinhamento partidário tenderá a ser menos relevante e o favoritismo pelo endogrupo, assim como a discriminação em relação ao exogrupo diminuirá.

Os resultados destas investigações são compatíveis como uma interpretação de que aquilo que foi inicialmente entendido como um movimento de desalinhamento eleitoral, mais não foi do que um recentrar do interesse político e do debate ideológico em temas e problemas que não faziam parte da agenda partidária dessa época. Nesta perspectiva, aquilo que ocorreu a partir de 1964 nos EUA e na Europa mais do que um processo de desalinhamento foi, de facto, um processo de realinhamento partidário e de criação de identidades políticas novas ou de readaptação de anteriores identidades à nova situação.

2.2.2 REALINHAMENTO

O realinhamento político, inicialmente teorizado por Key (1955), refere-se a eleições críticas em que ocorrem alterações profundas e duradouras nas clivagens eleitorais anteriores. Nos casos em que os eleitores votam num partido diferente daquele com que se identificam, mas mantêm a sua identidade partidária, estamos apenas perante um desvio eleitoral temporário. Alguns exemplos de eleições desviantes, de acordo com Campbell (1960; 1966), são as eleições americanas de 1916, em que a maioria dos eleitores votou no candidato Democrata Woodrow Wilson, permanecendo, no entanto, identificada com o partido Republicano, e as eleições de 1952 e 1956 em que o candidato Republicano Dwight Eisenhower venceu, embora os eleitores permanecessem na sua maioria identificados com o partido Democrata. Para aquele autor, em contraste com as

eleições desviantes, as eleições de realinhamento não são marcadas pela personalidade do candidato, mas pela existência de um grande conflito ideológico:

It is significant that neither Lincoln, McKinley, nor F. D. Roosevelt was a military figure, and none of them possessed any extraordinary personal appeal at the time he first took office. The quality, which did distinguish the elections in which they came to power, was the presence of a great national crisis, leading to a conflict regarding governmental policies and the association of the two major parties with relatively clearly contrasting programs for its solution. In some degree, national politics during these realigning periods took on an ideological character. The flow of the vote was not a temporary reaction to a heroic figure or a passing embarrassment of the party in power; it reflected a reorientation of basic party attachments brought about during critical periods in the nation's history" (Campbell A. , 1966, p. 76).

Burnham (1970) defende que as eleições de realinhamento não ocorrem de forma aleatória, mas que é possível encontrar na história eleitoral norte-americana a ocorrência deste tipo de eleições de uma forma cíclica em cada trinta anos. Durante esse período há uma acumular de tensões sociais que culminam numa eleição caracterizada por um aumento significativo do número de eleitores e por uma mudança que leva a um novo ordenamento partidário que é essencialmente marcado por uma nova polarização ideológica. Ou seja, só poderá haver realinhamento se houver confronto ideológico extremado por uma crise nacional e, simultaneamente, se houver partidos políticos fortes, na medida em que o realinhamento implica a mobilidade de um grande número de eleitores em direcção a outro partido político que não é apenas considerado como tendo melhores condições para governar naquele período, mas que é também visto como sendo, globalmente, *melhor* que o partido anterior.

Inglehart (2000) considera que os dados provenientes do *Estudo Mundial de Valores* evidenciam que se regista uma profunda mudança de valores que está a redesenhar a vida económica, política e social à escala mundial. Esta mudança caracteriza-se pela passagem de valores materialistas associados às sociedades que viveram debaixo de condições de vida precárias, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista da sua segurança, para valores pós-materialistas que começam a caracterizar as sociedades actuais, onde as questões prioritárias já não são a sobrevivência, mas a qualidade de vida e a realização pessoal. De acordo com este autor é a prosperidade económica e social que dá origem ao desenvolvimento dos valores pós-materialistas, enquanto o processo de socialização explica que as mudanças nos valores individuais e sociais se produzam de forma gradual.

For the most part, fundamental value change takes place as younger birth cohorts replace older ones in the adult population of a society. Consequently, after a long period of rising economic and physical security, one should find substantial differences between the value priorities of older and younger groups; they have been shaped by different experiences in their formative years. (Inglehart R. , 2000, p. 221)

Esta alteração de valores traduz-se no aparecimento de novos movimentos sociais e políticos como, por exemplo, os movimentos ambientalistas e feministas e de atitudes de maior abertura perante a diversidade cultural e sexual que não encontraram eco imediato nos partidos políticos tradicionais, levando os jovens pós-materialistas a desenvolverem uma identidade e uma participação política que não valorizava o envolvimento partidário nem a participação eleitoral. Terá sido esta característica que levou alguns autores a perspectivar este movimento como tratando-se de uma tendência de desalinhamento. Verificou-se, no entanto, que alguns desses movimentos se converteram posteriormente em novos partidos políticos — como foi o caso de muitos dos movimentos ecologistas —, e que os partidos políticos tradicionais começaram progressivamente a integrar estas novas preocupações políticas e sociais nos seus programas eleitorais. Este movimento transformou o processo inicial de desalinhamento partidário e de acção política essencialmente extra partidária, num processo de realinhamento partidário que alterou os equilíbrios eleitorais e fez surgir novas forças políticas, nomeadamente na Europa, reconduzindo o debate político para o âmbito da intervenção partidária. Exemplos dessa tendência podem ser encontrados em Portugal na transformação do CDS em CDS-PP, absorvendo um movimento que tinha surgido em torno da intervenção política, feita por jovens sem ligações partidárias, através do jornal *Independente*; no aparecimento do Bloco de Esquerda que resulta, entre outros factores, da agregação de militantes em defesa da despenalização do aborto, dos direitos dos homossexuais e da despenalização do consumo das drogas leves; na adopção, pelo PS, da defesa da despenalização do aborto; na adopção, por todos os partidos, de propostas de defesa do ambiente; etc.

Parece, pois, tal como defendem Montero e Gunther (2002), que a democracia e o debate político têm uma relação muito forte com os partidos políticos e que não se perspectiva que o papel destes na vida democrática esteja em causa. Enquanto regime político baseado na confrontação de opiniões e de soluções alternativas, a democracia necessita de entidades colectivas que representem as diferentes alternativas e que congreguem a participação dos defensores de diferentes soluções nos vários processos decisórios, nomeadamente os eleitorais. Conclusão semelhante é retirada por Linz (2002) que, analisando o papel dos partidos nas democracias contemporâneas, afirma: “*Fortunately,*

the ambivalence toward political parties which we find in our democratic societies, at least for the time being, has not led to their rejection in principle as it did in the first half of the twenty century (p. 315). Também Webb (2002), conclui, a propósito dos partidos políticos, que *“If they did not exist in advanced industrial democratic world, somebody would undoubtedly have to invent them”* (p. 458).

Em síntese, os partidos políticos justificam-se pela existência de grupos com interesses divergentes em aspectos relevantes da vida social da maioria dos cidadãos de um país, fazendo parte, por consequência, da identidade social desses cidadãos. Só há partidos políticos se houver divergências significativas entre vários grupos em relação a causas, valores e interesses. Quando se alteram as causas, os valores e os interesses dos cidadãos — o que não acontece com frequência, mas acontece —, os partidos políticos ou conseguem acompanhar essas mudanças ou dão lugar a novos partidos. Esses movimentos de *realinhamento* correspondem a uma reorganização da realidade social e, por consequência das identidades sociais e do campo político-partidário.

2.2.3 QUESTÕES METODOLÓGICAS: DADOS AGREGADOS OU INDIVIDUAIS?

A análise das hipóteses relativas à instabilidade da identificação partidária, realinhamento ou desalinhamento dos eleitores, exige que se clarifique o que se entende por instabilidade, uma vez que esta pode ser considerada, quer numa perspectiva agregada — em que se analisam as mudanças da identificação partidária nos eleitores, considerados na sua globalidade, ao longo de um determinado período de tempo —, quer numa perspectiva individual — em que se analisam as mudanças na identificação partidária dos sujeitos, considerados individualmente. Por exemplo, Miller (2001) explica o realinhamento da identificação partidária ocorrido no sul dos EUA entre 1960 e 1988, e que esteve na origem de muitos estudos que contestavam a natureza estável da identificação partidária, como resultado de mudanças geracionais: *“we believe this era has shaped party predispositions of the young cohorts of voters who have come of age since 1968, while not affecting the older generations in a similar way”* (p. 339). Ou seja, para este autor não se tratou, em rigor, de uma modificação da identificação partidária dos sujeitos que já eram eleitores, mas de uma quebra no processo de socialização que garantia a transmissão da identificação partidária para as gerações seguintes: *“the argument is that declining aggregate rates of turnout through 1988 were the direct result of the continually increasing size of an extraordinarily nonparticipant post-New Deal generation as a component of the electorate”* (p. 342). Este autor verifica, também, que a identificação partidária das

gerações anteriores ao *New Deal* não foi afectada pelas profundas transformações políticas que levaram as novas gerações a adoptar identificações partidárias diferentes das dos seus antecessores, o que, na sua perspectiva, mostra que a identificação partidária, uma vez estabelecida, é bastante estável e persistente, numa conclusão em tudo semelhante àquela a que Inglehart (2000) chegou a propósito da alteração de valores materialistas para pós-materialistas. Face a esta explicação, poderemos ver que um mesmo acontecimento pode ser interpretado, quando analisado ao nível agregado, como uma evidência de que a identificação partidária não é tão estável como se suponha, uma vez que se verifica, de facto, que os estados do Sul dos EUA deixaram de ser maioritariamente Democratas para se tornarem Republicanos e, quando analisada a nível individual, pode mostrar que a identificação partidária é tão estável e persistente que mesmo perante acontecimentos que levaram as gerações mais novas a adoptarem identificações partidárias diferentes das dos seus antecessores, os eleitores que já tinham uma identidade partidária estabelecida, não a alteraram.

Um número significativo de estudos que questionam a natureza estável da identidade partidária sustenta-se na análise de dados agregados. No entanto, como já vimos, este tipo de dados provêm de estudos feitos com populações diferentes e não nos permitem tirar conclusões sobre o modo como a identidade partidária se desenvolve em cada indivíduo ou mesmo se as mudanças na composição de uma população são devidas a fenómenos migratórios e mudanças geracionais ou a alterações na identidade de cada um dos eleitores. Uma parte importante deste tipo de investigações é feita recorrendo ao conceito de *macropartisanship*, introduzido por MacKuen, Erikson & Stimson (1989), que consiste na análise da estabilidade temporal do rácio entre Democratas e Republicanos, calculado com base na percentagem de Democratas dividida pela soma da percentagem de Democratas e Republicanos, e na sua comparação com factores que os autores consideram ser as potenciais fontes de mudança: a confiança do consumidor — indicador económico — e o comportamento do Presidente — indicador político. Green, Palmquist & Schickler (2001) fazem um exame crítico desta metodologia, sublinhando que os dados referentes à identidade partidária e aos indicadores de satisfação e confiança são obtidos em inquéritos conduzidos por instituições diferentes, entrevistando pessoas diferentes, o que limita bastante as suas conclusões. No entanto, mesmo não considerando estes aspectos de natureza metodológica, estes autores verificam que os resultados obtidos não se adequam às previsões feitas através deste modelo. Embora os dados agregados mostrem que a identificação partidária se altera em função das circunstâncias económicas, também mostram que essa alteração é muito menor e muito mais lenta do que era previsto: “*It is*

not that people fail to notice political events or to change their minds about the parties. It is simply that party identification is different from a simple evaluation of which party is better. Party identification is a root for social identity: one thinks of oneself as a Democrat or Republican” (Green, Palmquist, & Schickler, 2001, p. 362). Para além destas críticas, Abramson & Ostrom (1991; 1992), alertam ainda para o facto de MacKuen et al. (1989) terem utilizado os dados da empresa de sondagens e estudos de opinião Gallup que usa, para a identificação partidária, uma questão diferente daquela usada pelos estudos conduzidos pelo ANES e que constituem a base da maioria dos estudos eleitorais americanos.

Em síntese, a estabilidade que nos interessa considerar no âmbito de um estudo sobre a identificação partidária não é a estabilidade dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos políticos ao longo de vários actos eleitorais, nem a estabilidade da identificação partidária considerada como indicador agregado, mas a estabilidade da identificação partidária em cada um dos eleitores considerado individualmente. Embora existam relações evidentes entre os diferentes níveis de análise, não podemos afirmar, se nos mantivermos num nível de análise de dados agregados, que os resultados eleitorais se mantêm estáveis porque a identificação partidária dos indivíduos é estável, uma vez que poderá acontecer que um número elevado de eleitores tenha trocado a sua identidade partidária mantendo-se a proporção relativa entre os diferentes grupos, da mesma forma que não podemos afirmar que a instabilidade nos resultados dos partidos políticos se deve a alterações na identidade partidária dos eleitores, uma vez que ela poderá ser explicada por factores demográficos. O que nos parece mais interessante saber é se a identificação partidária, uma vez estabelecida, se altera e, em caso afirmativo, em que circunstâncias é que ocorre essa alteração. Parece-nos igualmente interessante identificar em que circunstâncias é que os eleitores podem votar noutro partido que não aquele com que se identificam e saber como é que se processa a escolha desse(s) partido(s) alternativo(s).

2.3 INFORMAÇÃO E DECISÃO ELEITORAL

Existe, desde a investigação conduzida por Lazarsfeld et al. (1944), um alargado consenso em torno da ideia de que os eleitores não possuem informação detalhada sobre os temas políticos em disputa em cada uma das eleições. Apesar disso continua a persistir controvérsia relativamente ao papel que a informação desempenha no comportamento eleitoral. Uma das questões que se mantém é a de saber como é que as democracias

funcionam razoavelmente bem se os eleitores não fazem as suas escolhas eleitorais baseados em conhecimentos profundos sobre os temas políticos, económicos, sociais e outros que estão em jogo numa eleição (Niemi & Weisberg, 2001). Para os investigadores da teoria da escolha racional a resposta a esta questão é fundamental, uma vez que este modelo pressupõe que os eleitores sejam capazes de escolher, em cada eleição, as propostas que melhor servem os seus interesses pessoais e isso parece ser incompatível com o desconhecimento revelado sobre o que está realmente em jogo numa eleição. Para estes autores esta falta de informação é, no entanto, uma evidência da racionalidade dos eleitores, uma vez que os custos associados à sua obtenção — tempo, energia e oportunidade — são superiores aos ganhos que se poderão obter com ela (Downs, 1957). A compatibilização destes dois princípios — a necessidade racional de informação e a racionalidade em não a obter — é assegurada pelo recurso aos conceitos de *atalho cognitivo* e *raciocínio heurístico* que permite explicar como é que os eleitores fazem inferências e decidem com base em informação limitada (Lupia, McCubbins, & Popkin, 2000; Popkin, 1994; Simon H. A., 1955; Sniderman, Brody, & Tetlock, 1991).

Para os investigadores do modelo psicossocial o papel desempenhado pela informação é abordado numa perspectiva diferente. A informação relevante não são as propostas políticas que cada partido apresenta ao eleitorado durante o período eleitoral, mas as informações que permitem aos sujeitos, ao longo da sua vida, manter ou alterar a sua identidade política. Nesta perspectiva, o tipo de informação relevante não são as propostas políticas concretas, mas a informação relativa à natureza do grupo social que as propõe. Campbell et al. (1960) descrevem a identificação partidária como um filtro perceptivo, através do qual os eleitores valorizam aquilo que é favorável à orientação do seu partido e ignoram ou desvalorizam aquilo que lhe é desfavorável. No entanto, embora a identificação partidária influencie a forma como os eleitores percebem e valorizam a informação que lhes chega durante a campanha eleitoral, pode acontecer que as propostas, o discurso ou os candidatos sejam de tal modo contra as expectativas, os valores ou os interesses dos sujeitos, que essa situação não seja susceptível de ser moldada por esse filtro perceptivo e os leve a não votar ou mesmo a votar num outro partido. De acordo com os pressupostos do modelo, esta situação não afectaria a identificação partidária do sujeito que continuaria a manter a sua identidade partidária anterior: *“To account for large-scale transformations of party systems, one must look beyond economic performance and presidential approval to circumstances that fundamentally reshape the social imagery of the parties”* (Green, Palmquist, & Schickler, 2002, p. 88).

2.3.1 INFORMAÇÃO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

A assunção de que a informação desempenha um papel decisivo na escolha eleitoral pressupõe que os eleitores sejam capazes de identificar e avaliar as suas próprias preferências políticas e que sejam igualmente capazes de se posicionar face às posições políticas apresentadas e defendidas pelos partidos políticos que se apresentam às eleições. Aquilo que se pretende saber é como é que os eleitores acedem, recolhem, processam e avaliam as informações relativas às posições defendidas pelos partidos e as transformam em decisões de voto baseadas nos seus próprios interesses, e quais são as implicações deste comportamento para a estratégia adoptada pelos partidos e eleitores durante os actos eleitorais.

Para responder a estas questões os modelos de escolha racional recorrem frequentemente a representações espaciais, que Merrill e Grofman (1999) analisam em pormenor, propondo integrar, num modelo unificado para a escolha eleitoral, as noções de *proximidade* (Downs, 1957), *direccionabilidade* (Matthews, 1979) e *intensidade* (Rabinowitz & Macdonald, 1989). Nos modelos de proximidade, os votantes e os candidatos estão representados por pontos num modelo espacial que reflecte as suas opiniões em relação a assuntos importantes para a decisão eleitoral (economia, política social, educação, etc.). Os eleitores e os partidos usam correntemente os termos *direita*, *esquerda*, *centro*, para traduzir o seu posicionamento em relação aos temas em debate, o que constitui um *atalho* para definir, quer a posição espacial, quer a posição ideológica dos partidos e dos eleitores. Esta metáfora funciona pois como uma ajuda à compreensão e à integração da informação política. O eleitor deve conhecer a sua posição e a dos diferentes partidos em relação a temas relevantes, e vota no candidato que estiver mais próximo da sua posição. Matthews (1979) propõe que os partidos sejam associados a vectores direccionais partindo de um ponto neutral e representando a sua situação face às políticas propostas. De acordo com este autor os eleitores escolhem os candidatos em função da direcção do movimento preferido e não em termos de distância entre as suas posições e as dos candidatos. Candidatos e eleitores estão colocados num ponto ideal no espaço tal como nos modelos de proximidade, mas o benefício esperado pelo eleitor é calculado com base na direcção do movimento e não na distância entre a sua posição e a do candidato. O modelo direccional proposto por Rabinowitz-Macdonald (1989) defende que o benefício do eleitor é calculado em função do grau de coincidência da intensidade e da direcção das posições do eleitor com as do candidato. Este modelo assume que a maioria dos votantes tem, em relação a cada uma das questões em jogo nas eleições, uma preferência difusa por uma certa

direcção e que essa preferência varia quanto à intensidade com que é considerada importante. Merrill e Grofman (1999) propõem-se estabelecer uma ligação entre informação, comportamento eleitoral e estratégias dos candidatos que incorpore todas as influências especificadas nestes três modelos espaciais. Estes autores acreditam ter demonstrado que “*proximity, directional and intensity components ALL play significant roles in voter choice and hence in the positioning of candidates and parties*” (Merrill III & Grofman, 1999, p. 37).

Como se depreende facilmente, qualquer um destes cálculos — proximidade, direccionalidade ou intensidade — só pode ser efectuado se o eleitor conhecer as posições dos candidatos em relação aos temas políticos relevantes e se for capaz de as avaliar em função dos seus interesses pessoais. Esta necessidade subjacente de que os eleitores possuam informações detalhadas e correctas sobre o seus interesses e as propostas dos partidos — que a investigação mostra de forma muito consensual que não corresponde ao que, de facto, acontece numa eleição — é a principal fragilidade destes modelos, que estes autores procuram ultrapassar recorrendo ao conceito de *heurística* e *atalho cognitivo* para explicar como é que os eleitores se tornam capazes de decidir com base em pouca informação (Lupia, McCubbins, & Popkin, 2000; Popkin, 1994; Simon H. A., 1955; Sniderman, Brody, & Tetlock, 1991). Defende-se que os eleitores, incapazes de lidar com a complexidade e o excesso de informação, usam determinados indicadores como fontes que lhes permitem deduzir e/ou inferir a sua posição em relação ao posicionamento, intensidade ou direccionalidade das propostas dos candidatos. Por exemplo, a identificação partidária é conceptualizada por estes autores, não como um caso de identidade social — como o fazem as abordagens psicossociais —, mas como um caso de utilização do raciocínio heurístico (Iyengar & Valentino, 2000). De acordo com esta perspectiva, os eleitores utilizam as filiações aos partidos políticos para fazer inferências relativamente ao comportamento dos candidatos em situações futuras ou à sua posição face a determinados assuntos. Da mesma forma, também as posições assumidas em relação aos candidatos e aos temas eleitorais por determinados órgãos de comunicação, figuras públicas, organizações ou entidades, podem ser usadas para raciocínios heurísticos sobre o tipo de relação entre as propostas eleitorais e o interesse de cada eleitor. Esta constatação torna crucial para a escolha eleitoral o papel desempenhado pela comunicação social e pelas campanhas eleitorais na criação de atalhos que permitam ao eleitor decidir a sua opção de voto.

No entanto, uma crítica que se pode fazer a este entendimento é a de que aquilo de que se está a falar já não é de informação sobre os temas políticos e propostas eleitorais, mas da relação de confiança que os eleitores estabelecem com as fontes de raciocínio *heurístico*. Não possuindo informação sobre os temas e propostas eleitorais, os eleitores *acreditam* que a posição de um candidato é favorável ou desfavorável aos seus interesses em função da confiança que depositam num meio de comunicação social, numa organização, numa entidade ou numa personalidade ou do grau de credibilidade que lhes atribuem. Esse é o ponto de partida para os seus raciocínios *heurísticos*. Ou seja, os eleitores decidem, de facto, com base na confiança e não com base na informação. A competência política que os eleitores demonstram ao exercer a sua opção de voto não resulta, pois, da informação de que dispõem, mas da sua capacidade de votar de acordo com os grupos, as pessoas e as instituições que constituem para si referências credíveis e fiáveis. Voltamos então às propostas dos modelos sociológicos — as pessoas votam de acordo com o seu grupo social — e psicossocial — as pessoas votam de acordo com a sua identidade política —, uma vez que estas são, afinal, mesmo para o modelo de escolha racional, as principais fontes de raciocínio *heurístico*.

2.3.2 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A importância da informação na decisão eleitoral está directamente relacionada com o papel da comunicação social. Num trabalho clássico sobre o comportamento eleitoral, Lazarsfeld et al. (1944) concluíram que as campanhas eleitorais não contribuem significativamente para a mudança de posição eleitoral, identificando um fenómeno de comunicação interpessoal que interfere no processo de comunicação de massas e que ficou conhecido por *two-step flow hypotheses*. De acordo com esta hipótese, a informação flui dos meios de comunicação para certos líderes de opinião que facilitavam a sua difusão posterior através de discussões com os seus pares. Lazarsfeld et al. (1944) concluíram que durante as campanhas eleitorais os votantes pareciam ser mais influenciados pelos seus amigos e pares do que pelos *media*. Hovland e Weiss (1951) e Aronson, Turner e Carlsmith (1963) apresentam resultados de investigações cujas conclusões apontam na mesma direcção, ou seja, que a mudança de opinião está associada à credibilidade da fonte usada na comunicação. Na mesma linha de investigação, Petty, Cacioppo e Goldman (1981) defendem que o conteúdo da mensagem pode ser o factor mais relevante da persuasão nas situações em que se trata de aspectos de grande relevância pessoal, mas que em situações de menor relevância pessoal a credibilidade, atracção ou poder da fonte podem ser meios mais eficazes de persuasão. Klapper (1960)

considera que os efeitos da comunicação de massas nas escolhas dos cidadãos são reduzidos uma vez que o impacto político dos *media* é atenuado não só pelo facto de os cidadãos não estarem suficientemente atentos para serem afectados, mas também porque as mensagens frequentemente intermitentes e conflituosas se anulam entre si e porque a atenção selectiva e as ideias políticas dos cidadãos os levam a distorcer as mensagens e a anular os seus efeitos. Este fenómeno é acentuado quando os meios de comunicação deixam de ter posições claras a favor de determinadas candidaturas e passam a adoptar uma posição de crítica e de equidistância. Nesse caso, reduz-se a sua capacidade de operarem como fornecedores de informação simples e fácil que funcione para os eleitores como um “atalho” em relação aos assuntos relevantes para a decisão eleitoral.

Estas investigações são consensuais na afirmação de que existe um fenómeno de atenção selectiva que se reflecte no facto de que aqueles que têm mais interesse pela política e que já definiram a sua opção de voto serem também aqueles que prestam mais atenção à informação: *“In other words, the group which the campaign manager is presumably most eager to reach — the as-yet undecided — is the very group which is less likely to read or listen to his propaganda”* (Lazarsfeld et al., 1968, p. 124). O poder deste filtro perceptivo apenas é atenuado em situações de grande relevância pessoal (Petty, Cacioppo, & Goldman, 1981) e nos casos em que as informações despertam nos sujeitos emoções de medo e receio (Brader, 2006). Estes parecem ser os únicos casos em que a informação tem o poder de se sobrepor às convicções prévias dos eleitores e captar a sua atenção, podendo contribuir para a alteração das posições iniciais dos sujeitos. Se no caso de informações com grande relevância pessoal não se esperam alterações significativas do ponto de vista macro eleitoral, uma vez que o seu impacto será previsivelmente mais circunscrito, já no caso de informações que despertem medo e receio se pode antecipar que terão impacto muito mais significativo nos desfechos eleitorais. Este resultado é relevante para o entendimento do papel da informação nas campanhas eleitorais, mas é preciso ter em conta que, de uma forma habitual, a informação publicada nos meios de comunicação, pelo menos nos períodos em que não há campanhas eleitorais, não é apresentada de forma a valorizar e enfatizar aspectos emocionais e, muito menos, emoções negativas como o medo e o receio.

Em síntese, inúmeras investigações apontam consistentemente para a hipótese de que os meios de comunicação de massas embora desempenhem um papel bastante relevante na formação da opinião dos sujeitos, têm um efeito mínimo na alteração repentina dessa opinião. O seu papel principal parece ser, pois, o de colaborar na organização cognitiva de

opiniões relativas a temas sobre os quais os eleitores já têm convicções prévias — ainda que muitas vezes difusas e não estruturadas em argumentos de natureza cognitiva —, e não o de contribuir para mudar essas convicções de forma rápida e abrupta, ou seja, os meios de comunicação social fornecem essencialmente dados e argumentos que ajudam os eleitores a organizar um discurso coerente sobre aquilo em que já acreditam. A exposição controlada dos sujeitos à informação fornece-lhes instrumentos que lhe permitem imunizar-se em relação aos efeitos persuasivos das campanhas eleitorais contrárias à sua posição inicial (McGuire & Papageorgis, 1961). De certo modo os meios de comunicação fornecem esta oportunidade de acesso a informação controlada — na medida em que numa situação normal são os sujeitos que seleccionam os meios de comunicação e a informação que querem consultar — contribuindo para fortalecer a ligação afectiva e simbólica dos sujeitos ao seu grupo. Esta perspectiva é compatível com o princípio de que a identificação de um sujeito com um partido político é um processo de socialização dinâmico em que os sujeitos se vão envolvendo afectivamente com um grupo e construindo simultaneamente um discurso organizado que sustenta e reforça essa relação. De uma forma geral, os sujeitos identificam-se primeiro com um partido político e só depois é que adoptam o seu discurso, organizando a informação que a sua identificação prévia a esse partido tornou relevante, interessante e credível e que mais não é do que informação compatível com essa opção prévia. Este processo é dinâmico e mutuamente reforçador, na medida em que a informação fortalece a ligação ao grupo e quanto maior for essa ligação, maior é a possibilidade de o sujeito se interessar por mais informação. Na secção seguinte deste capítulo abordaremos o papel das campanhas de *marketing* político e retomaremos esta questão, já não na perspectiva da influência “normal” dos meios de comunicação de massas — ou seja, quando não estão particularmente envolvidos e comprometidos numa campanha política — mas na perspectiva da sua utilização como instrumentos de uma campanha política organizada, onde as emoções são usadas de uma forma muito mais intensa e intencional.

2.4 DETERMINANTES DO VOTO

A controvérsia em torno das determinantes do voto diz respeito a aspectos que já foram sendo abordados nas secções anteriores deste capítulo e que Niemi e Weisberg (2001) sintetizam na questão de se saber se os resultados de uma eleição estão pré-determinados ou se são influenciados pelas campanhas eleitorais: “*Does it even make a difference who the candidates are or what issues they discuss? And what is the role of the media?*” (pp. 181-182)

Os autores que defendem que o resultado de uma eleição está em larga medida pré-determinado assentam a sua argumentação na influência de três tipos de factores: pertença a grupos sociais, estado da economia e identificação partidária, enquanto aqueles que defendem que as campanhas eleitorais são o factor determinante, focam a sua argumentação no papel dos temas específicos da campanha, nas características e no desempenho dos candidatos, nos meios de comunicação e nos acontecimentos da campanha (Niemi & Weisberg, 2001).

2.4.1 FACTORES DISTAIS

As características sociais dos sujeitos e dos contextos em que estes se inserem são, por si só, considerados pelos modelos sociológicos como aspectos fundamentais para a explicação do comportamento eleitoral. Lipset e Rokkan (1967) apresentaram um dos modelos mais relevantes e influentes desta corrente de investigação — modelo das clivagens sociais — de acordo com o qual o comportamento político é influenciado por grandes clivagens que os autores identificavam como sendo: centro-periferia, igreja-estado, urbano-rural e capital-trabalho. De acordo com este modelo, os partidos possibilitam a expressão política de grupos de interesses organizados em torno destas clivagens, num processo de interacção e articulação que reforça e torna duradoura e estável a associação entre grupos sociais e partidos políticos. Na mesma linha de pensamento, Bartolini e Mair (1990), especificam, no entanto, que o comportamento político só poderá ser afectado por clivagens sociais se estas forem simultaneamente componentes empíricas enraizadas na estrutura social, componentes normativas traduzidas em formas conflituosas de consciência social e componentes macro institucionais expressas através de interacções individuais, institucionais e organizativas, tais como os partidos políticos, que se desenvolvem como parte da clivagem⁷. Esta especificação deixa claro que não é apenas importante a existência objectiva de clivagens sociais. É decisivo que os sujeitos estejam conscientes de que elas existem e que desempenham um papel concreto em assuntos que lhes interessam, da mesma forma que também é relevante que sejam capazes de identificar o posicionamento das diferentes organizações em relação a essa clivagem. Por exemplo, numa análise das clivagens sociais

⁷ Esta relação já tinha sido, aliás, explicitada por Karl Marx (1859) no prefácio do seu livro *A Contribution to the Critique of Political Economy*: “The totality of these relations of production constitutes the economic structure of society, the real foundation, on which arises a legal and political superstructure and to which correspond definite forms of social consciousness.”.

nas eleições presidenciais americanas, Brooks e Manza (1999), identificam quatro clivagens sociais que consideram ser as mais relevantes na política americana do pós-guerra: raça, religião, classe e género. De acordo com estes autores a raça é o único factor em que existem grandes clivagens nos três níveis considerados: estrutura social, organizações e instituições e identidade social. No que se refere à religião, ela é considerada como factor de grande clivagem ao nível das organizações/instituições, de clivagem intermédia ao nível da identidade grupal, estando a sua influência em declínio ao nível da estrutura social. A classe social é considerada, por sua vez, um factor de baixa clivagem ao nível das organizações/instituições, mas de clivagem intermédia no que se refere à identidade social e alta no que diz respeito à estrutura social. Por último, o género é considerado como um factor de clivagem emergente ao nível das organizações/instituições e de clivagem intermédia ao nível da identidade social e da estrutura social. De acordo com estes autores, a abordagem sociológica fornece um quadro explicativo relevante para o comportamento eleitoral, na medida em que evidenciam que quando as clivagens sociais se traduzem simultaneamente na estrutura social, no conflito inter-grupal e na organização política, como é o caso da raça nos EUA, isso significa que a sua influência é importante do ponto de vista eleitoral, embora não explique a razão pela qual grupos específicos de uma clivagem social mudam o seu alinhamento partidário como foi, por exemplo, o afastamento, verificado nas eleições americanas de 1996, dos trabalhadores não especializados em relação ao Partido Democrata. Este modelo também nos permite identificar clivagens que ainda não têm expressão eleitoral, mas porque já assumem relevância num dos três níveis considerados — estrutura social, conflito grupal ou institucionalização organizativa — podem vir a ser clivagens relevantes num futuro próximo, como é por exemplo, o caso do género (Manza & Brooks, 1999). Em Portugal, os estudos relativos à influência das variáveis sociais no comportamento eleitoral, revistos por Freire (2001, pp. 24-40), apontam para a pouca relevância das clivagens centro/periferia e urbano/rural e para a maior relevância da clivagem religiosa em relação à clivagem de classe na determinação do comportamento eleitoral, embora também se verifique que o peso destas diminui entre os eleitores mais jovens. No entanto, estes estudos foram feitos baseados em indicadores objectivos de pertença a grupos sociais, sem avaliar o nível de consciência dos sujeitos em relação a essa pertença ou a sua tradução na organização institucional político-partidária. O que nos parece relevante sublinhar na abordagem de Bartolini e Mair (1990) e de Brooks e Manza (1999) é que estes autores consideram que a influência das clivagens sociais não é relevante por si só — e isso explica que vários estudos concluam pela sua pouca relevância no comportamento eleitoral —, mas apenas quando os sujeitos têm consciência delas e quando o próprio

sistema político partidário as integra na sua organização. Ou seja, as clivagens sociais só são relevantes se fizerem parte da identidade social e política dos eleitores e dos partidos políticos. Ora, isso é o que o modelo psicossocial defende que acontece quando determinadas pertenças sociais são relevantes para a identidade social dos sujeitos e quando existem grupos que congregam, pelo menos do ponto de vista da representação social⁸, os outros sujeitos para quem essa identidade é importante, o que transforma a pertença a esse partido numa afirmação dessa identidade. Entre os factores sociais que a investigação tem demonstrado terem relevância para o comportamento eleitoral estão a raça (Manza & Brooks, 1999), o género (Manza & Brooks, 1999), a religião (Freire A. , 2001), o estatuto marital e a classe social (Evans, 1999) .

Um segundo factor distal frequentemente referenciado como determinante do voto é a situação económica do país. Indicadores económicos como o desemprego, taxa de inflação, produto interno bruto ou rendimento médio dos agregados familiares são usados como preditores do voto. A maior controvérsia dentro dos modelos de voto económico prende-se com o modo como estas variáveis são usadas pelos eleitores na determinação do seu voto, uma vez que o modelo é teoricamente mais consistente quando pressupõe a avaliação retroactiva dos resultados económicos obtidos pelo governo,

While national economic assessments generally move presidential voters, strength of impact sometimes varies with the institutional context of the contest. (...) However, if the president, because of the constitutional constraints on service and succession, is unable to run again, then the psychology of the economic vote is rather different. (...) Voters find it easy to praise (or blame) a candidate who is currently president and completing the economic mandate of his or her term: they look at the record: in contrast, voters find it hard to judge the economic program of a new candidate for the incumbent party. (...) In this case, classic economic voting is much weaker. (Nadeau & Lewis-Beck, 2001, p. 216)

Quando se considera o papel da economia como um factor de longo prazo na determinação do comportamento eleitoral está-se a valorizar esta perspectiva de avaliação retrospectiva da realização económica do governo ao longo do seu mandato e não as propostas para o próximo mandato. Esta abordagem caracteriza-se ainda pelo recurso aos conceitos de aversão ao risco e à perda, que se traduzem, em termos eleitorais, no princípio de que os eleitores mais depressa punem um governo pelas más condições económicas do que o

⁸ Uma revisão teórica sobre o entendimento que a psicologia social tem em relação ao conceito de Representação Social pode ser consultada em Vala (2002, pp. 457-502).

recompensam por bons resultados económicos (Dorussen & Taylor, 2002). A capacidade de determinação prévia do voto atribuída à economia pelos os modelos baseados na escolha racional é muito mais limitada do que aquela que os modelos sociológicos e os modelos psicossociais atribuem ao contexto social e à identificação partidária, ou seja, os modelos de voto económico tendem a valorizar mais os factores proximais.

2.4.2 FACTORES PROXIMAIS

A influência dos factores de curto prazo na determinação do voto está ligada à capacidade das campanhas eleitorais contribuírem para determinar as escolhas dos eleitores. Neste âmbito, uma das questões mais relevantes é saber qual o tipo de informação a que os eleitores recorrem quando têm que tomar as suas decisões eleitorais. Embora Downs (1957), Matthews (1979) e Rabinowitz e Macdonald (1989) defendam que os sujeitos avaliam todas as propostas em disputa numa eleição tendo em consideração temas de *posição* — as grandes opções políticas e ideológicas que dividem os partidos como, por exemplo, o papel do estado na economia —, outros autores (Fair, 1978; Ferejohn, 1986; Fiorina, 1981; Kramer, 1971; Lewis-Beck & Stegmaier, 2000) defendem que as escolhas eleitorais são feitas tendo por referência temas de *desempenho* — temas consensualmente considerados positivos por todos os eleitores como, por exemplo, diminuir o desemprego, fazer crescer a economia ou manter a inflação a níveis baixos. De acordo com estes autores, os eleitores não avaliam filosofias políticas, opções ideológicas ou a justeza das propostas eleitorais, mas limitam-se a aquilatar a capacidade do partido do governo em obter resultados que se traduzam na melhoria das suas condições de vida, estabelecendo, simultaneamente, um limiar de realização mínimo que esperam do governo e que determinará o seu voto de recompensa ou de punição. Este foco na avaliação de temas de desempenho tem a vantagem teórica de limitar o número e o tipo de informação a que os eleitores devem atender, assim como tornar a informação relevante muito mais concreta e próxima da realidade individual de cada eleitor e, por consequência, menos complexa. A valorização do papel dos temas de posição está associada à ideia de que os eleitores fazem avaliações prospectivas que incidem sobre a capacidade de os diferentes partidos implementarem soluções próximas daquelas que eles defendem; a valorização dos temas de desempenho está associada a avaliações retrospectivas baseadas nas realizações do partido do governo (Freire, 2004). Esta diferença no tipo de informação que se considera relevante para a decisão eleitoral tem consequências no tipo de estratégias de informação adoptadas pelos diferentes partidos políticos. Lees-Marshment (2001) defende — numa perspectiva compatível com esta análise do tipo de temas dominantes numa campanha —,

que os partidos se distinguem, em função do tipo de abordagens que fazem ao *marketing* político, em partidos orientados para o produto, partidos orientados para as vendas e partidos orientados para o mercado. Os primeiros são os partidos clássicos, organizados em função de convicções ideológicas e que se recusam a modificar as suas crenças por motivos eleitorais. As suas campanhas de *marketing* são organizadas com o objectivo de demonstrar aos eleitores a qualidade e a razão das suas propostas, centrando-se essencialmente em temas posicionais. O segundo tipo de partidos — orientados para as vendas — foca as suas campanhas na persuasão. Sem abdicarem das suas posições ideológicas, organizam-nas, concretizam-nas em propostas específicas e apresentam-nas de forma distinta, recorrendo a temas posicionais e/ou de desempenho em função da oportunidade e dos segmentos diferenciados do eleitorado a que se dirigem. O terceiro grupo de partidos — orientados para o mercado — organizam as suas campanhas apenas na perspectiva de obterem o maior número possível de votos e, nessa medida, centram-nas em propostas que consideram que correspondem aos interesses e motivações do eleitorado, sem pretender mudar as ideias desses eleitores. Os temas das campanhas são seleccionados e organizados em função de sondagens e estudos de opinião prévios e são essencialmente temas de desempenho. Em qualquer destes casos o sucesso de uma campanha está relacionado com a capacidade de fazer chegar e de explicar aos eleitores as respectivas propostas e, no caso dos partidos centrados nas vendas e no mercado, de saber seleccionar criteriosamente os temas a apresentar.

Numa abordagem diferente, Kotler (1994) e Collins e Butler (2002) consideram que as estratégias de *marketing* não se definem pelo tipo de informação usada, mas pela posição dos candidatos, que estes autores dividem em quatro tipos: líder (*leader*), desafiador (*challenger*), seguidor (*follower*), especialista (*nicher*). Nesta perspectiva, o partido que ocupa a posição de líder adopta simultaneamente uma estratégia de defesa dos seus actuais eleitores e de expansão, quer em relação ao tipo de eleitores a que prioritariamente o partido se dirige — com novas propostas que alarguem o leque dos grupos de destinatários potencialmente interessados (e.g., jovens, reformados, deficientes, ex-combatentes, etc.) —, quer em relação aos eleitores a quem já se dirigem as suas propostas. O partido líder tem, no entanto, dificuldades em expandir o tipo de eleitores a quem se dirige, uma vez que a sua posição de líder resulta não só de ser o partido que toca em mais segmentos do eleitorado, mas também de ser aquele que já conquistou a maioria dos eleitores pertencentes aos segmentos a que, prioritariamente, se dirige. Assim, a estratégia principal destes partidos é a de defesa do eleitorado já conquistado anteriormente, defendendo a sua imagem entre os seus apoiantes e reforçando as razões

para que estes se mantenham leais. Os partidos desafiadores são aqueles que dispõem de condições para se tornarem líderes. Aqui as estratégias de *marketing* dominantes são essencialmente as de ataque em relação ao partido líder, aos outros partidos similares e aos pequenos partidos. A escolha e intensidade destes ataques pode variar em função de características do sistema político partidário do país em causa, mas a estratégia essencial será sempre a de atacar. Os partidos seguidores são partidos que se caracterizam essencialmente por serem *clones* do partido líder ou de partidos desafiadores, cuja estratégia de crescimento é a de se manterem afastados da polémica, tentando retirar dividendos da “guerra” entre o partido líder e os partidos desafiadores. Estes partidos privilegiam estratégias de comunicação baseadas em redes sociais que lhes permitem manter um perfil discreto e distante do conflito que os grandes partidos travam nos meios de comunicação de massas. Os especialistas concentram-se em grupos específicos de eleitores e são habitualmente líderes nesse segmento do eleitorado. As suas estratégias de *marketing* são semelhantes às dos partidos líderes — expandir o partido a outros grupos, aumentar a sua influência no grupo a que se dirigem e defender-se dos ataques de outros partidos. No entanto, contrariamente aos partidos líderes, este tipo de partidos tem maiores possibilidades de expandir os grupos de potências interessados nas suas propostas.

Nesta abordagem a ênfase é colocada nas relações entre grupos, que se organizam em acções de disputa, confronto e aliança. A informação não é usada para esclarecer ou informar, mas para criar uma imagem positiva do partido entre os eleitores. Ora, nas abordagens de *marketing*, a imagem de uma marca é entendida como uma representação mental que inclui “*abstract and symbolic elements like thoughts, experiences, attributes (both concrete and abstract), attitudes, values, and other symbolic benefits*” (Chin, Kahle, & Kim, 2006, p. xvi) e depende de três factores: confiança, competência e relação afectiva com os consumidores (Park, 2006)⁹. Ou seja, este tipo de abordagens está mais próxima do entendimento de que é a identificação partidária — que corresponde a uma relação de confiança dos eleitores com um partido, a uma crença nas capacidades desse partido em defender as propostas que apresenta e a uma relação de natureza emocional e afectiva —, mais do que a informação por si só, o ponto fulcral numa campanha eleitoral. A informação e os temas são apenas instrumentos na criação dessa imagem.

⁹ Por exemplo, a Coca-Cola, a Macdonald’s e a Bennetton, que estão entre as marcas mais conhecidas a nível mundial, desenvolvem campanhas de marketing que não assentam na informação sobre os seus produtos, mas apenas na criação de uma imagem que associe estas marcas a um estilo de vida.

As mensagens usadas nas campanhas políticas são construídas em torno de uma ideia simples que consiste em fornecer razões para votar num candidato e não votar no outro. Como vimos anteriormente, essas razões são de natureza posicional e/ou relacionadas com o desempenho dos candidatos. No entanto, as mensagens das campanhas valorizam outras componentes que não têm nenhum valor informativo no que se refere às propostas em concreto, mas que são componentes associadas à música, ao tipo de imagens e à estrutura narrativa, que estão basicamente relacionados com emoções ligadas à esperança, entusiasmo e orgulho (*feel-good ads*), ou ao medo (*fear ads*): “*the motivational and persuasive power of campaign advertising depends considerably on whether an ad appeals to fear or enthusiasm*” (Brader, 2006, p. 2). De acordo com Brader (2006), as mensagens de esperança e entusiasmo incentivam o desejo de participação e de envolvimento e reforçam os laços de lealdade, embora este efeito apenas se verifique entre os sujeitos que já são apoiantes ou têm alguma simpatia por essa candidatura, provocando afastamento e rejeição nos apoiantes e simpatizantes das candidaturas adversárias: “*enthusiasm appeals tend to polarize those voters already backing rival candidates, an effect driven both by attraction of supporters and repulsion of opponents*” (Brader, 2006, p. 182). Por outro lado, as mensagens de medo, que usam músicas tensas e imagens duras e cruas, têm o poder de redirigir a atenção dos sujeitos e de convencer os indecisos: “*Fear leads voters to place less weight on prior convictions and more weight on contemporary evaluations and feelings. As a result, these appeals exhibit the greatest persuasive power on the opponent’s base of support*” (Brader, 2006, p. 182). De uma forma que o autor considera surpreendente, os resultados da sua investigação mostraram que são os eleitores mais informados aqueles que respondem mais aos apelos emocionais das campanhas. Estes dados parecem estar de acordo com os resultados obtidos por Magalhães (2005) que vão no sentido de que a exposição à informação, obtida através do conhecimento de resultados de sondagens, sobre quem vai à frente na corrida eleitoral não convence os eleitores de outros partidos a votar naquele que é apontado como vencedor, mas tem um efeito de mobilizar eleitores a concentrar votos na candidatura mais bem posicionada para derrotar o partido que vai à frente. Ou seja, esta informação parece funcionar, como Brader (2006) propõe, como alerta para um perigo que leva alguns eleitores a reequacionar as suas opções. Também os resultados de Magalhães, mostram que são os eleitores mais informados aqueles que são mais afectados por este efeito. Se considerarmos que os eleitores mais informados são aqueles que mais se interessam pela política e que estes são também aqueles que mais se identificam com partidos políticos, e se tivermos ainda em conta que a identidade social está sempre associada a um significado emocional e avaliativo dessa pertença (Tajfel, 1972), estes

dados parecem ir no sentido de evidenciar a importância da identificação partidária no modo como os sujeitos são afectados pelas campanhas eleitorais.

2.5 A INFLUÊNCIA DA DIVISÃO E DO EQUILÍBRIO DE PODERES NO COMPORTAMENTO ELEITORAL

A análise de resultados eleitorais em vários tipos de eleição parece mostrar que os eleitores fazem as suas opções eleitorais considerando diferentes factores em função do tipo de eleição em causa. O facto de eleições realizadas num mesmo país — com os mesmos eleitores e em intervalos de tempo reduzidos —, produzirem resultados diferentes, tem sido interpretado como uma demonstração do papel decisivo que desempenha a avaliação que os eleitores fazem da utilidade do seu voto, assim como da influência que os factores de curto prazo específicos de cada eleição desempenham nessa avaliação. Fiorina (2001; 1988) apresenta uma explicação para este facto defendendo que, em eleições para diferentes órgãos de poder, os eleitores votam deliberadamente em partidos diferentes com o objectivo de introduzir um sistema de equilíbrio de poderes, que tem por consequência a moderação da actuação política dos partidos que controlam cada um dos órgãos de poder. Numa perspectiva ligeiramente diferente, Freire (2001) sustenta que estas situações se explicam por *“uma ‘abstenção política’, isto é, uma abstenção que resulta de um posicionamento estratégico dos eleitores frente à conjuntura política”* (p. 72). Reif e Schmitt (1980) e Schmitt (2005), consideram que as eleições podem ser consideradas de primeira ordem — aquelas que determinam o partido que governa o país —, e eleições de segunda ordem, ou seja, aquelas que são percebidas pelos eleitores como menos importantes. Esta percepção da menor relevância deste segundo tipo de eleições tem como primeira consequência a diminuição da participação eleitoral, mas também cria condições para que este acto eleitoral seja utilizado pelos partidos que contestam a acção do governo para mobilizar os seus eleitores a manifestar esse descontentamento. Este efeito será maior se estas eleições se realizarem a meio do mandato do governo, uma vez que os autores defendem que a popularidade dos governos tem um padrão cíclico com uma fase de menor apoio no meio do mandato. O facto de não estar em causa o governo, torna menos relevante o uso do voto estratégico no partido que pode vencer as eleições e isso favorece os pequenos partidos e prejudica os grandes partidos, nomeadamente aquele que exerce o poder. Este conjunto de características explicaria a existência de um padrão

de resultados diferentes em eleições consecutivas para órgãos cuja importância é percebida como não sendo igual.

Reif e Schmitt (1980) introduziram o conceito de eleições de segunda ordem para designar as diferenças no comportamento dos eleitores em eleições nacionais e em eleições para o parlamento europeu. De acordo com estes autores as eleições nacionais, que visam a nomeação dos governos nacionais, são percebidas pelos eleitores como mais importantes que as eleições para o parlamento europeu e essa percepção traduz-se em comportamentos eleitorais diferentes. Posteriormente o conceito de eleição de segunda ordem foi expandido para outro tipo de eleições, nomeadamente eleições locais (Anderson & Ward, 1996) e eleições presidenciais em regime semipresidenciais (Fortes & Magalhães, 2005). De acordo com estes autores, nestas eleições a participação eleitoral é menor e os pequenos partidos obtêm melhores resultados do que aqueles que obtiveram nas eleições de primeira ordem, acontecendo o inverso com o(s) partido(s) que ganhou(ram) as eleições nacionais. Para Reif e Schmitt (1980) este comportamento eleitoral é determinado pelo que acontece a nível nacional, sobretudo se se estiver a meio do mandato do governo. Não estando em causa a formação de um governo, os eleitores que se identificam com as propostas políticas dos pequenos partidos votariam nestas eleições de acordo com as suas preferências partidárias e sem considerações sobre a utilidade estratégica do seu voto, da mesma forma que alguns dos eleitores que votaram no partido do governo e se sentissem insatisfeitos com a situação política usariam estas eleições para punir o partido do governo (Marsh, 1998).

No entanto, Rohrschneider e Clark (s.d.) comparando a *hipótese de transferência* — subjacente aos modelos que defendem a existência de eleições de segunda ordem — segundo a qual os sujeitos usam nas eleições europeias as suas avaliações relativas à situação política nacional e a *hipótese de primeira ordem* — que tem subjacente que as eleições europeias têm uma existência e especificidade própria — de acordo com a qual os eleitores avaliam as eleições europeias com critérios específicos, concluem que existe evidência para os dois tipos de comportamentos.

Uma vez mais se verifica que nesta controvérsia se visa particularmente o conceito de identificação partidária. Se em eleições realizadas dentro do mesmo sistema partidário e com os mesmos eleitores, estes votam em partidos diferentes, isso significaria que o seu voto não é determinado pela sua identificação com um partido político, mas por outro tipo de variáveis, como por exemplo, considerações sobre a utilidade do voto, avaliação da situação socioeconómica e/ou dos candidatos, ou estratégias para moderação do uso do

poder dividindo-o por diferentes partidos. Ou seja, pressupõem-se que os eleitores teriam capacidade para se distanciarem emocionalmente dos partidos políticos e decidirem racionalmente com base em informação sobre a situação socioeconómica do país.

2.6 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

Campbell et al. (1960) conceberam a identificação partidária como uma pertença subjectiva a um grupo social, numa perspectiva muito próxima da dos autores que desenvolveram o conceito de *grupo de referência* (Hyman & Singer, 1968; Merton & Kitt, 1950), ou seja, enfatizando a identificação subjectiva dos sujeitos a grupos a que podem não pertencer em termos objectivos. Já tivemos oportunidade de ver que a introdução deste conceito na explicação do comportamento eleitoral, na forma como foi inicialmente concebido, permitiu ultrapassar as dificuldades do modelo sociológico na explicação das razões que levam alguns sujeitos a votar de forma diferente daquela que caracteriza os membros do seu grupo social de pertença (cf. secção 1.2). Apesar disso, o conceito de identificação partidária parece ter algumas limitações na explicitação da razão pela qual os sujeitos — embora mantenham, como estipula o modelo, uma grande estabilidade nas suas opções —, também votem noutros partidos que não aquele com que se identificam.

2.6.1 CRÍTICAS E LIMITES AO PAPEL DA IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

A revisão das principais controvérsias do comportamento eleitoral permitiu-nos verificar que a principal crítica ao conceito de identificação partidária se centra na dificuldade em usá-lo para explicar as alterações que se registam no comportamento eleitoral habitual dos indivíduos. Se parece plausível que a estabilidade eleitoral e a manutenção do comportamento eleitoral tenham raízes na identificação partidária tal como ela é concebida pelo modelo psicossocial, já o mesmo não se pode dizer em relação à alteração das opções de voto. Se os sujeitos se identificam com um partido e se essa identificação é de natureza emocional e afectiva é difícil explicar porque razão não votam nesse partido em todas as eleições e, mais ainda, a razão pela qual alguns eleitores votam noutro partido que não aquele com que se identificam.

Verificámos em algumas das controvérsias analisadas neste capítulo que as insuficiências do modelo psicossocial são, no entanto, frequentemente sobrestimadas por opções metodológicas que não consideram a natureza individual desta variável e pretendem

analisá-la com recurso a dados agregados. O exemplo mais paradigmático desse erro metodológico é a polémica em torno da diminuição da ligação aos partidos políticos e do consequente desalinhamento dos eleitores, revista na secção 2.2. Como tivemos oportunidade de referir, quando esse tipo de estudos usa dados individuais, verifica-se que a relação dos eleitores com os partidos não evidencia, ao nível de cada sujeito, as alterações significativas na identificação partidária que se observam ao nível agregado, mostrando que o efeito de desalinhamento observado nesse nível de análise se deve essencialmente a alterações geracionais e demográficas que se traduzem no aparecimento de novos votantes, com preferências partidárias diferentes das gerações anteriores (Miller W. E., 2001). Nestes casos os eleitores das gerações mais velhas mantêm-se fiéis às suas identificações partidárias anteriores e não partilham das novas opções políticas e partidárias dos jovens.

Existem, no entanto, outro tipo de críticas ao modelo psicossocial que nos parecem mais interessantes do ponto de vista teórico, como, por exemplo, aquelas que se prendem com as situações em que se verifica que os eleitores votam, de facto, em partidos diferentes daqueles com que se identificam. Nas secções 2.3, 2.4 e 2.5, revimos algumas das controvérsias relacionadas com a mudança no sentido de voto, analisando situações em que essa mudança pode ocorrer. Foram identificados factores associados a cada acto eleitoral que, por essa razão, são apontados por vários autores como causa para as diferenças de comportamento dos eleitores de uma para outra eleição. O modelo psicossocial desvaloriza este tipo de comportamento de voto e pouco mais faz do que admitir que existem casos em que os eleitores votam em desacordo com a sua identificação partidária, sem tentar explicar este tipo de comportamento à luz das suas próprias permissas.

Of course, the influence of party identification on perceptions of political objects is so great that only rarely the individual develop a set of attitude forces that conflicts with this allegiance. But when other antecedent factors lead to evaluations of the elements of politics tha strongly contradict the individual party identification, we anticipated that behavior will conform to these evaluations rather than the party allegiance (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960, p. 141)

Admitir que existem situações, mesmo que pouco frequentes, em que a identificação partidária não actua como filtro perceptivo e deixar implícito que nesses casos o eleitor vota apenas de acordo com o efeito produzido por factores de curto prazo específicos desse acto eleitoral, é abrir uma brecha no edifício teórico do modelo. De acordo com o

funil de causalidade proposto pelo modelo psicossocial, a identificação partidária é uma variável mediadora do efeito dos factores de longo prazo e de curto prazo na opção de voto. Ou seja, deve desempenhar sempre um papel central em todo o processo de escolha da opção de voto e, nesse sentido, deveria também explicar as alterações às opções de voto anteriores.

Estas limitações têm estado na base das críticas que autores identificados com a teoria da escolha racional têm formulado e que os levam, entre outras propostas alternativas, a reinterpretar o conceito de identificação partidária, reduzindo-o à sua dimensão cognitiva e menosprezando toda a componente motivacional e avaliativa que constitui, na nossa perspectiva, a sua principal riqueza heurística. Neste tipo de abordagens, a identificação partidária tem sido entendida apenas como um *atalho cognitivo* que os eleitores utilizam, entre outros, nas situações em que necessitam de informação sobre as propostas eleitorais ou sobre os candidatos (cf. ponto 2.3.1). Não nos parece que seja esse o melhor caminho.

2.6.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E IDENTIDADE SOCIAL

Campbell et al. (1960) conceberam o conceito de identificação partidária há cerca de meio século, influenciados pela investigação sobre os *grupos de referência* (Hyman & Singer, 1968; Kelley, 1952; Merton & Kitt, 1950). De acordo com Kelley (1952) os grupos de referência têm funções comparativas e normativas através das quais os sujeitos avaliam os seus atributos e o contexto e alinham os seus valores pelos do grupo de referência, respectivamente. Um grupo de referência é, pois, um grupo social que é psicologicamente importante para o sujeito, influenciando as suas atitudes, crenças e comportamentos.

Esta definição de identificação partidária como grupo de referência tem-se mantido estável, sobretudo por força da sua operacionalização num conjunto de questões que fazem parte da maioria dos questionários sobre comportamento eleitoral (cf. ponto 4.5.1). O seu aspecto mais relevante é o facto de estabelecer uma diferença entre a identificação partidária enquanto variável ligada ao auto-conceito do eleitor e a ligação dos eleitores a partido políticos específicos,

from a social identity perspective, there is a critical difference between party identification and feelings of warmth toward the parties: The former is linked to the voter's self-concept and thus should be resistant to change. The latter, though affected by the voter's party identification, is much more likely to be subject to the vicissitudes of everyday politics. In other words, a scandal-plagued Democratic administration may well lead Democrats to feel

warmly toward their party, but it should have much less noticeable effect on Democrats' self-concept (Green, Palmquist, & Schickler, 2002, pp. 73-74).

No entanto, desde que Campbell et al. (1960) teorizaram pela primeira vez sobre a identificação partidária, a psicologia social sofreu desenvolvimentos bastante acentuados, nomeadamente no que se refere ao estudo da identidade social. Aquilo que nos propomos é olhar de novo para o conceito de identificação partidária tendo em consideração o desenvolvimento da teoria da identidade social (Tajfel, 1972; 1978; Tajfel & Turner, 1979/2001; Tajfel & Turner, 1986) e, sobretudo, da teoria da auto-categorização (Hogg, 1996; Hogg, 2005; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987) que fornecem dados mais consistentes sobre a dinâmica da constituição de grupos e das relações que se estabelecem entre eles e tentar encontrar nestes desenvolvimentos teóricos as explicações para perceber porque é que os eleitores que se identificam com um partido político votam, por vezes, noutro partido.

Considerando a importância deste tópico na economia do nosso trabalho, iremos dedicar o próximo capítulo a esta análise, apresentando de forma mais detalhada as características da identificação partidária, analisada como um nível particular da identidade política do sujeito, que se inclui, por sua vez, na sua identidade social, explicitando o quadro teórico que subjaz à investigação empírica que se apresenta na Parte II desta dissertação.

CAPÍTULO III — IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E IDENTIDADE SOCIAL

Quando um sujeito se questiona sobre se é “PS” ou “PSD” (ou outra qualquer identidade partidária) mobiliza uma imagem mental, ou estereótipo, sobre como são, de uma forma geral, as pessoas desse partido e compara essas imagens com a ideia que tem de si próprio. Esta perspectiva retoma a ideia original de Campbell et al. (1960) que conceberam a identificação partidária como um sentimento de pertença a um grupo partidário e não como pertença efectiva e formal a um partido. Nesta abordagem, os sujeitos são “PS” ou “PSD” se pensarem em si próprios como sendo “PS” ou “PSD”. O foco conceptual não é colocado na pertença objectiva aos partidos políticos, nem na identificação com os partidos enquanto organizações políticas, mas no grupo *“pessoas que se identificam/simpatizam com o PS”* ou *“pessoas que se identificam/simpatizam com o PSD”* enquanto grupos sociais:

Partisanship was conceptualized as a psychological identification with a party. (...) As thus conceived, partisans are partisans because they think they are partisans. They are not necessarily partisan because they vote like partisans, or think like a partisan, or register as a partisan, or because someone else think they are a partisan. In a strict sense, they are not even partisan because they like one party more than another. Partisanship as party identification is entirely a matter of self-definition. (Campbell, Munro, Alford, & Campbell, 1986)

No âmbito da psicologia o termo *self* é usado para se referir à consciência que cada sujeito tem de existir como algo separado de outras entidades e objectos, implicando o conhecimento sobre si próprio e a capacidade de reflectir sobre esse conhecimento, que se combinam para criar o sentido de identidade (Aronson, Wilson, & Akert, 2005). Estes dois processos são fundamentais na organização do conhecimento que o sujeito tem sobre si próprio e na regulação do seu comportamento social, incluindo não apenas um *self* pessoal, que reflecte os aspectos idiossincráticos do eu, mas também um *self* social que reflecte informação acerca dos grupos a que o sujeito pertence (Tajfel, 1981; 1982). Mais do que traduzir a pertença a um grupo, a identidade social está, por via da auto-consciência que a caracteriza, associada a um significado emocional e avaliativo dessa

pertença (Tajfel, 1972). Esta dimensão da identidade tem um papel crucial na divisão do mundo, não apenas em “eu” e os “outros”, mas também em “nós” e “eles” —, que a torna relevante na explicitação do comportamento eleitoral.

A investigação realizada no âmbito do paradigma dos *grupos mínimos* (Billig & Tajfel, 1973; Tajfel & Billig, 1974; Tajfel, Billig, Bundy, & Flament, 1971), evidenciou que a simples percepção de pertença a grupos distintos, mesmo quando ela é artificialmente criada numa situação laboratorial, é suficiente para que os sujeitos desenvolvam comportamentos competitivos e discriminatórios em relação ao exogrupo e de favoritismo em relação ao endogrupo. A verificação de que este processo de discriminação também ocorre em situações da vida real, tendo por base processos mais complexos e envolvendo vários critérios de categorização, foi igualmente demonstrada em vários estudos posteriores (e.g., Arcuri, 1982; Deschamps & Doise, 1978; Hagendoorn & Henke, 1991; Rijswijk & Ellemers, 2002; Stangor, Lynch, Duan, & Glass, 1992). Com base nos resultados das investigações com os *grupos mínimos*, e com o objectivo de explicitar a influência da categorização na discriminação intergrupos, Tajfel e Turner (1979/2001, 1986) desenvolveram a teoria da identidade social que assenta basicamente em três características: os sujeitos organizam o mundo social em categorias — *categorização social*; incluem-se a si próprios em algumas dessas categorias, aumentando a sua auto-estima — *identificação social*; e comparam o seu grupo com os outros grupos, num processo enviesado de favorecimento do endogrupo — *comparação social* (Meyers, 2005). Esta forma de entender a identidade social compatibiliza uma *dimensão cognitiva* — a categorização —, ligada à necessidade que os sujeitos têm de lidar com o excesso de informação simplificando a realidade e ganhando, simultaneamente, informação adicional em relação a cada um dos membros do grupo como consequência da sua associação às características que se atribuem ao grupo, com uma *dimensão motivacional* — a identificação e a comparação social — ligada à necessidade que os sujeitos têm em manter uma auto-estima positiva através da sua inserção em grupos sociais que são avaliados de forma mais favorável do que outros a que não pertencem. A categorização social tem, pois, três funções essenciais: fornecer uma explicação para acontecimentos sociais complexos — *causalidade social*; (ii) fornecer uma justificação para acções desencadeadas contra determinados grupos - *justificação*; (iii) diferenciar positivamente o endogrupo dos exogrupos sempre que essa diferenciação estiver em risco — *diferenciação* (Tajfel & Forgas, 1981/2000).

3.1 CATEGORIZAÇÃO SOCIAL

3.1.2 ASSIMILAÇÃO INTRACATEGORIAL E DISCRIMINAÇÃO INTERCATEGORIAL

A categorização é um processo cognitivo que ajuda os sujeitos a organizar e simplificar a realidade, juntando objectos, pessoas, acontecimentos, ideias, instituições, etc., em grupos cujos membros tendem a ser percebidos, muito mais do que se verifica na realidade, como iguais e partilhando um conjunto de características básicas comuns. Dito de outro modo, é um processo que actua simplificando a percepção das características dos elementos do exogrupo, sobrevalorizando — através da *assimilação intracategorial* —, as semelhanças e minimizando as diferenças entre os elementos incluídos nesse grupo, transformando-os em entidades que são percebidas como sendo basicamente iguais e construindo uma imagem estereotipada desse grupo. Este efeito tem associado um outro que lhe é complementar e que consiste na *diferenciação intercategorial* dos grupos através da acentuação — muito para além daquilo que se verifica na realidade — das diferenças existentes entre eles (Doise, Deschamps, & Meyer, 1978; Tajfel, 1972; Tajfel & Wilkes, 1963). Trata-se, pois, de um processo que

esclarece o modo como, em variadas situações, uma realidade social constituída por grupos se constrói e afecta comportamentos de indivíduos que, por seu turno interagem e corroboram esta realidade. É neste sentido que o processo de diferenciação categorial constitui um processo psicossociológico (Doise, 1976 / 1984, p. 138).

Ou seja, a categorização está na origem de categorias cognitivas — *esquemas e estereótipos* — que se formam para ajudar a organizar e dar sentido a uma situação social, contribuindo para que o sujeito lide com a complexidade dessa situação de uma forma rápida e automática, e que constituem igualmente crenças partilhadas pelo grupo a que o sujeito pertence (McGarty, Yzerbyt, & Spears, 2002; Tajfel, 1981/2001),

But they do not merely systematize the social world; they also provide a system of orientation for self-reference: they create and define the individual place in society. Social groups, understood in this sense, provide their members with identification of themselves in social terms (Tajfel & Turner, 1979/2001, p. 101).

Tajfel e Forgas (1981/2000) sublinham a diferença entre a categorização de natureza social e não social, defendendo que a categorização social se distingue por ser normativa e baseada em valores. Para estes autores,

A system of categories which is associated with a system of values tends towards self-preservation. This is achieved in at least two ways: (i) Through the selection and/or modification of information received from the social environment in a manner which is consonant with the existing value differentiations: (ii) Through processes which tend toward an increased clarity of the categories associated with values and an increased distinctiveness between these categories. (Tajfel & Turner, 1981/2000, p. 54)

A *diferenciação intergrupos* em situações sociais concretas só ocorre quando se conjugam três tipos de variáveis: os sujeitos identificam-se com um grupo social, a situação tem um significado avaliativo que torna relevante a pertença a esse grupo e existe um exogrupo perante o qual a comparação é relevante: “*This competition requires a situation of mutual comparison and differentiation on a shared value dimension*” (Tajfel & Turner, 1979/2001, p. 102). Nesta perspectiva,, numa competição eleitoral a diferenciação intergrupos só ocorrerá se o sujeito se identificar com um dos partidos políticos concorrentes, se a eleição tiver um valor avaliativo que torne saliente a sua identificação a esse partido e se houver outros partidos que tornem a comparação social relevante. Ou seja, quando os sujeitos participam activamente numa eleição, votando, isso significa que o fazem porque se identificaram – naquelas que são, para esse sujeito, as dimensões salientes da situação – com um dos partidos e que essa identificação, e a consequente diferenciação em relação aos outros partidos concorrentes, é, nas dimensões em causa, relevante para a sua identidade social.

Alguns estudos mostram que assimilação intracategorial pode ser um fenómeno assimétrico que leva a uma maior acentuação da homogeneidade do exogrupo em relação ao endogrupo, o que é interpretado como uma motivação do sujeito para aumentar a previsibilidade em relação ao exogrupo e para acentuar a sua individualidade em relação ao endogrupo (Quattrone & Jones, 1980; Wilder, 1984). No entanto, Simon e Brown (2000) obtêm resultados que vão no sentido de que são apenas os membros de grupos majoritários os que avaliam o exogrupo como mais homogéneo do que a avaliação que fazem do endogrupo, enquanto os membros de grupos minoritários avaliam o endogrupo como mais homogéneo do que a avaliação que fazem do exogrupo:

As predicted in the identification hypothesis, minority members laid particular stress on their group membership. Clearly they identified more strongly with their in-group than did members of nonminorities. Simultaneously, they assumed greater in-group than out-group homogeneity in contrast to non minorities members (Simon & Brown, 2000, pp. 336-337).

Do ponto de vista do comportamento político, e de acordo com estes resultados, é de esperar, pois, que os grupos que se identificam com partidos minoritários avaliam o seu grupo de uma forma mais homogénea, ou seja, mais estereotipada e, por conseguinte, esperem menor variabilidade intragrupal e maior coesão. Como veremos adiante (cf. ponto 3.3) este aspecto é importante, na medida em que quando os sujeitos consideram que um grupo é parte integrante da sua identidade, isso significa que não estão disponíveis para estratégias individuais de mobilidade social e que estão mais interessados em estratégias colectivas de mudança social. Num grupo minoritário, muitas vezes com estatuto¹⁰ inferior, este ponto é fundamental para garantir a sua manutenção, coesão e crescimento. Por outro lado, os sujeitos que se identificam com partidos maioritários, tenderão a avaliar os outros partidos como mais homogéneos — acentuando a diferenciação intercategorial que mantém o seu estatuto de grupo dominante —, e a avaliar o seu grupo como menos homogéneo do que quando avaliam exogrupos, ou seja, tenderão a esperar mais variabilidade intracategorial. Do ponto de vista da dinâmica das relações políticas, esta situação ocorre quando existe apenas um partido político maioritário e, por consequência, os membros desse partido não estão interessados em estratégias de mobilidade ou mudança social, preferindo a manutenção do *statu quo* intergrupos, tornando relevantes outras identidades (cf. ponto 3.1.2) que remetem para diferenciações que mantenham, no entanto, intacta a sua pertença ao grupo integrador.

Embora a maioria das investigações relacionadas com o processo de categorização social tenham incidido inicialmente sobre a pertença objectiva a grupos sociais, também existe evidência de que o processo de categorização social ocorre em situações em que essa pertença é subjectiva (e.g. Branscombe, Schmitt, & Harvey, 1999; Conover, 1988; Ethier & Deaux, 1994). Este aspecto é importante no contexto desta dissertação, uma vez que a categorização dos grupos políticos, embora tenha como referência a existência de grupos objectivos e com fronteiras claras entre si — os próprios partidos políticos — não incide sobre esses grupos, mas sobre o grupo dos sujeitos que com eles se identificam.

A categorização social, assim como a identificação e a comparação social, apenas podem ocorrer num contexto social específico em que esses processos sejam relevantes para o comportamento social dentro do sistema (Doise, 1973; Tajfel, 1979; 1981; Tajfel & Turner, 1979/2001). A aplicação destes princípios de categorização social a entidades políticas,

¹⁰ O conceito de estatuto é usado por Tajfel & Turner (1979/2001) para designar “a ranking or hierarchy of perceived prestige” (p. 97).

conduz à estruturação desse contexto social específico em grupos que se organizam de acordo com as características do sistema político — que define simultaneamente a permeabilidade das categorias, a estabilidade nas relações intergrupais e a legitimidade desse sistema de relações intergrupais —, e de acordo com a sua realidade social específica — que se traduz em normas e no valor social das relações intergrupais em causa (Rubin & Hewstone, 2004). Ou seja, estamos perante uma relação intergrupos em que,

os grupos constituem entidades subjectivamente construídas, que reúnem os seus membros sob um determinado modo de ser, predefinido num universo simbólico-ideológico, onde se encontram os próprios elementos da construção de uma representação de si, enquanto pessoa, e cujas modalidades elucidam a expressão do comportamento dos indivíduos em diferentes contextos (Amâncio, 2002, p. 409).

Se considerarmos apenas o campo da intervenção política, podemos afirmar que são os partidos e as ideologias políticas que têm, neste domínio, o estatuto de categorias primitivas e normativas. Ou seja, actualmente, numa sociedade democrática da Europa Ocidental e num contexto eminentemente eleitoral, a organização cognitiva e social dessa situação é feita de forma automática com recurso à inclusão dos sujeitos e das situações em categorias ideológicas e/ou em partidos políticos, que são aquelas que mais contribuem para a compreensão do comportamento social dentro do sistema político, com os consequentes processos de assimilação intracategorial e diferenciação intercategorial.

Sempre que um sujeito, uma entidade ou uma situação são organizadas numa categoria social isso significa que se processou a informação relativa a esse sujeito, entidade ou situação recorrendo a um *esquema* que, no âmbito da psicologia social, remete para,

(...) mental structures that organize our knowledge about social world. These mental structures influence the information we notice, think about, and remember (Bartlett, 1932; Markus 1977; Taylor & Crocker, 1981). The term schema is very general; it encompasses our knowledge about many things — other people, ourselves, social roles (e.g. what a librarian or an engineer is like), and specific events (e.g., what usually happens when people eat a meal in a restaurant) (Aronson, Wilson, & Akert, 2005, p. 59).

Os esquemas incluem informação que vai desde as características que permitem definir a pertença a um grupo, a imagens dos membros típicos desse grupo e a *scripts* relativos ao comportamento típico em situações específicas, quer dos membros do grupo, quer dos membros de outros grupos em relação a estes (Stangor & Schaller, 1996): “À semelhança das representações sociais, os *scripts* referem-se a modalidades de conhecimento prático, socialmente elaboradas e partilhadas, constituindo, simultaneamente, sistemas de

interpretação e de categorização do real e modelos ou guias de acção” (Alferes, 2002, p. 142). Ou seja, os esquemas fornecem não apenas *informação* relativa às características relevantes dos membros do grupo, mas também uma *representação visual* desses membros e uma *sequência de acções e comportamentos – normas grupais –* que em determinadas circunstância se deve esperar dos membros desse grupo e/ou que, nessas circunstâncias, devem ser desencadeados face aos membros desse grupo.

É, pois, através do processo de categorização social que alguns grupos se tornam mais influentes do que outros na determinação do comportamento do sujeito, uma vez que a percepção que estes têm da realidade social é determinada por essas categorias/grupos. São as normas grupais que influenciam o comportamento dos sujeitos e não a pressão ou comparação social,

Influence is maximized when behavior is salient rather than behavior is under surveillance or when the definition of physical or social reality is ambiguous. Finally, a person conforms to a cognitive representation of an in-group norm, based on but not necessarily synonymous with the observable behavior of others (Abrams, Wetherell, Cochrane, Hogg, & Turner, 2001, p. 272)

3.1.3 AUTOCATEGORIZAÇÃO

Alguns autores sublinham a importância do papel da autocategorização no processo de identificação social (Abrams & Hogg, Social identification, self-categorization, and social influence, 1990; Oakes, 2003; Turner, 1991; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Nesta perspectiva, a categorização não é concebida apenas como um processo de distinção entre endo e exogrupo, mas também como um processo em que existem diferentes níveis de abstracção e inclusão: nível interpessoal, que corresponde à identidade pessoal, em que o *self* é entendido como sujeito individual; nível intergrupar, que corresponde à identidade social, em que o *self* é entendido como um membro de um grupo; nível interespécies, em que o *self* é um ser humano. A autocategorização pode, pois, existir em diferentes níveis de abstracção relacionados entre si (Oakes, Haslam, & Reynolds, 1999). Ou seja, o sujeito pode alternar entre uma identidade individual e uma entidade social, pensando em si, numas situações, como “eu” em oposição a “ele/a” e, noutras situações pensando em si como “nós” em oposição a “eles/as”.

A autocategorização é determinada por relações comparativas que ocorrem num determinado contexto e não é vista como uma entidade mental ou uma representação

cognitiva estável (Oakes, 2003; 1987; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Desta forma, sujeitos que num determinado contexto podem ser incluídos em categorias diferentes (por exemplo, PS e BE, no contexto de uma eleição), podem integrar a mesma categoria num outro contexto (por exemplo, defensores do *Sim*, no âmbito de um referendo sobre a despenalização do aborto), sem que isso mude as suas posições no outro contexto. Aquilo que determina a inclusão do sujeito num ou noutra grupo é o conjunto de categorias disponíveis e salientes na situação específica: *“a given set of items is more likely to be characterized as a single entity to the degree that differences within that set of items are less than the differences between that set and others within the comparative context”* (Oakes, Haslam, & Turner, 1994, p. 96). Trata-se de um processo de adequação comparativa através do qual se estabelece a correspondência entre os estímulos presentes numa situação e categorias acessíveis ao sujeito. A acessibilidade refere-se à possibilidade que o sujeito tem de usar uma categoria particular e a adequação reflecte a capacidade que essa categoria tem de descrever a realidade. A relevância e significado emocional da identificação aumenta à medida que aumentam as situações em que essa identificação se torna saliente (Reynolds, Turner, & Haslam, 2003). O processo cognitivo subjacente a esta associação pode ser descrito em termos de adequação comparativa e adequação normativa (Turner, 1985). Isto é, numa situação concreta, os sujeitos escolhem a pertença a uma categoria que minimize as diferenças entre os membros do grupo e maximize diferenças, relevantes para a situação, entre categorias. Trata-se, pois de um processo de *metacontraste* que permite aos sujeitos verificar em cada situação qual a categoria que melhor potencia as diferenças intercategorias em relação às diferenças intracategorias (Marques & Paéz, 2002; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Este princípio de adequação relativa implica que a autocategorização é dinâmica e reactiva a mudanças no contexto. Nas situações em que existe um conflito entre valores relevantes para o processo de categorização é necessário recorrer a um compromisso *“This compromise will tend to favour those value considerations which are more general, more important or more relevant to social action. It follows that, in some cases, conflicts of values will determine changes in a system of social categories”* (Tajfel & Forgas, 1981/2000, p. 54).

Da mesma forma, a categorização dos membros *protótipo* — aqueles que dentro do endogrupo representam melhor as diferenças em relação ao exogrupo e as semelhanças entre os membros do endogrupo —, varia em função do contexto em que essa avaliação é feita, nomeadamente em função do exogrupo considerado. A definição de quem são os membros *protótipo* é importante na medida em que é a semelhança percebida em relação a esses membros que desempenha um papel fundamental na formação e desenvolvimento

da identidade social do sujeito (Hogg, 1996). Quando existe uma adequação normativa entre os atributos dos membros de um grupo e os membros *protótipo* de diferentes categorias isso torna a situação mais clara e permite ao sujeito concentrar-se nas diferenças intercategorias. Quando essa adequação não existe, os sujeitos irão procurar outras categorizações alternativas que melhor se ajustem à situação. Nesta perspectiva, a identificação remete para dois aspectos fundamentais:

First, it refers to the unique and shared psychological resources that a person brings to a situation (...) Second, identification is used to describe the outcome of the categorization where an identity becomes more salient and group members are motivated to behave in a coordinated fashion to advance collective outcomes (Reynolds, Turner, & Haslam, 2003, p. 294)

Este conceito é importante para se perceber porque é que alguns eleitores votam de uma forma numa eleição e de forma diferente noutra eleição. Como vimos acima, a autocategorização ocorre num determinado contexto e não é vista como uma entidade mental ou uma representação cognitiva estável. Sujeitos que são percebidos como pertencendo a categorias diferentes podem, num outro contexto, ser percebidas na mesma categoria (Oakes, Haslam, & Reynolds, 1999) Por exemplo, se um sujeito se vê a si mesmo como pertencendo ao grupo político “PS”, é de esperar que a sua opção de voto num contexto eleitoral normal¹¹ seja no PS. No entanto, pode acontecer que em determinadas situações eleitorais o conjunto de categorias disponíveis e salientes na situação seja diferente daquele que caracteriza uma eleição normal. Nestes casos, este mesmo sujeito pode definir-se a si mesmo como membro de uma outra categoria, mais vasta que o grupo “PS”, e que congregue, por exemplo, “PS” e “BE”. Se a avaliação que o eleitor faz da situação eleitoral for dominada por temas que tornem mais saliente a pertença a esta categoria mais vasta, então a opção de voto no “BE” não será vista como pondo em causa a sua identidade política e o sujeito poderá optar por votar no BE se esta opção for avaliada como mais adequada para a afirmação dessa identidade mais saliente no contexto em que ocorre a eleição em causa. É preciso ter em conta, no entanto, que esta é uma característica individual e não de todos os sujeitos que se definem como “PS”. Ou seja, outros sujeitos também pertencentes ao grupo “PS” podem também eles incluir-se em outras categorias diferentes que congreguem, por exemplo, os grupos “PSD” ou “CDS”. Nestes casos, se o acto

¹¹ Entende-se aqui por contexto eleitoral normal, uma situação eleitoral em que as categorias disponíveis e salientes na situação sejam essencialmente aquelas que levaram o sujeitos a definir-se, *de uma forma geral*, como “PS” e que serão também as mais estáveis num dado momento histórico e social.

eleitoral tornar mais saliente e relevante em termos de identidade política esta outra categorização, a opção de voto destes sujeitos poderá ser também no PSD ou no CDS, sem que isso seja visto como incompatível com a sua identidade política como “PS”. O que é relevante é que estes diferentes níveis se articulam entre si, em cada sujeito, de forma coerente, constituindo componentes de uma mesma identidade social.

3.2 IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

3.2.1 AQUISIÇÃO DE ESQUEMAS E ESTEREÓTIPOS

A construção da realidade social é um processo dinâmico e interactivo, em que uma parte significativa dos esquemas e estereótipos que fazem parte da identidade social de um indivíduo não são construções individuais, mas esquemas e estereótipos socialmente partilhados que pré-existem ao indivíduo, como parte integrante da definição de um sistema social em que existem grupos, normas e valores associados às relações que nele se desenvolvem: *“Every function in the child's cultural development appears twice: first, on the social level and, later on, on the individual level; first, between people (interpsychological) and then inside the child (intrapsychological)”* (Vygotsky, 1978, p. 57).

Esta característica faz dos processos de socialização a principal forma de aquisição de esquemas e estereótipos por parte dos sujeitos. Vários estudos mostram que os principais agentes de socialização são a família (Jennings & Niemi, 1974; Maccoby, Matthews, & Morton, 1954; Ventura, 2001) e a escola (Hess & Torney, 1967), e evidenciam que a categorização é um processo que já se encontra presente em crianças desde muito cedo (Brown, 2005; Ruble & Martin, 1998). Ou seja, existe um consenso alargado de que os estereótipos são aprendidos através do contacto com os outros. Em muitos casos essa aprendizagem resulta da observação que fazemos do modo como os membros de um grupo ou os sujeitos que consideramos importantes se relacionam com outros sujeitos ou grupos, e da avaliação que se faz da frequência com que determinados grupos executam ou estão associados a comportamento ou situações específicas, num processo conhecido como *correlação ilusória* (para uma revisão sobre a aquisição dos estereótipos cf. Marques & Paéz, 2000).

A relação entre os processos de socialização e a identificação partidária foi estabelecida desde o início por Campbell et al. (1960) quando afirmam que *“an orientation toward*

political affairs typically begins before the individual attains voting age and that this orientation strongly reflects his immediate social milieu, in particular his family" (1960, pp. 146-147). Miller e Shanks (1996) explicam as alterações que se verificam, num nível agregado, na ligação de eleitores a partidos pela substituição de gerações no eleitorado — *"the entry of one generation into the electorate, the exit of a second, and the mid-life of a third"* (1996, p. 94) —, mantendo-se, no entanto, cada uma delas fiel à sua identidade política e partidária ao longo da sua vida: *"possible causes of change that are related to age in cross-sectional analyses, but not to aging in longitudinal analysis"* (1996, p. 112). Campbell et al. (1960) fazem notar que,

Not all members of the electorate form strong party attachments, however, and they make up a sufficiently large proportion of the population to permit the short-term influence of political forces associated with issues and candidates to play a significant role in determining the out come of specific elections. Even strong identifiers are not impervious to such influences and, as we shall see, occasional cataclysm national events have had the power to produce substantial realignment in long standing divisions of political sentiment (p. 149).

Esta conclusão mostra que a influência dos processos de socialização na definição da identidade partidária não pode ser concebida apenas como limitada ao período anterior à idade adulta. A questão fundamental é saber qual o tipo de acontecimentos ou de informação que pode ultrapassar o *"perceptual screen wich the individual tends to see what is favorable to his partisan orientation"* (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960, p. 133) e ter repercursões na identidade do sujeito, contribuindo para alterá-la. A investigação conduzida pela psicologia social no âmbito da alteração de estereótipos e preconceitos mostra que as estratégias mais eficazes parecem ser aquelas que promovem o contacto e cooperação entre grupos (Hewstone, 2000), e as que procuram que os sujeitos se relacionem num contexto em que as diferenças grupais não sejam usadas, mas substituídas por abordagens individuais e personalizadas (Gaertner, Mann, Dovidio, Murrell, & Pomare, 2000). No entanto, os resultados mostram que, mesmo nos casos em que se consegue obter modificações nas relações entre os membros presentes nas situações em que se promove o contacto, as alterações poduzidas no estereótipo através de situações de contacto não são, na maior parte dos casos, generalizadas para os outros membros do grupo (Hewstone & Brown, 1986). Rothbart e John (2000) defendem que as situações de contacto só promovem alteração nos estereótipos nos casos em que se verifica simultaneamente que o estereótipo é susceptível de ser desconfirmado, a situação de interacção proporciona essa desconfirmação e se permite, ainda, a associação do

estereótipo a outra categoria mais abrangente que se tornará dominante na relação entre os membros desses grupos. Estes resultados vêm mostrar, tal como defendem Oakes et al. (1999), que a informação não deve ser entendida como uma categoria cognitiva estável, mas como algo dependente de um processo de interação social em que se torna conhecimento significativo. Um exemplo de uma situação deste género foi a transformação verificada nos grupos “PSR” e “UDP” quando os seus membros foram colocados numa situação em que as diferenças entre eles deixaram de ser relevantes e puderam ser anuladas e organizadas numa nova categoria mais abrangente. Verifica-se, no entanto, que outras situações de contacto têm o efeito contrário, ou seja, contribuem para a confirmação do estereótipo, como parece ser o caso do contacto entre membros dos grupos “PS” e “PCP” nos movimentos sindicais, situação que não contribuiu para uma diminuição dos estereótipos, mas para a sua confirmação e acentuação. Como veremos adiante, a diferença nestes dois exemplos pode estar no facto de os grupos “PSR” e “UDP” interagirem essencialmente em contextos em que são sempre grupos minoritários e com uma posição não dominante, enquanto os grupos “PCP” e “PS” interagem em alguns contextos, nomeadamente sindicais, em que são ambos grupos dominantes.

Numa perspectiva psicossocial, a persistência da identificação partidária reflecte a persistência da imagem que os sujeitos têm dos partidos políticos — *“citizens learn about which sorts of social, economic or ideologic groups affiliate with each party, while at same time sorting out which group labels properly apply to themselves”* (Green, Palmquist, & Schickler, 2002, p. 137) —, ou seja, a mudança na definição das identidades partidárias terá que estar associada, entre outras, a mudanças na percepção que o sujeito tem dos grupos sociais, económicos ou ideológicos que estão ligados a cada um dos partidos — isto é, mudanças na categorização dos partidos políticos — ou na alteração da avaliação que faz de qual é o seu grupo social, económico ou ideológico.

Stryker (1968; 1980) defende que os sujeitos têm várias identidades e que as activam diferencialmente em função das relações sociais estabelecidas. Nesta perspectiva, a estabilidade da identidade social é uma consequência da estabilidade das relações sociais, ocorrendo mudanças sempre que se verifiquem movimentos dos sujeitos na estrutura social, quer estes tenham origem em opções voluntárias dos sujeitos ou ocorram por força de acontecimentos que afectam a vida dos sujeitos (Wells & Striker, 1988). Este processo de mudança está ainda associado ao grau de compromisso do sujeito — não com a identidade em si, mas com a sua adequação a uma situação específica — e tem duas dimensões: uma refere-se à extensão das interações sociais que o sujeito estabelece por

força dessa identidade e outra ao seu valor emocional ou seja, ao custo emocional ligado à perda da identidade: *“A man is committed to the role of ‘husband’ in the degree that the number of persons and the importance to him to those persons requires his being in the position of husband and playing that role”* (Stryker & Serpe, 1982, p. 207).

3.2.2 MOTIVAÇÃO PARA A AUTO-ESTIMA

A identidade social comporta uma *dimensão motivacional* ligada à necessidade que os sujeitos têm em manter uma auto-estima positiva e ao desejo de formar uma imagem adequada da sua posição no mundo social. Como temos vindo a defender, e de acordo com Tajfel (1978), a identidade social é *“that part of individual self-concept which derives from his knowledge of his membership in a social group together with the value and emotional significance attached to that membership”* (p. 63), ou seja, é a pertença a grupos sociais que permite aos sujeitos sentirem que fazem parte integrante do seu meio social. Esta conformidade com o meio social, nomeadamente com as suas normas, valores e comportamentos, é crucial para a auto-estima, na medida em que é ela que garante ao sujeito uma auto-avaliação positiva. A auto-estima é, portanto, conceptualizada como um fenómeno social, uma vez que não só é partilhada pelos membros do mesmo grupo e depende das relações intergrupais que esse grupo estabelece como, também, actua num sistema social específico que determina quando e como é que essa auto-estima influencia o comportamento (Rubin & Hewstone, 2004). Por exemplo, se um sujeito nasceu e cresceu num meio social em que a pertença a um partido político é um aspecto relevante, é natural que ele incorpore na sua identidade social a pertença a esse partido, uma vez que essa pertença o torna igual aos outros membros do seu grupo e isso garante a sua integração e aceitação como membro de pleno direito dessa comunidade. De acordo com Tajfel (1981) os indivíduos tenderão a manter-se como membros de um grupo e a procurar pertencer a novos grupos se esses grupos contribuírem para aspectos positivos da sua identidade social. No entanto, se os grupos a que os sujeitos pertencem não contribuírem para uma identidade positiva, eles tenderão a abandoná-lo e a procurar integrar-se noutra. Este seria, por exemplo, o caso de um sujeito que, identificando-se por via de um processo de socialização com um partido político, fosse confrontado com uma mudança na sua vida, por exemplo, entrada na universidade, que o levasse a integrar um novo grupo onde a identificação com esse partido não fosse aceite como positiva e contribuisse para a sua discriminação negativa. É este processo de comparação social que explica a dinâmica social das relações intergrupos.

3.3 COMPARAÇÃO SOCIAL

Festinger (1954) foi dos primeiros psicólogos sociais a estabelecer a importância da comparação social, descrita como um processo em que os sujeitos se auto-avaliam comparando-se a outros que consideram próximos de si o que os leva a aproximar-se de grupos com características similares às suas: *“they have an attraction for groups of similar others, and they have some motivation for maintaining the homogeneity of these groups so that the groups can continue to be useful in defining social reality* (Mackie & Queller, 2000, p. 138). No entanto, para Festinger (1954), a comparação era feita sobretudo com os membros do endogrupo. Tajfel e Turner (1979/2001) defendem que os sujeitos mantêm e aumentam a sua auto-estima através de um processo de comparação e diferenciação do seu grupo em relação a outros grupos. Este processo de favoritismo do endogrupo é afectado por três aspectos relevantes: o grau com que o sujeito se identifica com os membros do seu grupo; o grau em que a comparação entre grupos é relevante no contexto específico em que o sujeito se encontra; e o estatuto do exogrupo. Ou seja, o favoritismo pelo endogrupo será maior nas circunstâncias em que a pertença ao grupo for um aspecto relevante para a identidade social do sujeito e quando a comparação com outros grupos for socialmente relevante.

O uso de estereótipos num contexto social está ligado a situações em que os sujeitos estão motivados para avaliar um grupo, o que acontece quando existem ameaças, reais ou imaginadas, ao endogrupo, nomeadamente, em condições em que a identidade social não só é saliente como também é desafiada. A definição destas condições está relacionada com os objectivos do sujeito nessa situação. Estes objectivos não fazem parte do estereótipo, mas são determinados pela natureza do relacionamento entre o sujeito e as outras categorias sociais presentes na situação. Por outro lado, o mesmo contexto e o mesmo objectivo podem activar diferentes estereótipos consoante o grupo a que pertence o sujeito. Em termos gerais a saliência de uma categoria é determinada pela interacção entre a sua acessibilidade relativa e a sua adequação à realidade (Oakes, Haslam, & Reynolds, 1999).

A utilização de estereótipos pode ser feita de forma automática ou como resultado de um comportamento motivado, distinguindo-se, neste último caso, as situações em que os estereótipos são simultaneamente activados e utilizados — o que ocorre quando o objectivo principal do sujeito é manter a sua auto-estima e/ou colocar o outro numa categoria que lhe possibilite compreendê-lo — das situações em que os estereótipos,

embora possam ser activados, não são usados — o que acontece nas situações em que o estereótipo é irrelevante para a compreensão da situação ou em que o objectivo principal do sujeito é evitar a manifestação do preconceito (Kunda & Spencer, 2003). Nos primeiros casos a utilização do estereótipo serve os objectivos do sujeito, enquanto nos segundos se verifica o contrário. Kunda e Spencer (2003) exemplificam a condição em que o sujeito quer evitar o uso de um estereótipo com a situação em que um estereótipo racista pode ser bloqueado porque os sujeitos pertencem a uma religião que defende princípios de igualdade:

Increases in the intensity of self-enhancement and comprehension goals that can be satisfied by stereotyping can increase stereotype application, whereas increases in the intensity of the motivation to avoid prejudice can inhibit stereotype application, if the perceiver has the cognitive resources needed to execute such inhibition. (...) We also argue, however, that to understand and predict stereotype activation and application it is also necessary to understand the power of situations. The extent to which one activates and uses stereotypes in a given situation can depend on his goals one is striving to satisfy in that situation. (Kunda & Spencer, 2003, p. 540)

Estas conclusões têm implicações evidentes no comportamento político. As situações eleitorais são situações de disputa em que os objectivos dos sujeitos se situam ao nível da compreensão da situação (ou seja, saber quem é quem; quem são os “nossos” e quem são os “outros”) e, para os que se identificam com um partido político, da manutenção da sua auto-estima enquanto membros desse grupo, ou seja, em ambos os casos estamos perante as situações que Kunda e Spencer (2003) defendem que o uso de estereótipos se mostra mais útil para o sujeito e, como tal, mais susceptível de ser activado e usado. É fora dos momentos eleitorais, onde o nível de disputa é menor, que se podem registar mais frequentemente situações em que os sujeitos queiram evitar a manifestação de comportamentos preconceituosos em relação aos membros e propostas de outros grupos (em consonância, por exemplo, com o sentido democrático e cívico que a maioria diz defender) e, como tal, são essas as situações em que os sujeitos estarão mais disponíveis para não activar os preconceitos em relação a outros grupos e às suas propostas e a envolver-se em contactos que poderão contribuir para a atenuação dos estereótipos e, eventualmente, para que o sujeito possa modificar completamente a sua opinião. Se assim for, isso significa que os períodos entre duas campanhas eleitorais são aqueles que têm as melhores características para a promoção de acções que visem modificar a opinião de eleitores não simpatizantes de um partido em relação a esse partido. As características das campanhas eleitorais, onde o conflito e a competição intergrupos são mais intensos,

propiciam as melhores condições para o uso de estereótipos e, nesse caso, a sua utilidade eleitoral deve ser essencialmente a de tornar mais saliente e relevante o estereótipo e, conseqüentemente, aumentar o favoritismo pelo endogrupo e a discriminação em relação a outros grupos.

3.3.1 MUDANÇA E MOBILIDADE SOCIAL

De acordo com Tajfel (1979; 1981; 1982), os grupos podem ser vistos como *dominantes* ou *dominados* em função das discrepâncias em relação ao seu estatuto social, poder, domínio, etc., e as identidades sociais podem ser *seguras* ou *instáveis* em função da sua aceitação ou rejeição, não apenas por parte dos membros do grupo, como dos membros de outros grupos que com ele interagem. Em situações de relacionamento intergrupar em que existem identidades instáveis e descontentamento com a avaliação do endogrupo, a dinâmica dessas relações pode estruturar-se em situações de *mobilidade social* e/ou de *mudança social*. A mobilidade social consiste numa estratégia de passagem individual de membros de um grupo para outro e a mudança social numa estratégia grupal no sentido de mudar o tipo de relação intergrupar. O uso de uma ou outra destas estratégias — passagem de um grupo a outro ou mudança das conseqüências auto-avaliativas da pertença grupal — para proteger e promover a identidade social, é feito em função das convicções dos sujeitos em relação à estabilidade e legitimidade das relações que se estabelecem entre os grupos (Hogg, 2005; Tajfel, 1979).

De uma forma geral, os grupos dominantes não se envolvem em movimentos de mudança social e a ocorrência de mobilidade social por parte de membros individuais desse grupo só se verifica nos casos em que a pertença ao grupo seja conflitante com outros valores. Esta é a situação típica dos membros das classes económica e socialmente favorecidas que abraçam causas de grupos sociais e políticos revolucionários que põem em causa o *status* dos grupos económica e socialmente dominantes a que pertencem. Esta pode ser também a situação de membros de partidos políticos maioritários que abandonam o seu partido para ingressarem num partido minoritário que tem uma intervenção política mais consistente, por exemplo, no campo de defesa do ambiente. A mobilidade social é, no entanto, muito mais frequente no caso de grupos dominados, em que a posição de grupo dominado é encarada como estável e legítima e onde existem, simultaneamente, fronteiras permeáveis entre grupos, permitindo a passagem de membros de um grupo para o outro sem que isso seja socialmente punido. Esta situação em que grupos dominados internalizam uma avaliação deles próprios como socialmente abaixo do exogrupo —

discriminação consensual — é a única situação em que a teoria da identidade social prevê a existência de favoritismo pelo exogrupo (Tajfel & Turner, 1979/2001). Nestas condições, os membros deste grupo que se sintam insatisfeitos com a sua situação de pertença a um grupo dominado e não encontrem solidariedade no seu grupo para se envolverem em estratégias de mudança social, envolvem-se em estratégias individuais de mobilidade social. Em termos políticos um exemplo desta situação é a passagem de membros de um partido político minoritário para um partido maioritário. No entanto, esta situação é frequentemente mal sucedida levando à marginalização do sujeito em ambos os grupos. Expressões pejorativas como “vira-casacas” são uma evidência disso mesmo. Nos casos em que a separação entre os grupos é consideravelmente estanque, não apenas porque os grupos se baseiam em características que dificilmente podem ser alteradas, mas também porque existe um conflito de valores e fortes penalizações sociais em relação a essa saída, nesses casos, a percepção de que a situação do seu grupo é injusta em relação a outros grupos, conjugada com a convicção de que o *statu quo* pode ser alterado, leva o grupo a agir como um todo, redefinindo os critérios de diferenciação, num processo que Tajfel e Turner (1986) designam por *criatividade social*. Esta redefinição faz-se pela valorização de características existentes no grupo ou pela criação de novas formas de diferenciação que possibilitem uma comparação mais favorável. Este processo de reafirmação da identidade social, assim como a situação em que o estatuto dos grupos é semelhante, ou seja, nenhum dos grupos se avalia como sendo grupo dominado, leva à acentuação do conflito intergrupual:

... social competition and conflict are predicted to occur only when group boundaries are impermeable, intergroup status is unstable and illegitimate, and there is intergroup agreement about the value of intergroup behavior. (...) social competition is though to manifest itself as ingroup favoritism only when this form of behavior is perceived to have a positive societal value”. (Rubin & Hewstone, 2004, p. 827)

Esta é a situação mais frequente nos contextos políticos, com os partidos maioritários a discriminarem-se entre si e em relação aos partidos minoritários, e estes últimos a procurarem redefinir os termos da comparação social criando pontos de diferenciação que lhes possam ser favoráveis na confrontação intergrupos. É, por exemplo, comum que os grupos políticos minoritários valorizem a superioridade moral e ética das suas propostas políticas em contraponto aos interesses materiais da *realpolitik* que domina as propostas políticas dos grupos maioritários.

3.3.2 INFLUÊNCIA INFORMACIONAL DE REFERÊNCIA

A autocategorização tem subjacente um processo de intervenção social nos grupos que se designa por *influência informacional de referência* (Abrams & Hogg, 1990; Abrams, Wetherell, Cochrane, Hogg, & Turner, 2001; Turner, 1991). Já tivemos oportunidade de ver no ponto 3.1.2 que, quando uma identidade social se torna saliente, os sujeitos constroem, a partir da adaptação comparativa, uma norma de grupo específica desse contexto que é subjectivamente representada como um *protótipo* que descreve e prescreve crenças, atitudes, sentimentos e comportamentos que minimizam as diferenças intragrupais e maximizam as diferenças intergrupais, de acordo com o princípio de *metacontraste*. Existe, pois, uma assimilação do *self* ao *protótipo* e, nessa perspectiva, o *self* é transformado, na medida em que a auto-percepção, crenças, atitudes, sentimentos e comportamentos são agora definidos em termos do *protótipo* grupal, ou seja, a pertença a grupos faz os sujeitos pensar, sentir, agir e definirem-se a si próprios em termos de normas de grupo, em vez de o fazerem de acordo com as propriedades do seu *self* individual, ou seja, a pertença a grupos leva os sujeitos a definirem-se em função das normas do grupo e não com base no seu *self* individual (Fleming & Petty, 2000; Terry & Hogg, 2000).

O conceito de *influência informacional de referência*¹² assenta na ideia de que para todos os julgamentos, independentemente da sua manifestação na realidade física, a validade subjectiva dos pontos de vista de cada sujeito depende da extensão com que outros sujeitos do mesmo grupo concordem com esses pontos de vista. De acordo com os pressupostos teóricos da auto-categorização, quando esta ocorre os sujeitos esperam partilhar os mesmos pontos de vista que os restantes membros do endogrupo e, quando isso não acontece, instala-se no sujeito uma sensação de incerteza originada pelo desacordo em relação àqueles com que se espera estar de acordo. Ou seja, a partilha de pontos de vista com outros membros do grupo fornece informação sobre a validade social dos pontos de vista do sujeito e leva-o a perceber que as respostas partilhadas com outros membros do grupo reflectem a realidade social. De acordo com Turner et al. (Turner, 1985; Turner, 1991; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987; Turner, Hogg,

¹² O conceito de influência informacional foi inicialmente introduzido por Deutsch e Gerard (1955), a par do de influência normativa, para designar um mecanismo que é mobilizado quando a incerteza leva os sujeitos a procurar nos outros pistas para a compreensão da realidade objectiva. Por sua vez, a *influência normativa* designa a conformidade à pressão social e é mediada pela expectativa de punição ou recompensa. No entanto, Terry e Hogg (2000) concebem a influência normativa de forma diferente, na medida em que consideram que esta não se exerce por força da pressão social, mas pelo facto de as normas prescrevem as atitudes e os comportamento que são específicos de um grupo em determinados contextos.

Turner, & Smith, 1984) os pontos de vista dos membros do endogrupo têm um efeito persuasivo e levam a mudanças de atitudes na medida em que são tomados como indicadores fiáveis da realidade. É preciso ter em conta, no entanto, que a mudança na categorização já não é vista apenas como produto directo da informação, mas como resultado de uma interacção que ocorre num contexto específico que transforma essa informação em conhecimento significativo (Oakes, Haslam, & Reynolds, 1999). Nessas situações, a influência da informação será tanto maior quanto maior for a consistência do endogrupo e exerce-se através da identificação social e não pela pressão ou comparação social. Estes pontos de vista partilhados estão, por sua vez, na base do comportamento normativo do grupo e mantêm a integridade e os limites das categorias sociais. Nesta perspectiva,,

People are influenced by norms not for social approval, nor because others have told one to, nor because others are watching but because norms prescribe the context-specific attitudes and behaviors appropriate for group members. Norms can be enacted in private; a particular group membership just needs to be the contextual basis for self-definition. Thus, norms are inextricable properties of groups that influence people through self-categorization (Terry & Hogg, 2000, p. 72).

Este ponto é particularmente relevante no caso do comportamento eleitoral, uma vez que o voto se concretiza em situações em que a pressão social não pode ocorrer de forma directa. Se o sujeito agisse unicamente por força da aprovação social isso poderia não ter influência no seu voto secreto, uma vez que esse sujeito poderia sempre dizer que votou no partido *A*, quando na realidade votou em *B*. Ou seja, a necessidade de aprovação social poderia explicar o seu discurso público sobre o sentido do seu voto, mas não o seu voto. No entanto, tal como defendem Terry e Hogg (2000) um comportamento normativo — como por exemplo, votar no partido com o qual se identificam — pode ser activado em contextos em que o sujeito age sozinho, bastando que esse contexto tenha tornado relevante a sua pertença ao grupo social dos que se identificam com esse partido.

3.3.3 VARIABILIDADE DO ENDOGRUPO

Os pressupostos teóricos do modelo da identidade social defendem que a assimilação intracategorial é fundamental para a categorização social e diferenciação intergrupual. No entanto, a assimilação intracategorial pode ser um fenómeno assimétrico que leva a uma maior acentuação da homogeneidade do exogrupo do que a do endogrupo. Esta tendência, que se traduz na percepção dos membros do endogrupo como sendo mais diferenciados

entre si do que os membros do exogrupo, é interpretada como uma motivação do sujeito para acentuar a sua individualidade em relação ao endogrupo (Quattrone & Jones, 1980; Wilder, 1984). No entanto, Simon e Brown (2000) obtêm resultados que vão no sentido de que são apenas os membros de grupos maioritários os que avaliam o exogrupo como mais homogéneo do que o endogrupo, passando-se o inverso com os membros de grupos minoritários que avaliam o endogrupo como sendo mais homogéneo do que o exogrupo. Outros autores (Eggins, Haslam, & Reynolds, 2002; Haslam, Eggins, & Reynolds, 2002) defendem que, nos casos em que os valores e normas de um grupo valorizem a diversidade, os membros desse grupo podem reconhecer, sem colocar em risco a unidade do endogrupo, as diferenças existentes entre si. Estes autores propõem um modelo de desenvolvimento da identidade num contexto organizacional em que se valoriza a divergência e a diversidade em subgrupos que são posteriormente integrados numa categoria mais geral. O facto de se lidar com diferenças num contexto onde existe uma identidade aglutinadora introduz um factor motivacional para resolver de forma criativa e inovadora os conflitos. No campo político, esta situação acontece no caso de partidos que permitem a existência de tendências organizadas no seu seio, grupos esses que são, no entanto, integrados na identidade mais geral que é o próprio partido. A eleição directa para o cargo de secretário-geral do PS, feita em vésperas de eleições que deram a este partido a sua primeira maioria absoluta, é um exemplo de como uma situação de diferenciação no endogrupo se traduziu num ganho em termos da identidade “PS”.

A explicação tradicional para a diferenciação dentro do endogrupo enfatiza a componente cognitiva, atribuindo-a ao maior conhecimento que os sujeitos têm em relação aos membros do seu grupo, nomeadamente, pelo facto de contactarem frequentemente com eles (Linville & Jones, 1980). No entanto, várias investigações (Marques & Yzerbyt, 1988; Marques, Yzerbyt, & Leyens, 1988) vieram mostrar que em situações de diferenciação intergrupala e de favoritismo pelo endogrupo, que coexistam com processos de diferenciação intragrupal, ocorre um processo de natureza emocional que estes autores identificam como *efeito ovelha negra*. Esta situação acontece quando, numa comparação entre *bons* e *maus* elementos, do endo e do exogrupo, os sujeitos avaliam de uma forma mais severa os maus exemplos do seu grupo do que os do exogrupo. Para Marques et al.,

... essa manifestação de maior variabilidade no endogrupo do que no exogrupo não depende fundamentalmente do facto de os sujeitos terem mais informação ou uma representação mais complexa acerca do endogrupo, mas antes do facto de estarem mais investidos emocionalmente nos julgamentos sobre o endogrupo do que sobre o exogrupo” (Marques & Paéz, 2002, p. 377).

Um dos resultados mais importantes destas investigações sobre o efeito ovelha negra prende-se com o facto de se ter identificado que o extremismo do julgamento em relação aos membros do endogrupo está associado ao facto de estes serem avaliados em função de uma norma, numa situação de responsabilização ou no âmbito de grupos heterogéneos (Marques & Paéz, 2002). O efeito ovelha negra pode ajudar a perceber, por exemplo, a avaliação bastante negativa que os primeiros-ministros António Guterres e Santana Lopes tiveram, no fim dos seus mandatos, no seio do grupo de sujeitos que se identificavam com os seus próprios partidos políticos e que levou ao seu afastamento da direcção desses partidos.

3.4 IDENTIDADE SOCIAL E PERSUASÃO

Miller, Monin e Prentice (2000) analisando a consistência entre atitudes individuais e comportamento público, distinguem *consistência correlacional* (que se refere à magnitude do coeficiente de correlação entre um comportamento e uma atitude) de *consistência literal* (que se refere à consistência entre o que se diz que se faz e o que realmente se faz) defendendo que se tratam de variáveis independentes e que, quando a norma grupal e as atitudes individuais apelam a comportamento diferentes, a influência normativa reduz a consistência literal. Para explicar este fenómeno estes autores retomam o conceito de *ignorância pluralística* proposto por Allport (1924):

By way of explanation, he [Allport] argued that people do not act on attitudes unless they believe those attitudes are shared. Thus, in the extreme case, when everyone believes that everyone else holds an attitude that, in fact, no one holds, the result is a complete attitude-behavior disjunction (Miller, Monin, & Prentice, 2000, p. 103).

De acordo com estes autores os fenómenos de *ignorância pluralística* tem origem em dois tipos de acontecimentos: resistências conservadoras e saltos liberais (Miller, Monin, & Prentice, 2000). O primeiro caso refere-se às situações em que embora os sujeitos tenham alterado a sua atitude em relação a determinados fenómenos, continuam a agir influenciados pela percepção de que os outros membros do grupo mantêm a mesma atitude. Um exemplo desta situação acontece quando os sujeitos pensam que uma mulher pode exercer com sucesso o cargo de presidente, mas continuam a votar num candidato masculino porque acham que a maioria dos membros do grupo político com que se identificam pensa e vota dessa forma. No segundo caso — saltos liberais—, acontece o contrário, ou seja, o comportamento altera-se mas as atitudes mantêm-se. Isso pode

acontecer, por exemplo, quando os sujeitos votam num candidato negro porque têm a percepção de que é o candidato preferido pela maioria do seu grupo político, embora continuem a ter atitudes racistas. Esta percepção errada, que leva os sujeitos a pensar que todos os membros do grupo suportam a norma grupal, não está apenas relacionada com a prevalência dessa norma no grupo, mas também com a visibilidade do grupo que a defende e que a dinâmica grupal coloca em destaque na medida em que representam o *protótipo* do grupo. A perpetuação desta percepção social ocorre pela conformidade que vai induzir nos restantes membros do grupo:

The illusion of personal deviance that begins with the misinterpretation of the representativeness of a vocal minority is thus perpetuated by a misinterpretation of the conformity of a formerly silent majority (Miller, Monin, & Prentice, 2000, p. 112).

3.5 IDENTIDADE SOCIAL E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

Esta breve revisão de alguns dos principais tópicos de investigação relativos à identidade social permitem-nos tirar algumas conclusões importantes para compreender o papel da identificação partidária no comportamento eleitoral dos sujeitos. Contrariamente à maioria dos autores que usam o modelo psicossocial como modelo teórico para a investigação do comportamento eleitoral (ver, por exemplo, Campbell & Kahn, 1952; Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Campbell, Gurin, & Miller, 1954; Campbell, Munro, Alford, & Campbell, 1986; Green & Palmquist, 1990; Green & Gerber, 2004; Green & Palmquist, 1990; Green, Palmquist, & Schickler, 2002; Miller W. E., 2001; Miller & Shanks, 1996) e, também, dos que o criticam (ver, por exemplo, Burnham, 1970; Carmines, McIver, & Stimson, 1987; Dalton R. J., 2000; Dalton, Flanagan, & Beck, 1984; Dalton & Wattenberg, 2000; MacKuen, Erikson, & Stimson, 1989; Popkin, 1994), a identificação partidária não deve ser entendida nem como uma entidade cognitiva estável, nem como dizendo respeito exclusivamente a um nível de interacção.

3.5.1 DOS GRUPOS DE REFERÊNCIA À AUTOCATEGORIZAÇÃO

O conceito de identificação partidária, introduzido no estudo do comportamento eleitoral por Campbell et al. (1960), foi plasmado do conceito de grupo de referência (Hyman & Singer, 1968; Merton & Kitt, 1950) que constituía o paradigma da investigação sobre grupos conduzida pela psicologia social em meados do século passado e que enfatizava a

pertença subjectiva a grupos. Herman Hyman, o primeiro investigador a usar, em 1942, o termo de grupo de referência definia esta pertença subjectiva a um grupo social como “*a person's conception of his own position relative to other individuals*” (1968, p. 147). Foram, no entanto, Merton e Kitt (1950) quem introduziu o conceito de socialização antecipatória para definir as situações em que os sujeitos escolhiam como grupo de referência um grupo ao qual não pertenciam e começavam a agir de acordo com aquilo que eles percepcionavam como sendo as normas do grupo. O conceito de identificação partidária introduzido por Campbell et al. (1960) sublinha, também ele, o papel da identificação subjectiva a um partido político na determinação do comportamento político de sujeitos que não são, de facto, membros desse partido.

Como tivemos oportunidade de ver no Capítulo I desta dissertação, o conceito de identificação partidária, com o sentido que vinha da investigação dos grupos de referência, permitiu ao modelo psicossocial do comportamento eleitoral superar uma das limitações do modelo sociológico de Lazarsfeld et al. (1944) ao fornecer uma explicação para o facto de haver sujeitos que não votam de acordo com os grupos sociais a que pertencem. Verifica-se, no entanto, que este entendimento sobre o que é a identificação partidária tem, também ele, limitações — já enunciadas no Capítulo II —, e que se prendem com a dificuldade em explicar as razões que levam a que, em algumas eleições, os sujeitos votem noutros partidos que não aquele com o qual se identificam. Actualmente a investigação da psicologia social permite-nos entender a identificação partidária como um caso de autocategorização, o que nos fornece, dentro da abordagem psicossocial, uma explicação teórica alternativa ao modelo tradicional e que permite prescindir das explicações controversas fornecidas pela teoria racional da escolha eleitoral.

3.5.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E AUTOCATEGORIZAÇÃO

Como tivemos oportunidade de ver ao longo deste capítulo, a identidade social é determinada por relações comparativas que ocorrem num determinado contexto e não é vista como entidade mental ou representação cognitiva estável (Oakes, 2003; 1987; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). A categorização não é concebida apenas como um processo de distinção entre endo e exogrupo, como acontece na perspectiva do modelo psicossocial tradicional do comportamento eleitoral, mas também como um processo em que existem diferentes níveis de abstracção e inclusão. Desta forma, sujeitos que num determinado contexto podem ser incluídos em categorias diferentes, podem integrar a mesma categoria num outro contexto, sem que isso mude a sua identidade política. Aquilo

que determina a inclusão do sujeito num ou noutro grupo é o conjunto de categorias disponíveis e salientes nessa situação específica (Oakes, Haslam, & Turner, 1994, p. 96).

Nesta perspectiva,, a identificação partidária — que resulta de um processo de categorização social —, está, também ela, dependente da correspondência entre os estímulos presentes numa situação e as categorias que estão acessíveis ao sujeito — referindo-se a *acessibilidade* à possibilidade que este tem de usar uma categoria particular e a *adequação* à capacidade que essa categoria tem de descrever a realidade —, aumentando a relevância e significado emocional da identificação à medida que aumentam as situações em que essa identificação se torna saliente (Reynolds, Turner, & Haslam, 2003). Ou seja, a estabilidade que as investigações sobre o comportamento eleitoral evidenciam em relação à identificação partidária está associada à estabilidade das situações em que ocorre este processo de categorização e não apenas ao poder de uma entidade cognitiva — a identificação partidária — para determinar o sentido da relação do sujeito com a realidade. Como tivemos oportunidade de rever na secção 2.2 do Capítulo II, as situações de realinhamento na identificação partidária estão essencialmente relacionados com processos de alteração dos contextos sociais, quer num nível individual — entrada na universidade, mudança de residência, primeiro emprego, etc. — quer num nível político — crise económica grave, revoluções, guerras, etc.

Esta forma de entender o processo de identificação partidária também se reflecte no facto de esta não poder ser entendida como uma entidade única. Isto é, a identificação partidária não tem que ser entendida — como faz o modelo psicossocial tradicional — como uma identificação a um único partido político, qualquer que seja o contexto em que ocorra a identificação. Contextos diferentes podem tornar mais acessível e/ou mais adequada a identificação com outros partidos sem que isso coloque em causa, antes pelo contrário, a identidade social e política do sujeito. Um estereótipo pode variar em função do contexto, expectativas, necessidades, valores e objectivos do sujeito (Oakes, Haslam, & Turner, 1994). No entanto, se as necessidades e os objectivos do sujeito podem variar com bastante frequência já o mesmo não se pode dizer dos contextos em que interage e dos seus valores. A estabilidade da autocategorização reflecte a estabilidade das situações sociais em que os sujeitos interagem assim como a estabilidade dos seus valores:

Groups and cultures do not, after all, change their values on a daily basis, and these values become individual motives which constrain variation. Similarly, ideologies, theories, scientific knowledge and reality, the relevant social contexts, do not change overnight, but they can change and sometimes do, sometimes gradually and moderately, sometimes rapidly and

dramatically. Stability of self-categorization across time is assumed to reflect the stability of perceiver factors and judgemental conditions which interact to produce them, and is restricted to conditions which are invariant in these respects (Turner, 1999, p. 32).

Ou seja, a necessidade de uma identidade social positiva emerge da interacção entre uma identidade socialmente saliente, um contexto específico de comparação e valores sociais situacionalmente relevantes (Turner, 1999).

Se a estabilidade que caracteriza as situações sociais em que os sujeitos interagem torna mais acessível, adequada, frequente e emocionalmente significativa a identificação a um partido político, isso não significa que outras circunstâncias menos frequentes, mas igualmente significativas, não possam tornar mais acessível e adequada a identificação a outro partido. Por exemplo, sujeitos que se identificam com o PS e que habitualmente votam no PS podem, no contexto de uma eleição em que a criminalidade e a segurança se revelem mais salientes, vir a votar no PSD-PPD. No entanto, isso só ocorrerá se esta categoria – PSD-PPD – for, simultaneamente, acessível, avaliada como adequada nesse contexto e não colocar em causa a sua identificação, noutros contextos, com o PS. Ora, como já vimos atrás, os sujeitos escolhem a pertença a uma categoria que minimize as diferenças entre os membros do endogrupo e maximize diferenças, relevantes para a situação, com o exogrupo (Abrams & Hogg, Social identification, self-categorization, and social influence, 1990; Oakes, 2003; Turner, 1991; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Trata-se, como já tivemos oportunidade de referir, de um processo de *metacontraste* que permite aos sujeitos verificar em cada situação qual a categoria que melhor potencia as diferenças intercategorias em relação às diferenças intracategorias (Marques & Paéz, 2002; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Este princípio de adequação relativa implica não apenas que a auto-categorização é dinâmica e reactiva a mudanças no contexto, mas que tem sempre por objectivo maximizar diferenças em relação ao exogrupo. Quer isto dizer que para um sujeito que se identifica com o PS e vota no PSD-PPD, o exogrupo perante o qual pretende maximizar as diferenças não inclui nem o PSD-PPD nem o PS. Ou seja, para este sujeito existe um ou mais grupos perante os quais as diferenças entre o PS e o PSD-PPD podem ser minimizadas, para que se maximizem as diferenças em relação a esses exogrupos.

Esta constatação leva-nos a supor que a identidade política eleitoral de um sujeito inclui todas as categorias que em diferentes contextos podem funcionar como endogrupo, ou seja, como alternativa de voto. Este conjunto de alternativas acessíveis define o *campo político eleitoral* do sujeito e inclui, ainda, todas as categorias que funcionam, qualquer que

seja o contexto, como exogrupos. De acordo com este modelo, as mudanças de voto que ocorrem em sujeitos que se identificam com um partido e votam noutra são explicadas pelo facto de esses outros partidos integrarem o campo político eleitoral do sujeito e, por essa razão, estarem acessíveis e constituírem-se previamente como alternativas válidas. A identificação partidária não deve ser, pois, vista apenas como a identificação mais frequente e emocionalmente mais forte a um partido, mas como um sistema articulado em que existem diferentes níveis de abstracção e inclusão, que tornam acessíveis e adequadas outras possibilidades de identificação a outros partidos. Só o facto de o sistema social, político e eleitoral ser bastante estável torna possível que se defina uma identidade partidária central — que é a que ocorre com mais frequência e que corresponde àquela que os sujeitos indicam quando se lhes pede que digam qual é, *de uma forma geral*, o partido de que se consideram simpatizantes.

3.5.3 AUTOCATEGORIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO CAMPO POLÍTICO ELEITORAL DO SUJEITO

De acordo com aquilo que vimos defendendo, a autocategorização possibilita ao sujeito a definição de um conjunto articulado de categorias, com diferentes níveis de abstracção e inclusão, que tornam acessíveis e adequadas várias possibilidades de identificação a partidos. Este sistema fornece ao sujeito uma identidade política coerente e constitui o seu campo político eleitoral. A noção de *campo* define-se por analogia com o conceito desenvolvido por Kurt Lewin (1951) como “*the totality of coexisting facts which are conceived of as mutually interdependent*” (p. 240). Nesta perspectiva, o comportamento é determinado pela totalidade dos factos que coexistem e estes factos definem um campo dinâmico em que todas as partes são interdependentes (Smith, 2001).

A identificação partidária apenas pode ocorrer num contexto social específico em que esses processos sejam relevantes para o comportamento social dentro do sistema (Doise, 1973; Tajfel, 1979; 1981; Tajfel & Turner, 1979/2001). A aplicação destes princípios de categorização social a entidades políticas, conduz à estruturação desse contexto social específico em grupos que se organizam de acordo com as características do sistema político — que define simultaneamente a permeabilidade das categorias, a estabilidade nas relações intergrupais e a legitimidade desse sistema de relações intergrupais —, e de acordo com a sua realidade social específica — que se traduz em normas e no valor social das relações intergrupais em causa (Rubin & Hewstone, 2004).

Se considerarmos apenas o campo da intervenção política, podemos afirmar que são os partidos e os valores políticos que têm, neste domínio, o estatuto de categorias primitivas e normativas. Actualmente, numa sociedade democrática e num contexto eminentemente eleitoral, a organização cognitiva e social dessa situação é feita, de forma automática, com recurso à inclusão dos sujeitos e das situações em categorias ideológicas e/ou em partidos políticos, que são aquelas que mais contribuem para a compreensão do comportamento social dentro do sistema político, com os consequentes processos de assimilação intracategorial e diferenciação intercategorial. O campo político eleitoral do sujeito vai estruturar-se em torno dos partidos e de valores políticos e os processos de autocategorização vão definir, dentro desse campo, as relações de inclusão que tornam mais acessível, adequada e emocionalmente significativa a opção por uma categoria em detrimento de outras. Ou seja,

Identity salience represents one of the ways, and a theoretically most important way, that the identities making up the self can be organized. Identities, that is, are conceived as being organized into a salience hierarchy. This hierarchical organization of identities is defined by the probabilities of each of the various identities within it being brought into play in a given situation. Alternatively, it is defined by the probabilities each of the identities have of being invoked across a variety of situations. The location of an identity in this hierarchy is, by definition, its salience (Stryker & Serpe, 1982, p. 206).

Assim, iremos tentar evidenciar nos estudos empíricos que constituem a Parte II deste trabalho que os sujeitos organizam um *campo político eleitoral* em que os partidos políticos se organizam em diferentes zonas de acordo com a probabilidade de virem a ser usados como categorias de identificação partidária em situações eleitorais. Este processo reflete a importância dos atributos normativos e dos valores no processo de categorização social, tal como o defendem Tajfel e Forgas (1981/2000). Este campo político – moldado pelos valores do sujeito e pela sua identidade social – constitui o aspecto normativo do processo de identificação social e define as relações entre as categorias que estão acessíveis ao sujeito numa situação eleitoral. O contexto em que uma eleição particular ocorre irá determinar o grau de adequação de cada uma destas categorias previamente acessíveis e influenciar a sua escolha. Assim, o nosso ponto de partida é que o campo político eleitoral do sujeito organiza as categorias acessíveis, isto é, os partidos políticos, em dois grupos: um agrupando os partidos que constituem possibilidades de opção e que se divide em quatro zonas; e o outro junta os partidos que não constituem, em caso algum, possibilidades de escolha, definindo uma zona de exclusão. A *zona 1* do campo político eleitoral é ocupada pelo partido com que, *de uma forma geral*, o sujeito se identifica, que

designaremos por *núcleo central da identidade partidária*. Depois, existem ainda diferentes zonas onde se podem posicionar os outros partidos: *zona 2*, ocupada por partidos bastante próximos do núcleo central e que disputam e colocam em perigo a actual identidade partidária central do sujeito; *zona 3 e 4* onde se encontram os partidos que constituem opções eleitorais em situações específicas (ou seja, sem ser *de uma forma geral*) e que podem, de acordo com a situação, fazer parte do endogrupo ou do exogrupo; e *zona 5* agrupando os partidos excluídos do leque de opções do sujeito e que constituem, sempre, exogrupos.

PARTE II

Estudios Empíricos

CAPÍTULO IV — METODOLOGIA GERAL

Os estudos empíricos que integram a segunda parte desta dissertação subordinam-se ao objectivo geral de avaliar o papel da identificação partidária no comportamento eleitoral de uma população de eleitores portugueses. Remetendo a apresentação dos objectivos específicos para as secções introdutórias dos capítulos V a VIII, descrevem-se aqui aspectos metodológicos metodológicos de natureza geral: população, procedimentos de amostragem, estrutura e conteúdos do questionário utilizado, processo de recolha de informação, taxas de resposta, precisão das estimativas, características sócio-demográficas dos participantes e variáveis e indicadores usados.

4.1 PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM

4.1.1 UNIVERSO

O universo deste estudo é constituído pelas residências da freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra. Na impossibilidade logística de realizar um estudo com uma amostra nacional, procurámos fazê-lo com recurso a uma das juntas de freguesia do concelho de Coimbra, escolhida em função de três critérios essenciais: dimensão (população superior a 7.000 eleitores)¹³, proximidade dos resultados eleitorais na freguesia em relação aos que se registaram a nível nacional nas últimas três eleições legislativas, em 2005, 2002 e 1999 e a acessibilidade (proximidade ao núcleo urbano de Coimbra).

¹³ O nosso objectivo era o de obter um conjunto de respostas válidas que permitissem que a margem de erro se situasse em $\pm 3\%$ (cf. ponto seguinte — Selecção da Amostra), o que se traduziria na obtenção de cerca de 1000 questionários válidos. Partindo da expectativa inicial de que apenas 1/3 dos sujeitos da amostra responderiam ao questionário, isso significaria que a amostra deveria ser constituída por 3000 residências. Tendo em conta que a unidade de amostragem usada é a residência, e estimando que em cada lar habitam 2 a 3 eleitores, concluímos que para garantir, com elevada probabilidade, a constituição da amostra pretendida, necessitávamos de uma freguesia em que o número de eleitores fosse superior a 7000.

Das 31 freguesias do concelho de Coimbra apenas cinco têm mais do que 7.000 eleitores inscritos: Sé Nova (7.064 eleitores), Santa Clara (8.116 eleitores), Eiras (9.671 eleitores), São Martinho do Bispo (11.893 eleitores) e Santo António dos Olivais (31.596 eleitores). Analisando as diferenças entre as votações obtidas nestas freguesias pelos principais partidos políticos — BE, CDS-PP, PCP, PS e PSD-PPD — nas últimas três eleições para a Assembleia de República (2005, 2002 e 1999) e o resultado a nível nacional, verificámos que a freguesia onde se regista uma menor diferença absoluta é a de Santo António dos Olivais (cf. **Quadro 4.1**).

Quadro 4.1 - Diferenças absolutas (em percentagem) entre as votações dos partidos políticos parlamentares, obtidas nas cinco maiores freguesias de Coimbra e a nível nacional, nas três últimas eleições para a Assembleia da República (2005, 2002 e 1999).

Freguesias	Eleições para a AR	Diferença Absoluta entre a votação (%) obtida pelo partido na freguesia e a nível nacional					Σ das Diferenças em cada eleição	Σ das Diferenças nas 3 eleições
		BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS		
SE NOVA	2005	3.16	6.16	.58	2.76	12.01	24.67	63.63
	2002	2.04	.29	1.24	5.07	5.68	14.32	
	1999	3.58	2.08	.48	6.86	11.64	24.64	
SAO MARTINHO DO BISPO	2005	2.39	2.88	.34	4.97	5.30	15.89	58.16
	2002	.44	3.82	.08	8.00	10.9	23.24	
	1999	1.11	.11	3.54	.15	5.74	19.03	
EIRAS	2005	3.43	1.60	2.85	4.84	.41	13.14	45.60
	2002	1.60	1.64	2.08	7.55	6.06	18.93	
	1999	.85	1.90	3.15	4.6	3.03	16.01	
SANTA CLARA	2005	3.92	1.24	.31	1.04	1.59	8.10	35.89
	2002	1.21	2.72	.37	2.93	4.95	12.18	
	1999	1.18	2.03	1.12	1.00	.84	6.17	
SANTO ANTONIO DOS OLIVAIS	2005	3.07	1.83	.29	.81	4.22	10.22	25.88
	2002	2.23	2.17	.44	.34	1.27	6.45	
	1999	3.00	.82	.02	1.82	3.55	9.21	

Nota. Os resultados eleitorais foram obtidos no *site* do Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE) - http://stape.cidadevirtual.pt/resultref/index_resultref.htm.

Examinando os resultados eleitorais obtidos pelos cinco principais partidos políticos na freguesia de Santo António dos Olivais e comparando-os com os resultados dos mesmos

partidos a nível nacional nas três últimas eleições, observamos que os partidos em que se verificam desvios absolutos maiores entre a votação obtida na freguesia e a nível nacional, são o BE e o PS. Considerando o sentido das diferenças, verificamos que no BE a média dos desvios nas três eleições é de 2.77% e no PS de - 2.17%. Nos restantes partidos esta média é inferior: - .39% no CDS-PP, - .25% no PCP e .22% no PSD-PPD (cf. **Quadro 4.2**). Tendo em conta estes dados e também o facto de esta freguesia ser, em conjunto com a freguesia da Sé Nova, aquela que reúne as melhores condições de acessibilidade, optámos por incidir o nosso estudo na freguesia de Santo António dos Olivais.

Quadro 4.2 - Resultados eleitorais (em percentagem) obtidos pelos principais partidos políticos, a nível do nacional e na freguesia de Santo António do Olivais (Coimbra) nas últimas três eleições para a Assembleia da República (2005, 2002 e 1999) e diferença entre a votação na freguesia e no País.

	Eleições para a Assembleia da República									Média das dif.
	20-02-2005			17-03-2002			10-10-1999			
	País	Santo António dos Olivais	Dif. (2)-(1)	País	Santo António dos Olivais	Dif. (5)-(4)	País	Santo António dos Olivais	Dif. (8)-(7)	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
BE	6.35	9.42	3.07	2.74	4.97	2.23	2.44	5.44	3.00	2.77
CDS-PP	7.24	9.07	1.83	8.72	6.55	-2.17	8.34	7.52	-0.82	-0.39
PCP	7.54	7.25	-0.29	6.94	6.50	-0.44	8.99	8.97	-0.02	-0.25
PS	45.03	40.81	-4.22	37.79	39.06	1.27	44.06	40.51	-3.55	-2.17
PSD-PPD	28.77	27.96	-0.81	40.21	39.87	-0.34	32.32	34.14	1.82	0.22

Nota. Os resultados eleitorais foram obtidos no *site* do Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE) - http://stape.cidadevirtual.pt/resultref/index_resultref.htm.

Embora não se pretenda retirar conclusões relativas ao todo nacional, consideramos importante ter uma perspectiva das relações entre diversos indicadores sócio demográficos ao nível da freguesia de Santo António dos Olivais e à totalidade do País. De acordo com os dados do Censo de 2001, a população da freguesia era, nessa data, de 39516 sujeitos, dos quais 18071 (45.7%) do sexo masculino e 21445 (54.3%) do sexo feminino. A nível nacional essa proporção era, nesse mesmo ano, de 48.3% para o sexo masculino e 51.7% para o sexo feminino. No que se refere aos grupos etários, residiam nesta freguesia 5136 (13.0%) sujeitos com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, 12004 (30.4%) entre os 15 e os 34 anos, 11787 (29.8%) entre os 35 e os 54, e 10589 (26.8%) sujeitos com mais de 55 anos. A nível nacional essas percentagens eram de, respectivamente, 16.0%, 29.5%, 27.3% e 27.2%. A análise destes indicadores — sexo e

idade — permitem-nos considerar que a distribuição da população da freguesia, no que a eles respeita, era, em 2001, bastante semelhante àquela que se verificava a nível nacional.

Tomando ainda como referência os dados do Censos de 2001, a taxa de actividade da população total era de 51.9% na freguesia de Santo António dos Olivais e de 48,2% a nível nacional, verificando-se que a grande diferença residia na população activa do sexo feminino — 50.4% ao nível da freguesia e apenas 42% a nível nacional —, enquanto no sexo masculino essa percentagem era bastante mais próxima, respectivamente, 53.7% e 54.8%. A população de empregados por conta de outrem era de 86% na freguesia e de 81,6% no país, sendo a proporção de empregados no sector terciário de 86.7% em Santo António dos Olivais e de apenas 59.9% a nível nacional. Estes dados, referentes à taxa de actividade dos sujeitos do sexo feminino e à percentagem de empregados no sector terciário, evidenciam uma diferença acentuada entre a freguesia de Santo António dos Olivais e a média nacional.

Também no que concerne à instrução, e de acordo com os dados referentes à totalidade da população residente (INE, 2004), existe uma grande diferença entre os residentes na freguesia de Santo António dos Olivais e o todo nacional, que se expressa, nomeadamente, na elevada percentagem de sujeitos com habilitações académicas superiores — 30% na freguesia e 6.8% a nível nacional — enquanto se verifica uma relação inversa ao nível dos sujeitos que apenas completaram o ensino básico, onde as percentagens são de 25.1% e 36.9% respectivamente. No Anexo 1 apresentam-se dados mais pormenorizados relativos aos indicadores sócio demográficos da freguesia de Santo António dos Olivais.

4.1.2 SELECÇÃO DA AMOSTRA

O plano de amostragem foi construído a partir da lista de ruas da freguesia de Santo António dos Olivais e tendo em consideração o número de lares identificados em cada uma delas. A amostra inicial foi constituída por 3380 lares, seleccionados através de um procedimento que consistiu em definir, para cada uma das ruas da freguesia, um intervalo de amostragem — calculado em função da proporção das casas de cada rua e do tamanho definido para a nossa amostra inicial — e, de seguida, na escolha aleatória do lar em que se iniciaria a recolha de informações em cada uma das ruas e a partir da qual principiaria a contagem dos intervalos de amostragem definidos (cf. Anexo 2). Nesta contagem não se incluíram os estabelecimentos comerciais, industriais e serviços, nem casas devolutas, em construção ou em ruínas. A selecção dos entrevistados, um e apenas um em cada lar,

incidiu sobre o sujeito presente no momento do contacto cujo aniversário tivesse ocorrido há menos tempo.

O objectivo inicial era o de obter, pelo menos, 1014 respostas válidas, que correspondem, para uma população com 20.000 sujeitos, ao tamanho mínimo de uma amostra com uma margem de erro de $\pm 3\%$, a um nível de confiança de 95% (Alferes, 2002). Estimando uma taxa de resposta¹⁴ de 30%, definimos o tamanho da amostra inicial em 3380 lares.

4.2 ESTRUTURA E CONTEÚDOS DO QUESTIONÁRIO

O questionário utilizado neste estudo é constituído por quatro partes: I — Identificação e dados sócio-demográficos II — Atitudes e valores políticos; III — Caracterização dos partidos políticos parlamentares; IV — Comportamento político.

Nesta secção limitamo-nos a enumerar as escalas e questões usadas no questionário. Na secção 3.5 deste capítulo — *Variáveis e indicadores* — explicitam-se as relações entre as questões incluídas no questionário e as principais variáveis e indicadores usados nos estudos empíricos apresentados na Parte II desta dissertação, apresentando-se igualmente os dados psicométricos e as razões e fundamentos para a inclusão das escalas e das questões no questionário. No Anexo 3 reproduzimos a versão integral do questionário e no Anexo 4, a estrutura da base de dados com os sistemas de codificação e de recodificação das respostas originais.

4.2.1 IDENTIFICAÇÃO E DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

A primeira parte do questionário inclui itens relativos à identificação do questionário — código do entrevistador, horas e minutos de início e fim da entrevista — e às variáveis sóciodemográficas e económicas caracterizadoras dos sujeitos inquiridos: data de nascimento, sexo, estado civil, grau mais elevado de escolaridade que atingiu, situação profissional actual, ocupação/actividade profissional principal, grupo ocupacional em que está inserido, dimensão do agregado familiar e número de menores no agregado familiar.

¹⁴ A taxa de Resposta é entendida nos termos em que a American Association for Public Opinion Research – AAPOR (2006) a define, ou seja, número de entrevistas completas dividido pela soma do número total de entrevistas (completas e parciais) com o número de entrevistas não realizadas (recusas, desistências e não contactos) e de todos os casos de ilegibilidade desconhecida.

4.2.2 ATITUDES E VALORES POLÍTICOS

A segunda parte do questionário pretende identificar valores e atitudes potencialmente relevantes para a compreensão do posicionamento e comportamento político dos sujeitos inquiridos e integra as seguintes escalas: *Escala de Eficácia Política* (Campbell, Gurin, & Miller, 1954); *Escala de Confiança na Governação* (Muller & Junkam, 1977); *Escala de Religiosidade*; *Escala de Autoritarismo*; *Escala de Conservadorismo* e *Escala de Liberalismo Económico*.

Nenhuma das escalas é identificada no questionário pelo seu nome ou objectivo, sendo apresentadas de forma sequencial como questões. Os quatro itens da *Escala de Eficácia Política*, correspondem à Questão 2.1; o primeiro item da *Escala de Confiança Política* é apresentado na Questão 2.2; os restantes três itens desta escala constituem a Questão 2.3; os trinta e dois itens das escalas de *Religiosidade*, *Autoritarismo*, *Conservadorismo* e *Liberalismo Económico* são apresentados em conjunto, ordenados de forma aleatória, na Questão 2.4.

No Anexo 5 apresenta-se um estudo preliminar, realizado em Maio de 2005, com o objectivo de construir as *Escalas de Religiosidade*, *Autoritarismo*, *Conservadorismo* e *Liberalismo Económico*.

4.2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARLAMENTARES

A terceira parte do questionário pretende recolher a opinião dos entrevistados em relação aos cinco principais partidos políticos portugueses com representação parlamentar — Partido Socialista (PS), Partido Social-Democrata (PSD-PPD), Partido Comunista (PCP), Centro Democrático Social (CDS-PP) e Bloco de Esquerda (BE) — através de cinco grupos de questões. A Questão 3.1 integra uma escala de *Diferencial Semântico*, construída com base nos trabalhos de Osgood et al. (1957), composta por cinco grupos — um para cada partido — de seis pares de adjectivos (*Forte/Fraco*; *Justo/Injusto*; *Passivo/Activo*; *Mau/Bom*; *Dinâmico/Estático* e *Condescendente/Firme*) em relação aos quais o entrevistado deve assinalar, numa escala de sete pontos, qual o adjectivo, em cada par, que melhor descreve o partido avaliado; a Questão 3.2 consiste numa lista de dezanove grupos sociais e profissionais, em relação aos quais se pretende que o entrevistado assinale qual o partido político a que pertence, na sua opinião, a maioria dos membros desses grupos; nas questões 3.3 a 3.7 pretende-se que o respondente ordene os partidos políticos em função da sua posição relativa em relação, respectivamente, ao grau de *Conservadorismo Social*,

Autoritarismo, Religiosidade, Intervencionismo Económico e posicionamento *Esquerda/Direita*; na Questão 3.8 avalia-se o grau de simpatia em relação a cada um dos cinco principais partidos políticos e na Questão 3.9 a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, o entrevistado puder vir a votar em cada um desses partidos políticos.

4.2.4 COMPORTAMENTO POLÍTICO

A quarta e última parte do questionário consiste num grupo de trinta questões referentes ao comportamento político e pretende avaliar o *interesse pela política*, a *identificação partidária*, o *tipo de participação eleitoral* e o *sentido de voto*. A Questão 4.1 avalia o interesse dos sujeitos pela política; as questões 4.2 a 4.7 são uma adaptação da *Escala de Identificação Partidária* utilizada nos estudos eleitorais americanos (ANES) em que, para além da necessária adaptação ao facto de o sistema político português não ser bipartidário, introduzimos também três novas questões: uma relativa à idade em que o sujeito se tornou simpatizante desse partido; outra questionando-o sobre se *a sua simpatia foi sempre por esse partido ou se já foi simpatizante de outro partido* e, no caso de resposta afirmativa a esta questão; e uma terceira interrogando-o sobre *se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu com um conjunto de acontecimentos* diferentes relacionados com a alteração dos seus grupos de pertença, com a sua situação económica e social e com acontecimentos de natureza nacional ou internacional. A questão 4.8 pretende saber se o entrevistado está ou já esteve inscrito em algum partido político.

O comportamento eleitoral dos sujeitos é avaliado com recurso a dez questões. Quatro dessas questões incidem sobre acções concretas : 4.9 - *Já alguma vez votou nas eleições para a Assembleia da República?*, 4.11 - *Nas eleições para a Assembleia da República já alguma vez votou num partido diferente daquele em que tinha votado na eleição anterior?* , 4.13 - *Já alguma vez se absteve (não foi votar) numa eleição para a Assembleia da República?* e 4.16 - *Foi votar nas últimas eleições para a Assembleia da República, em Fevereiro de 2005?*. A resposta positiva a cada uma destas questões remete o sujeito para um outra onde se lhes solicita que assinalem o grau em que um conjunto de afirmações que lhes são apresentadas se aplica à sua decisão, usando uma escala de cinco pontos com extremos em *Não se aplica nada* (0) e *Aplica-se totalmente* (4). Na questão 4.10 os sujeitos são confrontados com onze potenciais razões para a sua decisão de ir votar num determinado partido. Na questão 4.12 solicita-se aos sujeitos que votaram num partido diferente daquele em que tinham votado na eleição anterior que digam qual o grau em que

as oito afirmações que lhes são apresentadas correspondem às razões para essa alteração. A questão 4.14 dirige-se aos eleitores que se abstiveram e incide sobre as razões que os levaram a tomar essa decisão e, na pergunta seguinte, 4.15, pede-se a esses mesmos sujeitos para expressem o grau em que a verificação das condições que se lhes apresentam os poderia levar a alterar a sua decisão, e votar em vez de se abster. A Questão 4.17 pretende averiguar a data em que os sujeitos decidiram o sentido do seu voto, perguntando-lhes, em relação às últimas eleições (Fevereiro de 2005), *quando é que decidiu em que partido ia votar (ou abster-se ou votar Branco/Nulo)?*. As respostas são dadas assinalando uma de cinco alternativas: *No dia da eleição; Na véspera da eleição; Na semana antes da eleição; no mês antes da eleição; Mais de um mês antes da eleição.*

As questões 4.18 a 4.21 incidem sobre o comportamento religioso dos sujeitos. Na primeira os sujeitos assinalam uma de quatro opções: *Considera-se; Não religioso/a; Indiferente a questões religiosas; Religioso/a; Profundamente religioso/a*. Na segunda são questionados sobre *Qual a sua religião?*, sendo dadas três alternativas de resposta: *Católica; Outra; Sem religião*. Na questão seguinte pergunta-se *Com que frequência vai à igreja/local de culto?* sendo fornecidas as seguintes opções de resposta: *Nunca; Só em casamentos, baptizados e funerais; Ocasionalmente; Festas religiosas; Uma vez por semana; Mais do que uma vez por semana; Todos os dias*. A Questão 4.21 incide sobre a frequência de acções de formação religiosa, perguntando-se aos sujeitos se as frequentaram ou frequentam; *Na infância, Na adolescência, Na vida adulta; Actualmente*.

Na última pergunta do questionário — Questão 4.22 —, pede-se aos sujeitos que assinalem o sentido do seu voto nas últimas cinco eleições para a Assembleia da República (2005, 2002, 1999, 1995 e 1991). Para a resposta é fornecido um quadro para cada uma das eleições, com indicação da data da eleição, do partido vencedor, do tipo de maioria (absoluta ou relativa), e do nome do primeiro ministro que veio a governar o país na sequência desse resultado, e uma lista de opções que inclui os cinco principais partidos políticos — BE, CDS-PP, PCP, PS e PSD-PPD (para as eleições de 1995 e de 1991 a lista inclui o PSR e a UDP, uma vez que foram estes os dois principais partidos a dar origem ao BE) — e, ainda, as opções *Outro, Branco/Nulo, Abstenção, Não tinha Idade e Não se lembra*.

4.3 RECOLHA DE INFORMAÇÃO, TAXAS DE RESPOSTA E PRECISÃO DAS ESTIMATIVAS

4.3.1 RECOLHA DA INFORMAÇÃO

As respostas ao questionário foram obtidas através de entrevistas presenciais realizadas por uma equipa de 45 entrevistadores e 3 supervisores (devidamente remunerados por entrevista realizada). Todos os entrevistadores, estudantes da Universidade ou do Instituto Politécnico de Coimbra, frequentaram com sucesso um curso de formação de entrevistadores com duração de 10 horas e realizado ao longo de uma semana. Os supervisores, para além da formação apropriada, eram licenciados em Psicologia.

As entrevistas decorreram entre 13 de Janeiro e 16 de Maio de 2006, não tendo sido realizadas entrevistas em 34 dos 127 dias possíveis¹⁵. Foram feitas duas tentativas de contacto, tendo a primeira ocorrido durante os meses de Janeiro a Março e a segunda de fins de Março a meados de Maio. O processo decorreu durante todos os dias da semana: nos dias úteis, no horário compreendido entre as 18 horas e as 20 horas e 30 minutos e, no fim-de-semana, no horário entre as 15 horas e as 20 horas e 30 minutos.

A recolha de dada foi organizada tendo por referência espacial os sectores definidos pelas coordenadas do mapa da cidade. Os entrevistadores encontravam-se diariamente com os supervisores em locais previamente estabelecidos, para que lhes fossem distribuídos os questionários, indicadas as ruas e lares a contactar nesse dia, explicitados os intervalos de amostragem a usar em cada rua e identificadas as casas em que se iniciaria, em cada rua, a recolha de dados. No fim do período de entrevistas os entrevistadores voltavam a encontra-se com o supervisor para entregar todo este material, assim como os relatórios relativos aos contactos estabelecidos e aos não atendimentos que incluíam o registo dos endereços de todas as casas contactadas. Os lares em que se registaram situações de *Não Atendeu* ou *Adiou*, e apenas estes, foram objecto de um contacto posterior, numa segunda tentativa, realizada após se ter concluído a primeira. Nos casos em que os moradores atenderam, foi registada a situação do respondente face ao recenseamento (*Recenseado* ou

¹⁵ Durante este período, mais precisamente a 22 de Janeiro, realizou-se a eleição para a Presidência da República que opôs os candidatos Cavaco Silva (50.54%) Manuel Alegre (20.74%), Mario Soares (14.31%), Jerónimo de Sousa (8.64%), Francisco Louçã (5.32%) e Garcia Pereira (.44%). Os principais partidos parlamentares posicionaram-se nesta eleição da seguinte forma: o PSD-PPD e o CDS-PP apoiaram Cavaco Silva, o PS apoiou Mário Soares, o PCP apoiou Jerónimo de Sousa e o BE apoiou Francisco Louçã. Manuel Alegre, embora fosse dirigente do PS, apresentou uma candidatura independente e teve o apoio expresso de alguns dirigentes desse partido. Garcia Pereira foi apoiado pelo MRPP.

Não Recenseado) e o resultado da entrevista (*Completo*, *Recusou*, *Desistiu*). As entrevistas foram consideradas no grupo *Completo* apenas nos casos em que o sujeito, para além de ter respondido às questões relativas à sua opção de voto nas eleições legislativas de 2005 (Questão 4.22/ Item 1) e à questão relativa à identificação partidária (Questão 4.2), respondeu também a, pelo menos, 80% dos itens dos grupos de questões relativas a atitudes e valores (Questões 2.1 a 2.4) e à caracterização dos partidos políticos parlamentares (Questões 3.1 a 3-9). Todos os casos em que os sujeitos, tendo iniciado o preenchimento do questionário, comunicaram ao entrevistador que desistiam ou, ainda, nos casos em que, não tendo comunicado a sua desistência, as suas respostas não satisfizeram os critérios definidos para considerar o questionário como *Completo*, foram considerados na categoria *Desistiu*. Sempre que o sujeito declinou aceitar participar no estudo sem ter iniciado o preenchimento do questionário a sua resposta foi classificada no grupo *Recusou*.

Os entrevistadores, devidamente identificados e credenciados, iniciavam os contactos seguindo um conjunto de procedimentos definidos no Guião de Entrevista (cf. Anexo 6) que foi objecto de treino nas sessões de formação. Logo no início do contacto era entregue aos sujeitos um texto onde se identificavam os investigadores e as instituições envolvidas e se explicitava a estrutura do questionário, o tempo médio exigido para o completar e os endereços, físico e electrónico, que poderiam ser usados para o esclarecimento de dúvidas (cf. Anexo 7).

Obtido o consentimento para a realização da entrevista, apresentava-se o questionário ao sujeito fazendo uma demonstração sobre o modo como deveriam assinalar em cada um dos grupos de questões as suas respostas. De seguida, solicitava-se aos sujeitos que preenchessem o questionário. Nos casos em que estes tinham evidentes dificuldades em responder sozinhos, o entrevistador perguntava-lhes se queriam ajuda, nomeadamente, se preferiam que fosse ele a ler as questões e a registar as respostas. Também se aceitava que fosse o entrevistador a ler e assinalar as opções do sujeito quando o próprio sujeito entrevistado o solicitava por sua iniciativa. Nas situações em que os sujeitos respondiam sozinhos, e atendendo à extensão do questionário e ao tempo necessário para o preencher (aproximadamente 30 minutos), os entrevistadores poderiam sugerir aos entrevistados que respondessem dentro de suas casas enquanto eles contactavam com outros moradores do prédio ou da rua, regressando 30 a 45 minutos depois para recolher o questionário já preenchido. O tempo médio necessário para o preenchimento dos questionários foi de 28 minutos e 28 segundos (Mdn = 25.0). O questionário preenchido

em menos tempo requereu 18 minutos, enquanto para o mais demorado foram necessários 70 minutos. O dia da semana em que se realizaram mais entrevistas válidas foi à terça-feira, tendo sido obtidas 215 (19.3%) entrevistas válidas em 647 (19.1%) tentativas de contacto. O dia da semana em que se realizaram menos entrevistas válidas foi ao Domingo, com 75 entrevistas válidas (6.7%) em 169 (5.0%) tentativas. O número máximo de entrevistas válidas realizadas por um entrevistador foi de 98 (8.8%). A distribuição da percentagem de trabalho realizado por cada um dos 45 entrevistadores é apresentada na **Figura 4.1**.

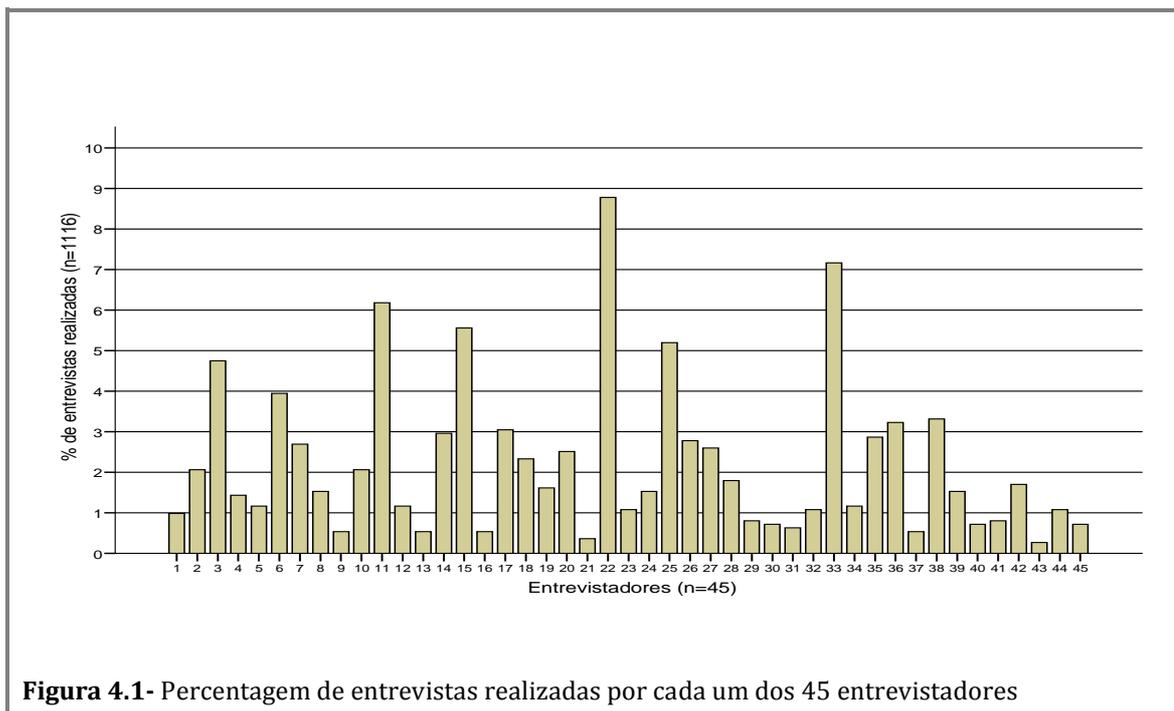


Figura 4.1- Percentagem de entrevistas realizadas por cada um dos 45 entrevistadores

Os dados constantes dos relatórios entregues pelos entrevistadores foram objecto de confirmação pelos supervisores que, para o efeito, contactaram pessoalmente e de forma aleatória com 50% dos moradores dos lares referenciados nas categorias *Completo*, *Recusou* ou *Desistiu*. Os erros ou incongruências detectados seriam motivo para a não validação da entrevista que passaria a ser considerada *Anulada*. Não foi, no entanto, detectada nenhuma situação enquadrável nesta classificação.

4.3.2 TAXAS DE RESPOSTA

Foram contactados 3380 lares, dos quais 2349 (69.5%) atenderam e 1031 (30.5%) não atenderam. Dos que atenderam, 1735 (73.9%) fizeram-no na primeira tentativa e 614

(26.1%) na segunda. Na primeira tentativa obtiveram-se 948 (54.6%) questionários válidos, desistiram 168 (9.7%), recusaram participar 546 (31.5%), e 73 (4.2%) sujeitos não estavam recenseados na freguesia. Na segunda tentativa recolhemos 168 (27.4%) questionários válidos, 39 (6.4%) sujeitos desistiram, 383 (62.4%) recusaram participar no estudo e 24 (3.9%) não estavam recenseados nesta freguesia (cf. **Quadro 4.3**).

Quadro 4.3 - Comportamento dos sujeitos incluídos na amostra inicial (N = 3380) em cada uma das tentativas de contacto realizadas.

	1ª tentativa	2ª tentativa	Total
Contactados	3380	1645	3380
Não atenderam	1645	1031	1031
Atenderam	1735	614	2349
Completaram	948	168	1116
Desistiram	168	39	297
Recusaram	546	383	929
Não recenseados	73	24	97

De acordo com estes resultados, a Taxa de Resposta¹⁶ é de 33.02%, a Taxa de Cooperação¹⁷ de 47.51%, a Taxa de Recusa¹⁸ de 27.49% e a Taxa de Contacto¹⁹ de 69.50%.

¹⁶ A Taxa de Resposta usada neste estudo é definida pela *The American Association for Public Opinion Research-AAPOR* (2006, p. 32) como “the number of complete interviews divided by the number of interviews (complete plus partial) plus the number of non-interviews (refusal and break-off plus non-contacts plus others) plus all cases of unknown eligibility (unknown if housing unit, plus unknown, other)”. Assim, o cálculo da Taxa de Resposta foi feito

$$\text{usando a fórmula } TRES5 = \frac{E}{(E + P) + (R + NC + O)}$$

em que **E** é o número de entrevistas completas, **P** as entrevistas parciais, **R** as Recusas, **NC** os não contactos e **O** outros. Neste caso, e uma vez que o universo e a amostra são constituídas por residências situadas na freguesia de Santo António dos Olivais assumimos que não existem casos de elegibilidade desconhecida, pelo que se usa a Taxa de Resposta 5. No caso do presente estudo **E**= 1116; **P**= 207; **R**= 929; **NC**= 1031 e **O**= 97.

¹⁷ A Taxa de Cooperação usada neste estudo é definida pela *American Association for Public Opinion Research-AAPOR* (2006, p. 34) como “Cooperation Rate 1 (COOP1), or the minimum cooperation rate, is the number of complete interviews divided by the number of interviews (complete plus partial) plus the number of non-interviews that involve the identification of and contact with an eligible respondent (refusal and break-off plus other).” Para o

$$\text{cálculo deste coeficiente foi usada a fórmula: } COOP1 = \frac{E}{(E + P) + R + O}$$

¹⁸ A Taxa de Recusa usada neste estudo é definida pela *American Association for Public Opinion Research-AAPOR* (2006, p. 35) como “Refusal Rate is the proportion of all cases in which a housing unit or respondent refuses to do an interview, or break-off an interview of all potentially eligible cases.(...) Refusal Rate 3 is analogous to Response Rate 5. As in those cases the elimination of the unknowns from the equation must be fully justified by the actual

$$\text{situation.”. Este coeficiente foi calculado usando a fórmula } TREC3 = \frac{R}{(E + P) + (R + NC + O)}$$

¹⁹ Tal como nos casos anteriores, também aqui usamos a definição de *Taxa de Contacto* usada pela *American Association for Public Opinion Research-AAPOR* (2006, p. 36): “the proportion of all cases in which some responsible member of the housing unit was reached by the survey”. Também neste caso se assumiu que não existem casos de

4.3.3 PRECISÃO DAS ESTIMATIVAS

No **Quadro 4.4** listam-se, para o nível de confiança de 95%, os intervalos de confiança em função do tamanho das amostras obtidas, com correcção para o tamanho da população. Estes intervalos dão-nos a precisão das estimativas para as generalizações ao nível de cada uma das sub-amostras (margem do erro de amostragem para as inferências baseadas no total dos efectivos).

Quadro 4.4 - Efectivos da amostra, população e erros de amostragem em função do sexo, grupo etário e opção de voto em 2005.

		Efectivos da amostra	População	Erro de amostragem (%)
TOTAL (*)		1116	19162	2.85
SEXO (**)	Masculino	515	14691	4.24
	Feminino	601	18145	3.93
IDADE (***)	18 - 34	305	10460	5.53
	35 - 54	475	11787	4.41
	≥ 55	336	10589	5.26
OPÇÃO DE VOTO EM 2005(****)	BE	140	2141	8.01
	CDS-PP	69	2061	11.60
	PCP-PEV	63	1646	12.11
	PS	422	9271	4.66
	PSD-PPD	315	6352	5.38
	Outro	3	249	56.35
	BRANCO/NULO	24	997	19.77
	ABSTENÇÃO	76	8879	11.19
	Não Tinha Idade	4		

(*) A unidade considerada na definição da população é o número de residências da freguesia;

(**) Os dados referentes à população (SEXO e IDADE) foram obtidos no Instituto Nacional de Estatística (2004).

(***) Os dados do INE agrupam os sujeitos em intervalos de 5 anos que, para as idades que nos interessam, incluem o intervalo que vai dos 15 aos 19 anos. Uma vez que para o nosso estudo apenas nos interessavam os sujeitos recenseados, isto é, com idades iguais ou superiores a 18 anos, considerámos que os sujeitos com 18 e 19 anos representavam 2/5 (n= 1029) do total de sujeitos incluídos no intervalo 15-19 (N= 2573). Os grupos etários utilizados são aqueles que são usados pela Markttest nos seus estudos eleitorais e sondagens;

(****) Os dados referentes aos resultados das eleições legislativas de 2005 na freguesia de Santo António dos Olivais foram obtidos no *site* do Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE) (<http://www.stape.pt>)

elegibilidade desconhecida, pelo que se usou a fórmula da Taxa de Contacto 3, cuja fórmula é

$$TCON3 = \frac{(E + P) + R + O}{(E + P) + R + O + NC}$$

4.4 PARTICIPANTES

O presente estudo baseia-se nas respostas de 1116 eleitores, recenseados e residentes na freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, a um questionário preenchido individualmente em entrevistas realizadas entre Janeiro e Maio de 2006. A idade dos 1116 indivíduos situa-se entre os 18 e os 86 anos, sendo a média de 45.89 e o desvio padrão de 16.59. Para o sexo masculino (n = 515), a idade varia entre os valores extremos de 18 e 84 anos (M = 45.40, DP = 17.11) e para o sexo feminino (n = 601), os mesmos valores são de 18 e 86 anos (M = 47.25, DP = 15.96). O valor da mediana é de 44 anos para o sexo masculino e 46 anos para o sexo feminino. No **Quadro 4.5** apresenta-se a distribuição por Sexo e Grupo Etário.

Quadro 4.5 — Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo e grupo etário (N = 1116).

Grupo Etário (anos)	Sexo (%)		Total		
	Masculino	Feminino	n	%	
[18-34]	29.7	25.3	305	27.3	
[35-54]	41.4	43.6	475	42.6	
[≥55]	28.9	31.1	336	30.1	
Total	n	515	601	1116	100.0
	%	100.0	100.0	100.0	100.0

No que se refere ao estado civil, 644 (57.7%) indivíduos são casados; 54 (4.8%) vivem em união de facto; 56 (5.0%) são viúvos; 66 (5.9%) estão divorciados ou separados e 296 (26.5%) são solteiros. No **Quadro 4.6** apresenta-se a distribuição da amostra por Sexo e Estado Civil.

Quadro 4.6 - Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo e estado civil (N = 1116).

Estado Civil	Sexo (%)		Total		
	Masculino	Feminino	n	%	
Casado/a	61.0	54.9	644	57.7	
Vive em união de facto	5.6	4.2	54	4.8	
Viúvo/a	1.7	7.8	56	5.0	
Divorciado/a ou separado/a	3.7	7.8	66	5.9	
Solteiro/a	28.0	25.3	296	26.5	
Total	n	515	601	1116	100.0
	%	100.0	100.0	100.0	100.0

Quanto ao grau de escolaridade, 201 (18%) sujeitos não ultrapassaram o ensino básico, 185 (16.6%) completaram o ensino secundário ou um curso profissional, 201 completaram um curso médio ou frequentaram um curso superior e 529 (47.4%) têm uma formação igual ou superior à licenciatura (no **Quadro 4.7** apresenta-se a distribuição da amostra por Sexo e Grau de Escolaridade). A maioria dos sujeitos da amostra pertence à classe socioeconómica dos gestores e técnicos superiores (n = 548, 49.1%) e dos quadros médios (n = 198, 17.7%) (no **Quadro 4.8** apresenta-se a distribuição por sexo e classe socioeconómica).

Quadro 4.7 — Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo e grau de escolaridade (N = 1116).

Grau de escolaridade	Sexo (%)		Total		
	M	F	n	%	
Não sabe ler nem escrever		.2	1	.1	
Primária incompleta / Sabe ler e escrever	.6	2.2	16	1.4	
Primária completa / 1º ciclo do ensino básico	3.7	7.8	66	5.9	
Ciclo preparatório / 2º ciclo do ensino básico	1.9	4.2	35	3.1	
3º ciclo do ensino básico / Antigo 5º ano dos liceus	7.2	7.7	83	7.4	
Ensino secundário (12º) / Antigo 7º ano dos liceus	17.9	11.5	161	14.4	
Curso profissional / Artístico	1.9	2.3	24	2.2	
Curso médio / Frequência universitária / Bacharelato	22.5	14.1	201	18.0	
Licenciatura	29.1	38.8	383	34.3	
Mestrado / Pós graduações	8.3	10.1	104	9.3	
Doutoramento	6.8	1.2	42	3.8	
Total	n	515	601	1116	100.0
	%	100.0	100.0	100.0	100.0

Quadro 4.8 — Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo e classe socioeconómica (N = 1116).

Classe Socioeconómica	Sexo (%)		Total		
	M	F	n	%	
Gestores e quadros superiores	48.7	49.4	548	49.1	
Quadros médios	15.1	20.0	198	17.7	
Pequenos empregadores e trabalhadores independentes	5.6	3.3	49	4.4	
Trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços	6.2	4.3	58	5.2	
Operários e trabalhadores não qualificados	6.6	10.5	97	8.7	
Desempregados de longo termo e pessoas que nunca trabalharam	17.7	12.5	166	14.9	
Total	n	515	601	1116	100.0
	%	100.0	100.0	100.0	100.0

As classes sociais foram definidas de acordo com a Classificação Socioeconómica Europeia (opção com 5 classes, a que se acrescentou um sexto grupo com os sujeitos desempregados e os que nunca trabalharam) (Harrison & Rose, 2006).

No Anexo 8 apresentam-se os dados completos relativos à distribuição da amostra, englobando os indicadores relativos à *Religiosidade* e a distribuição percentual dos sujeitos da amostra em função da opção de voto nas eleições legislativas de 2005, 2002, 1999, 1995 e 1991, e, no Anexo 9, os resultados efectivos correspondentes a cada uma dessas eleições.

4.5 VARIÁVEIS E INDICADORES

4.5.1 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

A identificação partidária é a variável central desta investigação, usada em todos os estudos que constituem a parte empírica deste trabalho. Para medir a identificação partidária recorreremos a uma adaptação da *Escala de Identificação Partidária*²⁰ utilizada nos estudos conduzidos no âmbito do *American National Electoral Studies* (ANES). A principal razão para esta opção reside no facto de esta escala avaliar a identificação partidária colocando a ênfase na ligação subjectiva do sujeitos aos partidos políticos, o que corresponde a uma das características fundamentais da identidade partidária tal como vimos defendendo (cf. Capítulo III). A escala original é composta por uma questão principal e duas outras que especificam as respostas dadas à primeira pergunta. A questão

²⁰ A versão original da *Party Identification Scale*, usada nos estudos do American National Electoral Studies (ANES) e apresentada por Weisberg (1999, pp. 684-689) é a seguinte:

“1- Generally speaking, do you usually think of yourself as a Republican, a Democrat, an Independent, or what?”

1a. (IF REPUBLICAN OR DEMOCRAT) Would you call yourself a strong (Republican/Democrat) or a not very strong (Republican/Democrat)?

1b. (IF INDEPENDENT) Do you think of yourself as closer to the Republican or Democrat Party?”

The standard seven point scale coding is as follows:

Strong Democrat (SD: D on Q1 and strong on Q1a)

Weak Democrat (WD: D on Q1 and not very strong D on Q1a)

Independent Democrat (ID: Independent on Q1 and D on Q1b)

Pure Independent (PI Independent on Q1 and no on Q1b; or no preference on Q1, no on Q1b, and expression of some interest in politics during the interview)

Independent Republican (IR: Independent on Q1 and R on Q1b)

Weak Republican (WR: R on Q1 and not very strong on Q1a)

Strong Republican (SR: R on Q1 and strong R on Q1a)

Two additional categories for this scale are:

Other (other political party names on Q1 and no on Q1b)

Apolitical (no preference on Q1, no on Q1b, and no expression of interest in politics throughout the interview).

inicial tem dois aspectos cruciais: na primeira parte da pergunta remete-se explicitamente o sujeito para a avaliação subjectiva da sua ligação a um grupo, utilizando a expressão *Generally speaking, do you usually think of yourself as...* — que traduzimos e adaptamos para *De uma forma geral vê-se a si próprio como...* — e, na segunda parte, remete-se o sujeito para as possibilidades de identificação, usando termos que se referem explicitamente aos apoiantes dos dois partidos americanos, e não aos partidos propriamente ditos: ... *a Republican, a Democrat, an Independent, or what?* Esta última parte da questão levanta algumas dificuldades na adaptação à situação portuguesa, não só porque as alternativas de identificação são em maior número mas, principalmente, porque não conseguimos encontrar termos que identifiquem inequivocamente os membros e apoiantes de cada um dos partidos. Os termos, *socialista, social-democrata, comunista, democrata cristão* ou *bloquista*, têm *nuances* que não remetem de forma inequívoca e consensual, para e apenas para, respectivamente, o grupo de sujeitos que se identifica com o PS, o PSD, o PCP, o CDS ou o BE. É possível, por exemplo, que alguns sujeitos que se identificam com o PS se sintam social-democratas, ou que alguns dos sujeitos que se identificam com o BE se sintam socialistas ou comunistas. Assim, optámos por usar uma expressão que conjuga o termo *simpatizante* ao nome de cada partido — ... *simpatizante do BE; ... Simpatizante do CDS-PP; ... Simpatizante do PCP; ... Simpatizante do PSD-PPD, ... Simpatizante do PS; ... Simpatizante de outro partido; ... Independente (sem simpatia por nenhum partido)* — que nos parece que mantém as características essenciais da questão original, uma vez que o conceito de *simpatizante* remete, também, para uma relação não formalizada e essencialmente subjectiva com o partido em causa.

Nas respostas a esta questão, 832 (74.6%) sujeitos indicaram uma das opções de identificação partidária e 284 (25.4%) declaram-se Independentes (cf. quadros 4.9 e 4.10).

A segunda questão da escala original apenas se dirige aos que responderam que se identificam com um dos dois partidos, e questiona-os sobre a natureza dessa identificação da seguinte forma: *Would you call yourself a strong (Republican/Democrat) or a not very strong (Republican/Democrat)?*. Esta pergunta também coloca problemas de adaptação à realidade portuguesa, pelos motivos que enunciamos acima, pelo que optámos por pedir aos sujeitos que assinalassem, numa escala de cinco pontos, *Em que grau [de Muito fraco a Muito forte] é que se identificam com as ideias, propostas e acções desse partido?*

A terceira questão dirige-se aos sujeitos que se identificaram como independentes e, na versão original da escala, é formulada da seguinte forma: *Do you think of yourself as closer*

to the Republican or Democrat Party? Também aqui se levantam os mesmos problemas já colocados a propósito da primeira questão, e optámos por usar a formulação: *Se na Questão 4.2 assinalou a opção INDEPENDENTE, diga-nos, no entanto, de qual dos partidos – BE, CDS-PP, PSD-PPD, PS ou Outro – se encontra mais próximo? Na resposta a esta questão os sujeitos podiam assinalar a sua preferência por um dos partidos – Embora seja independente, considero-me mais próximo do [BE, CDS-PP, PSD-PPD, PS, Outro] – ou manter a opção Independente [sem simpatia por nenhum partido].*

A segunda e a terceira questão desta escala têm por objectivo identificar grupos mais coesos no que se refere à identificação partidária e identificar “falsos independentes” que, identificando-se como independentes, acabam por admitir que se consideram mais próximos de um dos partidos. No entanto, e apesar de termos incluído estas questões no questionário, optámos, por uma questão de economia no tratamento e apresentação dos dados, por não as examinar, considerando todos os sujeitos identificados com um partido como um único grupo, sem discriminar subgrupos em função do grau de intensidade dessa identificação, e considerar como *independentes* todos os sujeitos que assinalaram essa opção na primeira questão, sem analisar diferenças associadas à eventual maior proximidade desses independentes com algum dos partidos.

Quadro 4.9 - Identificação partidária e grau de identificação com as ideias, propostas e acções do partido com que o sujeito se identifica (N = 834)

	Em que grau é que se identifica com as ideias, propostas e acções desse partido?					Total	
	(1= Identificação Muito Fraca; 5=Identificação Muito Forte)					n	%
	1	2	3	4	5		
BE		13.4	19.6	48.2	18.8	112	100.0
CDS-PP			51.0	37.3	11.8	51	100.0
PCP			9.4	50.9	39.6	53	100.0
PSD-PPD	1.2	3.4	44.5	41.1	9.8	326	100.0
PS	2.3	9.1	37.3	40.3	11.0	263	100.0
Outro	11.1	22.2	37.0	29.6		27	100.0
Total	n	13	56	306	348	109	832
	%	1.6	6.7	36.8	41.8	13.1	100.0

Os resultados obtidos com estas duas questões mostram que apenas 69 (8.4%) dos sujeitos assinalam as opções 1 e 2 da escala de resposta — que indicam graus de identificação *Muito Fraca* e *Fraca* —, enquanto as opções 4 e 5 — identificação *Forte* e *Muito Forte* —, é assinalada por 457 (55.3%) e a opção 3 — Identificação *Moderada* — é assinalada por 348 (41.8%) dos sujeitos (cf. **Quadro 4.9**). O número de sujeitos que

assinalam um grau de identificação *Fraco* ou *Muito Fraco* é reduzido pelo que o seu peso na análise dos nossos dados não é suficientemente relevante para por em causa a nossa opção de não considerar este indicador.

Dos 282 sujeitos que se consideraram *Independentes* na questão inicial sobre a sua identificação partidária, 168 (59.6%) acabaram por assinalar que se consideram próximos de um dos partidos políticos, e apenas 114 (40.4%) continuaram a considerar-se *Independentes* (cf. **Quadro 4.10**). Estes dados mostram que a maior parte dos sujeitos que se identificam como independentes são, na realidade, falsos independentes, o que vem no mesmo sentido dos resultados obtidos por Keith et al. (1992) (cf. ponto 2.2.1).

Quadro 4.10 - Distribuição das respostas dos sujeitos independentes à questão: *Se assinalou a opção Independente diga-nos, no entanto, de qual dos partidos - BE, PCP, CDS-PP, PSD-PPD, ou PS - se encontra mais próximo?* (n= 282)

Se assinalou a opção Independente diga-nos, no entanto, de qual dos partidos - BE, PCP/CDU, CDS-PP, PSD-PPD, ou PS - se encontra mais próxima (BE, CDS-PP, PCP, PSD-PPD, PS, Outra, Independente)?		
	n	%
BE	28	9,9
CDS-PP	5	1,8
PCP	18	6,4
PSD-PPD	54	19,1
PS	57	20,2
Outra opção	6	2,1
Independente	114	40,4
Total	282	100,0

Para além das questões que integram a escala inicial, incluímos ainda duas novas perguntas: uma referente à idade em que o sujeito se tornou simpatizante do partido assinalado, e outra questionando-o sobre se *A sua simpatia foi sempre por esse partido ou já foi simpatizante de outro partido?* Os objectivos para a sua inclusão foram o de analisar a estabilidade da identificação partidária ao longo da vida dos sujeitos, e o de analisar as relações entre as alterações no sentido de voto e alterações na identificação partidária.

4.5.2 CAMPO POLÍTICO ELEITORAL

No Capítulo III, defendemos que a influência da Identificação Partidária no comportamento eleitoral se faz através da organização do *campo das escolhas eleitorais* do

sujeito em zonas diferentes: núcleo central da identidade partidária; zona de identidade competitiva, zona identidade partidária secundária e zona de rejeição ou exclusão. Para a definição deste indicador, necessitávamos de dispor — para além de informação sobre a identificação partidária dos sujeitos —, de outros indicadores que nos permitissem identificar o tipo de relacionamento genérico dos sujeitos com os outros partidos políticos (para além daquele que é a identidade partidária central), e que nos desse uma medida desse relacionamento na perspectiva eleitoral. Para o efeito incluímos no questionário duas questões — colocadas antes de perguntarmos ao sujeito qual é a sua identificação partidária —, uma questionando-o sobre o *Grau de Simpatia* em relação aos cinco principais partidos — PS, PSD-PPD, PCP, CDS-PP e BE (Questão 3.8) — e outra indagando sobre a *Probabilidade de vir a votar, em futuras eleições para a Assembleia da República, num desses cinco principais partidos* (Questão 3.9). As respostas a estas questões são dadas numa escala de cinco pontos, que vão de *Não gosto nada* (0) a *Gosto muito* (4) no caso da simpatia, e de *Não vou votar de certeza absoluta* (0) a *Vou votar de certeza absoluta* (4), no caso da probabilidade de votar. Subjacente à utilização destas questões está o entendimento que quando um sujeito expressa *simpatia* por um partido isso significa que em algum momento da sua história pessoal esse grupo já foi considerado como endogrupo, ou seja, o sujeito já esteve em situações em que se autocategorizou como membro desse grupo ou, pelo menos, como membro de uma categoria que o incluía, mesmo que essa experiência se manifeste, actualmente, de uma forma difusa e pouco precisa. Quando, para além de simpatia, o sujeito manifesta uma probabilidade de votar, isso quer dizer que as situações em que se categorizou como membro desse grupo são suficientemente relevantes para o levar a colocar a possibilidade de agir, numa eleição, como se fosse membro do grupo.

Para cada grupo de identificação partidária fomos analisar as respostas de *simpatia* e de *probabilidade de voto*, em relação ao partido com que se identificam e em relação aos outros partidos, considerando apenas as respostas dos membros desse grupo que manifestaram alguma simpatia ou probabilidade de voto nesse partido, ou seja, todos os que responderam assinalando uma opção diferente de zero — *Não gosto nada*, no caso da Questão 3.8, e *Não vou votar de certeza*, no caso da Questão 3.9. Para o efeito recodificamos as respostas a estas questões em novas variáveis dicotómicas que identificam os sujeitos que simpatizam e os que não simpatizam com cada partido — SIMPATIA_PS, SIMPATIA_PSD, SIMPATIA_PCP, SIMPATIA_CDS e SIMPATIA_BE —, que manifestam, em relação a cada partido, alguma probabilidade de voto ou que não colocam sequer essa hipótese — PROB_VOT_PS_SN, PROB_VOT_PSD_SN, PROB_VOT_PCP_SN,

PROB_VOT_CDS_SN e PROB_VOT_BE_SN. Numa primeira fase interessou-nos identificar o número (e a respectiva percentagem) de membros de cada grupo que simpatiza ou que coloca a hipótese de votar em cada um dos cinco partidos considerados, assim como o valor médio e o desvio padrão dessas respostas. Numa segunda fase fomos comparar as respostas de simpatia e de probabilidade de voto em cada um dos partidos, confrontando as respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com esse partido com as respostas dadas pelos outros grupos em relação a esse mesmo partido. Estas comparações foram feitas usando a medida U_1 de Cohen, que mede a não sobreposição entre duas distribuições (Alferes, 2002).

Identificados estes valores, o passo seguinte foi associar, em cada um dos grupos de identificação partidária, as variáveis *simpatia* e *probabilidade de voto* de modo a que, combinadas, nos permitissem criar um indicador relativo à colocação dos partidos em diferentes zonas do campo político dos sujeitos. O que se pretende é avaliar a sobreposição das distribuições das respostas às questões relativas à simpatia e à probabilidade de voto dadas pelos sujeitos cuja identidade partidária central é com esse partido (que se pressupõe que serão aqueles que nutrem maior simpatia e revelam maior probabilidade de ir votar nesse partido) com as distribuições das respostas dadas pelos sujeitos cuja identidade partidária central são outros partidos políticos. Quanto maior for a sobreposição das distribuições maior será a afinidades entre os grupos, quanto maior for a não sobreposição maior será a diferença entre eles.

Na construção da fórmula que conjuga estes dados, os valores de U_1 foram ponderados em função da percentagem de sujeitos que simpatiza e que manifesta alguma probabilidade de voto em cada um dos partidos. Optámos por substituir os valor de U_1 pela percentagem complementar ($100-U_1$), ou seja, pela percentagem de sobreposição das distribuições, com o objectivo de tornar mais intuitiva a leitura dos resultados. Considerando que em caso de sobreposição total das duas distribuições o valor de $100-U_1$ é igual a 100, o valor final, resultante da soma dos valores de U_1 relativos à Simpatia e à Probabilidade de voto, foi dividido por 2, com o objectivo de fazer o valor final variar entre 0 e 100 ²¹. Os resultados

²¹ A fórmula final usada foi a seguinte:

Posição do Partido Y no Campo Político Eleitoral do Grupo X = [Simpatia de X em relação a Y] + [Probabilidade de voto de X em relação a Y] / 2, em que:

Simpatia de X em relação a Y = [(100- U_1) x Percentagem de sujeitos que simpatizam com o partido /100] e

Probabilidade de voto de X em relação a Y = [(100- U_1) x Percentagem de sujeitos que admitem votar nesse partido /100]

finais da avaliação dos partidos por parte dos diferentes grupos de identificação partidária indicam o posicionamento do partido no campo político eleitoral desse grupo, numa escala que vai de 0 a 100. Para facilitar a leitura e apresentação dos dados, organizámos os resultados em classes de acordo com a seguinte tabela: *Zona 1* — núcleo da identidade partidária central — resultados entre 95 e 100; *Zona 2* — identidade competitiva — resultados entre 50 e 94.9; *Zona 3* — identidade secundária partidária em subgrupos majoritários — resultados entre 25 e 49.9; *Zona 4* — identidade partidária secundária em subgrupos minoritários — resultados entre 10 e 24.9 e *Zona 5* — rejeição e exclusão — resultados entre 0 e 9.9.

4.5.3 ALIENAÇÃO POLÍTICA

As questões 2.1, 2.2 e 2.3 pretendem medir o nível de alienação política²² dos respondentes. Vários autores (Almond & Verba, 1965; Dean, 1962; Easton, 1965; Finifter, 1970; Middleton, 1963; Neal & Retting, 1967; Seeman, 1959) têm identificado múltiplas dimensões associadas a este conceito, nem sempre coincidentes, havendo, no entanto, algum consenso na aceitação de que a avaliação da alienação política envolve dois factores conceptualmente diferentes: a eficácia e a confiança política²³.

No que se refere à avaliação da eficácia política existem duas escalas que constituem referências consolidadas na comunidade científica: as escalas de Campbell, Gurin, & Miller (1954) e de Verba, Schlozman & Brady (1995). Optámos por usar a Escala de Eficácia Política de Campbell et al. (1954), essencialmente porque a escala de Verba et al. (1995), embora apresente um nível de consistência interna mais alto, diferencia instâncias de governo nacional e de governo local que, embora adequadas à realidade política americana, não correspondem à realidade portuguesa. Tivemos também em consideração o facto de a escala de Campbell et al. ser usada nos Estudos Eleitorais Nacionais

Nota: Os valores de U_1 nas questões de Simpatia e de Probabilidade de voto são obtidos considerando apenas os sujeitos do grupo X que manifestam Simpatia ou alguma Probabilidade de voto no partido Y, ou seja, são excluídos todos os sujeitos que tenham respondido “*Não gosto*” ou “*Não vou votar de certeza absoluta*”.

²² O conceito de alienação usado nos estudos do comportamento eleitoral é concebido numa perspectiva psicossocial, referindo-se a uma orientação atitudinal dos vários actores que remete para uma posição subjectiva de ligação ou de indiferença em relação ao sistema e às instituições políticas (Reef & Knoke, 1999).

²³ Para uma revisão deste tema ver Reef & Knoke (1999).

Americanos (ANES), que constituem uma referência fundamental no estudo do comportamento eleitoral.

Em relação à confiança política, há três escalas que são marcos na avaliação genérica desta variável: *Trust in Government Scale* (Miller A. H., 1974), *Trust in Government Scale* (Muller & Junkam, 1977) e *Política Trust and System Evaluation Scales* (Mason, House, & Martin, 1985)²⁴. Optámos por usar a Escala de Muller & Jukam por ser aquela onde a avaliação da confiança política está menos associada à avaliação dos políticos actualmente no governo e, também, por nos parecer aquela cujos itens eram mais facilmente adaptáveis à realidade portuguesa.

4.5.3.1 EFICÁCIA POLÍTICA

A *Escala de Eficácia Política* utilizada neste estudo é constituída por quatro itens (cf. colunas da esquerda do **Quadro 4.11** e Anexo 3) com uma graduação de respostas de dois pontos: *Concordo* e *Discordo*. A pontuação final vai de zero — *baixa eficácia* — a quatro — *alta eficácia*²⁵. A comparação entre a distribuição das respostas dos sujeitos no *American National Election Survey* (ANES) de 1954 (dados obtidos em Reef & Knoke, 1999) e neste estudo, mostra que os valores obtidos nestas populações são, respectivamente, de 33.4% e 27.2% para resultados de zero ou um (*baixa eficácia*), 39.5% e 35.7% para resultados de dois (*valor intermédio*) e 27.1% e 37.2% para resultados de 3 ou 4 (*alta eficácia*), ou seja, os sujeitos da nossa amostra obtêm resultados de eficácia política mais elevados ($M = 2.16$, $DP = 1.01$) do que os da amostra americana ($M = 1.80$, $SD = 1.39$). No entanto, enquanto o valor de alfa obtido na amostra do estudo conduzido pelo ANES é de .94, o mesmo valor é de .43 neste estudo.

²⁴ Para uma revisão deste tema ver Citrin & Muste (1999).

²⁵ A *Escala de Eficácia Política* de Campbell et al. (1954) era constituída inicialmente por cinco itens. Análises posteriores levaram à exclusão do segundo item (“*The way people vote is the main thing that decides how things are run in the country*”) uma vez que a sua interpretação se revelava bastante ambígua (Reef & Knoke, 1999, p. 424). A versão original da *ANES Política Efficacy Scale*, apresentada por Reef, M.J. & Knoke, D. (1999, pp. 424-426), é a seguinte:

1. *I don't think public officials care much what people like me think.* [0 - AGREE; 1 - DISAGREE*]
2. *The way people vote is the main thing that decides how things are run in this country.* [0 - AGREE*; 1 - DISAGREE]
3. *Voting is the only way that people like me can have any say about how the government runs things.* [0 - AGREE; 1 - DISAGREE*]
4. *People like me don't have any say about what the government does.* [0 - AGREE; 1 - DISAGREE*]
5. *Sometimes politics and the government seem so complicated tha a person like me can't really understand what's going on.* [0 - AGREE; 1 - DISAGREE*]

Note: * indicates efficacious response.”

Vários autores têm contestado a unidimensionalidade desta escala (ver Reef & Knoke, 1999, p. 416) pelo que procedemos, também nós, à análise de componentes principais, com rotação Varimax, dos dados da nossa amostra, identificando dois factores com valores próprios superiores a 1: o primeiro explicando 37.0% da variabilidade total e agrupando os itens 2 (*O voto é a unica forma que as pessoas como eu têm para dizer alguma coisa sobre o modo como o País deve ser governado*) e 1 (*Os responsáveis políticos não se importam muito com aquilo que pensam as pessoas como eu*) e o segundo factor explicando 27.89% da variabilidade e agrupando os itens 4 (*Por vezes a política e o governo parecem coisas tão complexas que as pessoas como eu não percebem o que verdadeiramente se passa*) e 3 (*Pessoas como eu não têm nada a dizer sobre o que o governo faz*) (cf. **Quadro 4.11**). A matriz de intercorrelações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (de acordo com o teste de Bartlett, $\chi^2 = 238.492$, $p < .001$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiseer-Meyer-Olkin é de .532 para o conjunto das 4 variáveis).

O resultado encontrado não corresponde, no entanto, às soluções que os diferentes autores citados por Reef e Knoke (1999) apontam, que vão no sentido de considerar que os itens relativos ao *Voto* (item 1) e à *Complexidade* (item 3) se diferenciam do items *Não se Importam* (item 2), e *Nada a Dizer* (item 4).

Quadro 4.11- Escala de Eficácia Política: itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais para a solução rodada (N = 1116).

	Itens da Escala de Eficácia Política	M	DP	Factor	
				1	2
1	O voto é a unica forma que as pessoas como eu têm para dizer alguma coisa sobre o modo como o País deve ser governado.	.39	.49	.793	-.123
2	Os responsáveis políticos não se importam muito com aquilo que pensam as pessoas como eu.	.20	.40	.753	.241
3	Por vezes a política e o governo parecem coisas tão complexas que as pessoas como eu não percebem o que verdadeiramente se passa.	.65	.48	-.150	.818
4	Pessoas como eu não têm nada a dizer sobre o que o governo faz.	.92	.27	.299	.740

4.5.3.2 CONFIANÇA POLÍTICA

Para medir esta variável utilizámos a *Escala de Confiança no Governo* (Muller & Junkam, 1977). A escala consiste em quatro itens, o primeiro com uma graduação de resposta de sete pontos, com valores extremos de *Completamente em desacordo* e *Completamente de acordo*, e os outros três itens com escalas de resposta de cinco pontos entre os valores

extremos *Nunca* e *Sempre*. O primeiro item, com a escala de resposta de sete pontos, é posteriormente transformado numa escala de cinco pontos agregando os três valores intermédios (cf. colunas da esquerda do **Quadro 4.12** e Anexo 3, questões 2.2 e 2.3)²⁶.

As respostas são cotadas de 0 a 4 e o resultado final é obtido pela soma das pontuações nos quatro itens, variando entre 0 (confiança política muito positiva) a 16 (confiança política muito negativa). As pontuações são agrupadas em cinco níveis de confiança: entre 0 e 3 — *Muito positiva*; entre 4 e 6 — *Positiva*; entre 7 e 9 — *Intermédia*; entre 10 e 12 — *Negativa*; entre 13 e 16 — *Muito negativa*.

Quadro 4.12 - Escala de Confiança Política: itens, médias e desvios padrão (N = 1116).

	Itens da Escala de Confiança Política	M	DP
1	De uma forma geral, podemos confiar que os governos fazem aquilo que é correcto	2.27	.67
2	Em que medida acredita que os governos fazem aquilo que realmente deve ser feito?	2.27	.68
3	Quando os deputados ou os ministros do governo falam com os jornalistas, na TV ou no parlamento, em que medida dizem a verdade?	2.41	.76
4	Em que medida os membros do governo colocam os interesses do povo acima dos interesses dos seus partidos?	2.81	.83

A comparação entre a distribuição das respostas dos sujeitos no estudo desenvolvido em 1974 por Muller & Junkam (1977) numa população da República Federal Alemã e as distribuições dos resultados obtidos pelos sujeitos na presente investigação mostra que os resultados de confiança política são mais elevados na amostra do estudo alemão do que na nossa amostra, sendo os resultados, para cada um dos níveis de confiança, respectivamente, os seguintes: *muito negativa* - 8% e 10.9%; *negativa* - 20% e 35.3%; *intermédia* - 43% e 50.2%; *positiva* - 25% e 3.1%; *muito positiva* - 4% e 0.4%. A pontuação média obtida nesta investigação é de 9,77 (DP = 2,21). Na análise da consistência interna,

²⁶ A versão original da *Trust in Government Scale* apresentada por Citrin & Muste (1993, p. 486-488) é a seguinte:

1- In general, one can rely on the federal government to do the right thing.

	1	2	3	4	5	6	7
STRONGLY AGREE							STROGLY DISAGREE

2- How much do you trust the government in Bonn to act as it really should?

1. ABOUT ALWAYS 2. MOSTLY 3. SOMETIMES 4. ONLY VERY SELDOM 5. NEVER

3- When members of Parliament or cabinet ministers speak on television or in Parliament with journalists, how often in your opinion do they tell the true?

4- How much do you trust members of the government to put the interest of the people over the interest of their own parties?

Muller e Jukam (1977) reportam um valor alfa de .77 e uma média das correlações inter-item de .88, enquanto os valores obtidos na presente investigação são de .74 e de .44, respectivamente.

4.5.4 ATITUDES E VALORES POLÍTICOS

4.5.4.1 RELIGIOSIDADE

Tendo em consideração as componentes do comportamento religioso definidas por Stark e Glock (1968) — crença, prática, experiência, conhecimento e consequências — e por Wald e Smidt (1993) — *sentimento de pertença, crença e comportamento* —, os objectivos do nosso trabalho e as limitações relativas à dimensão da escala a construir, optámos por centrar a nossa avaliação apenas nos aspectos transversais e comuns às várias religiões. Esta opção deixa de fora a avaliação do conhecimento dos sujeitos em relação aos factos, princípios e teorias específicos de cada religião, assim como a experiência relativa à vivência íntima e pessoal da religião, centrando a atenção em aspectos mais gerais e transversais do comportamento religioso — crença na existência de vida após a morte e na existência de um poder superior que dá sentido à vida na terra; papel da Igreja como entidade organizadora da *praxis* religiosa e como intermediária no contacto com Deus; e papel da Religião como modelo ético organizador da vida social — construindo uma escala com nove afirmações que foram apresentadas aos sujeitos pedindo-lhes que indicassem, utilizando uma gradação de cinco pontos, o grau em que essas afirmações correspondiam às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Os valores extremos da escala de resposta correspondem a *Completamente em desacordo* (1) e *Completamente de acordo* (5).

A escala começou inicialmente por incluir doze itens. Os dados recolhidos no estudo preliminar, permitiram-nos reduzir o número de itens para nove e identificar dois factores: um agrupando seis itens relativos à *praxis* religiosa e outro associando três itens mais ligados à fé. Estes factores constituem duas subescalas: *R1- Praxis Religiosa* e *R2- Fé* (cf. colunas da esquerda no **Quadro 4.13** e Anexo 3, Questão 2.4).

Os resultados obtidos com a nossa amostra confirmam a estrutura bi-factorial da Escala, conforme se pode verificar pelos dados apresentados no **Quadro 4.13**, onde se apresentam as saturações factoriais, assim como a média, o desvio-padrão e a percentagem de respostas em cada um dos níveis da variável dos nove itens da escala. Os dois factores que atingem valores próprios superiores a 1 explicam 69.7% da

variabilidade total. O primeiro factor explica 58.3% e o segundo 11.4%. Verifica-se que a matriz de intercorrelações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (de acordo com o teste de Bartlett $\chi^2 = 5876.27$, $p > .01$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .92 para as nove variáveis). No entanto, apesar de os itens terem níveis de saturação elevados no respectivo factor — seis apresentam saturações iguais ou superiores a .700 e nenhum satura abaixo de .544 no respectivo factor —, verificámos que cinco itens têm saturações simultâneas no outro factor superiores a .300.

Quadro 4.13 – Escala de Religiosidade: itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais (solução final de dois factores, com valores próprios > 1 e com rotação varimax).

		M	DP	% de respostas em cada um dos níveis da variável (N=1116)					Factor	
				1	2	3	4	5	1	2
				1	A participação em cerimónias religiosas é importante.	2.62	1.16	19,3	27,3	33,5
2	A Igreja tem um papel muito positivo na definição de um modelo de vida socialmente harmonioso.	2.94	1,13	10,8	23,7	35,9	19,4	10,1	.749	.331
3	O país seria melhor se as pessoas seguissem, no seu dia-a-dia, as leis da Igreja.	2.29	1.16	29,8	32,4	23,5	7,6	6,6	.717	.233
4	Todas as crianças deveriam ter educação religiosa.	2.86	1.31	20,4	18,3	30,7	15,9	14,6	.707	.349
5	A Igreja permite-nos estar em contacto com Deus.	2.79	1.33	22,9	18,8	28,6	15,8	13,9	.700	.435
6	As leis não deveriam contrariar as crenças religiosas.	2.55	1,25	23,7	28,9	27,2	9,3	10,9	.544	.172
7	Deus é uma mera criação do homem. (*)	3.28	1.35	14,2	15,1	22,8	24,4	23,4	.277	.841
8	Existe um poder superior que dá sentido à nossa existência na terra.	3.25	1.34	13,4	17,6	22,0	24,8	22,2	.507	.648
9	Devemos renunciar à ilusão de que há vida depois da morte e concentrarmos as nossas energias na vida terrena. (*)	3.00	1.28	15,3	20,3	29,7	18,6	16,0	.232	.627

(*) Itens cuja pontuação foi invertida.

A pontuação na *Escala de Religiosidade* pode variar entre 9 e 45. O valor médio da pontuação obtida na nossa amostra é de 25.57 (DP = 8.59). Na subescala *R1- Praxis Religiosa*, em que a pontuação pode variar entre 6 e 30, a pontuação média da nossa amostra é de 16.05 (DP = 5.94) e na subescala *R2- Fé*, onde os resultados podem ir de 3 a 15, a média é de 9.52 (DP = 3.40).

A análise da consistência interna da *Escala de Religiosidade* obtém um alfa de .91 e uma média de correlações inter-item de .52, enquanto para as subescalas R1 e R2 esses valores são de .89 e .59 e de .82 e .60, respectivamente.

A avaliação da religiosidade é complementada com a inclusão, na Parte IV do Questionário, de quatro questões relativas ao comportamento religioso dos sujeitos. Em relação a estas questões, a pontuação obtida na *Escala de Religiosidade* correlaciona-se fortemente com as respostas à Questão 4.18 (*Considera-se: 1. Não religioso; 2. Indiferente a questões religiosas; 3. Religioso/a; 4. Profundamente religioso/a*) [$r = .73$ (N = 1116)]; e à Questão 4.20 (*Com que frequência vai à Igreja/Local de culto?*) [$r = .65$ (N = 1113)]. O valor da correlação é mais baixo em relação à Questão 4.19 (*Qual a sua religião? 1. Católica 2. Outra. 3. Sem religião*) [$r = -.47$ (N = 1116)]; Questão 4.21/ item 1 (*Frequenta ou frequentou acções de formação religiosa na infância?*) [$r = -.24$ (N = 1116)]; Questão 4.21/ item 2 (*Frequenta ou frequentou acções de formação religiosa na adolescência?*) [$r = -.24$ (N = 1116)]; Questão 4.21/ item 3 (*Frequenta ou frequentou acções de formação religiosa na idade adulta?*) [$r = -.24$ (N = 1116)]; e à Questão 4.21/ item 4 (*Frequenta ou frequentou acções de formação religiosa actualmente?*) [$r = -.20$ (N = 1116)];

4.5.4.2 AUTORITARISMO

Rossiter (1968) define o conservadorismo como “*an attitude of opposition to disruptive change in the social, economic, legal, religious, political, or cultural order (...) The distinguishing mark of this conservatism, as indeed it is of any branch of conservatism, is the fear of change, which becomes transformed in the political arena into the fear of radicalism*” (p. 291). Também Huntington (1957) sublinha essa dimensão na sua definição do conservadorismo como “*system of ideas employed to justify any established social order, no matter where or when it exists, against any fundamental challenge to its nature or being, no matter from what quarter*” (p. 455).

Duas das escalas mais divulgadas na avaliação deste tópico (Knight, 1999) são: *Right-Wing Authoritarianism Scale* (Altemeyer, 1981; Altemeyer, 1996; Altemeyer, 1988) que considera o autoritarismo como uma variável que resulta da convergência de três tipos de atitudes: submissão autoritária (“*do what the authorities tell us to do*”²⁷), agressão autoritária (“*get*

²⁷ Ilustramos os três tipos de atitudes — convencionalismo/valores tradicionais, submissão autoritária e agressão autoritária — medidas pela RWAS recorrendo ao primeiro item da escala “*Our country will be great if we honour the*

rid of the rotten apples' who are ruining everything") e convencionalismo ("*honor the ways of our forefathers*"); e *Wilson-Patterson Attitude Inventory (WPAI) Conservatism Scale* (Wilson, 1968; Wilson, 1975), construída a partir de um conjunto de itens agrupados em sete áreas: fundamentalismo religioso; orientação política de direita; insistência em regras e punições; intolerância para com os grupos minoritários; preferências por arte, roupas e instituições convencionais; anti hedonismo; e superstição e resistência à ciência.

Qualquer uma daquelas escalas é bastante extensa — a primeira é constituída por 30 e a segunda por 50 itens —, o que inviabiliza a sua utilização no nosso questionário, pelo que decidimos construir instrumentos próprios para avaliar estas dimensões. Considerando as definições apresentadas anteriormente, optámos por avaliar o Conservadorismo construindo duas escalas distintas: uma, designada por *Escala de Autoritarismo*, pretende avaliar essencialmente os aspectos ligados à obediência, organização hierárquica e uso da força e da punição, que são os principais instrumentos usados com o objectivo de garantir a manutenção do *statuo quo* e evitar a mudança; e outra — designada por *Escala de Conservadorismo Social* (que apresentaremos no ponto seguinte) — centrada na avaliação de atitudes e valores perante mudanças efectivas que se registam actualmente em comportamentos sociais em áreas como a sexualidade, o acesso ao trabalho, o consumo de drogas e a imigração.

O objectivo da *Escala de Autoritarismo* é, pois, o de avaliar as atitudes dos sujeitos face a três aspectos fundamentais na concretização e/ou afirmação do comportamento autoritário: obediência, organização hierárquica e punição. A escala consiste num conjunto de dez afirmações que são apresentadas aos sujeitos, pedindo-lhes que indiquem, utilizando uma escala de cinco pontos, o grau em que estas correspondiam às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Os valores extremos da escala de resposta correspondem a *Completamento em desacordo* e *Completamento de acordo*. As pontuações mais elevadas indicam um maior autoritarismo.

Os dados recolhidos no estudo preliminar permitiram-nos reduzir o número inicial de itens de dezoito para dez e identificar dois factores: um agrupando cinco itens incidindo nas questões da obediência e disciplina e outro associando os outros cinco itens mais ligados à hierarquia e à punição. Estes factores constituem duas subescalas: *A1- Obediência*

ways of our forefathers, do what the authorities tell us to do, and get rid of the "rotten apples" who are running everything", onde essas três atitudes aparecem associadas numa única afirmação.

e A2- *Hierarquia e Punição* (cf. colunas da esquerda do **Quadro 4.14** e Anexo 3, Questão 2.4).

Quadro 4.14 – Escala de Autoritarismo: Itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais (solução final de dois factores, com valores próprios >1 e com rotação Varimax).

		M	DP	% de respostas em cada um dos níveis da variável (n=1116)					Factor	
				1	2	3	4	5	1	2
1	(A1) Obediência é a virtude mais importante que uma criança pode aprender.	2.90	1.19	12.5	26.4	32.3	16.3	12.5	.747	.310
2	(A1) A coisa mais importante para as crianças é aprenderem a aceitar a disciplina.	3.38	1.07	5.0	12.5	39.5	25.6	17.4	.721	.266
3	(A1) A obediência e a disciplina são valores fundamentais para que as instituições possam funcionar bem.	3.78	1.00	3.2	5.7	26.6	38.9	25.5	.641	.327
4	(A1) Numa sociedade civilizada deve haver sempre pessoas acima a quem devemos obedecer e pessoas abaixo que devem receber ordens.	2.99	1.20	13.4	18.4	39.0	14.8	14.5	.619	.207
5	(A1) Numa instituição é importante que se saiba quem manda e quem deve obedecer.	4.08	.91	1.8	3.5	16.5	41.4	36.8	.521	.162
6	(A2) Na justiça penal, o castigo deve ser mais importante que a reabilitação.	2.18	1.02	28.9	37.6	23.4	7.3	2.9	.162	.602
7	(A2) A pena de morte deveria ser aplicada aos crimes mais graves.	2.19	1.28	39.8	26.9	17.7	5.9	9.7	.146	.582
8	(A2) Uma vantagem significativa de um sistema de partido único é que evita todas as discussões que atrasam o progresso num sistema democrático.	1.95	1.04	40.4	36.2	14.5	5.4	3.5	.228	.438
9	(A2) Acções militares que desafiem o direito internacional são por vezes justificadas.	2.43	1.08	23.2	28.6	34.1	9.9	4.2	.286	.381
10	(A2) A descentralização do poder só serve para que ninguém seja responsável por nada.	2.66	1.15	16.5	29.7	34.2	10.3	9.3	.277	.368

Os resultados deste estudo confirmam a estrutura bi-factorial da escala, tal como se pode verificar pelos dados apresentados no **Quadro 4.14**, onde se listam as saturações factoriais e se apresentam igualmente a média, o desvio-padrão e a percentagem de respostas em cada nível da variável dos dez itens da escala. Os dois factores que atingem valores próprios superiores a 1 explicam 51% da variabilidade total. O primeiro factor explica 39.2 % e o segundo 11.7% da variabilidade. Verifica-se que a matriz de intercorrelações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (Bartlett $\chi^2 =$

3078.48, $p > .01$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .87 para as dez variáveis).

A pontuação na *Escala de Autoritarismo* pode variar entre 10 e 50. O valor médio da pontuação obtida na nossa amostra é de 28.54 (DP = 6.77). Na subescala A1- *Obediência*, em que a pontuação pode variar entre 5 e 25, a pontuação média da nossa amostra é de 17.12 (DP = 4.13) e na subescala A2- *Hierarquia e Punição*, onde os resultados também podem variar de 5 a 25, a média é de 11.42 (DP = 3.60).

A análise da consistência interna da *Escala de Autoritarismo* obtém um alfa de .82 e uma média de correlações inter-item de .31, enquanto para as subescalas A1 e A2 esses valores são de .82 e .49 e de .65 e .27, respectivamente.

4.5.4.3 CONSERVADORISMO SOCIAL

O objectivo desta *Escala de Conservadorismo Social* é avaliar a atitude dos sujeitos em áreas em que ocorrem mudanças acentuadas de valores e comportamentos na sociedade actual. Considerando as limitações relativas à dimensão da escala, optámos por circunscrever os itens às áreas da sexualidade e do consumo de drogas, que tendem a ser avaliadas como dizendo respeito essencialmente ao comportamento individual dos sujeitos, e da imigração que é uma área vista como eminentemente colectiva. A escala consiste num conjunto de oito afirmações que são apresentadas aos sujeitos, pedindo-lhes que indiquem, utilizando uma escala de cinco pontos, o grau em que estas correspondiam às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Os valores extremos da escala de resposta correspondem a *Completamento em desacordo* e *Completamento de acordo*. As pontuações mais elevadas indicam um maior conservadorismo.

A escala tinha inicialmente treze itens. Os dados do estudo preliminar permitiram-nos reduzir o número de itens para oito e identificar dois factores: um agrupando cinco itens incidindo no comportamento individual e outro associando aos outros três itens mais ligados à imigração, e que constituem duas subescalas: C1- *Comportamento individual* e C2- *Imigração* (cf. colunas da esquerda do **Quadro 4.15** e Anexo 3, Questão 2.4).

Os resultados obtidos confirmam a estrutura bi-factorial da escala, conforme se pode verificar pelos dados apresentados no **Quadro 4.15**, onde se listam as saturações factoriais e se apresentam igualmente a média, o desvio-padrão e a percentagem de respostas em cada nível da variável dos dez itens da escala. Os dois factores que atingem

valores próprios superiores a 1 explicam 54.9% da variabilidade total. O primeiro factor explica 40.2% e o segundo 14.7% da variabilidade. Verifica-se que a matriz de intercorrelações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (Bartlett $\chi^2 = 2005.990$, $p > .01$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .84 para as oito variáveis).

Quadro 4.15 – Escala de Conservadorismo: Itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais (solução final de dois factores, com valores Eigen > 1 e com rotação varimax).

		M	DP	% de respostas em cada um dos níveis da variável (N=1116)					Factor	
				1	2	3	4	5	1	2
1	(C1) O aborto, quando a vida da mulher não está em risco, deve ser sempre ilegal.	2.30	1.38	38.8	25.3	14.8	9.0	12.2	.707	.203
2	(C1) O sexo fora do casamento é geralmente imoral.	2.14	1.28	42.2	26.3	16.1	6.2	9.2	.655	.196
3	(C1) As mães devem ter carreiras, mas o seu primeiro dever é cuidar dos filhos e do lar.	2.68	1.25	19.2	29.5	28.6	10.0	12.7	.554	.385
4	(C1) Uma sociedade deve ser aberta sobre questões ligadas ao sexo, mas hoje em dia vai-se demasiado longe.	3.22	1.17	8.9	16.8	33.9	24.3	16.1	.542	.299
5	(C1) O consumo de drogas leves deve ser legalizado (R). (*)	3.39	1.26	9.8	12.2	32.8	19.7	25.5	.495	.086
6	(C2) Um dos nossos grandes problemas é o facto de haver cada vez mais gente de raças e países diferentes a querer viver no nosso país.	2.29	1.10	24.9	40.2	22.2	6.5	6.1	.163	.646
7	(C2) Os estrangeiros que querem viver no nosso país deveriam ser obrigados a adoptar os nossos costumes, valores culturais e regras sociais.	2.19	1.07	27.2	41.0	23.6	4.4	3.8	.245	.555
8	(C2) Não deveríamos dar tanta atenção e importância aos valores culturais dos estrangeiros que vivem no nosso país.	2.16	1.00	28.2	40.6	19.7	6.5	5.0	.135	.515

(*) Item com pontuação invertida

A pontuação na *Escala de Conservadorismo Social* pode variar entre 8 e 40. O valor médio da pontuação obtida na nossa amostra é de 20.38 (DP = 6.03). Na subescala *C1- Comportamento individual*, em que a pontuação pode variar entre 5 e 25, a pontuação média da nossa amostra é de 13.73 (DP = 4.58) e na subescala *C2- Imigração*, onde os resultados também podem variar de 3 a 15, a média é de 6.65 (DP = 2.40).

A análise da consistência interna da *Escala de Conservadorismo Social* obtém um alfa de .79 e uma média de correlações inter-item de .310, enquanto para as subescalas C1 e C2 esses valores são de .77 e .400 e de .63 e .359, respectivamente.

4.5.4.4 LIBERALISMO ECONÓMICO

O objectivo desta escala é avaliar a posição dos sujeitos face à intervenção reguladora do Estado em três áreas da vida económica: regulação legislativa, protecção social e prestação de serviços públicos. Os dados recolhidos no estudo preliminar permitiram-nos reduzir o número de itens da escala inicial de dezoito para cinco e identificar apenas um factor. Os resultados obtidos neste estudo confirmam a estrutura uni-factorial da escala, conforme se pode verificar pelos dados apresentados no **Quadro 4.16**, onde se listam as saturações factoriais e se apresenta a média, o desvio-padrão e a percentagem de respostas em cada nível da variável nos cinco itens da escala. O único factor que atinge valores próprios superiores a 1 explica 44.6% da variabilidade total. Verifica-se que a matriz de intercorrelações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (Bartlett $\chi^2 = 838.063$, $p > .01$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .74 para as cinco variáveis).

Quadro 4.16 - Escala de Liberalismo Económico – Itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais (solução final de um factor com valores próprios > 1).

		M	DP	% de respostas em cada um dos níveis da variável (N=1116)					Factor
				1	2	3	4	5	
1	(L) A única responsabilidade social de uma empresa deve ser a de dar lucro aos seus accionistas.	2.00	1.00	35,4	40,7	16,4	3,9	3,6	.703
2	(L) A principal função da escola é preparar os jovens para o mercado de emprego.	3.33	1.03	5,2	12,5	39,6	29,2	13,4	.658
3	(L) É mais importante controlar o défice orçamental do que diminuir o desemprego.	2.50	.96	15,6	33,8	39,6	7,4	3,6	.501
4	(L) A globalização da economia é importante para melhorar o nível de vida das pessoas.	3.25	.93	4,9	9,9	49,6	26,5	9,1	.453
5	(L) A caridade é o melhor meio de ajudar as pessoas realmente desprotegidas.	2.50	1.22	23,4	30,8	27,6	8,3	9,9	.448

A escala consiste num conjunto de afirmações que são apresentadas aos sujeitos, pedindo-lhes que indiquem, utilizando uma escala de cinco pontos, o grau em que estas correspondem às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Os valores extremos da

escala de resposta são *Completamento em desacordo* e *Completamento de acordo*. As pontuações mais elevadas indicam maior *Conservadorismo*.

A pontuação na *Escala de Liberalismo Económico* pode variar entre 5 e 25. O valor médio da pontuação obtida na nossa amostra é de 13.58 (DP= 3.41). A análise da consistência interna da escala obtém um alfa de .68 e uma média de correlações inter-item de .30.

4.5.5 PERCEPÇÃO SOCIAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS

A representação que os sujeitos têm dos partidos políticos é avaliada através da identificação de um campo semântico em relação a cada um dos partidos políticos, da relação que os sujeitos estabelecem entre os partidos políticos e grupos sociais e do posicionamento dos partidos em função de atitudes e valores políticos.

4.5.5.1 DIFERENCIAL SEMÂNTICO

O objectivo desta escala é o de avaliar atitudes dos sujeitos inquiridos através da identificação de um campo semântico que represente a dimensão conotativa das respostas dos sujeitos em relação a cada um dos partidos políticos. Para o efeito, cada partido foi avaliado usando seis pares de adjectivos opostos, tendo os sujeitos inquiridos usado uma escala de sete pontos para assinalar a sua opinião em relação ao grau de proximidade do partido em avaliação com cada um dos extremos do par de adjectivos.

Os adjectivos utilizados foram seleccionados de forma a garantir a existência de um par de adjectivos para cada um dos três factores identificados nos estudos originais sobre a aplicação desta metodologia: *Poder*, *Avaliação* e *Actividade* (Osgood, Suci, & Tannebaum, 1957, pp. 104-124). Para o efeito seleccionámos os pares de adjectivos Forte/Fraco (*Poder*), Bom/Mau (*Avaliação*) e Activo/Passivo (*Actividade*) usados num estudo sobre as eleições presidenciais americanas de 1952 (Osgood, Suci, & Tannebaum, 1957, pp. 104-124). Considerando a natureza da avaliação em causa, acrescentámos a esta escala mais três pares de adjectivos, um por cada um dos factores — Justo/Injusto (*Avaliação*), Firme/Condescendente (*Poder*) e Dinâmico/Estático (*Actividade*).

Os resultados obtidos confirmam a associação dos pares de adjectivos à estrutura factorial identificada por Osgood et al. (1957), uma vez que a análise factorial associa os pares Firme/Condescendente e Forte/Fraco num factor (*Poder*), os pares Justo/Injusto e Bom/Mau num segundo factor (*Avaliação*) e, por último, os pares Activo/Passivo e

Dinâmico/Estático num terceiro factor (*Actividade*)²⁸ (**Quadro 4.17**). O primeiro factor, com um valor próprio de 3.330, explica 55.5% da variância, o segundo, com um valor próprio de 1.093, 18.2% e o terceiro, com um valor próprio de .772, explica 12.9%²⁹.

Quadro 4.17 - Resultados da análise factorial (solução final de três componentes com rotação Varimax) da escala de Diferencial Semântico.

	Pares de adjectivo	Componente		
		Poder	Avaliação	Actividade
1	Firme - Condescendente	.808	.214	.204
2	Forte - Fraco	.806	.331	.146
3	Justo - Injusto	.260	.822	.228
4	Bom - Mau	.308	.760	.242
5	Activo - Passivo	.145	.159	.795
6	Dinâmico - Estático	.172	.242	.762

4.5.5.2 REPRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE GRUPOS SOCIAIS E OS PARTIDOS POLÍTICOS

A ligação que os sujeitos estabelecem entre grupos sociais e partidos políticos foi avaliada através da Questão 3.2 onde se solicitava que indicassem o partido político a que pertence/simpatiza a maioria dos jovens, reformados, mulheres, homens, ricos, pobres, intelectuais, artistas, quadros superiores, quadros médios, técnicos especializados, empregados dos serviços, comércio e administrativos, operários, trabalhadores não qualificados, domésticas, pessoas religiosas, ateus, extremistas e moderados. As respostas mostram que o PS, o PSD-PPD e o PCP são partidos que os sujeitos percebem como tendo ligações muito fortes a grupos sociais específicos. Nenhum daqueles grupos sociais é percebido como tendo ligações maioritárias com o CDS-PP ou com o BE.

A maioria dos sujeitos indica que o grupo dos empregados dos serviços, do comércio e administrativos (70.3%), dos quadros médios (68.5%), dos técnicos especializados (65.8%), das mulheres (62.2%), dos moderados (58.2%), das domésticas (52.9%) e dos homens (51.3%) pertence ou simpatiza com o PS; que os grupos dos ricos (71.8%) e dos

²⁸ Para efectuarmos esta análise a base de dados foi transformada de forma a constituir uma nova base em que as *variáveis* eram os pares de adjectivos, e os *casos* as respostas que cada sujeito deu, nessas variáveis, na avaliação de cada um dos cinco partidos. Desta forma a base era constituída por 5580 casos (1116 sujeitos x cinco respostas – uma por cada partido) e seis variáveis (seis pares de adjectivos – Justo/Injusto; Bom/Mau; Forte/Fraco; Dinâmico/Estático; Activo/Passivo; Firme/Condescendente).

²⁹ A organização estrutural agrupando os pares de adjectivos em torno destes três factores – Poder, Avaliação e Actividade – também se verifica na análise, em separado, dos resultados da aplicação da escala de diferencial semântico a cada um dos cinco partidos.

quadros superiores (61.8%) pertence ou simpatiza com o PSD-PPD; e que os grupos dos operários (76.8%) e dos ateus (56.8%) pertence ou simpatiza com o PCP. Em relação aos grupos dos jovens, reformados, pobres, intelectuais, artistas, trabalhadores não qualificados, pessoas religiosas e extremistas, a indicação da sua pertença ou simpatia a um partido é dispersa e nenhum partido obtém, em cada um destes grupos, mais de 50% das indicações de pertença/simpatia.

4.5.5.3 *POSICIONAMENTO DOS PARTIDOS EM RELAÇÃO A ATITUDES E VALORES POLITICOS*

O posicionamento dos partidos em relação a atitudes e valores políticos foi avaliado pedindo aos sujeitos que sequenciassem os partidos políticos em relação ao seu grau de conservadorismo social e de autoritarismo, à religiosidade dos seus membros e simpatizantes e ao grau de intervencionismo económico das suas propostas e, por último, em relação ao seu posicionamento ideológico no eixo esquerda/direita.

Nos resultados obtidos, três sequências são coincidentes — as que se referem ao conservadorismo social, à religiosidade e à ordenação esquerda/direita — e vão no sentido de associar o partido mais conservador ao partido mais à direita e o menos conservador ao partido mais à esquerda. Nestes casos a sequência definida pela maioria das respostas organiza os partidos, do mais conservador e mais à direita, ao menos conservador e mais à esquerda, da seguinte forma: CDS-PP, PSD-PPD, PS, PCP e BE. No que se refere ao autoritarismo a sequência definida pela maioria dos sujeitos considera o CDS-PP o partido mais autoritário, seguido do PCP, do PSD-PPD, do PS e, por último, do BE. Em relação à avaliação do liberalismo económico, o partido considerado mais intervencionista do ponto de vista económico foi o PS, seguido do PCP, PSD-PPD, BE e CDS-PP.

CAPÍTULO V — IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E OPÇÃO DE VOTO

5.1 OBJECTIVOS, HIPÓTESES E MEDIDAS

Neste primeiro estudo pretendemos evidenciar que existe uma grande estabilidade nos resultados eleitorais e que essa estabilidade se deve ao facto de o sentido de voto dos eleitores ser fortemente influenciado pela sua identificação partidária. Se não se verificar esta condição de estabilidade, dificilmente se conseguirá defender que uma variável psicossocial como a identificação partidária, entendida como o sentimento de pertença e de ligação psicológica a um grupo social específico (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Green, Palmquist, & Schickler, 2002; Campbell, Munro, Alford, & Campbell, 1986), tem alguma influência de relevo na definição do comportamento eleitoral. No entanto, a tese principal que pretendemos defender não é essa. O nosso principal objectivo é tornar evidente que a identificação partidária também desempenha um papel de relevo na explicação do comportamento dos sujeitos que mudam a sua opção e votam noutro partido que não aquele com que se identificam.

Como tivemos oportunidade de rever no Capítulo II, a principal fragilidade que se aponta ao modelo psicossocial do comportamento eleitoral é precisamente a sua dificuldade em explicar as razões que levam eleitores que se identificam com um partido a votar noutro. Por sua vez, no Capítulo III, defendemos que é a categorização intergrupos que torna significantes as normas e valores colectivos que orientam o comportamento dos indivíduos nas relações intra e intergrupos e, também, por consequência, nas situações eleitorais. Nesta perspectiva, as relações entre grupos organizam-se em três níveis que se articulam e influenciam mutuamente: o nível comportamental, o nível avaliativo e o nível das representações (Amâncio, 2002). Aquilo que agora se pretende é tornar evidente, ao nível comportamental, isto é, nas opções de voto concretas dos sujeitos nas eleições, que a identificação partidária desempenha um papel, não apenas na estabilidade das escolhas eleitorais, mas também na definição e organização do campo de alternativas que se colocam aos sujeitos que mudam a sua opção de voto. Trata-se de evidenciar que nas situações em que o eleitor altera a sua opção de voto, o faz pela existência de um processo de adequação relativa que lhes permite verificar em cada situação qual a categoria que melhor potencia as diferenças intercategoriais em relação às diferenças intracategoriais

(Turner, 1985). Na maioria das situações eleitorais existe uma adequação normativa entre as especificidades de uma eleição e o partido que constitui o núcleo central da identificação partidária, o que explica a estabilidade das opções eleitorais. Quando não existe essa adequação os sujeitos procuram categorizações alternativas que melhor se ajustem à situação. Essas categorizações opcionais devem articular-se entre si, em cada sujeito, de forma coerente, constituindo componentes de uma mesma identidade social (Hogg, 1996; Reynolds, Turner, & Haslam, 2003). Aquilo que pretendemos demonstrar é, pois, que a identificação partidária fornece ao sujeito não apenas uma única possibilidade de categorização, mas a articulação coerente de categorizações alternativas, ou seja, de opções eleitorais.

Para a concretização deste objectivo iremos, na primeira parte deste primeiro estudo, avaliar o papel da identificação partidária em Portugal, nomeadamente saber se esta variável tem a influência que os estudos realizados noutros países já identificaram, isto é, saber se ela permite prever a opção de voto maioritária dos eleitores e, numa segunda parte, testar um modelo que pretende definir igualmente a influência da identificação partidária nas escolhas eleitorais dos sujeitos quanto estes alteram o seu voto em relação a eleições anteriores. Pretende-se testar um modelo que explica as alterações no sentido de voto — e prevê o sentido dessas novas opções —, em função da identificação partidária dos eleitores. Assim, a primeira hipótese é definida da seguinte forma:

Hipótese 1 - Nas eleições para a Assembleia da República a maioria dos eleitores age de acordo com a sua opção na última eleição para este órgão, ou seja, os que votaram num determinado partido político numas eleições votam nesse partido na eleição seguinte, os que votaram em branco ou nulo fazem-no de novo e os que se abstiveram voltam a abster-se.

De acordo com a literatura revista anteriormente, a estabilidade eleitoral tem implícita a existência de factores de longo prazo que definem a identidade partidária do eleitor e que explicam as razões pelas quais o comportamento eleitoral se mantém estável de eleição para eleição (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Green, Palmquist, & Schickler, 2002; Miller W. E., 2001; 1991; Miller & Shanks, 1996). Nesta perspectiva, a nossa segunda hipótese relaciona a estabilidade eleitoral com a identificação dos eleitores aos partidos políticos e estabelece a influência desta variável na opção de voto, da seguinte forma:

Hipótese 2 - Existe uma forte relação entre o comportamento dos sujeitos numa eleição para a Assembleia da República e a sua identificação com um dos partidos políticos, sendo possível diminuir significativamente o erro na previsão do sentido de voto dos eleitores sabendo à partida qual a sua identificação partidária.

Se a identificação partidária funcionar como mecanismo de estabilidade eleitoral é de esperar que os sujeitos que se identificam com um partido político definam a sua opção eleitoral com uma antecedência temporal muito superior à que caracteriza os sujeitos independentes. Existem vários estudos que mostram que o tempo de decisão é uma variável relacionada com os efeitos das campanhas eleitorais nas opções dos sujeitos. Autores como Berelson et al. (1954), Lazarsfeld et al. (1944) e Campbell (1960) defendem que a maioria dos eleitores já se decidiu antes do início da campanha, enquanto outros, como Chaffee e Rimal (1996) ou Fournier et al. (2004), defendem que existem grupos significativos de eleitores cuja opção de voto é definida apenas durante o período da campanha eleitoral. De acordo com os pressupostos teóricos revistos na primeira parte desta dissertação, espera-se que os sujeitos com identificação a um partido político façam, na sua maioria, as suas opções antes mesmo do período de campanha eleitoral. Esta previsão está traduzida na hipótese:

Hipótese 3 - Os eleitores que se identificam com um partido político tendem a definir a sua opção eleitoral com maior antecedência em relação à data da votação do que os eleitores independentes (sem simpatia por nenhum partido político).

Se a identificação partidária agir no sentido de influenciar o comportamento eleitoral dos sujeitos, então é de supor, também, que sujeitos com diferentes identificações partidárias e sujeitos sem identificação partidária se diferenciem entre si em função dos motivos que os levam a votar num determinado partido, a alterar a sua opção eleitoral e/ou a abster-se. Se aceitarmos que a identificação partidária é, tal como a definem os autores identificados com esta abordagem teórica (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Campbell, Munro, Alford, & Campbell, 1986; Green & Gerber, 2004; Green, Palmquist, & Schickler, 2002; Miller W. E., 2001; Miller & Shanks, 1996), o estabelecimento de um vínculo afectivo entre um sujeito e um partido político e, simultaneamente, de relações de proximidade e/ou afastamento em relação aos outros partidos, então é de supor que os sujeitos com identificação partidária assentem a sua decisão de votar num determinado partido em razões de natureza afectiva, e que os independentes o façam essencialmente com base em

razões de natureza política ou de interesse pessoal. Esta hipótese tem subjacente a aceitação de que os sujeitos com identificação partidária estabelecem com os fenómenos políticos, nomeadamente com as eleições, uma relação fortemente influenciada por variáveis de natureza afectiva, e que essa característica os diferencia dos sujeitos independentes, cuja relação com a política é de natureza mais distante e racional. Nesta perspectiva,, a quarta hipótese deste estudo é a seguinte:

Hipótese 4a - Os eleitores que se identificam com um partido político diferenciam-se dos eleitores independentes nos motivos que os levam a votar num determinado partido, a alterar a sua opção de voto e/ou a abster-se;

Hipótese 4b - Os eleitores que se identificam com um partido político sustentam a sua decisão de votar num determinado partido, de alterar a sua opção e/ou de abster-se, em razões de natureza afectiva, enquanto os independentes sustentam a mesma decisão em razões de natureza política geral ou de interesse pessoal;

A identificação partidária, sendo uma variável importante na definição do comportamento eleitoral dos sujeitos, não se confunde, no entanto, com a opção de voto numa determinada eleição. É possível que um eleitor se identifique com um partido político mas que, numa eleição em concreto, opte por votar noutro partido, votar em branco ou nulo ou mesmo abster-se. Esta escolha, aparentemente divergente em relação à sua identificação partidária e influenciada por factores específicos de cada acto eleitoral é limitada a um conjunto de opções compatíveis com a identidade partidária do sujeito e que não a coloquem, de forma irremediável, em causa. Por exemplo, um sujeito que tenha votado no partido com que se identifica, mas que não esteja satisfeito com o modo como esse partido se posiciona em relação aos temas salientes na eleição seguinte, poderá vir a escolher outra opção que não seja votar de novo nesse partido. Nesta situação ele dispõe à partida de um conjunto vasto de opções alternativas — todos os outros partidos concorrentes, voto branco ou nulo ou ainda a abstenção — mas, de facto, essas alternativas não serão encaradas com o mesmo grau de probabilidade e algumas delas não serão sequer consideradas como opções, independentemente de quem venham a ser os candidatos ou as propostas que esses partidos apresentem e defendam para o país. Esta limitação do campo de opções constitui um enviesamento que impede os eleitores de ponderar todas as

alternativas, considerando, *a priori*, algumas delas como mais prováveis e outras como inaceitáveis. Parece, pois, que a identificação partidária influencia o comportamento eleitoral de várias formas: num primeiro nível definindo a opção eleitoral preferencial e num segundo nível — que é mobilizado no caso de a primeira escolha não ser, por motivos conjunturais próprios da eleição em causa, adequada —, actua na delimitação do campo das opções de segunda escolha, garantindo a sua articulação e compatibilidade psicológica com a identidade política do sujeito. Ou seja, a identidade política do sujeito, traduzida numa identificação partidária, não se limita à definição de um endogrupo, mas define um modelo de relação intergrupual onde os restantes partidos são discriminados de formas diferentes, tal como preconizam os autores identificados com as investigações sobre a autocategorização (Abrams & Hogg, 1990; Abrams, Wetherell, Cochrane, Hogg, & Turner, 2001; Hogg, 2005; Oakes, 1987; Oakes, Haslam, & Reynolds, 1999; Oakes, Haslam, & Turner, 1994). A identificação partidária é, pois, uma organização do campo político eleitoral dos sujeitos que inclui um *núcleo central*, constituído pelo partido com o qual se identificam, e *opções secundárias*, constituída por outros partidos políticos que, numa dada circunstância, podem vir a ser considerado como potenciais opções eleitorais alternativas ao partido do *núcleo central*. Nalguns casos existe uma proximidade muito grande entre a probabilidade de votar no partido que constitui o *núcleo central* da identificação partidária e a probabilidade de o fazer num partido que se considera como segunda escolha. Esta situação, em que existe uma *identificação competitiva*, ou seja, em que a identidade partidária é instável e a probabilidade de mobilidade eleitoral bastante acentuada, pode colocar em perigo a manutenção da actual identificação partidária dos sujeitos e dar origem a um processo de mobilidade e de realinhamento da sua identificação partidária. Por outro lado, os partidos que não são considerados no núcleo central ou como opção secundária são fortemente discriminados e a diferenciação intercategorial é de tal modo acentuada que eles são excluídos do campo das opções eleitorais dos sujeitos, constituindo uma *zona de exclusão*.

Passando do nível individual para o dos grupos de sujeitos com a mesma identificação partidária, é de supor que, num grupo de sujeitos que se identificam com o mesmo partido, pode haver sujeitos com *identidades partidárias secundárias* diferentes. A existência, dentro do grupo de sujeitos que se identificam com um partido, de subgrupos com *identidades partidárias secundárias* diferentes influencia, em função da sua dimensão relativa, o comportamento típico desse grupo. Este facto faz com que as *identidades partidárias secundárias* de um grupo que se identifica com um partido estejam organizadas em dois níveis distintos: um englobando os partidos que correspondem às

segundas escolhas de subgrupos maioritários dentro dos sujeitos que se identificam com esse grupo partidário e que, por essa razão, são escolhas secundárias que podem ocorrer mais frequentemente nesse grupo e, um segundo nível, com os partidos que constituem identidades partidárias secundárias de um subgrupo minoritário que, conseqüentemente, podem ocorrer com menor frequência quando se considera o conjunto dos sujeitos que se identificam com o partido em causa. Esta relação não é, no entanto, linear, uma vez é de esperar que as razões (de natureza conjuntural) que podem levar os sujeitos a optar por votar em partidos que constituem identidades partidárias secundárias não afectam todos os sujeitos e partidos da mesma forma, ao mesmo tempo e no mesmo sentido.

Os partidos que se encontram no centro do espectro eleitoral são aqueles que, por definição, são capazes de congregar um maior número de diferentes sensibilidades e, por essa razão, são também aqueles em que existem, entre os sujeitos que com eles se identificam, maior número de subgrupos com identidades partidárias secundárias diferentes. Da mesma forma, os partidos que se encontram nos extremos serão aqueles em que os subgrupos de sujeitos com identidades partidárias secundárias são menores. À medida que os grupos se afastam do centro político eleitoral, o número de identidades alternativas tem tendência a reduzir-se pela passagem de algumas dessas potenciais identidades secundárias para a *zona de exclusão*. Nas situações extremas, poderemos encontrar grupos em que o campo de opções políticas se limita ao seu *núcleo central* — o partido com que se identificam —, e em que todos os outros partidos se situam na *zona de exclusão*. Nesta perspectiva,, os partidos do centro político eleitoral serão, também, aqueles que não estão incluídos nas *zonas de exclusão* dos outros grupos e que, por essa razão, figuram como identidades alternativas potenciais entre um maior número de eleitores de outros partidos. Por oposição, os partidos dos extremos políticos eleitorais serão aqueles que estão incluídos nas *zonas de exclusão* de um maior número de eleitores e, por essa razão, menos susceptíveis de recolherem votos fora do núcleo dos eleitores para quem este partido é a identidade partidária central. Os partidos com uma *zona de identidade competitiva* em relação a outro partido enfrentam momentos críticos para a sua existência como entidades autónomas.

Estes pressupostos levam-nos a prever que o comportamento eleitoral dos sujeitos será influenciado pela sua identificação partidária da seguinte forma:

Hipótese 5 – Numa situação eleitoral as categorias acessíveis aos sujeitos estão organizadas num campo político eleitoral constituído por uma identidade partidária central, que consiste na categoria que se adequa mais

frequentemente às situações eleitorais, por identidades partidárias secundárias que constituem categorias susceptíveis de serem usadas em situações eleitorais específicas e menos frequentes e, ainda, por categorias que constituem, qualquer que seja a situação eleitoral, exogrupos que, por essa razão, se incluem numa zona de exclusão;

Partindo desta hipótese iremos analisar a capacidade deste modelo na descrição do comportamento eleitoral dos sujeitos da nossa amostra nas últimas três eleições para a Assembleia da República, ou seja, aquelas em que todos os actuais cinco principais partidos políticos concorreram. Para o efeito iremos identificar o campo político eleitoral dos sujeitos independentes e dos grupos de sujeitos que se identificam com cada um dos partidos políticos e verificar se os resultados nestas três eleições se adequam às previsões do modelo.

5.2 RESULTADOS

5.2.1 ESTABILIDADE NAS OPÇÕES ELEITORAIS

5.2.1.1 *ESTABILIDADE DAS OPÇÕES ELEITORAIS NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA*

Hipótese 1 - Nas eleições para a Assembleia da República a maioria dos eleitores age de acordo com a sua opção na última eleição para este órgão, ou seja, os que votaram num determinado partido político numas eleições votam nesse partido na eleição seguinte, os que votaram em branco ou nulo fazem-no de novo e os que se abstiveram voltam a abster-se.

Para testar esta hipótese recorreremos ao registo das opções de voto dos sujeitos nas eleições para a Assembleia da República realizadas em 2005, 2002, 1999, 1995 e 1991 (Questão 4.22/ itens 1 a 5). Considerando que nos interessa analisar o grau de coincidência, não apenas entre eleições consecutivas, mas, também, ao longo de todo o período que vai de 1991 a 2005, construímos cinco novas variáveis: CONG_VOT_1991_1995, CONG_VOT_1995_1999, CONG_VOT_1999_2002 e CONG_VOT_2002_2005, agrupando os sujeitos que tiveram o mesmo comportamento eleitoral nas eleições de 1991 e 1995, de 1995 e 1999, de 1999 e 2002 e de 2002 e 2005 e

CONG_VOT_1991_2005, CONG_VOT_1995_2005 e CONG_VOT_1999_2005 identificando, respectivamente, os sujeitos que agiram sempre da mesma forma ao longo das últimas cinco, quatro e três eleições para a Assembleia da República.

O teste desta hipótese foi feito através do estudo da associação entre as opções eleitorais de cada sujeito em cada um dos pares de eleições adjacentes, eleições de 1991 e de 1995, de 1995 e de 1999, de 1999 e de 2002 e, por último, eleições de 2002 e de 2005. Tratando-se de variáveis nominais fomos testar a sua associação através de uma medida de redução proporcional do erro — *tau* de Goodman e Kruskal —, que mede a proporção de variação de uma variável nominal atribuível a outra, usando nessa previsão as proporções observadas em cada nível da variável independente ³⁰ (Andrews, Klem, Davidson, O'Malley, & Rodgers, 1981, p. 9; Norusis, 2005, pp. 178-179).

Quadro 5.1 - Coerência na opção eleitoral dos sujeitos ao longo das últimas cinco eleições para a Assembleia da República (1991, 1995, 1999, 2002 e 2005)

Comportamento eleitoral	Eleições Legislativas			
	De 1991 a 2005	De 1995 a 2005	De 1999 a 2005	De 2002 a 2005
	%	%	%	%
Mesma opção eleitoral em todas as eleições	44.7	47.9	52.3	65.4
Pelo menos uma opção eleitoral diferente numa das eleições	55.3	52.1	47.7	34.6
TOTAL	n 750	820	918	1023
	% 100	100	100	100

Dos 1116 sujeitos da amostra, 750 (67.2%) responderam às cinco questões relativas à opção de voto nas eleições legislativas de 2005, 2002, 1999, 1995 e 1991, assinalando, em todas elas, uma das seguintes alternativas: voto num dos partidos políticos, voto em branco ou nulo ou abstenção. Destes 750 sujeitos, 335 (44.7%) assinalaram sempre a

³⁰ As medidas de redução proporcional do erro como, por exemplo, o Coeficiente *Lambda* e o *tau* de Goodman-Kruskal, são alternativas ao teste do Chi-quadrado e baseiam-se na comparação do erro produzido quando não existe informação adicional com o erro obtido quando uma variável é usada para prever outra. Contrariamente ao coeficiente *Lambda*, que faz previsões com base na categoria que ocorre com mais frequência, o *tau* de Goodman e Kruskal faz as previsões com base na proporção observada para cada categoria (Andrews, Klem, Davidson, O'Malley, & Rodgers, 1981, p. 9; Norusis, 2005, pp. 178-179). Se for possível prever na perfeição o valor da variável dependente (no nosso caso, o voto) sabendo qual o valor da variável independente (identificação partidária), o valor de *tau* (τ) será igual a 1. Se as duas variáveis forem completamente independentes o valor de *tau* será igual a 0.

mesma resposta nos cinco actos eleitorais realizados neste período³¹ e 415 (55.3%) assinalaram, pelo menos numa das eleições, uma opção diferente daquela que tiveram nos outros actos eleitorais. Ou seja, 44.7% dos sujeitos que responderam a estas cinco questões manifestaram ter sempre a mesma opção eleitoral nos últimos 14 anos. Se considerarmos apenas as quatro eleições mais recentes (1995, 1999, 2002 e 2005), a percentagem de sujeitos com a mesma opção eleitoral em todas elas sobe para 47.9%, sendo de 52.3% quando só se consideram as últimas três eleições (1999, 2002 e 2005), e de 65.4% quando as eleições consideradas são unicamente as de 2002 e 2005 (cf. **Quadro 5.1**).

5.2.1.2 ESTABILIDADE DAS OPÇÕES ELEITORAIS EM ELEIÇÕES CONSECUTIVAS

Para além da evidência que resulta de uma grande percentagem de sujeitos manter a mesma opção eleitoral ao longo de vários anos — desde 44.7%, quando consideramos os últimos 14 anos (1991 a 2005) e as cinco eleições que ocorreram nesse período, até aos 65.4%, quando consideramos apenas os últimos três anos (2002 a 2005) e as duas eleições ocorridas nesse intervalo — também a análise do comportamento eleitoral dos sujeitos em eleições consecutivas, isto é, o estudo das opções eleitorais numa eleição tendo por referência o comportamento dos mesmos sujeitos na eleição imediatamente anterior, nos permite concluir que estas duas variáveis não são independentes, ou seja, que as respostas dos sujeitos nessas duas situações não resulta de uma mera distribuição proporcional entre o número de combinações possíveis face às opções eleitorais disponíveis.

Cruzando os dados referentes aos indivíduos que apresentam respostas válidas às questões relativas a duas eleições consecutivas (2005 e 2002, 2002 e 1999, 1999 e 1995, 1995 e 1991), ou seja, considerando apenas os sujeitos que nas duas eleições em causa votaram num dos partidos, votaram branco ou nulo ou que se abstiveram, verifica-se que, nas eleições de 2005, 663 (65.4%) sujeitos fizeram a mesma opção eleitoral que já tinham feito nas eleições de 2002; em 2002, 599 (66.0%) agiram da mesma forma que haviam feito em 1999; em 1999, 626 (75.5%) fizeram as mesmas escolhas que haviam feito nas eleições de 1995; e, em 1995, 569 (75.1%) optaram pelas mesmas alternativas eleitorais que já haviam preferido em 1991. Esta estabilidade eleitoral verifica-se, em maior ou

³¹ Apenas se analisaram as eleições para a Assembleia da República.

menor grau, em todos os partidos políticos. No que respeita ao BE, 60.7% dos que votaram neste partido em 1999 voltaram a votar no BE em 2002 e 57.4% dos que o fizeram em 2002 voltaram a fazê-lo em 2005 ³². Em relação ao CDS-PP, 100% dos sujeitos que votaram CDS-PP em 1991 voltaram a votar em 1995, 53.3% dos que votaram em 1995 votaram de novo no mesmo partido em 1999, 37.5% do que votaram em 1999 repetiram a mesma opção em 2002 e 44.2% dos que votaram em 2002 voltaram a votar neste partido em 2005. No que concerne ao PCP, 81.3% dos seus eleitores de 1991, são os mesmos de 1995, 83.3% dos que votaram em 1995 voltaram a fazer a mesma escolha em 1999, 50% dos que o fizeram em 1999 repetiram a mesma votação em 2002 e, 74.2% dos que votaram em 2002, voltaram a fazê-lo em 2005. Entre os eleitores do PS, 90.4% dos que votaram em 1991 voltaram a votar no PS em 1995, 76.1% dos que votaram em 1995 repetiram a votação em 1999, 66.4% dos que votaram neste partido em 1999 voltaram a votar em 2002 e 77.6 % daqueles que o fizeram em 2002, votaram de novo em 2005. Por último, em relação aos eleitores do PSD-PPD, 63.9% dos que votaram neste partido em 1991 votaram de novo em 1995, 88.6% daqueles que em 1995 votaram PSD_PPD repetiram essa votação em 1999, 83.7% dos eleitores do PSD-PPD de 1999 repetiram essa opção em 2002 e , 62.6% daqueles que votaram em 2002 voltaram a votar PSD-PPD em 2005 (cf. **Quadro 5.2, Quadro 5.3, Quadro 5.4 e Quadro 5.5**)

Quadro 5.2 – Coerência entre as opções de voto nas eleições legislativas de 2005 e 2002 (N = 1013).

	Em 2002 votou	Em 2005 votou								Total	
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%
BE	%	57.4	1.0	4.0	29.7		1.0		6.9	101	100.0
CDS-PP	%		44.2			50.0		5.8		52	100.0
PCP	%	13.6		74.2	7.6			4.5		66	100.0
PS	%	11.2	1.2	1.8	77.6	3.3		.6	4.2	331	100.0
PSD-PPD	%	2.7	8.7		19.2	62.6		2.7	4.0	401	100.0
Outro	%					33.3	33.3		33.3	6	100.0
BR/N	%	11.1			44.4			44.4		9	100.0
ABST	%	23.4			25.5	8.5		2.1	40.4	47	100.0
Total	n	127	63	59	385	294	3	24	58	1013	
	%	12.5	6.2	5.8	38.0	29.0	.3	2.4	5.7		100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

³² O BE só foi constituído em 1998, não participando, portanto, nas eleições de 1995 e de 1991.

Quadro 5.3 - Coerência entre as opções de voto nas eleições legislativas de 2002 e 1999 (N = 908).

Em 1999 votou	Em 2002 votou									Total	
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%
BE	%	60.7		7.1	28.6	3.6				28	100.0
CDS-PP	%	2.1	37.5			60.4				48	100.0
PCP	%	22.8	3.3	50.0	17.4				6.5	92	100.0
PS	%	9.7		3.5	66.4	15.1	.5	.8	4.0	372	100.0
PSD-PPD	%	2.3	3.3		7.5	83.7		.3	2.9	306	100.0
Outro	%	50.0			25.0		25.0			4	100.0
BR/N	%	42.1			5.3	21.1	5.3	21.1	5.3	19	100.0
ABST	%	5.1	25.6	2.6	23.1	15.4		2.6	25.6	39	100.0
Total	n	94	41	62	305	352	4	9	41	908	
	%	10.4	4.5	6.8	33.6	38.8	.4	1.0	4.5		100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Quadro 5.4 - Coerência entre as opções de voto nas eleições legislativas de 1999 e 1995 (N = 829).

Em 1995 votou	Em 1999 votou									Total	
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%
CDS-PP	%		53.3			33.3			13.3	45	100.0
PCP	%	2.4		83.3	10.7				3.6	84	100.0
PS	%	2.8	2.5	3.3	76.1	11.7	.8	1.3	1.5	393	100.0
PSD-PPD	%		5.3		3.3	88.6		1.6	1.2	246	100.0
Outro	%						100.0			1	100.0
PSR	%	78.6		14.3		7.1				14	100.0
UDP	%	100.0								4	100.0
BR/N	%				40.0	20.0		40.0		10	100.0
ABST	%		3.1	3.1	25.0	31.3		6.3	31.3	32	
Total	n	28	48	86	328	292	4	15	28	829	100.0
	%	3.4	5.8	10.4	39.6	35.2	.5	1.8	3.4		100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Estes dados revelam uma associação estatisticamente significativa entre as opções eleitorais dos sujeitos em eleições consecutivas em todas os pares de eleições estudados. Assim, as opções dos eleitores nas eleições de 2005 estão associadas às opções dos mesmos sujeitos nas eleições de 2002, sendo o valor de *tau* de Goodman e Kruskal igual a .326 ($p \leq .001$) quando consideramos como variável dependente a votação em 2005³³. O

³³ Este valor significa que podemos diminuir em 32.6 % o erro na estimativa do sentido de voto em 2005 se soubermos o valor da opção eleitoral em 2002.

teste de associação entre os resultados eleitorais de 2002 em relação às opções dos mesmos sujeitos nas eleições de 1999, revela um valor de *tau* de Goodman e Kruskal igual a .338 ($p \leq .001$) quando consideramos como variável dependente a votação em 2002.

Também o teste de associação entre as opções eleitorais nas eleições de 1999 em relação às opções dos mesmos sujeitos nas eleições de 1995, encontra um valor de *tau* de Goodman e Kruskal igual a .491 ($p \leq .001$) quando consideramos como variável dependente a votação em 1999. Por último, tal como nos casos anteriores, os dados do nosso estudo também revelam uma associação estatisticamente significativa entre as opções eleitorais nas eleições de 1995 em relação às opções dos mesmos sujeitos nas eleições de 1991, sendo o valor de *tau* de Goodman e Kruskal igual a .449 ($p \leq .001$) quando consideramos como variável dependente a votação em 1995.

Quadro 5.5 - Coerência entre as opções de voto nas eleições legislativas de 1995 e 1991 (N = 758).

	Em 1991 votou	Em 1995 votou									Total	
		CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	PSR	UDP	BR/N	ABST	n	%
CDS-PP	%	100.0									18	100.0
PCP	%		81.3	18.7							75	100.0
PS	%		4.8	90.4	3.3					1.5	272	100.0
PSD-PPD	%	6.5		24.3	63.9		.3		1.5	3.5	341	100.0
Outro	%					100.0					1	100.0
PSR	%		10.5	26.3			52.6			10.5	19	100.0
UDP	%							100.0			4	100.0
BR/N	%								100.0		3	100.0
ABST	%		16.0	44.0	8.0					32.0	8	
Total	n	40	80	359	229	1	11	4	8	26	758	100.0
	%	5.3	10.6	47.4	30.2	.1	1.5	.5	1.1	3.4		100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

5.2.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E OPÇÃO DE VOTO

Hipótese 2 - Existe uma forte relação entre o comportamento dos sujeitos numa eleição para a Assembleia da República e a sua identificação com um dos partidos políticos, sendo possível diminuir significativamente o erro na previsão do sentido de voto dos eleitores sabendo à partida qual a sua identificação partidária.

O teste desta hipótese foi feito recorrendo ao registo das opções de votos dos sujeitos nas eleições para Assembleia da República (Questão 4.22) e do valor de identificação

partidária recolhido na Questão 4.2 (*De um modo vê-se a si próprio como: simpatizante do BE; simpatizante do CDS-PP; simpatizante do PCP; simpatizante do PSD-PPD; simpatizante do PS; Outra opção; Independente*). Tendo em conta que aquilo que nos interessa é analisar o impacte da identificação partidária na opção de voto, esta última variável foi recodificada numa outra (IDENT_PART_5P) que engloba apenas as respostas dos sujeitos que expressam identificação a um dos cinco principais partidos políticos, excluindo, portanto, todos aqueles que, na resposta a esta questão, assinalaram *Outra opção* e *Independente*. Pela mesma razão, apenas consideramos, nos itens relativos ao voto (Questão 4.22), as respostas dos sujeitos que assinalavam uma opção de voto válida (num partido, em branco ou nulo) ou abstenção — excluindo os que não responderam e os que ainda não tinham idade para votar nessas eleições. Usámos ainda as respostas à Questão 4.5 — *A sua simpatia foi sempre por esse partido ou já foi simpatizante de outro partido* — para analisar a estabilidade da identificação partidária.

Tratando-se de variáveis nominais fomos, tal como na hipótese anterior, testar a sua associação através de uma medida de redução proporcional do erro — *tau* de Goodman e Kruskal (Andrews, Klem, Davidson, O'Malley, & Rodgers, 1981, p. 9; Norusis, 2005, pp. 178-179).

Dos 1116 sujeitos que responderam ao nosso questionário, uma maioria significativa — 805 (72.1 %) — identificam-se a si próprios como simpatizantes de um dos cinco principais partidos políticos portugueses: 112 (10.0 %) com o BE, 51 (4.6 %) com CDS-PP, 53 (4.7 %) com o PCP, 326 (29.2 %) com o PSD-PPD e 263 (23.6 %) com o PS. Dos 311 (27.9%) restantes, 284 (25.4 %) declararam-se independentes (sem simpatia por nenhum partido político) e 27 (2.4 %) manifestaram-se como simpatizantes de Outro/s partido/s.

Quadro 5.6 – Estabilidade da Identificação Partidária (N = 805)

Identificação Partidária com um dos cinco principais partidos políticos	A sua simpatia foi sempre por esse partido ou já foi simpatizante de outro partido?		Total	
	Sempre simpatizante do mesmo partido	Já fui simpatizante de outro partido	n	%
BE	21.4	78.6	112	100.0
CDS-PP	62.7	37.3	51	100.0
PCP	75.5	24.5	53	100.0
PSD-PPD	69.9	30.1	326	100.0
PS	68.1	31.9	263	100.0
Total	503	302	805	
	62.5	37.5		100.0

Dos 805 sujeitos com identificação partidária, 503 (62.5 %) afirmam que foram sempre simpatizantes do mesmo partido, enquanto 302 (37.5 %) já tiveram outra identificação partidária. Com exceção do BE, onde um elevado número (78.6 %) dos seus simpatizantes já foi simpatizante de outro partido, verificamos que existe grande homogeneidade na estabilidade da simpatia partidária, traduzida no facto de 75.5% dos simpatizantes do PCP, 69.9% dos simpatizantes do PSD-PPD, 68.1% dos simpatizantes do PS e 62.7% dos simpatizantes do CDS-PP nunca terem alterado a sua simpatia partidária (cf. **Quadro 5.6**).

5.2.2.1 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E OPÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2005

Nas eleições legislativas de 20 de Fevereiro de 2005, 1036 (92.8 %) sujeitos da amostra declararam ter votado: 140 (12.5 %) votaram no BE, 69 (6.2 %) no CDS-PP, 63 (5.6 %) no PCP, 422 (37.8 %) no PS, 315 (28.7 %) no PSD-PPD, 3 (0.3%) noutra partido e 24 (2.2%) votaram Branco ou Nulo. Dos 80 (7.2 %) sujeitos que não votaram, 76 (6.8 %) abstiveram-se e 4 (.4 %) não tinham ainda idade para votar. Cruzando os dados referentes aos 803³⁴ indivíduos que se identificaram com um dos cinco principais partidos políticos portugueses (IDENT_PART_5P) com os resultados da sua opção eleitoral em 2005 (Questão 4.22/ item 1), e aceitando que nenhum destes sujeitos alterou a sua simpatia partidária no período entre essa eleição e a recolha destes dados, verifica-se que a coincidência entre a identificação partidária e o sentido de voto ocorreu em 616 (76.5 %) casos, mais precisamente, em 82 (73.2 %) dos sujeitos identificados com o BE, em 21 (41.2%) dos que se identificam com o CDS-PP, em 46 (88.5 %) dos que se identificam com o PCP, em 230 (87.5 %) dos sujeitos que se identificam com o PS e em 237 (72.7 %), dos sujeitos identificados com o PSD-PPD (cf. **Quadro 5.7**).

Estes dados revelam uma associação estatisticamente significativa entre a identificação partidária e o sentido de voto, sendo o valor de *tau* de Goodman e Kruskal igual a .496 ($p \leq .001$) quando consideramos como variável dependente a votação em 2005³⁵.

³⁴ Foram excluídos os dois sujeitos que, apesar de expressarem identificação com um dos cinco principais partidos políticos, não votaram nas eleições de 2005 por não terem ainda idade.

³⁵ Este valor significa que podemos diminuir em 49.6 % o erro na estimativa do sentido de voto em 2005 se soubermos o valor da identificação partidária.

No entanto, se quisermos ter a certeza que todos os que se afirmam simpatizantes de cada um dos partidos eram, de facto, simpatizantes desse partido à data da eleição considerada, teremos que restringir a nossa análise aos 502 sujeitos que nunca alteraram a sua simpatia partidária (p_405_00) e que votaram em 2005. Neste caso, verifica-se que 393 (78.3 %) sujeitos votaram de forma congruente com a identificação partidária: 16 (66.7 %) dos que se identificam com o BE, 9 (28.1 %) dos que o fazem com o CDS-PP, 37 (94.9 %) dos que se identificam com o PCP, 163 (91.1%) dos que se identificam com o PS e 168 (73.7 %) dos que se identificam com o PSD-PPD (cf. **Quadro 5.8**). A associação entre a identificação partidária e o sentido de voto é mais forte, subindo o valor de *tau* de Goodman e Kruskal para .528 ($p < .001$), quando consideramos como variável dependente a votação em 2005.

Quadro 5.7 – Identificação partidária e opção de voto nas eleições de 2005 (N = 803).

Identificação partidária		Em 2005 votou							Total		
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%
BE	%	73.2			16.1			2.7	8.0	112	100.0
CDS-PP	%		41.2		3.9	41.2		5.9	7.8	51	100.0
PCP	%			88.5	9.6				1.9	52	100.0
PS	%	3.8		1.1	87.5	.4		1.1	6.1	263	100.0
PSD-PPD	%	1.5	7.1		9.8	73.0		1.8	6.8	325	100.0
Total	n	97	44	49	287	259		15	52	803	
	%	12.1	5.5	6.1	35.7	32.3		1.9	6.5		100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Quadro 5.8 – Identificação partidária e opção de voto em 2005, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (N = 502).

Identificação partidária		Em 2005 votou							Total		
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%
BE	%	66.7			16.7				16.7	24	100.0
CDS-PP	%		28.1		6.3	43.8		9.4	12.5	32	100.0
PCP	%			94.9	2.6				2.6	39	100.0
PS	%	4.5			91.1				4.5	179	100.0
PSD-PPD	%	1.8	6.1		8.3	73.7		2.6	7.5	228	100.0
Total	n	28	23	37	189	182		9	34	502	
	%	5.6	4.6	7.4	37.6	36.3		1.8	6.8		100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

5.2.2.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E OPÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1991 A 2002

Repetindo esta análise para os resultados das eleições de 2002, 1999, 1995 e 1991, verificamos que se mantém a associação entre a identificação partidária e o sentido de voto.

Quadro 5.9 – Identificação partidária e opção de voto em 2002, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (N = 458).

Identificação partidária		Em 2002 votou								Total	
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%
BE	%	60.9			17.4		4.3		17.4	23	100.0
CDS-PP	%		55.6		7.4	37.0				27	100.0
PCP	%			97.1	2.9					34	100.0
PS	%	3.6			91.5	2.4			2.4	165	100.0
PSD-PPD	%		2.4		2.4	91.4		1.4	2.4	209	100.0
Total	n	20	20	33	163	205	1	3	13	458	
	%	4.4	4.4	7.2	35.6	44.8	.2	.7	2.8		100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Nas eleições legislativas de 2002 a coincidência entre a identificação partidária e o sentido de voto continua a ser globalmente elevada: 404 (88.2%) sujeitos³⁶ votaram no partido com que se identificam. Mais precisamente, 14 (60.9%) sujeitos identificados com o BE votaram nesse partido, 15 (55.6 %) daqueles que se identificam com o CDS-PP votaram no CDS-PP, 33 (97.1%) sujeitos que se identificam com o PCP, votaram nesse partido, 151 (91.5%) dos que se identificam com o PS votaram no PS e 191 (91.4 %) sujeitos que se identificam com o PSD-PPD votaram no PSD-PPD, (cf. **Quadro 5.9**). Estes dados revelam uma associação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis. Considerando a votação em 2002 (Questão 4.22/ item 2) como variável dependente, o valor de *tau* de Goodman e Kruskal é de .703 ($p \leq .001$).

Nas eleições de Outubro de 1999 o cruzamento das duas variáveis mostra que a coincidência entre a identificação partidária e o sentido de voto continua a ser bastante

³⁶ Para a análise das eleições de 17 de Março de 2002 usámos 458 sujeitos, uma vez que dos 1116 sujeitos da amostra só se consideraram os 503 sujeitos que se identificam com um dos cinco principais partidos políticos, sendo ainda excluídos destes aqueles que, nessa altura, ainda não tinham idade para votar e os que não responderam ou responderam “Não se lembra” na questão relativa ao sentido do seu voto em 2002 e os que, identificando-se com um dos cinco principais partidos políticos, já foram, no entanto, simpatizantes de outros partidos.

relevante, uma vez que 369 (90.2 %) sujeitos³⁷ votaram no partido com que se identificam. (cf. **Quadro 5.10**).

Quadro 5.10 – Identificação partidária e opção de voto em 1999, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (N = 409).

Identificação partidária	Votação nas eleições legislativas de 1999								Total		
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%
BE	%	26.3		10.5	36.8			21.1	5.3	19	100.0
CDS-PP	%		68.0	12.0	8.0	12.0				25	100.0
PCP	%			96.9	3.1					32	100.0
PS	%				96.7		1.3		2.0	150	100.0
PSD-PPD	%				2.7	93.4		1.6	2.2	183	100.0
Total	n	5	17	36	160	174	2	7	8	409	
	%	1.2	4.2	8.8	39.1	42.5	.5	1.7	2.0		100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Estes dados revelam, tal como na análise dos resultados para as eleições de 2005 e 2002 uma associação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis. Considerando a votação em 1999 (Questão 4.22/ item 3) como variável dependente, o valor de *tau* de Goodman e Kruskal obtido é de .772 ($p \leq .001$).

Também no que diz respeito às eleições de 1 de Outubro de 1995, se verifica que a coincidência entre a identificação partidária e o sentido de voto continua a ser bastante elevada: 323 (85.7%) sujeitos ³⁸ votaram no partido com que se identificam (cf. **Quadro 5.11**).

Uma vez mais, estes dados continuam a revelar uma associação estatisticamente significativa entre a identificação partidária e o sentido de voto. Considerando a votação em 1995 (Questão 4.22/ item 4) como variável dependente, o valor de *tau* de Goodman e Kruskal obtido é de .721 ($p \leq .001$), sendo o mesmo indicador de .748 ($p \leq .001$) se

³⁷ Para a análise das eleições de 10 de Outubro de 1999 foram usados dados referentes a 409 sujeitos, depois de termos excluído da amostra inicial todos os sujeitos que, em 1999, ainda não tinham idade para votar, os que responderam “Não se lembra” na questão relativa ao sentido do seu voto em 1999, os que se identificaram como independentes, os que se identificaram com Outro/spartido/s e os que, identificando-se com um dos cinco principais partidos políticos, já foram, no entanto, simpatizantes de outros partidos.

³⁸ Só foram considerados 377 sujeitos, sendo excluídos deste cálculo os que, nessa altura, ainda não tinham idade para votar, os que responderam “Não se lembra” na questão relativa ao sentido do seu voto em 1995, os que se identificaram como independentes, os que se identificaram com Outro/s partido/s e os que, identificando-se com um dos cinco principais partidos políticos, já foram, no entanto, simpatizantes de outros partidos.

considerarmos como variável dependente a identificação partidária. Por último, na análise da relação entre identificação partidária e o sentido de voto nas eleições de 6 de Outubro de 1991, a coincidência entre a identificação partidária e o sentido de voto verifica-se que 318 (89.6 %) sujeitos³⁹ votaram no partido com que se identificam (cf. **Quadro 5.12**).

Quadro 5.11 – Identificação partidária e opção de voto em 1995, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (N = 377)

Identificação partidária	Votação nas eleições legislativas de 1995 (%)								Total	
	CDS-PP	PCP	PS	PSD	PSR	UDP	BR /N	ABST	n	%
BE			43.8			12.5	37.5	6.3	16	100.0
CDS-PP	40.9		9.1	50.0					22	100.0
PCP		96.9	3.1	.0					32	100.0
PS			99.3			.7			140	100.0
PSD-PPD	6.0		3.0	86.2	1.8	3.0			167	100.0
Total	n	19	31	154	155	3	8	6	1	377
	%	5.0	8.2	40.8	41.1	.8	2.1	1.6	.3	100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Quadro 5.12 – Identificação partidária e opção de voto em 1991, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (n = 355).

Identificação partidária	Votação nas eleições legislativas de 1991 (%)							Total	
	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	PSR	UDP	ABST	n	%
BE			40.0	13.3	40.0	6.7		15	100.0
CDS-PP	36.0			64.0				25	100.0
PCP		96.7	3.3					30	100.0
PS		.8	97.7				1.6	128	100.0
PSD-PPD				98.7			1.3	157	100.0
Total	n	9	30	132	173	6	1	4	355
	%	2.5	8.5	37.2	48.7	1.7	.3	1.1	100.0

ABST = Abstenção.

Estes dados continuam a mostrar uma associação estatisticamente significativa entre a identificação partidária e o sentido de voto. Considerando a votação em 1991 como variável dependente, o valor de *tau* de Goodman e Kruskal obtido é de .848 ($p \leq .001$).

³⁹ Só foram considerados 356 sujeitos, sendo excluídos deste cálculo os que, nessa altura, ainda não tinham idade para votar, os que responderam “Não se lembra” na questão relativa ao sentido do seu voto em 1995, os que se identificaram como independentes, os que se identificaram com Outro/spartido/s e os que, identificando-se com um dos cinco principais partidos políticos, já foram, no entanto, simpatizantes de outros partidos.

5.2.2.3 COMPORTAMENTO ELEITORAL DOS SUJEITOS SEM IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA (INDEPENDENTES)

Se analisarmos também o sentido de voto dos sujeitos que, na resposta à questão *De uma forma geral vê-se a si próprio como...* (Questão 4.2), assinalaram a opção *Independente (sem simpatia por nenhum partido)*, vemos que nas cinco eleições consideradas neste estudo, o contingente mais numeroso dos votos dos independentes foi sempre no partido que ganhou as eleições nesse ano: 45.0% no PS em 2005, 36.7% no PSD-PPD em 2002, 45.5% no PS em 1999, 51.3% no PS em 1995 e 47.3% no PSD-PPD em 1991. Verificamos também que o voto dos independentes se distribui por todos os principais partidos políticos. Para além do PS e PSD-PPD que recolhem a maioria dos votos, alternando entre si a primeira e a segunda posição, também o BE recolhe uma votação expressiva que o coloca na terceira posição entre as preferências eleitorais dos independentes: 13.1% em 2005 e 13.7% em 2002. O PCP e o CDS-PP são os partidos que recolhem menos votos entre os independentes, alternando entre si a quarta e quinta posição entre as preferências deste grupo (cf. **Quadro 5.13**).

Quadro 5.13 – Opção de voto dos sujeitos independentes nas eleições legislativas de 2005, 2002, 1999, 1995 e 1991.

Eleição para a Assembleia da República	Sentido de Voto dos independentes (%)								Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%
2005	13.1	8.9	4.3	45.0	18.8	.7	2.1	7.1	282	100.0
2002	13.5	4.1	6.5	29.8	36.7	.8	.4	8.2	245	100.0
1999	2.2	4.3	5.2	45.5	31.6	.4	2.6	8.2	231	100.0
1995	1.0	4.6	9.2	51.3	25.1		1.0	7.7	195	100.0
1991	1.2	1.8	7.1	34.3	47.3			8.3	169	100.0

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Considerando os sujeitos que se definem como Independentes e cruzando as suas respostas às questões relativas às eleições consecutivas (2005 e 2002, 2002 e 1999, 1999 e 1995, 1995 e 1991), verificamos que embora os sujeitos independentes tenham, como já vimos, uma maior diversidade de opções eleitorais do que os que se identificam com um partido, também se observa uma assinalável estabilidade nas suas opções de voto, embora em percentagem inferior aos sujeitos com identificação partidária. Nas eleições de 2005, 46.1% dos sujeitos independentes votaram da mesma forma que o haviam feito em 2002. Em 2002 essa percentagem em relação ao voto de 1999 foi de 49.3%, em 1999, 69.3% votaram da mesma forma que haviam feito em 1995 e, em 1995, 58.8% dos sujeitos

independentes votou da mesma forma que o havia feito em 1991 (cf. **Quadro 5.14**, **Quadro 5.15**, **Quadro 5.16** e **Quadro 5.17**).

Quadro 5.14 Coincidência da opção de voto dos independentes nas eleições de 2005 e 2002 (N=245).

Votação nas eleições legislativas de 2002	Votação nas eleições legislativas de 2005 (%)									Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%	
BE	27.3	3.0		54.5		3.0		12.1	33	100.0	
CDS-PP		50.0			50.0				10	100.0	
PCP			56.3	31.3			12.5		16	100.0	
PS	15.1	5.5	4.1	65.8	5.5		1.4	2.7	73	100.0	
PSD-PPD	5.6	16.7		31.1	42.2		2.2	2.2	90	100.0	
Outro						50.0		50.0	2	100.0	
BR/N				100.0					1	100.0	
ABST	30.0			50.0			5.0	15.0	20	100.0	
Total	n	31	25	12	110	47	2	6	12	245	
	%	12.7	10.2	4.9	44.9	19.2	.8	2.4	4.9	100.0	

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Quadro 5.15 – Coincidência da opção de voto dos independentes nas eleições de 2002 e 1999 (N = 219).

Votação nas legislativas de 1999	Votação nas eleições legislativas de 2002 (%)									Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%	
BE			40.0	40.0	20.0				5	100.0	
CDS-PP	10.0	30.0			60.0				10	100.0	
PCP	33.3		16.7	25.0				25.0	12	100.0	
PS	13.0		10.0	47.0	24.0	1.0	1.0	4.0	100	100.0	
PSD-PPD	10.4	1.5		11.9	73.1			3.0	67	100.0	
Outro				100.0					1	100.0	
BR/N	80.0					20.0			5	100.0	
ABST		21.1		36.8	5.3			36.8	19	100.0	
Total	n	29	8	14	68	81	2	1	16	219	
	%	13.2	3.7	6.4	31.1	37.0	.9	.5	7.3	100.0	

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Estes dados revelam que entre os sujeitos sem identificação partidária também existe uma associação estatisticamente significativa entre o sentido da votação numa eleição e a opção eleitoral na eleição anterior. Os valores de *tau* de Goodman e Kruskal obtidos para o teste da associação entre as eleições consecutivas, considerando como variável dependente o valor da eleição mais recente, são de .164 ($p < .001$) no caso da associação

entre as eleições de 2005 e de 2002, de .192 ($p < .001$) para as eleições de 2002 e 1999, de .378 ($p < .001$) para as eleições de 1999 e 1995 e de .205 ($p < .001$) para a associação dos resultados da eleição de 1995 e de 1991.

Quadro 5.16 - Coincidência da opção de voto dos independentes nas eleições de 1999 e 1995 (N = 192).

Votação nas eleições de 1995	Votação nas eleições legislativas de 1999 (%)									Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	Outro	BR/N	ABST	n	%	
CDS-PP		44.4			55.6				9	100.0	
PCP	11.1		55.6	27.8				5.6	18	100.0	
PS	1.0	4.1	1.0	72.2	16.5	1.0	3.1	1.0	97	100.0	
PSD-PPD		2.0		8.2	85.7			4.1	49	100.0	
PSR	100								2	100.0	
BR/N				50.0	50.0				2	100.0	
ABST		6.7	6.7		40.0			46.7	15	100.0	
Total	n	5	10	12	80	70	1	3	11	192	
	%	2.6	5.2	6.3	41.7	36.5	.5	1.6	5.7	100.0	

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

Quadro 5.17 - Coincidência da opção de voto dos independentes nas eleições de 1995 e 1991 (N = 165).

Votação nas legislativas de 1991	Votação nas eleições legislativas de 1995 (%)									Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD	PSR	BR/N	ABST	n	%	
CDS-PP		100.0							3	100.0	
PCP			58.3	41.7					12	100.0	
PS			8.6	79.3	10.3			1.7	58	100.0	
PSD-PPD		1.3		42.1	48.7		1.3	6.6	76	100.0	
PSR				50.0		50.0			2	100.0	
BR/NO											
ABST			28.6	35.7	14.3				14	100.0	
Total	n	4	16	89	45	1	1	9	165		
	%	2.4	9.7	53.9	27.3	.6	.6			100.0	

BR/N = Votos Brancos ou Nulos; ABST = Abstenção.

5.2.3 TEMPO DA DECISÃO ELEITORAL

Hipótese 3 - Os eleitores que se identificam com um partido político tendem a definir a sua opção eleitoral com maior antecedência em relação à data da votação do que os eleitores Independentes (sem simpatia por nenhum partido político).

Para testar esta hipótese recorreremos a dois tipos de testes. Numa primeira fase as respostas à questão 4.17 (data de definição da opção eleitoral nas eleições de 2005) foram utilizadas agrupando os sujeitos com recurso a uma variável (IDENT_PART_SN) construída a partir da junção das respostas à Questão 4.2 (Identificação partidária) em dois grupos — sujeitos com identificação partidária e independentes —, e fomos comparar as respostas obtidas por estes dois grupos. Tendo em conta que se trata de comparar as respostas de dois grupos a uma variável ordinal (Questão 4.17), utilizámos o teste não paramétrico de Wilcoxon (Andrews, Klem, Davidson, O'Malley, & Rodgers, 1981, p. 15; Howell, 2007, pp. 649-653; Norusis, 2005, pp. 464-465)⁴⁰.

Num segundo momento fomos verificar, no grupo dos sujeitos com identificação partidária e nos independentes, se, nas eleições de 2005, o facto de os sujeitos definirem as suas escolhas eleitorais mais cedo ou mais tarde em relação à data da votação estava relacionado com a alteração da opção eleitoral em relação à eleição de 2002. Para esta análise recodificamos a Questão 4.17 (tempo de decisão) numa nova variável com duas categorias: uma agrupando os níveis 1 a 4 da Questão 4.17 (*Nos trinta dias antes das eleições*) e outra com o nível 5 (*Mais de um mês antes das eleições*) e comparámos a congruência no comportamento eleitoral nas eleições de 2005 em relação ao comportamento nas eleições de 2002 (CONG_VOT_2002_2005) entre os sujeitos com identificação partidária e os independentes (IDENT_PART_SN). Usámos o teste *Chi-quadrado* para testar a independência dos grupos e o *odds ratio* para descrever o tipo de relação entre a variável dicotómica “tempo de decisão” e a ocorrência do acontecimento “*Congruência no comportamento eleitoral*” (Howell, 2007, pp. 154-156; Norusis, 2005, pp. 185-193).

5.2.3.1 TEMPO DE DECISÃO E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

Dos 1116 sujeitos da nossa amostra, 832 (74.6%) reportaram a sua identificação a um partido político e 284 (25.4%) são independentes, ou seja, não têm simpatia por nenhum partido. Dos sujeitos com identificação partidária, 789 (94.9%) responderam à Questão

⁴⁰ O teste de Wilcoxon (*Wilcoxon's rank-sum test*) é frequentemente usado como alternativa não paramétrica ao *t* teste para duas amostras independentes. Este teste é similar ao *U* de Mann-Witney, existindo uma relação linear perfeita entre os valores de *Ws* e *U*. A hipótese *H0* testada é a de que as duas amostras provêm de populações idênticas e, tratando-se de um teste sensível às diferenças na medida de tendência central da população, a sua rejeição é interpretada como significando que as duas distribuições têm medidas centrais diferentes (Howell, 2007, pp. 649-654).

4.17 (*Nas últimas eleições para a Assembleia da República, em Fevereiro de 2005, quando é que decidiu em que partido ia votar (ou abster-se ou votar Branco/Nulo)?*), distribuindo as suas respostas pelas alternativas disponíveis da seguinte forma: 1- *No dia da eleição* - 34 (4.3%); 2- *Na véspera da eleição* - 17 (2.2%); 3- *Na semana antes da eleição* - 85 (10.8%); 4- *No mês antes da eleição* - 87 (11.0%); 5- *Mais de um mês antes da eleição* - 566 (71.7%). Por sua vez, dos 284 sujeitos independentes, 275 (96.8%) responderam à mesma questão da seguinte forma: 1-*No dia da eleição* - 17 (6.2%); 2-*Na véspera da eleição* - 16 (5.8%); 3-*Na semana antes da eleição*" - 40 (14.5%); 4-*No mês antes da eleição* — 45 (16.4%); 5-*Mais de um mês antes da eleição* - 157 (57.1%).

A comparação destes dois grupos de respostas produz um resultado estatisticamente significativo [z (teste de Wilcoxon)= -4.485, $p < .001$], pelo que concluímos que existe suficiente evidência para dizer que a identificação partidária está relacionada com o tempo necessário para decidir a opção eleitoral. Os eleitores com identificação a um partido político decidem, de forma estatisticamente significativa, o sentido do seu comportamento eleitoral mais cedo do que os eleitores independentes.

5.2.3.2. TEMPO DE DECISÃO E CONGRUÊNCIA DO COMPORTAMENTO ELEITORAL EM ELEIÇÕES CONSECUTIVAS

Dos 976 sujeitos que responderam simultaneamente às questões 4.17 (*tempo de decisão*), 4.22/ item 1 (*votação em 2005*) e 4.22/ item 2 (*votação em 2002*), 736 (75.4%) têm identificação partidária e 240 (24.6%) são independentes. Dos sujeitos com identificação partidária, 201 (27.3%) decidiram a sua opção eleitoral nos 30 dias antes da votação e 535 (72.7%) fizeram-no com mais de um mês de antecedência em relação à data da votação. Dos sujeitos que decidiram nos 30 dias antes da votação, 119 (59.2%) votaram no mesmo partido em que haviam votado em 2002 e 82 (40.8%) alteraram a sua opção eleitoral. Entre os que já tinham decidido mais de um mês antes da votação, 412 (77.0%) fizeram, em 2005, a mesma escolha eleitoral que haviam feito em 2002, e 205 (23.0%) alteraram a sua opção. Entre os independentes, 97 (40.4%) decidiram a sua escolha eleitoral durante os 30 dias antes da votação e 143 (59.6%) já tinham decidido mais de um mês antes das eleições. Dos 97 sujeitos que decidiram a sua opção nos 30 dias imediatamente antes das eleições 39 (40.2%) votaram da mesma forma que haviam feito em 2005 e 58 (59.8%) alteraram a sua opção. Dos que já tinham feito a sua escolha mais de um mês antes das eleições, 74 (51.7%) votaram da mesma forma e 69 (48.3%) alteraram a sua opção em relação às eleições de 2002 (cf. **Quadro 5.18**).

O teste *Chi* quadrado da relação entre tempo de decisão e a congruência na opção eleitoral em 2005 em relação às eleições de 2002 encontra, para o grupo dos sujeitos com identificação partidária, um valor de $\chi^2 (1) = 23.051$, que é estatisticamente significativo para $p < .001$. Este valor está associado a um *odds ratio* de 2.31, indicando que a *odds* verificada numa situação de congruência entre a votação de 2002 e a de 2005 é 2.31 vezes maior na situação em que os sujeitos definem a sua opção eleitoral mais cedo em relação à data da votação.

Quadro 5.18 – Identificação partidária, tempo de decisão e congruência na opção eleitoral nas eleições de 2005 e 2002.

Existência de identificação partidária	Tempo de decisão	Congruência na opção eleitoral nas eleições de 2005 e de 2002 (%)		Total	
		SIM	NAO	n	%
SIM	Nos 30 dias imediatamente antes da votação	59.2	40.8	201	100.0
	Mais de um mês antes da votação	77.0	23.0	535	100.0
	Total	n	531	205	736
		%	72.1	27.9	100.0
NÃO	Nos 30 dias imediatamente antes da votação	40.2	59.8	97	100.0
	Mais de um mês antes da votação	51.7	48.3	143	100.0
	Total	n	113	127	240
		%	47.1	52.9	100.0

Para o grupo dos sujeitos independentes, o valor do *chi* quadrado [$\chi^2 (1) = 3.090$, para $p = .052$] indica que neste grupo não existem diferenças significativas na congruência das opções eleitorais em função do tempo de decisão.

5.2.4 MOTIVOS PARA A DECISÃO ELEITORAL

Hipótese 4a - **Os eleitores que se identificam com um partido político diferenciam-se dos eleitores independentes nos motivos que os levam a votar num determinado partido, a alterar a sua opção de voto e/ou a abster-se;**

Hipótese 4b - **Os eleitores que se identificam com um partido político sustentam a sua decisão de votar num determinado partido, de alterar a sua**

opção e /ou de abster-se em razões de natureza afectiva enquanto os independentes sustentam a mesma decisão em razões de natureza política geral ou de interesse pessoal ;

O teste desta hipótese foi feito com recurso às respostas aos itens das questões 4.10 - *Decidi votar num determinado partido porque ...*, 4.12 - *Decidi votar num partido diferente porque ...*, 4.14 - *Decidi não ir votar porque ...*, 4.15 - *Podia alterar a minha posição de não votar se ...* e ainda à questão 4.2 – *De uma forma geral, considero-me simpatizante do: BE, CDS-PP, PCP, PSD-PPD, PS, Outro, Independente*. Posteriormente, fomos testar a congruência entre estes dados, e as pontuações obtidas na Escala de Eficácia Política (SCORE_PES), na Escala de Confiança Política (SCORE_TGS) e na questão 4.1 – *De uma forma geral qual o seu interesse pela política?*.

Considerando que o nosso objectivo é identificar grupos de sujeitos que se comportem de forma similar num conjunto de variáveis, assegurando, simultaneamente, que cada um dos sujeitos só é incluído num único grupo, fomos analisar os dados referentes às questões 4.10, 4.12, 4.14 e 4.15 através da análise de *clusters*⁴¹ (Bailey, 1975, Norusis, 2005, pp. 361-391) e, de seguida, comparar, através da ANOVA ou do teste de Welch, as médias obtidas pelos sujeitos incluídos em cada um dos *clusters* nas Escalas Eficácia Política, Confiança Política e no item relativo ao Interesse pela Política.

5.2.4.1 MOTIVOS PARA VOTAR NUM PARTIDO

O estudo da natureza dos agrupamentos de itens relativos aos motivos que levam os sujeitos a votar num determinado partido (Questão 4.10) e a sua relação com os diferentes grupos de identificação partidária (Questão 4.2) através da análise de *clusters*, permite organizar os 1089 sujeitos (97.6%) da nossa amostra que responderam a estas questões em quatro grupos: o primeiro *cluster*, com 353 sujeitos (32.4%), agrupa a totalidade dos sujeitos independentes, a maioria dos sujeitos que se identifica com Outro/s partido/s (55.6%) e subgrupos minoritários de sujeitos que se identificam com o BE (23.4%), com o CDS-PP (19.1%), com o PS (7%) e com o PSD-PPD (.3%); o segundo *cluster*, com 422 sujeitos (28.8%), junta a totalidade dos sujeitos que se identificam com o PCP e a maioria

⁴¹ Considerando que o número de casos da nossa amostra é bastante elevado, utilizámos o procedimento disponibilizado pela aplicação informática SPSS e designado por *Two step cluster analysis*. A medida das distâncias usada foi a distância Euclidiana aos centros dos *clusters*. A selecção do número de *clusters* final foi gerada pela aplicação com base no critério Baysiano de Schwarz (Norusis, 2005, pp. 380-389).

dos que se identificam com o PS (93.0%), com o CDS-PP (80.9), com o BE (76.6%) e com Outro/s partido/s (44.4%); o terceiro *cluster*, com 319 sujeitos (29.3%), agrupa a maioria dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (99.7%), (cf. **Quadro 5.19**).

Quadro 5.19 - Distribuição dos grupos de identificação partidária por *clusters* organizados em função dos motivos pelos quais os sujeitos decidiram votar (N = 1089).

Cluster	Identificação partidária							Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS	Outro	Indep.	n	%
	%	%	%	%	%	%	%		
1	23.4	19.1		.3	7.0	55.6	100	348	100.0
2	76.6	80.9	100		93.0	44.4		422	100.0
3				99.7				319	100.0
	n	107	47	51	320	257	27	280	1089
Total	%	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

No **Quadro 5.20** apresentam-se as médias e os desvios padrão para cada um dos itens, bem como o seu contributo para a definição de cada um dos *clusters*. De acordo com esses dados, os itens 1. *...concordo com as ideias desse partido*, 2. *...confio nos dirigentes desse partido*, 5. *...o programa desse partido era o que melhor servia os meus interesses*, 6. *...simpatizo com esse partido e para mim a lealdade é muito importante*, 9. *...era, na minha área politica, o partido melhor posicionado para eleger deputados*, 10. *...era o partido com o melhor programa económico para o país* e 11. *...o programa político desse partido é o que melhor serve os interesses do País*, contribuem para a definição dos três *clusters*, embora com valores diferentes. No *cluster 1*, todos estes sete itens têm um valor abaixo da média geral. Nos outros dois *clusters*, estes itens têm sempre valores acima da média geral, sendo genericamente mais elevados no *cluster 2*, excepto no caso dos itens 5. *... o programa desse partido era o que melhor servia os meus interesses* e 9. *...era, na minha área politica, o partido melhor posicionado para eleger deputados*, cujos valores médios são mais altos no *cluster 3*. O *cluster 1* é ainda o único em que o item 8. *...era a opção menos má de todas*, com um valor médio mais elevado do que a média geral, é relevante para a definição do *cluster*. Os itens 3. *...identifico-me com a maioria das pessoas que pertencem a esse partido* e 4. *...a vitória de outro partido poderia por em causa valores que considero importante*, contribuem para a definição dos *clusters 1 e 2*, sendo o seu valor médio no caso do *cluster 1*, uma vez mais, abaixo da média geral.

Os resultados obtidos pelos elementos que integram cada um destes *clusters* na *Escala de Eficácia Política* (SCORE_PES), na *Escala de Confiança Política* (SCORE_TGS) e no item sobre *Interesse pela Política* (Questão 4.1), mostram que os membros do *cluster 1*, agrupamento que junta os independentes, a maioria dos que se identificam com Outro/s partido/s e subgrupos minoritários de sujeitos que se identificam com o BE, CDS-PP, PS e PSD-PP são aqueles em que o nível médio de eficácia política é mais elevado, mas são também aqueles em que o nível de confiança política e o interesse pela política é mais baixo. O *cluster 2*, que agrupa a maioria dos que simpatizam com o BE, CDS-PP, PCP, PS e um grupo minoritário que se identifica com Outro/s partido/s é aquele em que os seus membros têm níveis mais positivos de confiança política e maior interesse pela política. O *cluster 3* é caracterizado por ter os níveis de eficácia política mais baixo (cf. **Quadro 5.21**).

Quadro 5.20 — Médias e desvios padrão dos itens da Questão 4.10 (*Decidi votar num determinado partido porque ...*) em cada um dos *cluster* e no total (N = 1089).

Decidi votar num determinado partido porque ...	Clusters										
	1			2			3			Total	
	M	DP	*	M	DP	*	M	DP	*	M	DP
... concordo com as ideias desse partido.	2.03	1.09	(1)	3.18	.70	(1)	2.97	.71	(2)	2.75	.98
... confio nos dirigentes desse partido.	1.95	1.08	(3)	2.94	.80	(2)	2.80	.83	(4)	2.58	1.01
... identifico-me com a maioria das pessoas que pertencem a esse partido.	1.60	1.03	(4)	2.59	.90	(3)	2.34	1.02		2.20	1.07
... a vitória de outro partido poderia por em causa valores que considero importante.	2.21	1.21	(8)	2.79	1.13	(7)	2.52	1.30		2.53	1.23
... o programa desse partido era o que melhor servia os meus interesses pessoais.	1.53	1.19		2.36	1.20	(8)	2.44	1.09	(3)	2.12	1.23
... simpatizo com esse partido e para mim a lealdade é importante.	1.23	1.21	(2)	2.49	1.30	(5)	2.23	1.21	(7)	2.01	1.36
...a vitória de outro partido iria prejudicar a minha situação económica e profissional.	1.16	1.14		1.31	1.27		1.44	1.18		1.30	1.21
... era a opção menos má de todas.	2.38	1.41	(9)	2.03	1.45		1.90	1.34		2.10	1.42
... era, na minha área política, o partido melhor posicionado para eleger deputados.	1.42	1.17	(7)	2.23	1.32	(9)	2.29	1.15	(5)	1.99	1.28
... era o partido com o melhor programa económico para o país	1.96	1.17	(5)	2.89	.92	(6)	2.99	.81	(1)	2.62	1.08
...o programa político desse partido é o que melhor serve os interesses do País.	2.19	1.18	(6)	3.08	.81	(4)	2.98	.85	(6)	2.76	1.03

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico de cada *cluster*, para um nível de confiança de .95, estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parentesis indica-se a ordem de importância de cada item na definição do *cluster*.

O teste da igualdade das médias de Welch mostra que os resultado da *Escala de Eficácia Política* [$F''(2, 714.201) = 4.149, p = .016$], da *Escala de Confiança Política* [$F''(2, 703.211) = 3.411, p = .034$] e do item *De um modo geral qual o seu interesse pela Política?* [$F''(2, 699.517) = 11.080, p < .001$] são estatisticamente diferentes nos três *clusters*, embora o teste de comparação múltipla de Games-Howell apenas identifique, na Escala de Eficácia Política, diferenças entre o *cluster 1* e o *cluster 3*; na *Escala de Confiança Política* entre o *cluster 1* e 2; e no item relativo ao interesse pela política, entre o *cluster 1* e os *clusters 2* e 3. Não se verificam, portanto, diferenças estatisticamente significativas nas médias obtidas pelos sujeitos dos *clusters 2* e 3 nestas duas escalas e neste item (cf. **Quadro 5.21**).

Quadro 5.21 - Médias e desvios padrão na Escala de Eficácia Política, Escala de Confiança Política e questão 4.1 (interesse pela política) nos *clusters* organizados em função das respostas aos itens da Questão 4.10 (*Decidi votar num determinado partido porque ...*) (N = 1089).

Clusters	n	Eficácia Política [0=baixa eficácia; 4= alta eficácia]			Confiança Política [0=Muito positiva; 16= Muito negativa]			Interesse pela Política [0= nada interessado/a; 4= muito interessado/a]	
		M	DP		M	DP		M	DP
1	348	2.26	1.01	a	9.97	2.12	a	2.35	1.06 a.b
2	422	2.18	1.08		9.57	2.21	a	2.70	.96 a
3	319	2.05	.93	a	9.74	2.21		2.57	.95 b

Em cada uma das Escalas e no item relativo ao Interesse pela Política, as médias dos grupos assinalados com a mesma letra diferem estatisticamente entre si a um nível de $p < .05$.

5.2.4.2 MOTIVOS PARA ALTERAÇÃO DA OPÇÃO ELEITORAL

O agrupamento de itens relativos aos motivos que levam os 506 sujeitos (45.3%) que responderam a esta questão a votar num partido diferente daquele em que haviam votado nas eleições anteriores (Questão 4.12) através da análise de *clusters* e a sua relação com os diferentes grupos de identificação partidária (Questão 4.2), define três grupos: o primeiro, com um total de 188 sujeitos (37.2%), inclui a totalidade dos independentes; o segundo, com 160 sujeitos (31.6%) inclui a totalidade dos que se identificam com o BE, PCP e PS e 93.8% dos sujeitos que se identificam com Outro/s partido/s; e o terceiro, com um total de 158 sujeitos (31.2%) da amostra, agrupa a totalidade dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP e com o PSD-PPD e um pequeno grupo de elementos que se identificam com Outro/s partido/s (6.3%) (cf. **Quadro 5.22**).

O *cluster 1*, para além de ser aquele em que o valor médio de todos os itens é inferior à média geral, caracteriza-se pelo facto de os únicos três itens que contribuem para a sua definição — *a campanha eleitoral mostrou-me que o partido em que votei anteriormente praticou acções e tomou decisões que não foram as mais correctas, era importante derrotar*

a esquerda e deixei de concordar com as ideias, propostas e acções do meu anterior partido — serem também os três itens mais relevantes na definição do terceiro *cluster*, embora com valores opostos e valores médios mais baixos (ou seja, mais próximos de *Não se aplica*). No *cluster 2* os dois itens mais significativos são: *...era importante derrotar a esquerda*, com o valor médio mais baixo de todos os grupos e *... era importante derrotar a direita*, com o valor médio mais elevado. Para além destes, só o item *as propostas de outro partido eram muito mais favoráveis aos meus interesses*, com o valor médio inferior à média geral e com o valor mais baixo dos três grupos, é significativo na definição deste *cluster*. O *cluster 3* diferencia-se de todos os outros pelo facto de ser aquele em que, exceptuando o item *...era importante derrotar a direita*, as médias dos itens são mais elevadas e em que maior número de itens desempenha um papel significativo na definição do *cluster*, sendo que o item *...era importante derrotar a esquerda*, é o mais relevante para a definição deste grupo. As médias e os desvios padrão dos itens em cada um dos *clusters* são apresentadas no **Quadro 5.23**.

Quadro 5.22 - Distribuição dos sujeitos por *clusters*, agrupando as respostas aos itens da Questão 4.12 (*Decidi votar num partido diferente porque ...*), em função da sua identificação partidária (N = 506).

Cluster	Identificação partidária							Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS	Outro	Indep.	n	%
	%	%	%	%	%	%	%		
1							100	188	100.0
2	100		100		100	93.8		160	100.0
3		100		100		6.3		158	100.0
	n	66	34	10	123	69	16	188	506
Total	%	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Os resultados obtidos pelos elementos que integram cada um destes *clusters* na *Escala de Eficácia Política*, na *Escala de Confiança Política* e no item sobre o Interesse pela política, mostram que os sujeitos do *cluster 1* são os que têm maior nível de eficácia política, mas também os que obtêm o resultado mais baixo em termos de confiança política e interesse pela política.

O *cluster 3* é o que revela maior confiança política, mas também menor eficácia política e menor interesse pela política. O teste da igualdade das médias de Welch mostra que os resultados da *Escala de Eficácia Política* [$F''(2, 328.973) = 5.708, p=.004$], da *Escala de Confiança Política* [$F''(2, 334.727) = 4.037, p=.019$] e do item *De um modo geral qual o seu*

interesse pela Política? [$F(2, 335.134) = 9.207, p < .001$] são estatisticamente diferente nos três *clusters*, embora o teste de comparação múltipla de Games-Howell apenas identifique,

Quadro 5.23 — Médias, desvios padrão e agrupamento em *clusters* dos itens da Questão 4.12, (*Decidi votar num partido diferente porque ...*)(N= 506)

Decidi votar num partido diferente porque ...	Clusters										
	1			2			3			Total	
	M	DP	*	M	DP	*	M	DP	*	M	DP
... fiquei desiludido com o partido em que votei nas eleições anteriores.	2.45	1.30		2.78	1.33		2.94	1.08		2.71	1.26
... o partido em que votei nas eleições anteriores não tinha, nestas eleições, pessoas capazes e competentes para formar um bom governo.	2.27	1.28		2.26	1.35		2.81	1.11	(6)	2.43	1.27
... as propostas de outro partido eram muito mais favoráveis aos meus interesses.	1.55	1.26		1.37	1.36	(3)	2.31	1.16	(4)	1.73	1.32
... a campanha eleitoral mostrou-me que o partido em que votei anteriormente praticou acções e tomou decisões que não foram as mais correctas.	1.63	1.34	(2)	<i>1.88</i>	1.31		2.63	1.06	(3)	2.02	1.31
... era importante derrotar a "direita".	1.15	1.37		2.13	1.56	(2)	.94	1.12	(5)	1.40	1.45
... era importante derrotar a "esquerda"	.63	.96	(3)	.39	.86	(1)	1.68	1.16	(1)	.88	1.14
... deixei de concordar com as ideias, propostas e acções do meu anterior partido.	1.34	1.24	(1)	<i>1.84</i>	1.39		2.54	1.01	(2)	1.87	1.32
... as discussões e conversas com os meus amigos e familiares convenceram-me que era importante votar nesse outro partido.	<i>.88</i>	1.03		<i>.80</i>	1.12		1.53	1.40	(7)	1.06	1.22

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico. (*) Entre parentesis indica-se a ordem de importância de cada item na definição do *cluster*.

Quadro 5.24 - Médias e desvios padrão na *Escala de Eficácia Política* (SCORE_PES), *Escala e Confiança Política* (SCORE_TGS) e Questão 4.1 (interesse pela política) em função dos *clusters* de itens relativos às razões que levam os sujeitos a não votar (Questão 4.12) (N = 506).

Clusters	Eficácia Política			Confiança Política			Interesse pela Política		
	[0=baixa eficácia; 4= alta eficácia]			[0=Muito positiva; 16= Muito negativa]			[0= nada interessado/a. 4= muito interessado/a]		
	M	DP		M	DP		M	DP	
1	2.42	.87	a.b.	9.84	1.89	a	2.45	.94	a.b
2	2.18	.96	a	9.63	1.63		2.83	.70	a
3	2.12	.85	b	9.32	1.55	a	2.66	.72	b

Em cada uma das Escalas e item, as médias dos grupos assinalados com a mesma letra diferem estatisticamente entre si a um nível de $p < .05$.

na *Escala de Eficácia Política*, diferenças entre o *cluster 1* e os *clusters 2 e 3*; na *Escala de Confiança Política* entre o *cluster 1* e *3*; e no item relativo ao interesse pela política, entre o *cluster 1* e os *clusters 2 e 3*. Não se verificam, portanto, diferenças estatisticamente significativas nas médias obtidas pelos sujeitos dos *clusters 2 e 3* nestas duas escalas e item (cf. **Quadro 5.24**).

5.2.4.3 MOTIVOS PARA A ABSTENÇÃO

Apenas 172 sujeitos (15.4%) disseram já se ter absterido numa eleição para a Assembleia da República. O maior contingente de abstencionistas pertence ao grupo dos sujeitos independentes (n = 74) que constituem 43.0% do total de abstencionistas da nossa amostra, seguidos dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (n = 37, 21.5%), com o PS (n = 29, 16.9%), com o BE (n = 14, 8.1%), com o CDS-PP (n = 13, 7.6%) e com Outro/s partido/s (n = 5, 2.9%). O grupo dos sujeitos que se identifica com o PCP não regista nenhuma abstenção. O peso dos abstencionistas dentro de cada categoria de identificação partidária é mais relevante nos independentes, grupo em que os 26.1% já se absteve, seguido do grupo de sujeitos que se identificam com o CDS-PP, com 25.5% dos seus membros a registarem comportamentos de abstenção, do grupo de sujeitos que se identificam com Outro/s partido/s, com 18.5%, com o BE (12.5%) com o PSD-PPD (11.3%) e com o PS (11.0%).

O agrupamento, através da análise de *clusters*, de itens relativos aos motivos que levaram 172 sujeitos (15.4%) da nossa amostra a abster-se de votar numa eleição para a Assembleia da República (Questão 4.14/ itens 1 a 10 e a sua relação com os diferentes grupos de identificação partidária (Questão 4.2), define dois grupos: o primeiro, com um total de 115 sujeitos (66.9%), inclui a totalidade dos abstencionistas que se identifica com o CDS_PP, a maioria dos que se identifica com o PS (89.7%), com o PSD-PPD (78.4%), com o BE (57.1%), metade dos abstencionistas Independentes e ainda 40.0% dos que se identificam com Outro/s partido/s; o segundo, com um total de 57 sujeitos (33.1%), agrupa a maioria dos sujeitos que se identificam com Outro/s partido/s (60.0%), metade dos independentes e grupos minoritários de sujeitos que se identificam com o BE (42.9%), com o PSD-PPD (21.6%) e com o PS (10.3%) (cf. **Quadro 5.25**).

As médias, os desvios padrão e o contributo dos diferentes itens para a definição dos *clusters* são apresentadas no **Quadro 5.26**. O *cluster 1* caracteriza-se por juntar sujeitos que se abstêm essencialmente por descontentamento com o sistema político e partidário, enquanto para os membros do *cluster 2* as razões enunciadas na questão não parecem

explicar as razões da sua abstenção — todas elas têm valores médios inferiores à média — , excepto o item ... *tive problemas de saúde, familiares ou profissionais*.

Quadro 5.25 - Distribuição dos sujeitos por *clusters*, agrupando os itens da Questão 4.14 (*Decidi não ir votar porque ...*), de acordo com a sua identificação partidária (N = 172).

Cluster	Identificação partidária							Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS	Outro	Indep.	n	%
	%	%	%	%	%	%	%		
1	57.1	100		78.4	89.7	40	50	115	100.0
2	42.9			21.6	10.3	60	50	57	100.0
	n	14	13	37	29	5	74	172	
Total	%	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0		100.0

Quadro 5.26 - Médias, desvios padrão e agrupamento em *clusters* dos itens relativos aos motivos pelos quais os sujeitos se abstêm de votar nas eleições para a Assembleia da República (Questão 4.12) (N = 172).

Decidir não ir votar porque...	Clusters								
	1			2			Total		
	M	DP	*	M	DP	*	M	DP	
... nenhuma das opções políticas me satisfazia	2.92	1.15	(3)	.81	1.51	(7)	2.22	1.62	
... estou farto(a) de política e de eleições.	2.82	1.24	(1)	.44	.98	(4)	2.03	1.61	
... não ganho nada em ir votar.	1.76	1.36	(5)	.21	.49	(3)	1.24	1.36	
... estava mal esclarecido(a) e não sabia em que partido votar.	1.76	1.34	(7)	.51	1.17	(8)	1.34	1.41	
... quis mostrar o meu descontentamento com o sistema	2.89	1.29	(2)	.46	1.02	(6)	2.08	1.66	
... não estava em causa nada de verdadeiramente importante nessas eleições	1.59	1.30	(6)	.12	.43	(2)	1.10	1.29	
... o resultado do meu partido estava assegurado e não era preciso eu ir votar	.91	1.18		.09	.34	(5)	.64	1.06	
... tive preguiça e não estive para me incomodar	1.07	1.36		.65	1.40		.93	1.38	
... os dirigentes do meu partido, nesse período, não me inspiravam confiança	1.79	1.37	(4)	.05	.23	(1)	1.22	1.39	
... tive problemas de saúde, profissionais ou familiares	.83	1.27		1.42	1.80		1.03	1.49	

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parêntesis indica-se a ordem de importância de cada item na definição do *cluster*.

Cruzando os resultados obtidos pelos sujeitos que se incluem em cada um destes agrupamentos nas escalas de Eficácia Política (SCORE_PES), de Confiança Política (SCORE_TGS) e no item sobre Interesse pela Política (Questão 4.1) verificamos que os

membros do *cluster 1* são os que mostram níveis de eficácia política, confiança política e interesse pela política mais baixos (cf. **Quadro 5.27**).

Quadro 5.27 - Médias e desvios padrão na Escala de Eficácia Política, Escala de Confiança Política e Questão 4.1 em função dos *clusters* de itens relativos às razões que levam os sujeitos a não votar (N = 172).

Clusters	Eficácia Política [0=baixa eficácia; 4= alta eficácia]		Confiança Política [0=Muito positiva; 16= Muito negativa]		Interesse pela Política [0= nada interessado/a. 4= muito interessado/a]	
	M	DP	M	DP	M	DP
1	2.00	1.00	10.17	2.76	2.03	1.18
2	2.26	.84	9.65	1.83	2.23	.96

A análise da variância (ANOVA) mostra que não existem diferenças significativas entre os dois *clusters* nas médias da Escala de Eficácia Política [(F(1, 170)= 2.931 , p = .89], da Escala de Confiança Política [F(2, 170) = 1.687, p = .196] e do Item “*De um modo geral qual o seu interesse pela política?*” [F(1, 170) = 1.253, p = 265].

5.2.4.4 MOTIVOS PARA A ALTERAR A DECISÃO DE SE ABSTER

Dos 172 sujeitos da nossa amostra (15.4%) disseram já se ter absterido numa eleição para a Assembleia da República, 164 responderam à questão *Poderia alterar a minha opção de não ir votar se...* (p_415_01 a p_415_08). O agrupamento, através da análise de *clusters*, dos oito itens que constituem esta questão, define quatro grupos: o primeiro, com um total de 30 sujeitos (18.3%), inclui um grupo de Independentes (30.6%) e grupos de sujeitos que se identificam com o PS (14.3%), com o PSD-PPD (9.4%) e com o BE (7.1%); o segundo, com um total de 50 sujeitos (30.5%), agrupa apenas os restantes Independentes (69.4%); o terceiro, com 50 sujeitos (30.1%), a totalidade dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP, a maioria dos que se identificam com o BE (92.9%) e com o PS (85.7%); e o quarto *cluster* com 34 sujeitos (20.7%) inclui a totalidade os sujeitos que se identificam com Ouro/s partido/s e a maioria dos que se identificam com o PSD-PPD (90.6%) (cf. **Quadro 5.28**).

As médias e os desvios padrão dos itens em cada um dos *clusters* são apresentadas no **Quadro 5.29**. O *cluster 1*, que inclui grupos minoritários de entre os independentes (30.6%) e sujeitos com identificação partidária ao PS (14.3%), ao PSD-PPD (9.4%) e ao BE (7.1%), caracteriza-se por ter uma pontuação abaixo da média em todos os itens desta questão, ou seja, estamos perante um grupo que dificilmente alteraria a sua posição de

abstenção por alguma destas razões. A abstenção parece constituir para este grupo a sua primeira opção política.

Quadro 5.28 - Distribuição dos sujeitos por *clusters*, agrupando os itens da Questão 4.15 (*Podia alterar a minha decisão de não ir votar se ...*), de acordo com a sua identificação partidária (N = 164).

Cluster	Identificação partidária							Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS	Outro	Indep.	n	%
	%	%	%	%	%	%	%		
1	7.1			9.4	14.3		30.6	30	100.0
2							69.4	50	100.0
3	92.9	100			85.7			50	100.0
4				90.6		100		34	100.0
	n	14	13	32	28	5	72	164	
Total	%	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0		100.0

O *cluster 2*, constituído pela maioria dos abstencionistas Independentes (69.4%), define-se por três itens, todos eles com pontuação acima da média: *...se os políticos fossem outros, ...se estivesse em causa a possibilidade de um partido extremista ganhar as eleições e ...se ganhasse alguma coisa com isso*. Parece tratar-se de um agrupamento de sujeitos cépticos em relação aos políticos e com uma visão utilitarista do sistema eleitoral. O *cluster 3*, com a totalidade dos abstencionistas identificados com o CDS-PP e a maioria daqueles que se identificam com o BE (92.9%) e com o PS (85.7%), é definido apenas pela pontuação de dois itens, ambos com valores acima da média geral: *... se acreditasse que o meu voto era realmente decisivo e se houvesse um partido preocupado com os problemas de pessoas como eu*.

Estes sujeitos parecem caracterizar-se essencialmente pelo facto estarem descrentes em relação à eficácia da sua participação eleitoral. Por último, o *cluster 4*, que agrupa a totalidade dos abstencionistas que se identificam com Outro/s partido/s e a maioria dos que se identificam com o PSD-PPD (90.6%), define-se apenas por um item, com pontuação média acima da média geral, *... se os meus interesses pessoais (ou da minha família) estivessem em causa*. Parece tratar-se de um grupo desinteressado da política e que apenas admite agir em função dos seus interesses pessoais.

Cruzando estes dados com os resultados obtidos pelos sujeitos que se integram nestes agrupamentos na *Escala de Eficácia Política*, na *Escala de Confiança Política* e no item relativo ao interesse pela política, podemos verificar que são os membros do *cluster 1 e 2*, grupos constituídos quase só por sujeitos independentes, aqueles que têm os níveis mais

elevados de eficácia política. O *cluster 4*, constituído por sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e com Outro/s partido/s, é o que revela índices de eficácia política mais baixos. O *cluster 3* e 1 são os que revelam maior confiança política e os *clusters 1* e 3 são também os que mostram mais interesse pela política (cf. **Quadro 5.29**).

Quadro 5.29 - Médias, desvios padrão e agrupamento em *clusters* dos itens relativos à Questão 4.15 (*Podia alterar a minha decisão de não ir votar se ...*) (N = 164).

Poderia alterar a minha opção de não ir votar ...	Clusters													
	1		*	2		*	3		*	4		Total		
	M	DP		M	DP		M	DP		M	DP	M	DP	
... se os meus interesses pessoais (ou da minha família) estivessem em causa.	<i>.73</i>	1.17	(5)	2.48	1.33		2.30	1.45		2.76	1.05	(1)	2.16	1.45
... se estivesse em causa a possibilidade de um partido extremista ganhar as eleições.	1.53	1.55	(8)	3.16	1.04	(2)	2.94	1.22		2.65	1.18		2.69	1.35
... se algum dos candidatos fosse meu familiar.	<i>.13</i>	.35	(3)	1.62	1.40		<i>1.08</i>	1.23		1.76	1.23		1.21	1.31
... se o partido com que simpatizo estivesse em risco de sofrer uma derrota significativa.	<i>.17</i>	.46	(4)	1.52	1.46		2.00	1.29		2.21	1.30		1.56	1.42
... se ganhasse alguma coisa de concreto com isso.	<i>.13</i>	.35	(2)	1.94	1.62	(3)	<i>.94</i>	1.27		1.59	1.02		1.23	1.39
... se acreditasse que o meu voto era realmente decisivo.	.93	1.62	(7)	2.20	1.39		3.16	1.22	(1)	2.59	1.10		2.34	1.53
... se houvesse um partido preocupado com os problemas das pessoas como eu.	.23	.57	(1)	2.52	1.40		2.60	1.21	(2)	2.35	1.28		2.09	1.49
... se os políticos fossem outros.	1.07	1.51	(6)	3.08	.85	(1)	2.80	1.26		2.62	.95		2.53	1.34

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parêntesis indica-se a ordem de importância de cada item na definição do *cluster*.

A análise da variância (ANOVA) mostra, no entanto, que não existem diferenças significativas entre os quatro *clusters* nas médias da *Escala de Eficácia Política* [(F(3, 160) = 2.463, p = .06], da *Escala de Confiança Política* [F(3, 160) = 1.969, p = .121] e do Item *De um modo geral qual o seu interesse pela política?* [F(3, 160) = 2.174, p = .093].

Quadro 5.30 - Médias e desvios padrão na Escala de Eficácia Política, Escala de Confiança Política e questão sobre o interesse pela política (Questão 4.1) em função dos *clusters* de itens relativos às razões que poderiam levar os sujeitos a mudarem de posição em relação à sua decisão de se absterem (Questão 4.15/ itens 1 a 8) (N = 164).

Clusters	Eficácia Política [0=baixa eficácia; 4= alta eficácia]		Confiança Política [0=Muito positiva; 16= Muito negativa]		Interesse pela Política [0= nada interessado/a. 4= muito interessado/a]	
	M	DP	M	DP	M	DP
1	2.33	.84	9.67	1.90	2.37	1.10
2	2.24	1.02	10.04	2.27	1.92	1.05
3	1.98	.98	9.60	2.67	2.26	.99
4	1.79	.81	10.85	2.88	1.79	1.39

5.2.5 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E DEFINIÇÃO DO CAMPO POLÍTICO ELEITORAL

Hipótese 5 – Numa situação eleitoral as categorias acessíveis aos sujeitos estão organizadas num campo político eleitoral constituído por uma identidade partidária central, que consiste na categoria que se adequa mais frequentemente às situações eleitorais, por identidades partidárias secundárias que constituem categorias susceptíveis de serem usadas em situações eleitorais específicas e menos frequentes e, ainda, por categorias que constituem, qualquer que seja a situação eleitoral, exogrupos que, por essa razão, se incluem numa zona de exclusão;

5.2.5.1 POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AO PARTIDO SOCIALISTA (P S)

5.2.5.1.1 *Simpatia pelo Partido Socialista*

Quando questionados em relação à sua simpatia pelo PS (Questão 3.8/ item 1) os sujeitos que se identificam com o PS (n = 263) obtêm um resultado médio de 3.13 (DP = .66). Entre os sujeitos dos outros grupos de identificação partidária que manifestam alguma simpatia pelo PS (SIMPATIA_PS), são aqueles que se identificam com o BE (n = 107) os que simpatizam mais com o PS, com um valor médio de 2.27 (DP = .68), seguidos dos independentes (n = 268, M = 2.07, DP = .70), dos que se identificam com o PSD-PPD (n = 281, M = 1.81, DP = .71), com o PCP (n = 49, M = 1.73, DP = .53) e, por último, dos que se identificam com o CDS-PP (n = 46, M = 1.65, DP = .77). Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o PS com as distribuições dos grupos de sujeitos independentes e com identificação partidária aos outros partidos, verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos

que se identificam com o PS é a do grupo que se identifica com o BE ($U_1 = 64.95$) enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o CDS-PP ($U_1 = 84.08$) (cf. **Quadro 5.31**).

Quadro 5.31 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o PS, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.8/ item 1 (*Qual o seu grau de simpatia em relação ao Partido Socialista?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PS (Medida U_1 , de Cohen).

Identificação partidária dos sujeitos	Simpatia em relação ao PS				
	n	%	M	DP	U1
PS	263	100.0	3.13	0.66	0.00
BE	107	95.5	2.27	0.68	64.95
Independentes	268	94.4	2.07	0.70	72.03
PSD-PPD	281	86.2	1.81	0.71	79.69
PCP	49	92.5	1.73	0.53	83.99
CDS-PP	46	90.2	1.65	0.77	84.08

5.2.5.1.2 *Probabilidade de voto no Partido Socialista*

Questionando os mesmos sujeitos sobre a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, puderem vir a votar no PS (Questão 3.9/ item 1), verificamos que 261 sujeitos (99.2%) que se identificam com o PS admitem vir a votar no PS em futuras eleições. De entre os outros sujeitos, o grupo em que maior número admite poder vir a votar no PS são os independentes (88.7%), seguidos dos grupos que se identificam com o BE (84.8%), o CDS-PP (76.5%), o PSD-PPD (69.3%) e o PCP (45.3%). O valor médio das respostas dos 263 sujeitos que simpatizam com o PS e que admitem poder vir a votar neste partido é de 3.18 (DP = .78).

Entre os sujeitos de outros grupos de identificação partidária que admitem poder vir a votar no PS é o grupo dos independentes aquele que revela maior probabilidade de vir a votar no PS (n = 252, M = 2.13, DP = .70), seguido do grupo que se identifica com o BE (n = 95, M = 2.12, DP = .89), com o PSD-PPD (n = 226, M = 1.73, DP = .87), com o PCP (n = 24, M = 1.63, DP = .77) e com o CDS-PP (n = 39, M = 1.46, DP = .79). Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o PS com as distribuições dos grupos de sujeitos independentes e com identificação partidária aos outros partidos, verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos que se identificam com o PS é a do grupo que se identifica com o BE ($U_1 = 65.67$) enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o CDS-PP ($U_1 = 84,47$) (cf. **Quadro 5.32**)

Quadro 5.32 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no PS, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 1 (*Qual a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar no Partido Socialista?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PS (Medida U_1 de Cohen).

Identificação partidária dos sujeitos	Probabilidade de voto no PS				
	n	%	M	DP	U1
PS	261	99.2	3.18	0.78	0.00
Independentes	252	88.7	2.13	0.70	68.54
BE	95	84.8	2.12	0.89	65.67
PSDPPD	226	69.3	1.73	0.87	76.78
PCP	24	45.3	1.63	0.77	81.12
CDS-PP	39	76.5	1.46	0.79	84.47

5.2.5.1.3 Posicionamento do PS no campo político eleitoral dos grupos de identificação partidária

Conjugando os valores U_1 de Cohen, obtidos na comparação das respostas às questões relativas à simpatia pelo PS (Questão 3.8/ item 1) e à probabilidade de voto no PS (Questão 3.9/ item 1), obtemos um indicador do posicionamento do PS no campo político eleitoral de cada um dos grupos. Como já tivemos oportunidade de explicitar anteriormente (cf. Secção 4.5.1) este indicador é obtido pela ponderação dos valores de U_1 em função da percentagem de sujeitos que, em cada um dos grupos de identificação partidária, manifestou simpatia pelo PS, num caso, e probabilidade de voto no PS, no outro. O resultado final é obtido pela média ponderada dos valores de U_1 para as variáveis *simpatia* e *probabilidade*. Para tornar a leitura do resultado final mais intuitiva, os valores de U_1 foram subtraídos a 100 e a sua soma dividida por dois, o que se traduz num resultado final expresso numa escala de 0 a 100, em que o valor zero corresponde a uma diferença total entre as duas distribuições e o valor cem corresponde à sua sobreposição perfeita ⁴².

Aplicando esta fórmula aos resultados de U_1 obtidos para as variáveis *simpatia* e *probabilidade de voto*, obtemos um resultado final em que o PS obtém uma pontuação de 99.6 por parte dos sujeitos que se identificam com o PS, de 31.3 por parte dos sujeitos que

⁴² De acordo com este procedimento, uma situação de sobreposição perfeita das duas distribuições (isto é, com valores de $U_1=0$) traduz-se num valor de U_1 igual a 100 (100-0). Neste caso, a soma destes dois valores será igual a 100 para a variável *Simpatia* e outro tanto para a variável *Probabilidade* de voto. A divisão desta soma por 2, torna o valor final igual a 100. Caso se verifique uma separação absoluta entre as duas distribuições (isto é, com valores de $U_1=100$), os valores de U_1 (100-100) serão iguais a zero e, consequentemente, o resultado final será também igual a zero.

se identificam com o BE, de 27.2 por parte dos independentes, de 16.8 por parte dos que se identificam com o PSD-PPD, de 13.2 por parte dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP e de 11.7 por parte do grupo que se identifica com o PCP (cf. **Quadro 5.33**).

Quadro 5.33 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis *Simpatia* e *Probabilidade de Voto* e indicador de posicionamento do PS no *Campo Político Eleitoral* (CPE) dos diferentes grupos de identificação partidária.

Identificação Partidária	Simpatia (*)	Probabilidade de voto (**)	Posição no CPE
	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	(1)+(2)/2
	(1)	(2)	(3)
PS	100.0	99.2	99.6
BE	33.5	29.1	31.3
Independentes	26.4	27.9	27.2
PSD	17.5	16.1	16.8
CDS	14.4	11.9	13.2
PCP	14.8	8.6	11.7

(*) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável *Simpatia* encontram-se no Quadro 5.31.

(**) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável *Probabilidade de voto* encontram-se no Quadro 5.32.

Quadro 5.34 - Número de sujeitos que votaram no PS nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005 de acordo com a sua identificação partidária.

Eleições legislativas	Identificação partidária							Total	
	PS	INDEP.	BE	PSD-PPD	OUTRO	PCP	CDS-PP	n	%
	%	%	%	%	%	%	%		
2005	54.5	30.1	4.3	7.6	1.9	1.2	0.5	422	100.0
2002	62.8	22.1	7.9	3.6	1.5	1.3	0.6	331	100.0
1995	51.2	27.9	11.7	5.0	2.4	1.3	0.5	377	100.0
Média	56.2	26.7	8.0	5.4	1.9	1.3	0.5		

Estes resultados indicam-nos que o PS se encontra na *zona 1* (valores entre 95 e 100) do Campo Político Eleitoral dos sujeitos que se identificam com o PS, na *zona 3* (valores entre 25 e 49.9) do grupo que se identifica com o BE e do grupo dos independentes e na *zona 4* (valores entre 10 e 24.9) dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD, CDS-PP e PCP. Este posicionamento é compatível com os resultados obtidos pelo PS nas eleições de 2005, 2002 e 1999 em cada um dos grupos de identificação partidária. De acordo com estes dados, o PS obtém votos principalmente do grupo de sujeitos que se identifica com o PS (M = 56.2%) e do grupo dos independentes (M = 26.7%), seguido do grupo que se identifica com o BE (M = 8.0%), e, depois, pelos grupos que se identificam com o PSD-PPD (M = 5.4%), com o PCP (M = 1.3%) e com o CDS-PP (0.5%) (cf. **Quadro 5.34**).

5.2.5.2 POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA (PSD-PPD)

5.2.5.2.1 *Simpatia pelo Partido Social-Democrata*

Quando questionados em relação à sua simpatia pelo PSD-PPD (Questão 3.8/ item 2) os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (n = 326) obtêm um resultado médio de 3.12 (DP = .83). Entre os sujeitos dos outros grupos de identificação partidária que manifestam alguma simpatia pelo PSD-PPD (SIMPATIA_PSD), são aqueles que se identificam com o CDS-PP (n = 51) os que simpatizam mais com o PSD-PPD, com um valor médio de 3.10 (DP = .81), seguidos dos independentes (n = 247, M = 1.77, DP = .66), dos que se identificam com o PS (n = 207, M = 1.63, DP = .67), com o BE (n = 88, M = 1.20, DP = .48) e, por último, dos que se identificam com o PCP (n = 21, M = 1.14, DP = .36).

Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o PS com as distribuições dos grupos de sujeitos independentes e com identificação partidária aos outros partidos, verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD é a do grupo que se identifica com o CDS-PP ($U_1 = 1.91$) enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o PCP ($U_1 = 87.57$) (cf. **Quadro 5.35**).

Quadro 5.35 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o PSD-PPD, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.8/ item 2 (*Qual o seu grau de simpatia em relação ao Partido Social-Democrata?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (Medida U_1 de Cohen).

Identificação partidária	Simpatia em relação ao PSD-PPD				
	n	%	M	DP	U_1
PSD	326	100.0	3.12	0.83	0.00
CDS	51	100.0	3.10	0.81	1.91
Independentes	247	87.0	1.77	0.66	76.96
PS	207	78.7	1.63	0.67	79.96
PCP	21	39.6	1.14	0.36	87.57
BE	88	78.6	1.20	0.48	88.15

5.2.5.2.2 *Probabilidade de voto no Partido Social-Democrata*

Questionando os mesmos sujeitos sobre a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, puderem vir a votar no PSD-PPD (Questão 3.9/ item 2), verificamos que 322 sujeitos (98.8%) que se identificam com o PSD-PPD admitem vir a votar no PSD-PPD em futuras eleições. De entre os outros sujeitos, o grupo em que maior número admite poder vir a votar no PSD-PPD são os sujeitos que se identificam com o CDS-PP (94.1%), seguidos dos independentes (84.5%), dos que se identificam com PS

(55.9%), com o BE (36.6%), e com o PCP (5.7%). O valor médio das respostas dos 322 sujeitos que simpatizam com o PSD-PPD e que admitem poder vir a votar neste partido é de 3.17 (DP = .88). Entre os sujeitos de outros grupos de identificação partidária que admitem poder vir a votar no PSD-PPD é o grupo dos que se identificam com o CDS-PP aquele que revela maior probabilidade de vir a votar no PSD-PPD (n= 48, M = 3.06, DP = .91), seguido dos independentes (n = 240, M = 1.89, DP = .80), dos sujeitos que se identificam com o PS (n = 147, M = 1.56, DP = .74), com o BE (n = 41, M = 1.29, DP = .68) e com o PCP (n = 3, M = 1.00, DP = .00).

Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD com as distribuições dos grupos de sujeitos independentes e com identificação partidária aos outros partidos, verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD é a do grupo que se identifica com o CDS-PP ($U_1 = 9.5$) enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o PCP ($U_1 = 88.05$) (cf. **Quadro 5.36**).

Quadro 5.36 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no PSD-PPD, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 2 (*Qual a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República poder vir a votar no Partido Social-Democrata?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (Medida U_1 de Cohen).

Identificação partidária	Probabilidade de voto no PSD-PPD				
	n	%	M	DP	U1
PSD	322	98.8	3.17	0.875	0.00
CDS	48	94.1	3.06	0.909	9.50
Independentes	240	84.5	1.89	0.797	71.17
PS	147	55.9	1.56	0.741	79.86
BE	41	36.6	1.29	0.680	84.26
PCP	3	5.7	1.00	0.000	88.05

5.2.5.2.3 *Posicionamento do PSD-PPD no campo político eleitoral dos grupos de identificação partidária*

Conjugando os valores da medida U_1 de Cohen, obtidos na comparação das respostas às questões relativas à simpatia pelo PSD-PPD (Questão 3.8/ item 2) e à probabilidade de voto no PSD-PPD (Questão 3.9/ item 2), obtemos um indicador do posicionamento do PSD-PPD no campo político eleitoral de cada um dos grupos em que o PSD-PPD obtém uma pontuação de 99.4 por parte dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD, de 91.7 por parte do grupo que se identifica com o CDS-PP, de 22.2 por parte dos independentes, de 13.6 por parte dos sujeitos que se identificam com o PS, de 7.6 por parte do grupo que

se identifica com o BE e de 2.8 por parte do grupo de sujeitos que se identifica com o PCP (cf. **Quadro 5.37**).

Quadro 5.37 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis Simpatia e Probabilidade de Voto e indicador de posicionamento do PSD-PPD no Campo Político Eleitoral (CPE) dos diferentes grupos de identificação partidária.

Identificação partidária	Simpatia (*)	Probabilidade de voto (**)	Posição no CPE
	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	(1)+(2)/2
	(1)	(4)	(3)
PSD	100.0	98.8	99,4
CDS	98.1	85.2	91,7
Independentes	20.0	24.4	22,2
PS	15.8	11.3	13,6
BE	9.3	5.8	7,6
PCP	4.9	0.7	2,8

(*) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável Simpatia encontram-se no Quadro 5.35.

(**) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável Probabilidade de voto encontram-se no Quadro 5.36.

Quadro 5.38 - Número de sujeitos que votaram no PSD-PPD nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com a sua identificação partidária.

Eleições legislativas	Identificação partidária							Total	
	PSD-PPD	INDEP	CDS-PP	PS	OUTRO	BE	PCP	n	%
	%	%	%	%	%	%	%		
2005	75.2	16.8	6.7	.03	1.0			315	100.0
2002	65.8	22.4	3.5	4.5	1.7	2.0		401	100.0
1999)	68.7	23.3	3.5	2.6	1.9			313	100.0
Média	69.9	20.9	4.6	2.5	1.5	0.7			

Estes resultados indicam-nos que o PSD-PPD se encontra na *zona 1* (valores entre 95 e 100) do Campo Político Eleitoral dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD, na *zona 2* (valores entre 50 e 94.9) do grupo que se identifica com o CDS-PP, na *zona 4* (valores entre 10 e 24.9) dos independentes e dos sujeitos que se identificam com o PS e na *zona 5* (valores entre 0 e 9.9) dos que se identificam com o BE e PCP. Este posicionamento é compatível com os resultados obtidos pelo PSD-PPD nas eleições de 2005, 2002 e 1999 em cada um dos grupos de identificação partidária. De acordo com estes dados, o PSD-PPD obtém votos principalmente do grupo de sujeitos que se identifica com o próprio PSD-PPD (M = 69.9%) e do grupo dos independentes (M = 20.9%), seguido do grupo que se identifica com o CDS-PP (M = 4.6%), e pelos grupos que se identificam com o PS (M = 2.5%), e com o BE (0.7%) (cf. **Quadro 5.38**).

5.2.5.3 POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)

5.2.5.3.1 Simpatia pelo Partido Comunista Português

Quando questionados em relação à sua simpatia pelo PCP (Questão 3.8/ item 3) os sujeitos que se identificam com o PCP (n = 53) obtêm um resultado médio de 3.62 (DP= .74). Entre os sujeitos dos outros grupos de identificação partidária que manifestam alguma simpatia pelo PCP (SIMPATIA_PCP), são aqueles que se identificam com o BE (n = 110) os que simpatizam mais com o PCP, com um valor médio de 2.18 (DP = .55), seguidos dos sujeitos que se identificam com o PS (n = 214, M = 1.85, DP = .69), dos independentes (n = 252, M = 1.67, DP = .70), dos que se identificam com o PSD-PPD (n = 238, M = 1.35, DP = .55) e, por último, dos que se identificam com o CDS-PP (n = 35, M = 1.14, DP = .36).

Quadro 5.39 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o PCP, média e desvios padrão das respostas à questão p_308/ item 3 (*Qual o seu grau de simpatia em relação ao Partido Comunista?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PCP (Medida U_1 de Cohen).

Identificação partidária	Simpatia em relação ao PCP				
	n	%	M	DP	U1
PCP	53	100	3.62	0.74	0.00
BE	110	98.2	2.18	0.55	76.56
PS	214	81.4	1.85	0.69	81.42
Independentes	252	88.7	1.67	0.70	85.15
PSD	238	73	1.35	0.55	94.45
CDS	35	68.6	1.14	0.36	95.51

Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o PCP com as distribuições dos grupos de sujeitos independentes e com identificação partidária aos outros partidos, verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos que se identificam com o PCP é a do grupo que se identifica com o BE ($U_1 = 76.56$) enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o CDS-PP ($U_1 = 95.51$) (cf. **Quadro 5.39**).

5.2.5.3.2 Probabilidade de voto no Partido Comunista Português

Questionando os mesmos sujeitos sobre a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, puderem vir a votar no PCP (Questão 3.9/ item 3), verificamos que 52 sujeitos (98.1%) que se identificam com o PCP admitem vir a votar no PCP em futuras eleições. De entre os outros, o grupo em que maior número admite poder vir a votar no PCP são os os sujeitos que se identificam com o BE (83.0%), seguidos dos independentes (72.9%), do grupo que se identifica com o PS (55.5%), do grupo que se

identifica com o PSD-PPD (31.6%) e do grupo que se identifica com o CDS-PP (33.3%). O valor médio das respostas dos 52 sujeitos que simpatizam com o PCP e que admitem poder vir a votar neste partido é de 3.29 (DP = .83). Entre os sujeitos de outros grupos de identificação partidária que admitem poder vir a votar no PCP é o grupo dos que se identificam com o BE aquele que revela maior probabilidade de vir a votar no PCP (n= 93, M = 1.88, DP = .69), seguido dos independentes (n = 207, M = 1.53, DP = .76), do grupo que se identifica com o PS (n= 146, M = 1.43, DP = .69), com o PSD-PPD (n = 103, M = 1.35, DP = .57) e com o CDS-PP (n= 17, M = 1.06, DP = .24).

Quadro 5.40 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no PS, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 3 (*Qual a probabilidade de, numa futura eleição para a Assembleia da República poder vir a votar no Partido Comunista?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PCP (Medida U_1 de Cohen).

Identificação partidária	Probabilidade de voto no PCP				
	n	%	M	DP	U1
PCP	52	98.1	3.29	0.83	0.00
BE	93	83	1.88	0.69	79.45
Independentes	207	72.9	1.53	0.76	85.54
PS	146	55.5	1.43	0.70	88.71
PSD	103	31.6	1.35	0.57	92.13
CDS	17	33.3	1.06	0.24	93.25

Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o PS com as distribuições dos outros grupos verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos que se identificam com o PS é a do grupo que se identifica com o BE ($U_1 = 79.45$), enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o CDS-PP ($U_1 = 93.25$) (cf. **Quadro 5.40**).

5.2.5.3.3 Posicionamento do PCP no campo político eleitoral dos grupos de identificação partidária

Conjugando os valores de U_1 obtidos na comparação das respostas às questões relativas à simpatia pelo PCP (Questão 3.8/ item 3) e à probabilidade de voto no PCP (Questão 3.9/ item 3) obtemos um indicador do posicionamento deste partido no campo político eleitoral de cada um dos grupos, em que o PCP obtém uma pontuação de 99.1 por parte dos sujeitos que se identificam com o PCP, de 20.1 por parte do grupo que se identifica com o BE, de 11.9 por parte dos independentes, de 10.7 por parte dos sujeitos que se identificam com o PS, de 3.3 por parte do grupo que se identifica com o PSD-PPD e de 2.7 por parte do grupo de sujeitos que se identifica com o CDS-PP (cf. **Quadro 5.41**).

Quadro 5.41 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis Simpatia e Probabilidade de Voto e indicador de posicionamento do PCP no Campo Político Eleitoral (CPE) dos diferentes grupos de identificação partidária.

Identificação partidária	Simpatia (*)	Probabilidade de voto (**)	Posição no CPE
	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	$(1)+(2)/2$
	(1)	(2)	(3)
PCP	100.0	98.1	99,1
BE	23.0	17.1	20,1
Ind.	13.2	10.5	11,9
PS	15.1	6.3	10,7
PSD	4.1	2.5	3,3
CDS	3.1	2.2	2,7

(*) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável Simpatia encontram-se no Quadro 5.39

(**) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável Probabilidade de voto encontram-se no Quadro 5.40.

Estes resultados indicam-nos que o PCP se encontra na *zona 1* (valores entre 95 e 100) do Campo Político Eleitoral dos sujeitos que se identificam com o PCP, na *zona 4* (valores entre 10 e 24.9) dos sujeitos que se identificam com o BE, com o PS e Independentes e na *zona 5* (valores entre 0 e 9.9) dos que se identificam com o PSD-PPD e com o CDS-PP.

Quadro 5.42 - Número de sujeitos que votaram no PCP nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com a sua Identificação partidária.

Eleições Legislativas	Identificação partidária							Total	
	PCP	INDEP	BE	OUTRO	PS	PSD-PPD	CDS-PP	n	%
	%	%	%	%	%	%	%		
2005	73.0	19.0		3.2	4.8			63	100.0
2002	57.6	24.2	12.1	6.1				66	100.0
1999	44.9	13.5	21.3	7.9	11.2	1.1		89	100.0
Média	58.5	18.9	11.2	5.7	5.3	0.4			

Este posicionamento é compatível com os resultados obtidos pelo PCP nas eleições de 2005, 2002 e 1999 em cada um dos grupos de identificação partidária. De acordo com estes dados, o PCP obtém votos principalmente do grupo de sujeitos que se identifica com o próprio PCP (M = 58.5%) e do grupo dos independentes (M = 18.9%), seguido dos grupos de sujeitos que se identificam com o BE (M = 11.2%), com Outro/s partidos (M = 5.7%), com o PS (M = 5.3%) e com o PSD-PPD (M = 0.4%) (cf. **Quadro 5.42**)

5.2.5.4 POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL (CDS-PP)

5.2.5.4.1 Simpatia pelo Centro Democrático Social - Partido Popular

Quando questionados em relação à sua simpatia pelo CDS-PP (Questão 3.8/ item 4 os sujeitos que se identificam com o CDS-PP (n = 51) obtêm um resultado médio de 2.80 (DP = .87). Entre os sujeitos dos outros grupos de identificação partidária que manifestam alguma simpatia pelo CDS (SIMPATIA_CDS), são aqueles que se identificam com o PSD-PPD (n = 290) os que simpatizam mais com o CDS-PP, com um valor médio de 1.99 (DP = .72), seguidos dos independentes (n = 201, M = 1.42, DP = .58), dos que se identificam com o BE (n = 27, M = 1.30, DP = .47), com o PS (n = 124, M = 1.26, DP = .52) e, por último, dos que se identificam com o PCP (n = 12, M = 1.08, DP = .29).

Quadro 5.43 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o CDS-PP, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.8/ item 4 (*Qual o seu grau de simpatia em relação ao Centro Democrático Social — Partido Popular?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o CDS-PP (Medida U_1 de Cohen).

Identificação partidária	Simpatia em relação ao CDS-PP				
	n	%	M	DP	U_1
CDS-PP	51	100	2.80	0.87	0.00
PSD-PPD	290	89	1.99	0.72	58.73
Independentes	201	70.8	1.42	0.58	83.23
PS	124	47.1	1.26	0.52	86.88
BE	27	24.1	1.30	0.47	80.79
PCP	12	22.6	1.08	0.29	83.60

Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o CDS-PP com as distribuições dos grupos de sujeitos independentes e com identificação partidária aos outros partidos, verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP é a do grupo que se identifica com o PSD ($U_1 = 58.73$) enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o PCP ($U_1 = 83.60$,) (cf. **Quadro 5.43**).

5.2.5.4.2 Probabilidade de voto no Centro Democrático Social - Partido Popular

Questionando os mesmos sujeitos sobre a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, puderem vir a votar no CDS-PP (Questão 3.9/ item 4) verificamos que 47 sujeitos que se identificam com o CDS-PP (92.2%) admitem vir a votar neste partido em futuras eleições. De entre os outros, o grupo em que maior número admite poder vir a votar no CDS-PP são os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD

(68.1%), seguidos dos independentes (58.5%), do grupo que se identifica com o PS (25.9%), do grupo que se identifica com o BE (8.9%) e do grupo que se identifica com o PCP (7.5%). O valor médio das respostas dos 47 sujeitos que simpatizam com o CDS-PP e que admitem poder vir a votar neste partido é de 2.62 (DP = .92). Entre os sujeitos de outros grupos de identificação partidária que admitem poder vir a votar no CDS-PP é o grupo dos que se identificam com o PSD-PPD aquele que revela a probabilidade mais elevada (n = 222, M = 1.74, DP = .88), seguido dos independentes (n = 166, M = 1.54, DP = .71), do grupo que se identifica com o BE (n = 10, M = 1.40, DP = .52), com o PS (n = 68, M = 1.25, DP = .53) e com o PCP (n = 4, M = 1.25, DP = .50). Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o CDS-PP com as distribuições dos grupos de sujeitos independentes e com identificação partidária aos outros partidos, verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP é a do grupo que se identifica com o PSD-PPD ($U_1 = 55.14$,) enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o PCP ($U_1 = 71.17$) (cf. **Quadro 5.44**).

Quadro 5.44 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no PS, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 4 (*Qual a probabilidade de, numa futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar no Partido Comunista?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PCP (Medida U_1 de Cohen).

Identificação partidária	Probabilidade de voto no CDS-PP				
	n	%	M	DP	U_1
CDS-PP	47	92.2	2.62	0.92	0.00
PSD-PPD	222	68.1	1.74	0.88	55.14
Independentes	166	58.5	1.54	0.71	68.58
PS	68	25.9	1.25	0.53	79.63
BE	10	8.9	1.40	0.52	68.20
PCP	4	7.5	1.25	0.50	71.17

5.2.5.4.3 *Posicionamento do CDS-PP no campo político eleitoral dos grupos de identificação partidária*

Conjugando os valores U_1 obtidos na comparação das respostas às questões relativas à simpatia (Questão 3.8/ item 4) e à probabilidade de voto no CDS-PP (Questão 3.9/ item 4) obtemos um indicador do posicionamento deste partido no campo político eleitoral de cada um dos grupos, em que o CDS-PP obtém uma pontuação de 96.1 por parte dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP, de 33.6 por parte do grupo que se identifica com o PSD-PPD, de 15.2 por parte dos independentes, de 5.8 por parte dos sujeitos que se

identificam com o PS, de 3.7 por parte do grupo que se identifica com o BE e de 3.0 por parte do grupo de sujeitos que se identifica com o PCP (cf. **Quadro 5.45**).

Quadro 5.45 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis Simpatia e Probabilidade de Voto e indicador de posicionamento do CDS-PP no campo político eleitoral dos diferentes grupos de identificação partidária.

Identificação Partidária	Simpatia (*)	Probabilidade de voto (**)	Posição no CPE
	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	(1)+(2)/4
	(1)	(2)	(3)
CDS	100.0	92.2	96.1
PSD	36.7	30.5	33.6
Independentes	11.9	18.4	15.2
PS	6.2	5.3	5.8
BE	4.6	2.8	3.7
PCP	3.7	2.2	3.0

(*) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável Simpatia encontram-se no Quadro 5.43

(**) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável Probabilidade de voto encontram-se no Quadro 5.44.

Estes resultados indicam-nos que o CDS-PP se encontra na *zona 1* (valores entre 95 e 100) do Campo Político Eleitoral dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP, na *zona 3* (valores entre 25 e 49.9) dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD, na *zona 4* (valores entre 10 e 24.9) dos independentes e na *zona 5* (valores entre 0 e 9.9) dos sujeitos que se identificam com o PS, BE e PCP.

Quadro 5.46 - Número de sujeitos que votaram no CDS-PP nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com a sua Identificação partidária.

Eleição	Identificação partidária							Total	
	CDS-PP	PSD-PPD	Indep.	OUTRO	PS	BE	PCP	n	%
	%	%	%	%	%	%	%		
2005	30.4	36.2	33.3					69	100.0
2002	57.7	23.1	19.2					52	100.0
1999	45.8	33.3	20.8					48	100.0
Média	44.7	30.9	24.5						

Este posicionamento é compatível com os resultados obtidos pelo CDS-PP nas eleições de 2005, 2002 e 1999 em cada um dos grupos de identificação partidária. De acordo com estes dados, o CDS-PP obtém votos principalmente do grupo de sujeitos que se identifica com o próprio CDS-PP (M = 44.7%). seguido do grupo que se identifica com o PSD-PPD (30.9%), e dos independentes (M = 24.5%) (cf. **Quadro 5.46**).

5.2.5.5. POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AO BLOCO DE ESQUERDA (BE)

5.2.5.5.1 *Simpatia em relação ao Bloco de Esquerda*

Quando questionados em relação à sua simpatia pelo BE (Questão 3.8/ item 5) os sujeitos que se identificam com o BE (n = 112) obtém um resultado médio de 3.28 (DP = .69). Entre os sujeitos dos outros grupos de identificação partidária que manifestam alguma simpatia pelo BE (SIMPATIA_BE), são aqueles que se identificam com o PCP (n = 50) os

Quadro 5.47 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o BE, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.8/ item 5 (*Qual o seu grau de simpatia em relação ao Bloco de Esquerda?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o BE (Medida U_1 de Cohen).

Identificação partidária	Simpatia em relação ao BE				
	n	%	M	DP	U1
BE	112	100.0	3.28	0.687	0.00
PCP	50	94.3	2.54	0.734	57.35
PS	227	86.3	2.08	0.739	74.52
Independentes	247	87.0	1.95	0.739	78.21
PSD-PPD	224	68.7	1.48	0.683	89.60
CDS-PP	28	54.9	1.29	0.535	92.95

que simpatizam mais com o BE. com um valor médio de 2.54 (DP = .73), seguidos dos que se identificam com o PS (n = 227. M = 2.08. DP = .7), dos Independentes (n = 247. M = 1.95. DP = .74), dos que se identificam com o PSD-PPD (n = 224. M = 1.48. DP = .68) e, por último, dos que se identificam com o CDS-PP (n = 28. M = 1.29. DP = .54). Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o BE com as distribuições dos grupos de sujeitos independentes e com identificação partidária aos outros partidos, verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos que se identificam com o BE é a do grupo que se identifica com o PCP ($U_1 = 57.35$) enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o CDS-PP ($U_1 = 92.95$) (cf. **Quadro 5.47**).

5.2.5.5.2 *Probabilidade de voto no Bloco de Esquerda*

Questionando os mesmos sujeitos sobre a probabilidade de, numa futuras eleições para a Assembleia da República, puderem vir a votar no BE (Questão 3.9/ item 5), verificamos que 109 sujeitos (97.3%) que se identificam com o BE admitem vir a votar neste partido em futuras eleições. De entre os outros, o grupo em que maior número admite poder vir a votar no CDS-PP são os independentes (78.5%), seguidos dos sujeitos que se identificam com o PS (66.5%), com o PCP (50.9%), com o PSD-PPD (37.7%) e do grupo que se

identifica com o CDS-PP (23.5%). O valor médio das respostas dos 109 sujeitos que simpatizam com o BE e que admitem poder vir a votar neste partido é de 2.97 (DP = .76).

Quadro 5.48 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no BE, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 5 (*Qual a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República poder vir a votar no Bloco de Esquerda?*) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PCP (Medida U_1 de Cohen).

Identificação partidária	Probabilidade de voto no BE				
	n	%	M	DP	U_1
BE	109	97.3	2.97	0.763	0
PS	175	66.5	1.76	0.765	72.73
PCP	27	50.9	1.7	0.869	73.55
Independentes	223	78.5	1.67	0.714	77.04
PSD-PPD	123	37.7	1.44	0.589	87.03
CDS	12	23.5	1	0	90.39

Entre os sujeitos de outros grupos de identificação partidária que admitem poder vir a votar no BE é o grupo dos que se identificam com o PS aquele que revela a probabilidade mais elevada ($n = 175$, $M = 1.76$, $DP = .77$), seguido dos independentes ($n = 223$, $M = 1.67$, $DP = .71$), do grupo que se identifica com o PCP ($n = 27$, $M = 1.70$, $DP = .87$), com o PSD-PPD ($n = 123$, $M = 1.44$, $DP = .59$) e com o CDS-PP ($n = 12$, $M = 1.00$, $DP = .00$). Usando a medida U_1 de Cohen para comparar a distribuição das respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com o BE com as distribuições dos grupos de sujeitos independentes e com identificação partidária aos outros partidos, verificamos que a distribuição que mais se aproxima da dos sujeitos que se identificam com o BE é a do grupo que se identifica com o PS ($U_1 = 72.73$) enquanto a que mais se afasta é a do grupo que se identifica com o CDS-PP ($U_1 = 90.39$) (cf. **Quadro 5.48**).

5.2.5.5.3 Posicionamento do BE no campo político eleitoral dos grupos de identificação partidária

Conjugando os valores U_1 obtidos na comparação das respostas às questões relativas à simpatia (Questão 3.8/ tem 5) e à probabilidade de voto no BE (Questão 3.9/ item 5) obtemos um indicador do posicionamento deste partido no campo político eleitoral de cada um dos grupos, em que o BE obtém uma pontuação de 98.7 por parte dos sujeitos que se identificam com o BE, de 26.9 por parte do grupo que se identificam com o PCP, de 20.1 por parte dos sujeitos que se identificam com o PS, de 18.5 por parte dos independentes, de 6.0 por parte dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e de 3.1 por parte do grupo que se identifica com o CDS-PP (cf. **Quadro 5.49**).

Quadro 5.49 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis Simpatia e Probabilidade de Voto e indicador de posicionamento do BE no campo político eleitoral dos diferentes grupos de identificação partidária.

Identificação Partidária	Simpatia (*)	Probabilidade de voto (**)	Posição no CPE
	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	$\frac{(100 - U_1) \times P}{100}$	(1)+(2)/2
	(1)	(2)	(3)
BE	100.0	97.3	98.7
PCP	40.2	13.5	26.9
PS	22.0	18.1	20.1
Ind.	19.0	18.0	18.5
PSD	7.1	4.9	6.0
CDS	3.9	2.3	3.1

(*) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável Simpatia encontram-se no quadro 5.47

(**) Os valores de U_1 e P (percentagem) referentes à variável Probabilidade de voto. encontram-se no quadro 5.48.

Estes resultados indicam-nos que o BE se encontra na *zona 1* (valores entre 95 e 100) do Campo Político Eleitoral dos sujeitos que se identificam com o BE, na *zona 3* (valores entre 25 e 49.9) dos sujeitos que se identificam com o PCP, na *zona 4* (valores entre 10 e 24.9) dos sujeitos que se identificam com o PS e dos independentes e na *zona 5* (valores entre 0 e 9.9) dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e com o CDS-PP.

Quadro 5.50 - Número de sujeitos que votaram no BE nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com a sua identificação partidária.

Eleição	Identificação partidária							Total	
	BE	Indep.	PS	PCP	OUTRO	PSD-PPD	CDS-PP	n	%
	%	%	%	%	%	%	%		
2005	58.6	26.4	7.1	3.6	4.3			140	100.0
2002	52.5	32.7	7.9	4.0	3.0			101	100.0
1999	75.0	17.9	7.1					28	100.0
Média	62.0	25.7	7.4	2.5	2.4				

Este posicionamento é compatível com os resultados obtidos pelo BE nas eleições de 2005, 2002 e 1999 em cada um dos grupos de identificação partidária. De acordo com estes dados, o BE obtém votos principalmente do grupo de sujeitos que se identifica com o próprio BE (M = 62.0%), seguido dos independentes (M = 25.7%), do grupo que se identifica com o PS (M = 7.4%), e dos grupo que se identificam com o PCP (M = 2.5%) e com outros partidos (M = 2.4%) (cf. **Quadro 5.50**).

5.2.6 CAMPO POLÍTICO ELEITORAL DOS SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM PARTIDOS POLITICOS

5.2.6.1 CAMPO POLITICO ELEITORAL DOS SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O CDS-PP

Apenas um grupo, o dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP, inclui um partido — o PSD-PPD — na zona de identidade competitiva. Para além desta preferência pelo PSD-PPD como segunda escolha, num registo que, para uma grande número de sujeitos deste grupo, é num valor equivalente à opção pelo voto no partido que constitui o núcleo central da sua identidade partidária, apenas outro grupo — o PS — aparece como hipótese de segunda escolha para este grupo, enquanto o BE e o PCP estão na sua zona de exclusão. O CDS-PP é também o partido que faz parte da zona de exclusão de um maior número de grupos, nomeadamente, dos que se identificam com o BE, com o PCP e com o PS. Estas características — número de segundas escolhas diminuto, vários grupos na sua zona de exclusão e inclusão deste grupo na zona de exclusão de outros grupos — colocam este partido num dos extremos do espectro de escolhas eleitorais.

Quadro 5.51 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no Campo Político Eleitoral destes sujeitos.

Eleição	Campo político eleitoral dos sujeitos com identificação partidária ao CDS-PP										B/N. Abst			
	ZONA 1		ZONA 2		ZONA 3		ZONA 4		ZONA 5					
	CDS-PP		PSD-PPD				PS		BE		PCP			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
2005 (n = 51)	21	41.2	21	41.2			2	3.9					7	13.7
2002 (n = 27)	15	55.6	10	37.0			2	7.4						
1999 (n = 24)	17	70.8	3	12.5			2	8.3					2	8.3
Média		55.9		30.2				6.5						7.3

Abst= abstenção; B/N = Voto branco ou nulo.

Analisando o comportamento de voto dos sujeitos da nossa amostra que se identificam com o CDS-PP ao longo das últimas três eleições para a Assembleia da República⁴³

⁴³ Nesta análise só nos interessa considerar os sujeitos que se identificam com o partido em causa no momento da votação. Como não sabemos qual era identidade partidária dos sujeitos da nossa amostra nas eleições de 2002 e 1999, considerámos apenas aqueles casos em que a resposta à Questão 4.5 (*A sua simpatia foi sempre por esse partido ou já foi simpatizante de outro partido?*) assinalaram a opção *Fui sempre simpatizante do mesmo partido*. No entanto, para as eleições de 2005, dada a proximidade entre essas eleições, realizadas em Fevereiro de 2005, e o preenchimento do questionário, realizado um ano depois (no primeiro triénio de 2006), considerámos que a identidade partidária no momento da votação era aquela que referiram na sua resposta à Questão 4.2, pelo que, neste caso, foram consideradas todas as respostas que assinalavam a identidade no partido em causa. Também não

podemos verificar que este se adequa perfeitamente à definição que propomos para o campo de escolhas eleitorais dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP (cf. **Quadro 5.51**)

5.2.6.2 CAMPO POLITICO ELEITORAL DOS SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O PSD-PPD

O grupo dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD inclui apenas um partido — o CDS-PP — na Zona 3 e outro — o PS — na zona 4 do seu campo político de opções eleitorais. O BE e o PCP estão na zona de exclusão. As características deste grupo colocam-no próximo do CDS-PP — ambos os grupos se preferem entre si como segunda opção e partilham a inclusão do PCP e do BE na sua zona de exclusão —, embora o afastem do extremo do espectro de escolhas eleitorais pelo maior número de segundas escolhas, e pelo facto de o PSD-PPD apenas aparecer na zona de exclusão de um único grupo — o dos que se identificam com o PCP.

Quadro 5.52 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos.

Eleição	Campo político eleitoral dos sujeitos com identificação partidária ao										B/N. Abst			
	PSD-PPD													
	ZONA 1		ZONA 2		ZONA 3		ZONA 4		ZONA 5		n	%		
	PSD-PPD				CDS-PP		PS		BE				PCP	
n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%			
2005 (n = 325)	237	72.9			23	7.1	32	9.8	5	1.5			28	8.6
2002 (n = 209)	191	91.4			5	2.4	5	2.4					8	3.8
1999 (n = 24)	171	93.4					5	2.7					7	3.8
Média		85.9				3.2		5.0		.5				5.4

Abst= abstenção; B/N = Voto branco ou nulo.

Analisando o comportamento de voto dos sujeitos da nossa amostra que se identificam com o PSD-PPD ao longo das eleições para a Assembleia da República realizadas desde 1999 verificamos que, também neste caso, está dentro daquilo que o modelo proposto prevê, embora se registre nas eleições de 2005 que 5 sujeitos identificados com o PSD-PPD votam no BE, o que supostamente não deveria acontecer, uma vez que este partido está na zona de exclusão deste grupo. Verifica-se, também, que o ano em que o PSD-PPD ganhou

considerámos os sujeitos que não tinham idade para votar e aqueles que, nas questões relativas à votação (p_4.22/ itens 1 a 3), não responderam ou responderam que não se lembram.

as eleições por maioria absoluta foi também o ano em que dispersou menos votos por outros partidos e que foi em 2005, ano em que o PS ganhou por maioria absoluta, que se verificou o maior número de segundas escolhas de sujeitos identificados com o PSD-PPD para outros partidos, nomeadamente para o PS (cf. **Quadro 5.52**).

5.2.6.3 CAMPO POLÍTICO ELEITORAL DOS SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O PCP

O grupo dos sujeitos que se identificam com o PCP apresenta, na definição do seu campo eleitoral, características semelhantes ao grupo dos que se identificam com o CDS, embora com uma diferença significativa no facto de não incluir nenhum partido na sua zona de identidade competitiva, o que torna a identidade deste grupo mais forte. O campo das suas segundas escolhas inclui apenas um partido na zona 4 — o BE— , enquanto os outros três partidos — PS, CDS-PP e PSD-PPD — estão na sua zona de exclusão. O PCP é, por sua vez, um partido incluído na zona de exclusão daqueles que se identificam com o CDS-PP e com o PSD-PPD. Estas características colocam também este grupo num dos extremos do espectro eleitoral, em oposição ao CDS-PP e ao PSD-PPD. Os sujeitos que se identificam com o CDS-PP e os que o fazem com o PCP excluem-se mutuamente das suas opções eleitorais e o mesmo acontece entre os que se identificam com o PSD-PPD e com o PCP, o que coloca o PCP no extremo oposto ao do CDS-PP.

Quadro 5.53 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o PCP nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos.

Eleição	Campo político eleitoral dos sujeitos com identificação partidária ao PCP							B/N. Abst								
	ZONA 1		ZONA 2		ZONA 3		ZONA 4		ZONA 5							
	PCP						BE		PS		CDS-PP		PSD-PPD			
	n	%	n	%	n	%	n		%	n	%	n	%	n	%	
2005 (n = 52)	46	85.5							5	9.6					1	1.9
2002 (n = 34)	33	97.1							1	2.9						
1999 (n = 32)	31	96.9							1	3.1						
Média		93.2								5.2						.6

Abst= abstenção; B/N = Voto branco ou nulo.

Analisando o comportamento de voto dos sujeitos da nossa amostra que se identificam com o PCP ao longo das eleições para a Assembleia da República realizadas entre 1991 e 2005, verificamos que ele se enquadra dentro daquilo que o nosso modelo preconiza, embora os votos deste grupo noutros partidos que não o PCP apenas se concretizem no PS. Nenhum dos sujeitos deste grupo votou no BE, partido que se situa na zona 4 do seu

campo eleitoral, o que faria dele, supostamente, uma alternativa mais provável para os votos de segunda escolha deste grupo. Vemos também que foi em 2005, ano em que o PS ganhou as eleições por maioria absoluta, que mais sujeitos identificados com o PCP votaram no PS (cf. **Quadro 5.53**).

5.2.6.4 CAMPO POLITICO ELEITORAL DOS SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O BE

O grupo dos sujeitos que se identificam com o BE inclui dois partidos na sua zona 3 — PS e PCP — e os outros dois partidos — o PSD-PPD e CDS-PP — na zona 5. Por outro lado, o BE é incluído na zona de exclusão do CDS-PP e do PSD-PPD. As características deste grupo colocam-no próximo do PCP — ambos os grupos se incluem mutuamente no leque das segundas escolhas — embora o BE apresente uma maior número de opções de segunda escolha —, o que o afasta do extremo do espectro de escolhas eleitorais e o coloca numa posição mais central.

O comportamento de voto dos sujeitos da nossa amostra que se identificam com o BE está de acordo com o nosso modelo, especialmente no que se refere às eleições de 2005 e 2002. Nas eleições de 1999 verifica-se que os votos em partidos de segunda opção são em maior número do que aqueles que ocorrem no BE, o que não está de acordo com o que o modelo preconiza (cf. **Quadro 5.54**).

Quadro 5.54 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o BE nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos

Eleição	Campo político eleitoral dos sujeitos com identificação partidária ao BE								B/N. Abst			
	ZONA 1		ZONA 2		ZONA 3		ZONA 4				ZONA 5	
	BE				PS		PCP		PSD-PPD		CDS-PP	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
2005 (n = 112)	82	73.2			18	16.1					12	10.7
2002 (n = 23)	14	60.9			4	17.4					5	21.7
1999 (n = 24)	5	26.3			7	36.8	2	10.5			5	26.3
Média		53.5				23.4		3.5				19.6

ABST= abstenção; B/N = Voto branco ou nulo.

5.2.6.5 CAMPO POLITICO ELEITORAL DOS SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O PS

O grupo dos sujeitos que se identificam com o PS inclui três partidos nas suas segundas escolhas: o BE na zona 3 e o PSD-PPD na zona 4, enquanto o PCP e o CDS-PP são incluídos na zona de exclusão, sendo que em relação a este último partido — CDS-PP, trata-se do

único caso em que a colocação na zona de exclusão não é recíproca. O PS é, aliás, o único partido que apenas está incluído na zona de exclusão de um dos outros grupos — o PCP. Estas características colocam o PS no centro do espectro das escolhas eleitorais. O comportamento de voto dos sujeitos da nossa amostra que se identificam com o PS, é, também ele, compatível com o modelo proposto (cf. **Quadro 5.55**).

Quadro 5.55 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o PS nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos

Eleição	Campo político eleitoral dos sujeitos com identificação partidária ao PS										B/N. Abst			
	ZONA 1		ZONA 2		ZONA 3		ZONA 4		ZONA 5					
	PS				BE		PSD		PCP		CDS-PP			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
2005 (n = 263)	230	87.5			10	3.8	1	.4	3	1.1			19	7.2
2002 (n = 165)	151	91.5			6	3.6	4	2.4					4	2.4
1999 (n = 149)	145	97.3											4	2.7
Média		92.1				2.5		.9		.4				4.1

ABST= abstenção; B/N = Voto branco ou nulo.

5.2.6.6 CAMPO POLITICO ELEITORAL DOS SUJEITOS INDEPENDENTES

No grupo dos independentes o BE, o PS e o PSD-PP estão na zona 3 e o CDS-PP e o PCP na zona 4 das segundas escolhas eleitorais.

Quadro 5.56 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o Outro(s)partido(s) nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos

Eleição	Campo político eleitoral dos sujeitos sem identificação partidária										B/N. Abst					
	ZONA 1		ZONA 2		ZONA 3				ZONA 4				ZONA 5			
					PS		PSD		BE		CDS		PCP			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
2005 (n = 282)					127	45.0	53	18.8	37	13.1	25	8.9	12	4.3	28	9.9
2002 (n = 245)					73	29.8	90	36.7	33	13.5	10	4.1	16	6.5	23	9.4
1999 (n = 231)					105	45.5	73	31.6	5	2.2	10	4.3	12	5.2	26	11.3
Média						40.1		29.0		9.6		5.8		5.3		10.2

ABST= abstenção; B/N = Voto branco ou nulo.

Este grupo não exclui qualquer partido das suas potenciais segundas escolhas, os que os coloca, enquanto eleitores, no centro do espectro eleitoral, assumindo os independentes, pelo seu maior peso e pelo facto de ser um dos grupos com menor estabilidade eleitoral, um papel relevante nos desequilíbrios eleitorais (cf. **Quadro 5.56**).

5.3 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados obtidos no teste da primeira hipótese permitem-nos concluir que não existe independência dos resultados de uma eleição em relação aos resultados da eleição anterior. Esta associação entre os comportamentos dos sujeitos em eleições diferentes revela estabilidade temporal das escolhas eleitorais, ou seja, uma percentagem elevada de sujeitos actua, quando confrontados com uma eleição, de acordo com a opção que já manifestara em eleições anteriores. Verificamos ainda que mais de metade dos sujeitos mantêm a mesma opção eleitoral nos últimos 6 anos, ou seja, em todos os actos eleitorais para a Assembleia da República realizados entre 1999 e 2005, e que esse número se mantém elevado ao fim de 14 anos — 44.7% dos sujeitos têm, em 2005, as mesmas opções eleitorais que já haviam tido em 1991, 1995, 1999 e 2002. Estes dados evidenciam que as alterações no comportamento eleitoral, embora existam, ocorrem de forma muito lenta e gradual. Estes resultados apoiam claramente a existência de uma assinalável estabilidade no comportamento eleitoral dos sujeitos corroboram a primeira hipótese deste estudo, que postula que *nas eleições para a Assembleia da República a maioria dos eleitores age de acordo com a sua opção na última eleição para este órgão, ou seja, os que votaram num determinado partido político numas eleições votam nesse partido na eleição seguinte, os que votaram em branco ou nulo fazem-no de novo e os que se abstiveram voltam a abster-se.*

No teste da nossa segunda hipótese obtivemos dados que evidenciam a existência de uma forte relação entre a identificação partidária e o sentido de voto, mostrando simultaneamente que se tratam de dois indicadores distintos. A identificação partidária não se confunde com o sentido de voto dos eleitores, mas parece desempenhar funções relevantes no comportamento eleitoral dos sujeitos. Existe, inequivocamente, uma forte associação entre a identificação partidária e a opção de voto dos eleitores. Em todas as eleições legislativas analisadas — de 2005 a 1991 — a percentagem de sujeitos que vota de acordo com a sua identificação partidária situa-se sempre entre os 78.0% e os 90.2%. Verificou-se, pois, que o conhecimento da identificação partidária dos sujeitos permite reduzir de forma estatisticamente significativa o erro na previsão do sentido de voto dos sujeitos.

Em resumo, os resultados obtidos vão também no sentido da hipótese inicial de que *existe uma forte relação entre o comportamento dos sujeitos numa eleição para a Assembleia da República e a sua identificação com um dos partidos políticos, sendo possível diminuir*

significativamente o erro na previsão do sentido de voto dos eleitores sabendo à partida qual a sua identificação partidária.

Estes dois primeiros resultados estão em consonância com os pressupostos defendidos pelo modelo psicossocial do comportamento eleitoral (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Green, Palmquist, & Schickler, 2002; Miller & Shanks, 1996). Também o elevado número de sujeitos que se identificam com um partido evidencia que o prognóstico feito por Dalton e colaboradores (Dalton, 2000; Dalton, Flanagan, & Beck, 1984; Dalton & Wattenberg, 2000; Dalton, McAllister, & Wattenberg, 2000), em relação ao suposto declínio da identificação partidária entre os eleitores das sociedades democráticas (cf. secção 2.2.1), parece não se verificar, também, em relação aos eleitores portugueses.

Os resultados obtidos na comparação entre os tempos de decisão dos eleitores independentes e daqueles que se identificam com um partido político evidencia que *os eleitores que se identificam com um partido político tendem a definir a sua opção eleitoral com maior antecedência em relação à data da votação do que os eleitores independentes (sem simpatia por nenhum partido político).*

Parece que a identificação partidária fornece aos eleitores um quadro de decisão eleitoral prévia que os torna menos sensíveis aos factores de curto prazo que constituem o fulcro das campanhas eleitorais: mais de 70% dos sujeitos com identificação partidária disseram já ter definido a sua opção eleitoral *mais de um mês antes da eleição*, ou seja, a maioria dos sujeitos deste grupo parece definir as suas escolhas sem esperar pela informação que é divulgada e discutida na campanha eleitoral.

Os resultados mostram também que apenas no grupo dos sujeitos com identificação partidária há uma relação estatisticamente significativa entre o tempo de decisão e a manutenção ou alteração da decisão eleitoral em relação à eleição anterior. Dos sujeitos com identificação partidária que decidem a sua opção com mais de um mês de antecedência, 77.0% mantêm a mesma opção da eleição anterior, enquanto entre os que só decidem nos 30 dias imediatamente antes da votação essa percentagem é de apenas 59.2%. No grupo dos independentes a percentagem de sujeitos distribuídos pelas quatro opções é mais homogênea, embora haja uma ligeira tendência para que os que decidem mais cedo mantenham a opção anterior (51.7%) e para que os que decidem mais tarde alterem a sua escolha anterior (59.8%).

Estes dados parecem-nos bastante interessantes uma vez que mostram que existem mudanças no comportamento de voto, mas que essas mudanças não estão apenas

relacionada com a campanha eleitoral, como frequentemente é defendido pelos autores (Chaffee & Rimal, 1996; Fournier, Nadeau, Blais, Gidengil, & Nevirre, 2004) que defendem o papel das variáveis de curto prazo na determinação do comportamento eleitoral. Verifica-se que, em ambos os grupos — sujeitos com identificação partidária e independentes —, a maioria dos que muda a sua opção eleitoral fá-lo mais de um mês antes das eleições, o que evidencia que a mudança de sentido de voto não está apenas relacionada com factores de curto prazo como a campanha eleitoral ou a *performance* dos candidatos. Estes resultados colocam um desafio às interpretações tradicionais sobre a mudança no sentido de voto. Se ela não é atribuível a factores de curto-prazo, também as abordagens tradicionais de Lazarsfeld et al. (1944), Berelson et al. (1954) e Campbell (1960), que valorizam o papel dos factores distais, parecem não poder explicar a sua ocorrência a não ser que se considere, como propomos que se faça, que a identificação partidária não se limita a influenciar a escolha de uma opção eleitoral, mas que funciona como um organizador do campo político eleitoral dos sujeitos e, nesse caso, as mudanças que ocorrem nas opções de voto, não configuram verdadeiras mudanças eleitorais, mas opções eleitorais secundárias compatíveis com o núcleo central da sua identificação partidária. Mais à frente, na discussão dos resultados da Hipótese 5, voltaremos a este tema.

A análise das razões apontadas pelos sujeitos da nossa amostra para fundamentar a sua decisão de votar num determinado partido permite organizar três *clusters* distintos, estando todos os sujeitos independentes incluídos num mesmo agrupamento (*cluster 1*), distribuindo-se a esmagadora maioria dos sujeitos com identificação partidária pelos outros dois *clusters*: no *cluster 2*, a esmagadora maioria dos indivíduos que se identificam com o BE, CDS-PP, PCP e PS e, no *cluster 3*, a maioria dos que se identificam com o PSD-PPD. O *cluster 1* agrupa os sujeitos para quem a decisão de votar é determinada em larga medida pela escolha do “mal menor” (item 8). O *cluster 2* agrupa os sujeitos para quem a decisão de votar é essencialmente determinada por razões de natureza afectiva (itens 2, 3 e 6) e política (itens 1 e 11), e o *cluster 3* junta os sujeitos para quem as razões determinantes parecem ser as de natureza económica (item 10), pragmática (item 9) e pessoal (item 5), assumindo os itens de natureza política e de natureza afectiva um papel menos relevante. Em consonância com estes resultados, verifica-se, também, que o *cluster 1* é, de todos, aquele onde a Eficácia Política é mais alta e o Interesse e a Confiança Política são mais baixos. A Eficácia Política, a Confiança e o Interesse pela Política são, por sua vez, mais elevados no *cluster 2* do que no *cluster 3*, embora esta diferença não seja estatisticamente significativa em nenhum destes indicadores. O *cluster 2* diferencia-se de

forma estatisticamente significativa do *cluster 1* na Confiança Política e no Interesse pela Política, enquanto o *Cluster 3* se diferencia do *cluster 1* na Eficácia e no Interesse pela Política. A identificação partidária parece ser, pois, um indicador de Interesse e de Confiança Política, agrupando os sujeitos para quem as eleições têm uma relevância afectiva e política intrínseca. Estes dados indicam que a identificação partidária é um fenómeno de natureza psicológica, tal como defendem Campbel et al. (1986) e Green et al. (2002), e não um mero atalho cognitivo como defendem Iyengar e Valentino (2000).

A análise das razões que levam os sujeitos a alterar o seu comportamento eleitoral e votar num partido diferente daquele em que haviam votado nas eleições anteriores permite-nos também identificar três grupos distintos, com os sujeitos independentes sozinhos num único *cluster*. Os sujeitos com identificação partidária dividem-se pelos outros dois *clusters* em função da sua identificação a partidos de esquerda (BE, PCP e PS) ou a partidos de direita (CDS-PP e PSD-PPD). Uma vez mais, o *cluster 1*, que agrupa os sujeitos independentes, é caracterizado por ser aquele em que todos os itens obtêm pontuações inferiores à média geral. Os *clusters 2* e *3* diferenciam-se entre si essencialmente pelo facto de, no primeiro, o item “...Era importante derrotar a direita” ter valores médios superiores à média geral, enquanto no *cluster 3* é o item “...era importante derrotar a esquerda” que obtêm valores superiores à média geral. Parece, pois, que nesta variável os grupos se dividem em função da sua identificação a partidos de esquerda (*cluster 2*) ou a partidos de direita (*cluster 3*) ou pela sua não identificação a nenhum partido (*cluster 1*). Enquanto os membros do *cluster 2* e *3* parecem fundamentar as razões da sua mudança de voto em razões estratégicas de derrota do campo político adversário, os membros do *cluster 1*, apresentam razões ligadas à discordância com ideias ou acções dos partidos em que votaram anteriormente. Os membros do *cluster 1* (sujeitos independentes) são os que obtêm resultados mais altos na Eficácia Política e os mais baixos na Confiança e Interesse pela Política, enquanto os membros do *cluster 2* (sujeitos com identificação a partidos de esquerda) são os que obtêm os valores mais altos ao nível do Interesse pela Política e os mais baixos na Eficácia Política, e os do *cluster 3* (sujeitos com identificação a partidos de direita) são aqueles que obtêm valores mais elevados de Confiança Política. Estas diferenças só são estatisticamente significativas no que se refere à Eficácia e ao Interesse pela Política entre o *cluster 1* e os *clusters 2* e *3* e, no que se refere à Confiança Política, entre o *cluster 1* e o *3*. Não existem diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* que agrupam os sujeitos com Identificação partidária. Uma vez mais, estes dados vêm evidenciar a identificação partidária como variável de natureza psicológica envolvendo uma ligação afectiva e emocional dos sujeitos a partidos políticos, por

oposição aos sujeitos independentes, para quem a participação política é de natureza mais racional e pragmática. Os dados mostram igualmente que o comportamento eleitoral dos sujeitos com identificação partidária é influenciado não apenas pelo desejo de contribuir para a vitória do seu partido, mas também pela necessidade de diferenciação em relação aos partidos que se situam na zona de exclusão, sendo este um dos motivos principais para a mudança de voto dos eleitores com identificação partidária. Ou seja, os dados evidenciam que os sujeitos não restringem a sua identidade social ao grupo do partido com que se identificam na maioria das situações, podendo optar por votar noutro partido que nesse contexto potencia a discriminação intercategoriaal e a afirmação da sua identidade política. Neste sentido, o voto neste outro partido é também uma afirmação de identidade social, num nível que engloba a pertença aos dois grupos – o do partido com que se identifica e a do partido em que vota –, tal como defende o modelo da autocategorização (Oakes, 1987; 2003; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987).

Os motivos que levam os sujeitos a não votar dividem a meio o grupo dos independentes, integrando cada uma das metades dos dois *clusters* que organizam as respostas a esta questão. Os sujeitos com Identificação partidária também se dividem pelos dois agrupamentos, embora se concentrem em maior percentagem no primeiro *cluster*. O *cluster* 1 tem níveis de confiança, eficácia e interesse pela política mais baixos do que os membros do *cluster* 2, não sendo, no entanto, essas diferenças estatisticamente significativas. Verifica-se, pois, que quando não há investimento do sujeito numa eleição, deixa de haver diferenças significativas entre sujeitos com identificação partidária e independentes. A abstenção revela que, para os sujeitos que não avaliam a sua participação eleitoral como importante, deixa também de ser relevante a afirmação da identidade partidária como forma de discriminação intercategoriaal, tal como seria previsível em função das teorias da identidade social (Oakes, 1987; 2003; Tajfel & Turner, 1986; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987).

Em relação aos motivos que podem levar os sujeitos a alterar a sua decisão de se abster, identificámos quatro *clusters*. Os sujeitos independentes dividem-se pelos dois primeiros *clusters*: cerca de um terço no primeiro, onde também se inclui uma pequena percentagem de sujeitos com Identificação partidária e dois terços no segundo *cluster*, onde apenas se juntam sujeitos independentes. Os restantes sujeitos com Identificação Partidária agrupam-se nos outros dois *clusters*: a esmagadora maioria de sujeitos identificados com o BE com o CDS-PP e PS no *cluster* 3 e a esmagadora maioria dos sujeitos identificados com o PPD-PSD e Outro/s partidos no *cluster* 4. Os membros do *cluster* 1 obtêm pontuações

abaixo da média em todos os itens, ou seja, parecem ser sujeitos que não se mostram predispostos a alterar a sua decisão em relação à abstenção (pelos menos pelas razões apresentadas nos diferentes itens); o *cluster 2* junta sujeitos cépticos em relação aos políticos (item 8) e que apenas parece disponível para a alterar a sua posição em relação à abstenção se estiver em causa a possibilidade de um partido extremista ganhar as eleições (item 2); o *cluster 3* agrupa sujeitos descrentes em relação à eficácia da sua participação no acto eleitoral (item 6); por último, o *cluster 4* agrupa sujeitos que apenas admitem alterar a sua posição em relação à abstenção se estiverem em causa os seus interesses pessoais (item 1). Em relação à pontuação média dos membros de cada *cluster* nas Escalas de Eficácia Política, Confiança Política e Interesse pela Política, embora não existam diferenças estatisticamente significativas entre os três *clusters*, são os membros do *cluster 1* os que revelam maior Eficácia Política e Interesse pela Política e os membros do *cluster 3* maior aqueles que têm maior Confiança Política. O *cluster 4* é aquele onde estes três indicadores atingem os valores mais baixos.

Os sujeitos independentes e aqueles que se identificam com um partido político, qualquer que ele seja, diferenciam-se, pois, entre si em relação aos motivos que os levam a votar num determinado partido, a votar num partido diferente daquele em que tinham votado nas eleições anteriores e, nos casos em que se abstiveram, a alterar a sua posição em relação à abstenção. No que concerne à decisão de não ir votar não encontramos diferenças significativas entre estes dois grupos. Estes dados são parcialmente compatíveis com a aceitação da primeira parte da nossa hipótese inicial que previa que *“os eleitores que se identificam com um partido político diferenciam-se dos eleitores independentes nos motivos que os levam a votar num determinado partido, a alterar a sua opção de voto e/ou a abster-se”*, uma vez que se verificam diferenças apenas em três situações das quatro previstas, não tendo sido identificadas diferenças em relação aos motivos para a abstenção.

No que se refere ao tipo de motivos que cada um dos grupos tem em consideração para a sua decisão, verificámos, nas três situações em que existem diferenças entre independentes e sujeitos com identificação partidária, que os dois grupos invocam, com maior ou menor intensidade, nas suas decisões votar num partido e de alterar a sua posição anterior, motivos de natureza política e interesse pessoal e que os sujeitos com identificação partidária só se distinguem dos independentes pelo facto de estes últimos não valorizarem razões de natureza afectiva. Estes dados são compatíveis com os resultados obtidos nas escalas de Eficácia Política e Confiança Política e no item sobre

Interesse pela Política, sendo que, nas duas situações, o *cluster* onde se incluem os independentes é sempre aquele onde o nível de Interesse e de Confiança Política (indicadores de natureza afectiva) é mais baixo e o da Eficácia Política (indicador de natureza racional) mais elevado. No que se refere à possibilidade de alteração da decisão de se abster, verificámos que em ambos os grupos os motivos relevantes são de natureza pessoal ou política. Desta forma, a segunda parte da nossa hipótese inicial “*os eleitores que se identificam com um partido político sustentam a sua decisão de votar num determinado partido, de alterar a sua opção e /ou de abster-se em razões de natureza afectiva enquanto os independentes sustentam a mesma decisão em razões de natureza política geral ou de interesse pessoal*” apenas parece ser compatível com os nossos dados nas duas situações referentes à decisão de votar num partido e à decisão de alterar a opção de voto da eleição anterior.

Estes resultados parecem ir no sentido de que a existência de identificação partidária só é relevante para a explicação do comportamento eleitoral activo, ou seja, do voto, e não desempenha papel de relevo na decisão de se abster. Estes dados são compatíveis com a concepção da identificação partidária como forma afirmação de uma identidade social em situações em que essa afirmação tem relevância e saliência e é determinada por relações comparativas que ocorrem no contexto eleitoral em causa, tal como pressupõe a teoria da autocategorização (Oakes, 1987; 2003; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987)

Como tivemos oportunidade de verificar no teste da hipótese 2, todos os sujeitos com identificação partidária manifestam maior probabilidade de votar no partido com que se identificam, embora nem sempre os sujeitos que se identificam com um partido votem nesse partido. As análises que fizemos das respostas dos sujeitos às questões relativas à simpatia e à probabilidade de voto nos principais partidos políticos nacionais, evidencia que os sujeitos definem a probabilidade de votarem num outro partido, diferente daquele com que se identificam, em função dessa sua identificação prévia a um dos partidos políticos. Os sujeitos que se identificam com o BE demonstram maior probabilidade de escolherem o PS como opção alternativa, os que se identificam com o CDS-PP escolhem maioritariamente como segunda opção o PSD-PPD, os que se identificam com o PCP preferem o BE como segunda opção, os que se identificam com o PSD-PPD, preferem o CDS-PP e os que se identificam com o PS escolhem maioritariamente o BE como segunda escolha. Da mesma forma, os resultados mostram que a identificação prévia com um determinado partido, coloca algumas alternativas de voto fora do leque de opções possíveis. Os que se identificam com o BE consideram que o voto no CDS-PP e no PSD-PPD

não é uma opção a considerar, os que se identificam com o CDS-PP excluem a possibilidade de voto no BE e no PCP, os que se identificam com o PCP descartam o voto no PSD-PPD e no CDS-PP, os que se identificam com o PS não consideram a hipótese de votar no CDS-PP e os que se identificam com o PSD-PPD excluem a possibilidade de votar no BE e no PCP. Os resultados mostram também que não existe apenas uma segunda opção de voto e que em cada um dos grupos de sujeitos que se identificam com os diferentes partidos existem subgrupos com opções de segunda escolha diferentes daquelas que constituem as escolhas dos subgrupos mais representativos. Assim, se no grupo que se identifica com o BE existe um número significativo de elementos para quem o PS é a segunda alternativa, também existe outro subgrupo, menos representativo, para quem a alternativa eleitoral ao BE é o PCP. Da mesma forma, nos que se identificam com o CDS-PP existe um subgrupo menos numeroso que considera que a alternativa ao CDS-PP é o voto no PS; nos que se identificam com o PCP, há um subgrupo para quem a alternativa é o voto no PS; entre os que se identificam com o PSD-PPD, existem elementos que consideram o PS como a melhor alternativa para o voto em segunda opção; e, entre os que se identificam com o PS, o voto no PCP e no PSD-PPD também é uma alternativa para subgrupos minoritários. Esta organização do campo político eleitoral existe e manifesta-se da mesma forma, quer no que diz respeito à simpatia que os sujeitos nutrem pelos diferentes partidos, quer no que diz respeito à probabilidade de virem a votar em cada partido, embora os valores médios da simpatia pelos partidos sejam genericamente superiores à probabilidade de voto no mesmo partido. Estes dados mostram-nos que, tal como prevê a teoria da autocategorização, a identidade política dos sujeitos não é uma entidade mental ou representação cognitiva estável — tal como é concebida no modelo psicossocial clássico de Campbell et al. (1960) —, mas determinada por relações comparativas que ocorrem num determinado contexto (Oakes, 1987; 2003; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Naturalmente que à medida que aumentam as situações em que a identificação a um mesmo partido se torna saliente, isso aumenta a relevância e o significado emocional dessa identificação (Reynolds, Turner, & Haslam, 2003; Stryker, 1968; 1980; Stryker & Serpe, 1982), tornando-a no núcleo central da identidade política do sujeito.

Estes dados permitem-nos organizar o campo político eleitoral dos grupos que se identificam com cada um dos partidos políticos e dos independentes, considerando, para cada um deles, o posicionamento dos partidos em diferentes zonas, de acordo com a probabilidade de virem a ser opções de voto. A *zona 1* do campo político eleitoral é ocupada pelo partido com que, *de uma forma geral*, o sujeito se identifica e, depois, existem ainda 4 diferentes zonas onde se podem posicionar os outros partidos: *zona 2*

(partidos bastante próximos do núcleo central e que disputam e colocam em perigo a actual a identidade partidária do sujeito), *zona 3* (partidos que constituem identidades partidárias secundárias para grupos maioritários de sujeitos que se identificam com o partido em causa), *zona 4* (partidos que constituem identidades partidárias secundárias para grupos minoritários de sujeitos que se identificam com o partido em causa) e *zona 5* (partidos excluídos do leque de opções de voto). Desta forma, e de acordo com os resultados apurados, no campo político eleitoral do grupo de sujeitos que simpatizam com o BE, a *zona 1* é ocupada pelo BE, a *zona 2* não é preenchida por nenhum partido, a *zona 3* é ocupada pelo PS e pelo PCP, a *zona 4* não é ocupada por nenhum partido e a *zona 5* é ocupada pelo PSD-PPD e pelo CDS-PP. No que se refere ao grupo de sujeitos que se identifica com o CDS-PP, a *zona 1* é ocupada pelo CDS-PP, a *zona 2* é ocupada pelo PSD-PPD, a *zona 3* não está preenchida, a *zona 4* é ocupada pelo PS e a *zona 5* pelo BE e pelo PCP. No grupo que se identifica com o PCP, a *zona 1* é ocupada pelo PCP, a *zona 2* não está ocupada por nenhum partido, a *zona 3* está ocupada pelo BE, a *zona 4* é preenchida pelo PS e a *zona 5* pelo PSD-PPD e pelo CDS-PP. O grupo que se identifica com o PSD-PPD tem a *zona 1* preenchida pelo PSD-PPD, a *zona 2* não está ocupada, a *zona 3* é ocupada pelo CDS-PP, a *zona 4* é ocupada pelo PS e a *zona 5* pelo BE e pelo PCP. No que diz respeito ao grupo que se identifica com o PS, a *zona 1* é preenchida pelo PS, a *zona 2* e a *zona 3* estão desocupadas, a *zona 4* é preenchida pelo BE, PSD-PPD e PCP, enquanto a *zona 5* inclui o CDS-PP. No grupo dos sujeitos independentes, a *zona 1* está, por definição, desocupada, a *zona 3* é ocupada pelo PS, a *zona 4* pelo PSD-PPD, BE e CDS-PP e a *zona 5* está desocupada. A aplicação deste modelo às respostas dadas pelos sujeitos às questões relativas às suas opções de voto nas eleições legislativas de 1999, 2002 e 2005, mostra que ele é compatível com os dados relativos ao comportamento eleitoral efectivo dos sujeitos da nossa amostra. Apenas no caso dos sujeitos que se identificam com o PCP há uma discrepância pelo facto de o PS ser, para além do próprio PCP, o único partido a obter votos deste grupo, quando se esperaria que o BE também registasse votos provenientes destes sujeitos e, até, em percentagem superior aos que obtém o PS. Temos que registar, no entanto, que este modelo nos dá apenas uma organização de potenciais alternativas de voto cuja concretização dependerá de circunstâncias específicas que influenciam de forma diferente os diversos grupos e as diferentes alternativas.

Estes resultados corroboram a hipótese de que *a identificação partidária dos sujeitos se traduz na definição de um partido político preferencial e, simultaneamente, de um campo político circunscrito de identidades partidárias secundárias que poderão funcionar como alternativas de voto no caso de os eleitores decidirem não votar no partido preferencial,*

organizando o campo de identidades partidárias secundárias de um grupo de sujeitos com determinada identificação partidária central em níveis de preferência diferenciados, e definindo, também, uma zona de exclusão, constituída por partidos em que não votam de certeza absoluta, assim como uma zona de identidade competitiva, nos casos em que um partido surge não apenas como opção eleitoral, mas com uma proximidade tão acentuada em relação ao partido preferencial que se constitui como alternativa à própria identidade partidária central dos sujeitos.

Em síntese, este primeiro estudo permite-nos aceitar a hipótese de que o comportamento eleitoral é essencialmente estável, que a estabilidade é explicável pela identificação dos sujeitos com partidos políticos e que essa identificação partidária desempenha um papel de relevo na explicação do comportamento eleitoral dos sujeitos da nossa amostra. A estabilidade do comportamento eleitoral não significa, no entanto, imobilismo, e os resultados deste trabalho mostram que alguns sujeitos alteram o seu comportamento eleitoral ao longo do tempo, embora de uma forma lenta e condicionada à sua identificação partidária prévia. Tivemos oportunidade de testar um modelo que entende a identificação partidária não apenas como a ligação psicológica a um partido político, mas também como a definição simultânea de um campo político eleitoral que, tendo esse partido político como núcleo central, define também a posição relativa do sujeito em relação aos outros partidos políticos, condicionando as suas opções eleitorais e a sua eventual mobilidade eleitoral. Estes resultados mostram que a identificação partidária é um conceito que não apenas permite prever o comportamento eleitoral dos sujeitos quando eles agem de forma normal, ou seja, votando no partido da sua preferência, como também permite circunscrever as opções de escolha do sujeito nos casos em que estes não votam de acordo com o que seria expectável face à sua identificação partidária. Nos capítulos seguintes procuraremos identificar factores que determinam a organização do campo eleitoral dos sujeitos nestas diferentes opções e esclarecer as circunstâncias e o *modus operandi* desses factores quando os sujeitos não votam de acordo com o núcleo central da sua identidade partidária e optam por votar em partidos que constituem identidades partidárias secundárias.

CAPÍTULO VI — GRUPOS SOCIAIS E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

6.1 OBJECTIVOS, HIPÓTESES E MEDIDAS

Tendo estabelecido a importância da identificação partidária para a compreensão do comportamento eleitoral dos sujeitos, pretende-se agora, neste segundo estudo, identificar factores sociais que influenciem a forma como os sujeitos verificam em cada situação qual a categoria que melhor potencia as diferenças intercategorias em relação às diferenças intracategorias. Tal como já tivemos oportunidade de explicitar anteriormente, partimos para este estudo com o pressuposto teórico de que a identificação partidária é uma variável psicossocial que se desenvolve durante o processo de socialização dos sujeitos e que estabelece a ligação entre as variáveis sociológicas distais, que estão na sua origem, e as variáveis que caracterizam o momento político específico em que os sujeitos agem (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Green, Palmquist, & Schickler, 2001; Miller & Shanks, 1996). No Capítulo V deste trabalho tivemos oportunidade de evidenciar que a identificação partidária dos sujeitos é determinada por relações comparativas que ocorrem num determinado contexto e que não é uma entidade mental ou uma representação cognitiva estável, tal como defendem os autores identificados com a investigação na autocategorização (Abrams & Hogg, 1990; Abrams, Wetherell, Cochrane, Hogg, & Turner, 2001; Hogg, 2005; Oakes, 1987; Oakes, Haslam, & Reynolds, 1999; Oakes, Haslam, & Turner, 1994). Os resultados obtidos nesse estudo mostraram que a identificação partidária está associada à definição de um campo político eleitoral que condiciona as opções que estão acessíveis aos eleitores e que, simultaneamente, se adequam ao contexto eleitoral.

De acordo com a abordagem sociológica do comportamento eleitoral (Berelson, Lazarsfeld, & Mcphee, 1954; Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1944; Lipset & Rokkan, 1967; Manza & Brooks, 1999), as características sócio-demográficas dos sujeitos e dos contextos em que estes se inserem são, por si só, aspectos fundamentais para a explicação do comportamento eleitoral. Lipset e Rokkan (1967) apresentaram um dos modelos mais relevantes e influentes desta corrente de investigação — modelo das clivagens sociais — de acordo com o qual o comportamento político é influenciado por grandes clivagens que os autores identificavam como sendo: centro/periferia, igreja/estado, urbano/rural e

capital/trabalho. De acordo com este modelo, os partidos possibilitam a expressão política de grupos de interesses organizados em torno destas clivagens, num processo de interacção e articulação que reforça e torna duradoura e estável a associação entre grupos sociais e partidos políticos. Na mesma linha de pensamento, Bartolini e Mair (1990) especificam, no entanto, que o comportamento político só poderá ser afectado por clivagens sociais se estas forem simultaneamente componentes empíricas enraizadas na estrutura social, componentes normativas traduzidas em formas conflituosas de consciência social e componentes macro institucionais expressas através de interacções individuais, institucionais e organizativas, tais como os partidos políticos, que se desenvolvem como parte da clivagem. Esta especificação deixa claro que o importante não é a simples existência objectiva de clivagens sociais. É decisivo que os sujeitos estejam conscientes de que essas clivagens existem e que desempenham um papel concreto em assuntos que lhes interessam, da mesma forma que também é relevante que sejam capazes de identificar o posicionamento das diferentes organizações em relação às clivagens pertinentes.

Aquilo que nos interessa analisar agora é o modo como estas variáveis sociodemográficas se relacionam com a identificação partidária dos sujeitos e com a organização do seu campo político eleitoral. Tendo em conta os dados de investigações relativas à influência das variáveis sociodemográficas no comportamento eleitoral, a nossa primeira hipótese é a de que a existência de identificação partidária se relaciona com a faixa etária dos sujeitos, na medida em que estamos perante um processo de socialização que só se estabiliza (embora não fique, como vimos no capítulo anterior, imutável) com a inserção dos sujeitos na vida profissional, e que o sexo, o nível educacional, a classe socioeconómica e a religião não diferenciam os sujeitos em relação à existência de identificação partidária.

De acordo com as investigações nesta área, é de esperar que no grupo de sujeitos com identificação partidária existam diferenças ao nível da identificação a partidos específicos, não apenas em função da idade (Converse, 1976; Topf, 1995), mas também da alteração do estatuto socioeconómico (Clark & Lipset, 1991; Evans, Heath, & Payne, 1999; Manza, Hout, & Brooks, 1995; Särilvik & Crewe, 1983), e do aumento das suas habilitações académicas (Bennett, 1998; Kelman, 1996; Knox, Lindsay, & Kolb, 1993; Wolfinger R. E., 1981), uma vez que estes dois processos estão frequentemente associados a mudanças nos grupos sociais de pertença que podem interferir no processo de socialização que leva à identificação partidária. Já no que respeita à religião, tratando-se de uma variável

ligada essencialmente a um conjunto de valores, regras e comportamento de natureza ideológica e social, é de supor que se reflecta, não na existência de identificação partidária, mas no tipo de identificação a partidos políticos específicos, diferenciando os partidos de esquerda dos partidos do centro esquerda e de direita (Broughton & Napel, 2000; Calvo, Martinez, Montero, & Jalali, 2005; Freire, 2001; Manza & Brooks, 1997).

Assim, o primeiro passo deste estudo é descrever as relações entre a identificação partidária e características sociodemográficas dos sujeitos da amostra, tendo por base a seguinte hipótese:

Hipótese 6 - A idade constitui factor determinante da existência de identificação partidária e os grandes marcadores sociais de posição — sexo, escolaridade, classe socioeconómica e religiosidade — apenas estão directamente relacionados com as identificações específicas.

No entanto, tal como defendem Bartolini e Mair (1990), mais do que a relação objectiva entre grupos sociais e partidos políticos é também relevante saber como é que os sujeitos percebem e representam a ligação dos grupos sociais aos partidos políticos, uma vez que quando os sujeitos tentam definir a sua pertença a um ou outro partido, o fazem também com base num processo de categorização dos partidos que considera a representação que os sujeitos fazem da sua ligação a grupos sociais, nomeadamente, aqueles a que o sujeito pertence ou julga pertencer. Nesta perspectiva, a nossa hipótese é a de que os sujeitos percebem a ligação dos grupos sociais a partidos políticos, sobrevalorizando estereótipos que não correspondem necessariamente a uma relação objectiva desse grupo com esse partido, mas que traduzem uma imagem essencialmente ideológica que construíram desse partido: por exemplo, o PCP será representado como o partido da classe operária, o CDS-PP como o partido das pessoas religiosas, o PSD-PPD como o partido dos empresários e quadros superiores, o PS como o partido da classe média e o BE como o partido dos jovens. Nalguns casos esta representação será partilhada por todos os sujeitos independentemente do partido com que se identificam, enquanto noutros essa representação será apenas característica de membros do grupo que se identifica com um partido específico. É também de prever que nalguns casos essa representação não corresponda exactamente à distribuição efectiva dos membros desses grupos sociais pelos grupos de identificação partidária.

Como tivemos oportunidade de rever no Capítulo III, Miller, Monin e Prentice (2000) defendem que quando a norma grupal e as atitudes individuais apelam a comportamento

diferentes, a influência normativa reduz a consistência literal. Para explicar este fenómeno, estes autores retomam o conceito de *ignorância pluralística* que tem origem em dois tipos de acontecimentos: resistências conservadoras e saltos liberais. O primeiro caso refere-se às situações em que embora os sujeitos tenham alterado a sua atitude em relação a determinados fenómenos, continuam a agir influenciados pela percepção de que os outros membros do grupo mantêm a mesma atitude. No segundo caso – saltos liberais –, acontece o contrário, ou seja, o comportamento altera-se mas as atitudes mantêm-se. Esta percepção errada, que leva os sujeitos a pensar que todos os membros do grupo suportam a norma grupal, não está apenas relacionada com a prevalência dessa norma no grupo, mas também com a visibilidade do grupo que a defende e que a dinâmica grupal coloca em destaque na medida em que representam o *protótipo* do grupo. A perpetuação desta percepção social ocorre pela conformidade que vai induzir nos restantes membros do grupo. De acordo com estes pressupostos teóricos, aquilo que nos interessa saber é quais são os grupos sociais em que os sujeitos que simpatizam com diferentes partidos coincidem na representação de que eles pertencem ou simpatizam maioritariamente com um determinado partido, independentemente de essa relação existir na realidade. Por exemplo, se os sujeitos que simpatizam com um partido coincidirem na representação dos grupos sociais que simpatizam com esse partido, isso evidenciará que essa representação corresponde ao *protótipo* do grupo.

Por sua vez, também vimos que aquilo que determina a inclusão do sujeito num ou noutra grupo é o conjunto de categorias disponíveis e salientes na situação específica (Oakes, Haslam, & Turner, 1994). Ora, se os sujeitos que se identificam, por exemplo, com o PS e com o PCP coincidirem na percepção de que os reformados pertencem maioritariamente ao PS, então isso poderá ser um factor para que um sujeito cuja identidade partidária central seja o PCP e que seja, simultaneamente, reformado possa optar por vir a votar no PS, nomeadamente se a condição de *reformado* se tornar numa característica saliente da situação eleitoral e se o voto no PS for uma categoria disponível no seu campo político eleitoral. Da igual forma, se os sujeitos que se identificam, por exemplo, com o PCP tiverem a percepção que o grupo dos quadros superiores pertencem maioritariamente ao PSD-PPD – partido situado na zona de exclusão do seu campo político eleitoral, isso significa que numa situação política eleitoral este grupo social é percebido por aqueles sujeitos como sendo um exogrupo.

A coincidência na reivindicação da pertença de um grupo social ao partido com que os sujeitos se identificam poderá indicar um valor partilhado em relação à importância desse

grupo social para a identidade partidária desses dois grupos de sujeitos. Se assim for, esta partilha de representações sociais define grupos de pertença que não coincidem com a identidade partidária central, mas que também não a põem em causa. Se a esta categorização corresponder a inclusão dos partidos em causa no campo político eleitoral desses sujeitos, estão criadas condições para que se verifiquem alterações na opção de voto nas situações eleitorais em que a pertença àqueles grupos sociais for um factor decisivo. Assim, também pretendemos com este estudo identificar os grupos sociais que os sujeitos que se identificam com cada um dos partidos consideram como fazendo parte do seu endogrupo ou como exogrupos.

6.2 RESULTADOS

Para estudar a hipótese são usadas três variáveis relativas à identificação partidária: Identificação partidária (Questão 4.2), com sete níveis diferentes (identificação ao um dos cinco principais partidos políticos, identificação com outro partidos e ausência de identificação partidária), IDENT_PART_5P, que considera apenas os sujeitos que se identificam com um dos cinco principais partidos políticos e IDENT_PART_SN, que divide as respostas dos sujeitos em dois níveis: SIM — sujeitos que manifestam identificação com um partido e NÃO — sujeitos que se classificam como independentes, isto é, sem identificação partidária. Em relação às características sócio demográficas são usados os itens SEXO, IDADE, GRUPO_ETARIO (recodificação da variável IDADE numa variável com três níveis [18-34 anos], [35-54 anos] e [≥55 anos]), EUROSEC5 (classificação sócio económica europeia com cinco classes) e ESCOLARIDADE. Para a medida da religiosidade usámos a questão relativa à frequência de lugares de culto (p_420_00) e recodificámos a questão p_418_00 (Considera-se: Não Religioso; Indiferente a questões religiosas; Religioso e Profundamente religioso) numa nova variável — RELIGIOSIDADE — com dois níveis “Não religioso” (agrupando os dois primeiros níveis da questão p_418_00) e “Religioso” (agrupando os níveis 3 e 4 da Questão 4.18). Para avaliar o tipo de percepção em relação à ligação dos grupos sociais e económicos aos partidos, usámos as respostas à questão 3.2 (*Qual é em sua opinião, o partido político a que pertence /simpatiza a maioria das pessoas de cada um dos grupos sociais e profissionais que se seguem...*).

Tratando-se de variáveis nominais o teste das hipóteses foi feito através do *Tau* de Goodman e Kruskal⁴⁴ (Andrews, Klem, Davidson, O'Malley, & Rodgers, 1981, p. 9) (Norusis, 2005, pp. 178-179).

6.2.1 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E GRUPOS ETÁRIOS

6.2.1.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E GRUPOS ETÁRIOS

Dos 1116 sujeitos da nossa amostra, 305 (27.3%) têm idades entre os 18 e os 34 anos, 475 (42.6%) estão entre os 35 e os 54 anos e 336 (30.1%) têm mais do que 55 anos de idade. Quando questionados sobre a sua identificação com um partido político, 832 (74.6%) sujeitos declararam identificar-se com um partido político e 284 (25.4%) disseram ser Independentes (sem simpatia por nenhum partido político).

Quadro 6.1 - Grupo etário e existência de identificação partidária.

Grupo Etário	Existência de Identificação Partidária				Total	
	SIM		NÃO		n	%
	n	%	n	%		
[18-34]	212	69.5	93	30.5	305	100.0
[35-54]	352	74.1	123	25.9	475	100.0
[≥55]	268	79.8	68	20.2	336	100.0
Total	832	74.6	284	25.4	1116	100.0

Os sujeitos com identificação partidária têm uma média de idades de 47.3 (DP = 16.73) enquanto o mesmo valor nos sujeitos independentes é de 43.7 (DP = 15.59). Estas diferenças são estatisticamente significativas [$F(1, 1114) = 10.037$, para $p = .002$].

Cruzando estas variáveis observa-se que a percentagem de indivíduos que se identifica com um partido político cresce à medida que a idade é mais elevada. No grupo etário

⁴⁴ As medidas de redução proporcional do erro como, por exemplo, o Coeficiente *Lambda* e o *tau* de Goodman-Kruskal, são alternativas ao teste do Chi-quadrado e baseiam-se na comparação do erro produzido quando não existe informação adicional, com o erro obtido quando uma variável é usada para prever outra. Contrariamente ao coeficiente *Lambda*, que faz previsões com base na categoria que ocorre com mais frequência, o *tau* de Goodman e Kruskal faz as previsões com base na proporção observada para cada categoria (Andrews, Klem, Davidson, O'Malley, & Rodgers, 1981, p. 9) (Norusis, 2005, pp. 178-179). Se for possível prever na perfeição o valor da variável dependente (no nosso caso, a identificação partidária) sabendo qual o valor da variável independente (grupo etário), o valor de *tau* (τ) será igual a 1. Se as duas variáveis forem completamente independentes o valor de *tau* será igual a 0.

situado entre os 18 e os 34 anos a percentagem dos sujeitos com identificação partidária é de 69.5%, subindo para 74.1% no grupo etário entre os 35 e os 54 anos e chegando a 79.8% no grupo dos eleitores com mais de 55 anos de idade (cf. **Quadro 6.1**)

6.2.1.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E GRUPOS ETÁRIOS

Se consideramos a identificação partidária em relação aos cinco principais partidos políticos (IDENT_PART_5P) ou seja, com os cinco níveis de resposta — BE, CDS-PP, PCP, PSD-PPD e PS —, verificamos que nos níveis etários 1 [18-34 anos] e 2 [35-54 anos] a maior parte dos eleitores identifica-se com o PSD-PPD ($n = 95$, 46.1% e $n = 135$, 39.9%, respectivamente), e no grupo etário 3 [≥ 55 anos] com o PS ($n = 101$, 38.7%), como se pode ver no **Quadro 6.2**. Esta relação entre o grupo etário e a identificação partidária é estatisticamente significativa [τ (Goodman & Kruskal) = .010, para $p < .001$] e, embora mais elevada do que na análise anterior, continua a ser pouco relevante, na medida em que apenas se diminui em 1% o erro na estimativa da identificação partidária do sujeito, sabendo *a priori* qual o seu grupo etário.

Quadro 6.2 — Grupo etário e tipo de identificação partidária (N = 805).

Grupo Etário	Identificação partidária (%)					Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS	n	%
[18-34]	18.4	.5	4.9	46.1	30.1	206	100.0
[35-54]	16.6	7.7	6.2	39.9	29.6	338	100.0
[≥ 55]	6.9	9.2	8.4	36.8	38.7	261	100.0
Total	n	112	51	53	326	263	805
	%	13.9	6.3	6.6	40.5	32.7	100.0

A distribuição dos sujeitos identificados com cada um dos cinco principais partidos políticos em função da sua idade (IDADE) mostra que os sujeitos que se identificam com o BE são o grupo mais jovem ($M = 41.4$; $DP = 13.4$) e que o grupo com média de idades mais elevadas é aquele que se identifica com o CDS-PP ($M = 54.6$; $DP = 14.9$). Nos valores intermédios temos os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD ($M = 46.5$; $DP = 17.3$), com o PCP ($M = 48.2$; $DP = 15.8$) e com o PS ($M = 49.4$; $DP = 17.3$). Por sua vez, os independentes têm uma média de idades de 43.8 ($DP = 15.6$). Esta diferença nas médias de idade de cada um dos grupos é estatisticamente significativa [$F''(6, 190.010) = 7.783$, para $p < .001$]. O teste de comparações múltiplas de Games Howell permite-nos verificar que os sujeitos que se identificam com o PS e com o CDS-PP, com médias de idade mais elevadas, formam um grupo que se diferencia significativamente do grupo de sujeitos que se

identificam com o BE, PSD-PPD e Independentes. Os sujeitos que se identificam com o PCP estão entre estes dois grupos não se diferenciando de nenhum deles.

6.2.1.3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, GRUPOS ETÁRIOS E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Analisando o comportamento eleitoral dos grupos de sujeitos com identificação partidária nas eleições para a Assembleia da República realizadas em 2005, verificamos que, na maioria dos grupos, a coincidência entre a sua identificação partidária e o voto tende a aumentar à medida que aumenta a idade dos sujeitos, embora essa diferença só seja estatisticamente significativa no caso dos que se identificam com o PSD-PPD [τ (Goodman & Kruskal) = .023, para $p = .033$] (cf. **Quadro 6.3**).

Quadro 6.3 — Identificação partidária, grupo etário e coincidência entre Identificação partidária e sentido de voto em 2005.

Identificação Partidária	Grupo Etário	Coincidência entre Identificação partidária e sentido de voto nas eleições de 2005				Total	
		Coincidência		Sem coincidência		n	%
		n	%	n	%		
BE	[18-34]	25	71.4	10	28.6	35	100.0
	[35-54]	42	82.4	9	17.6	51	100.0
	[>=55]	15	83.3	3	16.7	18	100.0
	Total	82	78.8	22	21.2	104	100.0
CDS-PP	[18-34]			1	100.0	1	100.0
	[35-54]			26	100.0	26	100.0
	[>=55]			20	100.0	20	100.0
	Total			47	100.0	47	100.0
PCP	[18-34]	8	100.0	0	0	8	100.0
	[35-54]	18	85.7	3	14.3	21	100.0
	[>=55]	20	90.9	2	9.1	22	100.0
	Total	46	90.2	5	9.8	51	100.0
PSD-PPD	[18-34]	69	79.3	18	20.7	87	100.0
	[35-54]	91	71.7	36	28.3	127	100.0
	[>=55]	77	86.5	12	13.5	89	100.0
	Total	237	78.2	66	21.8	303	100.0
PS	[18-34]	53	88.3	7	11.7	60	100.0
	[35-54]	89	95.7	4	4.3	93	100.0
	[>=55]	88	93.6	6	6.4	94	100.0
	Total	230	93.1	17	6.9	247	100.0

6.2.1.3 PERCEPÇÃO DA LIGAÇÃO DE GRUPOS ETÁRIOS AOS PARTIDOS POLÍTICOS

6.2.1.3.2 *Grupo dos jovens*

Analisando as respostas à Questão 3.2/ item 1 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos JOVENS?*), verificamos que 439 sujeitos (39.3%) indicam que os jovens pertencem ao PS, 269 (24.1%) ao BE, 204 (18.3%) ao PSD-PPD, 185 (16.6) ao PCP e 19 (1.7%) ao CDS-PP (cf. **Quadro 6.4**). Se considerarmos que o nível 1 da variável GRUPO_ETARIO [18-34 anos] corresponde ao grupo dos jovens da nossa amostra, verificamos que a sua distribuição pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) não coincide com a representação que os mesmos sujeitos fazem dessa distribuição na população geral, uma vez que o partido com que se identifica a maioria dos jovens da nossa amostra é o PSD-PPD, com 95 sujeitos (46.1%), seguido do PS, com 62 sujeitos (30.1%), do BE, com 38 (18.4%) , do PCP, com 10 (4.9%) e do CDS-PP com apenas 1 sujeito (0.5%) (cf. Linha 1 do **Quadro 6.2**). De uma forma geral há um sobredimensionamento na percepção social do peso dos jovens nos partidos de esquerda (PS, BE e PCP) e um correspondente subdimensionamento dessa representação entre os partidos de direita, verificando-se que 80% dos sujeitos da nossa amostra colocam a maioria dos jovens num dos três partidos de esquerda, enquanto na distribuição efectiva da amostra essa representação é de apenas 53.4%. Esta tendência é ainda mais acentuada entre os sujeitos mais jovens.

Quadro 6.4 — Percentagem de sujeitos, do total da amostra, dos grupos de identificação partidária que colocam maioritariamente o grupo social dos Jovens em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos JOVENS? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	.9	8.0	24.1	19.6	47.3	112	100.0
CDS-PP	11.8	25.5	52.9	2.0	7.8	51	100.0
PCP	.0	7.5	13.2	54.7	24.5	53	100.0
PSD-PPD	1.8	31.0	42.3	10.1	14.7	326	100.0
PS	1.5	14.1	42.2	16.0	26.2	263	100.0
Outro	3.7	18.5	18.5	22.2	37.0	27	100.0
Independentes	.4	12.3	43.7	18.3	25.4	284	100.0
Total da amostra	1.7	18.3	39.3	16.6	24.1	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

De facto, limitando a nossa análise apenas ao grupo que se inclui na classe etária 1 [18-34 anos] (n= 305), verificamos que 268 destes sujeitos (87.9%) consideram que os membros do seu grupo etário pertencem ou simpatizam maioritariamente com um dos três partidos políticos de esquerda (PS = 98, BE = 96, PCP = 74). Por outro lado, analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, vemos que os sujeitos que se identificam com o PS, com o BE e com o PCP consideram que a maioria dos jovens simpatiza ou pertence ao partidos com que estes sujeitos se identificam. Os que se identificam com o PSD-PPD, com o CDS-PP e os independentes consideram que os jovens pertencem ou simpatizam maioritariamente com o PS, e os sujeitos que se identificam com Outro/s partidos indicam o BE como o partido que recolhe as preferências da maioria dos jovens (cf. **Quadro 6.4**).

Quadro 6.5— Distribuição dos grupos de identificação partidária pelos *clusters* formados na avaliação do partido político a que pertence/simpatiza a maioria dos jovens (N = 805).

Identificação partidária	Cluster				Total	
	1	2	3	4	n	%
BE	20.5	47.3	8.0	24.1	112	100.0
CDS-PP	13.7	7.8	25.5	52.9	51	100.0
PCP/CDU	54.7	24.5	7.5	13.2	53	100.0
PSD-PPD	12.0	14.7	31.0	42.3	326	100.0
PS	17.5	26.2	14.1	42.2	263	100.0
Total	n	144	187	164	310	805
	%	17.9	23.2	20.4	38.5	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

6.2.1.3.3 *Grupo dos reformados*

Nas respostas à Questão 3.2/ item 2 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos REFORMADOS?*) 480 sujeitos (43.0%) afirmaram que os reformados pertencem ou simpatizam maioritariamente com o PSD-PPD, 422 (37.8%) referiram que essa ligação maioritária é com o PS, 133 (11.9%) indicaram o PCP como o partido preferido pelos reformados, 77 (6.9%) assinalaram o CDS-PP e para 4 sujeitos (0.4%) é o BE que recolhe a simpatia deste grupo (cf. **Quadro 6.6**).

Se considerarmos que a conjugação do nível 5 da variável GRUPO_ETARIO [> 55 anos] com o nível 8 da variável GRUPO_OCUPAC (Reformados / Desempregados de longa duração / a

viver dos rendimentos) corresponde ao grupo dos reformados⁴⁵ da nossa amostra, verificamos que a sua distribuição pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) não coincide com a representação que os mesmos sujeitos fazem da ligação dos reformados aos cinco principais partidos políticos uma vez que o partido com que a maioria dos reformados (com identificação partidária) da nossa amostra se identifica é o PS, com 49 sujeitos (43.0%), seguido do PSD-PPD, com 39 sujeitos (34.2%), do BE e do CDS-PP, ambos com 9 sujeitos (7.9%) e do PCP, com 8 sujeitos (7.0%).

Quadro 6.6 — Percentagem de sujeitos do total da amostra e dos grupos de identificação partidária que colocam maioritariamente o grupo social dos Reformados em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos REFORMADOS? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	8.0	55.4	26.8	9.8		112	100.0
CDS-PP	9.8	66.7	17.6	5.9		51	100.0
PCP	3.8	30.2	39.6	26.4		53	100.0
PSD-PPD	5.8	45.4	36.5	11.7	.6	326	100.0
PS	7.2	35.7	45.2	11.8		263	100.0
Outro	18.5	29.6	29.6	18.5	3.7	27	100.0
Independentes	6.3	41.5	40.8	10.9	.4	284	100.0
Total da amostra	6.9	43.0	37.8	11.9	.4	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

De uma forma geral há um ligeiro subdimensionamento na percepção social da representação dos reformados entre os partidos de esquerda (PS, BE e PCP), uma vez que 50.1% dos sujeitos (n = 559) coloca a maioria dos reformados num dos três partidos de esquerda, enquanto a representação efectiva dos reformados da amostra nesses três partidos é de 57.9% (PS = 49, BE = 9, PCP = 8). Limitando a nossa análise apenas ao grupo de sujeitos reformados, verificamos que essa tendência também existe neste grupo, embora seja menos acentuada, encontrando-se 54.5% (n = 79) de reformados que consideram que os membros deste grupo pertencem ou simpatizam maioritariamente

⁴⁵ O nosso questionário não inclui nenhum item que possibilite, por si só, a identificação dos sujeitos reformados. Embora o nível 8 do Grupo Ocupacional inclua a opção Reformados, ele é mais abrangente e inclui também os sujeitos desempregados e os que vivem de rendimentos. No entanto, associando os sujeitos que assinalaram o nível 8 da variável Grupo Ocupacional com aqueles que assinalaram o grupo etário 3 (sujeitos com mais de 55 anos), conseguimos obter um indicador que corresponderá, de forma muito aproximada, ao grupo dos reformados.

com um dos três partidos políticos de esquerda. Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, vemos que os sujeitos que se identificam com o PS e com o PSD-PPD são os únicos grupos que consideram que a maioria dos reformados pertence ao partido com que eles se identificam. Os sujeitos que simpatizam com o BE e com o CDS-PP indicam que os reformados pertencem maioritariamente ao PSD-PPD, os que se identificam com o PCP indicam o PS como sendo o partido a que pertence a maioria dos reformados e os que se identificam com Outro/s partidos e Independentes dividem-se na escolha do PS e do PSD-PPD como o partido preferencial dos reformados (cf. **Quadro 6.6**).

6.2.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E GÉNERO

6.2.2.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E GÉNERO

A amostra deste estudo é constituída por 515 (46.1%) sujeitos do sexo masculino e 601 (53.9%) do sexo feminino.

Como já se disse em relação à identificação partidária, 832 (74.6%) sujeitos identificam-se com um partido político e 284 (25.4%) consideram-se independentes. O cruzamento destas duas variáveis mostra que a percentagem de sujeitos com identificação partidária no sexo feminino é ligeiramente superior à que se verifica no sexo masculino, respectivamente de 76.7% e 72.0%, embora esta diferença não seja estatisticamente significativa [τ (Goodman & Kruskal) = .003, para $p = .075$] (cf. **Quadro 6.7**).

Quadro 6.7 — Distribuição dos sujeitos da amostra em função do Género e Identificação Partidária (N = 1116).

Sexo	Existência de Identificação Partidária				Total	
	SIM		NÃO		n	%
	n	%	n	%		
Masculino	371	72.0	144	28.0	515	100.0
Feminino	461	76.7	140	23.3	601	100.0
Total	832	74.6	284	25.4	1116	100.0

6.2.2.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E GÉNERO

Considerando apenas os sujeitos com identificação partidária verifica-se que, com excepção dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP, em todos os grupos de

identificação partidária a percentagem de sujeitos do sexo feminino é superior à do sexo masculino⁴⁶. A proporção de sujeitos do sexo feminino e do sexo masculino que se identificam com cada partido é, respectivamente, de 49.0% e 51.0% no caso do CDS-PP, de 60.7% e 39.3% no caso do BE, de 64.2% e 35.8% no que diz respeito ao PCP, de 54.9% e 45.1% no caso do PSD-PPD e de 53.6% e 46.4% no que se refere ao PS (cf. **Quadro 6.8**). Estas diferenças não são, no entanto, estatisticamente significativas [$\tau = .001$, para $p = .605$].

Quadro 6.8 — Distribuição do sujeitos da amostra que se identificam com um partido em função do Género e Identificação Partidária (N = 805).

Sexo		Identificação partidária					Total	
		BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS	n	%
Masculino	%	39.3	51.0	35.8	45.1	46.4	358	44.5
Feminino	%	60.7	49.0	64.2	54.9	53.6	447	55.5
Total	n	112	51	53	326	263	805	
	%	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0		100.0

6.2.2.3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, GÉNERO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Analisando o comportamento eleitoral nas eleições legislativas de 2005 dos grupos de

Quadro 6.9 — Distribuição dos sujeitos da amostra que se identificam com um partido político em função da Identificação partidária, do sexo e da coincidência entre identificação partidária e sentido de voto em 2005.

Identificação partidária	Sexo	Coincidência entre Identificação partidária e sentido de voto em 2005				Total	
		Coincidência		Sem coincidência		n	%
		n	%	n	%		
BE	Masculino	33	80.5	8	19.5	41	100.0
	Feminino	49	77.8	14	22.2	63	100.0
CDS-PP	Masculino			24	100.0	24	100.0
	Feminino			23	100.0	23	100.0
PCP	Masculino	18	100.0	0	.0	18	100.0
	Feminino	28	84.8	5	15.2	33	100.0
PSD-PPD	Masculino	110	80.3	27	19.7	137	100.0
	Feminino	127	76.5	39	23.5	166	100.0
PS	Masculino	111	94.9	6	5.1	117	100.0
	Feminino	119	91.5	11	8.5	130	100.0

⁴⁶ A distribuição da população na freguesia de Santo António dos Olivais é de 45.7% para o sexo masculino e 54.3% para o sexo feminino.

sujeitos com diferentes identificações partidárias, verificamos que a coincidência entre a identificação partidária e o voto nessa eleição é superior entre os eleitores do sexo masculino, embora a diferença não seja estatisticamente significativa em nenhum dos grupos de identificação partidária (cf. **Quadro 6.9**)

6.2.2.4 PERCEÇÃO DA LIGAÇÃO DOS SEXOS AOS PARTIDOS POLÍTICOS

6.2.2.4.1 *Grupo das mulheres*

Analisando as respostas à Questão 3.2/ item 3 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria das MULHERES?*) verificamos que 694 sujeitos (62.2%) indicam que as mulheres pertencem maioritariamente ao PS, 349 (31.3%) ao PSD-PPD, 35 (3.1%) ao PCP, 20 (1.8%) ao BE e 18 (1.6%) ao CDS-PP. Considerando a identificação deste grupo com um dos cinco principais partidos políticos (IDENT_PART_5P) vemos que ela não coincide com a representação que os mesmos sujeitos fazem dessa distribuição, uma vez que o partido com que se identifica a maioria das mulheres da nossa amostra é o PSD-PPD, com 179 sujeitos (40.0%), seguido do PS, com 141 sujeitos (31.5%), do BE, com 68 (15.2%), do PCP, com 34 sujeitos (7.6%) e do CDS-PP com 25 sujeitos (5.6%), ou seja, de uma forma geral há um sobredimensionamento na percepção social da representação das mulheres entre os partidos de esquerda (PS, BE e PCP) que se traduz no facto de 67.1% dos sujeitos da nossa amostra (n = 749) colocarem a maioria das mulheres num dos três partidos de esquerda, enquanto a sua distribuição efectiva na amostra é de apenas 54.4% (n = 243). Esta tendência também se verifica no próprio grupo dos sujeitos do sexo

Quadro 6.10 — Número total de sujeitos da amostra distribuídos pela variável Identificação partidária e percentagem de sujeitos de cada um destes grupos que coloca maioritariamente o grupo social das Mulheres em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria das MULHERES? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE		13.4	76.8	2.7	7.1	112	100.0
CDS-PP	7.8	60.8	25.5	3.9	2.0	51	100.0
PCP		13.2	64.2	20.8	1.9	53	100.0
PSD-PPD	2.1	50.3	45.1	1.8	.6	326	100.0
PS	1.5	20.9	75.7	.4	1.5	263	100.0
Outro		18.5	77.8	3.7		27	100.0
Independentes	1.1	25.4	68.3	3.9	1.4	284	100.0
Total da amostra	1.6	31.3	62.2	3.1	1.8	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

feminino. Limitando a nossa análise apenas a este grupo, verificamos que 394 dos sujeitos do sexo feminino (65.6%) consideram que as mulheres pertencem ou simpatizam com um dos três partidos políticos de esquerda. Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos, uma vez mais, que os sujeitos que se identificam com o PS e com o PSD-PPD são os únicos grupos que indicam que a maioria das mulheres pertence ao partido com que eles se identificam. Dos restantes grupos apenas o CDS-PP indica o PSD-PPD como sendo o partido que recolhe a preferência maioritária das mulheres, enquanto todos os outros grupos dizem que essa preferência maioritária é pelo PS (cf. **Quadro 6.10**).

6.2.2.4.2 *Grupo dos homens*

As respostas à questão p_302_04 (Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos HOMENS?) mostram que 573 sujeitos (51.3%) são de opinião que a maioria dos homens pertence ou simpatiza com o PS, 522 (46.8%) com o PSD-PPD, 12 (1.1%) com o PCP, 8 (0.7%) com o CDS-PP e 1 (0.1%) com o BE (cf. **Quadro 6.11**). A distribuição dos sujeitos do sexo masculino da amostra pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) não coincide com a representação que os mesmo sujeitos fazem dessa distribuição, uma vez que o partido com que se identifica a maioria dos homens da nossa amostra é o PSD-PPD, com 147 sujeitos (41.1%), seguido do PS, com 122 sujeitos (34.1%), do BE, com 44 (12.3%), do PCP, com 19 sujeitos (5.3%) e do CDS-PP com 26 sujeitos (7.3%).

Quadro 6.11— Número total de sujeitos da amostra distribuídos pela variável Identificação partidária e percentagem de sujeitos de cada um destes grupos que coloca maioritariamente o grupo social dos Homens em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos HOMENS? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE		53.6	46.4			112	100.0
CDS-PP	5.9	66.7	27.5			51	100.0
PCP	1.9	20.8	73.6	3.8		53	100.0
PSD-PPD	.6	66.9	31.6	.9		326	100.0
PS		30.0	68.1	1.9		263	100.0
Outro		48.1	51.9			27	100.0
Independentes	.7	37.7	60.6	.7	.4	284	100.0
Total da amostra	.7	46.8	51.3	1.1	.1	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

De uma forma geral há apenas um ligeiro sobredimensionamento na percepção social da representação dos homens no conjunto dos partidos de esquerda (PS, BE e PCP), uma vez que 52.5% dos sujeitos da nossa amostra (n = 586) colocam a maioria dos homens num dos três partidos de esquerda, enquanto a distribuição efectiva da amostra apenas inclui 51.7 % (n = 185). Esta tendência é ligeiramente superior entre o grupo dos homens, onde 282 sujeitos deste grupo (54.8%) consideram que os homens pertencem ou simpatizam com um dos três partidos políticos de esquerda.

Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos, uma vez mais, que os sujeitos que se identificam com o PS e com o PSD-PPD são os únicos grupos que acham que a maioria dos homens pertence ao partido com que eles se identificam. Dos restantes grupos, o BE e CDS-PP são os únicos que indicam o PSD-PPD como sendo o partido que recolhe a preferência maioritária dos homens, enquanto para todos os outros essa preferência é maioritariamente pelo PS (cf. **Quadro 6.11**).

6.2.3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E ESCOLARIDADE

6.2.3.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E ESCOLARIDADE

No que se refere ao grau de escolaridade, a amostra é constituída por 1 (.1%) sujeito que não sabe ler nem escrever, 16 (1.4%) que têm a escola primária incompleta, 66 (5.9%) com a escola primária (1º ciclo do Ensino Básico completo), 35 (3.1%) com o 2º ciclo do Ensino Básico, 83 (7.4) com o 3º ciclo do Ensino Básico, 161 (14.4%) concluíram o ensino secundário, 24 (2.2%) têm um curso profissional ou artístico, 201 (18%) concluíram um curso médio/bacharelato ou frequentam o ensino superior, 383 (34.3%) são licenciados, 104 (9.3%) completaram um curso de mestrado e 42 (3.8) concluíram um doutoramento. Cruzando estes dados com a variável *Existência de identificação partidária* verifica-se que, de uma forma geral, a percentagem de sujeitos que manifesta ter identificação partidária diminui à medida que aumenta o grau de escolaridade: 93.8% dos sujeitos com a primária incompleta têm identificação a um partido político, o que só se verifica em 54.8% dos sujeitos doutorados (cf. **Quadro 6.12**).

À semelhança do que se verifica com o grupo etário, também a relação entre o grau de escolaridade e a existência de identificação partidária (IDENT_PART_SN) é estatisticamente significativa [$\tau = .033$, para $p < .001$], sendo possível diminuir em 3.3% o

erro na estimativa da existência de identificação partidária se se souber a grau de escolaridade dos sujeitos.

Quadro 6.12 — Grau de Escolaridade e Existência de Identificação Partidária (N = 1116).

Grau de escolaridade	Existência de Identificação Partidária				Total	
	SIM		NÃO		n	%
	n	%	n	%		
Não sabe ler nem escrever	1	100.0			1	100.0
Primária incompleta / Sabe ler e escrever	15	93.8	1	6.3	16	100.0
Primária completa / 1º ciclo do ensino básico	55	83.3	11	16.7	66	100.0
Ciclo preparatório / 2º ciclo do ensino básico	28	80.0	7	20.0	35	100.0
3º ciclo do ensino básico / Antigo 5º ano dos liceus	75	90.4	8	9.6	83	100.0
Ensino secundário (12º) / Antigo 7º ano dos liceus	126	78.3	35	21.7	161	100.0
Curso profissional / Artístico	20	83.3	4	16.7	24	100.0
Curso médio / Frequência universitária / Bacharelato	151	75.1	50	24.9	201	100.0
Licenciatura	270	70.5	113	29.5	383	100.0
Mestrado / Pós graduações	68	65.4	36	34.6	104	100.0
Doutoramento	23	54.8	19	45.2	42	100.0
Total	832	74.6	284	25.4	1116	100.0

Quadro 6.13 — Grau de escolaridade e Identificação Partidária (N = 805).

Grau de escolaridade	Identificação partidária (%)					Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PSD	PS	n	%
Não sabe ler nem escrever					100.0	1	100.0
Primária incompleta / Sabe ler e escrever	20.0			46.7	33.3	15	100.0
Primária completa / 1º ciclo do ensino básico	1.9	5.6	5.6	48.1	38.9	54	100.0
Ciclo preparatório / 2º ciclo do ensino básico	14.3	25.0	3.6	14.3	42.9	28	100.0
3º ciclo do ensino básico / Antigo 5º ano dos liceus	1.3	1.3	13.3	42.7	41.3	75	100.0
Ensino secundário (12º) / Antigo 7º ano dos liceus	11.4	10.6	6.5	35.0	36.6	123	100.0
Curso profissional / Artístico	40.0	10.0	5.0	25.0	20.0	20	100.0
Curso médio / Frequência universitária / Bacharelato	12.5	9.7	11.1	39.6	27.1	144	100.0
Licenciatura	15.2	3.9	5.1	44.0	31.9	257	100.0
Mestrado / Pós graduações	29.2	1.5	1.5	40.0	27.7	65	100.0
Doutoramento	21.7			56.5	21.7	23	100.0
Total	13.9	6.3	6.6	40.5	32.7	805	100.0

Considerando apenas a identificação a um dos cinco principais partidos políticos (IDENT_PART_5P) verifica que em quase todos os níveis de escolaridade a maioria dos sujeitos se identifica com o PSD-PPD, nomeadamente nos que têm a primária incompleta

(46.7%), primária completa (48.1%), 3º ciclo do ensino básico (42.7%), Curso médio/Bacharelato/Frequência universitária (39.6%), Licenciatura (44.0%), Mestrado (40.0%) e Doutoramento (56.5.0%). Por sua vez a identificação com o PS só é maioritária no caso dos sujeitos que concluíram o ciclo preparatório (42.9%) e o ensino secundário (36.6%). A identificação com o BE é maioritária no grupo dos que concluíram um curso artístico/profissional, obtendo aí uma percentagem de 40%. Os sujeitos que se identificam com o BE são o segundo maior contingente naqueles que concluíram um mestrado/pós graduação ou um doutoramento (neste caso em igualdade com o PS), níveis onde os sujeitos identificados com este partido são, respectivamente, 29.2 % e 21.7% do total. Os sujeitos que se identificam com o CDS-PP são o segundo maior grupo, com 25.0%, entre aqueles que concluíram o ciclo preparatório (cf. **Quadro 6.13**). A relação entre o grau de escolaridade e o tipo de identificação partidária dos sujeitos é estatisticamente significativa [$\tau = .027$, para $p < .001$].

6.2.3.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, ESCOLARIDADE E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Analisando o comportamento eleitoral dos grupos de sujeitos com identificação partidária nas eleições para a Assembleia da República realizadas em 2005, verificamos que existe

Quadro 6.14 — Grau de escolaridade e coincidência entre identificação partidária e sentido de voto nas eleições legislativas de 2005 (N = 1037).

Grau de escolaridade	Coincidência entre Identificação partidária e sentido de voto em 2005 (%)		Total	
	Coincidência	Sem coincidência	n	%
Não sabe ler nem escrever	.2		1	.1
Primária incompleta / Sabe ler e escrever	1.3	1.6	15	1.4
Primária completa / 1º ciclo do ensino básico	6.7	4.3	59	5.7
Ciclo preparatório / 2º ciclo do ensino básico	3.4	2.9	33	3.2
3º ciclo do ensino básico / Antigo 5º ano dos liceus	10.1	2.3	70	6.8
Ensino secundário (12º) / Antigo 7º ano dos liceus	13.8	14.1	144	13.9
Curso profissional / Artístico	2.2	2.3	23	2.2
Curso médio / Frequência universitária / Bacharelato	17.8	18.6	188	18.1
Licenciatura	32.4	38.5	363	35.0
Mestrado / Pós graduações	9.4	10.0	100	9.6
Doutoramento	2.9	5.4	41	4.0
Total	n	596	441	1037 100.0

uma relação estatisticamente significativa entre a escolaridade dos sujeitos e o seu comportamento eleitoral [$\tau = .026$, para $p = .032$]. Verifica-se também que, na maioria dos grupos, a coincidência entre a sua identificação partidária e o voto tende a diminuir, de forma estatisticamente significativa, à medida que aumenta o grau de escolaridade dos sujeitos (cf. **Quadro 6.14**).

6.2.4 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E CLASSE SOCIAL

6.2.4.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E CLASSES SOCIOECONÓMICAS

A amostra deste estudo é constituída por 548 sujeitos (49.1%) da classe socioeconómica 1 (gestores e quadros superiores), 198 (17.7%) da *classe 2* (quadros médios), 49 (4.4%) da *classe 3* (pequenos empregadores e trabalhadores independentes), 58 (5.2%) da *classe 4* (trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços — “colarinho branco”), 97 (8.7%) da *classe 5* (operários e trabalhadores não qualificados — “colarinho azul”) e 166 (14.9%) da *classe 10* (desempregados de longo termo e pessoas que nunca trabalharam).

Quadro 6.15 - Classificação socioeconómica e existência de Identificação Partidária (N = 1116).

Classificação Socioeconómica Europeia	Existência de Identificação Partidária		Total	
	SIM	NÃO	n	%
	%	%		
Gestores e quadros superiores	70.3	29.7	548	100.0
Quadros médios	81.3	18.7	198	100.0
Pequenos empregadores e trabalhadores independentes	79.6	20.4	49	100.0
Trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços "colarinho branco"	79.3	20.7	58	100.0
Operários e trabalhadores não qualificados "colarinho azul"	81.4	18.6	97	100.0
Desempregados de longo termo e pessoas que nunca trabalhara	73.5	26.5	166	100.0
Total	74.6	25.4	1116	100.0

Cruzando estes dados com a variável “Existência de identificação partidária” (IDENT_PART_SN) verificamos que é ao nível da *classe 1* (Gestores e quadros superiores) que se verifica a menor percentagem de sujeitos com identificação partidária (70.3%) e que a maior incidência se verifica na *classe 5* (Operários e trabalhadores não qualificados - “colarinho azul”) e na *classe 2* (quadros médios) com, respectivamente, 81.4% e 81.3% dos sujeitos a registarem identificação com um partido político (cf. **Quadro 6.15**). Estas diferenças são estatisticamente significativas [$\tau = .013$, para $p = .016$].

6.2.4.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E CLASSES SOCIOECONÓMICAS

Considerando apenas a identificação partidária a um dos cinco principais partidos (IDENT_PART_5P) verificamos que a identificação com o PSD-PPD é a que recolhe maior percentagem de sujeitos na *classe 1* (gestores e quadros superiores), com 44.8%, na *classe 3* (pequenos empregadores e trabalhadores independentes), com 39.5%, na *classe 5* (operários e trabalhadores não qualificados), com 41.0%, e na *classe 10* (desempregados de longa duração e pessoas que nunca trabalharam) com 41.2% dos sujeitos. Nas classes 2 (quadros médios) e 4 (trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços "colarinho branco") os maiores grupos são os dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e com o PS, no primeiro caso com 30.6% e no segundo com 39.1%. Verifica-se ainda que o grupo que se identifica com o BE é o terceiro entre os sujeitos da *classe 1* (gestores e quadros médios), com 15.7% dos sujeitos, na *classe 2* (quadros médios), com 15% dos eleitores desta classe, na *classe 3* (pequenos empregadores e trabalhadores independentes), com 21.1% dos sujeitos, e na *classe 10* (desempregados de longa duração e pessoas que nunca trabalharam) com 12.6% dos sujeitos; que o grupo que se identifica com o PCP é o terceiro maior entre os sujeitos da *classe 4* (trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços — "colarinho branco"), com 10.9% dos sujeitos desta classe e que o CDS-PP é o terceiro partido na *classe 5* (operários e trabalhadores não qualificados — "colarinho azul"), com 11.5% dos sujeitos inseridos nesta classe (cf. **Quadro 6.16**).

As diferenças entre a classe social, medida pela classificação socioeconómica europeia (ESeC) com 5 classes e a Identificação partidária (IDENT_PART_5P) é estatisticamente significativa [$\tau = .010$, para $p = .040$].

Quadro 6.16 — Classes sociais e sua distribuição em função da identificação partidária (N = 805).

Classificação Socioeconómica Europeia com 5 classes	Identificação partidária (%)					Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS	n	%
Gestores e quadros superiores	15.7	4.1	4.4	44.8	31.0	364	364
Quadros médios	15.0	11.3	12.5	30.6	30.6	160	160
Pequenos empregadores e trabalhadores independentes	21.1	5.3	2.6	39.5	31.6	38	38
Trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços - "colarinho branco"	6.5	4.3	10.9	39.1	39.1	46	46
Operários e trabalhadores não qualificados - "colarinho azul"	6.4	11.5	3.8	41.0	37.2	78	78
Desempregados de longo termo e pessoas que nunca trabalharam	12.6	4.2	6.7	41.2	35.3	119	119
Total	n	112	51	53	326	263	805
	%	13.9	6.3	6.6	40.5	32.7	100.0

Analisando a composição socioeconómica dos sujeitos que se identificam com cada um dos partidos, verificámos que os que se integram na *classe 1* (gestores e quadros superiores), na *classe 2* (quadros médios), e na *classe 10* (desempregados e pessoas que nunca trabalharam) representam, respectivamente, 50.9% , 21.4% e 13.4% da totalidade dos que se identificam com o BE; que os sujeitos que se identificam com o CDS-PP se integram maioritariamente na *classe 2* (quadros médios), na *classe 1* (gestores e quadros superiores) e na *classe 5* (operários e trabalhadores não qualificados), representando estes grupos, respectivamente, 35.3%, 29.4% e 17.6% dos sujeitos que se identificam com este partido; que o grupo que se identifica com o PCP provêm maioritariamente da *classe 2* (quadros médios), da *classe 1* (gestores e quadros superiores), da *classe 10* (desempregados de longa duração e pessoas que nunca trabalharam e da *classe 4* (trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços), representando estes grupos, respectivamente 37.7%, 30.2%, 15.1% e 9.4% deste grupo; 50% dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD pertencem à *classe 1* (gestores e quadros superiores), 15% à

Quadro 6.17 — Classes sociais e respectiva percentagem em cada grupo de identificação partidária (N = 805).

Classe Socioeconómica	Identificação partidária (%)					Total	
	BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS	n	%
Gestores e quadros superiores	50.9	29.4	30.2	50.0	43.0	364	45.2
Quadros médios	21.4	35.3	37.7	15.0	18.6	160	19.9
Pequenos empregadores e trabalhadores independentes	7.1	3.9	1.9	4.6	4.6	38	4.7
Trabalhadores administrativos. do comércio e dos serviços - "colarinho branco"	2.7	3.9	9.4	5.5	6.8	46	5.7
Operários e trabalhadores não qualificados - "colarinho azul"	4.5	17.6	5.7	9.8	11.0	78	9.7
Desempregados de longo termo e pessoas que nunca trabalharam	13.4	9.8	15.1	15.0	16.0	119	14.8
Total	n	112	51	53	326	263	805
	%	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

classe 2 (quadros médios), 15% à *classe 10* (desempregados de longa duração e pessoas que nunca trabalharam) e 9.8% à *classe 5* (operários e trabalhadores não qualificados; 43.0% dos sujeitos que se identificam com o PS provêm da *classe 1* (gestores e quadros superiores), 18.6% da *classe 2* (quadros médios), 16% da *classe 10* desempregados de longa duração e pessoas que nunca trabalharam), 11.0% da *classe 5* (operários e trabalhadores não qualificados. Por sua vez, os independentes provêm maioritariamente da *classe 1* (gestores e quadros superiores), que representa 57.4% da totalidade dos sujeitos deste contingente, da *classe 10* (desempregados de longa duração e pessoas que

nunca trabalharam), que representa 15.5%, da *classe 2* (quadros médios) que constituem 13.0% e da *classe 5* (operários e trabalhadores não qualificados) que representa 6.3% dos independentes da nossa amostra (cf. **Quadro 6.17**).

6.2.4.3 PERCEPÇÃO DA LIGAÇÃO DAS CLASSES SOCIOECONÓMICAS AOS PARTIDOS POLÍTICOS

6.2.4.3.1 *Gestores e quadros superiores*

As respostas à Questão 3.2 / item 9 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos QUADROS SUPERIORES?*) mostram que 690 sujeitos (61.8%) indicam que os quadros superiores pertencem maioritariamente ao PSD-PPD, 360 (32.3%) ao PS, 30 (2.7%) ao CDS-PP, 19 (1.7%) ao BE e 17 (1.5%) ao PCP. Analisando a distribuição dos gestores e quadros superiores da amostra pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) verificamos que ela coincide em termos genéricos — com exceção do BE e do PCP — , com a representação que os mesmos sujeitos fazem dessa distribuição na população geral, uma vez que o partido com que se identifica a maioria gestores e quadros superiores da

Quadro 6.18— Percentagem de sujeitos, do total da amostra, que colocam o grupo social dos Quadros Superiores em cada um dos cinco principais partidos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Quadros Superiores? (%)					Total	
	CDS-PP	PSD-PPD	PS	PCP	BE	n	%
BE	2.7	50.0	42.0		5.4	112	100.0
CDS-PP	5.9	62.7	21.6	5.9	3.9	51	100.0
PCP	1.9	39.6	54.7	3.8		53	100.0
PSD-PPD	2.8	71.2	22.4	2.1	1.5	326	100.0
PS	2.3	54.4	40.7	.8	1.9	263	100.0
Outro	3.7	51.9	40.7	3.7		27	100.0
Independentes	2.5	67.6	28.9	.7	.4	284	100.0
Total da amostra	2.7	61.8	32.3	1.5	1.7	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

nossa amostra é, também, o PSD-PPD, com 163 sujeitos (44.8%), seguido do PS, com 113 sujeitos (31.0%), do BE, com 57 (15.7%) , do PCP, com 16 sujeitos (4.4%) e do CDS-PP com 15 sujeitos (4.1%). De uma forma geral há um sobredimensionamento na percepção social da representação dos quadros superiores entre os partidos de direita (PSD-PPD e CDS-PP), verificando-se que 64.5% dos sujeitos da nossa amostra (n = 720) colocam a maioria dos

quadros superiores num dos dois partidos de direita (CDS-PP ou PSD-PPD), enquanto na distribuição efectiva da amostra essa representação é de apenas 48.9% (n = 178). Esta tendência também, se verifica entre o grupo dos gestores e quadros superiores onde 361 destes sujeitos (65.9%) consideram que os quadros superiores pertencem ou simpatizam com um dos dois partidos políticos de direita. Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos que apenas os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD acham que a maioria dos quadros superiores pertence ao partido com que eles se identificam. Dos restantes grupos só o PCP indica o PS como sendo o partido que recolhe a preferência maioritária dos quadros superiores, enquanto todos os outros dizem que essa preferência é maioritariamente pelo PSD-PPD (cf. **Quadro 6.18**).

6.2.4.3.2 *Quadros médios*

Analisando as respostas à Questão 3.2 / item 10 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos QUADROS MÉDIOS?*) verificamos que 764 sujeitos (68.5%) indicam que os quadros médios pertencem maioritariamente ao PS, 302 (27.1%) ao PSD-PPD, 30 (2.7%) ao PCP, 14 (1.3%) ao CDS-PP e 6 (0.5%) ao BE. A distribuição dos quadros médios da amostra pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) é muito mais equilibrada e não coincide com a representação que os mesmo sujeitos fazem dessa distribuição na população geral, uma vez que este grupo socioeconómico se identifica maioritariamente com o PS e PSD-PPD, em ambos os casos com 49 sujeitos (24.7%) e, em níveis menos relevantes, com o BE (n= 24, 15%), com o PCP (n = 20, 12.5%) e com o CDS-PP (n =n 18 , 11.3%). De uma forma geral há um sobredimensionamento na percepção social da representação dos quadros médios entre os partidos de esquerda (PS, BE e PCP) e um correspondente subdimensionamento dessa representação entre os partidos de direita.

Em termos de percepção social, verificamos que 71.7% dos sujeitos da nossa amostra (n = 800) colocam a maioria dos quadros médios num dos três partidos de esquerda, enquanto na distribuição efectiva da amostra essa representação é de apenas 58.1% (n = 93). Esta tendência também ocorre no seio do grupo dos quadros médios onde 137 sujeitos (69.2%) consideram que os quadros médios pertencem ou simpatizam com um dos três partidos políticos de esquerda. As respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária mostram que só os sujeitos que se identificam com o PS é que acham que a maioria dos quadros médios pertence ao partido com que eles se identificam.

Quadro 6.19 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Quadros Médios em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence/simpatiza a maioria dos Quadros Médios? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	.9	17.9	80.4	.9		112	100.0
CDS-PP	7.8	45.1	41.2	3.9	2.0	51	100.0
PCP		15.1	75.5	9.4		53	100.0
PSD-PPD	1.8	40.8	52.8	3.7	.9	326	100.0
PS	.4	20.5	78.3	.4	.4	263	100.0
Outro		37.0	63.0			27	100.0
Independentes	.7	19.0	76.8	3.2	.4	284	100.0
Total da amostra	1.3	27.1	68.5	2.7	.5	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

Dos restantes grupos só o CDS-PP indica o PSD-PPD como sendo o partido que recolhe a preferência maioritária dos quadros médios, enquanto todos os outros são de opinião de que essa preferência é maioritariamente pelo PS (cf. **Quadro 6.19**).

6.2.4.3.3 *Técnicos especializados*

Analisando as respostas à questão p_302_11 (Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos TÉCNICOS ESPECIALIZADOS?) verificamos que 734 sujeitos (65.8%) indicam que os técnicos especializados pertencem maioritariamente ao PS, 306 (27.4%) ao PSD-PPD, 48 (4.3%) ao PCP, 23 (2.1%) ao CDS-PP e 5 (.4%) ao BE.

Quadro 6.20 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Técnicos Especializados em cada um dos cinco principais partidos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Técnicos Especializados? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE		12.5	82.1	3.6	1.8	112	100.0
CDS-PP	7.8	66.7	25.5			51	100.0
PCP	3.8	9.4	75.5	11.3		53	100.0
PSD-PPD	2.1	47.2	45.1	4.9	.6	326	100.0
PS	1.1	13.3	82.1	3.4		263	100.0
Outro	7.4	18.5	63.0	7.4	3.7	27	100.0
Independentes	1.8	20.8	73.6	3.9		284	100.0
Total da amostra	2.1	27.4	65.8	4.3	.4	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

A distribuição dos técnicos especializados ⁴⁷ da amostra pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) mostra a identificação maioritária deste grupo é com o PS (n = 5 , 55.6%), seguida da identificação com o PSD-PPD (n = 3, 33.3%) e com o PCP (n= 1, 11.1%). A percepção da representação dos quadros médios entre os partidos de direita e esquerda que correspondente, genericamente, à sua distribuição na amostra. Esta tendência também ocorre no seio do grupo dos quadros médios. As respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária mostram que só os sujeitos que se identificam com o CDS-PP acham que a maioria dos técnicos especializados pertence PSD-PPD, enquanto todos os outros grupos são de opinião de que essa preferência é maioritariamente pelo PS (cf. **Quadro 6.20**).

6.2.4.3.4 trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços

Analisando as respostas à Questão 3.2 / item 12 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS, DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS?*) verificamos que 785 sujeitos (70.3%) indicam que os trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços pertencem maioritariamente ao PS, 208 (18.6%) ao PSD-PPD, 95 (8.5%) ao PCP, 16 (1.4%) ao CDS-PP e 12 (1.1%) ao BE. A distribuição dos trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços da amostra pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) é muito mais equilibrada e não coincide com a representação que os mesmos sujeitos fazem dessa distribuição na população geral, uma vez que este grupo socioeconómico se identifica maioritariamente com o PS e PSD-PPD, em ambos os casos com 18 sujeitos (39.1%) e, em níveis menos relevantes, com o PCP (n = 5, 10.9%), com o BE (n = 3, 6.5%) e com o CDS-PP (n = 2 , 4.3%). De uma forma geral há um sobredimensionamento na percepção social da representação dos trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços entre os partidos de esquerda (PS, BE e PCP) e um correspondente subdimensionamento dessa representação entre os partidos de direita. Em termos de percepção social, verificamos que 79.9% dos sujeitos da nossa amostra (n = 892) colocam a maioria dos trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços num dos três partidos de esquerda, enquanto na distribuição efectiva da amostra essa representação é de apenas 56.5% (n = 26). Esta tendência é idêntica no seio

⁴⁷ Para a identificação dos Técnicos Especializados da nossa amostra usámos a classe 6 (*Lower supervisory and lower technician occupations: 'higher grade blue collar workers'*) da Escala Europeia de Classes Socio-económicas (EUROESEC).

do grupo dos trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços onde 47 sujeitos (81.0%) consideram que este grupo social pertence ou simpatiza com um dos três partidos políticos de esquerda. As respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária mostram que só os sujeitos que se identificam com o PS é que acham que a maioria dos trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços pertencem ao partido com que eles se identificam. Todos os outros grupos são de opinião de que essa preferência é maioritariamente pelo PS (cf. **Quadro 6.21**).

Quadro 6.21 — Percentagem de sujeitos a amostra que colocam o grupo social dos trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Trabalhadores Administrativos, do Comércio e dos Serviços? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	1.8	13.4	74.1	8.9	1.8	112	100.0
CDS-PP	13.7	41.2	43.1		2.0	51	100.0
PCP	1.9	7.5	84.9	5.7		53	100.0
PSD-PPD	.6	20.6	69.9	8.3	.6	326	100.0
PS	1.1	17.9	70.3	10.3	.4	263	100.0
Outro	3.7	18.5	77.8			27	100.0
Independentes		17.3	70.8	9.9	2.1	284	100.0
Total da amostra	1.4	18.6	70.3	8.5	1.1	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

6.2.4.3.5 *Operários*

Nas respostas à questão p_302_13 (Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos OPERÁRIOS?) 857 sujeitos (76.8%) indicam que os operários pertencem maioritariamente ao PCP, 175 (15.7%) ao PS, 48 (4.3%) ao PSD-PPD, 22 (2.0%) ao BE e 14 (0.5%) ao CDS-PP. A distribuição dos operários⁴⁸ da amostra pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) não coincide com a representação que os mesmos sujeitos fazem dessa distribuição na população geral. Não só o PCP — com 2 sujeitos (6.7%) —, não é o grupo com que se identifica a maioria dos operários da nossa amostra, como se verifica que estes se identificam maioritariamente com o PS, (n = 14, 46.7%) seguido do PSD-PPD (n = 12, 40%), do PCP (n = 20, 12.5%) e do CDS-PP (n = 2, 6.7%).

⁴⁸ Na identificação do grupo dos Operários da amostra usámos a Classificação Socio-económica Europeia (Harrison & Rose, 2006) com 10 classes (EUROESec). A classe 8 desta variável corresponde ao grupo de operários.

De uma forma geral há um sobredimensionamento na percepção social da representação dos operários entre os partidos de esquerda (PS, BE e PCP) e um correspondente subdimensionamento dessa representação entre os partidos de direita. Em termos de percepção social, verificamos que 94.4% dos sujeitos da nossa amostra (n = 1054) colocam a maioria dos operários num dos três partidos de esquerda, enquanto na distribuição efectiva da amostra essa representação é de apenas 53.3% (n = 16).

Quadro 6.22 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Operários em cada um dos cinco principais partidos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Operários? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE		3.6	8.9	84.8	2.7	112	100.0
CDS-PP	2.0	9.8	37.3	51.0		51	100.0
PCP		1.9	11.3	86.8		53	100.0
PSD-PPD	2.1	7.1	19.9	69.3	1.5	326	100.0
PS	1.5	3.4	12.9	80.2	1.9	263	100.0
Outro	3.7	3.7	22.2	66.7	3.7	27	100.0
Independentes	.4	1.8	12.3	82.7	2.8	284	100.0
Total da amostra	1.3	4.3	15.7	76.8	2.0	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

Esta tendência, embora menos acentuada, também ocorre no seio do grupo dos operários, onde 29 sujeitos (82.9%) consideram que os operários pertencem ou simpatizam com um dos três partidos políticos de esquerda. As respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária mostram que todos os grupos de identificação partidária acham que a maioria dos operários pertence ao PCP. (cf. **Quadro 6.22**).

6.2.4.3.6 *Trabalhadores não qualificados*

Nas respostas à Questão 3.2/ item 14 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS?*) 468 sujeitos (41.9%) indicam que os trabalhadores não qualificados⁴⁹ pertencem maioritariamente ao PS, 462 (41.4%) ao PCP, 112 (10.0%) ao PSD-PPD, 57 (5.1%) ao BE e 17 (1.5%) ao CDS-PP. A distribuição dos trabalhadores não qualificados da amostra pelos diferentes níveis da

⁴⁹ Na identificação do grupo dos Trabalhadores não qualificados da amostra usámos a Classificação Socio-económica Europeia com 10 classes (EUROESEC). A classe 9 desta variável corresponde ao grupo de trabalhadores não qualificados.

variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) não coincide com a representação que os mesmo sujeitos fazem dessa distribuição na população geral, uma vez que os trabalhadores não qualificados da nossa amostra se identificam mais com o PSD-PPD (n = 20, 41.7%), seguido do PS (n = 15, 31.3%), do CDS-PP (n = 7, 14.6%) e do BE (n = 5, 10.4%). Existe, uma vez mais, um sobredimensionamento na percepção social da representação dos trabalhadores não qualificados entre os partidos de esquerda (PS, BE e PCP) e um correspondente subdimensionamento dessa representação entre os partidos de direita. Em termos de percepção social, verificamos que 88.4 % dos sujeitos da nossa amostra (n = 987) colocam a maioria dos trabalhadores não qualificados num dos três partidos de esquerda, enquanto na distribuição efectiva da amostra essa representação é de apenas 43.8% (n = 21).

Quadro 6.23 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Trabalhadores não qualificados em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Trabalhadores não qualificados? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE		
BE	.9	11.6	58.9	25.9	2.7	112	100.0
CDS-PP	2.0	19.6	31.4	39.2	7.8	51	100.0
PCP	1.9	5.7	52.8	32.1	7.5	53	100.0
PSD-PPD	2.5	8.3	36.8	46.9	5.5	326	100.0
PS	1.1	13.7	36.1	43.0	6.1	263	100.0
Outro	3.7	11.1	40.7	37.0	7.4	27	100.0
Independentes	.7	7.0	46.5	42.3	3.5	284	100.0
Total da amostra	1.5	10.0	41.9	41.4	5.1	1116	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

Esta tendência também se verifica no seio do grupo dos trabalhadores não qualificados, onde 51 sujeitos (82.3%) consideram que os trabalhadores não qualificados pertencem ou simpatizam com um dos três partidos políticos de esquerda. As respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária mostram que nenhum dos grupos de identificação partidária considerou que a maioria dos trabalhadores não qualificados pertence ao seu grupo. O sujeitos que se identificam com o BE, PCP, Outro/s partidos e Independentes consideram que a maioria dos trabalhadores não qualificados pertence ou simpatiza com o PS, enquanto os que se identificam com o PS, PSD-PPD e CDS consideram que os trabalhadores não qualificados pertencem maioritariamente ao PCP (cf. **Quadro 6.23**).

6.2.5 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E RELIGIOSIDADE

6.2.5.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E RELIGIOSIDADE

Recodificando os valores das respostas à Questão 4.18 (Considera-se: 1) — Não religioso; 2) Indiferente a questões religiosas; 3) Religioso; 4) Profundamente religioso) numa nova variável — RELIGIOSIDADE — com dois níveis, o primeiro agregando os níveis 1 e 2 da questão inicial (Não religioso) e o segundo agregando os níveis 3 e 4 (Religioso), verificamos que 439 sujeitos (39.3%) da amostra não são religiosos, enquanto 677 (60.7%) se consideram religiosos⁵⁰. De entre os sujeitos *Religiosos*, 513 (75.8%) identificam-se com um partido político, sendo esse número de 319 (72.7%) entre os sujeitos *Não religiosos*. Esta distribuição não nos permite prever nem a religiosidade dos sujeitos a partir da existência ou não de identificação partidária, nem a existência de identificação partidária a partir do nível de religiosidade dos sujeitos [$\tau = .001$, para $p = .244$].

6.2.5.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E RELIGIOSIDADE

No **Quadro 6.24** apresentam-se os dados referentes ao cruzamento da Identificação partidária (Questão 4.2) com a religiosidade (RELIGIOSIDADE), permitindo-nos verificar que os únicos grupos em que predominam os sujeitos não religiosos são os dos sujeitos que se identificam com o PCP (79.2%) e o dos que se identificam com o BE (75.9%). Em todos os outros grupos os sujeitos religiosos constituem a maioria, sendo o grupo mais religioso o dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP (80.4%) seguido do grupo que se identifica com o PSD-PPD (78.2%). Estas diferenças são estatisticamente significativas, quer se considere a Religiosidade como variável preditiva da identificação partidária [$\tau = .024$, para $p < .001$], quer, sobretudo, se se considera a identificação partidária como preditiva da Religiosidade dos sujeitos [$\tau = .135$, para $p < .001$].

⁵⁰ O cruzamento desta nova variável — RELIGIOSIDADE — com as respostas à questão relativa à frequência de locais de culto (Questão 4.20), mostra que a totalidade dos indivíduos enquadrados na categoria “Não religioso” assinala uma das seguintes quatro alternativas: Nunca (20.7%), Só em casamentos, baptizados e funerais (61.5%), Ocasionalmente (17.5%), Festas religiosas (0.2%). Os 677 sujeitos englobados na categoria “Religioso” assinalam as seguintes respostas: Nunca (3.0%), Só em casamentos, baptizados e funerais (10.3%) Ocasionalmente (51.6%) Festas religiosas (1.8%), Uma vez por semana (26.1%), Mais do que uma vez por semana (6.9%).

Quadro 6.24 — Identificação partidária e religiosidade (N = 1116).

Identificação Partidária	Religiosidade (%)		Total		
	Não religioso	Religioso	n	%	
BE	75.9	24.1	112	100.0	
CDS-PP	19.6	80.4	51	100.0	
PCP	79.2	20.8	53	100.0	
PSD-PPD	21.8	78.2	326	100.0	
PS	37.3	62.7	263	100.0	
Outro	48.1	51.9	27	100.0	
Independente	42.3	57.7	284	100.0	
Total	n	439	677	1116	100.0
	%	39.3	60.7	100.0	100.0

6.2.5.3 PERCEPÇÃO DA LIGAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS EM FUNÇÃO DA RELIGIÃO

6.2.5.3.1 *Religiosos*

Nas respostas à Questão 3.2/ item 16 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria das PESSOAS RELIGIOSAS?*) 530 sujeitos (47.5%) indicam que as pessoas religiosas pertencem maioritariamente ao PSD-PPD, 491 (44.0%) ao CDS-PP, 74 (6.6%) ao PS, 16 (1.4%) ao PCP e 5 (0.4%) ao BE. A distribuição das pessoas religiosas da amostra pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) não coincide com a representação que os mesmo sujeitos fazem dessa distribuição na população geral, uma vez que as pessoas religiosas da nossa amostra se identificam mais com o PSD-PPD (n = 255, 51.1%), seguido do PS (n = 165, 33.1%), do CDS-PP (n = 41, 8.2%), do BE (n = 27, 5.4%) e do PCP (n = 11, 2.2%). Existe um sobredimensionamento na percepção social da representação das pessoas religiosas entre os partidos de direita (CDS-PP e PSD-PPD) e um correspondente subdimensionamento dessa representação entre os partidos de esquerda.

Em termos de percepção social, verificamos que 91.5 % dos sujeitos da nossa amostra (n = 1021) colocam a maioria das pessoas religiosas num dos dois partidos de direita, enquanto na distribuição efectiva da amostra essa representação é de apenas 59.3% (n = 296). Esta tendência também se verifica no seio do grupo das pessoas religiosas, onde 615 sujeitos (90.8 %) consideram que as pessoas religiosas pertencem ou simpatizam com um dos dois partidos políticos de direita. As respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária mostram que só os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD considerou que a maioria das pessoas religiosas pertence ao seu grupo. Os sujeitos que se

identificam com o BE e com o PS consideram que a maioria das pessoas religiosas pertence ou simpatiza com o CDS-PP, enquanto todos os outros grupos consideram que as pessoas religiosas pertencem maioritariamente ao PSD-PPD (cf. **Quadro 6.25**).

Quadro 6.25 — Percentagem de sujeitos do total da amostra que colocam o grupo das pessoas Religiosas em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria das Pessoas religiosas? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	56.3	41.1	2.7			112	100.0
CDS-PP	43.1	49.0	3.9	2.0	2.0	51	100.0
PCP	43.4	47.2	7.5	1.9		53	100.0
PSD-PPD	38.3	52.5	7.1	1.2	.9	326	100.0
PS	46.0	43.0	8.4	2.7		263	100.0
Outro	37.0	59.3	3.7			27	100.0
Independentes	44.7	47.2	6.7	1.1	.4	284	100.0
Total da amostra	491	530	74	16	5	1116	
	44.0	47.5	6.6	1.4	.4		100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

6.2.5.3.2 *Ateus*

Nas respostas à Questão 3.2/ item 17 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Ateus?*) 634 sujeitos (56.8%) indicam que os ateus pertencem maioritariamente ao PCP, 228 (20.4%) ao PS, 188 (16.8%) ao BE, 48 (4.3%) ao PSD-PPD e 18 (1.6%) ao CDS-PP. A distribuição dos ateus da amostra pelos diferentes níveis da variável IDENT_PART_5P (identificação com um dos cinco principais partidos políticos) não coincide com a representação que os mesmo sujeitos fazem dessa distribuição na população geral, uma vez que os ateus (não religiosos) da nossa amostra se identificam mais com o BE (n = 42, 36.2%), seguido do PS (n = 38, 32.8%), do PCP (n = 20, 17.2%), do PSD-PPD (n = 13, 11.2%) e do CDS-PP (n = 3, 2.6%). Existe um sobredimensionamento na percepção social da representação dos ateus entre os partidos de esquerda (BE, PCP e PS) e um correspondente subdimensionamento dessa representação entre os partidos de direita. Em termos de percepção social, verificamos que 94.1 % dos sujeitos da nossa amostra (n = 1050) colocam a maioria dos ateus num dos três partidos de esquerda, enquanto na distribuição efectiva da amostra essa representação é de apenas 86.2 % (n = 100). Esta tendência também se verifica no seio do grupo dos ateus, onde 108 sujeitos (93.1%) consideram que os ateus pertencem ou simpatizam com um dos três partidos políticos de esquerda. As respostas dadas por cada

um dos grupos de identificação partidária mostram que todos os grupos consideraram que a maioria dos ateus pertence ao PCP (cf. **Quadro 6.26**).

Quadro 6.26 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo dos Ateus em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Ateus? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	2.7		14.3	65.2	17.9	112	100.0
CDS-PP	3.9	7.8	35.3	49.0	3.9	51	100.0
PCP	1.9	3.8	15.1	62.3	17.0	53	100.0
PSD-PPD	1.5	6.7	20.9	54.9	16.0	326	100.0
PS	.8	4.9	27.0	51.7	15.6	263	100.0
Outro		3.7	3.7	66.7	25.9	27	100.0
Independentes	1,8	2,1	16,2	59,9	20,1	284	100.0
Total da amostra	n	18	48	228	634	188	1116
	%	1.6	4.3	20.4	56.8	16.8	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

6.2.6 PERCEÇÃO DA LIGAÇÃO DE OUTROS GRUPOS SOCIAIS AOS PARTIDOS POLÍTICOS

Embora não disponhamos de dados sobre a pertença efectiva de membros da nossa amostra em relação aos grupos sociais dos pobres, ricos, intelectuais, artistas e domésticas, dispomos de dados relativos à percepção que os sujeitos da amostra têm em relação à sua ligação aos partidos políticos que nos parecem ser relevantes para se perceberem os estereótipos em relação a cada um destes grupos.

6.2.6.1 PERCEÇÃO DA LIGAÇÃO DOS RICOS AOS PARTIDOS POLITICOS

Na resposta à Questão 3.2/ Item 5 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos RICOS?*) 801 sujeitos (71.8%) responderam que a maioria pertence ou simpatiza com o PSD-PPD, 234 (21.0 %) com o CDS-PP, 73 (6.5%) com o PS, 5 (0.4%) com o PCP e 3 (0.3%) com o BE.

Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos que todos os grupos indicam o PSD-PPD como sendo o partido que recolhe a preferência maioritária dos ricos (cf. **Quadro 6.27**).

Quadro 6.27 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Ricos em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Ricos? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	26.8	67.0	4.5	1.8		112	100.0
CDS-PP	13.7	82.4	2.0	2.0		51	100.0
PCP	22.6	71.7	5.7			53	100.0
PSD-PPD	19.3	68.4	11.7		.6	326	100.0
PS	25.1	69.2	4.6	.8	.4	263	100.0
Outro	14.8	74.1	11.1			27	100.0
Independentes	18.3	77.8	3.9			284	100.0
Total da amostra	n	234	801	73	5	3	1116
	%	21.0	71.8	6.5	.4	.3	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

6.2.6.2 PERCEÇÃO DA LIGAÇÃO DOS POBRES AOS PARTIDOS POLITICOS

Na resposta à Questão 3.2 / Item 6 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos POBRES?*) 556 sujeitos (49.8%) responderam que a maioria dos pobres pertence ou simpatiza com o PCP, 412 (36.9 %) com o PS, 94 (6.5%) com o PSD-PPD, 32 (2.9%) com o BE e 22 (2.0%) com o CDS-PP.

Quadro 6.28 — Número e percentagem de sujeitos, do total da amostra e dos grupos de identificação partidária, que colocam maioritariamente o grupo dos Pobres em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Pobres? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE		5.4	12.5	75.9	6.3	112	100.0
CDS-PP	3.9	17.6	56.9	17.6	3.9	51	100.0
PCP	1.9	7.5	52.8	37.7		53	100.0
PSD-PPD	1.8	11.7	45.4	38.7	2.5	326	100.0
PS	3.0	8.4	34.2	52.1	2.3	263	100.0
Outro	3.7	3.7	22.2	70.4		27	100.0
Independentes	1.4	4.9	34.2	56.3	3.2	284	100.0
Total da amostra	n	22	94	412	556	32	1116
	%	2.0	8.4	36.9	49.8	2.9	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos que os sujeitos que se identificam com o BE, PS, Outro/s partidos e Independentes assinalam o PCP como sendo o partido que recolhe a preferência

maioritária dos pobres, enquanto os grupos que se identificam com o CDS-PP, PCP e PSD-PPD indicam o PS como sendo o partido que recolhe essa preferência (cf. **Quadro 6.28**).

6.2.6.3 PERCEPÇÃO DA LIGAÇÃO DOS INTELLECTUAIS AOS PARTIDOS POLITICOS

Na resposta à Questão 3.2/ Item 7 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos INTELLECTUAIS?*) 417 sujeitos (37.4%) responderam que a maioria dos intelectuais pertence ou simpatiza com o PS, 266 (36.9 %) com o PCP, 233 (20.9%) com o BE, 150 (13.4%) com o PSD-PPD e 50 (4.5%) com o CDS-PP.

Quadro 6.29 — Percentagem de sujeitos, do total da amostra que colocam maioritariamente o grupo dos Intelectuais em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Intelectuais? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE		8.0	17.0	34.8	40.2	112	100.0
CDS-PP	5.9	17.6	60.8	9.8	5.9	51	100.0
PCP	7.5	9.4	30.2	32.1	20.8	53	100.0
PSD-PPD	7.7	19.3	42.6	13.5	16.9	326	100.0
PS	3.8	14.1	41.1	19.8	21.3	263	100.0
Outro	11.1	7.4	40.7	18.5	22.2	27	100.0
Independentes	1.8	8.8	32.7	36.6	20.1	284	100.0
Total da amostra	n	50	150	417	266	233	1116
	%	4.5	13.4	37.4	23.8	20.9	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos que os sujeitos que se identificam com o BE, PCP e PS assinalam os próprios partidos com que se identificam como sendo aqueles que recolhem as preferências dos intelectuais. Todos os outros grupos indicam o PS como sendo o partido que recolhe essa preferência (cf. **Quadro 6.29**).

6.2.6.4 PERCEPÇÃO DA LIGAÇÃO DOS ARTISTAS AOS PARTIDOS POLITICOS

Na resposta à questão p_302_08 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos ARTISTAS?*) 475 sujeitos (42.6%) responderam que a maioria dos artistas pertence ou simpatiza com o PCP, 275 (24.6 %) com o PS, 269 (24.1%) com o BE, 75 (6.7%) com o PSD-PPD e 22 (2.0%) com o CDS-PP.

Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos que os sujeitos que se identificam com o BE e com o PCP assinalam os próprios partidos com que se identificam como sendo aqueles que recolhem as preferências dos artistas. Com exceção do grupo de sujeitos que se identifica com o CDS-PP, para quem os artistas simpatizam maioritariamente com o PS, todos os outros grupos indicam o PCP como sendo o partido que recolhe essa preferência (cf. **Quadro 6.30**).

Quadro 6.30 — Número e percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo dos Artistas em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Artistas? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	1.8	.9	8.9	32.1	56.3	112	100.0
CDS-PP	5.9	5.9	68.6	11.8	7.8	51	100.0
PCP		5.7	22.6	45.3	26.4	53	100.0
PSD-PPD	2.8	9.2	26.7	41.7	19.6	326	100.0
PS	1.9	7.6	27.8	40.7	22.1	263	100.0
Outro	3.7	11.1	14.8	55.6	14.8	27	100.0
Independentes	.7	5.3	19.0	53.2	21.8	284	100.0
Total da amostra	n	22	75	275	475	269	1116
	%	2.0	6.7	24.6	42.6	24.1	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

6.2.6.5 PERCEPÇÃO DA LIGAÇÃO DAS DOMÉSTICAS AOS PARTIDOS POLITICOS

Na resposta à Questão 3.2/ Item 14 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria das DOMÉSTICAS?*) 590 sujeitos (52.9%) responderam que a maioria das domésticas pertence ou simpatiza com o PS, 402 (36.0 %) com o PSD-PPD, 72 (6.5%) com o PCP, 39 (3.5%) com o CDS-PP e 13 (1.2%) com o BE.

Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos que os sujeitos que se identificam com o BE, com o CDS-PP e com Outro/s partidos indicam o PSD-PPD como sendo o partido que recolhe as preferências das domésticas, enquanto todos os outros grupos indicam o PS como sendo o partido que recolhe essa preferência (cf. **Quadro 6.31**).

Quadro 6.31 — Número e percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo das Domésticas em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria das Domésticas? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	2.7	54.5	37.5	4.5	.9	112	100.0
CDS-PP	3.9	64.7	31.4			51	100.0
PCP	1.9	34.0	49.1	15.1		53	100.0
PSD-PPD	3.4	27.6	62.3	5.8	.9	326	100.0
PS	6.1	35.0	52.5	5.7	.8	263	100.0
Outro		48.1	29.6	14.8	7.4	27	100.0
Independentes	2.1	33.5	55.3	7.4	1.8	284	100.0
Total da amostra	n	39	402	590	72	13	1116
	%	3.5	36.0	52.9	6.5	1.2	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

6.2.6.6. PERCEÇÃO DA LIGAÇÃO DOS EXTREMISTAS AOS PARTIDOS POLITICOS

Na resposta à Questão 3.2/ Item 18 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos EXTREMISTAS?*) 458 sujeitos (41.0%) responderam que

Quadro 6.32 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo dos Extremistas em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Extremistas? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE	41.1	17.0	2.7	28.6	10.7	112	100.0
CDS-PP	3.9	3.9	11.8	37.3	43.1	51	100.0
PCP	13.2	7.5	24.5	18.9	35.8	53	100.0
PSD-PPD	4.9	2.1	3.4	31.3	58.3	326	100.0
PS	12.2	4.2	12.2	32.3	39.2	263	100.0
Outro	14.8	3.7		51.9	29.6	27	100.0
Independentes	11.3	3.9	13.0	35.2	36.6	284	100.0
Total da amostra	n	139	55	102	362	458	1116
	%	12.5	4.9	9.1	32.4	41.0	100.0

Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

a maioria dos extremistas pertence ou simpatiza com o BE, 362 (32.4 %) com o PCP, 139 (12.5%) com o CDS-PP, 102 (9.1%) com o PS e 55 (4.9%) com o PSD-PPD. Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos que, com exceção dos sujeitos que se identificam com o BE e com Outro/s partidos, todos os grupos indicam que os extremistas pertencem ou simpatizam com o BE. Os sujeitos que se identificam com o BE, dizem que a preferência dos extremistas é pelo CDS-PP e os que se

identificam com Outro/s partidos acham que é o PCP que recebe essa preferência maioritária (cf. **Quadro 6.32**).

6.2.6.7 PERCEÇÃO DA LIGAÇÃO DOS MODERADOS AOS PARTIDOS POLITICOS

Na resposta à Questão 3.2/ Item 19 (*Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos MODERADOS?*) 649 sujeitos (58.2%) responderam que a maioria dos moderados pertence ou simpatiza com o PS, 374 (33.5 %) com o PSD-PPD, 39 (3.5%) com o CDS-PP, 28 (2.5%) com o PCP e 26 (2.3%) com o BE. Analisando as respostas dadas por cada um dos grupos de identificação partidária, verificamos que os sujeitos que se identificam com o CDS-PP e com o PSD-PPD são de opinião de que os moderados pertencem ou simpatizam maioritariamente ao PSD-PPD, enquanto os restantes grupos acham que essa preferência é pelo PS (cf. **Quadro 6.33**).

Quadro 6.33 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo dos Moderados em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).

Identificação partidária	Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria dos Moderados? (%)					Total	
	CDS	PSD	PS	PCP	BE	n	%
BE		7.1	83.9	6.3	2.7	112	100.0
CDS-PP	11.8	66.7	17.6	3.9		51	100.0
PCP		17.0	75.5	5.7	1.9	53	100.0
PSD-PPD	5.2	62.9	27.6	1.5	2.8	326	100.0
PS	1.9	10.3	82.5	2.3	3.0	263	100.0
Outro	11.1	14.8	59.3	11.1	3.7	27	100.0
Independentes	2.8	30.6	64.4	.7	1.4	284	100.0
Total da amostra	n	39	374	649	28	26	1116
	%	3.5	33.5	58.2	2.5	2.3	100.0

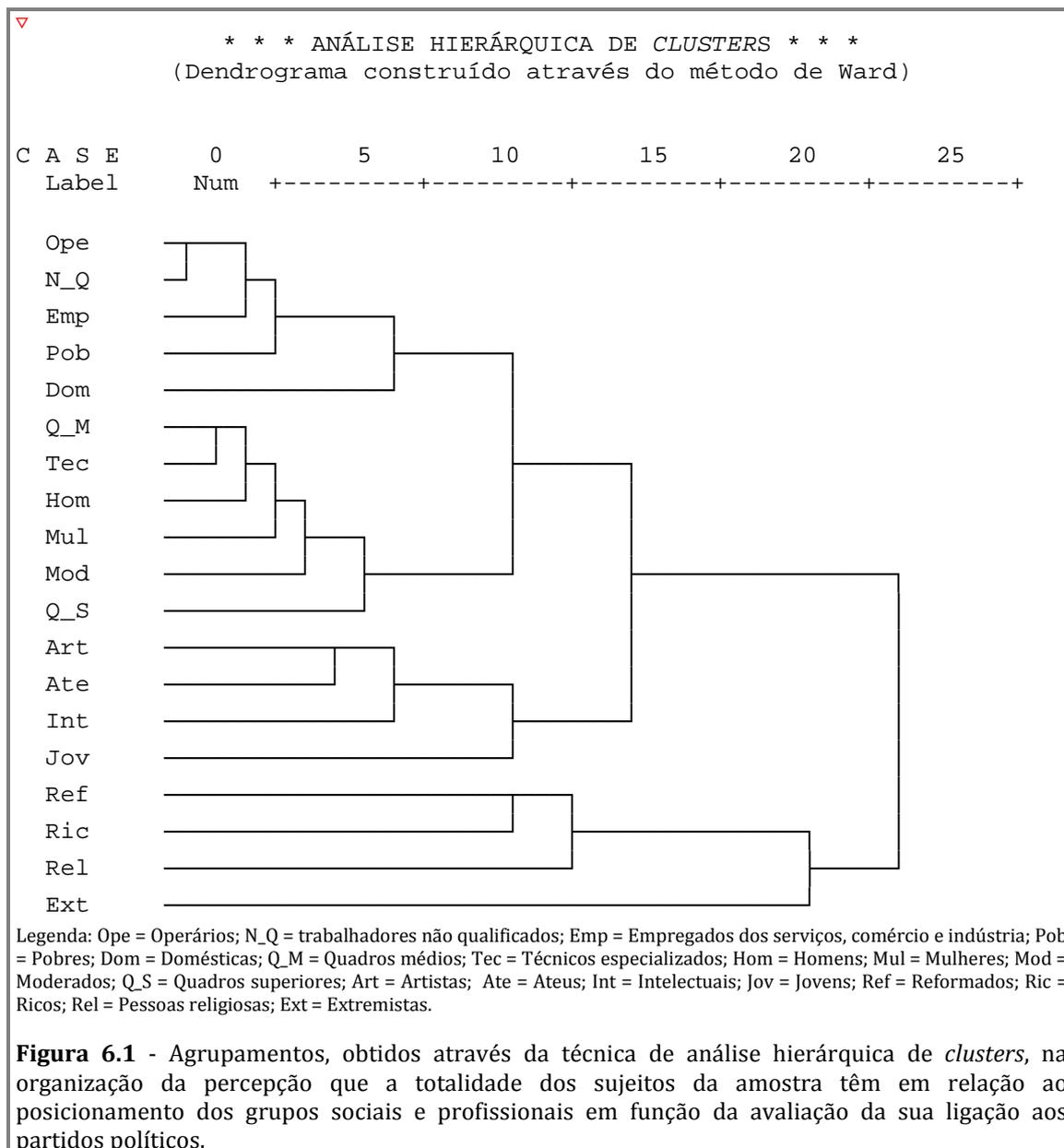
Assinalam-se a negrito os valores mais elevados em cada um dos grupos.

6.2.7 ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS EM FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO DA SUA LIGAÇÃO AOS PARTIDOS POLITICOS

Usando a análise hierárquica de *clusters*⁵¹ para identificar grupos homogéneos de variáveis na avaliação que os sujeitos da amostra (N = 1116) fazem da ligação dos grupos sociais e profissionais aos diferentes partidos parlamentares portugueses, encontramos 3

⁵¹ A análise hierárquica de *clusters* foi realizada utilizando o método de Ward e tendo por medida o phi-quadrado (Norusis, 2005, pp. 363-374).

clusters: O primeiro *cluster* agrupa a maioria dos grupos sociais e profissionais identificados com a população activa e divide-se em dois sub-*clusters*: um associando grupos sociais com menor estatuto social – operários, trabalhadores não qualificados, empregados dos serviços, pobres e domésticas –, e outro ligando os grupos sociais de maior estatuto social – quadros médios, técnicos especializados, homens, mulheres, moderados e quadros superiores; o segundo *cluster* junta artistas, ateus, intelectuais e jovens; o terceiro e último *cluster* junta reformados, ricos e pessoas religiosas. Os extremistas não estão associados a nenhum dos *clusters* (cf. **Figura 6.1**).



6.3 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados mostram que o número de sujeitos com identificação a um partido político é mais elevado, numa proporção estatisticamente significativa, à medida que aumenta a idade dos sujeitos. Verifica-se também que existem diferenças estatisticamente significativas entre a idade dos sujeitos e os partidos políticos com que se identificam maioritariamente os membros destes grupos, com os eleitores das faixas etárias mais jovens a identificarem-se maioritariamente com o PSD-PPD e os do grupo com idades superiores a 55 anos com o PS. Considerando os sujeitos em função da sua identificação com cada um dos partidos, verificamos que os que se identificam com o BE são, em termos médios, o grupo mais jovem, seguidos dos que se identificam com o PSD-PPD, PCP, PS e CDS-PP. É importante ressaltar, no entanto, que o conhecimento do grupo etário dos sujeitos apenas nos permite reduzir o erro na estimativa da identificação partidária ou da coerência entre a sua identificação partidária e a sua opção eleitoral em percentagens que se situam abaixo de 0.8 %. Verificámos, também, que a coincidência entre a identificação partidária e a opção de voto tende a aumentar com a idade, embora essa diferença só seja estatisticamente significativa no caso do grupo que se identifica com o PSD-PPD. Vimos ainda que o PS e o PSD-PPD são os partidos que recolhem a maioria dos votos dos eleitores que votaram pela primeira vez nas eleições legislativas de 1999 a 2005.

Não encontramos diferenças estatisticamente significativas na existência de identificação a um partido político em função do sexo dos sujeitos. Embora se verifique que em todos os outros grupos de identificação partidária, com exceção do CDS-PP e dos independentes, o número de sujeitos do sexo feminino é superior ao do sexo masculino, essa diferença não é estatisticamente significativa. Da mesma forma, embora haja uma tendência para uma maior congruência entre a identificação partidária e a opção de voto entre os sujeitos do sexo masculino, também se regista, mais uma vez, que ela não é estatisticamente significativa.

A identificação a um partido político tende a diminuir, de forma estatisticamente significativa, com o aumento da escolaridade dos sujeitos. Entre os sujeitos com licenciatura, mestrado e doutoramento o grupo de independentes é o mais numeroso (no caso do grupo dos sujeitos licenciados, numa percentagem igual à do grupo que se identifica com o PSD-PPD). Também se verificou que existe uma relação significativa entre o nível de escolaridade e o tipo de partido político com que os sujeitos se identificam. Nos grupos que concluíram o ciclo preparatório e o ensino secundário a identificação ao PS é

maioritária e, em todos os outros grupos, é a identificação ao PSD-PPD que recolhe a maioria das preferências, embora nos grupos que concluíram um mestrado ou um doutoramento, a opção maioritária seja pela não identificação a nenhum dos partidos políticos. Os resultados também mostram que a concordância entre a identificação partidária e a opção de voto nas eleições de 2005 diminuiu à medida que aumentou o grau de escolaridade dos sujeitos.

Contrariamente à hipótese inicial, existe uma relação estatisticamente significativa entre a classe socioeconómica dos sujeitos e a existência ou não de identificação partidária, verificando-se que a identificação a um partido político é inversamente proporcional ao nível socioeconómico dos sujeitos, ou seja, mais elevada entre os operários e trabalhadores não qualificados e mais baixa entre os gestores e quadros superiores. Os sujeitos desempregados e aqueles que nunca trabalharam têm níveis de identificação partidária elevados e muito próximos dos quadros superiores, o que se explicará pelo facto de, na nossa amostra, este grupo englobar essencialmente estudantes do ensino superior. Também se verificou que existem diferenças na identificação aos cinco principais partidos em função do nível socioeconómico, com os sujeitos pertencentes às classes 1 (gestores e quadros superiores), 3 (pequenos empregadores e trabalhadores independentes), 4 (trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços) e 10 (desempregados e pessoas que nunca trabalharam) a identificarem-se maioritariamente com o PSD-PPD e os sujeitos das classes 2 (quadros médios) e 5 (operários e trabalhadores não qualificados) a dividirem-se essencialmente entre o PSD-PPD e o PS. O BE é o terceiro partido entre os membros das classes 1 (gestores e quadros superiores), 2 (quadros médios), 3 (pequenos empregadores e trabalhadores independentes) e 10 (desempregados e pessoas que nunca trabalharam), enquanto o PCP é o terceiro partido entre os membros da *classe* 4 (Empregados dos serviços) e o CDS-PP alcança esse estatuto na *classe* 5 (operários e trabalhadores não qualificados).

Verificámos que existem diferenças no que se refere à relação entre a religiosidade e a identificação a determinados partidos políticos. Ou seja, os sujeitos que se identificam com o PCP e com o BE são maioritariamente não religiosos, enquanto os sujeitos que se identificam com o CDS-PP, PSD-PPD e PS são maioritariamente religiosos. Entre os independentes e os que se identificam com Outro/s partidos existe um maior equilíbrio entre estes dois grupos — religiosos e não religiosos — embora os primeiros continuem a ser claramente maioritários. Não encontramos relações estatisticamente significativas

entre a religiosidade dos sujeitos e a existência ou não de identificação a um partido político.

Estes resultados corroboram a nossa hipótese inicial de que *a idade constitui factor determinante da existência de identificação partidária e os grandes marcadores sociais de posição – sexo, escolaridade e religiosidade – apenas estão directamente relacionados com as identificações específicas*. Como já se referiu, contrariamente à hipótese inicial, a classe socioeconómica também está relacionada com a existência de identificação partidária. Os resultados estão globalmente de acordo com a investigação conduzida nesta área, que evidencia a influência de factores como a idade (Converse, 1976; Topf, 1995), o estatuto socioeconómico (Clark & Lipset, 1991; Evans, Heath, & Payne, 1999; Manza, Hout, & Brooks, 1995; Särilvik & Crewe, 1983), as habilitações académicas (Bennett, 1998; Kelman, 1996; Knox, Lindsay, & Kolb, 1993; Wolfinger R. E., 1981) e a religiosidade (Broughton & Napel, 2000; Calvo, Martinez, Montero, & Jalali, 2005; Freire, 2001; Manza & Brooks, 1997) no comportamento eleitoral dos sujeitos, embora se verifique que essa influência, embora estatisticamente significativa, não é muito expressiva no que se refere à idade e às habilitações académicas, sendo-o mais no que se refere à religiosidade, que constitui uma variável decisiva na divisão entre os partidos mais à esquerda – BE e PCP – e aqueles que se concentram à direita – PSD-PPD e CDS-PP.

Estes dados permitiram-nos ainda verificar que a maioria dos membros da nossa amostra considera que jovens, mulheres, homens, intelectuais, quadros médios, técnicos especializados, trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços, trabalhadores não qualificados, domésticas e moderados pertencem ou simpatizam maioritariamente com o PS. Os mesmos sujeitos consideram ainda que os reformados, ricos, gestores, quadros superiores e pessoas religiosas pertencem ou simpatizam maioritariamente com o PSD-PPD, que os grupos dos pobres, artistas, operários e ateus pertencem ou simpatizam com o PCP e que os extremistas pertencem ou simpatizam com o BE. No entanto, a percepção da ligação destes grupos sociais e profissionais aos partidos políticos não corresponde, na maioria dos casos, à sua real distribuição na nossa amostra. Considerando apenas os casos em que temos dados que nos permitam identificar os membros de cada um dos grupos da amostra, verificámos que só no que se refere aos gestores e quadros superiores, pessoas religiosas e técnicos especializados é que existe uma coincidência entre a percepção da sua ligação maioritária a um partido — nos dois primeiros casos ao PSD-PPD e no terceiro ao PS —, e a verificação de que se trata de um grupo em que a maioria dos membros pertence, de facto, a esse partido. No que diz respeito aos jovens,

mulheres, homens e trabalhadores não qualificados, grupos em que existe a percepção de que a maioria dos seus membros pertence ou simpatiza com o PS, verificámos que os sujeitos destes grupos representados na nossa amostra se identificam, maioritariamente, com o PSD-PPD. Também no caso dos reformados se verifica que eles se identificam maioritariamente com o PS e não com o PSD-PPD como ocorre na percepção que existe em relação a este grupo. Da mesma forma, enquanto a percepção social em relação ao grupo dos operários e dos ateus vai no sentido de que estes sujeitos pertencem ou simpatizam maioritariamente com o PCP, verifica-se que estes grupos são constituídos maioritariamente por sujeitos que se identificam com o PS, no caso dos operários, e com o BE, no caso dos ateus. No que se refere aos quadros médios e empregados dos serviços, a percepção social é a de que se tratam de grupos que pertencem ou simpatizam maioritariamente com o PS, quando na realidade eles se identificam igualmente com o PS e com o PSD-PPD. Ou seja, estes dados apontam para a existência de uma sobre-representação dos jovens, das mulheres, dos quadros médios, dos empregados dos serviços, dos operários, dos trabalhadores não qualificados e dos ateus nos partidos de esquerda (PS, PCP e BE) e dos reformados, dos gestores e quadros superiores e das pessoas religiosas entre os partidos de direita (CDS-PP e PPD-PSD).

Considerando as respostas dadas pelos sujeitos que se identificam com cada um dos cinco principais partidos, vemos que os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD consideram que os reformados, as mulheres, os homens, os ricos, os gestores e quadros superiores, as pessoas religiosas e os moderados pertencem ou simpatizam maioritariamente com o PSD-PPD. Os grupos dos jovens, dos pobres, dos intelectuais, dos quadros médios, dos técnicos especializados, dos empregados dos serviços e das domésticas são associados maioritariamente ao PS, enquanto os artistas, os operários, os trabalhadores não qualificados e os ateus são identificados maioritariamente com o PCP e os extremistas com o BE. De acordo com os resultados obtidos no estudo anterior (cf. Capítulo V), o campo político eleitoral deste grupo de sujeitos inclui o PS e o CDS-PP como opções eleitorais secundárias e coloca o BE e o PCP na sua zona de exclusão. Nesse sentido, podemos considerar que os grupos sociais que se identificam maioritariamente com os partidos que se situam na zona de exclusão, constituem, sempre, exogrupos. Assim sendo, verifica-se que os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD consideram os artistas, operários, trabalhadores não qualificados, ateus e extremistas — que associam ao BE e ao PCP —, como exogrupos, pelo que é de supor que estarão pouco receptivos a aceitar analisar problemas, propostas ou candidatos que sejam percebidos como dirigidos especificamente a estes grupos sociais ou deles provenientes.

Por sua vez, os sujeitos que se identificam com o PS consideram que os jovens, os reformados, as mulheres, os homens, os intelectuais, os artistas, os quadros médios, os técnicos especializados, os moderados, os empregados dos serviços e as domésticas pertencem ou simpatizam maioritariamente com o PS. Os grupos dos ricos, gestores e quadros superiores são associados ao PSD-PPD, os pobres, operários e trabalhadores não qualificados e ateus ao PCP e os extremistas ao BE. O campo político eleitoral dos sujeitos que se identificam com o PS inclui o BE e o PSD-PPD como identidades partidárias secundárias e o PCP e CDS-PP na zona de exclusão. Assim, estes sujeitos consideram como exogrupo os grupos sociais dos pobres, operários, trabalhadores não qualificados e ateus – identificados com o PCP – e dos religiosos – associados ao CDS-PP. Desta forma é de esperar que estes sujeitos não estejam disponíveis para analisar problemas, propostas e candidatos que sejam especificamente associados a estes grupos sociais.

Quanto aos sujeitos que se identificam com o PCP, este grupo considera que os jovens, os intelectuais, os artistas, os operários e os ateus pertencem ou simpatizam maioritariamente com o PCP. Os reformados, as mulheres, os homens, os pobres, os gestores e quadros superiores, os quadros médios, os técnicos especializados, os empregados dos serviços, os trabalhadores não qualificados, as domésticas e os moderados são associados maioritariamente ao PS, os ricos e religiosos ao PSD-PPD e os extremistas ao BE. O campo político eleitoral do PCP inclui o BE e o PS como identidades partidárias secundárias, enquanto o CDS-PP e o PSD-PPD são colocados na zona de exclusão. Assim sendo, apenas os grupos dos religiosos e dos ricos são percebidos como exogrupos, pelo que os problemas, propostas e candidatos identificados como estando especificamente ligados àqueles grupos não terão aceitação por parte dos sujeitos que se identificam com o PCP.

Os sujeitos que se identificam com o BE consideram que os jovens, os intelectuais e os artistas pertencem ou simpatizam maioritariamente com o BE. Os reformados, homens, ricos, gestores e quadros superiores e domésticas são associados ao PSD-PPD, as mulheres, quadros médios, técnicos especializados, empregados dos serviços, trabalhadores não qualificados, e moderados ao PS, os pobres, operários e ateus ao PCP e os religiosos e os extremistas ao CDS-PP. Uma vez que o campo político eleitoral dos sujeitos que se identificam com o BE inclui o PS e o PCP como identidades partidárias secundárias e o PSD-PPD e o CDS-PP na zona de exclusão, então, os reformados, homens, ricos, gestores e quadros superiores, domésticas, religiosos e extremistas são considerados como exogrupos e, conseqüentemente, os problemas, propostas e

candidatos identificados especificamente com estes grupos terão pouca probabilidade de virem a ter a aceitação dos sujeitos que se identificam com o BE.

Os sujeitos que se identificam com o CDS-PP não indicam nenhum grupo como pertencendo ou simpatizando maioritariamente com o CDS-PP. Para este grupo, jovens, pobres, intelectuais, artistas e empregados dos serviços estão maioritariamente associados ao PS; reformados, mulheres, homens, ricos, gestores e quadros superiores, quadros médios, técnicos especializados, domésticas, religiosos e moderados ao PSD-PPD; operários e ateus ao PCP; e extremistas ao BE. Considerando que o campo político eleitoral dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP inclui na sua zona de exclusão o PCP e o BE, podemos afirmar que os grupos dos operários, ateus e extremistas constituem exogrupos para os sujeitos que se identificam com o CDS-PP.

Estes dados mostram-nos ainda que os sujeitos que se identificam com o PS e com o PSD-PPD coincidem na percepção de que os grupos de reformados, mulheres, homens e moderados pertencem ou simpatizam maioritariamente com os seus partidos; que os sujeitos que se identificam com o PS, com o PCP e com o BE coincidem na percepção de que os jovens, os intelectuais e os artistas pertencem maioritariamente aos seus partidos; que todos os grupos coincidem na percepção de que os ricos pertencem ou simpatizam com o PSD-PPD e de que os ateus pertencem ou simpatizam com o PCP.

Podemos, pois, concluir que parece ser importante para a definição da identidade de qualquer dos grupos que se identifica com um dos três partidos de esquerda a percepção de que os partidos com que se identificam são os preferidos pelos jovens, pelos intelectuais e pelos artistas; que a percepção de que os ricos, os gestores e quadros superiores e as pessoas religiosas pertencem ao partido com que se identificam parece ser importante na definição da identidade dos grupos que se identificam com um dos partidos de direita; que a percepção de que os operários e os ateus pertencem ao partido com que se identificam parece ser importante para a definição da identidade dos sujeitos que se identificam com o PCP; que a percepção de que os reformados, as mulheres, os homens e os moderados pertencem ao partido com que se identificam parece ser relevante para a identidade do partidos que querem ocupar o centro político eleitoral (PSD-PPD e PS). Por fim, parece que o apoio e simpatia dos grupos dos pobres, dos trabalhadores não qualificados e dos extremistas não é relevante para a identidade de nenhum dos grupos de identificação partidária.

O desfasamento que encontramos neste estudo entre a pertença objectiva a grupo sociais e a representação que se faz dessa relação está de acordo com o que Bartolini e Mair (1990) e Brooks e Manza (1999) defendem ao consideram que a influência das clivagens sociais não é relevante por si só — e isso explica que vários estudos concluam pela sua reduzida importância no comportamento eleitoral —, mas apenas quando os sujeitos têm consciência delas e quando o próprio sistema político partidário as integra na sua organização. Ou seja, as clivagens sociais só são relevantes se fizerem parte da identidade social e política dos eleitores e dos partidos políticos. No entanto, os dados também mostram que há representações da ligação dos grupos sociais aos partidos, que são relevantes para a identidade social dos sujeitos, embora essas representações não correspondam à realidade. Ou seja, verifica-se algo ligeiramente diferente daquilo que Bartolini e Mair (1990) e Brooks e Manza (1999) defendem. Vemos que há relações que não existem na estrutura social, mas que os sujeitos percebem como existindo e correspondendo às representações sociais dos partidos políticos. Verifica-se que isso acontece, não apenas em relação ao partido com que os sujeitos se identificam, mas também em relação aos partidos que estão na zona de exclusão do seu campo político eleitoral. Por exemplo, o nosso estudo não identificou nenhuma relação estatisticamente significativa entre o género e a identificação partidária do sujeitos. No entanto, também verificamos que a representação que os sujeitos que se identificam com o BE fazem da ligação de homens e mulheres aos partidos é diferente: para estes sujeitos os homens são associados ao PSD-PPD — que é um partido que está na zona de exclusão do seu campo político eleitoral — e as mulheres ao PS — que é um partido que constitui uma possibilidade de opção eleitoral. É de pressupor que quando os sujeitos que se identificam com o BE perceberem que determinados problemas, propostas eleitorais ou candidatos são relevantes apenas para o grupo dos homens isso signifique que esses problemas, propostas ou candidatos não obterão o apoio deste grupo.

CAPÍTULO VII - IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E AVALIAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

7.1 OBJECTIVOS, HIPÓTESES E MEDIDAS

Neste capítulo pretende-se estudar a forma como os sujeitos avaliam os partidos políticos e o modo como essa avaliação se traduz na organização das relações que se estabelecem entre esses grupos enquanto categorias cognitivas acessíveis ao sujeito. Como tivemos oportunidade de referir no Capítulo III, a categorização está na origem de categorias cognitivas — *esquemas* e *estereótipos* — que se formam para ajudar a organizar e dar sentido a uma situação social, contribuindo para que o sujeito lide com a complexidade dessa situação de uma forma rápida e automática, e que constituem igualmente crenças — atitudes e valores — partilhadas pelo grupo a que o sujeito pertence (McGarty, Yzerbyt, & Spears, 2002; Tajfel, 1981/2001). Se a categorização dos partidos políticos estiver associada a determinadas atitudes e valores, como se espera que aconteça, é de supor que a avaliação que os sujeitos fazem dos partidos tendo por base a relação desses partidos com aqueles valores, possibilite uma organização estrutural destes semelhante à organização do espaço político eleitoral, tal como foi identificada no Capítulo V. Assim, o primeiro passo deste estudo é descrever as relações entre a identificação partidária e a avaliação dos partidos políticos tendo por base a seguinte hipótese:

Hipótese 7 – A avaliação que os sujeitos fazem da relação entre valores e partidos políticos organiza esses partidos em dimensões que correspondem à estrutura do seu campo político eleitoral.

Para testar esta hipótese usámos dois tipos de avaliação: uma de natureza explicitamente política e outra recorrendo a indicadores semânticos que representam a dimensão conotativa da relação dos sujeitos com esses partidos políticos.

Tendo em conta este objectivo, centrámos a nossa avaliação em dois tipos de instrumentos. O primeiro é constituído por cinco questões em que se pede ao sujeito que ordene os partidos em função do seu grau de Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Liberalismo Económico e posicionamento ideológico na escala

Esquerda/Direita. Não sendo viável no âmbito desta dissertação, fazer uma avaliação sobre o modo como os sujeitos avaliam as propostas políticas concretas, apresentadas e defendidas por cada um dos partidos nas últimas eleições, podemos, no entanto, avaliar um conjunto de atitudes e valores associados às diferentes propostas políticas. Numa eleição os sujeitos são chamados a decidir, de uma forma geral, sobre qual das propostas políticas que lhe são apresentadas é a melhor para os interesses do país. Não nos parece ser muito controverso sustentar que a maioria das propostas políticas eleitorais se relaciona, de uma forma geral, com questões de natureza económica, com questões relativas ao modo como o poder deve ser exercido e com questões que se prendem com comportamento sociais e com normas e valores éticos e morais. Assim, o nosso estudo incidirá na avaliação de valores e atitudes relacionadas com o liberalismo económico, o autoritarismo, o conservadorismo social e a religiosidade. Estes valores estão consensualmente associados ao comportamento político e vários estudos, já referenciados no ponto 4.5.4 do Capítulo IV (cf. também Capítulo VIII), demonstram a sua influência no comportamento dos sujeitos. Se a identificação partidária estiver associada a estes valores é de esperar que a categorização resultante da avaliação dos partidos com estes critérios seja semelhante à organização do campo político eleitoral tal como foi identificado no estudo apresentado no Capítulo V.

Como também tivemos oportunidade de rever no Capítulo III, é através de um processo de adequação comparativa que se estabelece a correspondência entre os estímulos presentes numa situação e as categorias acessíveis ao sujeito, referindo-se a acessibilidade à possibilidade que o sujeito tem de usar uma categoria particular e a adequação à capacidade que essa categoria tem de descrever a realidade. Aquilo que nos interessa neste estudo é analisar a forma como as categorias acessíveis se relacionam e organizam entre si. Quando os sujeitos fazem corresponder as propriedades de um estímulo a determinadas categorias, aquilo que está em jogo é um processo de adequação normativa. Isto é, numa situação concreta, os sujeitos fazem corresponder os estímulos a crenças e estereótipos pré-existentes (Oakes, Haslam, & Turner, 1994). Assim, ao pedirmos aos sujeitos que avaliem os partidos políticos em função do seu grau de autoritarismo, conservadorismo social, liberalismo económico, religiosidade ou posicionamento no eixo esquerda-direita, iremos provocar um processo de adequação normativa, ou seja, iremos pedir aos sujeitos que mobilizem categorias cognitivas — *esquemas* e *estereótipos* — que constituem crenças pré-existentes partilhadas pelo grupo a que pertencem e as façam corresponder aos estímulos presentes na situação (McGarty, Yzerbyt, & Spears, 2002; Tajfel, 1981/2001). Se deste processo resultar uma organização dos partidos semelhante

àquela que já vimos que existe em relação ao comportamento eleitoral efectivo nas últimas eleições (cf. ponto 5.2.6) ou, ainda, igual à que existe quando se pede aos sujeitos que avaliem a simpatia em relação aos partidos políticos ou a probabilidade de virem a votar em cada um desses partidos (cf. secção 5.2.5), isso significará que essa organização pré-existente dos partidos num campo político eleitoral não depende da situação eleitoral concreta, ou seja, dos temas, propostas ou outros factores específicos de uma eleição, mas corresponderá a uma organização estrutural prévia destas categorias. A característica dinâmica e reactiva a mudanças no contexto — que distingue a autocategorização e que explicará a mudança de sentido de voto dos eleitores — decorre não de alterações na estrutura organizativa das categorias acessíveis — adequação normativa —, mas da opção pela categoria que nesse contexto é considerada a mais adequada, i.e., a que melhor potencia as diferenças intercategorias em relação às diferenças intracategorias — adequação comparativa (Abrams & Hogg, *Social identification, self-categorization, and social influence*, 1990; Oakes, 2003; Turner, 1991; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987).

Os sujeitos têm várias identidades que são activadas diferencialmente em função das relações sociais estabelecidas (Stryker, 1968; 1980). A estabilidade da identidade social é uma consequência da estabilidade dessas relações sociais, ocorrendo mudanças sempre que se verifiquem movimentos dos sujeitos na estrutura social, quer estes tenham origem em opções voluntárias ou ocorram por força de acontecimentos que afectam a vida dos sujeitos (Wells & Striker, 1988). De acordo com esta perspectiva, este processo de mudança está ainda associado ao grau de compromisso do sujeito — não com a identidade em si, mas com a sua adequação a uma situação específica (Stryker & Serpe, 1982). Podemos, pois, pressupor que as diferentes identidades do sujeito são compatíveis entre si e estão organizadas numa estrutura pré-existente — que, no caso da identidade política, designámos por campo político eleitoral — e que essa estrutura é, simultaneamente, suficientemente flexível e elástica para possibilitar que em momentos diferentes a identidade partidária do sujeito seja uma ou outra das possibilidades pré-existentes, sem que essa mudança corresponda à criação de uma nova estrutura, mas, também, suficientemente pré-determinada para limitar efectivamente as possibilidades de identificação passíveis de serem usadas, ou seja, para fazer com que as opções dos sujeitos não sejam apenas determinadas pelas variáveis presentes na situação.

O segundo instrumento utilizado neste estudo foi uma escala de Diferencial Semântico com seis pares de adjectivos, dois por cada um dos factores identificados por Osgood et al.

(1957) – Poder (forte/fraco; firme/condescendente), Avaliação (bom/mau; justo/injusto) e Actividade (activo/passivo; dinâmico/estático). Se a identificação partidária estiver associada a este tipo de valores é de esperar que a avaliação de cada um dos partido no factor Avaliação – que envolve os pares de adjectivos bom/mau e justo/injusto, que correpondem à dimensão afectiva da relação – sejam consonantes com a organização do espaço político eleitoral dos sujeitos em partidos que constituem a identidade partidária central e secundária e partidos que estão na zona de exclusão (de acordo com aquilo que já analisamos no Capítulo V), enquanto o factor Poder, – com os adjectivos forte/fraco e firme/condescendente, que remetem para a capacidade interventiva dos partidos no domínio político –, organizará as relações entre grandes partidos que exercem o poder e pequenos partidos que fazem oposição e o factor Actividade – com os adjectivos activo/passivo e dinâmico/estático – separará o partido que constitui a identidade partidária central daqueles que constituem identidades secundárias.

7.2 RESULTADOS

7.2.1 PERCEPÇÃO DOS PARTIDOS POLITICOS FACE A VALORES A ATITUDES POLÍTICAS

7.2.1.1 TOTAL DA AMOSTRA

Solicitados a ordenar o posicionamento dos cinco principais partidos políticos na escala Esquerda/Direita e em função do maior ou menor grau de Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade e Intervencionismo Económico, os 1116 sujeitos da nossa amostra consideraram que o partido mais conservador é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e o BE; que o partido mais autoritário é o CDS-PP, seguido do PCP, do PSD-PPD, do PS e do BE; que o partido mais religioso é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais intervencionista no campo da economia é o PS, seguido do PCP, do PSD-PPD, do BE e do CDS-PP; e, por último, que o partido mais à direita é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS do PCP e do BE (cf. **Quadro 7.1**).

Considerando a totalidade da amostra (N = 1116) e as respostas a estas cinco questões, construímos, usando a técnica de *multidimensional scaling* (MDS-PROXSCAL), um mapa

perceptivo com três dimensões relevantes⁵² e que se adequa perfeitamente aos dados originais [Raw Stress = .00023 e Coeficiente de Congruência de Tucker = .99988]. A dimensão 1 opõe o CDS-PP e o PSD-PPD ao PS, PCP e BE, a dimensão 2 opõe o PS e o PSD-PPD ao PCP, BE e CDS-PP e a dimensão 3 opõe o PCP ao BE, ficando o CDS-PP, o PSD-PPD e o PS em posições próximas do ponto neutral. No **Quadro 7.2** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das três dimensões e na **Figura 7.1** a representação gráfica desta solução. No **Quadro 7.3** apresentam-se também os pesos de cada uma das cinco variáveis — conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, intervencionismo económico e ideologia — na definição de cada uma das três dimensões.

Quadro 7.1 — Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra (N = 1116) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).

		Partido				
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD
Conservadorismo Social [1= mais conservador; 5 = menos conservador]	M	4.66	1.43	3.42	3.08	2.40
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Autoritarismo [1= mais autoritário; 5 = menos autoritário]	M	3.92	2.49	2.55	3.11	2.91
	Mdn	4	2	2	3	3
	Mo	5	1	1	3	2
Religiosidade [1= mais religioso; 5 = menos religioso]	M	4.60	1.24	4.11	2.93	2.13
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Intervencionismo Económico [1= mais intervencionista; 5 = menos intervencionista]	M	3.26	4.02	2.62	2.37	2.70
	Mdn	3	4	3	2	3
	Mo	5	5	1	2	4
Esquerda/Direita [1= mais à direita; 5 = mais à esquerda]	M	4.62	1.29	4.10	2.95	2.03
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2

⁵² Os resultados foram obtidos através de um modelo de diferenças individuais (*Generalized Euclidean*) mantendo a mesma ordem das proximidades iniciais (*Ordinal proximity transformations*), optando por uma configuração inicial clássica (*Torgerson*) e seleccionando o número de dimensões de acordo com o nível de incremento no stress gerado em cada iteração e confrontando estes dados com a sua representação gráfica através do *scree plot*.

Quadro 7.2- Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção, por parte da totalidade dos membros da amostra, da sua posição nas variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Intervencionismo Económico e Ideologia (N = 1116).

Partidos Políticos	Dimensões		
	1	2	3
BE	1.281	.527	1.334
CDS-PP	-1.146	1.419	.124
PCP	.895	.252	-1.766
PS	.083	-1.438	.297
PSD-PPD	-1.112	-.760	.010

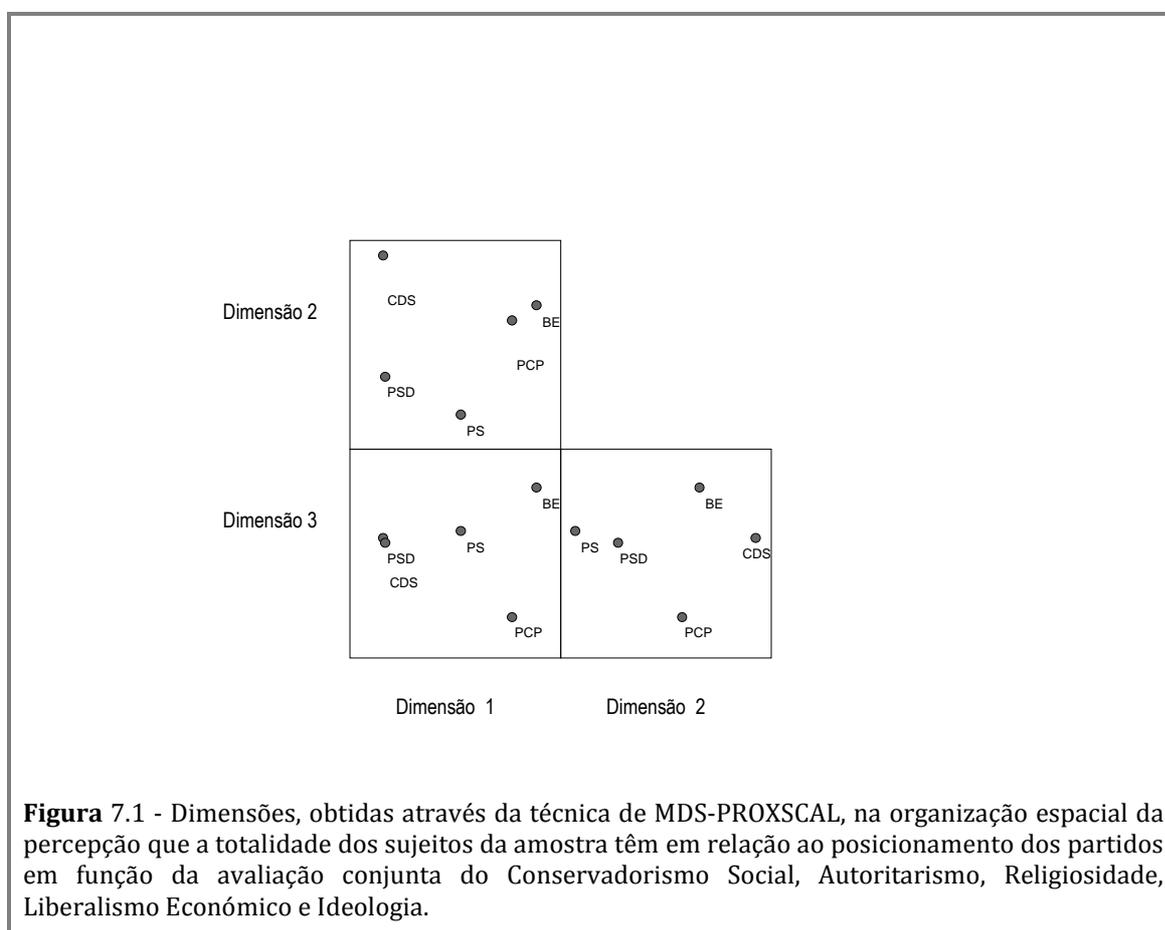


Figura 7.1 - Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que a totalidade dos sujeitos da amostra têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta do Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Liberalismo Económico e Ideologia.

Quadro 7.3 — Valores e atitudes políticas e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre a totalidade dos sujeitos da amostra (N = 1116).

Variáveis	Dimensão		
	1	2	3
Conservadorismo Social	.460	.341	.269
Autoritarismo	.469	.339	.254
Religiosidade	.470	.339	.253
Liberalismo Económico	.436	.388	.243
Ideologia	.504	.309	.224

7.2.1.2 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O BE

Os 112 sujeitos da nossa amostra que se identificam com o BE, consideraram que o partido mais conservador é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais autoritário é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais religioso é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais intervencionista no campo da economia é o BE, seguido do PCP, do PS, do PSD-PPD e do CDS-PP e, por último, que o partido mais à direita é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS do PCP e do BE (cf. **Quadro 7.4**).

Considerando apenas este grupo de sujeitos com identificação partidária ao BE (n= 112) e as suas respostas àquelas cinco questões, construímos, usando as técnicas de *multidimensional scaling* (MDS-PROXSCAL), um mapa perceptivo com três dimensões relevantes que se adequa aos dados originais [Raw Stress = .00014 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99993]. Tal como acontece no que se refere à totalidade da amostra, também neste caso a *dimensão 1* opõe o CDS-PP e o PSD-PPD ao PS, PCP e BE, a *dimensão 2* opõe o PS e o PSD-PPD ao PCP, BE e CDS-PP e a *dimensão 3* opõe o PCP ao BE ficando o PS, o CDS-PP e o PSD-PPD em posições próximas do ponto neutral. No **Quadro 7.5** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das três dimensões e na **Figura 7.2** a representação gráfica desta solução. No **Quadro 7.6** apresentam-se também os pesos de cada uma das cinco variáveis — conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, intervencionismo económico e ideologia — na definição de cada uma das três dimensões.

Quadro 7.4 — Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o BE (n = 112) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).

		Partido				
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD
Conservadorismo Social [1= mais conservador; 5 = menos conservador]	M	4.87	1.20	3.74	3.06	2.14
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Autoritarismo [1= mais autoritário; 5 = menos autoritário]	M	4.68	1.72	3.46	3.13	2.01
	Mdn	4	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Religiosidade [1= mais religioso; 5 = menos religioso]	M	4.73	1.15	4.09	2.96	2.06
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Intervencionismo Económico [1= mais intervencionista; 5 = menos intervencionista]	M	2.26	4.35	2.47	2.81	3.10
	Mdn	1	5	1	3	4
	Mo	2	5	2	3	3
Esquerda/Direita [1= mais à direita; 5 = mais à esquerda]	M	2.26	4.35	2.47	2.81	3.10
	Mdn	1	5	1	3	4
	Mo	2	5	2	3	3

Quadro 7.5 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção, por parte dos sujeitos com identificação partidária ao BE, da sua posição nas variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, intervencionismo económico e ideologia (n = 112).

Partidos Políticos	Dimensões		
	1	2	3
BE	1.276	.639	1.393
CDS-PP	-1.308	1.229	.016
PCP	.830	.410	-1.717
PS	.174	-1.539	-.028
PSD-PPD	-.972	-.739	.337

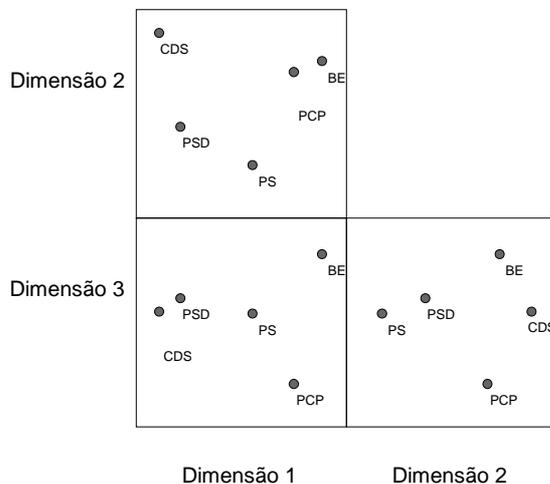


Figura 7.2 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o BE têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis conservadorismo social, autoritarismo, Religiosidade, liberalismo económico e ideologia.

Quadro 7.6 - Valores e atitudes políticas e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao BE (n = 112).

Variáveis	Dimensão		
	1	2	3
Conservadorismo Social	.508	.323	.192
Autoritarismo	.473	.322	.268
Religiosidade	.478	.341	.235
Liberalismo Económico	.477	.341	.236
Ideologia	.506	.315	.212

7.2.1.3 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O CDS-PP

Os 51 sujeitos da nossa amostra que se identificam com o CDS-PP, consideraram que o partido mais conservador é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais autoritário é o PCP, seguido do PS, do BE, do CDS-PP e do PSD-PPD; que o partido mais religioso é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais intervencionista no campo da economia é o BE, seguido do PS, do PSD-PPD,

do PCP e do CDS-PP e, por último, que o partido mais à direita é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE (cf. **Quadro 7.7**).

Quadro 7.7— Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o CDS-PP (n = 51) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).

		Partido				
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD
Conservadorismo Social [1= mais conservador; 5 = menos conservador]	M	4.61	1.51	3.16	2.82	2.75
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Autoritarismo [1= mais autoritário; 5 = menos autoritário]	M	3.27	3.41	1.88	2.69	3.65
	Mdn	3	3	2	2	4
	Mo	5	3	1	2	4
Religiosidade [1= mais religioso; 5 = menos religioso]	M	4.69	1.22	4.02	2.78	2.27
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Intervencionismo Económico [1= mais intervencionista; 5 = menos intervencionista]	M	2.76	3.59	2.90	2.76	2.80
	Mdn	2	4	3	3	3
	Mo	1	4	3	2	1
Esquerda/Direita [1= mais à direita; 5 = mais à esquerda]	M	4.76	1.18	3.90	2.98	1.96
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2

Considerando apenas este grupo de sujeitos com identificação partidária ao CDS-PP (n = 51) e as suas respostas àquelas cinco questões, construímos, usando a técnica de *multidimensional scaling* (MDS-PROXSCAL), um mapa perceptivo com três dimensões relevantes que se adequa aos dados originais [Raw Stress = .00077 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99962]. A *dimensão 1* opõe o CDS-PP, o PSD-PPD e o PS — que neste caso, e contrariamente à totalidade da amostra, passa a estar do mesmo lado do CDS-PP e do PSD-PPD —, ao PCP e BE; a *dimensão 2* opõe o PS, o PSD-PPD e o PCP — que neste caso, e contrariamente à totalidade da amostra, passa a estar do mesmo lado do PS e do PSD-PPD —, ao BE e CDS-PP; e a *dimensão 3* opõe o PSD-PPD e o BE ao CDS-PP e PCP — e não apenas o BE ao PCP, como ocorre na totalidade da amostra —, ficando apenas o PS em posição neutral. No **Quadro 7.8** apresentam-se os valores das coordenadas dos

estímulos (partidos políticos) em cada uma das três dimensões e na **Figura 7.3** a representação gráfica desta solução, no **Quadro 7.9** apresentam-se também os pesos de

Quadro 7.8 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção, por parte dos sujeitos com identificação partidária ao CDS-PP, da sua posição nas variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, intervencionismo económico e ideologia (n = 51).

Partidos Políticos	Dimensões		
	1	2	3
BE	1.310	-1.003	-0.857
CDS-PP	-1.060	-1.124	1.205
PCP	1.027	.538	1.002
PS	-.258	1.562	-.005
PSD-PPD	-1.019	.027	-1.345

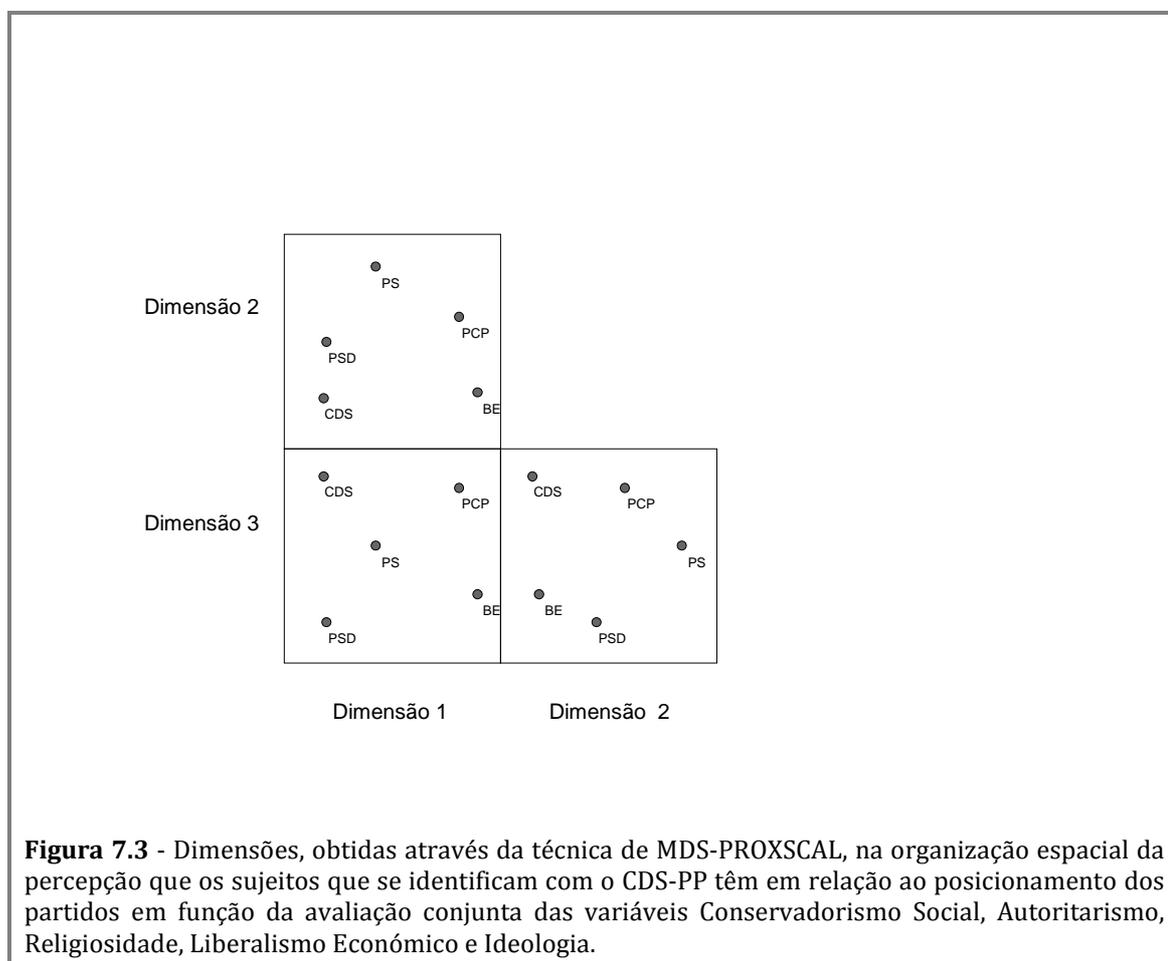


Figura 7.3 - Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o CDS-PP têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Liberalismo Económico e Ideologia.

Quadro 7.9 - Valores e atitudes políticas e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao CDS-PP (n = 51).

Variáveis	Dimensão		
	1	2	3
Conservadorismo Social	.476	.313	.275
Autoritarismo	.442	.362	.270
Religiosidade	.487	.305	.264
Liberalismo Económico	.447	.348	.281
Ideologia	.485	.313	.258

7.2.1.4 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O PCP

Os 53 sujeitos da nossa amostra que se identificam com o PCP, consideraram que o partido mais conservador é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE que o partido mais autoritário é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais religioso é o CDS-PP seguido do PSD-PPD, do PS, do BE e do PCP; que o partido mais intervencionista no campo da economia é o PCP, seguido do PS, do BE, do PSD-PPD e do CDS-PP; e, por último, que o partido mais à direita é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS do PCP e do BE (cf. **Quadro 7.10**).

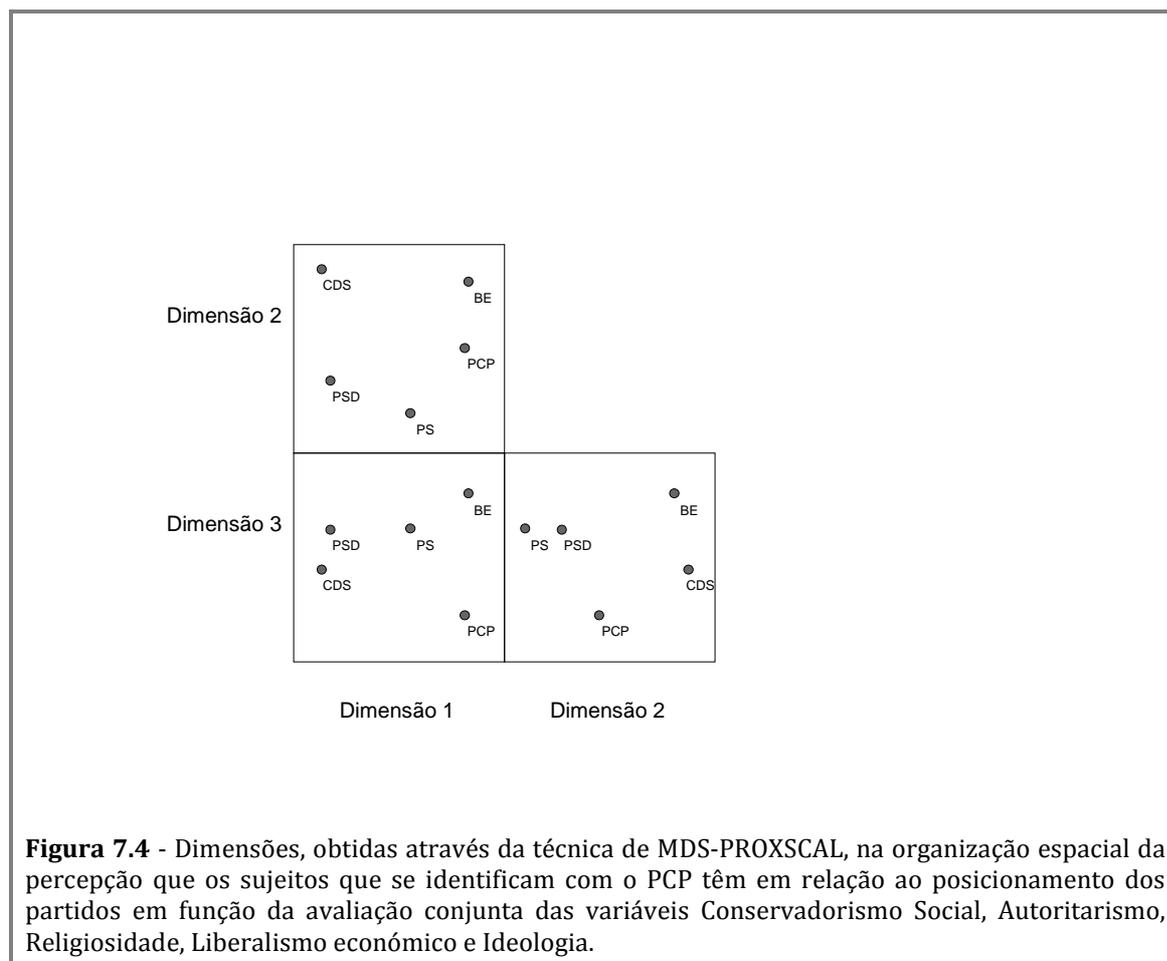
Considerando apenas este grupo de sujeitos com identificação partidária ao PCP (n= 53) e as suas respostas àquelas cinco questões, construímos, usando as técnicas de *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, um mapa perceptivo com três dimensões relevantes que se adequa perfeitamente aos dados originais [*Raw Stress* = .00035 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99982]. A dimensão 1 opõe o CDS-PP, o PSD-PPD ao PS, PCP e BE; a *dimensão 2* opõe o PS, o PSD-PPD e o PCP — que neste caso, e contrariamente à totalidade da amostra, passa a estar do mesmo lado do PS e do PSD-PPD —, ao BE e CDS-PP; e a *dimensão 3* opõe o PCP ao BE. No **Quadro 7.11** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das três dimensões e na **Figura 7.4** a representação gráfica desta solução. No **Quadro 7.12** apresentam-se também os pesos de cada uma das cinco variáveis — conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, intervencionismo económico e ideologia — na definição de cada uma das três dimensões.

Quadro 7.10 - Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o PCP (n = 53) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).

		Partido				
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD
Conservadorismo Social [1= mais conservador; 5 = menos conservador]	M	4.51	1.43	3.89	2.98	2.17
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Autoritarismo [1= mais autoritário; 5 = menos autoritário]	M	4.40	1.79	4.04	2.96	1.79
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Religiosidade [1= mais religioso; 5 = menos religioso]	M	4.38	1.04	4.42	3.00	2.17
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	4	1	5	3	2
Intervencionismo Económico [1= mais intervencionista; 5 = menos intervencionista]	M	2.92	4.04	1.64	2.66	3.68
	Mdn	3	5	1	3	4
	Mo	2	5	1	3	4
Esquerda/Direita [1= mais à direita; 5 = mais à esquerda]	M	4.47	1.28	4.47	2.92	1.87
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2

Quadro 7.11 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção por parte dos sujeitos com identificação partidária ao PCP, da sua posição nas variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, intervencionismo económico e ideologia (n = 53).

Partidos Políticos	Dimensões		
	1	2	3
BE	1.096	1.021	1.293
CDS-PP	-1.226	1.247	-.536
PCP	1.041	-.169	-1.631
PS	.176	-1.341	.454
PSD-PPD	-1.087	-.758	.420



Quadro 7.12 - Valores e atitudes políticos e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partido, entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao PCP (n = 53).

Variáveis	Dimensão		
	1	2	3
Conservadorismo Social	.507	.312	.213
Autoritarismo	.508	.310	.214
Religiosidade	.501	.320	.217
Liberalismo Económico	.454	.331	.290
Ideologia	.509	.304	.221

7.2.1.5 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O PSD-PPD

Os 326 sujeitos da nossa amostra que se identificam com o PSD-PPD, consideraram que o partido mais conservador é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais autoritário é o PCP, seguido do PS, do CDS-PP, do BE e do PSD-PPD ;que o partido mais religioso é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais intervencionista no campo da economia é o PSD-PPD, seguido do BE, do PS,

do PCP e do CDS-PP e, por último, que o partido mais à direita é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS do PCP e do BE (cf. **Quadro 7.13**).

Quadro 7.13 - Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o PSD-PPD (n = 326) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).

		Partido				
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD
Conservadorismo Social [1= mais conservador; 5 = menos conservador]	M	4.56	1.57	3.37	2.92	2.59
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Autoritarismo [1= mais autoritário; 5 = menos autoritário]	M	3.44	3.14	2.20	2.50	3.69
	Mdn	4	3	2	2	4
	Mo	5	3	1	1	5
Religiosidade [1= mais religioso; 5 = menos religioso]	M	4.57	1.32	4.02	2.90	2.17
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Intervencionismo Económico [1= mais intervencionista; 5 = menos intervencionista]	M	2.38	3.72	3.69	3.01	2.16
	Mdn	2	4	4	3	2
	Mo	2	3	5	3	1
Esquerda/Direita [1= mais à direita; 5 = mais à esquerda]	M	4.65	1.36	4.04	2.92	2.05
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2

Considerando apenas este grupo de sujeitos com identificação partidária ao PSD-PPD (n = 326) e as suas respostas àquelas cinco questões, construímos, usando as técnicas de *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, um mapa perceptivo com três dimensões relevantes que se adequa perfeitamente aos dados originais [*Raw Stress* = .00032 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99984]. A *dimensão 1* opõe o CDS-PP, o PSD-PPD e o PS ao PCP e BE; a *dimensão 2* opõe o PS, o PCP e o PSD-PPD —, ao BE e CDS-PP; e a *dimensão 3* opõe o PSD-PPD e o BE ao PCP e CDS-PP, ficando o PS numa posição muito próxima do ponto neutral. No **Quadro 7.14** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das três dimensões e na **Figura 7.5** a representação gráfica desta solução. No **Quadro 7.15** apresentam-se também os pesos de

cada uma das cinco variáveis — Conservadorismo social, Autoritarismo, Religiosidade, Intervencionismo económico e Ideologia — na definição de cada uma das três dimensões.

Quadro 7.14 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção por parte dos sujeitos com identificação partidária ao PSD-PPD, da sua posição nas variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Intervencionismo Económico e Ideologia (n = 326).

Partidos Políticos	Dimensões		
	1	2	3
BE	1.325	.888	-.935
CDS-PP	-.902	1.335	1.176
PCP	1.063	-.683	.894
PS	-.429	-1.393	.238
PSD-PPD	-1.056	-.147	-1.373

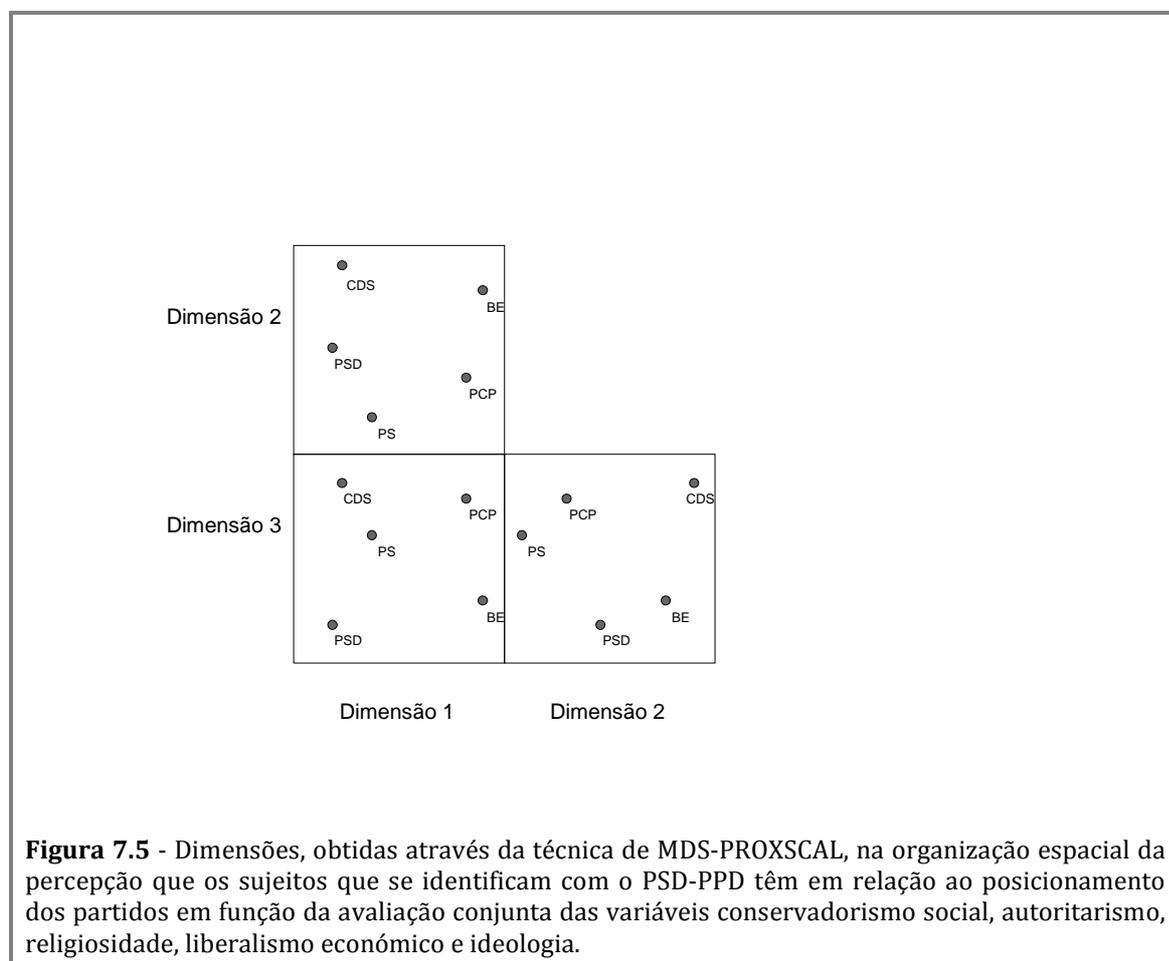


Figura 7.5 - Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, liberalismo económico e ideologia.

Quadro 7.15 - Valores e atitudes políticos e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao PSD-PPD (n = 326).

Variáveis	Dimensão		
	1	2	3
Conservadorismo Social	.473	.322	.268
Autoritarismo	.481	.345	.223
Religiosidade	.493	.302	.255
Liberalismo Económico	.460	.326	.287
Ideologia	.498	.298	.252

7.2.1.6 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O PS

Os 263 sujeitos da nossa amostra que se identificam com o PS, consideraram que o partido mais conservador é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais autoritário é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PCP, do PS e do BE; que o partido mais religioso é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS, do PCP e do BE; que o partido mais intervencionista no campo da economia é o PS, seguido do PCP, do PSD-PPD, do BE e do CDS-PP; e, por último, que o partido mais à direita é o CDS-PP, seguido do PSD-PPD, do PS do PCP e do BE (cf. **Quadro 7.16**).

Considerando apenas este grupo de sujeitos com identificação partidária ao PS (n= 263) e as suas respostas àquelas cinco questões, construímos, usando as técnicas de *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, um mapa perceptivo com três dimensões relevantes que se adequa perfeitamente aos dados originais [*Raw Stress* = .00016 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99992]. A dimensão 1 opõe o CDS-PP e o PSD-PPD ao PS, PCP e BE; a dimensão 2 opõe o PS e o PSD-PPD, ao PCP, BE e CDS-PP; e a dimensão 3 opõe o PCP ao BE, ficando o PS, o PSD-PPD e o CDS-PP em posições muito próximas do ponto neutral. No **Quadro 7.17** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das três dimensões e na **Figura 7.6** a representação gráfica desta solução. No **Quadro 7.18** apresentam-se também os pesos de cada uma das cinco variáveis — Conservadorismo social, Autoritarismo, Religiosidade, Intervencionismo económico e Ideologia — na definição de cada uma das três dimensões.

Quadro 7.16 - Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o PS (n = 263) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).

		Partido				
		BE	CDS-PP	PCP	PS	PSD-PPD
Conservadorismo Social [1= mais conservador; 5 = menos conservador]	M	4.67	1.46	3.35	3.21	2.35
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Autoritarismo [1= mais autoritário; 5 = menos autoritário]	M	4.01	2.21	2.49	3.88	2.42
	Mdn	4	2	3	5	2
	Mo	5	1	1	4	3
Religiosidade [1= mais religioso; 5 = menos religioso]	M	4.58	1.30	4.14	2.86	2.12
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2
Intervencionismo Económico [1= mais intervencionista; 5 = menos intervencionista]	M	3.29	4.19	2.45	2.15	2.90
	Mdn	3	5	2	2	3
	Mo	5	5	1	2	4
Esquerda/Direita [1= mais à direita; 5 = mais à esquerda]	M	4.58	1.30	4.05	3.00	2.06
	Mdn	5	1	4	3	2
	Mo	5	1	4	3	2

Quadro 7.17 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção por parte dos sujeitos com identificação partidária ao PS, da sua posição nas variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Intervencionismo económico e Ideologia (n = 263).

Partidos Políticos	Dimensões		
	1	2	3
BE	1.325	.888	-.935
CDS-PP	-.902	1.335	1.176
PCP	1.063	-.683	.894
PS	-.429	-1.393	.238
PSD-PPD	-1.056	-.147	-1.373

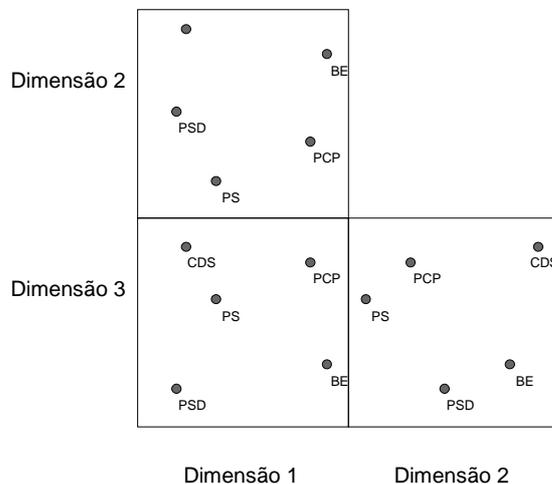


Figura 7.6 - Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o PS têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, liberalismo económico e ideologia.

Quadro 7.18 - Valores e atitudes políticos e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao PS (n = 263).

Variáveis	Dimensão		
	1	2	3
Conservadorismo Social	.473	.322	.268
Autoritarismo	.481	.345	.223
Religiosidade	.493	.302	.255
Liberalismo Económico	.460	.326	.287
Ideologia	.498	.298	.252

Considerando que o grupo que se identifica com o PS é o único onde nenhuma das dimensões identificadas nesta avaliação se aproxima da organização do campo político eleitoral deste grupo, identificada no Capítulo V, nomeadamente na oposição entre partidos que constituem opções de identidade – PS, BE e PSD-PPD – e partidos que estão na zona de exclusão – PCP e CDS-PP–, e tendo em conta, ainda, que este grupo é também o único que coloca na sua zona de exclusão um partido colocado à sua direita e outro colocado à sua esquerda, fomos repetir a análise através das técnicas de *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, retirando o item referente ao posicionamento dos partidos na

escala Esquerda/Direita. Desta avaliação resultam apenas duas dimensões [*Raw Stress* = .004303 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99799]. A dimensão 1 corresponde, tal como na avaliação em que se usaram os cinco itens, à organização dos partidos na escala Esquerda/Direita, opondo-se o CDS-PP e o PSD-PPD ao PS, PCP e BE. A segunda dimensão é diferente da obtida na avaliação com os cinco itens e corresponde à organização que seria de esperar tendo em consideração a organização do campo político deste grupo, ou seja, opõe a CDS-PP e o PCP ao PS, PSD-PPD, ficando o BE numa zona neutra (cf. **Quadro 7.19** e **Figura 7.7**)⁵³.

Quadro 7.19- Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção por parte dos sujeitos com identificação partidária ao PS, da sua posição nas variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade e Intervencionismo económico (n = 263).

Variáveis	Dimensão	
	1	2
BE	1,466	-,080
CDS-PP	-1,374	-,826
PCP	,550	-1,271
PS	,155	1,490
PSD-PPD	-,797	,688

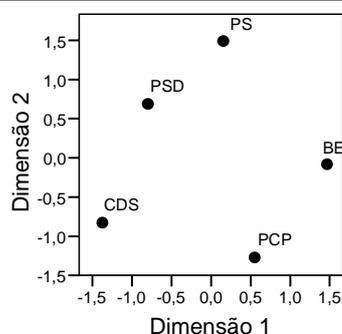


Figura 7.7 - Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o PS têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade e liberalismo económico.

⁵³ A repetição desta avaliação considerando apenas os itens relativos ao Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade e Liberalismo Económico com os restantes grupos de identificação partidária não obtém resultados diferentes daqueles que foram obtidos quando a estes quatro itens se juntou o item referente ao posicionamento Esquerda/Direita.

7.2.2 REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS ATRAVÉS DE ESCALAS DE DIFERENCIAL SEMÂNTICO

7.2.2.1 TOTAL DA AMOSTRA

Na avaliação dos cinco principais partidos políticos portugueses através de uma escala de diferencial semântico constituída por seis pares de adjectivos — Forte/Fraco, Firme/Condscendente, Bom/Mau, Justo/Injusto, Activo/Passivo, Dinâmico/Estático⁵⁴— verificamos que os partidos que obtêm melhor pontuação nos pares de adjectivos associados ao factor *Poder* (Forte/Fraco, Firme/Condscendente) são o PSD-PPD, o PS, o PCP — todos com valores médios abaixo de 4, ou seja, situados no pólo dos adjectivos Forte e Firme⁵⁵ —, o BE — com valor médio no pólo do adjectivo Firme, no caso do par Firme/Condscendente, e do adjectivo Fraco, no caso do par Forte/Fraco — e o CDS-PP com valores médios mais próximos dos adjectivos Fraco e Condscendente.

Quadro 7.20 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pela totalidade dos sujeitos da amostra (N=1116) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma Escala de Diferencial Semântico com seis pares de adjectivos.

Pares de adjectivos	Partidos Políticos									
	BE		CDS		PCP		PSD		PS	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Forte - Fraco	4.39	1.53	5.14	1.36	3.94	1.61	3.52	1.70	3.33	1.38
Firme - Condscendente	3.76	1.35	4.85	1.32	3.62	1.59	3.36	1.32	3.58	1.38
Bom - Mau	3.89	1.31	4.66	1.24	3.97	1.33	3.83	1.33	3.78	1.33
Justo - Injusto	3.79	1.44	4.65	1.29	3.72	1.38	3.92	1.39	3.74	1.42
Activo - Passivo	2.83	1.26	4.30	1.23	3.06	1.37	3.62	1.27	3.72	1.45
Dinâmico - Estático	3.05	1.32	4.44	1.25	3.55	1.45	3.64	1.27	3.75	1.42

Nota. Os valores 1, 2 e 3 indicam maior proximidade ao adjectivo do lado esquerdo do par e os valores 5, 6 e 7 indicam que essa proximidade se regista em relação ao adjectivo do lado direito. O valor 4 indica que nenhum dos adjectivos do par se aplica ao partido em questão.

⁵⁴ Osgood (1957) identificou três factores associados à avaliação através deste tipo de escalas: Poder, Avaliação e Actividade. Tal como já tivemos oportunidade de expor na apresentação do questionário usado neste estudo, os nossos dados também confirmam essa estrutura factorial, associando os pares de adjectivos Forte-Fraco e Firme-Condscendente no factor Poder, os pares Bom-Mau, Justo-Injusto no factor Avaliação e os pares Activo-Passivo e Dinâmico-Estático no factor Actividade.

⁵⁵ Os sujeitos usavam uma escala de 7 pontos em que os três primeiros valores — 1, 2 e 3 — assinalavam a proximidade ao adjectivo situado no pólo esquerdo da escala (o valor 1 aplicava-se aos casos em que o adjectivo descrevia na perfeição o partido em avaliação, 2 se descrevesse o partido de forma muito boa e 3 se descrevesse o partido de forma razoável) os últimos 3 valores — 5, 6 e 7 — assinalavam o grau de proximidade ao adjectivo colocado no polo direito da escala. O valor 4 aplicava-se aos casos em que nenhum dos adjectivos do par se aplicava ao partido em questão.

Em relação ao factor Avaliação (Bom/Mau, Justo/Injusto), verificámos que as melhores pontuações médias nestes pares de adjectivos são as do PS, BE, PCP e PSD-PPD —, em todos os casos com pontuações médias cujos valores se situam abaixo de 4, isto é, do lado dos adjectivos Bom e Justo —, e o CDS-PP cujas pontuações em ambos os pares é superior a 4, ou seja, do lado dos adjectivos Mau e Injusto. Por último, as melhores pontuações nos pares de adjectivos do factor Actividade (Activo/Passivo, Dinâmico/Estático) são do BE, PCP, PSD-PPD e PS — todos com valores médios abaixo de 4, ou seja, assinalando os adjectivos Activo e Dinâmico) — e o CDS-PP com valores superiores a 4, isto é, indicando maior proximidade com os adjectivos Passivo e Estático (cf. **Quadro 7.20**).

Usando a técnica do *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, construímos um mapa perceptivo que organiza os partidos políticos em função da pontuação obtida nos seis pares de adjectivos e em que se identificam três dimensões relevantes⁵⁶ que se adequam bastante bem aos dados originais [*Raw Stress* = .0075 e Coeficiente de congruência de Tucker = .9962]. A *dimensão 1* opõe o CDS-PP e o PSD-PPD ao PS, BE e PCP; a *dimensão 2* opõe o CDS-PP, BE e PCP ao PSD-PPD e PS; e a *dimensão 3* opõe o PSD-PPD e o BE ao PCP, PS e CDS-PP. No **Quadro 7.21** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das três dimensões e na **Figura 7.8** a representação gráfica desta solução. No **Quadro 7.22** apresentam-se também os pesos de cada um dos seis pares de adjectivos —, Forte/Fraco, Firme/Condescendente, Activo/Passivo, Dinâmico/Estático, Bom/Mau e Justo/Injusto — na definição de cada uma das três dimensões.

Quadro 7.21 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas três dimensões definidas pelas respostas da totalidade da amostra aos itens da Escala de Diferencial Semântico (N = 1116).

Partidos Políticos	Dimensões		
	1	2	3
BE	.860	-.673	1.158
CDS-PP	-1.331	-.991	-.990
PCP	1.166	-.602	-.661
PS	.319	1.696	-.783
PSD-PPD	-1.014	.571	1.276

⁵⁶ Os resultados foram obtidos através de um modelo de diferenças individuais (*Generalized Euclidean*) usando transformações proporcionais às proximidades originais (*Interval proximity transformations*), optando por uma configuração inicial clássica (*Torgerson*) e seleccionando o número de dimensões de acordo com o nível de incremento no *stress* gerado em cada iteração e confrontando estes dados com a sua representação gráfica através do *scree plot*.

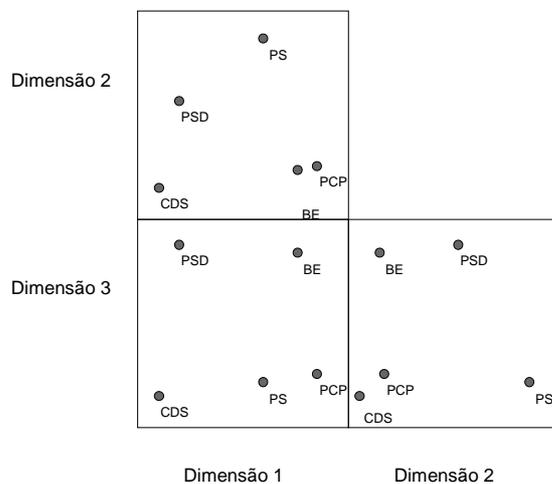


Figura 7.8 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos da amostra aos seis itens da Escala de Diferencial Semântico.

Quadro 7.22 — Pares de adjectivos da Escala de Diferencial Semântico e respectivo peso na definição das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre os sujeitos da amostra (N = 1116).

Variáveis	Dimensão		
	1	2	3
Forte - Fraco	.457	.341	.268
Justo - Injusto	.477	.314	.265
Activo - Passivo	.470	.325	.267
Bom - Mau	.480	.306	.271
Dinâmico - Estático	.458	.333	.276
Firme - Condescendente	.466	.365	.214

Analisando cada um dos factores separadamente verificamos, usando a técnica do *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, que se identificam para o factor Poder duas dimensões relevantes⁵⁷ que se adequam bastante bem aos dados originais [*Raw Stress* =

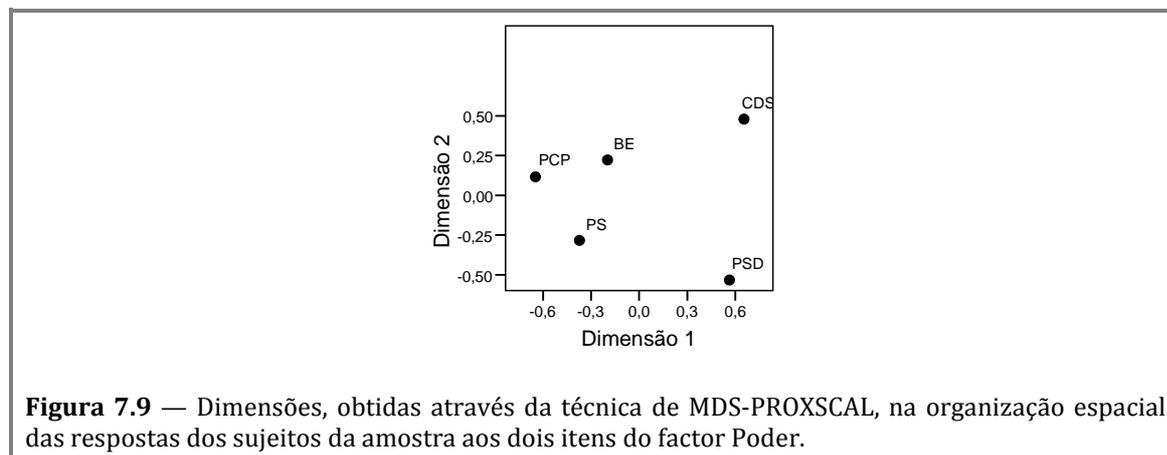
⁵⁷ Os resultados foram obtidos através de um modelo de identidade usando transformações proporcionais às proximidades originais (*Interval proximity transformations*), optando por uma configuração inicial clássica

.00056 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99972], a *dimensão 1* opõe o PCP, o PS e o BE ao PSD-PPD e CDS-PP e a *dimensão 2* opõe o PSD-PPD ao CDS-PP. Para o factor Avaliação também se identificam duas dimensões [*Raw Stress* = .00194 e Coeficiente de Tucker = .99903], a *dimensão 1* opõe o CDS-PP e o PSD-PPD ao PCP e BE e a *dimensão 2* opõe o PS ao CDS-PP. Em relação ao factor Actividade também se identificam duas dimensões [*Raw Stress* = .00657 e Coeficiente de Tucker = .99671], a *dimensão 1* opõe o BE e o PCP ao CDS-PP e a *dimensão 2* opõe o PS ao BE, PCP, PSD-PPD e CDS-PP.

Quadro 7.23 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas da totalidade da amostra aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (N = 1116).

Partidos Políticos	Dimensões					
	Poder		Avaliação		Actividade	
	1	2	1	2	1	2
BE	-.195	.233	.591	.145	-.719	-.080
CDS-PP	.653	.483	-.704	.275	.822	-.200
PCP	-.645	.110	.552	.202	-.523	-.108
PS	-.367	-.280	.209	-.474	.251	-.190
PSD-PPD	.553	-.546	-.648	-.147	.169	.578

No **Quadro 7.23** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das duas dimensões nos três factores considerados e nas **Figura 7.9, 7.10 e 7.11** as representações gráficas dessas soluções.



(Togerson) e seleccionando o número de dimensões de acordo com o nível de incremento no *stress* gerado em cada iteração e confrontando estes dados com a sua representação gráfica através do *scree plot*.

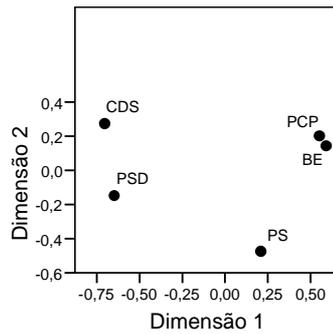


Figura 7.10 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos da amostra aos dois itens do factor Avaliação.

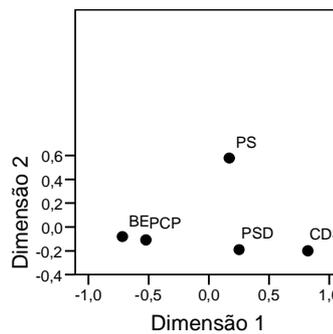


Figura 7.11 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos da amostra aos dois itens do factor Actividade.

7.2.2.2 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O BE

Considerando apenas os 112 sujeitos que se identificam com o BE, verificamos que entre este grupo de sujeitos, os partidos que obtêm melhor pontuação nos pares de adjectivos associados ao factor Poder (Forte/Fraco, Firme/Condescendente) são o BE, PS, PCP, PSD-PPD — todos com valores médios abaixo de 4, ou seja, situados no polo dos adjectivos Forte e Firme —, e o CDS-PP com valores médios mais próximos dos adjectivos Fraco e Condescendente. Em relação ao factor Avaliação (Bom/Mau, Justo/Injusto), verificámos que as melhores pontuações médias nestes pares de adjectivos são as do BE, PCP e PS —, em todos os casos com pontuações médias cujos valores se situam abaixo de 4, isto é, do lado dos adjectivos Bom e Justo —, e o PSD-PPD e CDS-PP cujas pontuações em ambos os pares é superior a 4, ou seja, do lado dos adjectivos Mau e Injusto. Por último, no factor Actividade (Activo/Passivo, Dinâmico/Estático) as melhores pontuações são do BE, PCP e PSD-PPD— todos com valores médios abaixo de 4, ou seja, assinalando os adjectivos Activo e Dinâmico — do PS — com valor médio abaixo de 4 no par Activo/Passivo, mas com pontuação acima de 4 no par Dinâmico/Estático — e do CDS-PP com valores

superiores a 4, isto é, indicando maior proximidade com os adjectivos Passivo e Estático. Os sujeitos que se identificam com o BE, avaliam este partido como sendo um partido Firme, Justo, Bom, Activo, Dinâmico e Forte. Apenas no par Forte/Fraco, não se verifica o favorecimento do grupo próprio, uma vez que é o PS que é avaliado como sendo o mais Forte. Verifica-se também que o PCP é único partido que é avaliado, em todos os pares de adjectivos, com o mesmo perfil de respostas com que é avaliado o BE, ou seja, tal como para o BE, o grupo de sujeitos que se identifica com o BE considera que o PCP é um partido Justo, Bom, Forte, Firme, Activo e Dinâmico. Inversamente o CDS-PP é avaliado sistematicamente de forma simétrica ao BE, ou seja, para este grupo o CDS-PP é Fraco, Condescendente, Mau, Injusto, Passivo e Estático. Por sua vez, o PSD-PPD é avaliado de forma positiva nos itens referentes ao factor Poder (Forte e Firme) e num dos itens referentes ao factor Actividade (Activo), enquanto o PS é avaliado positivamente nos itens referentes ao factor Poder (Forte e Firma) e Avaliação (Bom e Justo), e negativamente nos itens referentes ao factor Actividade (Passivo e Estático) (cf. **Quadro 7.24**).

Quadro 7.24 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o BE (n=112) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma escala de Diferencial Semântico

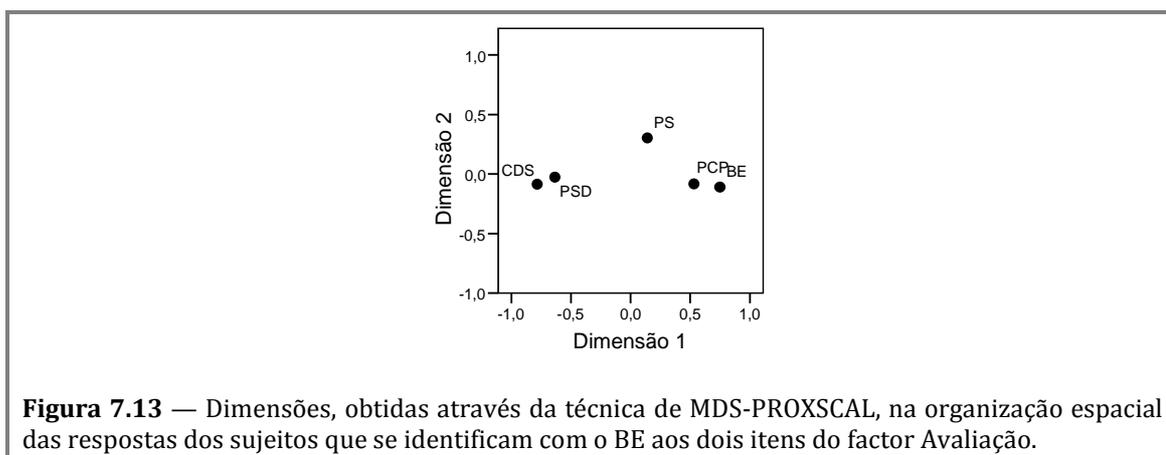
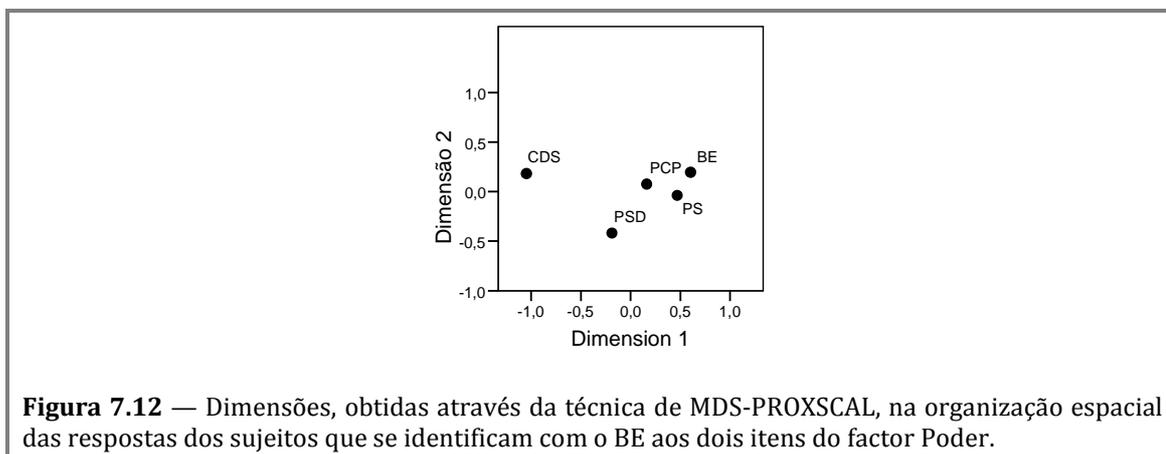
Pares de adjectivos	Partidos Políticos									
	BE		CDS		PCP		PSD		PS	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Forte - Fraco	2.86	.890	5.33	1.19	3.07	.76	3.59	1.40	2.46	.67
Firme - Condescendente	1.96	.73	4.75	1.29	3.11	.85	3.59	1.26	2.56	.71
Bom - Mau	2.02	.89	5.55	1.06	2.51	.82	5.27	.96	3.66	1.33
Justo - Injusto	1.97	.77	5.43	1.15	2.50	.78	5.27	1.10	3.38	1.25
Activo - Passivo	2.07	1.11	5.07	1.18	3.22	1.58	3.77	1.16	4.36	1.48
Dinâmico - Estático	2.12	1.09	5.13	1.05	3.62	1.44	4.12	1.21	4.36	1.37

Usando a técnica do *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, construímos um mapa perceptivo que organiza os partidos políticos em função da pontuação obtida nos pares de adjectivos de cada um dos factores – Poder, Avaliação e Actividade. Em relação ao factor Poder [*Raw Stress* = .00096 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99952] identificamos duas dimensões: a primeira opondo o CDS-PP ao BE e a segunda opondo o BE ao PSD-PPD. No que se refere ao factor Avaliação [*Raw Stress* = .00096 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99952] também foram identificadas duas dimensões, uma opondo o CDS-PP ao BE e outra opondo o PS ao BE. Em relação ao factor Actividade [*Raw Stress* = .00406 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99797] foram identificadas duas dimensões, a primeira opondo o CDS-PP ao BE e a segunda opondo o PCP ao PS. No **Quadro 7.25** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos

políticos) em cada uma das duas dimensões nos três factores considerados e nas **Figura 7.12, 7.13 e 7.14** as representações gráficas dessas soluções.

Quadro 7.25 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o BE aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 112).

Partidos Políticos	Dimensões					
	Poder		Avaliação		Actividade	
	1	2	1	2	1	2
BE	.604	.196	.749	-.109	.910	.149
CDS-PP	-1.048	.183	-.783	-.085	-.751	-.156
PCP	.163	.076	.530	-.083	.281	-.399
PS	.469	-.037	.140	.303	-.330	.439
PSD-PPD	-.188	-.417	-.636	-.026	-.109	-.033



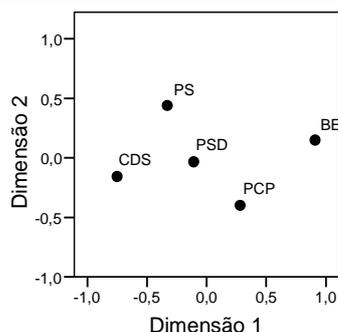


Figura 7.14 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o BE aos dois itens do factor Actividade.

7.2.2.3 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O CDS-PP

Considerando apenas os 51 sujeitos que se identificam com o CDS-PP, verificamos que entre este grupo de sujeitos, os partidos que obtêm melhor pontuação nos pares de adjectivos associados ao factor Poder (Forte/Fraco, Firme/Condescendente) são o PSD-PPD e o CDS-PP — todos com valores médios abaixo de 4, ou seja, situados no pólo dos adjectivos Forte e Firme — e o PS, BE e PCP com valores médios mais próximos dos adjectivos Fraco e Condescendente. Em relação ao factor Avaliação (Bom/Mau, Justo/Injusto), as melhores pontuações médias nestes pares de adjectivos são as do CDS-PP e PSD-PPD —, em ambos os casos com valores que se situam abaixo de 4, isto é, do lado dos adjectivos Bom e Justo —, e o PS, BE e PCP cujas pontuações em ambos os pares é superior a 4, ou seja, do lado dos adjectivos Mau e Injusto. Por último, no factor Actividade (Activo/Passivo, Dinâmico/Estático) as melhores pontuações são do PCP, CDS-PP e BE — todos com valores médios abaixo de 4, ou seja, assinalando os adjectivos Activo e Dinâmico —, o PS — com pontuações médias de 3.94 no par Activo/Passivo e 4 no par Dinâmico/Estático —, e PSD-PPD com ambos os valores superiores a 4, isto é, indicando maior proximidade com os adjectivos Passivo e Estático. Os sujeitos que se identificam com o CDS-PP, avaliam este partido como sendo um partido Forte, Firme — embora nestes dois casos com pontuações atrás das atribuídas ao PSD-PPD, que é o partido melhor avaliado — Bom, Justo — sendo que nestes dois pares de adjectivos o CDS-PP é, de entre todos, o partido melhor avaliado —, Dinâmico e Activo — desta vez com pontuações atrás das atribuídas ao PCP que é o partido melhor avaliado neste factor. Nos factores Poder e Avaliação o CDS-PP aparece ao lado do PSD-PPD como sendo os únicos partidos com avaliação positiva, e no factor Actividade o CDS-PP aparece, com avaliação positiva, ao lado do PCP, BE e CDS-PP e é o PSD-PPD o único partido avaliado de forma negativa. Para este

grupo de sujeitos o PS, o PCP e o BE só são avaliados de forma positiva nos pares de adjectivos do factor Actividade (cf. **Quadro 7.26**).

Quadro 7.26 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o CDS-PP (n = 51) na avaliação dos partidos através de uma escala de Diferencial Semântico

Pares de adjectivos	Partidos Políticos									
	BE		CDS		PCP		PSD		PS	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Forte - Fraco	4.82	1.01	2.61	1.00	5.37	.53	2.29	.83	4.65	.89
Firme - Condescendente	4.80	.90	2.76	1.07	4.37	.60	2.45	.95	4.61	.80
Bom - Mau	4.92	.74	2.80	.83	5.43	.86	3.18	.89	4.45	1.06
Justo - Injusto	5.82	.82	2.86	.87	5.69	.93	3.02	1.05	4.59	1.02
Activo - Passivo	2.75	.94	3.41	1.13	2.45	.76	5.25	.74	3.94	.93
Dinâmico - Estático	3.80	.70	3.14	1.27	2.25	.69	4.82	.71	4.00	1.11

Usando a técnica do *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, construímos um mapa perceptivo que organiza os partidos políticos em função da pontuação obtida nos pares de adjectivos de cada um dos factores – Poder, Avaliação e Actividade. Em relação ao factor Poder [*Raw Stress* = .00046 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99977] identificamos duas dimensões: a primeira opondo o PSD-PPD ao BE e a segunda opondo o BE ao PS. No que se refere ao factor Avaliação [*Raw Stress* = .00042 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99979] também foram identificadas duas dimensões, uma opondo o CDS-PP ao BE e PCP e outra opondo o BE ao PS. Em relação ao factor Actividade [*Raw Stress* = .00025 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99987] foram identificadas duas dimensões, uma opondo o PCP ao PSD-PPD e outra opondo o PS ao CDS-PP. No **Quadro 7.27** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das duas dimensões nos três factores considerados e nas **Figura 7.15, 7.16 e 7.17** as representações gráficas dessas soluções.

Quadro 7.27 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 51).

Partidos Políticos	Dimensões					
	Poder		Avaliação		Actividade	
	1	2	1	2	1	2
BE	.563	-.205	.551	-.236	-.210	-.243
CDS-PP	-.669	-.193	-.808	-.088	-.217	.421
PCP	.532	.077	.696	.052	-.764	.015
PS	.389	.172	.191	.237	.242	-.333
PSD-PPD	-.815	.149	-.630	.036	.948	.140

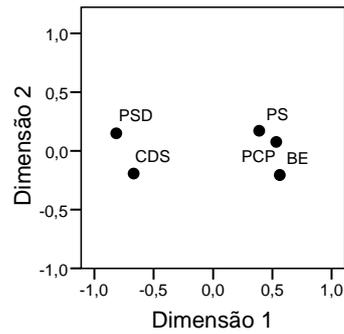


Figura 7.15 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP aos dois itens do factor Poder.

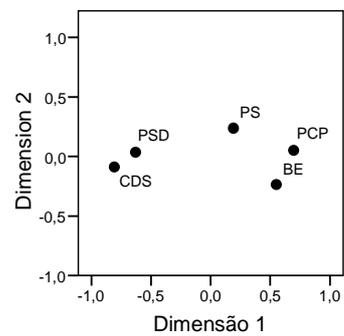


Figura 7.16 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP aos dois itens do factor Avaliação.

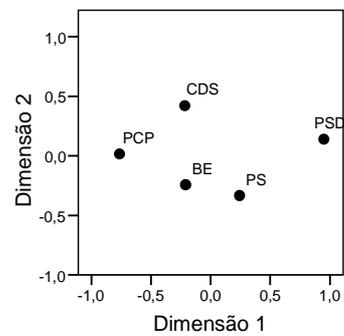


Figura 7.17 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP aos dois itens do factor Actividade.

7.2.2.4 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O PCP

Considerando apenas os 53 sujeitos que se identificam com o PCP, verificamos que entre este grupo de sujeitos, os partidos que obtêm melhor pontuação nos pares de adjectivos associados ao factor Poder (Forte/Fraco, Firme/Condescendente) são o PCP e o BE — todos com valores médios abaixo de 4, ou seja, situados no pólo dos adjectivos Forte e

Firme —, e o PSD-PPD, PS E CDS-PP, com valores médios mais próximos dos adjectivos Fraco e Condescendente. Em relação ao factor Avaliação (Bom/Mau, Justo/Injusto), as melhores pontuações médias nestes pares de adjectivos são as do PCP e BE —, em todos os casos com pontuações médias cujos valores se situam abaixo de 4, isto é, do lado dos adjectivos Bom e Justo —, e o PS, BE e PCP cujas pontuações em ambos os pares é superior a 4, ou seja, do lado dos adjectivos Mau e Injusto. Por último, no factor Actividade (Activo/Passivo, Dinâmico/Estático) as melhores pontuações são, uma vez mais, do PCP e BE — todos com valores médios abaixo de 4, ou seja, assinalando os adjectivos Activo e Dinâmico —, o PSD-PPD — com pontuações médias de 3.98 no par Activo/Passivo e 4.42 no par Dinâmico/Estático —, e PS E CDS-PP com valores superiores a 4, isto é, indicando maior proximidade com os adjectivos Passivo e Estático. Os sujeitos que se identificam com o PCP avaliam este partido como sendo um partido Firme, Forte, Bom, Activo, Justo e Dinâmico. Para além do PCP, só o BE é avaliado de forma positiva em todos os seis itens. O PSD-PPD é avaliado positivamente apenas no item Activo/Passivo e PS e CDS-PP são avaliados de forma negativa em todos os seis pares de adjectivos (cf. **Quadro 7.28**).

Quadro 7.28 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o PCP (n = 53) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma escala de Diferencial Semântico

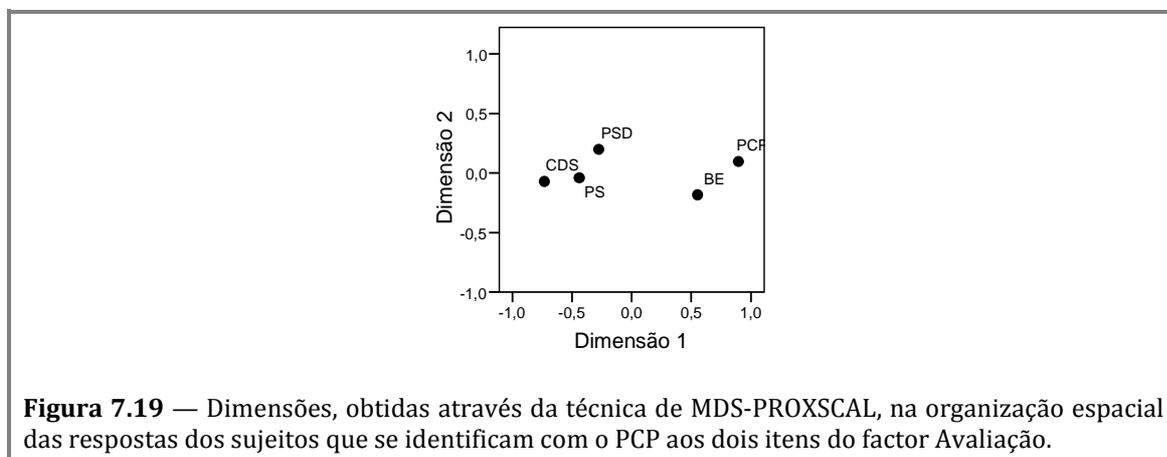
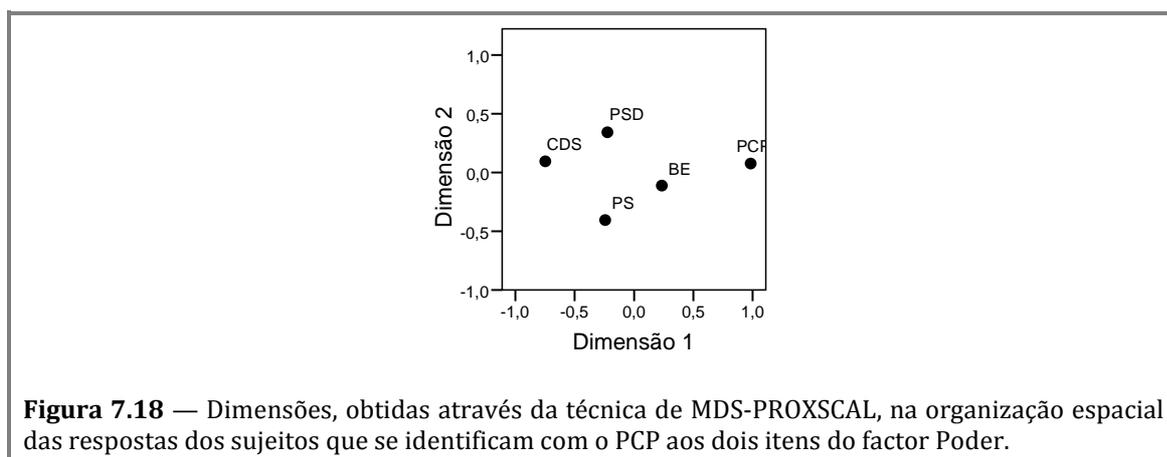
Pares de adjectivos	Partidos Políticos									
	BE		CDS		PCP		PSD		PS	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Forte - Fraco	3.75	1.30	6.19	.59	1.81	.74	4.64	1.42	4.38	1.68
Firme - Condescendente	3.28	1.20	5.19	.74	1.45	.54	4.02	1.22	4.30	1.58
Bom - Mau	3.17	.98	6.77	.42	1.92	.98	5.11	.99	5.62	.93
Justo - Injusto	2.77	1.24	6.43	.75	2.04	1.18	5.34	1.02	6.04	.76
Activo - Passivo	2.70	1.14	4.83	.85	2.02	.80	3.98	1.23	6.19	.59
Dinâmico - Estático	2.23	1.10	4.91	.93	2.17	.83	4.42	1.03	5.94	.72

Usando a técnica do *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, construímos um mapa perceptivo que organiza os partidos políticos em função da pontuação obtida nos pares de adjectivos de cada um dos factores – Poder, Avaliação e Actividade. Em relação ao factor Poder [*Raw Stress* = .00161 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99919] identificamos duas dimensões: a primeira opondo o CDS-PP ao PCP e a segunda opondo o PS ao PSD-PPD. No que se refere ao factor Avaliação [*Raw Stress* = .00069 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99965] também foram identificadas duas dimensões, uma opondo o CDS-PP ao PCP e outra opondo o BE ao PSD-PPD. Em relação ao factor

Actividade [*Raw Stress* = .00061 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99970] foram identificadas duas dimensões, uma opondo o PS ao PCP e outra opondo o BE ao PSD-PPD. No **Quadro 7.29** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das duas dimensões nos três factores considerados e nas **Figura 7.18, 7.19 e 7.20** as representações gráficas dessas soluções.

Quadro 7.29 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o PCP aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 53).

Partidos Políticos	Dimensões					
	Poder		Avaliação		Actividade	
	1	2	1	2	1	2
BE	.233	-.110	.552	-.183	.604	-.235
CDS-PP	-.748	.095	-.732	-.071	-.392	.008
PCP	.983	.077	.895	.096	.762	.088
PS	-.243	-.404	-.439	-.041	-.858	-.127
PSD-PPD	-.225	.342	-.276	.199	-.116	.266



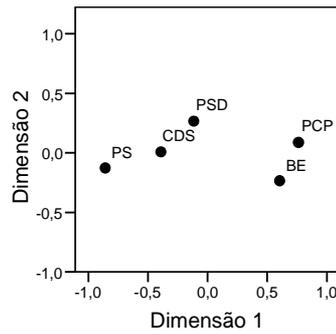


Figura 7.20 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PCP aos dois itens do factor Actividade.

7.2.2.5 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O PSD-PPD

Considerando apenas os 326 sujeitos que se identificam com o PSD-PPD, verificamos que entre este grupo de sujeitos, apenas o PSD-PPD obtém pontuações abaixo de 4, ou seja, situadas no pólo dos adjectivos Forte e Firme, nos dois pares de adjectivos do factor Poder (Forte/Fraco, Firme/Condscendente), o PS apenas obtém pontuação inferior a 4 no par Forte/Fraco e o CDS-PP, BE E PCP têm, todos eles, pontuações médias mais próximas dos adjectivos Fraco e Condscendente. Em relação ao factor Avaliação (Bom/Mau, Justo/Injusto), o PSD-PPD continua a ser o único partido com pontuações médias abaixo de 4, isto é, do lado dos adjectivos Bom e Justo —, enquanto todos os outros partidos têm pontuações superiores a 4, ou seja, do lado dos adjectivos Mau e Injusto. Por último, no factor Actividade (Activo/Passivo, Dinâmico/Estático) todos os partidos têm pontuações inferiores a 4, isto é, mais próximas dos adjectivos Activo e Dinâmico. Os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD, avaliam este partido como sendo um partido Forte, Firme, Bom, Justo, Dinâmico e Activo. Para este grupo de sujeitos, o PS só é avaliado positivamente no par Forte/Fraco do factor Poder e no factor Actividade enquanto o CDS-PP, o BE e o PCP só são avaliados de forma positiva no factor Actividade (cf. **Quadro 7.30**).

Usando a técnica do *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, construímos um mapa perceptivo que organiza os partidos políticos em função da pontuação obtida nos pares de adjectivos de cada um dos factores — Poder, Avaliação e Actividade. Em relação ao factor Poder [*Raw Stress* = .00244 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99878] identificamos duas dimensões: a primeira opondo o PSD-PPD ao PCP e a segunda opondo o BE ao CDS-PP. No que se refere ao factor Avaliação [*Raw Stress* = .00305 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99848] também foram identificadas duas dimensões, uma

Quadro 7.30 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (n = 326) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma escala de Diferencial Semântico

Pares de adjectivos	Partidos Políticos									
	BE		CDS		PCP		PSD		PS	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Forte - Fraco	5.24	1.50	4.85	1.36	5.39	1.15	2.13	.92	3.97	1.36
Firme - Condescendente	4.07	1.12	4.52	1.33	5.33	1.11	2.42	1.08	4.11	1.23
Bom - Mau	4.52	1.13	4.35	.96	4.51	1.19	2.73	1.07	4.15	1.09
Justo - Injusto	4.48	1.27	4.25	1.03	4.13	1.23	2.86	1.05	4.17	1.27
Activo - Passivo	3.06	1.35	3.88	1.13	3.24	1.36	3.04	1.16	3.90	1.34
Dinâmico - Estático	3.34	1.35	3.93	1.10	3.79	1.43	2.93	1.11	3.97	1.28

Quadro 7.31 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 326).

Partidos Políticos	Dimensões					
	Poder		Avaliação		Actividade	
	1	2	1	2	1	2
BE	.309	-.334	-.517	-.092	-.451	-.284
CDS-PP	.284	.292	.017	-.091	.518	.290
PCP	.622	.079	-.454	-.115	-.548	-.132
PS	-.116	-.072	-.206	.325	-.077	.662
PSD-PPD	-1.099	.034	1.158	-.027	.558	-.536

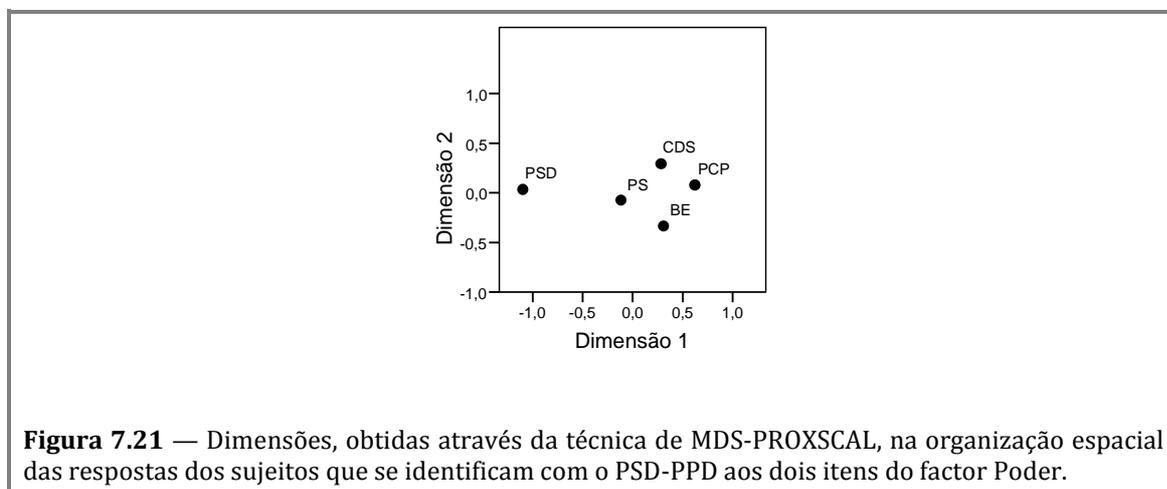


Figura 7.21 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD aos dois itens do factor Poder.

opondo o BE e o PCP ao PSD-PPD e outra opondo o PCP ao PS. Em relação ao factor Actividade [*Raw Stress* = .00097 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99952] foram identificadas duas dimensões, uma opondo o PSD-PPD e o CDS-PP ao BE e PCP e outra opondo o PSD-PPD ao PS. No **Quadro 7.31** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das duas dimensões nos três factores considerados e nas **Figuras 7.21, 7.22 e 7.23** as representações gráficas dessas soluções.

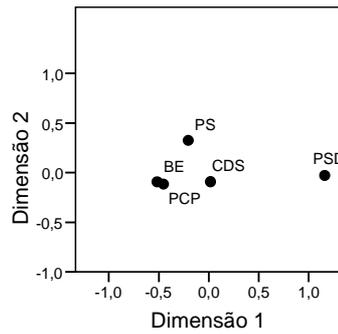


Figura 7.22 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD aos dois itens do factor Avaliação.

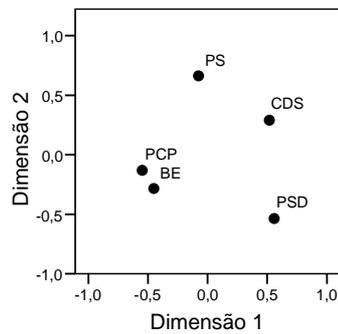


Figura 7.23 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD aos dois itens do factor Actividade.

7.2.2.6 SUJEITOS QUE SE IDENTIFICAM COM O PS

Considerando apenas os 263 sujeitos que se identificam com o PS, verificamos que entre este grupo de sujeitos, os partidos que obtêm melhor pontuação nos pares de adjectivos associados ao factor Poder (Forte/Fraco, Firme/Condscendente) são o PS e o PCP — ambos com valores médios abaixo de 4 nos dois pares, ou seja, situados no pólo dos adjectivos Forte e Firme —, o BE — com pontuação abaixo de 4 no par Firme/Condscendente e superior a 4 no par Forte/Fraco —, e o PSD-PPD e CDS-PP com valores médios mais próximos dos adjectivos Fraco e Condscendente. Em relação ao factor Avaliação (Bom/Mau, Justo/Injusto), as melhores pontuações médias nestes pares de adjectivos são as do PS, BE e PCP —, em todos os casos com pontuações médias cujos valores se situam abaixo de 4, isto é, do lado dos adjectivos Bom e Justo —, e o PSD-PPD e CDS-PP cujas pontuações em ambos os pares é superior a 4, ou seja, do lado dos adjectivos Mau e Injusto. Por último, no factor Actividade (Activo/Passivo, Dinâmico/Estático) as melhores pontuações são do PS, BE, PCP e PSD-PPD — todos com valores médios abaixo

de 4, ou seja, assinalando os adjectivos Activo e Dinâmico — e CDS-PP com valores superiores a 4, isto é, indicando maior proximidade com os adjectivos Passivo e Estático. Os sujeitos que se identificam com o PS, avaliam este partido como sendo um partido Forte, Justo, Bom, Dinâmico, Activo e Firme. Para este grupo, só os sujeitos do PCP são avaliados de forma positiva no que se refere aos seis pares de adjectivos. O BE é avaliado positivamente em todos os pares de adjectivos excepto no que se refere ao par Forte/Fraco, o PSD-PPD só é avaliado de forma positiva nos pares de adjectivos do factor Actividade e o CDS-PP não é avaliado de forma positiva em nenhum dos pares de adjectivos (cf. **Quadro 7.32**).

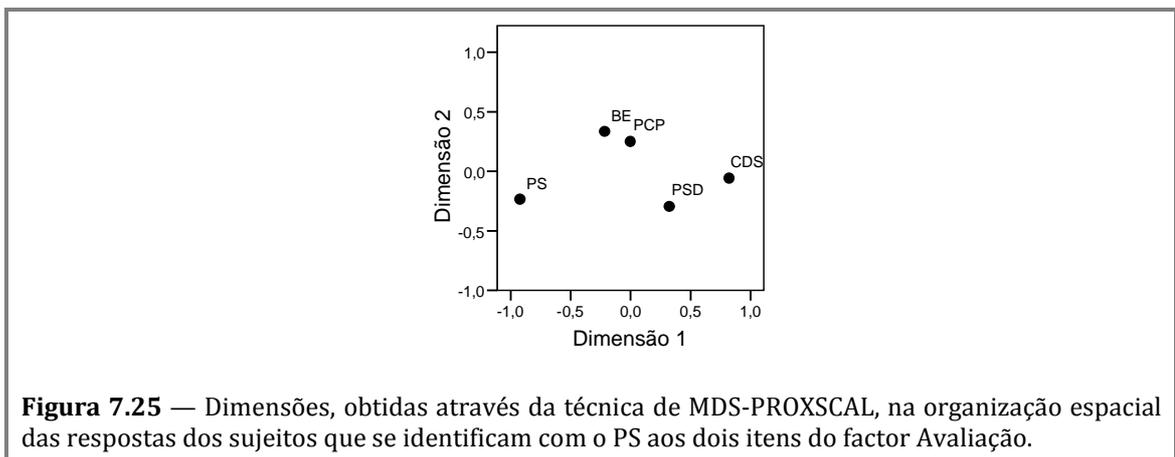
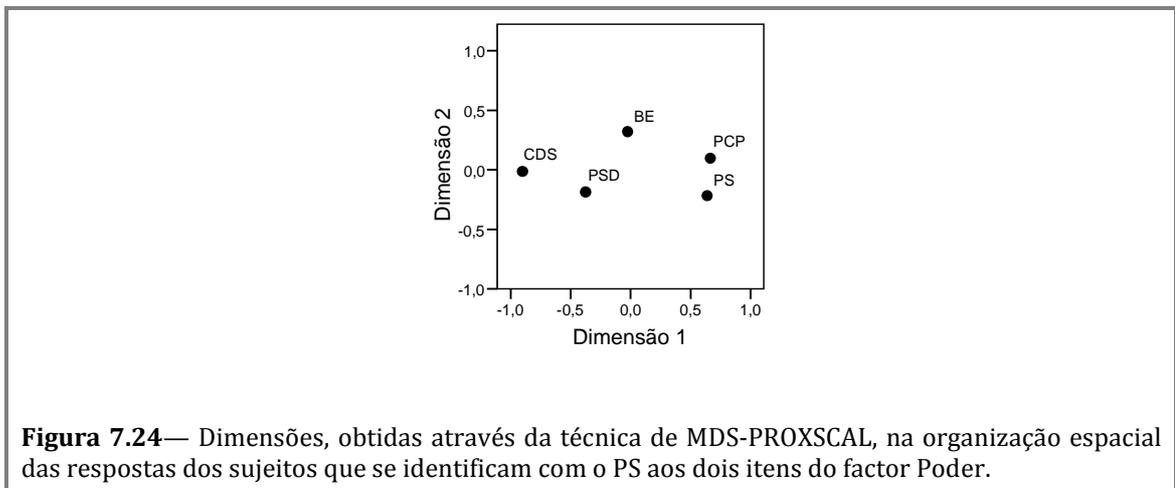
Quadro 7.32 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o PS (n = 263) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma escala de Diferencial Semântico

Pares de adjectivos	Partidos Políticos									
	BE		CDS		PCP		PSD		PS	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Forte - Fraco	4.19	1.50	5.85	.96	2.63	1.09	5.09	1.53	2.49	1.09
Firme - Condescendente	3.78	1.33	5.77	.90	2.68	1.07	4.25	1.04	2.65	1.11
Bom - Mau	3.72	1.21	4.81	1.20	3.92	1.22	4.24	1.25	2.76	1.15
Justo - Injusto	3.57	1.29	4.97	1.27	3.70	1.35	4.16	1.39	2.80	1.31
Activo - Passivo	2.86	1.36	4.55	1.41	3.05	1.51	3.90	1.39	2.97	1.41
Dinâmico - Estático	3.06	1.40	4.87	1.35	3.49	1.53	3.99	1.40	3.09	1.46

Usando a técnica do *multidimensional scaling (MDS-PROXSCAL)*, construímos um mapa perceptivo que organiza os partidos políticos em função da pontuação obtida nos pares de adjectivos de cada um dos factores — Poder, Avaliação e Actividade. Em relação ao factor Poder [*Raw Stress* = .00099 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99950] identificamos duas dimensões: a primeira opondo o CDS-PP ao PS e PCP e a segunda opondo o PS ao BE. No que se refere ao factor Avaliação [*Raw Stress* = .00140 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99930] também foram identificadas duas dimensões, uma opondo o PS ao CDS-PP e outra opondo o PSD-PPD ao BE. Em relação ao factor Actividade [*Raw Stress* = .00598 e Coeficiente de congruência de Tucker = .99701] foram identificadas duas dimensões, uma opondo o PS ao CDS-PP e outra opondo o PS ao BE. No **Quadro 7.33** apresentam-se os valores das coordenadas dos estímulos (partidos políticos) em cada uma das duas dimensões nos três factores considerados e nas **Figura 7.24, 7.25 e 7.26** as representações gráficas dessas soluções.

Quadro 7.33- Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o PS aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 263)

Partidos Políticos	Dimensões					
	Poder		Avaliação		Actividade	
	1	2	1	2	1	2
BE	-,026	,320	-,217	,335	-,217	,335
CDS-PP	-,901	-,014	,821	-,057	,821	-,057
PCP	,665	,097	-,003	,251	-,003	,251
PS	,638	-,217	-,923	-,234	-,923	-,234
PSD-PPD	-,376	-,186	,322	-,295	,322	-,295



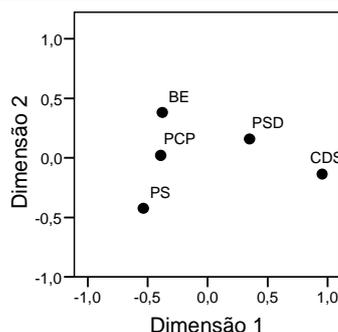


Figura 7.26 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PS aos dois itens do factor Actividade.

7.3 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Neste capítulo pretendíamos avaliar se a organização perceptiva que resulta da avaliação dos partidos políticos usando uma escala de valores de natureza política e uma escala de diferencial semântico era compatível com a organização do campo político eleitoral que resulta da identificação partidária.

Considerando a avaliação feita em relação ao posicionamento dos partidos em valores de natureza política como o Autoritarismo, Conservadorismo Social, Religiosidade, Liberalismo Económico e posicionamento Direita/Esquerda, verificámos que esta se faz tendo em conta três dimensões. A primeira dessas dimensões corresponde à organização das opções eleitorais da generalidade dos grupos de identificação partidária e opõe os partidos de esquerda — BE, PCP e PS — aos de direita — CDS-PP e PSD-PPD. Verifica-se, também, que nos grupos que se identificam com o CDS-PP, PSD-PPD e PS as variáveis que mais contribuíram para a definição desta dimensão foram o posicionamento Esquerda/Direita e a Religiosidade, enquanto no grupo que se identifica com o BE foram o Conservadorismo Social e a Religiosidade e no grupo que se identifica com o PCP a Ideologia e o Autoritarismo. Em todos os grupos de identificação partidária, com excepção do grupo que se identifica com o PS, se verificou que esta primeira dimensão opõe os partidos que se encontram na zona de exclusão de cada um dos grupos de identificação partidária aos partidos que se encontram em zonas de identificação partidária central e secundária (cf. Capítulo V): no grupo que se identifica com o BE, opõe o BE, PCP e PS ao CDS-PP e PSD-PPD; no grupo que se identifica com o CDS-PP opõe o PSD-PPD, CDS-PP e PS ao PCP e BE; no caso do grupo que se identifica com o PCP opõe o PCP, PS e BE ao CDS-PP e ao PSD-PPD; no caso dos que se identificam com o PSD-PPD opõe PSD-PPD, CDS-PP e PS

ao PCP e BE. No que se refere aos sujeitos que se identificam com o PS, esta dimensão opõe o CDS-PP e o PSD-PPD ao BE e ao PCP ficando o PS numa zona neutra central. Seria de esperar, de acordo com a definição do campo político eleitoral do grupo que se identifica com o PS, que o PCP e o CDS-PP — que são os partidos que se encontram na sua zona de exclusão — estivessem do mesmo lado do gráfico em oposição ao PS, PSD-PPD e BE.

Pressupondo que o desajustamento dos resultados obtidos com o grupo que se identifica com o PS se verifica porque esta primeira dimensão opõe a direita à esquerda e o PS é o único grupo que inclui na sua zona de exclusão um partido situada à sua direita e outro situado à sua esquerda, fomos repetir a análise para o grupo que se identifica com o PS, sem considerar as respostas à questão relativa ao posicionamento Esquerda/Direita. Os resultados obtidos organizam-se em duas dimensões: a *dimensão 1* continua a organizar os partidos no eixo Esquerda/ Direita, mas a *dimensão 2* — que separa os grandes partidos dos pequenos partidos, como veremos adiante, — opõe o CDS-PP e o PCP ao PS e PSD-PPD, ficando o BE numa zona neutra. Este resultado já se coaduna com o campo político eleitoral deste grupo, tal como foi definido no Capítulo V, uma vez que separa claramente os partidos incluídos na zona de exclusão — CDS-PP e PCP — dos restantes partidos que constituem opções de identificação. A repetição desta análise, sem a inclusão da questão respeitante ao posicionamento Esquerda/Direita, nos restantes grupos de identificação não produz alterações na organização das dimensões.

A segunda dimensão está associada ao posicionamento dos partidos em relação à governação e opõe os grandes aos pequenos partidos. Verifica-se que no grupo que se identifica com o BE esta dimensão separa o PS e o PSD-PPD do PCP, BE e CDS-PP; que no grupo que se identifica com o CDS-PP opõe o CDS-PP e o BE ao PS, ficando o PSD-PPD e o PCP numa zona neutra; e que nos grupos que se identificam com o PCP, PSD-PPD e PS separa o PS, PSD-PPD e PCP do BE e CDS-PP. As variáveis que mais contribuíram para a definição desta dimensão foram, no caso dos grupos que se identificam com o BE e com o PCP, o Liberalismo Económico e, no caso do grupos que se identificam com o CDS-PP, PSD-PPD e PS, o Autoritarismo. Como já vimos acima, a repetição da análise no caso do grupo que se identifica com o PS permite chegar a uma organização diferente desta segunda dimensão: a oposição já não é entre PS, PSD-PPD e PCP por um lado e BE e CDS-PP por outro, mas entre PS e PSD-PPD por um lado e PCP e CDS-PP por outro, ficando o BE numa zona neutra.

A terceira e última dimensão separa, na generalidade dos grupos de identificação partidária, o partido com que os sujeitos se identificam de partidos que, no respectivo

campo político eleitoral, lhe estão mais próximos. No grupo que se identifica com o BE, esta dimensão separa o BE do PCP ficando os restantes partidos numa zona neutra; no grupo que se identifica com o CDS-PP separa o CDS-PP e o PCP do PSD-PPD e do BE, ficando o PS numa zona neutra; no grupo que se identifica com o PCP, separa o PCP do BE, ficando os restantes partidos numa zona neutra; no caso do PSD-PPD separa o PSD-PPD e o BE do CDS-PP e do PCP ficando o PS numa zona neutra; e, no caso dos que se identificam com o PS, separa o PSD-PPD, PS e CDS-PP do PCP e do BE. Tal como para a primeira dimensão verifica-se, uma vez mais, que o grupo que se identifica com o PS é o único onde os resultados não coincidem com aqueles que resultam da definição do campo eleitoral definido no Capítulo V, uma vez que seria de esperar, de acordo com aqueles resultados, que esta dimensão separasse o PS do PSD-PPD e do BE.

Destes resultado podemos concluir que a avaliação que os sujeitos fazem do posicionamento dos partidos em relação a valores e atitudes como o Conservadorismo Social, o Autoritarismo, a Religiosidade, o Liberalismo Económico e o posicionamento no eixo Esquerda / Direita se equipara, de forma relevante, à definição e organização seu campo político eleitoral. Foram identificadas três dimensões nesta avaliação que se relacionam com a separação entre os partidos que constituem identidades partidárias possíveis e os partidos que se situam na zona de exclusão; com a oposição entre grandes e pequenos partidos; e, por ultimo, com a separação entre os diferentes partidos que constituem possibilidades de identificação partidária.

Assim, a primeira dessas dimensões — associada ao posicionamento dos partidos no eixo Esquerda/Direita — parece ser determinante para a inclusão dos partidos numa das zonas de identidade partidária ou na zona de exclusão do campo político eleitoral dos grupos de sujeitos que se identificam com o CDS-PP, PSD-PPD, PCP e BE, enquanto para os sujeitos que se identificam com o PS essa definição parece ser determinada pela dimensão 2, que se relaciona com a separação entre grandes e pequenos partidos. Em todos os grupos de identificação partidária se encontrou uma dimensão que separa os grandes dos pequenos partidos e, nos grupos de identificação partidária com o CDS-PP, PSD-PPD, PCP e BE, existe ainda uma terceira dimensão que separa o partido que constitui a sua identidade partidária central das identidades partidárias secundárias.

Os resultados obtidos com a escala de diferencial semântico permitiram organizar a avaliação que os sujeitos fazem dos partidos políticos, usando pares de adjetivos que não remetem directamente para valores de natureza política, em três dimensões idênticas às obtidas com a avaliação através do posicionamento face a valores e atitudes políticas: a

primeira dimensão organiza os partidos de acordo com o seu posicionamento ideológico no eixo Esquerda/Direita; a segunda dimensão separa os grandes dos pequenos partidos; e a terceira dimensão, separa o PSD-PPD e o BE do PCP, PS e CDS-PP. Considerando que esta escala de diferencial semântico tem associado três factores – avaliação, poder e actividade (Osgood, Suci, & Tannebaum, 1957) – verifica-se que a organização do partidos no eixo esquerda/direita – que, de acordo com os resultados apresentados acima, está relacionada com a escolha eleitoral dos grupos que se identificam com o CDS-PP, PSD-PPD, PCP e BE – está associada ao factor avaliação; que a organização dos partidos em grandes e pequenos partidos está relacionada ao factor poder, e que a divisão entre BE e PSD-PPD – partidos com mais visibilidade na oposição ao governo do PS – e PCP, PS e CDS-PP está ligada ao factor Actividade.

A análise dos resultados obtidos por cada um dos grupos de identificação partidária permite verificar que, nos grupos que se identificam com o PCP e com PSD-PPD, a dimensão 1 dos factores Poder, Avaliação e Actividade organiza os partidos políticos de acordo com o campo político eleitoral destes grupos, separando, nomeadamente, os partidos que se incluem na zona de exclusão daqueles que constituem possibilidades de identificação partidária; nos grupos que se identificam com o BE e com o CDS-PP este tipo de organização apenas se verifica na dimensão 1 dos factores Poder e Avaliação; e, no grupo que se identifica com o PS, a organização dos partidos que constituem possibilidades de identificação – PS, PSD-PPD e BE – reparte-se pela dimensão 2 do factor Poder, que separa o PS e o PSD-PPD dos restantes partidos, e pela dimensão 1 do factor Avaliação, que separa o PS e o BE dos restantes partidos.

Também se verifica que em todos os grupos de identificação partidária é uma das dimensões do factor Actividade que permite separar o partido que constitui a identidade partidária central desse grupos dos partidos que constituem identidades secundárias. No grupo que se identifica com o BE, a dimensão 1 deste factor separa o BE e o PCP do PS enquanto a dimensão 2 separa o BE e o PS do PCP; no grupo que se identifica com o CDS-PP a dimensão 1 do factor actividade separa o CDS-PP do PSD-PPD (tal como acontece também na dimensão 2 do factor Poder); no grupo que se identifica com o PCP a dimensão 2 separa o PCP do BE (tal como acontece com a dimensão 2 do factor Avaliação); no grupo que se identifica com o PSD-PPD é a dimensão 2 do factor actividade que separa o PSD-PPD do CDS-PP e do PS; e no grupo que se identifica com o PS é a dimensão 2 do factor Actividade que permite separar o PS do PSD-PPD e do BE.

Em síntese, estes resultados mostram que quando se solicita aos sujeitos que avaliem os partidos políticos em função de valores e atitudes políticas ou recorrendo a pares de adjectivos sem referência política explícita, se obtém uma organização das relações entre esses partidos que é semelhante entre si e, em ambos os casos, idêntica à organização do seu campo político eleitoral, identificada no Capítulo V. Existe, pois, uma assinalável estabilidade na organização cognitiva das representações que os sujeitos têm dos partidos políticos. Trata-se de uma organização com dimensões que definem — de forma bastante coerente nos diferentes grupos de identificação partidária —, aquilo que afasta e aquilo que aproxima os partidos. Por exemplo, a avaliação feita através dos pares de adjectivo associados aos factores Poder e Avaliação define os partidos que, em cada grupo de identificação, se encontram próximos e podem ser opções de identificação partidária e aqueles que não serão, qualquer que seja a situação, opções de identificação. Da mesma forma a avaliação feita através dos pares de adjectivos associados ao factor Actividade permite separar, em todos os grupos de identificação partidária, o partido que constitui a identidade central dos partidos que constituem opções de identificação partidária secundárias. Também no caso da avaliação feita em função de valores e atitudes políticas se verificou que esta permite organizar os partidos em dimensões idênticas, i.e., separando, nuns casos, os partidos que não serão, qualquer que seja a situação, opções de identificação, dos restantes partidos que poderão ser identificações partidárias alternativas e, noutros casos, o partido que constitui o núcleo central da identidade partidária dos partidos que constituem identidades secundárias.

Verifica-se, tal como defendem Oakes et al (1994), que os sujeitos fazem corresponder os estímulos a crenças e estereótipos pré-existentes e, quando solicitados a avaliar os partidos políticos, mobilizaram essas categorias cognitivas partilhadas pelo grupo a que pertencem — *esquemas* e *estereótipos* —, e fizeram-nas corresponder aos estímulos presentes na situação (McGarty, Yzerbyt, & Spears, 2002; Tajfel, 1981/2001). Tendo resultado deste processo avaliativo uma organização dos partidos semelhante àquela que já vimos que existe em relação ao comportamento eleitoral efectivo nas últimas eleições (cf. ponto 5.2.6) e, também, igual à que existe quando se pede aos sujeitos que avaliem a simpatia em relação aos partidos políticos ou a probabilidade de virem a votar em cada um desses partidos (cf. secção 5.2.5), isso significa que essa organização pré-existente dos partidos num campo político eleitoral, tal como a definimos no Capítulo V, não depende da situação eleitoral concreta, ou seja, dos temas, propostas ou outros factores específicos de uma eleição, mas corresponde a uma organização estrutural prévia destas categorias.

O facto de ser ter evidenciado que a avaliação dos partidos políticos identifica dimensões em que essas categorias se relacionam de formas diferentes, revela que a característica dinâmica e reactiva a mudanças no contexto — que distingue a autocategorização e que explicará a mudança de sentido de voto dos eleitores — não decorre de alterações na estrutura organizativa das categorias acessíveis — adequação normativa —, mas da possibilidade que resulta da própria organização estrutural das categorias e que permite que, em contextos em que uma determinada característica seja mais saliente do que outra, os sujeitos possam optar pela categoria que, nesse contexto, de acordo com a sua organização prévia, é a mais adequada, i.e., a que melhor potencia as diferenças intercategorias em relação às diferenças intracategorias — adequação comparativa (Abrams & Hogg, 1990; Oakes, 2003; Turner, 1991; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987).

O processo de mudança no sentido de voto está associado ao grau de compromisso do sujeito, não com uma identificação partidária, mas com a sua adequação a uma situação específica (Stryker & Serpe, 1982). Ou seja, estes resultados permitem-nos continuar a defender a ideia de que as diferentes identidades do sujeito são compatíveis entre si e estão organizadas numa estrutura pré-existente — que, no caso da identidade política, designámos por campo político eleitoral — e que essa estrutura é, simultaneamente, suficientemente flexível e elástica para possibilitar que em momentos diferentes a identidade partidária do sujeito seja uma ou outra das possibilidades pré-existentes, sem que essa mudança corresponda à criação de uma nova estrutura, mas, também, suficientemente pré-determinada para limitar efectivamente as possibilidades de identificação passíveis de serem usadas, ou seja, para fazer com que as opções dos sujeitos não sejam apenas determinadas pelas variáveis presentes na situação.

CAPÍTULO VIII - CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DOS SUJEITOS E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

8.1 OBJECTIVOS, HIPÓTESES E MEDIDAS

Tivemos oportunidade de concluir no Capítulo V que o comportamento eleitoral é essencialmente estável, que a estabilidade é explicável pela identificação dos sujeitos com partidos políticos e que essa identificação partidária desempenha um papel de relevo na explicação do comportamento eleitoral. No estudo incluído no Capítulo V testámos um modelo que entende a identificação partidária não apenas como a ligação psicológica a um partido político, mas também como a definição simultânea de um campo político eleitoral, que, tendo esse partido político como núcleo central, define, também, a posição relativa do sujeito em relação aos outros partidos políticos, condicionando as suas opções eleitorais e a sua eventual mobilidade eleitoral. No Capítulo VII, tivemos oportunidade de verificar que existe concordância entre a organização do campo político eleitoral, tal como foi conceptualizada no Capítulo V, e a organização dos partidos que resulta da sua avaliação em função de valores e atitudes políticas e de pares de adjectivos sem conotação política explícita. Iremos agora testar a hipótese genérica de que a organização do campo político que subjaz à identificação partidária está, também, associada às atitudes e valores políticos dos sujeitos. Tal como no estudo apresentado no capítulo anterior, centrar-nos-emos na avaliação da posição dos sujeitos face a valores e atitudes politicos relacionadas com o liberalismo económico, o autoritarismo, o conservadorismo social e a religiosidade.

Entende-se por liberalismo económico a posição política que se caracteriza pela defesa de uma sociedade em que a economia se autoregula. De acordo com este princípio, o Estado deve abster-se de intervir na vida económica e esta deve ser entregue à iniciativa privada, as despesas públicas com serviços sociais devem ser eliminadas e os conceitos de bem e de serviço público devem ser banidos ou reduzidos a uma expressão mínima. A liberdade económica é considerada condição prévia para a liberdade política e implica a defesa do princípio de que o papel do estado deve ser minimizado, dando lugar a um mercado livre, essencial como meio de criar liberdade política e social (Friedman, 1962; Harris & Manning, 2006; Rabushka, 1991; Spindler & Still, 1988; Walker, 1988). A esta posição

política opõe-se uma outra que defende que o Estado deve intervir e regular a economia com o objectivo de garantir a protecção de interesses nacionais, de assegurar serviços públicos e prestar apoio social aos mais desfavorecidos (Keynes, 1936; Lebowitz, 2006; Marx, 1859). A intervenção do Estado na economia de uma sociedade democrática faz-se pela regulação legislativa da propriedade e da actividade económica, pela protecção a pessoas, grupos e organizações e através da prestação de serviços (Harris & Manning, 2006; Spindler & Still, 1988; Rabushka, 1991). Assim, neste estudo iremos avaliar as atitudes e valores dos sujeitos face à intervenção reguladora do Estado nessas três áreas da vida económica, usando a Escala de Liberalismo Económico construída especificamente para este trabalho (cf. ponto 4.5.4.4 do Capítulo IV).

O autoritarismo corresponde à defesa de uma sociedade caracterizada por um sistema de controlo social assente na obediência à autoridade de um estado fortemente hierarquizado. De acordo com Duckitt (1989; 1990), o autoritarismo caracteriza-se pela crença de que as necessidades e os valores pessoais se devem subordinar completamente à necessidade de coesão do grupo. Também o conceito de personalidade autoritária introduzido por Adorno et al. (1950), se aplica aos sujeitos que gostam de receber ordens, que procuram a conformidade, segurança e estabilidade e que são intolerantes a qualquer divergência em relação àquilo que consideram normal. Por sua vez, Altemeyer (1981; 1988; 1996) considera o autoritarismo como resultante da convergência de três tipos de atitudes: submissão autoritária (“*do what the authorities tell us to do*”⁵⁸), agressão autoritária (“*get rid of the rotten apples’ who are ruining everything*”) e convencionalismo (“*honor the ways of our forefathers*”). Considerando estas dimensões e a natureza do nosso trabalho, optámos por estudar as duas primeiras dimensões definidas — submissão e agressão — através de uma escala construída especificamente para este trabalho — *Escala de Autoritarismo* (cf. ponto 4.5.4.2 do Capítulo IV) — que avalia os aspectos ligados à obediência, organização hierárquica e uso da força e da punição, que são os principais instrumentos usados com o objectivo de garantir a manutenção autoritária do *status quo* actual e evitar a mudança, e avaliar a terceira dimensão — convencionalismo — de forma separada, numa outra escala que designámos por *Escala de Conservadorismo Social* (cf.

⁵⁸ Estas três atitudes — convencionalismo/valores tradicionais, submissão autoritária e agressão autoritária — aparecem associadas num a única afirmação no primeiro item da *Right-Wing Authoritarianism Scale* (Altemeyer, 1981; Altemeyer, 1988; Altemeyer, 1996) “*Our country will be great if we honour the ways of our forefathers, do what the authorities tell us to do, and get rid of the “rotten apples” who are running everything*”, onde essas três atitudes aparecem associadas numa única afirmação.

ponto 4.5.4.3 do Capítulo IV), que incide na avaliação de atitudes relativas a mudanças relevantes que se verificam actualmente em comportamentos sociais.

O conservadorismo social está também, tal como o autoritarismo, associado à resistência à mudança e corresponde à dimensão que Altmeyer (1981; 1988; 1996) designa por convencionalismo. Rossiter (1968) define o conservadorismo como uma atitude de oposição à mudança na ordem social, económica, legal, religiosa, política ou cultural em que *The distinguishing mark of this conservatism, as indeed it is of any branch of conservatism, is the fear of change, which becomes transformed in the political arena into the fear of radicalism* (p. 291). Também Huntington (1957) sublinha essa dimensão na sua definição do conservadorismo como *system of ideas employed to justify any established social order, no matter where or when it exists, against any fundamental challenge to its nature or being, no matter from what quarter* (p. 455). Jost et al. (2003), numa extensa revisão do uso do conceito de conservadorismo político, consideram que as duas características essenciais deste conceito são a resistência à mudança e a tolerância à desigualdade. Considerando as limitações relativas à dimensão da escala, optámos, como já referimos, por circunscrever os itens da escala às áreas da sexualidade e do consumo de drogas, que tendem a ser avaliadas como dizendo respeito essencialmente ao comportamento individual dos sujeitos, e da imigração que é uma área vista como eminentemente colectiva.

A influência da religião no comportamento político e eleitoral está amplamente documentada na literatura científica (Broughton & Napel, 2000; Calvo, Martinez, Montero, & Jalali, 2005; Freire, 2000; 2001; Leege, Mockabee, & Wald, 2006; Norris & Inglehart, 2004; Safran, 2003), sendo de esperar uma maior religiosidade nos sujeitos identificados com partidos políticos de direita. É também bastante consensual entre os investigadores sociais a consideração de que o fenómeno religioso comporta um corpo de ideias, de obrigações rituais, um grupo social com um padrão rotineiro de interacções e uma organização com regras prescritas, normas e infra-estruturas (Nudelman, 1971; Stark & Glock, 1968; Wald & Smidt, 1993; Wald, Kellstedt, & Lege, 1993).

Stark e Glock (1968) propõem aquele que será um dos modelos mais divulgados na abordagem da religião e que postula a existência de cinco dimensões na religiosidade: crença, prática, experiência, conhecimento e consequências. Por sua vez, Wald & Smidt (1993) consideram que a religião tem três dimensões relevantes para o comportamento eleitoral: a primeira dessas dimensões é o *sentimento de pertença* e define a religião como um grupo social cujos membros partilham uma identidade comum, um padrão regular de

interacções sociais ou expectativas similares sobre crenças e comportamento; a segunda refere-se à *crença* e engloba as ideias fundamentais, códigos éticos e símbolos associados à tradição religiosa e a terceira dimensão reporta-se ao *comportamento* exibido pelos sujeitos como consequência das duas dimensões anteriores. Tendo em consideração estas componentes do comportamento religioso, os objectivos do nosso trabalho e as limitações relativas à dimensão da escala a construir, optámos por construir uma *Escala de Religiosidade* (cf. ponto 4.5.4.1 do Capítulo IV) centrada apenas na avaliação dos aspectos transversais e comuns às várias religiões. Esta opção deixa de fora a avaliação do conhecimento dos sujeitos em relação aos factos, princípios e teorias específicos de cada religião, assim como a experiência relativa à vivência íntima e pessoal da religião, centrando a atenção em aspectos mais gerais e transversais do comportamento religioso: crença na existência de vida após a morte e na existência de um poder superior que dá sentido à vida na terra; papel da Igreja como entidade organizadora da *praxis* religiosa e como intermediária no contacto com Deus; e papel da Religião como modelo ético organizador da vida social.

Para além da avaliação destas atitudes e valores considerámos também a avaliação da Confiança Política e da Eficácia Política. A eficácia política — definida por Campbell et al. (1954) como “*o sentimento de que a mudança política e social é possível e que os indivíduos podem desempenhar um papel nessa mudança*” (citado por Reef & Knoke, 1999, p. 424) — refere-se não apenas à crença na eficiência do comportamento político individual, mas também à convicção de que os eleitores podem afectar de forma decisiva o curso dos acontecimentos políticos. Nesta perspectiva,, a avaliação desta dimensão centra-se na medição da impotência⁵⁹ e do distanciamento que o sujeito sente que existe entre eleitores como ele e as instituições e sistema político. A *Escala de Eficácia Política* utilizada neste estudo foi construída por Campbell et al. (1954) e é usada nos estudos eleitorais americanos. A confiança política no governo não se traduz apenas na manifestação de apoio às instituições políticas e aos líderes políticos, mas implica também uma avaliação ética relativamente à forma como funcionam essas instituições e como os membros do governo exercem os seus mandatos (Citrin & Muste, 1999; Hetherington, 1998; Listhaug, 1995). Para medir esta variável utilizámos a Escala de Confiança no Governo (Muller & Junkam, 1977).

⁵⁹ O termo *impotência* é usado como tradução do inglês *powerlessness*.

A partir da avaliação destas atitudes e valores políticos — liberalismo económico, autoritarismo, conservadorismo social, religiosidade, confiança política e eficácia política — pretende-se analisar a seguinte hipótese:

Hipótese 8 – Os sujeitos pertencentes a um mesmo grupo de identificação partidária partilham valores e atitudes políticas que organizam esses grupos em *clusters* que definem relações entre os partidos compatíveis com as que são definidas no campo político eleitoral desses sujeitos.

Tal como no estudo anterior, deseja-se evidenciar que o processo de adequação normativa que faz corresponder os estímulos — neste caso valores e atitudes de natureza explicitamente políticas — a crenças e estereótipos pré-existentes é não apenas partilhado pelo grupo de identificação partidária a que pertencem os sujeitos, mas coincidente com a organização que esses sujeitos fazem do seu campo político eleitoral. Quando no capítulo anterior pedimos aos sujeitos que avaliassem os partidos políticos em função do grau de autoritarismo, conservadorismo social, liberalismo económico, religiosidade ou posicionamento no eixo esquerda-direita, provocámos, com essa solicitação, um processo de *metacontraste* (Marques & Paéz, 2002; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987) que nos evidenciou que a categorização dos partidos resultante desse processo era análoga à organização do seu campo político eleitoral. Agora pedimos aos sujeitos que mobilizem as suas crenças sobre o que é, do seu ponto de vista, mais correcto ou adequado em relação aos mesmos valores e atitudes políticas com que avaliaram os partidos, tentando ver se essas categorias cognitivas — *esquemas* e *estereótipos* — são partilhadas pelos sujeitos incluídos em cada um dos grupos de identificação partidária e se permitem organizar esses diferentes grupos de forma análoga à organização do campo político eleitoral dos sujeitos tal como foi definido no Capítulo V. Refira-se, no entanto, que estas questões foram apresentadas ao sujeito antes das questões respeitantes à avaliação dos partidos políticos. De facto, os itens das escalas de valores políticos fazem parte das questões do grupo II do questionário e a avaliação dos partidos é feita nas questões que constituem o grupo III.

Como tivemos oportunidade de rever no Capítulo III, um estereótipo pode variar em função do contexto, expectativas, necessidades, valores e objectivos do sujeito (Oakes, Haslam, & Turner, 1994). No entanto, se as necessidades e os objectivos do sujeito se podem alterar com bastante frequência já o mesmo não se pode dizer dos seus valores e dos contextos em que interage. A estabilidade da identidade social é uma consequência da estabilidade dos valores do sujeito e dos contextos sociais em que interage, ocorrendo

modificações sempre que se verifiquem mudanças nos seus valores ou movimentos do sujeito na estrutura social, quer estes tenham origem em opções voluntárias ou ocorram por força de acontecimentos que afectam a vida dos sujeitos (Wells & Striker, 1988).

Uma vez mais, se deste processo resultar uma organização dos partidos semelhante àquela que já vimos que existe em relação ao comportamento eleitoral efectivo nas últimas eleições (cf. ponto 5.2.6), igual à que existe quando se pede aos sujeitos que avaliem a simpatia em relação aos partidos políticos ou a probabilidade de virem a votar em cada um desses partidos (cf. secção 5.2.5), ou, ainda, em relação à avaliação que os sujeitos fazem dos partidos políticos em função desses mesmos valores, isso significará que essa organização pré-existente dos partidos num campo político eleitoral corresponde a uma organização estrutural prévia destas categorias. Esta situação, a verificar-se, reflecte a estrutura normativa dos grupos relativamente ao tipo de informação que os membros de um grupo procuram e ao uso que fazem dessa informação (Tajfel & Forgas, 1981/2000).

A característica dinâmica e reactiva a mudanças no contexto — que distingue a autocategorização e que explicará a mudança de sentido de voto dos eleitores — não decorre de alterações na estrutura organizativa das categorias acessíveis — adequação normativa —, mas da opção pela categoria que nesse contexto é considerada a mais adequada, i.e., a que melhor potencia as diferenças intercategorias em relação às diferenças intracategorias — adequação comparativa (Abrams & Hogg, Social identification, self-categorization, and social influence, 1990; Oakes, 2003; Turner, 1991; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987).

Os sujeitos têm várias identidades que são activadas diferencialmente em função das relações sociais estabelecidas (Stryker, 1968; 1980). A estabilidade da identidade social é uma consequência da estabilidade dessas relações sociais, ocorrendo mudanças sempre que se verifiquem movimentos dos sujeitos na estrutura social, quer estes tenham origem em opções voluntárias ou ocorram por força de acontecimentos que afectam a vida dos sujeitos (Wells & Striker, 1988). De acordo com esta perspectiva, este processo de mudança está ainda associado ao grau de compromisso do sujeito — não com a identidade em si, mas com a sua adequação a uma situação específica (Stryker & Serpe, 1982). Podemos, pois, pressupor que as diferentes identidades do sujeito são compatíveis entre si e estão organizadas numa estrutura pré-existente — que, no caso da identidade política, designámos por campo político eleitoral — e que essa estrutura é, simultaneamente, suficientemente flexível e elástica para possibilitar que em momentos diferentes a identidade partidária do sujeito seja uma ou outra das possibilidades pré-existentes, sem

que essa mudança corresponda à criação de uma nova estrutura, mas, também, suficientemente pré-determinada para limitar efectivamente as possibilidades de identificação passíveis de serem usadas, ou seja, para fazer com que as opções dos sujeitos não sejam apenas determinadas pelas variáveis presentes na situação. Desta forma será de esperar que,

when a system of categories is associated with values in such a way that there is a *conflict* between different values which are relevant to the distinction between the categories, a compromise will be achieved. This compromise will tend to favour those value considerations which is more general, more important or more relevant to social action. (Tajfel & Forgas, 1981/2000, p. 54)

Ou seja, as diferentes possibilidades de identificação partidária do sujeito devem ter subjacente um sistema de valores compatível, sendo de esperar que existam valores partilhados por sujeitos que se incluem em grupos de identificação partidária que não se excluam mutuamente.

8.2 RESULTADOS

8.2.1 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E EFICÁCIA POLÍTICA

8.2.1.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E EFICÁCIA POLÍTICA

A média do resultado na Escala de Eficácia Política (SCORE_PES) entre os 832 (74.6%) sujeitos que manifestaram a sua identificação a um partido político é de 2.11 (DP = 1.02), sendo o mesmo valor de 2.33 (DP = 1.00) para os 284 (25.4%) que se identificaram como independentes. A análise da variância (ANOVA) das respostas dos sujeitos com ou sem identificação a um partido político (IDENT_PART_SN), mostra que a diferença entre estas médias é estatisticamente significativa [$F(1, 1114) = 9.977, p = .002$], sendo a eficácia política superior no grupo dos independentes. No entanto, se compararmos as respostas destes dois grupos aos quatro itens da escala, verificamos que apenas existem diferenças estatisticamente significativas nas respostas ao item 2 (*O voto é a única forma que as pessoas como eu têm para dizer alguma coisa sobre o modo como o País deve ser governado*) [$\chi^2(4) = 28.601, p \leq .001$], sendo que os sujeitos com identificação partidária apresentam valores de menor eficácia política do que aqueles que são independentes. Ou seja, este

grupo parece acreditar, mais do que aqueles que se identificam com partidos, que a participação eleitoral é a única forma eficaz de influenciar o rumo do país (cf. **Quadro 8.1**).

Quadro 8.1 – Média, desvios padrão e estatística (U de Mann-Witney) dos resultados na Escala de Eficácia Política obtidos pelos diferentes grupos de identificação partidária (N = 1116).

Escala de Eficácia Política		Existência de Identificação partidária		χ^2
		Sim (n= 832)	Não (n= 284)	
Os responsáveis políticos não se importam muito com aquilo que pensam as pessoas como eu.	Concordo	662	233	.817
	Discordo	170	51	
O voto é a única forma que as pessoas como eu têm para dizer alguma coisa sobre o modo como o País deve ser governado.	Concordo	542	134	28.601 *
	Discordo	290	150	
Pessoas como eu não têm nada a dizer sobre o que o governo faz.	Concordo	66	19	.465
	Discordo	766	265	
Por vezes a política e o governo parecem coisas tão complexas que as pessoas como eu não percebem o que verdadeiramente se passa.	Concordo	304	89	2.510
	Discordo	528	195	

* $p \leq .001$.

8.2.1.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E EFICÁCIA POLÍTICA

Quando consideramos a comparação dos resultados obtidos na Escala de Eficácia Política em função do tipo de identificação partidária dos sujeitos (Questão 4.2) verificamos que esta é mais elevada nos sujeitos que se identificam com Outro/s partido/s (n = 27, M = 2.37, DP = 1.00) e nos independentes (n = 284, M = 2.33, DP = 1.00) e mais baixa nos que se identificam com o CDS-PP (n= 51, M = 1.84, DP = .92). De entre os outros grupos, aquele que mostra maior eficácia política é o dos sujeitos que se identificam com o BE (n = 112, M= 2.20, DP = .92), seguido dos grupos que se identificam com o PS (n = 263, M = 2.19, DP = 1.14), com o PCP (n = 53, M = 2.06, DP = 1.10) e com o PSD-PPD (n = 326, M = 2.03, DP = .92). A diferença entre estas médias é estatisticamente significativa [$F(6, 187.537) = 3.586$, para $p = .002$]. Os sujeitos independentes, os que se identificam com os partidos de esquerda – BE, PS e PCP – e com Outro/s partido/s, revelam maior eficácia política do que os que se identificam com partidos de direita – PSD-PPD e CDS-PP.

Utilizando a análise de *clusters*⁶⁰ para observar o modo como os diferentes grupos de identificação partidária se organizam em função dos resultados obtidos na Escala de Eficácia Política obtemos cinco *clusters*. O *cluster* 1 junta a totalidade dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD, o *cluster* 2 a totalidade dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP, com o PCP e com Outro/s partido/s, o *cluster* 3 todos os que se identificam com o BE, o *cluster* 4 todos os que se identificam com o PS, e o *cluster* 5 os independentes. Ou seja, verifica-se que os resultados obtidos nesta escala permitem separar de forma bastante precisa os sujeitos em função da sua identificação partidária. Só os resultados dos grupos que se identificam com o CDS-PP, com o PCP e com Outro/s partido/s é que não possibilitam a separação destes grupos entre si (cf. **Quadro 8.2**).

Quadro 8.2 – Médias, desvios padrão e agrupamento em *clusters* dos sujeitos com diferentes identificações partidárias em função dos resultados na Escala de Eficácia Política (N = 1116).

Cluster	Escala de Eficácia Política		Identificação Partidária						Total		
			BE (n=112)	CDS-PP (n= 51)	PCP (n=53)	PSD-PPD (n= 326)	PS (n=263)	Outro (n=27)			Ind. (n=284)
	M	DP	%	%	%	%	%	%	n	%	
1	2.04	.92				100.0				326	100.0
2	<i>2.04</i>	1.03		100.0	100.0			100.0		131	100.0
3	2.21	.92	100.0							112	100.0
4	2.19	1.14					100.0			263	100.0
5	2.33	1.00							100.0	284	100.0
Total	2.16	1.01								1116	

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

As pontuações médias dos *clusters* 1 e 2 são inferiores à média. No entanto, a pontuação nesta escala apenas contribui, a um nível estatisticamente significativo, para a formação dos *clusters* 1 e 5.

⁶⁰ Considerando que o número de casos da nossa amostra é bastante elevado, utilizámos o procedimento disponibilizado pela aplicação informática SPSS e designado por *Two step cluster analysis*. A medida das distâncias usada foi o *Log-likelihood* atendendo a que usámos uma variável categorial (Identificação partidária). Os valores das variáveis contínuas foram estandardizados e a selecção do número de *clusters* final foi gerada pela aplicação com base no critério Baysiano de Schwarz. Estabeleceu-se em 5% o valor a considerar na manipulação do ruído causado pelos *outliers* (Norusis, 2005, pp. 380-389).

8.2.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E CONFIANÇA POLÍTICA

8.2.2.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E CONFIANÇA POLÍTICA

A pontuação média obtida na Escala de Confiança Política (SCORE_TGS) pelos 832 (74.6%) sujeitos que expressam identificação partidária a um partido (IDENT_PART_SN) é de 9.65 (DP = 2.21) e de 10.07 (DP = 2.13) nos 284 (25.4%) sujeitos que se definem como Independentes.

Quadro 8.3 – Média, desvios padrão e estatística (U de Mann-Witney) dos resultados na Escala de Confiança Política obtidos pelos diferentes grupos de identificação partidária (N = 1116).

Escala de Confiança Política (*)		Existência de Identificação partidária		U
		Sim (n= 832)	Não (n= 284)	
De uma forma geral podemos confiar que os governos fazem aquilo que é correcto.	M	2.25	2.33	111877.5
	DP	.66	.68	
Em que medida acredita que os governos fazem aquilo que realmente deve ser feito?	M	2.25	2.33	109727.0 **
	DP	.69	.64	
Quando os deputados ou os membros do governo falam na televisão ou no parlamento com jornalistas, em que medida acredita que dizem a verdade?	M	2.36	2.57	99503.5 ***
	DP	.76	.756	
Em que medida acredita que os membros dos governos colocam os interesses do povo acima dos interesses dos seus partidos?	M	2.80	2.84	117239.5
	DP	.85	.76	
Pontuação da Escala (SCORE_TGS)	M	9.65	10.07	
	DP	2.21	2.13	

*A pontuação mais baixa indica maior confiança política.

** $p \leq .05$; *** $p \leq .001$;

Esta diferença é estatisticamente significativa [$F(1, 1114) = 7.591, p = .006$] e mostra que os eleitores independentes têm, em média, níveis de confiança política inferiores aos que se identificam com um dos partidos políticos⁶¹. No entanto, se compararmos as respostas destes dois grupos nos quatro itens da escala verificamos que apenas existem diferenças estatisticamente significativas nas respostas ao item 2 (*Em que medida acredita que os governos fazem aquilo que realmente deve ser feito?*) – [U de Mann Witney = 109727, $p =$

⁶¹ As pontuações mais elevadas na Escala de Confiança Política indicam menor confiança política.

.03] – e ao item 3 (*Quando os deputados ou os membros do governo falam na televisão ou no parlamento com jornalistas, em que medida acredita que dizem a verdade?*)– [U de Mann Witney = 99503.5, $p \leq .001$]. Em ambos os casos os sujeitos independentes apresentam níveis de confiança política inferior ao dos sujeitos com identificação partidária (cf. **Quadro 8.3**).

8.2.2.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E CONFIANÇA POLÍTICA

Quando consideramos a distribuição dos sujeitos pelas diferentes opções de identificação partidária, continua a verificar-se uma diferença estatisticamente significativa na pontuação média da Escala de Confiança Política [$F(6, 191.594) = 5.683, p < .001$]. O grupo de sujeitos que se identifica com o PS é aquele que apresenta maior confiança política ($n = 263, M = 9.22, DP = 2.45$), seguido do grupo que se identifica com o CDS-PP ($n = 51, M = 9.25, DP = 1.75$), com o PSD-PPD ($n = 326, M = 9.76, DP = 2.20$), com o BE ($n = 112, M = 9.88, DP = 1.50$), Independentes ($n = 284, M = 10.07, DP = 2.13$), sujeitos que se identificam com Outro/s partido/s ($n = 27, M = 10.26, DP = 1.79$) e, por último, com o PCP ($n = 53, M = 10.74, DP = 2.32$). Ou seja, são os independentes e os que se identificam com os pequenos partidos mais à esquerda – BE e PCP – e com Outro/s partido/s aqueles que apresentam níveis de confiança política mais baixa, enquanto os que se identificam com os partidos de direita – CDS-PP e PSD-PPD – e com o partido do governo – PS – apresentam os níveis mais altos.

Utilizando a análise de *clusters* para observar o modo como os diferentes grupos de identificação partidária se organizam em função dos resultados obtidos na Escala de Confiança Política obtemos cinco *clusters*. O *cluster 1* junta a totalidade dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD, o *cluster 2* a totalidade dos sujeitos que se identificam com o BE, com o CDS-PP, com o PCP e com Outro/s partido/s, o *cluster 3* a totalidade dos que se identificam com o PS e o *cluster 4* a totalidade dos independentes (cf. **Quadro 8.4**).

As pontuações médias da Escala de Confiança Política nos *clusters 1* (que inclui todos os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD) e *3* (que inclui os sujeitos que se identificam com o PS) são inferiores à média. A pontuação nesta escala apenas contribui, a um nível estatisticamente significativo, para a formação dos *clusters 3* e *4*, isto é, entre os que demonstram maior confiança política – sujeitos identificados com o partido do governo – e menor confiança política – sujeitos independentes (cf. **Quadro 8.4**).

Quadro 8.4– Médias, desvios padrão e agrupamento em *clusters* dos sujeitos com diferentes identificações partidárias em função dos resultados na Escala de Confiança Política

Cluster	Escala de Confiança Política		Identificação Partidária							Total		
			BE (n=112)	CDS-PP (n= 51)	PCP (n=53)	PSD-PPD (n= 326)	PS (n=263)	Outro (n=27)	Ind. (n = 284)			
			M	DP	%	%	%	%	%			%
1	9.76	2.20				100.0					326	100.0
2	9.81	1.60	100.0	96.1	92.5				96.3		236	100.0
3	9.22	2.45						100.0			263	100.0
4	10.07	2.13							100.0		284	100.0
Outlier	15.57	.53		3.9	7.5				3.7		7	100.0
Total	9.76	2.19									1116	

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

8.2.3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E AUTORITARISMO

8.2.3.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E AUTORITARISMO

A média dos resultados na Escala de Autoritarismo entre os sujeitos que se identificam com um partido (n = 832) é de 28.99 (DP = 6.97) sendo o mesmo valor de 27.26 para os sujeitos sem identificação partidária (n = 284, DP = 6.03). Em relação à subescala A1 – *Obediência*, o grupo com identificação partidária obtém um resultado médio de 17.39 (DP = 4.13), enquanto nos sujeitos independentes esse resultado é de 16.36 (DP = 4.00) e, no que se refere à subescala A2 – *Hierarquia e Punição*, os dois grupos obtém, respectivamente, resultados com valores médios de 11.61 (DP = 3.74) e 10.90 (DP = 3.15). Analisando a diferença entre as médias dos sujeitos com e sem identificação partidária verificamos que esta diferença é estatisticamente significativa no que se refere à pontuação da Escala de Autoritarismo [$F''(1, 560.402) = 16.115$, para $p \leq .001$], à subescala A1 – *Obediência* [$F''(1, 503.624) = 13.443$, para $p \leq .001$] e à subescala A2 – *Hierarquia e Punição* [$F''(1, 574.542) = 9.885$, para $p \leq .05$], sendo que em todos estes resultados o grupo dos sujeitos sem identificação partidária revela níveis de autoritarismo mais baixos do que os sujeitos que se identificam com um partido.

8.2.3.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E AUTORITARISMO

Considerando a identificação partidária específica dos sujeitos (Questão 4.2), os resultados obtidos na Escala de Autoritarismo mostram que o grupo com identificação ao CDS-PP é o que obtém valores médios superiores (n = 51, M = 32.35, DP = 5.60), seguido dos que se

identificam com o PSD-PPD (n = 326, M= 31.10, DP = 6.-14), com o PS (n = 263, M 0 28.40, DP = 6.97), com o PCP (n = 53, M = 27.91, DP = 8.67), com os independentes (n = 284, M = 27.26, DP = 6.03), com Outro/s partido/s (n = 27, M= 26.67, DP = 5.88) e, por último, com o BE (n = 112, M = 23.79, DP = 5.71). Estas posições relativas mantêm-se nas pontuações da subescala A2 – *Hierarquia e punição*. Na subescala A1 – *Obediência*, apenas o grupo dos sujeitos independentes e o dos que se identificam com Outro/s partido/s alteram as suas posições relativas. Os sujeitos que se identificam com os partidos mais à direita – CDS-PP e PSD-PPD – são mais autoritários do que os que se identificam com os partidos mais à esquerda – PS, PCP e BE – estando os independentes e os que se identificam com Outro/s partido/s mais perto das posições dos que se identificam com partidos de esquerda (cf. **Quadro 8.5**).

Quadro 8.5 – Médias, desvios padrão dos resultados obtidos na Escala de Autoritarismo e nas subescalas A1 e A2, em função da identificação partidária.

		Identificação Partidária							Total (n= 1116)
		BE (n=112)	CDS (n= 51)	PCP (n= 53)	PSD (n= 326)	PS (n= 263)	Outro (n= 27)	Ind. (n= 284)	
Escala de Autoritarismo (A)	M	23.79	32.35	27.91	31.10	28.40	26.67	27.26	28.55
	DP	5.71	5.60	8.67	6.14	6.97	5.88	6.03	6.77
Subescala (A1) - Obediência	M	14.29	18.98	16.96	18.45	17.24	16.44	16.36	17.12
	DP	3.56	3.25	4.91	3.74	4.14	3.61	4.00	4.12
Subescala (A2) - Hierarquia e Punição	M	9.50	13.37	10.94	12.66	11.16	10.22	10.90	11.43
	DP	3.10	3.20	4.37	3.45	3.79	2.99	3.15	3.61

Utilizando a análise de *clusters* para observar o modo como os diferentes grupos de identificação partidária se organizam em função dos resultados obtidos nas subescalas A1- *Obediência* e A2- *Hierarquia e Punição*, verificamos que se formam cinco *clusters*. O *cluster* 1 junta a totalidade dos sujeitos que se identificam com o PS, o *cluster* 2 a totalidade dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP, com o PCP e com Outro/s partido/s, o *cluster* 3 junta a totalidade dos independentes, o *cluster* 4 a totalidade dos que se identificam com o BE e o *cluster* 5 os que se identificam com o PSD-PPD (cf. **Quadro 8.6**).

Na subescala A1- *Obediência*, as pontuações médias dos *clusters* 3 (que junta os independentes) e 4 (sujeitos que se identificam com o BE) são inferiores à média e, na subescala A2- *Hierarquia e Punição*, para além destes dois também os membros do *cluster* 1 (que integra os que se identificam com o PS) obtêm resultados inferiores à média.

Quadro 8.6 - Identificação partidária e agrupamento em *clusters* dos sujeitos em função das respostas às subescalas A1- *Obediência* e A2- *Hierarquia e Punição* (N = 1116)

Identificação Partidária	Cluster (%)					Total	
	1 (n = 263)	2 (n = 131)	3 (n= 284)	4 (n= 112)	5 (n= 326)	n	%
BE				100.0		112	100.0
CDS-PP		100.0				51	100.0
PCP		100.0				53	100.0
PSD-PPD					100.0	326	100.0
PS	100.0					263	100.0
Outro		100.0				27	100.0
Independente			100.0			284	100.0

Os resultados nestas duas subescalas apenas contribuem de forma estatisticamente significativa para a formação dos *clusters* 3, 4 e 5, que incluem, respectivamente, os independentes e os que se identificam com o BE e com o PSD-PPD. Ou seja, as pontuações nestas duas subescalas não ajudam a discriminar de forma estatisticamente significativa os sujeitos que se identificam com o PS, com o CDS-PP, PCP e Outro/s partido/s, embora separem o grupo que se identifica com o PS dos restantes grupos. Só os grupos que se identificam com o PSD-PPD, com o BE e Independentes é que se discriminam, de forma estatisticamente significativa, em função do resultado médio nas duas subescalas de autoritarismo (cf. **Quadro 8.7**).

Quadro 8.7 – Médias e desvios padrão em cada *cluster* dos resultados nas subescalas A1- *Obediência* e A2- *Hierarquia e Punição* (N = 1116).

Cluster	Subescala A1 - Obediência		Subescala A2- Hierarquia e Punição	
	M	DP	M	DP
1	17.24	4.14	<i>11.16</i>	3.79
2	17.64	4.18	11.74	3.89
3	16.36	4.00	10.90	3.15
4	14.29	3.56	9.50	3.10
5	18.45	3.74	12.66	3.45
Total	17.12	4.12	11.43	3.61

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

8.2.4 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E RELIGIOSIDADE

8.2.4.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E RELIGIOSIDADE

A média dos resultados na Escala de Religiosidade entre os sujeitos que se identificam com um partido (n = 832) é de 26.14 (DP = 8.75) sendo o mesmo valor de 23.80 para os sujeitos sem identificação partidária (n = 284, DP = 7.71). Em relação à subescala *R1- Praxis Religiosa*, o grupo com identificação partidária obtém um resultado médio de 17.39 (DP = 4.13), enquanto nos sujeitos independentes esse resultado é de 16.50 (DP = 6.11) e, no que se refere à subescala *R2- Fé*, os dois grupos obtêm, respectivamente, resultados com valores médios de 9.64 (DP = 3.40) e 9.12 (DP = 3.36). Analisando a diferença entre as médias dos sujeitos com e sem identificação partidária verificamos que esta diferença é estatisticamente significativa no que se refere à pontuação da Escala de Religiosidade [$F''(1, 550.494) = 18.229$, para $p \leq .001$], à subescala *R1 - Praxis Religiosa* [$F''(1, 582.472) = 24.252$, para $p \leq .001$] e à subescala *R2 - Fé* [$F''(1, 494.383) = 9.885$, para $p \leq .05$], sendo que em todos estes resultados o grupo dos independentes revela níveis de religiosidade mais baixos do que o grupo dos sujeitos que se identificam com um partido político (cf. **Quadro 8.8**).

8.2.4.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E RELIGIOSIDADE

Os resultados obtidos na escala de Religiosidade mostram que o grupo de sujeitos com identificação ao CDS-PP é o que obtém valores médios superiores (n = 51, M = 32.51, DP = 7.80), seguido dos que se identificam com o PSD-PPD (n = 326, M = 29.48, DP = 7.80), com o PS (n = 263, M = 25.23, DP = 8.17), dos independentes (n = 284, M = 23.80, DP = 7.71), dos sujeitos que se identificam com Outro/s partido/s (n = 27, M = 24.19, DP = 8.38), com o BE (n = 112, M = 19.43, DP = 6.29) e, por último, com o PCP (n = 53, M = 19.23, DP = 6.70). No que se refere à subescala *R1- Praxis Religiosa*, as posições relativas do grupo dos independentes e a do grupo dos que se identificam com Outro/s partido/s alteram-se entre si, tal como a dos grupos que se identificam com o BE e com o PCP, mantendo-se todos os outros grupos na mesma posição relativa. Quanto a subescala *R2- Fé*, a sequenciação das posições relativas dos grupos é idêntica àquela que foi obtida para a escala na sua totalidade, excepto no caso do grupo dos independentes e dos que se identificam com Outro/s partido/s que alteram de posição entre si (cf. **Quadro 8.8**).

Quadro 8.8 – Médias, desvios padrão dos resultados obtidos na Escala de Religiosidade e nas sub escalas R1 e R2 em função da identificação partidária (N = 1116).

		Identificação Partidária							Total (n= 1116)
		BE (n=112)	CDS (n= 51)	PCP (n= 53)	PSD (n= 326)	PS (n= 263)	Outro (n= 27)	Ind. (n= 284)	
Escala de Religiosidade (R)	M	19.43	32.51	19.23	29.48	25.23	24.19	23.80	25.55
	DP	6.29	7.80	7.00	7.00	8.17	8.38	7.71	8.56
Sub Escala (R1) – <i>Praxis Religiosa</i>	M	11.81	21.14	12.34	18.67	15.89	15.04	14.68	16.03
	DP	4.33	4.89	4.94	5.70	5.87	5.38	5.09	5.91
Sub Escala (R2) - <i>Fé</i>	M	7.62	11.37	6.89	10.81	9.34	9.15	9.12	9.51
	DP	2.84	3.40	2.83	3.14	3.22	3.22	3.36	3.39

Utilizando a análise de *clusters* para observar o modo como os diferentes grupos de identificação partidária se organizam em função dos resultados obtidos nas subescalas *R1-Praxis Religiosa* e *R2- Fé* verificamos que se formam quatro *clusters*⁶². O *cluster 1* junta a totalidade dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP e a maioria dos que se identificam com o PSD-PPD (79.4%), o *cluster 2* a totalidade dos sujeitos que se identificam com o BE, com o PCP e com Outro/s partido/s e um grupo minoritário de sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (20.6%), o *cluster 3* junta a totalidade dos independentes, o *cluster 4* a totalidade dos que se identificam com o PS. Ou seja, as pontuações obtidas nas subescalas de religiosidade divide claramente a totalidade dos sujeitos que se identificam com o PS e os independentes colocando-os sozinhos em grupos separados mas já não permitem separar os sujeitos que se identificam com o CDS-PP e um número significativo dos que se identificam com o PSD-PPD – que se agrupam num mesmo *cluster* –, nem separar a pontuação dos que se identificam com o BE, PCP, Outro/s partidos e um grupo minoritário de sujeitos que se identifica com o PSD-PPD – que se juntam num único *cluster* (cf. **Quadro 8.9**).

Em ambas as subescalas as pontuações médias do *cluster 1* são superiores à média. A subescala R1 contribui de forma estatisticamente significativa para a formação dos *clusters 1, 2 e 3* e a subescala para os *clusters 1 e 2*. O grupo que se identifica com o PSD-PPD tem representantes seus incluídos no *cluster 1*, com pontuações de religiosidade mais

⁶² Nesta análise não foram considerados 6 sujeitos com pontuações desviantes em relação ao seu grupo (*outliers*), 3 pertencentes ao grupo que se identifica com o CDS-PP, 1 ao que se identifica com o PCP e 2 identificados com Outro/s partido/s. Na separação destes casos utilizou-se a opção fornecida pela aplicação SPSS (*Outlier Treatment / Use noise handling /Percentage: 15*).

elevada, e no *cluster 2*, que é o grupo com pontuações médias mais baixas nas duas escalas de religiosidade.

Quadro 8.9 – Identificação partidária e agrupamento em *clusters* dos sujeitos em função das respostas às subescalas R1 e R2 (N = 1116)

Identificação Partidária	Cluster (%)					Total	
	1 (n = 307)	2 (n = 256)	3 (n = 284)	4 (n = 263)	Outliers (n=6)	n	%
BE		100.0				112	100.0
CDS-PP	94.1				5.9	51	100.0
PCP		98.1			1.9	53	100.0
PSD-PPD	79.4	20.6				326	100.0
PS				100.0		263	100.0
Outro		92.6			7.4	27	100.0
Independente			100.0			284	100.0

Também é de notar que o grupo dos independentes, incluídos no *cluster 3*, só se distingue de forma estatisticamente significativa dos restantes grupos na pontuação da subescala *R1- Praxis Religiosa*, não se verificando essa discriminação na pontuação da subescala *R2- Fé* (cf. **Quadro 8.10**)

Quadro 8.10 – Médias e desvios padrão em cada *cluster* dos resultados nas subescalas *R1- Praxis Religiosa* e *R2- Fé* (N= 1116).

Cluster	Subescala R1 – Praxis Religiosa		Subescala R2- Fé	
	M	DP	M	DP
1	20.59	4.84	11.97	2.27
2	12.14	4.20	7.20	2.71
3	14.68	5.09	<i>9.12</i>	3,36
4	<i>15.89</i>	5.87	<i>9.34</i>	3.22
Total	16.03	5.92	9.51	3,39

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

8.2.5 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E CONSERVADORISMO SOCIAL

8.2.5.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E CONSERVADORISMO SOCIAL

A média dos resultados na Escala de Conservadorismo Social entre os sujeitos que se identificam com um partido (n = 832) é de 20.63 (DP = 6.10), sendo o mesmo valor de 19.56 para os sujeitos sem identificação partidária (n = 284, DP = 5.66). Em relação à subescala *C1- Comportamento Individual*, o grupo com identificação partidária obtém um resultado médio de 13.94 (DP = 4.62), enquanto nos sujeitos independentes esse resultado

é de 13.04 (DP = 4.36) e, no que se refere à subescala *C2- Imigração*, os dois grupos obtêm, respectivamente, resultados com valores médios de 6.69 (DP = 2.46) e 6.48 (DP = 2.12). Analisando a diferença entre as médias dos sujeitos com e sem identificação partidária, verificamos que esta diferença é estatisticamente significativa no que se refere à pontuação da Escala de Conservadorismo Social [$F''(1, 523.922) = 7.1983$, para $p \leq .01$] e à subescala *C1- Comportamento Individual* [$F''(1, 515.395) = 7.954$, para $p \leq .01$]. Em relação à subescala *C2- Imigração* [$F''(1, 563.604) = 1.846$, para $p = .175$] não existem diferenças estatisticamente significativas entre estes dois grupos. Em todos estes resultados os sujeitos sem identificação partidária são o grupo que revela níveis de conservadorismo social mais baixos.

8.2.5.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E CONSERVADORISMO SOCIAL

Centrando a nossa análise no tipo de identificação partidária dos sujeitos observa-se que o grupo de sujeitos com identificação ao CDS-PP é o que obtém valores médios de conservadorismo social mais elevados ($n = 51$, $M = 25.43$, $DP = 5.59$), seguido dos que se identificam com o PSD-PPD ($n = 326$, $M = 22.48$, $DP = 5.66$), com o PS ($n = 263$, $M = 19.99$, $DP = 6.20$), dos independentes ($n = 284$, $M = 19.56$, $DP = 5.66$), do grupo que se identifica com o PCP ($n = 53$, $M = 19.19$, $DP = 4.69$), com Outro/s partidos ($n = 27$, $M = 19.11$, $DP = 4.51$) e, por último, dos que se identificam com o BE ($n = 112$, $M = 15.61$, $DP = 4.09$). Estas posições relativas mantêm-se nas pontuações destes grupos na subescala *C1- Comportamento Individual*. Na subescala *C2- Imigração*, as posições relativas também são as mesmas, excepto no caso do grupo dos sujeitos independentes que troca sua posição relativa com o grupo de sujeitos que se identificam com o PS (cf. **Quadro 8.11**).

Observando, através da análise de *clusters*, o modo como os diferentes grupos de identificação partidária se organizam em função dos resultados obtidos nas subescalas *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* verificamos que se formam cinco *clusters*. O *cluster 1* agrupa a totalidade dos sujeitos independentes, o *cluster 2* a totalidade dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP, o PCP e Outro/s partido/s, o *cluster 3* junta a totalidade dos que se identificam com o BE, o *cluster 4* a totalidade dos que se identificam com o PS e o *cluster 5* os que se identificam com o PSD-PPD (cf. **Quadro 8.12**).

Quadro 8.11 – Médias, desvios padrão dos resultados obtidos na Escala de Conservadorismo Social e nas sub escalas *C1* e *C2*, em função da identificação partidária (N = 1116).

		Identificação Partidária							Total (n= 1116)
		BE (n=112)	CDS (n= 51)	PCP (n= 53)	PSD (n= 326)	PS (n= 263)	Outro (n= 27)	Ind. (n= 284)	
Escala de Conservadorismo Social (C)	M	15.61	25.43	19.19	22.48	19.99	19.11	19.56	20.36
	DP	4.09	5.59	4.69	5.66	6.20	4.51	5.66	6.01
Sub Escala (C1) – Comportamento individual	M	10.24	17.67	13.00	15.39	13.35	12.48	13.08	13.72
	DP	2.94	4.16	3.40	4.38	4.59	2.85	4.36	4.57
Sub Escala (C2) - Imigração	M	5.37	7.76	6.19	7.09	6.64	9.63	6.48	6.63
	DP	1.99	2.15	1.87	2.37	2.66	2.53	2.12	2.38

Quadro 8.12– Identificação partidária e agrupamento em *clusters* dos sujeitos em função das respostas às subescalas *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* (N = 1116)

Identificação Partidária	Cluster (%)					Outlier (n=2)	Total	
	1 (n = 284)	2 (n = 130)	3 (n = 112)	4 (n = 262)	5 (n = 326)		n	%
BE			100.0				112	100.0
CDS-PP		98.0				2.0	51	100.0
PCP		100.0					53	100.0
PSD-PPD					100.0		326	100.0
PS				99.6		.4	263	100.0
Outro		100.0					27	100.0
Independente	100.0						284	100.0

Na subescala *C1- Comportamento Individual*, as pontuações médias dos *clusters* 2 (grupo com os sujeitos que se identificam com o CDS-PP, PCP e Outro/s partidos) e 5 (grupo com os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD) são superiores à média e na subescala *C2- Imigração*, para além dos membros dos *clusters* 2 e 5, também os membros do *cluster* 4 (sujeitos que se identificam com o PS) obtêm resultados superiores à média. A subescala *C1- Comportamento Individual* contribui, a um nível estatisticamente significativo, para a formação dos *clusters* 1, 2, 3 e 5. Ou seja, a pontuação desta subescala permite diferenciar todos os grupos entre si, menos com o grupo que se identifica com o PS. O *cluster* 4, que inclui os que se identificam com o PS e com pontuações que se situam entre as dos *clusters* 2 e 5 – pontuações mais elevadas – e 1 e 3 – pontuações mais baixas –, não se diferencia dos restantes. Os resultados na subescala C2 apenas contribuem de forma estatisticamente significativa para a formação dos *clusters* 3 (sujeitos que se identificam com o BE e com a

pontuação mais baixa) e 5 (sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e com a pontuação mais elevada) (cf. **Quadro 8.13**).

Quadro 8.13 – Médias e desvios padrão em cada *cluster* dos resultados nas subescalas *C1-Comportamento Individual* e *C2-Imigração* (N = 1116).

Cluster	Subescala C1- Comportamento Individual		Subescala C2- Imigração	
	M	DP	M	DP
1	13.08	4,36	6.48	2.12
2	14.63	4,43	6.83	2.12
3	10.24	2.94	5.37	1.99
4	<i>13.31</i>	4.56	6.61	2.62
5	15.39	4,38	7.09	2.37
Total	13.72	4,57	6.63	2.38

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

8.2.6 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E LIBERALISMO ECONÓMICO

8.2.6.1 EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E LIBERALISMO ECONÓMICO

Os resultados médios obtido na Escala de Liberalismo Económico pelos sujeitos que se identificam com um partido (n = 832) é de 13.76 (DP = 3.57) enquanto para os sujeitos sem identificação partidária (n = 284) é de 13.08 (DP = 2.87). Analisando a diferença entre as médias dos sujeitos com e sem identificação partidária verificamos que esta diferença é estatisticamente significativa [$F''(1, 603.329) = 10.598$, para $p = .001$].

8.2.6.2 TIPO DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E LIBERALISMO ECONÓMICO

Considerando o tipo de identificação partidária dos sujeitos, os resultados obtidos na Escala de Liberalismo Económico mostram que o grupo de sujeitos com identificação ao CDS-PP é o que obtém valores médios superiores (n = 51, M = 16.67, DP = 2.75), seguido dos que se identificam com o PSD-PPD (n = 326, M = 14.93, DP = 3.25), com o PS (n = 263, M = 13.48, DP = 3.46), dos independentes (n = 284, M = 13.08, DP = 2.87), dos que se identificam com Outro/s partido/s (n = 27, M = 12.11, DP = 2.33), com o PCP (n = 53, M = 11.94, DP = 3.76) e, por último, com o BE (n = 112, M = 10.96, DP = 2.62). Analisando as diferenças entre estes valores através do teste de Welch verificamos que existem diferenças significativas entre estes grupos [$F''(6, 190.770) = 42.688$, para $p \leq .001$] (cf. **Quadro 8.14**).

Utilizando a análise de *clusters* para observar o modo como os diferentes grupos de identificação partidária se organizam em função dos resultados obtidos na Escala de Liberalismo Económico verificamos que se formam seis *clusters*. O *cluster* 1 junta a totalidade dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD, o *cluster* 2 a totalidade dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP, o *cluster* 3 junta a totalidade dos que se identificam com o BE, o *cluster* 4 a totalidade dos que se identificam com o PCP e Outro/s partido/s, o *cluster* 5 a totalidade dos independentes e o *cluster* 6 todos os que se identificam com o PS (cf. **Quadro 8.14**).

As pontuações médias dos *clusters* 1 e 2, que incluem, respectivamente, os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e CDS-PP, são superiores à média. Os resultados obtidos nesta escala só não contribuem de forma estatisticamente significativa para a formação do *cluster* 6, que integra o grupo dos sujeitos que se identificam com o PS, ou seja, estes resultados separa de forma significativa todos os grupos de identificação partidária entre si, excepto em relação ao grupo que se identifica com o PS (cf. **Quadro 8.14**).

Quadro 8.14 – Médias, desvios padrão e agrupamento em *clusters* dos sujeitos com diferentes identificações partidárias em função dos resultados na Escala de Liberalismo Económico (N= 1116).

Cluster	Escala de Liberalismo Económico		Identificação Partidária						Total			
			BE (n=112)	CDS-PP (n= 51)	PCP (n=53)	PSD-PPD (n= 326)	PS (n=263)	Outro (n=27)			Ind. (n=284)	
	M	DP	%	%	%	%	%	%	n	%		
1	14.93	3.25				100.0					326	100.0
2	16.67	2.75		100.0							51	100.0
3	10.96	2.62	100.0								112	100.0
4	12.00	3.33			100.0			100.0			80	100.0
5	13.08	2.87							100.0		284	100.0
6	<i>13.48</i>	3.46						100.0			263	100.0
Total	13.59	3.42									1116	

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

8.2.7 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA, ATITUDES, VALORES E COMPORTAMENTO ELEITORAL

A organização dos resultados obtidos pelos sujeitos dos diferentes grupos de identificação partidária no conjunto das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- *Obediência*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, R2- *Fé*, C1- *Comportamento Individual* e C2- *Imigração*, através da análise de *clusters* permite-nos identificar dois grupos: O *cluster* 1, que agrupa a totalidade dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e com o CDS-PP e grupos minoritários de

sujeitos que se identificam com o BE (0.9%), com o PCP (3.8%), com Outro/s partido/s (22.2%), independentes (29.2%) e sujeitos que se identificam com o PS (33.8%), é aquele onde os resultados médios nas escalas e subescalas, com exceção da Escala de Eficácia Política, são mais elevados, ou seja, é o grupo com resultados mais elevados no que se refere ao conservadorismo, autoritarismo, religiosidade, liberalismo económico e com menor eficácia política. No *cluster 2* concentram-se a quase totalidade dos sujeitos que se identificam com o BE (99.1%) e a maioria dos que se identificam com o PCP (96.2%), com Outro/s partido/s (77.8%), dos independentes (70.8%) e dos que se identificam com o PS (66.2%). Neste *cluster* só não se incluem sujeitos que se identifiquem com o PSD-PPD e com o CDS-PP, agrupando os sujeitos com maior confiança e eficácia política, menos conservadores, menos autoritários, menos religiosos e que defendem um maior intervencionismo do Estado na regulação da economia (cf. **Quadro 8.15**).

Quadro 8.15 – Identificação partidária dos sujeitos e sua distribuição por *clusters* em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas *A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* (N=1116).

Identificação partidária	Cluster (%)		Total	
	1 (n = 558)	2 (n = 558)	n	%
BE	.9	99.1	112	100.0
CDS-PP	100.0		51	100.0
PCP	3.8	96.2	53	100.0
PSD-PPD	100.0		326	100.0
PS	33.8	66.2	263	100.0
Outro	22.2	77.8	27	100.0
Independente	29.2	70.8	284	100.0

As variáveis que mais contribuem para a formação do *cluster 1* são as subescalas *R1- Praxis Religiosa, A1- Obediência, C1- Comportamento Individual* e Escala de Liberalismo Económico, seguidas das subescalas, *A2- Hierarquia e Punição, R2- Fé, C2- Imigração* e Escala de Eficácia Política. No *cluster 2*, a variável que mais contribui para sua formação é a pontuação na subescala *C1- Comportamento Individual* seguida da pontuação na subescala *R1- Praxis Religiosa*, na Escala de Liberalismo Económico, e subescalas *A1- Obediência, C2- Imigração, A2- Hierarquia e Punição, R2- Fé* e Escalas de Eficácia Política e de Confiança Política. (cf. **Quadro 8.16**).

Quadro 8.16 Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- *Obediência*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, R2- *Fé*, C1- *Comportamento Individual* e C2- *Imigração* e sua distribuição pelos *clusters* 1 e 2 (N = 1116).

Escala e subescalas	Cluster						Total	
	1 (n = 558)			2 (n = 558)			M	DP
	M	DP	*	M	DP	*		
Escala de Confiança Política	9.99	2.45		9.53	1.88	(9)	9.76	2.19
Escala de Eficácia Política	1.85	0.96	(7)	2.47	0.97	(8)	2.16	1.01
Escala de Liberalismo Económico	15.45	3.20	(3)	11.73	2.50	(2)	13.59	3.42
Subescala A1 - Obediência	19.24	3.59	(1)	15.00	3.48	(5)	17.12	4.12
Subescala A2- Hierarquia e Punição	13.09	3.47	(5)	9.77	2.91	(4)	11.43	3.61
Subescala R1- Praxis Religiosa	19.40	5.39	(2)	12.66	4.29	(1)	16.03	5.92
Subescala R2 - Fé	10.92	3.12	(6)	8.10	3.06	(7)	9.51	3.39
Subescala C1- Comportamento Individual	16.30	4.38	(4)	11.15	3.06	(3)	13.72	4.57
Subescala C2 - Imigração	7.67	2.46	(8)	5.59	1.76	(6)	6.63	2.38

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parêntesis indica-se, para as escalas que ultrapassam o valor crítico, a ordem de importância na definição do *cluster*.

8.2.7.1 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA COM O BE, ATITUDES, VALORES E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Considerando apenas o grupo de sujeitos que se identifica com o BE (N = 112) e examinando, através da análise de *clusters*, as relações entre os resultados obtidos nas escalas de valores e atitudes políticas — Escala de Confiança Política, Escala de Eficácia Política, Escala de Liberalismo e subescalas A1- *Obediência*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- comportamento de voto nas eleições legislativas de 2005 — voto no BE (n = 82), voto no PS (n = 18), Voto Branco/Nulo (n = 3) e Abstenção (n = 9) — verificamos que se organizam dois *clusters*. O *cluster* 1 junta a maioria dos que se abstiveram (88.9%) e dos que votaram no BE (69.5%). Este *cluster* caracteriza-se por ter os valores mais baixos de autoritarismo, conservadorismo, religiosidade e liberalismo económico e maior eficácia política. As variáveis com maior peso na formação do *cluster* 1 são a Escala de Liberalismo Económico, as subescalas R1- *Praxis Religiosa*, C1- *Comportamento Individual*, A2- *Hierarquia e Punição*, A1- *Obediência*, Escala de Eficácia Política e subescala C2- *Imigração*. O *cluster* 2 agrupa a totalidade dos sujeitos que votaram no PS ou Branco/Nulo e grupos minoritários de sujeitos que votaram no BE (30.5%) ou que se abstiveram (11.1%). As variáveis que contribuíram para a formação deste *cluster* são, por ordem de importância, a subescala A1- *Obediência*, Escala de Liberalismo Económico, e as subescalas R1- *Praxis Religiosa*, C1- *Comportamento Individual* e A2- *Hierarquia e Punição*. A Escala de Confiança Política e a

subescala R2- Fé não contribuem para a organização de nenhum destes dois *clusters* e a Escala de Eficácia Política também não contribui para a formação do *cluster* 2 (cf. **Quadro 8.17** e **Quadro 8.18**).

Quadro 8.17 – Comportamento eleitoral dos sujeitos que se identificam com o BE nas eleições legislativas de 2005 e distribuição dos sujeitos por *clusters* em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- *Obediência*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, R2- *Fé*, C1- *Comportamento Individual* e C2- *Imigração* (N = 112).

Em 2005 votou	Cluster (%)		Total	
	1 (n = 65)	2 (n = 47)	n	%
BE	69.5	30.5	82	100.0
PS		100.0	18	100.0
Branco/Nulo		100.0	3	100.0
Abstenção	88.9	11.1	9	100.0

Quadro 8.18 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- *Obediência*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, R2- *Fé*, C1- *Comportamento Individual* e C2- *Imigração* e sua distribuição pelos *clusters* 1 e 2 (N = 112).

Escala e subescalas	Cluster						Total	
	1 (n = 65)			2 (n = 47)			M	DP
	M	DP	*	M	DP	*		
Escala de Confiança Política	9.94	1.53		9.79	1.46		9.88	1.50
Escala de Eficácia Política	2.49	0.71	(6)	1.81	1.04		2.21	0.92
Escala de Liberalismo Económico	9.58	1.64	(1)	12.87	2.52	(2)	10.96	2.62
Subescala A1 - Obediência	12.57	3.05	(5)	16.66	2.79	(1)	14.28	3.56
Subescala A2- Hierarquia e Punição	8.20	2.13	(4)	11.30	3.35	(5)	9.50	3.10
Subescala R1- Praxis Religiosa	9.74	2.79	(2)	14.68	4.47	(3)	11.81	4.33
Subescala R2 - Fé	7.25	2.62		8.13	3.08		7.62	2.84
Subescala C1- Comportamento Individual	8.89	2.09	(3)	12.11	2.94	(4)	10.24	2.94
Subescala C2 - Imigração	4.82	1.51	(7)	6.13	2.52		5.37	1.99

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parêntesis indica-se, para as escalas que ultrapassam o valor crítico, a ordem de importância na definição do *cluster*.

Os sujeitos que se identificam com o BE e que em 2005 tiveram uma opção de voto que não no BE – no caso concreto, voto no PS ou Branco/Nulo –, são aqueles que obtêm uma pontuação mais elevada nas escalas de autoritarismo, religiosidade, conservadorismo social e liberalismo económico.

8.2.7.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA COM O CDS-PP, ATITUDES, VALORES E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Olhando apenas o grupo de sujeitos que se identifica com o CDS-PP (N = 51) e examinando, através da análise de *clusters*, as relações entre os resultados obtidos nas escalas de valores e atitudes políticas – Escala de Confiança Política, Escala de Eficácia Política, Escala de Liberalismo e subescalas A1- *Obediência*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, R2- *Fé*, C1- *Comportamento Individual* e C2- *Imigração* – e o comportamento de voto nas eleições legislativas de 2005 – voto no CDS-PP (n = 21), voto no PS (n = 2), voto no PSD-PPD (n = 21), voto Branco/Nulo (n = 1) e Abstenção (n = 4) – verificamos que se organizam dois *clusters*. O *cluster* 1 junta a maioria dos que votaram no PSD-PPD (95.2%) e, para a sua formação contribuem os resultados nas subescalas de R1- *Praxis Religiosa*, A1- *Obediência*, R2- *Fé* – todas com resultados acima da média – e Escala de Eficácia Política – com resultado baixo da média. O *cluster* 2 agrupa a totalidade dos sujeitos que se abstiveram, os que votaram no CDS-PP, no PS, Branco/Nulo e grupos minoritários de sujeitos que votaram no PSD-PPD (4.8%). Apenas a subescala R1- *Praxis Religiosa* – com resultados abaixo da média – contribui para a formação deste *cluster*. As Escalas de Confiança Política e de Liberalismo Económico e as subescalas A2- *Hierarquia e Punição*, C1- *Comportamento Individual* e C2- *Imigração* não contribuem para a diferenciação destes grupos (cf. Quadro 8.19 e Quadro 8.20)

Quadro 8.19– Comportamento eleitoral dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP nas eleições legislativas de 2005 e distribuição dos sujeitos por *clusters* em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- *Obediência*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, R2- *Fé*, C1- *Comportamento Individual* e C2- *Imigração* (N = 51).

Em 2005 votou	Cluster (%)		Total	
	1 (n = 20)	2 (n = 31)	n	%
CDS-PP		100.0	21	100.0
PS		100.0	2	100.0
PSD-PPD	95.2	4.8	21	
Branco/Nulo		100.0	3	100.0
Abstenção		100.0	4	100.0

Os sujeitos que se identificam com o CDS-PP e que em 2005 votaram no PSD-PPD são aqueles que obtêm uma pontuação mais elevada nas escalas de autoritarismo, religiosidade e conservadorismo social. Por outro lado, os sujeitos que se identificam com o CDS-PP e que, em 2005, se abstiveram, votaram no CDS-PP, no PS ou Branco/nulo, não se discriminam entre si no que se refere à pontuação obtida na subescala R1- *Praxis Religiosa*, onde obtêm uma pontuação mais baixa do que os que votaram no PSD-PPD.

Quadro 8.20 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R1- Praxis Religiosa*, *R2- Fé*, *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* e sua distribuição pelos *clusters* 1 e 2 (N = 51).

Escala e subescalas	Cluster						Total	
	1 (n = 20)			2 (n = 31)			M	DP
	M	DP	*	M	DP	*		
Escala de Confiança Política	9.90	1.74		8.84	1.66		9.25	1.75
Escala de Eficácia Política	1.40	0.60	(4)	2.13	.99		1.84	0.92
Escala de Liberalismo Económico	16.05	2.91		17.06	2.62		16.67	2.75
Subescala A1 - Obediência	20.95	1.85	(2)	17.71	3.34		18.98	3.25
Subescala A2- Hierarquia e Punição	13.55	3.35		13.26	3.15		13.37	3.20
Subescala R1- Praxis Religiosa	24.75	3.27	(1)	18.81	4.32	(1)	21.14	4.89
Subescala R2 - Fé	12.85	1.73	(3)	10.42	3.88		11.37	3.41
Subescala C1- Comportamento Individual	19.25	3.39		16.65	4.35		17.67	4.16
Subescala C2 - Imigração	8.65	2.06		7.19	2.04		7.76	2.15

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parêntesis indica-se a ordem de importância de cada Escala e subescala na definição do *cluster*.

8.2.7.3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA COM O PCP, ATITUDES, VALORES E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Considerando apenas o grupo de sujeitos que se identifica com o PCP (N = 53) e examinando as relações entre os resultados obtidos nas escalas de valores e atitudes políticas – Escala de Confiança Política, Escala de Eficácia Política, Escala de Liberalismo e subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R1- Praxis Religiosa*, *R2- Fé*, *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* – e o comportamento de voto nas eleições legislativas de 2005 – voto no PCP (n = 46), voto no PS (n = 5) e abstenção (n = 1)⁶³ – verificamos que se organizam dois *clusters*. O *cluster* 1 junta a totalidade dos que se abstiveram, a maioria dos que votaram no PS (80.0%) e 41.3% dos que votaram no PCP. Este *cluster* caracteriza-se por ter os valores mais baixos de eficácia e de confiança política, e valores mais elevados de autoritarismo, conservadorismo, religiosidade e liberalismo económico. As variáveis com maior peso na formação do *cluster* 1 são, por ordem decrescente de importância, as subescalas *A1- Obediência*, *C1- Comportamento Individual*, *A2- Hierarquia e Punição*, a Escala de Eficácia Política, a Escala de Liberalismo Económico e a subescala *R1- Praxis Religiosa*. O *cluster* 2 agrupa a maioria dos sujeitos que votaram no

⁶³ Nas eleições legislativas de 2005, dos 53 sujeitos da nossa amostra que se identificam com o PCP, 1 (1.9%) ainda não tinha idade para votar.

PCP (58.7%) e os restantes sujeitos que votaram no PS (20.0%). As variáveis que contribuíram para a formação deste *cluster* são, por ordem decrescente de importância, as subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R1- Praxis Religiosa*, as escalas de Eficácia Política e Liberalismo Económico, a subescala *C1- Comportamento Individual* e a Escala de Confiança Política. As subescalas *R2- Fé* e *C2- Imigração* não contribuem para a formação de nenhum destes dois *clusters* (cf. **Quadro 8.21** e **Quadro 8.22**).

Quadro 8.21 Comportamento eleitoral nas eleições de 2005 dos sujeitos que se identificam com o PCP e distribuição dos sujeitos por *clusters* em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R1- Praxis Religiosa*, *R2- Fé*, *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* (N= 53).

Em 2005 votou	Cluster (%)		Total	
	1 (n = 25)	2 (n = 28)	n	%
PCP	41.3	58.7	46	100.0
PS	80.0	20.0	5	100.0
Abstenção	100.0		1	100.0

Quadro 8.22 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R1- Praxis Religiosa*, *R2- Fé*, *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* e sua distribuição pelos *clusters* 1 e 2 (N = 53).

Escala e subescalas	Cluster						Total	
	1 (n = 65)			2 (n = 47)			M	DP
	M	DP	*	M	DP	*		
Escala de Confiança Política	12.16	2.48		9.46	1.17	(4)	10.74	2.32
Escala de Eficácia Política	1.36	.91	(4)	2.68	.86	(7)	2.06	1.10
Escala de Liberalismo Económico	14.52	3.54	(5)	9.64	2.11	(5)	11.94	3.76
Subescala A1 - Obediência	21.24	2.52	(1)	13.14	2.97	(1)	16.96	4.91
Subescala A2- Hierarquia e Punição	14.40	3.33	(3)	7.86	2.46	(2)	10.94	4.37
Subescala R1- Praxis Religiosa	15.48	5.11	(6)	9.54	2.55	(3)	12.34	4.94
Subescala R2 - Fé	<i>8.36</i>	2.53		<i>5.57</i>	2.43		6.89	2.83
Subescala C1- Comportamento Individual	16.04	2.70	(2)	10.29	2.84	(6)	13.00	4.00
Subescala C2 - Imigração	<i>6.76</i>	2.01		<i>5.68</i>	1.61		6.19	1.87

Nota. Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parêntesis indica-se, para as escalas que ultrapassam o valor crítico, a ordem de importância na definição do *cluster*.

Os sujeitos que se identificam com o PCP e que em 2005 tiveram uma opção de voto que não no PCP — no caso concreto, voto no PS —, são aqueles que obtêm os resultados mais

elevados de autoritarismo, religiosidade (*R2- Praxis Religiosa*), liberalismo económico e conservadorismo social (*C1- Comportamento Individual*) e, também, os que registam menor eficácia e confiança política.

8.2.7.4 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA COM O PSD-PPD, ATITUDES, VALORES E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Considerando o grupo de sujeitos que se identifica com o PSD-PPD (N = 326) e analisando as relações entre os resultados obtidos nas escalas de valores e atitudes políticas – Escala de Confiança Política, Escala de Eficácia Política, Escala de Liberalismo e subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R1- Praxis Religiosa*, *R2- Fé*, *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* – e o comportamento de voto nas eleições legislativas de 2005 – voto no PSD-PPD (n = 237), no PS (n = 32), CDS-PP (n = 23), no BE (n = 5), Branco/Nulo (n = 6) e abstenção (n = 22)⁶⁴ – verificamos que se organizam dois *clusters*, um com todos os sujeitos que não votaram no PSD-PPD e o outro com aqueles que votaram PSD-PPD. O *cluster 1*, que agrupa os sujeitos que não votaram no PSD-PPD, caracteriza-se por ter os valores mais altos de eficácia e valores mais baixos de confiança política, autoritarismo, conservadorismo, religiosidade e liberalismo económico. Para este *cluster* apenas contribui de forma estatisticamente significativa a pontuação na subescala *C1- Comportamento Individual*. O *cluster 2* agrupa a totalidade dos sujeitos que votaram no PSD-PPD, embora nenhuma das variáveis consideradas contribua de forma estatisticamente significativa para a formação deste *cluster* (cf. **Quadro 8.23** e **Quadro 8.24**).

Os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e que em 2005 tiveram uma opção de voto que não no PSD-PPD – no caso concreto, voto no PS, no CDS-PP, no BE Branco/Nulo ou Abstenção –, são aqueles que obtêm os resultados mais baixos de autoritarismo, religiosidade, liberalismo económico e conservadorismo social e, também, os que registam maior eficácia e menor confiança política, embora apenas a pontuação na subescala de *C1- Comportamento Individual* faça, estatisticamente, a diferença entre estes dois grupos.

⁶⁴ Nas eleições legislativas de 2005, dos 326 sujeitos da nossa amostra que se identificam com o PSD-PPD, 1 (1.9%) ainda não tinha idade para votar.

Quadro 8.23 – Comportamento de voto em 2005 dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e distribuição por *clusters* em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas *A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* (N = 326).

Em 2005 votou	Cluster		Total	
	1 (n = 89)	2 (n = 237)	n	%
BE	100.0		5	100.0
CDS-PP	100.0		23	100.0
PS	100.0		32	100.0
PSD-PPD		100.0	237	100.0
Branco/Nulo	100.0		6	100.0
Abstenção	100.0		22	100.0
Não tinha idade	100.0		1	100.0

Quadro 8.24 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas *A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* e sua distribuição pelos *clusters* 1 e 2 (N = 326).

Escala e subescalas	Cluster						Total	
	1 (n = 89)			2 (n = 237)			M	DP
	M	DP	*	M	DP	*		
Escala de Confiança Política	9.79	2.47		9.75	2.10		9.76	2.20
Escala de Eficácia Política	2.11	.92		2.01	.93		2.04	.92
Escala de Liberalismo Económico	14.76	3.47		14.99	3.16		14.93	3.25
Subescala A1 - Obediência	18.06	3.50		18.59	3.82		18.45	3.74
Subescala A2- Hierarquia e Punição	12.11	3.50		12.86	3.42		12.66	3.45
Subescala R1- Praxis Religiosa	17.54	5.00		19.09	5.90		18.67	5.70
Subescala R2 - Fé	10.12	2.77		11.07	3.24		10.81	3.14
Subescala C1- Comportamento Individual	14.10	4.28	(1)	15.87	4.33		15.39	4.38
Subescala C2 - Imigração	7.01	2.27		7.12	2.41		7.09	2.37

Os valores das médias cujo teste estatístico (*t* de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parêntesis indica-se, para as escalas que ultrapassam o valor crítico, a ordem de importância na definição do *cluster*.

8.2.7.5 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA COM O PS, ATITUDES, VALORES E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Considerando o grupo de sujeitos que se identifica com o PS (N = 263) e examinando as relações entre os resultados obtidos nas escalas de valores e atitudes políticas – Escala de Confiança Política, Escala de Eficácia Política, Escala de Liberalismo e subescalas *A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* – e o comportamento de voto nas eleições legislativas de 2005 – voto no PS (n = 230), voto no BE (n = 10), voto no PCP (n = 3), voto no PSD-PPD (n = 1),

voto Branco/Nulo (n = 3) e abstenção (n = 16) – verificamos que se organizam dois *clusters*. O *cluster* 1 junta a totalidade dos que votaram no PSD-PPD, a maioria dos que se abstiveram (56.3%) e um grupo minoritário dos que votaram no PS (33.0 %). Este *cluster* caracteriza-se por ter os valores mais baixos de eficácia e de confiança política, e valores mais elevados de autoritarismo, conservadorismo, religiosidade e liberalismo económico. As variáveis com maior peso na formação do *cluster* 1 são, por ordem decrescente de importância, a subescala A1- *Obediência*, a Escala de Eficácia Política, a subescala C1- *Comportamento Individual*, a Escala de Liberalismo Económico, as subescalas A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, C2- *Imigração*, R2- *Fé* e a Escala de Confiança Política. O *cluster* 2 agrupa a maioria dos sujeitos que votaram no PS (67.0%), os restantes sujeitos que se abstiveram (43.8%) e a totalidade dos que votaram no BE, PCP e Branco/Nulo. As variáveis que contribuíram para a formação deste *cluster* são, por ordem decrescente de importância, a subescala C1- *Comportamento Individual* e a Escala de Liberalismo Económico, as subescalas A1- *Obediência*, C2- *Imigração*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, as escalas de Eficácia Política e de Confiança Política e a subescala R2- *Fé* (cf. **Quadro 8.25** e **Quadro 8.26**).

Quadro 8.25 Comportamento eleitoral nas eleições de 2005 dos sujeitos que se identificam com o PS e distribuição dos sujeitos por *clusters* em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- *Obediência*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, R2- *Fé*, C1- *Comportamento Individual* e C2- *Imigração* (N = 263).

Em 2005 votou	Cluster (%)		Total	
	1 (n = 86)	2 (n = 177)	n	%
PS	33.0	67.0	230	100.0
BE		100.0	10	100.0
PCP		100.0	3	100.0
PSD-PPD	100.0		1	100.0
Branco/Nulo		100.0	3	100.0
Abstenção	56.3	43.8	16	100.0

Os sujeitos que se identificam com o PS e que em 2005 tiveram uma opção de voto que não no próprio PS se dividem em dois grupos: um grupo que vota no BE, no PCP ou Branco/nulo, caracterizado por ter maior confiança e eficácia política e níveis de autoritarismo, religiosidade, conservadorismo social e liberalismo económico menos elevado, e um outro grupo, que vota no PSD-PPD com menor confiança e eficácia política e níveis mais elevados de autoritarismo, religiosidade, conservadorismo social e liberalismo económico mais elevados. Os sujeitos que se abstêm ou que votam PS, distribuem-se por

estes dois grupos: os que votam PS integram maioritariamente o grupo que junta o BE e o PCP, e os que se abstêm maioritariamente no grupo que vota PSD-PPD.

Quadro 8.26 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R1- Praxis Religiosa*, *R2- Fé*, *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* e sua distribuição pelos *clusters* 1 e 2 (N = 263).

Escala e subescalas	Cluster						Total	
	1 (n = 86)			2 (n = 177)			M	DP
	M	DP	*	M	DP	*		
Escala de Confiança Política	10.49	2.89	(9)	8.61	1.93	(8)	9.22	2.45
Escala de Eficácia Política	1.30	.81	(2)	2.62	1.03	(7)	2.19	1.14
Escala de Liberalismo Económico	16.67	3.16	(4)	11.93	2.37	(2)	13.48	3.46
Subescala A1 - Obediência	21.34	2.56	(1)	15.25	3.20	(3)	17.24	4.14
Subescala A2- Hierarquia e Punição	14.44	3.38	(5)	9.56	2.84	(5)	11.16	3.79
Subescala R1- Praxis Religiosa	20.74	5.34	(6)	13.53	4.53	(6)	15.89	5.87
Subescala R2 - Fé	10.71	3.03	(8)	8.68	3.11	(9)	9.34	3.22
Subescala C1- Comportamento Individual	17.76	4.18	(3)	11.21	2.98	(1)	13.35	4.59
Subescala C2 - Imigração	8.85	2.77	(7)	5.56	1.82	(4)	6.64	2.66

Nota. Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parêntesis indica-se a ordem de importância de cada Escala e subescala na definição do *cluster*.

8.2.7.6 SUJEITOS INDEPENDENTES, ATITUDES, VALORES E COMPORTEAMENTO ELEITORAL

Considerando o grupo de sujeitos sem identificação partidária (N = 284) e examinando as relações entre os resultados obtidos nas escalas de valores e atitudes políticas – Escala de Confiança Política, Escala de Eficácia Política, Escala de Liberalismo e subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R1- Praxis Religiosa*, *R2- Fé*, *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* – e o comportamento de voto nas eleições legislativas de 2005 – voto no BE (n = 37), voto no CDS-PP (n = 25), voto no PCP (n = 12), voto no PS (n= 127), voto no PSD-PPS (n=53), voto em Outro/s partido/s (n= 2), voto Branco/Nulo (n = 6) e abstenção (n = 20)⁶⁵ – verificamos que se organizam dois *clusters*. O *cluster* 1 junta a totalidade dos que votaram Outro/s partido/s, a maioria dos que votaram no PSD-PPD (98.1%), no CDS-PP (84.0%), se abstiveram (75.0%) e grupos minoritários dos que votaram no BE (43.2%), no PS (29.9%) e no PCP (8.3%). Para a formação deste *cluster* só

⁶⁵ Dois dos sujeitos sem identificação partidária (Independentes) da amostra não tinham idade para votar nas eleições de 2005.

não contribui o resultado da Escala de Confiança Política e os seus membros caracterizam-se por terem os valores mais baixos de eficácia política, e valores mais elevados de autoritarismo, conservadorismo, religiosidade e liberalismo económico. As variáveis com maior peso na formação do *cluster* 1 são, por ordem decrescente de importância, a subescala *C1- Comportamento Individual*, a Escala de Eficácia Política, as subescalas *A1- Obediência*, *R1- Praxis Religiosa*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R2- Fé*, *C2- Imigração*, e a Escala de Liberalismo Económico. O *cluster* 2 agrupa a totalidade dos que votaram Branco/Nulo, a maioria dos que votaram no PCP (91.7%), no PS (70.1%), no BE (56.8%), e grupos minoritários dos que se abstiveram (25.0%) e dos que votaram CDS-PP (16.0%) e PSD-PPD (0.1%). Para a formação deste *cluster* contribuem os resultados obtidos em todas as escalas, organizados, por ordem decrescente de importância, desde as subescalas *C1- Comportamento Individual*, *R1- Praxis Religiosa*, a Escala Eficácia Política, as subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *C2- Imigração* e as escalas de Liberalismo Económico e de Confiança Política. (cf. **Quadro 8.26** e **Quadro 8.27**).

Quadro 8.27 – Comportamento eleitoral nas eleições de 2005 dos sujeitos independentes e sua distribuição por *clusters* em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas *A1- Obediência*, *A2- Hierarquia e Punição*, *R1- Praxis Religiosa*, *R2- Fé*, *C1- Comportamento Individual* e *C2- Imigração* (N = 284).

Em 2005 votou	Cluster (%)		Total	
	1 (n = 147)	2 (n = 137)	n	%
BE	43.2	56.8	37	100.0
CDS-PP	84.0	16.0	25	100.0
PCP	8.3	91.7	12	100.0
PSD-PPD	29.9	70.1	127	100.0
PS	98.1	1.9	53	100.0
Outro	100.0		2	100.0
Branco/Nulo		100.0	6	100.0
Abstenção	75.0	25.0	20	100.0
Não tinha idade	100.0		2	100.0

As respostas dos sujeitos independentes às escalas de valores e atitudes permitem, pois, dividir este grupo em dois: um grupo com resultados que revelam maior autoritarismo, conservadorismo social, religiosidade, e liberalismo económico, que vota maioritariamente no CDS-PP e no PSD-PPD, mas que também vota, de forma significativa, no BE e no PS, e um outro grupo, com resultados mais baixos nas escalas de autoritarismo, religiosidade, conservadorismo social e liberalismo económico, que vota principalmente no PS, BE e PCP, e que só residualmente vota em partidos de direita.

Quadro 8.28 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- *Obediência*, A2- *Hierarquia e Punição*, R1- *Praxis Religiosa*, R2- *Fé*, C1- *Comportamento Individual* e C2- *Imigração* e sua distribuição pelos *clusters* 1 e 2 (N = 284).

Escala e subescalas	Cluster						Total	
	1 (n = 147)			2 (n = 137)			M	DP
	M	DP	*	M	DP	*		
Escala de Confiança Política	10,54	2,44		9,55	1,60	(9)	10,07	2,13
Escala de Eficácia Política	1,83	,93	(2)	2,86	,76	(3)	2,33	1,00
Escala de Liberalismo Económico	14,19	2,81	(8)	11,88	2,43	(8)	13,08	2,87
Subescala A1 - Obediência	18,32	3,68	(3)	14,26	3,20	(4)	16,36	4,00
Subescala A2- Hierarquia e Punição	12,37	3,03	(5)	9,32	2,45	(5)	10,90	3,15
Subescala R1- Praxis Religiosa	17,20	5,08	(4)	11,98	3,45	(2)	14,68	5,09
Subescala R2 - Fé	10,65	3,16	(6)	7,47	2,74	(6)	9,12	3,36
Subescala C1- Comportamento Individual	15,65	4,20	(1)	10,34	2,45	(1)	13,08	4,36
Subescala C2 - Imigração	7,35	2,11	(7)	5,54	1,68	(7)	6,48	2,12

Os valores das médias cujo teste estatístico (t de *Student*) excede o valor crítico (nível de confiança de .95) de cada *cluster* estão a negrito. Os valores das médias que se situam abaixo da média geral estão em itálico.

(*) Entre parêntesis indica-se a ordem de importância de cada Escala e subescala na definição do *cluster*.

8.3 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os sujeitos independentes e aqueles que manifestam identificação a um partido político diferem de forma estatisticamente significativa nos resultados da avaliação de atitudes e valores políticos apresentados ao longo deste capítulo. O grupo dos sujeitos sem identificação partidária revela maior eficácia política, menor confiança política, menor autoritarismo, menor religiosidade, menor conservadorismo social e menor liberalismo económico.

No que se refere à eficácia política, a distinção verifica-se sobretudo nas respostas ao item relativo ao “Voto”⁶⁶, onde os independentes revelam valores de eficácia muito mais altos e se diferenciam de forma estatisticamente significativa dos sujeitos que se identificam com partidos políticos. São os sujeitos com identificação partidária os que têm valores significativamente mais baixos nesse item, evidenciando uma atitude no sentido de

⁶⁶ Questão 2.1/ Item 2 – O voto é a única forma que pessoas como eu têm para dizer alguma coisa sobre o modo como o país deve ser governado.

considerar que a participação eleitoral é a única forma eficaz de influenciar o rumo do país. Considerando o tipo de identificação partidária, verifica-se que são os grupos que se identificam com os partidos habitualmente considerados de direita – PSD-PPD e CDS-PP – os que revelam menor eficácia política, enquanto o grupo dos independentes e dos que se identificam com o BE, PS, PCP e Outro/s partido/s, são, por ordem decrescente, os que obtêm os valores mais elevados de eficácia política. As respostas a esta escala permitem organizar os grupos que se identificam com o BE, PS, PSD-PPD e os independentes em 4 *clusters* distintos, agrupando, cada um deles, todos os sujeitos de um mesmo grupo de identificação partidária. Os que se identificam com o CDS-PP, PCP e Outro/s partido/s agrupam-se todos num único *cluster*. No entanto, o resultado nesta escala apenas contribui de forma estatisticamente significativa para a formação dos *clusters* que juntam os grupos com valores mais extremos, ou seja, os que se identificam com o PSD-PPD e os independentes.

A Confiança Política tende a ser maior entre os sujeitos com identificação partidária e menor entre os independentes. Entre os sujeitos com identificação partidária são os que se identificam com o PS aqueles que têm níveis de confiança política mais elevados, enquanto os níveis mais baixos se encontram entre os que se identificam com o PCP e com o BE. Também se verifica que a pontuação média dos itens 1 e 2, que incidem sobre a actuação do governo, são as mais baixas, ou seja, é nestes itens que se verifica a maior confiança política⁶⁷, e que a pontuação nos itens 3 e 4, que incidem sobre o discurso político e a defesa do interesse públicos, são as mais elevadas, o que quer dizer que é nestes domínios que se regista a menor confiança política. No primeiro item, que avalia de uma forma geral a confiança em relação à correcção das decisões dos governos, existem diferenças entre os sujeitos que se identificam com o CDS, com maior confiança política, e os que o fazem com o PCP e com os independentes, que têm níveis de confiança mais baixos. No item 2, em que se mede a confiança dos eleitores em relação ao facto de os governos fazerem realmente aquilo que deve ser feito, verifica-se que as diferenças estatisticamente significativas são entre os sujeitos que se identificam com o PS e com o BE, com os níveis mais elevados de confiança, e os que se identificam com o PCP. No terceiro item, em que se avalia a confiança em relação ao discurso dos políticos, existe uma diferença estatisticamente significativa entre os que se identificam com o CDS, com níveis mais elevados de confiança política, e todos os outros, com excepção dos que se identificam com o PS (que são o grupo

⁶⁷ Os resultados mais baixos nesta escala indicam maior confiança política.

que mais se aproxima dos valores obtidos pelos sujeitos identificados com o CDS). No quarto e último item, em que se avalia a confiança em relação à defesa do interesse público, as diferenças estatisticamente significativas são entre os que se identificam com o PS, com o maior nível de confiança política, e os que se identificam com o BE e o PCP. Neste item ainda se verifica uma diferença significativa entre os que se identificam com o PSD-PPD e os que o fazem com o BE. Tal como nos resultados da escala de eficácia política, também aqui se organizam vários *clusters* que incluem, cada um deles, todos os sujeitos que se identificam com um mesmo partido, excepto nos casos dos que se identificam com o CDS-PP, PCP e Outro/s partido/s que se agrupam todos num mesmo *cluster*. A pontuação nesta escala apenas contribui, a um nível estatisticamente significativo, para a formação dos *clusters* 3 e 5, isto é, os grupos que demonstram maior confiança política – sujeitos identificados com o partido do governo – e menor confiança política – sujeitos independentes.

Os resultados na Escala de Autoritarismo são mais elevados entre os sujeitos que manifestam identificação partidária do que entre os independentes. Os que se identificam com o CDS-PP são os que obtêm os resultados mais elevados nesta escala, seguidos dos que se identificam com o PSD-PPD, com o PS, com o PCP, dos independentes, dos que se identificam com Outro/s partidos e, por último, dos que se identificam com o BE. Uma vez mais se verifica que os sujeitos que se identificam com o CDS-PP, PCP e Outro/s partidos são os únicos grupos de identificação partidária que se juntam num mesmo *cluster*. No entanto, só os três *clusters* que integram, respectivamente, os grupos que se identificam com o BE, com o resultado médio mais baixo de todos, os independentes, com valores abaixo da média, e os que se identificam com o PSD-PPD, com o resultado médio mais elevado, é que são estatisticamente diferentes entre si.

O grupo mais religioso é aquele que se identifica com o CDS-PP, seguido dos que se identificam com o PSD-PPD, com o PS, dos independentes, dos que se identificam com Outro/s partido/s, com o BE e com o PCP. A organização dos grupos de identificação partidária tendo por base os resultados na avaliação da religiosidade faz-se em quatro *clusters*: um com a totalidade dos sujeitos que se identificam com CDS-PP e a maioria dos que se identificam com o PSD-PPD, com os valores médios de religiosidade mais elevados, um segundo *cluster* agrupando a totalidade dos que se identificam com o BE, PCP, Outro/s partido/s e, ainda, um grupo minoritário que se identifica com o PSD-PPD, com os resultados mais baixos, um terceiro *cluster* com a totalidade dos independentes e um outro, com a totalidade dos que se identificam com o PS. A pontuação obtida na avaliação

da religiosidade apenas contribui, no caso da subescala *R1- Praxis Religiosa*, para a diferenciação dos *clusters* 1, 2 e 3 e, no caso da subescala *R2 – Fé*, para a diferenciação dos *clusters* 1 e 2.

Na avaliação do Conservadorismo Social só se verificaram diferenças estatisticamente significativas na subescala *C1- Comportamento Individual*, com índices de conservadorismo social mais elevados nos sujeitos com identificação partidária. Neste indicador, verifica-se uma vez mais que todos os grupos de identificação partidária se distribuem por *clusters* que correspondem inteiramente ao grupo em causa, excepto os grupos que se identificam com o CDS-PP, com o PCP e com Outro/s partido/s que se integram todos num mesmo *cluster*. Todos os *clusters* se diferenciam entre si de forma estatisticamente significativa, excepto o que integra o grupo dos que se identificam com o PS. Em relação à subescala *C2- Imigração* apenas os *clusters* que incluem o PPD-PSD, com pontuação mais elevada, e o que integra o BE, com a pontuação mais baixa, se diferenciam de forma estatisticamente significativa entre si.

Também no que se refere ao Liberalismo Económico se verifica que existem diferenças estatisticamente significativas entre os independentes, com valores mais baixos neste indicador, e o grupo dos que se identificam com partidos políticos. Considerando os diferentes grupos de identificação partidária, verificamos que os resultados desta avaliação permitem organizar os grupos de identificação partidária em *clusters* que respeitam integralmente as suas fronteiras, ou seja, cada um dos grupos está incluído, sozinho, num único *cluster*, excepto os grupos dos que se identificam com o PCP e Outro/s partidos que se juntam no mesmo *cluster*, com a pontuação média mais baixa neste indicador. Os valores médios mais elevados são, por ordem decrescente, os dos *clusters* que incluem os sujeitos que se identificam com o CDS-PP, com o PSD-PPD. Estes resultados contribuem de forma estatisticamente significativa para a discriminação de todos os *clusters*, com excepção daquele que inclui os sujeitos que se identificam com o PS.

Este conjunto de resultados mostra que existe uma relação evidente entre as atitudes e valores políticos dos sujeitos e a sua identificação a partidos políticos. Os resultados obtidos na avaliação destas atitudes e valores permitem a organização dos sujeitos em grupos compatíveis aos grupos de identificação partidária. Apenas dois destes grupos – sujeitos que se identificam com o PCP e sujeitos que se identificam com Outro/s partido/s – aparecem sempre associados, entre si ou com outros, na formação de *clusters*, enquanto o grupo que se identifica com o PSD-PPD aparece sempre sozinho num único *cluster*, excepto no que se refere à avaliação da religiosidade, onde surge dividido em dois grupos,

um deles – o maioritário – associado ao CDS-PP e o outro ao BE, PCP e Outro/s partido/s. Exceptuando a avaliação da religiosidade, verifica-se também que os grupos dos que se identificam com o BE, PS e os independentes aparecem sempre sozinhos num único *cluster*. O grupo dos que se identificam com o CDS-PP só aparece sozinho num único *cluster* na avaliação do liberalismo económico, enquanto na avaliação da religiosidade aparece associado ao PSD-PPD e na avaliação da eficácia e confiança política, autoritarismo e conservadorismo social aparece associado aos grupos que se identificam com o PCP e com Outro/s partido/s.

Em síntese, os grupos dos sujeitos que se identificam com o PCP e com Outro/s partido/s parecem ser os únicos que não são discriminados entre si por, pelo menos, uma destas escalas, enquanto o grupo que se identifica com o CDS-PP só parece ser bem discriminado na avaliação da religiosidade e os grupos que se identificam com o BE, PSD-PPD, PS e Independentes parecem ser bastante bem discriminados em todos estes indicadores. Ou seja, em pelo menos uma das escalas, todos os grupos de identificação partidária são perfeitamente discriminados em relação aos restantes grupos de identificação partidária, sugerindo que essa variável está intimamente associada à formação dessa categoria. Estes resultados são, pois, uma evidência clara de que a categorização social dos partidos tem por base os valores políticos dos sujeitos tal como defendem Tajfel e Forgas (1981/2000). Verifica-se, no entanto, que todos os grupos de identificação partidária aparecem, também, associados a, pelo menos, um outro grupo em, pelo menos, uma das escalas, o que indicia que nesse indicador os sujeitos que integram esses grupos não se diferenciam entre si. Este resultado é compatível com o facto de se entender que a identidade partidária não se estabelece apenas em relação a um partido, mas que inclui outros partidos, que constituem identidades partidárias secundárias, que, sendo compatíveis com a identidade central, têm na sua base, necessariamente, a partilha de alguns valores. Ou seja, não seria de esperar que a avaliação dos sujeitos em função destes valores políticos discriminasse totalmente os grupos de identificação partidária, pois isso significaria que não haveria comunhão de valores entre sujeitos de grupos de identificação partidária diferentes. O facto de sujeitos que se identificam com o PS e com o PSD-PPD estarem incluídos num mesmo *cluster* em função da avaliação dos valores políticos, significa que estes sujeitos podem ser confrontados com situações em que essa partilha de valores os coloque no mesmo endogrupo, sem que isso pressuponha a existência de um conflito com a sua identidade partidária, tal como preconizam os autores que desenvolveram o conceito de autocategorização (Abrams & Hogg, 1990; Oakes, Haslam, & Reynolds, 1999; Oakes, Haslam, & Turner, 1994; Turner, 1999; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Por

exemplo, a religiosidade aproxima os sujeitos que se identificam com o CDS-PP em relação aos que se identificam com o PSD-PPD e, também, os que se identificam com o BE em relação aos que o fazem com o PCP, da mesma forma que separa os dois primeiros — especialmente o grupo que se identifica com o CDS-PP — destes outros dois; as atitudes face à imigração separam o grupo que se identifica com o PSD-PPD do grupo que se identifica com o BE e as atitudes e valores referentes ao comportamento individual aproxima os sujeitos que se identificam com o BE do grupo que se identifica com o PS.

Por outro lado, a utilização conjunta dos resultados obtidos em todos estes indicadores na organização dos grupos de identificação partidária identificou dois *clusters* que correspondem genericamente à tradicional divisão entre *esquerda* e *direita*. De facto, num dos grupos ficaram a totalidade dos sujeitos que se identifica com partidos habitualmente considerados como sendo de direita — CDS-PP e PSD-PPD — e, no outro, a quase totalidade dos que se identificam com o BE e com o PCP. Os sujeitos que se identificam com o PS, com Outro/s partido/s e os independentes repartiram-se pelos dois *clusters*, embora uma maioria substancial fique no *cluster* da esquerda. Ou seja, parece que os sujeitos que se identificam com o PS — e um número muito residual de sujeitos que se identificam com o PCP — partilham valores e atitudes políticas com sujeitos que se identificam com partidos de direita. Os nossos resultados mostram que apenas entre os sujeitos que se identificam com o BE, por um lado, e os que se identificam com o CDS-PP e com o PSD-PPD, por outro, é que não existe partilha de valores e atitudes entre si. Todas as outras potenciais associações entre sujeitos pertencentes a diferentes grupos de identificação partidária ocorrem, de facto, num ou noutro dos indicadores estudados neste capítulo. Estes resultados estão de acordo com a definição do campo político eleitoral destes grupos, uma vez que os sujeitos que se identificam com o BE e com o PCP colocam o CDS-PP e o PSD-PPD na sua zona de exclusão, e os sujeitos que se identificam com o CDS-PP e os que se identificam com o PSD-PPD colocam o BE e o PCP na sua zona de exclusão, pelo que não seria de esperar qualquer partilha de valores entre eles.

A utilização conjunta dos resultados obtidos na avaliação de atitudes e valores políticos para organizar, através da análise de *clusters*, os sujeitos de cada um dos grupos de identificação partidária em função das suas opções eleitorais nas eleições legislativas de 2005 permitiu-nos verificar que os resultados dessas avaliações se conformam bastante bem com o comportamento eleitoral efectivo dos sujeitos. De facto, em todos os grupos de identificação partidária se verificou que se formam dois *clusters* que se adaptam às opções eleitorais destes sujeitos.

No que se refere ao grupo que se identifica com o BE, um dos *clusters* agrega a maioria dos sujeitos deste grupo que votou no BE ou se absteve e o outro a totalidade dos sujeitos deste grupo que votaram no PS ou Branco/Nulo e, ainda, grupos minoritários de sujeitos que votaram no BE ou se abstiveram. Este segundo *cluster* caracteriza-se por ter, em relação ao outro, valores mais elevados de autoritarismo, religiosidade, conservadorismo social e liberalismo económico. Ou seja, corresponde ao grupo cujos resultados nas escalas de valores e atitudes mais se aproxima dos resultados obtidos pelos sujeitos dos grupos que se identificam com partidos que se situam à direita do BE. Estes dados evidenciam que, entre os sujeitos que se identificam com o BE e não votam no BE, são os que se abstêm aqueles que se encontram mais próximos, em termos de valores e atitudes, do grupo que vota BE.

Quanto ao grupo que se identifica com o CDS-PP um dos *clusters* agrupa a maioria dos que votaram no PSD-PPD e o outro todos os sujeitos deste grupo que votaram no CDS-PP, no PS, Branco/Nulo ou se abstiveram. Os que se incluem no primeiro grupo são aqueles que obtêm valores de eficácia política mais baixos e os resultados mais elevados nas subescalas *R1 - Praxis Religiosa*, *R2 - Fé* e *A1- Obediência*. Em relação ao *cluster 2* só a pontuação na subescala *R2 - Praxis Religiosa* contribui para a sua formação. Ou seja, parece que nestas eleições os sujeitos que se identificam com o CDS-PP e que obtêm resultados mais elevados nas escalas de religiosidade, nomeadamente no que se refere à subescala *R2 - Praxis Religiosa*, votaram no PSD-PPD e todos os outros no CDS-PP, no PS, Branco/Nulo ou abstiveram-se. Entre os sujeitos que se identificam com o CDS-PP e não votam no CDS-PP, são os que se abstêm e aquele que votam PS ou Branco/Nulo, aqueles que se encontram mais próximos, em termos de valores e atitudes, do grupo que vota CDS-PP.

Também o grupo que se identifica com o PCP se organiza num grupo onde se junta a totalidade dos sujeitos que se abstiveram, a maioria dos que votaram no PS e, ainda, um grupo minoritário que votou no PCP; no outro *cluster* ficam a maioria dos que votaram no PCP e um grupo minoritário que votou no PS. O primeiro destes grupos é aquele onde os seus membros obtêm resultados mais elevados de autoritarismo, religiosidade (*R2 - Praxis Religiosa*), liberalismo económico e conservadorismo social (*C1 - Comportamento individual*) e, também, menor eficácia e confiança política. Estes dados evidenciam que, entre os sujeitos que se identificam com o PCP e não votam no PCP, são os que votam no PS aqueles que se encontram mais próximos, em termos de valores e atitudes, do grupo maioritário dos que votam PCP.

Em relação ao grupo que se identifica com o PSD-PPD um dos *clusters* agrega a totalidade dos que votaram no PSD-PPD e o outro todos os outros sujeitos. Para a formação deste último grupo só contribuem os resultados obtidos na subescala *C1 - Comportamento Individual* cujo resultado médio é inferior ao do *cluster* que junta todos os sujeitos que votaram no PSD-PPD. Estes dados evidenciam que, os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e não votam no PSD-PPD são os que se encontram mais afastados, em termos de valores e atitudes, do grupo que vota PSD-PPD.

No grupo que se identifica com o PS um dos *clusters* junta a maioria dos que votaram PS, todos os que votaram BE e Branco/Nulo e um grupo minoritário dos que se abstiveram. No outro *cluster* juntam-se todos os que votaram PSD-PPD, a maioria do que se abstiveram e um grupo minoritário que votou no PS. Para a formação destes *clusters* contribuem os resultados de todos os indicadores usados e, neste último *cluster* juntam-se os sujeitos com menor confiança e eficácia política e com resultados mais elevados de autoritarismo, religiosidade, conservadorismo social e liberalismo económico. Entre os sujeitos que se identificam com o PS e não votam no PS, são os que votam BE ou Branco/Nulo aqueles que obtêm resultados nas escalas de valores e atitudes, mais próximos da maioria dos que votam PS.

Por último, nos sujeitos independentes, um dos *clusters* junta a totalidade dos que votam em Outro/s partido/s, a maioria dos que votam em partidos de direita (PSD-PPD e CDS-PP), e dos que se abstêm e grupos minoritários de sujeitos que votam BE, PS e PCP e o outro *cluster* agrega a totalidade dos que votam Branco/Nulo, a maioria dos que votam PS, PCP e BE e grupos minoritários de sujeitos que se abstêm e que votam CDS-PP ou PSD-PPD. Neste segundo grupo, os resultados nas escalas de autoritarismo, conservadorismo social, religiosidade, e liberalismo económico são mais baixos do que no outro.

Verifica-se, pois, que embora as atitudes e valores políticos dos sujeitos estejam associados ao tipo de identificação partidária, isso não impede que alguns grupos de sujeitos com diferentes identificações partidárias partilhem alguns valores e atitudes políticas. Já vimos, por exemplo, que o conjunto dos resultados obtidos nas escalas de atitudes e valores políticos organiza os grupos de identificação partidária em dois *clusters* que correspondem genericamente à divisão tradicional entre esquerda e direita, mas que, no grupo que corresponderia aos sujeitos que se identificam com partidos de direita, também se incluem sujeitos que se identificam com o PS. Também vimos que os partidos que constituem identidades partidárias centrais e secundárias de um sujeito têm compatibilidade entre si em algum tipo de valor(es), pelo que a opção por uma ou outra

das possibilidades de categorização não significa que haja uma mudança nos valores e atitudes políticas dos sujeitos, mas apenas que se valorizaram valores e atitudes diferentes. Da mesma forma, sujeitos que votam num mesmo partido podem fazê-lo por valorizarem, nessa situação, valores e atitudes políticas diferentes. Por exemplo, tanto sujeitos que se identificam com o BE, como sujeitos que se identificam com o CDS-PP —, que não partilham entre si nem atitudes nem valores políticos —, podem votar, ambos, no PS, porque, apesar disso, cada um deles partilha valores diferentes com o PS.

Em síntese, existe uma relação de intercepção entre determinados valores e atitudes e a organização dos partidos políticos no campo político eleitoral de cada sujeito. Numa eleição, um sujeito avalia a adequação da sua autocategorização em função das categorias disponíveis — o seu campo político eleitoral e os valores políticos que lhes estão ligados — e dos factores salientes na situação eleitoral — que podem ser, entre outros, os valores associados aos temas e às propostas políticas em disputa. A opção por uma ou outra das categorias disponíveis está, pois, associada à sua adequação em relação a estes últimos factores, onde os valores desempenham papel predominante, de acordo com o que Tajfel e Forgas (1981/2000) defendem quando escrevem,

when a system is associated with values in such a way that there is a conflict between the different values which are relevant to the discrimination between the categories, a compromise will be achieved. This compromise will tend to favour those value considerations which is more general, more important or more relevant for social action (p. 54)

Já vimos no Capítulo V que a identificação partidária não é apenas uma ligação psicológica a um partido político, mas, também, a definição simultânea de um campo político eleitoral que, tendo esse partido como núcleo central, define igualmente a posição relativa do sujeito em relação a outros partidos políticos, condicionando as suas opções eleitorais e a sua eventual mobilidade eleitoral. No Capítulo VI, vimos que existem relações entre a definição desse campo político eleitoral e a avaliação que os sujeitos fazem das relações de diferentes grupos sociais com os partidos políticos. No Capítulo VII, vimos que a avaliação dos partidos políticos (usando escalas de valores) organiza-os de forma idêntica à organização do campo político eleitoral desses sujeitos. Neste estudo tornou-se evidente que a organização do campo político eleitoral está também associado aos valores e atitudes políticas dos próprios sujeitos, que definem zonas de diferenciação e de proximidade entre os partidos políticos que organizam o campo das escolhas e que podem, em determinadas circunstâncias, tornar mais interessante para o sujeito optar por

uma identificação partidária secundária, mas que pode, também, definir opções que são à partida excluídas das alternativas disponíveis.

CONCLUSÕES GERAIS

Tomando como referência a abordagem psicossocial do comportamento eleitoral (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Campbell, Munro, Alford, & Campbell, 1986; Green, Palmquist, & Schickler, 2002) e a investigação sobre a identidade social, reconceptualizámos o conceito de *identificação partidária* de forma a concebê-lo, já não como entidade cognitiva estável, como o fizeram Campbell et al. (1960), mas como um processo de adequação relativa, em que os sujeitos se autocategorizam de forma dinâmica e reactiva às mudanças no contexto, optando por categorias que coexistem e se articulam entre si, enquanto diferentes níveis de uma mesma identidade social (Oakes, 1987; 2003; Reynolds, Turner, & Haslam, 2003; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987).

O nosso objectivo principal foi o de definir um modelo teórico que permita, simultaneamente, explicar a estabilidade que caracteriza o comportamento eleitoral, mas, também, os motivos que levam alguns eleitores a votar noutro partido que não aquele com que se identificam. Da análise das controvérsias que marcam a investigação neste campo, revistas no Capítulo II, concluímos que a principal insuficiência do modelo psicossocial é a sua dificuldade em lidar com condições em que os sujeitos não actuam de acordo com a estabilidade que a sua identificação partidária faria prever (Beck P. A., 1977; Budge, Crewe, & Farlie, 1976; Carmines, McIver, & Stimson, 1987; Converse, 1976; Dalton, 1984; 2000; MacKuen, Erikson, & Stimson, 1989; Wattenberg, The decline of party mobilization, 2000). Esta situação explica-se, em nosso entender, pelo facto de o conceito de identificação partidária usado pelo modelo psicossocial tradicional ter subjacente que esta é uma entidade cognitiva estável, concebida na linha da investigação sobre os grupos de referência, que marcaram a investigação da psicologia social nos meados do século XX (Hyman & Singer, 1968; Merton & Kitt, 1950).

A análise da investigação recente sobre a identidade social, que apresentámos no Capítulo III, permite concluir que esta é actualmente entendida pela psicologia social como um processo de adequação comparativa, através do qual se estabelece a correspondência entre os estímulos presentes numa situação e categorias acessíveis ao sujeito (Abrams & Hogg, 1990; Hogg, 2005; Oakes, Haslam, & Reynolds, 1999; Oakes, Haslam, & Turner, 1994; Reynolds, Turner, & Haslam, 2003; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Esta acessibilidade refere-se à possibilidade que o sujeito tem de usar uma categoria particular e a adequação reflecte a capacidade que essa categoria tem de descrever a realidade,

aumentando a relevância e significado emocional dessa opção à medida que aumentam as situações em que essa identificação se torna saliente (Reynolds, Turner, & Haslam, 2003). Trata-se, pois, de um processo de *metacontraste* que permite aos sujeitos verificar em cada situação qual a categoria que melhor potencia as diferenças intercategorias em relação às diferenças intracategorias (Marques & Paéz, 2002; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Este princípio de adequação relativa implica que a autocategorização é dinâmica e reactiva a mudanças no contexto. Da mesma forma, a categorização dos membros *protótipo* — aqueles que dentro do endogrupo representam melhor as diferenças em relação ao exogrupo e as semelhanças entre os membros do endogrupo — varia em função do contexto em que essa avaliação é feita, nomeadamente em função do exogrupo considerado.

Este modo de entender a identidade social permitiu-nos reequacionar a definição de identificação partidária, já não como entidade cognitiva estável, mas passando a concebê-la como um processo de autocategorização dinâmica e reactiva a mudanças no contexto, em que coexistem e se articulam diferentes níveis de uma mesma identidade social (Oakes, 1987; 2003; Reynolds, Turner, & Haslam, 2003; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987). Neste esquema, as categorias acessíveis ao sujeito, i.e., os partidos políticos, estariam organizados — naquilo que designámos por *campo político eleitoral* — em função da sua capacidade de descrever a realidade e da sua relevância e significado emocional para os sujeitos. A categoria cuja utilização se tornou mais frequente, pela sua melhor adequação aos contextos políticos em que o sujeito age, assume um maior valor emocional e ocupa o lugar central no seu campo político eleitoral, tornando-se na sua identidade partidária central. Trata-se daquela categoria que, *de uma forma geral* (tal como se pergunta na avaliação da identificação partidária nos questionários sobre comportamento eleitoral), se torna adequada à maioria das situações políticas e eleitorais. As restantes categorias organizam-se em função de serem ou não passíveis de utilização noutros contextos menos frequentes: as que são consideradas como referindo-se a exogrupos, qualquer que seja a situação (i. e., as que não são, em caso algum, opções políticas eleitorais, ocupam a zona de exclusão ou rejeição); todas as outras categorias são identidades partidárias secundárias que ficam acessíveis ao sujeito e podem ser mobilizadas se o contexto as definir como as mais adequadas.

Do ponto de vista metodológico, a identificação da organização do campo político eleitoral dos sujeitos foi feita recorrendo a três indicadores: o primeiro foram as respostas à primeira das duas questões do questionário usado nos Estudos Eleitorais Nacionais

Americanos (*ANES – American National Electoral Studies*), que constituem a principal referência da avaliação da identificação partidária nos estudos do comportamento eleitoral; os outros dois foram as respostas a uma questão sobre o grau de simpatia em relação aos partidos políticos e a uma outra sobre a probabilidade de voto nesses partidos em futuras eleições. Subjacente à utilização destas questões está o entendimento que quando um sujeito expressa *simpatia* por um partido isso significa que em algum momento da sua história pessoal esse grupo já foi considerado como endogrupo, ou seja, o sujeito já esteve em situações em que se autocategorizou como membro desse grupo, ou, pelo menos, como membro de uma categoria que o incluía, mesmo que essa experiência se manifeste, actualmente, de uma forma difusa e pouco precisa. Quando, para além de simpatia, o sujeito manifesta uma probabilidade de votar, isso quer dizer que as situações em que se categorizou como membro desse grupo são suficientemente relevantes para o levar a colocar a possibilidade de agir, numa eleição, como se fosse membro do grupo em causa (para uma definição mais pormenorizada dos indicadores do campo político eleitoral ver pontos 4.5.2 e 5.2.5).

Partindo desta forma de entender a identificação partidária, fomos verificar se o comportamento dos sujeitos correspondia à organização do campo político eleitoral tal como o concebemos. Para o fazer, recorremos às respostas a um questionário, recolhidas numa amostra probabilística de 1116 eleitores residentes na freguesia de Santo António dos Olivais, em Coimbra. No Capítulo IV, fez-se uma descrição pormenorizada do questionário, dos procedimentos de amostragem e de recolha de dados e das características dos participantes.

A análise do comportamento eleitoral destes sujeitos ao longo das eleições legislativas realizadas entre 1991 e 2005, apresentada no Capítulo V, permitiu-nos concluir que, à semelhança do que preconiza o modelo psicossocial tradicional (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960), o comportamento eleitoral da nossa amostra é essencialmente estável, verificando-se que uma larga maioria dos sujeitos vota de acordo com a sua identificação partidária central. Estes dados evidenciam que existe uma forte relação entre o comportamento numa eleição para a Assembleia da República e a identificação dos eleitores com um dos partidos políticos, sendo possível diminuir significativamente o erro na previsão do sentido de voto dos eleitores sabendo à partida qual a sua identificação partidária central. Verificámos, ainda, que os eleitores que manifestam uma identidade partidária tendem a definir a sua opção eleitoral com maior antecedência em relação à data da votação do que os eleitores independentes (sem simpatia por nenhum partido

político), e que sujeitos com diferentes identificações partidárias e sujeitos sem identificação partidária se diferenciem entre si em função dos motivos que os levam a votar num determinado partido, a alterar a sua opção eleitoral e/ou a abster-se. Por último, este primeiro estudo permitiu-nos concluir que a identificação partidária não é o estabelecimento de uma ligação psicológica a um único partido político, mas que se trata de um processo mais complexo em que os sujeitos organizam os partidos, num *campo político eleitoral*, em função de diferentes tipos de relação que com eles estabelecem: *zona 1* – identidade partidária central; *zona 2* – identidade partidária competitiva; *zonas 3 e 4* – identidades partidárias secundárias; e *zona 5* – zona de rejeição e exclusão. Analisando o comportamento eleitoral dos sujeitos nas eleições legislativas de 1999, 2002 e 2005, constatámos que esta organização dos partidos, que traduz diferentes tipos de acessibilidade cognitiva destas categorias em contextos eleitorais, se adequa ao comportamento eleitoral destes sujeitos. Ou seja, nestas três eleições, os sujeitos votaram maioritariamente no partido que constitui a sua identidade partidária central e quando isso não aconteceu, a sua opção incidia sempre num partido que faz parte da sua identidade partidária secundária.

Tendo evidenciado a importância da identificação partidária para a compreensão do comportamento eleitoral dos sujeitos e estabelecido a validade comportamental do *campo político eleitoral*, pretendeu-se, no Capítulo VI, elucidar relações da identificação partidária com os grupos sociais, que permitam perceber como se organiza a identificação partidária dos sujeitos no referido campo político eleitoral. A nossa primeira hipótese foi a de que a existência de identificação partidária se relaciona com a faixa etária dos sujeitos, na medida em que estamos perante um processo de socialização que só se estabiliza com a inserção dos sujeitos na vida profissional, e que o sexo, o nível educacional, a classe socioeconómica e a religiosidade não diferenciam os sujeitos em relação a esta variável. Por sua vez, de acordo com as investigações nesta área, era de esperar que no grupo de sujeitos com identificação partidária existissem diferenças ao nível da ligação a partidos específicos, não apenas em função da idade (Converse, 1976; Topf, 1995), mas também do estatuto socioeconómico (Clark & Lipset, 1991; Evans, Heath, & Payne, 1999; Manza, Hout, & Brooks, 1995; Särilvik & Crewe, 1983), das suas habilitações académicas (Bennett, 1998; Kelman, 1996; Knox, Lindsay, & Kolb, 1993; Wolfinger R. E., 1981) e da religiosidade (Broughton & Napel, 2000; Calvo, Martinez, Montero, & Jalali, 2005; Freire, 2001; Manza & Brooks, 1997).

Os resultados obtidos revelam que o número de sujeitos com identificação a um partido político é mais elevado, numa proporção estatisticamente significativa, à medida que aumenta a idade dos sujeitos. Verificámos também que existem diferenças estatisticamente significativas entre a idade dos sujeitos e os partidos políticos com que se identificam maioritariamente os membros destes grupos, com os eleitores das faixas etárias mais jovens a identificarem-se maioritariamente com o PSD-PPD e os do grupo com idades superiores a 55 anos com o PS. Considerando os sujeitos em função da sua identificação com cada um dos partidos, os que se identificam com o BE são, em termos médios, o grupo mais jovem, seguidos dos que se identificam com o PSD-PPD, PCP, PS e CDS-PP. Apurámos também que a coincidência entre a identificação partidária e a opção de voto tende a aumentar com a idade, embora essa diferença só seja estatisticamente significativa no caso do grupo que se identifica com o PSD-PPD.

Não encontrámos diferenças estatisticamente significativas na existência de identificação a um partido político em função do sexo dos sujeitos. No que se refere ao efeito da escolaridade, verificámos que a identificação a um partido político tende a diminuir, de forma estatisticamente significativa, com o aumento da escolaridade dos sujeitos. Também se verificou que existe uma relação significativa entre o nível de escolaridade e o tipo de partido político com que os sujeitos se identificam. Nos grupos que concluíram o ciclo preparatório e o ensino secundário a identificação ao PS é maioritária e, em todos os outros grupos, é a identificação ao PSD-PPD que recolhe a maioria das preferências, embora nos grupos que concluíram um mestrado ou um doutoramento, a opção maioritária seja pela não identificação a nenhum dos partidos políticos. Os resultados também mostram que a concordância entre a identificação partidária e a opção de voto nas eleições de 2005 diminuiu à medida que aumentou o grau de escolaridade dos sujeitos.

Ainda que o não tivéssemos antecipado, apurámos também que existe uma relação estatisticamente significativa entre a classe socioeconómica dos sujeitos e a existência de identificação partidária, verificando-se que a identificação a um partido político é inversamente proporcional ao nível socioeconómico dos sujeitos, ou seja, mais elevada entre os operários e trabalhadores não qualificados e mais baixa entre os gestores e quadros superiores. Por fim, não encontrámos relações estatisticamente significativas entre a religiosidade dos sujeitos e a existência ou não de identificação a um partido político. Verificámos, no entanto, que essas diferenças existem no que se refere à relação entre a religiosidade e a identificação a determinados partidos políticos. Ou seja, os

sujeitos que se identificam com o PCP e com o BE são maioritariamente não religiosos, enquanto os sujeitos que se identificam com o CDS-PP, PSD-PPD e PS são maioritariamente religiosos. Entre os independentes e os que se identificam com Outro/s partidos existe um maior equilíbrio entre “religiosos” e “não religiosos, embora os primeiros continuem a ser claramente maioritários. Estes resultados estão globalmente de acordo com as conclusões que a literatura científica acima referenciada apresenta para outros contextos eleitorais.

Para os objectivos do nosso trabalho, pareceu-nos mais relevante a análise da percepção que os sujeitos têm da relação entre os dezanove grupos sociais que considerámos no nosso estudo e os principais partidos políticos portugueses. Face aos resultados obtidos, podemos concluir: a) que parece ser importante para a definição da identidade de qualquer dos grupos que se identifica com um dos três partidos de esquerda – PS, PCP e BE – a percepção de que os partidos com que se identificam são os preferidos pelos jovens, pelos intelectuais e pelos artistas; b) que a percepção de que os ricos, os gestores e quadros superiores e as pessoas religiosas pertencem ao partido com que se identificam parece ser importante na definição da identidade dos grupos que se identificam com um dos partidos de direita – PSD-PPD e CDS-PP; c) que a percepção de que os operários e os ateus pertencem ao partido com que se identificam parece ser importante para a definição da identidade dos sujeitos que se identificam com o PCP; d) que a percepção de que os reformados, as mulheres, os homens e os moderados pertencem ao partido com que se identificam parece ser importante para a identidade do partidos que, sendo de direita ou de esquerda, querem também ocupar o centro político eleitoral (PSD-PPD e PS); e) por fim, o apoio e simpatia dos grupos dos pobres, dos trabalhadores não qualificados e dos extremistas não parece ser relevante para a identidade de nenhum dos grupos de identificação partidária.

O desfasamento que encontrámos entre a pertença objectiva a grupo sociais e a representação que se faz dessa relação está em consonância com o que Bartolini e Mair (1990) e Brooks e Manza (1999) defendem ao considerarem que as clivagens sociais não são relevantes por si só, mas apenas quando os sujeitos têm consciência delas e quando o próprio sistema político partidário as integra na sua organização, i.e., se fizerem parte da identidade social e política dos eleitores e dos partidos políticos. No entanto, os dados também mostram que há representações da ligação de grupos sociais a partidos que são relevantes para a identidade social dos sujeitos, embora essas representações não correspondam à realidade. Ou seja, verifica-se algo ligeiramente diferente daquilo que

Bartoline e Mair (1990) e Brooks e Manza (1999) defendem. Há relações que não existem na estrutura social mas que os sujeitos percebem como existindo e isso acontece, não apenas em relação ao partido com que os sujeitos se identificam, mas também em relação aos partidos que estão na zona de exclusão do seu campo político eleitoral. Mais do que a influência directa de um grupo social, é a percepção que os sujeitos têm da relação dos grupos sociais com os partidos políticos que pode ter repercussões decisivas no comportamento eleitoral, nomeadamente, quando se apresentam ou discutem propostas que os sujeitos avaliam como servindo apenas interesses específicos de grupos sociais que estão associados a partidos que, nesse contexto, fazem parte do seu exogrupo e, dentro destes, especialmente aos partidos que estão na zona de exclusão do seu campo político eleitoral. Por exemplo, o nosso estudo não identificou nenhuma relação estatisticamente significativa entre o género e a identificação partidária, embora se tenha apurado que a representação que os sujeitos que se identificam com o BE fazem da ligação de homens e mulheres aos partidos é diferente: para este grupo os homens são associados ao PSD-PPD — que é um partido que está na zona de exclusão do seu campo político eleitoral — e as mulheres ao PS — que é um partido que constitui, no seu campo político eleitoral uma identidade partidária secundária e, por essa razão, é, pelo menos potencialmente, uma possibilidade de categorização e, como tal, uma opção eleitoral. Isso poderá significar que propostas políticas que os sujeitos que se identificam com o BE percebam como servindo apenas interesses específicos do grupo dos homens, ou seja, de um exogrupo, serão discriminadas e não terão a sua aceitação, mas propostas políticas que sejam percebidas como servindo apenas os interesses das mulheres poderão, em circunstâncias em que o grupo das mulheres seja considerado como parte do seu endogrupo, ser consideradas como opções válidas. Estes dados confirmam ainda a hipótese de que a identificação partidária não está condicionada à pertença objectiva a grupos sociais específicos, mas, como defende o modelo psicossocial, aos grupos de referência tal como Hyman e Singer (1968) os definiram.

No Capítulo VII, estudámos a forma como os sujeitos avaliam os partidos políticos. O sentimento de pertença e de ligação psicológica que define a identificação partidária é organizado tendo por base, fundamentalmente, valores. Como tivemos oportunidade de referir no Capítulo III, a categorização está na origem de categorias cognitivas — *esquemas* e *estereótipos* — que se formam para ajudar a organizar e dar sentido a uma situação social, contribuindo para que o sujeito lide com a complexidade dessa situação de uma forma rápida e automática, e que constituem igualmente crenças partilhadas — atitudes e valores — pelo grupo a que o sujeito pertence (McGarty, Yzerbyt, & Spears, 2002; Tajfel,

1981/2001). Ou seja, se a categorização dos partidos políticos estiver associada a determinadas atitudes e valores é de esperar que a avaliação que os sujeitos fazem dos partidos tendo por base a relação desses partidos com aqueles valores, permita uma organização dos partidos semelhante à organização do espaço político eleitoral, tal como foi identificado no Capítulo V. Assim, o primeiro passo deste estudo foi descrever as relações entre a identificação partidária e a avaliação dos partidos políticos tendo por base a seguinte hipótese: *os valores são factor determinante da organização da identificação partidária, estruturando-a em dimensões que definem o campo político eleitoral dos sujeitos*. Usámos dois tipos de avaliação: uma de natureza explicitamente política — pedindo aos sujeitos que avaliassem os partidos em função do seu grau de autoritarismo, conservadorismo social, liberalismo económico, religiosidade, posição no eixo esquerda/direita —, e outra recorrendo a indicadores abstractos e relacionados com campos semânticos que representam a dimensão conotativa da sua relação com esses partidos políticos — bom/mau, firme/condescendente, forte/fraco, justo/injusto, activo/passivo, dinâmico/estático (Osgood, et al., 1957).

Os resultados obtidos na avaliação dos partidos políticos em função dos valores políticos mostram que a organização destes se faz em várias dimensões. Uma opõe os partidos incluídos na zona de exclusão de cada um dos grupos de identificação partidária aos partidos que nesse grupo constituem possibilidades de identidade partidária central e secundária; a outra separa, em todos os grupos de identificação partidária, os pequenos partidos dos grandes partidos que se encontram mais próximos do exercício do poder, com a particularidade de os grupos que se identificam com o CDS-PP e PSD-PPD incluírem o PCP no grupo dos grandes partidos ao lado do PS e do PSD-PPD; e a última opõe o partido que constitui a identidade partidária central do grupo em questão a um dos partidos que constitui uma identidade partidária secundária: o grupo que se identifica com o BE, opõe este partido ao PCP; o grupo que se identifica com o CDS-PP opõe este partido ao PSD-PPD; o grupo que se identifica com o PCP opõe este partido ao BE; o grupo que se identifica com o PSD-PPD opõe esse partido ao CDS-PP; e o grupo que se identifica com PS opõe o PS ao BE e ao PSD-PPD. Estes resultados mostram que a avaliação dos partidos em função de valores políticos comporta dimensões que estão em sintonia com a definição do campo político eleitoral dos diferentes grupos de identificação partidária, evidenciando ainda uma outra dimensão que se relaciona, também ela com o comportamento eleitoral, e que se refere à proximidade dos partidos com o exercício do poder.

Na avaliação feita através das escalas de diferencial semântico resultam três dimensões: a primeira está associada ao factor Avaliação e organiza os partidos de acordo com o seu posicionamento ideológico e eleitoral; a segunda dimensão associada ao factor Poder, organiza os partidos em função do exercício da governação, separando os grandes e os pequenos partidos; a terceira e última dimensão, associada ao factor Actividade, separa o PSD-PPD e o BE do CDS-PP, PS e PCP. Estas dimensões sugerem que existem três factores relevantes no processo de categorização de situações de natureza política, que correspondem às três dimensões encontradas nesta avaliação. Um dos factores separa os partidos que constituem as diferentes possibilidades de categorização, daqueles que são discriminados como sendo exogrupos. Um segundo factor separa os grandes partidos, que estão associados ao exercício do poder político e que têm uma dimensão mais pragmática e menos ideológica, dos pequenos partidos cuja natureza é muito mais ideológica. O terceiro factor separa o partido que constitui a identidade partidária central em relação aos partidos que constituem identidades partidárias secundárias.

Estes dados evidenciam que o campo político eleitoral, para além de corresponder ao comportamento eleitoral dos sujeitos, corresponde também à avaliação que estes fazem dos partidos políticos, mostrando que o conservadorismo social, o autoritarismo, a religiosidade, o liberalismo económico e o posicionamento ideológico são elementos estruturantes dessa categorização e, por consequência, do processo de identificação partidária e do comportamento eleitoral.

Por último, no Capítulo VIII, tentámos estabelecer relações entre a forma como os sujeitos se avaliam a si próprios em relação ao mesmo conjunto de valores usados na avaliação dos partidos e o modo como organizam o seu campo político eleitoral, evidenciando a compatibilidade entre estes dois níveis. O objectivo deste estudo era ver se os resultados da avaliação dos valores dos sujeitos permitiam separá-los em função da sua identificação partidária. Os resultados que obtivemos mostraram que existe uma relação evidente entre as atitudes e valores políticos dos sujeitos e a sua identificação a partidos políticos, permitindo a organização dos sujeitos em grupos que se sobrepõem, de forma bastante perfeita, ao modo como os partidos estão organizados no campo político eleitoral de cada grupo de identificação partidária. Os dados obtidos permitiram separar os sujeitos em função dos seus grupos de identificação partidária, com excepção dos que se identificam com o CDS-PP, que só foram discriminados dos restantes grupos nos resultados da avaliação da religiosidade.

Por sua vez, a utilização conjunta dos resultados obtidos em todos estes indicadores na organização dos grupos de identificação partidária encontrou dois *clusters* que correspondem genericamente à tradicional divisão entre *esquerda* e *direita*. De facto, num dos grupos ficaram a totalidade dos sujeitos que se identifica com partidos habitualmente identificados como sendo de direita – CDS-PP e PSD-PPD – e, no outro, a quase totalidade dos que se identificam com o BE e com o PCP. Os sujeitos que se identificam com o PS, com Outro/s partido/s e os independentes repartiram-se pelos dois *clusters*, embora a maioria dos membros destes grupos fique no *cluster* da esquerda. Ou seja, parece que os sujeitos que se identificam com o PS – e um número muito residual de sujeitos que se identificam com o PCP – partilham valores e atitudes políticas com sujeitos que se identificam com partidos de direita. Os nossos resultados mostram que apenas entre os sujeitos que se identificam com o BE, por um lado, e os que se identificam com o CDS-PP e com o PSD-PPD, por outro, é que não existe partilha de valores e atitudes entre si. Todas as outras associações entre sujeitos pertencentes a diferentes grupos de identificação partidária ocorrem, de facto, num ou noutro dos indicadores estudadas neste capítulo. Estes resultados estão de acordo com a definição do campo político eleitoral destes grupos, uma vez que os sujeitos que se identificam com o BE e com o PCP colocam o CDS-PP e o PSD-PPD na sua zona de exclusão, e os sujeitos que se identificam com o CDS-PP e os que se identificam com o PSD-PPD colocam o BE e o PCP na sua zona de exclusão, pelo que não seria de esperar qualquer partilha de valores entre eles. Por outro lado, os grupos em que existem partilha de valores são aqueles que aparecem associados como possibilidades de identificação partidária nos diferentes grupos de identificação partidária.

Verifica-se, pois, que embora as atitudes e valores políticos dos sujeitos estejam associados ao tipo de identificação partidária, isso não impede que sujeitos com diferentes identificações partidárias partilhem valores e atitudes políticas. Esta intersecção entre determinados valores e atitudes e um conjunto de partidos políticos está na base da flexibilidade da organização do campo político eleitoral. As possibilidades de escolha do sujeito parecem estar, à partida, limitadas por factores que são anteriores à situação e que, não a determinando, limitam as alternativas. Neste estudo tornou-se evidente que a organização desse campo político eleitoral está associado a determinados valores e atitudes políticas que definem zonas de diferenciação e de proximidade que organizam o campo das escolhas e que podem, em determinadas circunstâncias, tornar mais interessante para o sujeito optar por uma alternativa de voto secundária em relação ao partido que constitui o núcleo da sua identidade partidária, mas que podem, também, definir opções que são à partida excluídas das alternativas possíveis. Estas possibilidades

“are moulded by the individual’s values and social identity, which are reflected in the social categories which are at his disposal” (Tajfel & Forgas, 1981/2000, p. 60).

Em suma, esta investigação evidenciou as potencialidades heurísticas da reconceptualização do conceito de identificação partidária à luz das actuais teorias sobre a identidade social, mostrando que se trata de um processo de adequação relativa em que os sujeitos se autocategorizam de forma dinâmica e reactiva às mudanças no contexto, optando por categorias que coexistem e se articulam entre si enquanto diferentes níveis de uma identidade social (Oakes, 1987; 2003; Reynolds, Turner, & Haslam, 2003; Turner, Hogg, Reicher, & Wetherell, 1987) organizados em função de atributos normativos que têm por base os valores (Tajfel & Forgas, 1981/2000).

Entendida desta forma a identificação partidária permite compreender as situações em que os sujeitos alteram a sua opção de voto de uma eleição para outra, mantendo igualmente válidos e úteis os princípios teóricos desenvolvidos pelo modelo psicossocial tradicional do comportamento eleitoral, que explicam as razões pela qual o comportamento de voto dos sujeitos é essencialmente estável (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Campbell, Munro, Alford, & Campbell, 1986; Green, Palmquist, & Schickler, 2002; Miller W. E., 2001; 1991; Miller & Shanks, 1996). A identificação partidária continua a ser entendida como variável mediadora do efeito dos factores distais e proximais, funcionando, no entanto, não apenas como filtro perceptivo, mas como resultante de um processo de adequação comparativa entre os atributos normativos das categorias – i.e., dos partidos políticos organizados num campo político eleitoral – e a adequação destes à situação eleitoral específica (Oakes, Haslam, & Reynolds, 1999; Oakes, Haslam, & Turner, 1994). A estabilidade dos contextos sociais e políticos em que o sujeito interage determina que, na maioria das situações eleitorais, a categoria que melhor potencia as diferenças intercategorias em relação às diferenças intracategorias seja sempre a mesma, o que, por sua vez, aumenta a sua relevância e significado emocional, transformando-a na identidade partidária central do sujeito, ou seja, naquela categorização que *de uma forma geral* ocorre numa eleição. No entanto, situações eleitorais diferentes podem tornar mais adequadas e socialmente mais relevantes outras identificações alternativas que estejam disponíveis e acessíveis no campo político eleitoral do sujeito e que constituem, também elas, identidades partidárias desse sujeito, que designámos por identidades partidárias secundárias. Verificámos também que o processo de diferenciação intercategoria se traduz na definição de categorias que constituem sempre exogrupos, que constituem a zona de exclusão do campo político eleitoral dos sujeitos, ou seja, são partidos que não

estão nunca acessíveis no processo de autocategorização e que, por essa razão, não constituirão nunca possibilidades de identidade partidária ou opção de voto.

ANEXOS

ANEXO 1 - DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS

Quadro A1.1 – Dados sócio-demográficos na freguesia de Santo António dos Olivais e no País.

		População Residente			
		Santo Ant. dos Olivais		País	
		n	%	n	%
Sexo	Masculino	18071	45.7	5000141	48.3
	Feminino	21445	54.3	5355976	51.7
	Total	39516		10356117	
Grupos etários	0-14	5136	13.0	1656602	16.0
	15-34	12004	30.4	3055705	29.5
	35-54	11787	29.8	2827949	27.3
	≥55	10589	26.8	2815861	27.2
Grau de Instrução atingido	Nenhum	3107	5.9	1475812	9.0
	1º ciclo	7630	14.5	3638725	22.2
	2º ciclo	2548	4.8	1300150	7.9
	3º ciclo	3069	5.8	1126989	6.9
	Secundário	6454	12.2	1620816	9.9
	Médio	871	1.7	80173	.5
	Superior	15837	30.0	1113452	6.8
Proporção da população residente que tem por principal meio de vida ...	o trabalho		47.5		44.5
	os subsídios		1.1		2.4
	as pensões		18.0		20.0
Taxa de actividade da população total	Homens		53.7		54.8
	Mulheres		50.4		42.0
	Total		51.9		48.2
Taxa de actividade da população em actividade	Homens		62.7		66.0
	Mulheres		57.1		49.4
	Total		59.6		57.4
Taxa de emprego na população activa	Homens		59.2		62.6
	Mulheres		53.9		45.1
	Total		56.3		53.5
Empregados por conta de outrem			86.0		81.6
Empregados no sector terciário			86.7		59.9
Taxa de desemprego	Homens		5.7		5.2
	Mulheres		5.5		8.7
	Total		5.6		6.8
Índice de mulheres desempregadas			107.9		137.3
Proporção de reformados	Homens		15.6		16.9
	Mulheres		19.0		20.3
	Total		17.4		18.7
População residente com nacionalidade estrangeira			1.9		2.2

Fonte: *O país em números /1991-2003*. (2004). [CD-ROM]. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa: INE

ANEXO 2 - PLANO DE AMOSTRAGEM

Rua	Lares (P)	Proporção	Lares na amostra	N_round	Intervalo de amostragem	IA_round	Início (I)	I_round
Alameda Infante D. Pedro	17	0.0009	3	3	5.67	5	1.98	2
Av. Bissaya-Barreto	131	0.0068	23.11	23	5.7	5	4.38	4
Av. Calouste Gulbenkian	350	0.0183	61.74	62	5.65	5	3.75	4
Av. Cónego Urbano Duarte	17	0.0009	3	3	5.67	5	2.85	3
Av. Elísio de Moura	521	0.0272	91.9	92	5.66	5	4.95	5
Av. Dias da Silva	169	0.0088	29.81	30	5.63	5	3.78	4
Av. Fernando Namora	256	0.0134	45.16	45	5.69	5	1.06	1
Av. Mendes Silva	48	0.0025	8.47	8	6	6	3.26	3
Azinhaga da Mãozinha	46	0.0024	8.11	8	5.75	5	2.52	3
Bairro da Bela Vista	53	0.0028	9.35	9	5.89	5	2.85	3
Bairro Fonte da Talha	120	0.0063	21.17	21	5.71	5	2.25	2
Bairro Vale das Flores	48	0.0025	8.47	8	6	6	5.35	5
Beco António Maia	2	0.0001	0.35	0
Beco das Lapas	17	0.0009	3	3	5.67	5	1.49	1
Calçada Cruz do Chão do Bispo	19	0.001	3.35	3	6.33	6	4.89	5
Calçada de S. Sebastião	85	0.0044	14.99	15	5.67	5	1.7	2
Calçada do Espírito Santo	26	0.0014	4.59	5	5.2	5	4.43	4
Calçada do Gato	80	0.0042	14.11	14	5.71	5	2.69	3
Estrada da Beira	351	0.0183	61.91	62	5.66	5	1.94	2
Estrada de Coselhas	126	0.0066	22.23	22	5.73	5	1.11	1
Infanta D. Sancha	13	0.0007	2.29	2	6.5	6	1.38	1
Infanta D. Teresa	55	0.0029	9.7	10	5.5	5	4.36	4
Ladeira da Portela da Cobiça	21	0.0011	3.7	4	5.25	5	2.12	2
Ladeira da Portelinha	45	0.0023	7.94	8	5.63	5	4.25	4
Ladeira do Chão do Bispo	28	0.0015	4.94	5	5.6	5	2.5	2
Ladeira Santiva	49	0.0026	8.64	9	5.44	5	4.04	4
Largo da Eira	18	0.0009	3.18	3	6	6	5.17	5
Largo de S. Sebastião	53	0.0028	9.35	9	5.89	5	3.75	4
Largo Padre Estrela Ferraz	11	0.0006	1.94	2	5.5	5	1.57	2
Largo S. João	10	0.0005	1.76	2	5	5	2.27	2
Largo S. Romão	2	0.0001	0.35	0
Lomba do Chão do Bispo	14	0.0007	2.47	2	7	7	5.3	5
Lugar Novo	44	0.0023	7.76	8	5.5	5	2.77	3
Praça 25 de Abril	60	0.0031	10.58	11	5.45	5	2.51	3
Praça das Nogueiras	48	0.0025	8.47	8	6	6	4.38	4
Praça de Cabo Verde	12	0.0006	2.12	2	6	6	4.76	5
Praça de Ceuta	11	0.0006	1.94	2	5.5	5	1.67	2
Praça de Timor	4	0.0002	0.71	1	4	4	3.29	3
Praça dos Açores	23	0.0012	4.06	4	5.75	5	4.3	4
Praça Egas Moniz	148	0.0077	26.11	26	5.69	5	2.24	2
Praça Ilha da Madeira	11	0.0006	1.94	2	5.5	5	3.35	3
Praça Infante D. Henrique	238	0.0124	41.98	42	5.67	5	1.68	2
Praça Machado de Assis	40	0.0021	7.06	7	5.71	5	3.39	3
Praça P ^e Manuel da Nóbrega	53	0.0028	9.35	9	5.89	5	1.81	2
Praceta Alberto Sá Oliveira	78	0.0041	13.76	14	5.57	5	1.37	1
Praceta Dias da Silva	20	0.001	3.53	4	5	5	2.05	2
Praceta Diogo Cão	94	0.0049	16.58	17	5.53	5	4.42	4
Praceta Fernando Pessoa	9	0.0005	1.59	2	4.5	4	3.97	4
Praceta P ^e José Anchieta	72	0.0038	12.7	13	5.54	5	4.23	4
Quinta da Estrela	168	0.0088	29.63	30	5.6	5	1.32	1
Quinta das Barreiras	41	0.0021	7.23	7	5.86	5	1.62	2
Quinta das Fonecas	80	0.0042	14.11	14	5.71	5	1.43	1
Quinta de S. Carlos	46	0.0024	8.11	8	5.75	5	1.76	2
Quinta de S. Jerónimo	34	0.0018	6	6	5.67	5	4.88	5
Quinta de S. Salvador	124	0.0065	21.87	22	5.64	5	4.39	4
Quinta do Grijó	28	0.0015	4.94	5	5.6	5	2.04	2
Quinta dos Malheiros	8	0.0004	1.41	1	8	8	3.67	4
Quinta Vale Meão	5	0.0003	0.88	1	5	5	4.3	4
Rua 13 de Maio	20	0.001	3.53	4	5	5	4.69	5
Rua 6 de Outubro	5	0.0003	0.88	1	5	5	3.28	3
Rua A	28	0.0015	4.94	5	5.6	5	2.03	2
Rua Adolfo Coelho	35	0.0018	6.17	6	5.83	5	4.62	5
Rua Adolfo Loureiro	358	0.0187	63.15	63	5.68	5	3.87	4
Rua Adriano Correia de Oliveira	8	0.0004	1.41	1	8	8	4.05	4
Rua Afonso Costa	12	0.0006	2.12	2	6	6	1.47	1
Rua Afonso de Albuquerque	40	0.0021	7.06	7	5.71	5	2.47	2
Rua Afonso Duarte	11	0.0006	1.94	2	5.5	5	1.05	1
Rua Afonso III	6	0.0003	1.06	1	6	6	3.05	3
Rua Afrânio Peixoto	38	0.002	6.7	7	5.43	5	1.68	2
Rua Alberto de Oliveira	56	0.0029	9.88	10	5.6	5	1.03	1

Rua	Lares (P)	Proporção	Lares na amostra	N_round	Intervalo de amostragem	IA_round	Início (I)	I_round
Rua Alberto Martins	12	0.0006	2.12	2	6	6	1.01	1
Rua Alfredo Lopes Xistro	17	0.0009	3	3	5.67	5	3.61	4
Rua Almirante Gago Coutinho	296	0.0154	52.21	52	5.69	5	4.71	5
Rua Alto da Mainça	23	0.0012	4.06	4	5.75	5	2.64	3
Rua Alto de S. João	56	0.0029	9.88	10	5.6	5	1.1	1
Rua Álvaro Correia	28	0.0015	4.94	5	5.6	5	2.85	3
Rua Amélia Janny	2	0.0001	0.35	0
Rua André Gouveia	7	0.0004	1.23	1	7	7	4.25	4
Rua André Gouveia	1	0.0001	0.18	0
Rua Aníbal de Lima	17	0.0009	3	3	5.67	5	4.29	4
Rua Aniceto do Rosário	6	0.0003	1.06	1	6	6	2.99	3
Rua António da Nola	2	0.0001	0.35	0
Rua António Feliciano Castilho	478	0.0249	84.31	84	5.69	5	3.73	4
Rua António Gedeão	70	0.0037	12.35	12	5.83	5	3.78	4
Rua António Jardim	414	0.0216	73.03	73	5.67	5	3.14	3
Rua António José de Almeida	248	0.0129	43.74	44	5.64	5	1.75	2
Rua António José Teixeira	3	0.0002	0.53	1	3	3	1.7	2
Rua António Maia	24	0.0013	4.23	4	6	6	1.42	1
Rua António Nobre	36	0.0019	6.35	6	6	6	5.62	6
Rua António Pinho Brojo	65	0.0034	11.47	11	5.91	5	2.01	2
Rua António Sousa	22	0.0011	3.88	4	5.5	5	2.81	3
Rua Arlindo Vicente	143	0.0075	25.22	25	5.72	5	2.78	3
Rua Armando de Sousa	84	0.0044	14.82	15	5.6	5	4.7	5
Rua Arménio R. de Carvalho	26	0.0014	4.59	5	5.2	5	1.21	1
Rua Augusto Marques Bom	346	0.0181	61.03	61	5.67	5	2.13	2
Rua Bartolomeu Dias	30	0.0016	5.29	5	6	6	3.66	4
Rua Bartolomeu Perestrelo	2	0.0001	0.35	0
Rua Belisário Pimenta	5	0.0003	0.88	1	5	5	3.83	4
Rua Bernardino Machado	108	0.0056	19.05	19	5.68	5	3.16	3
Rua Bernardo de Albuquerque	145	0.0076	25.58	26	5.58	5	2.37	2
Rua Bispo Dom Lucêncio	40	0.0021	7.06	7	5.71	5	3.06	3
Rua Brig. Correia Cardoso	347	0.0181	61.21	61	5.69	5	2.04	2
Rua Brotero	17	0.0009	3	3	5.67	5	4.61	5
Rua Cabral Antunes	84	0.0044	14.82	15	5.6	5	1.93	2
Rua Câmara Pestana	138	0.0072	24.34	24	5.75	5	2.64	3
Rua Campos de Figueiredo	12	0.0006	2.12	2	6	6	4.11	4
Rua Candido dos Reis	94	0.0049	16.58	17	5.53	5	4.75	5
Rua Capitão Luis Gonzaga	51	0.0027	9	9	5.67	5	1.04	1
Rua Carlos Oliveira	11	0.0006	1.94	2	5.5	5	2.42	2
Rua Carlos Paredes	40	0.0021	7.06	7	5.71	5	3.85	4
Rua Carlos Seixas	605	0.0316	106.72	107	5.65	5	4.31	4
Rua Carolina Michaellis	126	0.0066	22.23	22	5.73	5	3.46	3
Rua Carvalho Araújo	31	0.0016	5.47	5	6.2	6	5.2	5
Rua Casal do Rocha	5	0.0003	0.88	1	5	5	4.36	4
Rua Conde Sesinando	15	0.0008	2.65	3	5	5	4.9	5
Rua Condessa do Ameal	77	0.004	13.58	14	5.5	5	4.01	4
Rua D. Afonso II	21	0.0011	3.7	4	5.25	5	2.62	3
Rua D. Fernando I	5	0.0003	0.88	1	5	5	1.51	2
Rua D. Francisco de Almeida	30	0.0016	5.29	5	6	6	4.12	4
Rua D. João II	49	0.0026	8.64	9	5.44	5	4.33	4
Rua D. Luis da Cunha	151	0.0079	26.64	27	5.59	5	2.98	3
Rua D. Manuel I	19	0.001	3.35	3	6.33	6	5.88	6
Rua D. Pedro V	18	0.0009	3.18	3	6	6	5.24	5
Rua D. Sancho I	30	0.0016	5.29	5	6	6	4.59	5
Rua da Amizade	15	0.0008	2.65	3	5	5	1.42	1
Rua da Barbeira	6	0.0003	1.06	1	6	6	1.19	1
Rua da Bica	12	0.0006	2.12	2	6	6	2.41	2
Rua da Capela	7	0.0004	1.23	1	7	7	6.77	7
Rua da Casa Branca	107	0.0056	18.87	19	5.63	5	1.04	1
Rua da Escola	8	0.0004	1.41	1	8	8	4.12	4
Rua da Fonte (G7)	71	0.0037	12.52	13	5.46	5	2.94	3
Rua da Fonte do Bispo	121	0.0063	21.34	21	5.76	5	1.37	1
Rua da Fonte do Castanheiro	91	0.0047	16.05	16	5.69	5	1.9	2
Rua da Guiné	49	0.0026	8.64	9	5.44	5	3.9	4
Rua da Índia Portuguesa	8	0.0004	1.41	1	8	8	1.37	1
Rua da Mãozinha	52	0.0027	9.17	9	5.78	5	4.99	5
Rua da Portelinha	6	0.0003	1.06	1	6	6	1.7	2
Rua da Quinta Belmonte	35	0.0018	6.17	6	5.83	5	3.83	4
Rua Damião de Góis	22	0.0011	3.88	4	5.5	5	1.84	2
Rua Daniel de Matos	118	0.0062	20.81	21	5.62	5	1.61	2
Rua Daniel Rodrigues	194	0.0101	34.22	34	5.71	5	2.11	2

Rua	Lares (P)	Proporção	Lares na amostra	N_round	Intervalo de amostragem	IA_round	Início (I)	I_round
Rua das Chãs	6	0.0003	1.06	1	6	6	3.08	3
Rua das Cozinhas	7	0.0004	1.23	1	7	7	4.7	5
Rua das Figueiras	8	0.0004	1.41	1	8	8	7.03	7
Rua das Laranjeiras	34	0.0018	6	6	5.67	5	4	4
Rua de Angola	136	0.0071	23.99	24	5.67	5	1.72	2
Rua de Baixo	106	0.0055	18.7	19	5.58	5	4.85	5
Rua de Cima	5	0.0003	0.88	1	5	5	1.27	1
Rua de Macau	56	0.0029	9.88	10	5.6	5	3.85	4
Rua de Moçambique	189	0.0099	33.34	33	5.73	5	3.06	3
Rua de S. Tomé e Príncipe	3	0.0002	0.53	1	3	3	1.44	1
Rua de Vale de Canas	68	0.0035	11.99	12	5.67	5	1.14	1
Rua Diogo Castilho	32	0.0017	5.64	6	5.33	5	2.78	3
Rua Dionísia Camões	32	0.0017	5.64	6	5.33	5	1.21	1
Rua do Açude	4	0.0002	0.71	1	4	4	2.77	3
Rua do Apeadeiro	18	0.0009	3.18	3	6	6	3.66	4
Rua do Areiro	31	0.0016	5.47	5	6.2	6	5.2	5
Rua do Brasil	175	0.0091	30.87	31	5.65	5	3.51	4
Rua do Brejo	39	0.002	6.88	7	5.57	5	4.96	5
Rua do Cabeço	11	0.0006	1.94	2	5.5	5	3.44	3
Rua do Castelo	15	0.0008	2.65	3	5	5	2.36	2
Rua do Cedro	129	0.0067	22.75	23	5.61	5	3.29	3
Rua do Depósito	7	0.0004	1.23	1	7	7	1.13	1
Rua do Laboratório	13	0.0007	2.29	2	6.5	6	5.34	5
Rua do Marco da Feira	21	0.0011	3.7	4	5.25	5	2.26	2
Rua do Mondego	37	0.0019	6.53	7	5.29	5	1.47	1
Rua do Monte	7	0.0004	1.23	1	7	7	5.01	5
Rua do Olival de S. Domingos	6	0.0003	1.06	1	6	6	2.79	3
Rua do Pinhal	6	0.0003	1.06	1	6	6	1.02	1
Rua do Pinheiro	41	0.0021	7.23	7	5.86	5	1.79	2
Rua do Rebolim	10	0.0005	1.76	2	5	5	4.82	5
Rua do Túnel	50	0.0026	8.82	9	5.56	5	1.42	1
Rua Dom Pedro de Cristo	108	0.0056	19.05	19	5.68	5	2.67	3
Rua dos Acácios	2	0.0001	0.35	0
Rua dos Caniços	5	0.0003	0.88	1	5	5	2.72	3
Rua dos Navegadores	21	0.0011	3.7	4	5.25	5	4.12	4
Rua Dr. Sá Carneiro	142	0.0074	25.05	25	5.68	5	4.57	5
Rua Eng ^o Canto Resende	8	0.0004	1.41	1	8	8	4.75	5
Rua Ernesto Sena de Oliveira	47	0.0025	8.29	8	5.88	5	4.76	5
Rua Eugénio de Castro	23	0.0012	4.06	4	5.75	5	3.57	4
Rua Falcão Resende	96	0.005	16.93	17	5.65	5	4.24	4
Rua Fausto Gonçalves	50	0.0026	8.82	9	5.56	5	1.6	2
Rua Fernandes Martins	158	0.0082	27.87	28	5.64	5	4.16	4
Rua Fernão Lopes	84	0.0044	14.82	15	5.6	5	3.66	4
Rua Filipe Hodart	21	0.0011	3.7	4	5.25	5	3.8	4
Rua Flávio Rodrigues	6	0.0003	1.06	1	6	6	4.01	4
Rua Fonseca Pinto	12	0.0006	2.12	2	6	6	3.65	4
Rua Fonte da Chieira	30	0.0016	5.29	5	6	6	1.28	1
Rua Francisco Lucas Pires	98	0.0051	17.29	17	5.76	5	3.54	4
Rua Francisco Salgado Zenha	47	0.0025	8.29	8	5.88	5	3.25	3
Rua Frei Tomé de Jesus	105	0.0055	18.52	19	5.53	5	3.73	4
Rua Gen. Humberto Delgado	440	0.023	77.61	78	5.64	5	3.63	4
Rua General Martins Carvalho	26	0.0014	4.59	5	5.2	5	3.52	4
Rua Gil Eanes	24	0.0013	4.23	4	6	6	1.31	1
Rua Gil Vicente	66	0.0034	11.64	12	5.5	5	4.63	5
Rua Gonçalves Zarco	32	0.0017	5.64	6	5.33	5	2.55	3
Rua Humberto Cruz	136	0.0071	23.99	24	5.67	5	3.32	3
Rua Infanta D. Maria	202	0.0105	35.63	36	5.61	5	1.46	1
Rua Infante Santo	30	0.0016	5.29	5	6	6	4.58	5
Rua Isidoro Baptista	8	0.0004	1.41	1	8	8	7.47	7
Rua Jacob Carmo Sarmiento	12	0.0006	2.12	2	6	6	5.35	5
Rua João de Barros	13	0.0007	2.29	2	6.5	6	5.37	5
Rua João de Deus Ramos	118	0.0062	20.81	21	5.62	5	2	2
Rua João Peculiar	39	0.002	6.88	7	5.57	5	3.23	3
Rua João Pinho Ribeiro	22	0.0011	3.88	4	5.5	5	2.94	3
Rua Joaquim Ferreira Gomes	86	0.0045	15.17	15	5.73	5	3.68	4
Rua Joaquim Moura Relvas	145	0.0076	25.58	26	5.58	5	4.67	5
Rua Jorge Anjinho	81	0.0042	14.29	14	5.79	5	3.05	3
Rua José Alberto dos Reis	70	0.0037	12.35	12	5.83	5	1.06	1
Rua José Castilho	111	0.0058	19.58	20	5.55	5	3.57	4
Rua José Maria Abreu	18	0.0009	3.18	3	6	6	1.73	2
Rua José Maria dos Santos	12	0.0006	2.12	2	6	6	5.69	6

Rua	Lares (P)	Proporção	Lares na amostra	N_round	Intervalo de amostragem	IA_round	Início (I)	I_round
Rua José Pinto Loureiro	52	0.0027	9.17	9	5.78	5	4.96	5
Rua José Rodrigues	9	0.0005	1.59	2	4.5	4	1.22	1
Rua Julio Dinis	26	0.0014	4.59	5	5.2	5	4.12	4
Rua Larga	10	0.0005	1.76	2	5	5	4.46	4
Rua Lourenço Chaves de Almeida	64	0.0033	11.29	11	5.82	5	3.02	3
Rua Luis A. Duarte-Santos	38	0.002	6.7	7	5.43	5	2.13	2
Rua Luis da Cunha	100	0.0052	17.64	18	5.56	5	3.94	4
Rua Luis de Camões	137	0.0071	24.17	24	5.71	5	4.5	5
Rua Machado de Castro	25	0.0013	4.41	4	6.25	6	1.88	2
Rua Manso Preto	13	0.0007	2.29	2	6.5	6	4.95	5
Rua Mário Almeida	53	0.0028	9.35	9	5.89	5	2.76	3
Rua Marracuene	15	0.0008	2.65	3	5	5	1.9	2
Rua Mouzinho de Albuquerque	43	0.0022	7.58	8	5.38	5	2.42	2
Rua Natália Correia	63	0.0033	11.11	11	5.73	5	3.29	3
Rua Nicolau Chanterene	333	0.0174	58.74	59	5.64	5	4.5	4
Rua Nova	19	0.001	3.35	3	6.33	6	5.86	6
Rua Nova do Casal dos Vagares	18	0.0009	3.18	3	6	6	3.88	4
Rua Nova do Pinhal	33	0.0017	5.82	6	5.5	5	3.37	3
Rua Nuno Tristão	15	0.0008	2.65	3	5	5	3.73	4
Rua Octaviana de Sá	49	0.0026	8.64	9	5.44	5	3.61	4
Rua Orlando de Carvalho	44	0.0023	7.76	8	5.5	5	4.11	4
Rua Pad' Zé	2	0.0001	0.35	0
Rua Padre António Nogueira	50	0.0026	8.82	9	5.56	5	3.59	4
Rua Padre Manuel da Nóbrega	372	0.0194	65.62	66	5.64	5	4.26	4
Rua Particular A	15	0.0008	2.65	3	5	5	2.97	3
Rua Paulo Quintela	497	0.0259	87.67	88	5.65	5	4.69	5
Rua Pedro Álvares Cabral	227	0.0118	40.04	40	5.68	5	1	1
Rua Pero Vaz de Caminha	307	0.016	54.15	54	5.69	5	2.02	2
Rua Pinhal de Marrocos	68	0.0035	11.99	12	5.67	5	3.61	4
Rua Portela da Cobiça	21	0.0011	3.7	4	5.25	5	2.39	2
Rua Prior do Crato	6	0.0003	1.06	1	6	6	5.77	6
Rua Quinta das Chãs	1	0.0001	0.18	0
Rua Reis Alves	13	0.0007	2.29	2	6.5	6	3.89	4
Rua Ribeiro Sanches	66	0.0034	11.64	12	5.5	5	4.21	4
Rua Rodrigues Gusmão	7	0.0004	1.23	1	7	7	6.65	7
Rua S. Francisco Xavier	6	0.0003	1.06	1	6	6	3.98	4
Rua S. Romão	7	0.0004	1.23	1	7	7	1.36	1
Rua S. Teotónio	214	0.0112	37.75	38	5.63	5	3.93	4
Rua Sá de Miranda	109	0.0057	19.23	19	5.74	5	1.94	2
Rua Sacadura Cabral	13	0.0007	2.29	2	6.5	6	2.52	3
Rua Sanches da Gama	7	0.0004	1.23	1	7	7	6.52	7
Rua Serena	14	0.0007	2.47	2	7	7	5.53	6
Rua Silvio Lima	14	0.0007	2.47	2	7	7	6.64	7
Rua Teixeira de Pascoaes	12	0.0006	2.12	2	6	6	4.03	4
Rua Teófilo Braga	209	0.0109	36.87	37	5.65	5	4.09	4
Rua Vasco da Gama	75	0.0039	13.23	13	5.77	5	3.43	3
Rua Verde Pinho	293	0.0153	51.68	52	5.63	5	2.96	3
Rua Vila Franca	7	0.0004	1.23	1	7	7	1.32	1
Rua Vila Pereira	9	0.0005	1.59	2	4.5	4	2.78	3
Rua Virgílio Correia	157	0.0082	27.69	28	5.61	5	4.73	5
Rua Visconde de Montessão	121	0.0063	21.34	21	5.76	5	1.95	2
Rua Vitorino Nemésio	149	0.0078	26.28	26	5.73	5	3.16	3
Trav. da Rua dos Navegadores	18	0.0009	3.18	3	6	6	2.5	3
Trav. Alberto de Oliveira	49	0.0026	8.64	9	5.44	5	2.08	2
Trav. da Fonte do Bispo	44	0.0023	7.76	8	5.5	5	2.53	3
Trav. da R. A. José de Almeida	74	0.0039	13.05	13	5.69	5	3.87	4
Trav. da R. Nova do Pinhal	10	0.0005	1.76	2	5	5	1.43	1
Trav. da R. P. Vaz de Caminha	19	0.001	3.35	3	6.33	6	5.29	5
Trav. de S. Romão	4	0.0002	0.71	1	4	4	2.62	3
Trav. Moura de Sá	49	0.0026	8.64	9	5.44	5	3	3
Trav. Pad Zé	5	0.0003	0.88	1	5	5	2.8	3
Trav. Pinhal de Marrocos	7	0.0004	1.23	1	7	7	2.34	2
Trav. Quinta dos Malheiros	4	0.0002	0.71	1	4	4	2.56	3
Trav. Sacadura Cabral	17	0.0009	3	3	5.67	5	4.76	5
Trav. Verde Pinho	8	0.0004	1.41	1	8	8	5.32	5

ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO

II- Atitudes e Valores

Leia atentamente as afirmações que se seguem e indique, relativamente a cada uma delas, qual o grau em que correspondem às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Não pense muito sobre cada afirmação e responda de acordo com a sua primeira impressão. Faça uma cruz no quadrado que corresponde melhor à sua posição, de acordo com a escala apresentada para cada grupo de itens.

Questão 2.1 - Escala de resposta: 1= Discordo ; 2= Concordo.

	Discordo 1	Concordo 2
Os responsáveis políticos não se importam muito com aquilo que pensam as pessoas como eu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O voto é a única forma que as pessoas como eu têm para dizer alguma coisa sobre o modo como o país deve ser governado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoas como eu não têm nada a dizer sobre o que o governo faz.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Por vezes a política e o governo parecem coisas tão complexas que as pessoas como eu não percebem o que verdadeiramente se passa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Questão 2.2 - Escala de resposta: de 1= Totalmente em desacordo a 7= Totalmente de acordo. Os valores 2, 3, 4, 5 e 6 representam posições intermédias.

	Totalmente em desacordo			Totalmente de acordo			
	1	2	3	4	5	6	7
De uma forma geral podemos confiar que os governos fazem aquilo que é correcto.	<input type="checkbox"/>						

Questão 2.3 - Escala de resposta: 1= Nunca; 2= Raramente; 3= Por vezes; 4= Frequentemente; 5= Sempre.

	Nunca			Sempre	
	1	2	3	4	5
Em que medida acredita que os governos fazem aquilo que realmente deve ser feito?	<input type="checkbox"/>				
Quando os deputados ou os membros dos governos falam na televisão ou no parlamento, em que medida acredita que dizem a verdade?	<input type="checkbox"/>				
Em que medida acredita que os membros dos governos colocam os interesses do povo acima dos interesses dos seus partidos?	<input type="checkbox"/>				

Questão 2.4 - Escala de resposta: de 1= Totalmente em desacordo a 5 = Totalmente de acordo. Os valores 2, 3 e 4 representam posições intermédias.

	Totalmente em desacordo			Totalmente de acordo	
	1	2	3	4	5
A caridade é o melhor meio de ajudar as pessoas realmente desprotegidas.	<input type="checkbox"/>				
A obediência e a disciplina são valores fundamentais para que as instituições possam funcionar bem.	<input type="checkbox"/>				
A coisa mais importante para as crianças é aprenderem a aceitar a disciplina.	<input type="checkbox"/>				
A pena de morte deveria ser aplicada aos crimes mais graves.	<input type="checkbox"/>				
A Igreja permite-nos estar em contacto com Deus.	<input type="checkbox"/>				
A descentralização do poder só serve para que ninguém seja responsável por nada.	<input type="checkbox"/>				

Questão 2.4 (continuação) - Escala de resposta: de 1= Totalmente em desacordo a 5 = Totalmente de acordo. Os valores 2, 3 e 4 representam posições intermédias.

	Totalmente em desacordo		Totalmente de acordo		
	1	2	3	4	5
A Igreja tem um papel muito positivo na definição de um modelo de vida socialmente harmonioso.	<input type="checkbox"/>				
Um dos nossos grandes problemas é o facto de haver cada vez mais gente de raças e países diferentes a querer viver no nosso país.	<input type="checkbox"/>				
A participação em cerimónias religiosas é importante.	<input type="checkbox"/>				
A principal função da escola é preparar os jovens para o mercado de emprego.	<input type="checkbox"/>				
Ações militares que desafiem o direito internacional são por vezes justificadas.	<input type="checkbox"/>				
A única responsabilidade social de uma empresa deve ser a de dar lucro aos seus accionistas.	<input type="checkbox"/>				
As leis não deveriam contrariar as crenças religiosas.	<input type="checkbox"/>				
As mães devem ter carreiras, mas o seu primeiro dever é cuidar dos filhos e do lar.	<input type="checkbox"/>				
Devemos renunciar à ilusão de que há vida depois da morte e concentrarmos as nossas energias na vida terrena.	<input type="checkbox"/>				
É mais importante controlar o défice orçamental do que diminuir o desemprego.	<input type="checkbox"/>				
Deus é uma mera criação do homem.	<input type="checkbox"/>				
Na justiça penal o castigo deve ser mais importante que a reabilitação.	<input type="checkbox"/>				
Não deveríamos dar tanta atenção e importância aos valores culturais dos estrangeiros que vivem no nosso país.	<input type="checkbox"/>				
Existe um poder superior que dá sentido à nossa existência na terra.	<input type="checkbox"/>				
Todas as crianças deveriam ter educação religiosa.	<input type="checkbox"/>				
Numa instituição é importante que se saiba quem manda e quem deve obedecer.	<input type="checkbox"/>				
Uma vantagem significativa de um sistema de partido único é que evita todas as discussões que atrasam o progresso num sistema democrático.	<input type="checkbox"/>				
O aborto, quando a vida da mulher não está em risco, deve ser sempre ilegal.	<input type="checkbox"/>				
Numa sociedade civilizada deve haver sempre pessoas acima a quem devemos obedecer e pessoas abaixo que devem receber ordens.	<input type="checkbox"/>				
Obediência é a virtude mais importante que uma criança pode aprender.	<input type="checkbox"/>				
O país seria melhor se as pessoas seguissem, no seu dia-a-dia, as leis da Igreja.	<input type="checkbox"/>				
O sexo fora do casamento é geralmente imoral.	<input type="checkbox"/>				
Os estrangeiros que querem viver no nosso país deveriam ser obrigados a adoptar os nossos costumes, valores culturais e regras sociais.	<input type="checkbox"/>				
A globalização da economia é importante para melhorar o nível de vida das pessoas.	<input type="checkbox"/>				
Uma sociedade deve ser aberta sobre questões ligadas ao sexo, mas hoje em dia vai-se demasiado longe.	<input type="checkbox"/>				
O consumo de drogas leves deve ser legalizado.	<input type="checkbox"/>				

III- Caracterização dos principais partidos políticos parlamentares

Questão 3.1 - Diga-nos, utilizando a lista de pares de palavras que lhe apresentamos, como descreve cada um dos cinco principais partidos parlamentares - PS, PSD-PPD, CDS-PP e BE.

Em relação a cada par de palavras deve assinalar o grau de proximidade de cada partido a um dos extremos do par. Para cada par de palavras existem 7 quadrados. Se acha que é a palavra do lado esquerdo que melhor descreve esse partido, deve assinalar um dos três quadrados do lado esquerdo (quanto melhor essa palavra descrever esse partido mais próximo da palavra deve estar o quadrado assinalado). Se acha que é a palavra do lado direito que melhor descreve esse partido, deve assinalar um dos três quadrados do lado direito (também aqui, quanto melhor essa palavra descrever o partido em questão, mais próximo dela deve estar o quadrado assinalado). Se acha que nenhuma das palavras se relaciona com esse partido, assinale o quadrado do meio.

PARTIDO SOCIALISTA (PS)													
Forte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Fraco					
Justo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Injusto					
Passivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Activo					
Mau	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Bom					
Dinâmico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Estático					
Condescendente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Firme					

PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATRA (PSD-PPD)													
Forte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Fraco					
Justo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Injusto					
Passivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Activo					
Mau	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Bom					
Dinâmico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Estático					
Condescendente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Firme					

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)													
Forte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Fraco					
Justo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Injusto					
Passivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Activo					
Mau	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Bom					
Dinâmico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Estático					
Condescendente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Firme					

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PARTIDO POPULAR (CDS-PP)													
Forte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Fraco					
Justo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Injusto					
Passivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Activo					
Mau	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Bom					
Dinâmico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Estático					
Condescendente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Firme					

BLOCO DE ESQUERDA (BE)													
Forte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Fraco					
Justo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Injusto					
Passivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Activo					
Mau	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Bom					
Dinâmico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Estático					
Condescendente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Firme					

Questão 3.2 - Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria das pessoas de cada um dos grupos sociais e profissionais que se seguem. **NOTA:** para cada grupo assinale apenas um partido.

	CDS	PSD	PS	PCP	BE
Jovens	<input type="checkbox"/>				
Reformados	<input type="checkbox"/>				
Mulheres	<input type="checkbox"/>				
Homens	<input type="checkbox"/>				
Ricos	<input type="checkbox"/>				
Pobres	<input type="checkbox"/>				
Intelectuais	<input type="checkbox"/>				
Artistas	<input type="checkbox"/>				
Quadros superiores	<input type="checkbox"/>				
Quadros médios	<input type="checkbox"/>				
Técnicos especializados	<input type="checkbox"/>				
Empregados dos serviços / comércio / administrativos	<input type="checkbox"/>				
Operários	<input type="checkbox"/>				
Trabalhadores não qualificados	<input type="checkbox"/>				
Domésticas	<input type="checkbox"/>				
Pessoas religiosas	<input type="checkbox"/>				
Ateus	<input type="checkbox"/>				
Extremistas	<input type="checkbox"/>				
Moderados	<input type="checkbox"/>				

Questão 3.3 - Considerando a posição dos partidos políticos em relação a temas sociais (sexualidade, imigração, consumo de drogas, igualdade homem-mulher, ...), coloque cada um deles na sua posição relativa no que se refere ao grau de **CONSERVADORISMO SOCIAL**. Atribua a posição 1 ao partido mais conservador, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido menos conservador que deverá ter a posição 5.

BE CDS PCP PS PSD

Questão 3.4 - Considerando a posição dos partidos políticos em relação à forma como se propõem exercer o poder, coloque cada um deles na sua posição relativa no que se refere ao grau de **AUTORITARISMO**. Atribua a posição 1 ao partido mais autoritário, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido menos autoritário que deverá ter a posição 5.

BE CDS PCP PS PSD

Questão 3.5 - Considerando a posição dos partidos políticos em relação à religião, coloque cada um deles na sua posição relativa no que se refere ao grau de **RELIGIOSIDADE** dos seus membros e simpatizantes. Atribua a posição 1 ao partido em que os seus membros e simpatizantes são mais religiosos, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido com membros e simpatizantes menos religiosos que deverá ter a posição 5.

BE CDS PCP PS PSD

Questão 3.6 - Considerando a posição dos partidos políticos em relação à forma como defendem o papel do Estado na **REGULAÇÃO DA ECONOMIA** (por exemplo, posição em relação à dimensão e extensão dos sectores da economia controlados pelo Estado, protecção legislativa ao emprego, protecção fiscal aos produtores e produtos nacionais, papel da segurança social, etc.), coloque cada um deles na sua posição relativa no que se refere ao grau de **INTERVENCIONISMO ECONÓMICO** que defendem. Atribua a posição 1 ao partido mais intervencionista, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido menos intervencionista que deverá ter a posição 5.

BE CDS PCP PS PSD

Questão 3.7 - Considerando a posição dos partidos políticos em relação à ideologia política, coloque cada um deles na sua posição relativa no que se refere ao posicionamento **ESQUERDA/DIREITA**. Atribua a posição 1 ao partido mais à direita, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido mais à esquerda, que deverá ter a posição 5.

BE CDS PCP PS PSD

Questão 3.8 - Qual o seu **grau de simpatia** em relação a cada um dos principais partidos representados no parlamento. Faça uma cruz no quadrado correspondente ao número apropriado.

Escala de Resposta : 0= Não gosto nada; 1= Não gosto; 2= Nem gosto nem desgosto; 3= Gosto; 4= Gosto muito.

	Não gosto nada			Gosto muito	
Partido Socialista (PS)	<input type="checkbox"/>				
Partido Social Democrata (PSD-PPD)	<input type="checkbox"/>				
Partido Comunista Português (PCP)	<input type="checkbox"/>				
Centro Democrático Social- Partido Popular (CDS-PP)	<input type="checkbox"/>				
Bloco de Esquerda (BE)	<input type="checkbox"/>				

Questão 3.9 - Qual lhe parece que é a **probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar em cada dos actuais partidos parlamentares?** Faça uma cruz no quadrado correspondente ao número apropriado, de acordo com a escala:

0= Não vou votar de certeza absoluta; 1= Não penso votar; 2= Não sei; 3= Talvez possa vir a votar; 4= Vou votar de certeza absoluta.

	Não vou votar de certeza absoluta			Vou votar de certeza	
Partido Socialista (PS)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Partido Social Democrata (PSD-PPD)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Partido Comunista Português (PCP)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centro Democrático Social- Partido Popular (CDS-PP)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco de Esquerda (BE)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

IV- Comportamento Político

De seguida pedimos-lhe que nos responda a um conjunto de questões relativas ao seu comportamento político.

Questão 4.1 - De um modo geral, **qual o seu interesse pela política?**

0= Nada interessado(a); 1= Pouco interessado(a); 2= Indiferente; 3= Razoavelmente interessado(a); 4= Muito interessado(a).

Nada interessado(a) 0 1 2 3 4 Muito interessado(a)

Questão 4.2 - De uma forma geral **vê-se a si próprio como** (assinale uma das opções):

- Simpatizante do BE
- Simpatizante do CDS-PP
- Simpatizante do PCP
- Simpatizante do PSD-PPD
- Simpatizante do PS
- Simpatizante de Outro partido
- Independente (não tem simpatia por nenhum partido)

NOTA: Se assinalou INDEPENDENTE passe à questão 4.6, na página seguinte)

Questão 4.3 - Em que grau é que se identifica com as ideias, propostas e acções desse partido?

1 2 3 4 5
Identificação **Muito Fraca** ao partido Identificação **Muito Forte** ao partido

Questão 4.4 - Com que idade se tornou simpatizante desse partido?

anos de idade

Questão 4.5 - A sua simpatia foi SEMPRE por esse partido ou já foi simpatizante de outro partido?

- Fui sempre simpatizante do mesmo partido (**NOTA:** passe à questão 4.8)
 Já fui simpatizante de outro partido (**NOTA:** passe à questão 4.7)

Questão 4.6 - Se na questão 4.2 assinalou a opção INDEPENDENTE, diga-nos, no entanto, de qual dos partidos - BE, CDS-PP, PSD-PPD, PS ou Outro - se encontra mais próximo?

- Embora seja Independente, considero-me mais próximo do BE
 Embora seja Independente, considero-me mais próximo do CDS-PP
 Embora seja Independente, considero-me mais próximo do PCP
 Embora seja Independente, considero-me mais próximo do PSD-PPD
 Embora seja Independente, considero-me mais próximo do PS
 Embora seja Independente, considero-me mais próximo de Outro partido
 Independente (sem simpatia por nenhum partido político)

Questão 4.7 - Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu, ou não, com algum dos seguintes acontecimentos?

	Sim	Não
Entrada para a escola secundária, universidade ou politécnico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Primeiro emprego ou mudança de emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casamento / divórcio / separação / viuvez	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Novas responsabilidades sociais, familiares ou profissionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Novos amigos ou colegas de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desemprego ou situação económica pessoal difícil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação política grave no país	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação económica grave no país	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acontecimentos políticos internacionais relevantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Questão 4.8 - Está inscrito em algum partido político (ou juventude partidária) ?

- Sim — Qual?
 Não Desde que idade? anos de idade

Questão 4.9 - Já alguma vez votou nas eleições para a Assembleia da República?

- Sim
 Não (**NOTA:** Se respondeu NÃO passe à questão 4.13)

Questão 4.10 - Nos casos em que VOTOU NUM PARTIDO, assinale em relação a cada uma das frases que se apresentam a seguir **o grau em que ela se aplica à sua decisão de votar nesse partido**. Faça uma cruz no quadrado correspondente ao número apropriado de acordo com a seguinte escala:

Escala: 0= Não se aplica nada; 1= Aplica-se pouco; 2= Não sei; 3= Aplica-se muito; 4= Aplica-se totalmente.

Decidi votar num determinado partido porque ...	Não se aplica nada			Aplica-se totalmente	
	0	1	2	3	4
... concordo com as ideias desse partido.	<input type="checkbox"/>				
... confio nos dirigentes desse partido.	<input type="checkbox"/>				
... identifico-me com a maioria das pessoas que pertencem a esse partido.	<input type="checkbox"/>				
... a vitória de outro partido poderia por em causa valores que considero importantes.	<input type="checkbox"/>				
... o programa desse partido era o que melhor servia os meus interesses pessoais.	<input type="checkbox"/>				
... simpatizo com esse partido e para mim a lealdade é importante.	<input type="checkbox"/>				
... a vitória de outro partido poderia prejudicar a minha situação económica e profissional.	<input type="checkbox"/>				
... era a opção menos má de todas.	<input type="checkbox"/>				
... era, na minha área política, o partido melhor posicionado para eleger deputados.	<input type="checkbox"/>				
... era o partido com o melhor programa económico para o país.	<input type="checkbox"/>				
... o programa político desse partido é o que melhor serve os interesses do país.	<input type="checkbox"/>				

Questão 4.11 - Nas eleições para a Assembleia d República, **já alguma vez votou num partido diferente daquele em que tinha votado na eleição anterior?**

- Sim
 Não

(NOTA: Se respondeu NÃO passe à questão 4.13)

Questão 4.12 - Nos casos em que VOTOU NUM PARTIDO DIFERENTE daquele em que tina votado na eleição anterior, assinale em relação a cada uma das frases que se apresentam a seguir **o grau em que ela se aplica à sua decisão de votar noutro partido**.

Escala: 0= Não se aplica nada; 1= Aplica-se pouco; 2= Não sei; 3= Aplica-se muito; 4= Aplica-se totalmente.

Decidi votar num partido diferente porque ...	Não se aplica nada			Aplica-se totalmente	
	0	1	2	3	4
... fiquei desiludido com o partido em que votei nas eleições anteriores.	<input type="checkbox"/>				
... o partido em que votei anteriormente não tinha, nestas eleições, pessoas capazes e competentes para formar um bom governo.	<input type="checkbox"/>				
... as propostas de outro partido eram muito mais favoráveis aos meus interesses.	<input type="checkbox"/>				
... a campanha eleitoral mostrou-me que o partido em que votei anteriormente participou e tomou decisões que não foram as mais correctas.	<input type="checkbox"/>				
... era importante para derrotar a "direita".	<input type="checkbox"/>				
... era importante para derrotar a "esquerda".	<input type="checkbox"/>				
... deixei de concordar com as ideias, propostas e acções do meu anterior partido.	<input type="checkbox"/>				
... as discussões e conversas com os meus amigos e familiares convenceram-me que era importante votar neste outro partido.	<input type="checkbox"/>				

Questão 4.13 - **Já alguma vez se ABSTEVE (não foi votar)** numas eleições para a Assembleia da República?

- Sim
 Não

(NOTA: Se respondeu NÃO passe à questão 4.16)

Questão 4.14 - Nos casos em que SE ABSTEVE, assinale em relação a cada uma das frases que se apresentam a seguir o grau em que ela se aplica à sua decisão de NÃO IR VOTAR. Faça uma cruz no quadrado correspondente ao número apropriado de acordo com a seguinte escala:

Escala: 0= Não se aplica nada; 1= Aplica-se pouco; 2= Não sei; 3= Aplica-se muito; 4= Aplica-se totalmente.

Decidi NÃO IR VOTAR porque ...	Não se aplica nada			Aplica-se totalmente	
	0	1	2	3	4
... nenhuma das opções políticas me satisfazia.	<input type="checkbox"/>				
... estou farto(a) de política e de eleições.	<input type="checkbox"/>				
... não ganho nada em ir votar.	<input type="checkbox"/>				
... estava mal esclarecido(a) e não sabia em que partido votar.	<input type="checkbox"/>				
... quis mostrar o meu descontentamento com o sistema.	<input type="checkbox"/>				
... não estava em causa nada de verdadeiramente importante nessas eleições.	<input type="checkbox"/>				
... o resultado do meu partido estava assegurado e não era preciso eu ir votar.	<input type="checkbox"/>				
... tive preguiça e não estive para me incomodar.	<input type="checkbox"/>				
... os dirigentes do meu partido, nesse período, não me inspiravam confiança.	<input type="checkbox"/>				
... tive problemas de saúde, profissionais ou familiares.	<input type="checkbox"/>				

Questão 4.15 - Nos casos em que SE ABSTEVE por sua vontade própria, diga quais das situações que se apresentam a seguir poderiam levá-lo(a) a votar em vez de se abster. Faça uma cruz no quadrado correspondente ao número apropriado de acordo com a seguinte escala:

Escala: 0= Não se aplica nada; 1= Aplica-se pouco; 2= Não sei; 3= Aplica-se muito; 4= Aplica-se totalmente.

Poderia alterar a minha opção de não ir votar ...	Não se aplica nada			Aplica-se totalmente	
	0	1	2	3	4
... se os meus interesses pessoais (ou da minha família) estivessem em causa.	<input type="checkbox"/>				
... se estivesse em causa a possibilidade de um partido extremista ganhar as eleições.	<input type="checkbox"/>				
... se algum dos candidatos fosse meu familiar ou amigo.	<input type="checkbox"/>				
... se o partido com que simpatizo estivesse em risco de sofrer uma derrota significativa.	<input type="checkbox"/>				
... se ganhasse alguma coisa de concreto com isso.	<input type="checkbox"/>				
... se acreditasse que o meu voto era realmente decisivo.	<input type="checkbox"/>				
... se houvesse um partido preocupado com os problemas das pessoas como eu.	<input type="checkbox"/>				
... se os políticos fossem outros.	<input type="checkbox"/>				

Questão 4.16 - Foi votar nas últimas eleições para a Assembleia da República (AR), em Fevereiro de 2005?

Sim Não

Questão 4.17 - Nas últimas eleições para a Assembleia da República, em Fevereiro de 2005, quando é que decidiu em que partido ia votar (ou abster-se ou votar branco ou nulo)?

- No dia da eleição
 Na véspera da eleição.
 Na semana antes da eleição.
 No mês antes da eleição.
 Mais de um mês antes da eleição.

Questão 4.18 - Considera-se:

- Não religioso(a)
 Indiferente a questões religiosas
 Religioso(a)
 Profundamente religioso(a)

Questão 4.19 - Qual a sua religião?

- Católica
 Outra
 Sem religião

Questão 4.20 - Com que frequência vai à Igreja / local de culto?

- Nunca
 Só em casamentos, baptizados e funerais
 Ocasionalmente
 Festas religiosas
 Uma vez por semana
 Mais do que uma vez por semana
 Todos os dias

Questão 4.21 - Frequenta ou frequentou acções de formação religiosa (por exemplo: catequese) ...

	Sim	Não
... na infância?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
... na adolescência?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
... na vida adulta?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
... actualmente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Questão 4.22 - Por último, pedimos-lhe que assinale o sentido do seu voto nas ultimas 5 eleições para a Assembleia da República (2005, 2002, 1999, 1995 e 1991).**2005**

Eleições ganhas pelo PS (José Socrates) por maioria absoluta.

em 2005 votou:

- BE
 CDS-PP
 PCP
 PS
 PSD-PPD
 Outro
 Branco / Nulo
 Abstenção
 Não tinha idade
 Não se lembra

2002

Eleições ganhas pelo PSD-PPD (Durão Barroso).

em 2002 votou:

- BE
 CDS-PP
 PCP
 PS
 PSD-PPD
 Outro
 Branco / Nulo
 Abstenção
 Não tinha idade
 Não se lembra

1999

Eleições ganhas pelo PS (António Guterres).

em 1999 votou:

- BE
 CDS-PP
 PCP
 PS
 PSD-PPD
 Outro
 Branco / Nulo
 Abstenção
 Não tinha idade
 Não se lembra

1995

Eleições ganhas pelo PS (António Guterres).

em 1995 votou:

- CDS-PP
 PCP
 PS
 PSD-PPD
 PSR
 UDP
 Outro
 Branco / Nulo
 Abstenção
 Não tinha idade
 Não se lembra

1991

Eleições ganhas pelo PSD-PPD (Cavaco Silva) por maioria absoluta.

em 1991 votou:

- CDS-PP
 PCP
 PS
 PSD-PPD
 PSR
 UDP
 Outro
 Branco / Nulo
 Abstenção
 Não tinha idade
 Não se lembra

Obrigado pela sua colaboração.

ANEXO 4 - ESTRUTURA DA BASE DE DADOS

0 — IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
1 DIGITALIZAÇÃO	Responsável pela digitalização dos resultados	Patrícia Brás [1] Marta Bernardes [2] R.A. [3]	
2 NI_BASE	Identificação dos sujeitos da amostra	[1] a [1197]	
3 CODIGO	Código do entrevistador	[007] a [177]	
4 MÊS	Mês em que se realizou a entrevista ou o último contacto	Janeiro [1] Fevereiro [2] Março [3] Abril [4] Maio [5]	Convertidas em DATA_ENTREVISTA (em dias)
5 DIA	Dia em que se realizou a entrevista ou o último contacto	[1] a [31]	
6 DATA_ENTREVISTA	Data da entrevista (em dias)	[154589.00] a [154711.00]	Data. em dias. calculada usando a função do SPSS (YRMODA(?.?.?))

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
7 DIA_SEM	Dia da semana em que se realizou a entrevista ou o último contacto	Domingo [1] Segunda [2] Terça [3] Quarta [4] Quinta [5] Sexta [1] Sábado [2]	
8 SECTOR	Sector do mapa em que se situa a rua	[E1] a [M5]	
9 RUA	Nome da Rua	String	
10 ATENDIMENTO	Resultado do contacto	Atendeu [1] Não Atendeu [2]	
11 RECENSEADO	Situação do entrevistado em relação ao recenseamento na freguesia de Santo António dos Olivais	Recenseado [1] Não recenseado [2]	
12 RESULTADO	Resultado do contacto [Completo a entrevista; Desistiu ou Recusou]	Completo [1] Desistiu [2] Recusou [3] Adiou [4]	
13 TURNO	Turno em que foi obtida a resposta	1ª Passagem [1] 2ª Passagem [2]	
14 INICIO_HORA	Início da entrevista _ hora	[1] a [24]	
15 INICIO_MIN	Início da entrevista _ minutos	[00] a [59]	Convertidas em DURAÇÃO_ENTREVISTA (em minutos)
16 FIM_HORA	Fim da entrevista _ hora	[1] a [24]	
17 FIM_MIN	Fim da entrevista _ minutos	[00] a [59]	
18 DURAÇÃO_ENTREVISTA	Duração da Entrevista (em minutos)	[18] a [70]	

I — DADOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação]
19 ANO_N	Ano de nascimento	[1919] a [1987]	Convertidas em DATA_NASCIMENTO.
20 MES_N	Mês de nascimento	[1] a [12]	IDADE (em anos) considerando como dia de nascimento, para todos os casos. o dia 15 e GRUPO_ETÁRIO.
21 DATA_NASC	Data de nascimento (em dias)	[122965.00] a [147985.00]	
22 IDADE	Idade (em anos)	[18.09] a [86.72]	(DATA_ENTREVISTA)-(DATA_NASCIMENTO)/365.25
23 GRUPO_ETÁRIO	Grupo Etário	[18 a 34 anos] [1] [35 a 54 anos] [2] [mais de 55 anos] [3]	
24 SEXO	Sexo	Masculino [1] Feminino [2]	
25 ESCOLARIDADE	Grau mais elevado de escolaridade que atingiu	Não sabe ler nem escrever [1] Primária incompleta / sabe ler e escrever [2] Primária completa / 1º ciclo do ensino básico [3] Ciclo preparatório / 2º ciclo do ensino básico [4] 3º ciclo do ensino básico / antigo 5º ano dos liceus (completo) [5]	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação]
		Ensino secundário /12º ano) / Antigo 7º ano dos liceus [6] Curso profissional / artístico [7] Curso médio /frequência universitária / bacharelato [8] Licenciatura [9] Mestrado [10] Doutoramento [11]	
26	ESTADO_CIVIL	Estado civil	Casado(a) [1] Vive em união de facto [2] Viúvo(a) [3] Divorciado(a) / separado(a) [4] Solteiro(a) [5]
27	SIT_PROF	Situação profissional actual	Convertida em EMPNUM ([1] = 2; [2] = 1; [3] = 0) e EMPLREL ([4] [5] [6] [7] = 1 e [1] [2] e [3]= 2)
		Patrão (com mais de 10 empregados) [1] Patrão (com 1 a 10 empregados) [2] Independente (sem empregados) [3] Empregado(a) do Estado [4] Empregado(a) por conta de outrem [5] Empregado(a) familiar não remunerado(a) [6] Outra situação [7]	
28	EMPNUM	Número de empregados	Sem empregados [0] 1 a 10 empregados [1] Mais do que 10 empregados [2]
29	EMPLREL	Relação de emprego (empregador / empregado)	Empregado [1] Auto-empregado [2]
30	OCUPAÇÃO	Ocupação/ Actividade profissional principal (caso esteja actualmente reformado, desempregado ou	String

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
	inválido para o trabalho. indique qual era a profissão que desempenhava anteriormente).		
31 GRUPO_OCUPAC	Grupo ocupacional em que está inserido:	Quadros superiores [1] Quadros médios [2] Técnicos especializados [3] Pequenos proprietários [4] Empregados dos serviços / comércio / administrativos [5] Trabalhadores qualificados / especializados [6] Trabalhadores não qualificados / não especializados [7] Reformados / desempregados / a viver dos rendimentos [8] Estudantes [9] Domésticas [10]	
32 ISCO88	<i>International Standard Classification of Occupations</i>	[010] a [932] Desempregados = [33333] Domésticas = [44444] Estudantes = [55555]	Convertida em JBSPV (Se CNP começa por 1 ou 2= [1]; Se CNP não começa por 1 ou 2. então [JBSPV = [2]
33 JBSPV	Desempenho de funções de supervisão	Supervisor [1] Não supervisor [2]	
34 @EMPSTAT	Empregador versus empregado	Auto-empregado com mais de 10 trabalhadores [1] Auto-empregado com menos de 10 trabalhadores [2] Auto-empregado sem trabalhadores [3] Supervisor [4]	Se(EMPLREL=2 e EMPNUM=2) @EMPSTAT=1. Se (EMPLREL=2 e EMPNUM=1) @EMPSTAT=2. Se (EMPLREL=2 e EMPNUM=0 ou EMPLREL=2 e EMPNUM=9)

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
		Empregado [5]	@EMPSTAT=3. Se (EMPLREL=1 e JBSPV=1 ou EMPLREL=3 e JBSPV=1) @EMPSTAT=4. Se (EMPLREL = 1 e JBSPV >= 2 ou EMPLREL = 3 e JBSPV >= 2 @EMPSTAT = 5
35 EUROSEEC	Classificação Socio-económica Europeia	Grandes empregadores. gestores e quadros superiores [1] Gestores e quadros médios [2] Ocupações intermédias dos serviços e do comércio (<i>higher grade white collar workers</i>) [3] Pequenos empregadores e empresários individuais (excl. agricultura) [4] Empresários individuais (agricultura e afins) [5] Supervisores e técnicos de nível intermédio/baixo (<i>higher grade blue collar workers</i>) [6] Técnicos de nível intermédio/baixo do comércio e serviços (<i>lower grade white collar workers</i>) [7] Profissões técnicas com baixa qualificação (<i>skilled workers</i>) [8] Profissões rotineiras não qualificadas (<i>semi-and non skilled workers</i>) [9] Desempregados de longo termo ou pessoas que nunca trabalharam (<i>unemployed</i>) [10]	Convertida em EUROSEEC5 ([1] e [2] = 1 [3] e [6] = 2 [4] e [5] = 3 [7] = 4 [8] e [9] = 5 EUROSEEC3 ([1] e [2]= 1 [3]. [4]. [5] e [6] = 2 [7]. [8] e [9] = 3

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação]
36 EUROESEC5	Classificação Socio-económica Europeia agrupada em 5 classes	Gestores e quadros superiores [1] Quadros médios [2] Pequenos empregadores e trabalhadores independentes [3] Trabalhadores administrativos. do comércio e dos serviços ("colarinho branco") [4] Operários e trabalhadores não qualificados ("colarinho azul") [5]	
37 EUROESEC3	Classificação Socio-económica Europeia agrupada em 3 classes	Gestores e quadros superiores [1] Classe média [2] Classe trabalhadora [3]	
38 AGREGADO_FAMIL	Contando consigo quantas pessoas vivem habitualmente em sua casa (excluindo empregados(as) e/ou inquilinos)?		[1] a [n]
39 FAMILIARES_MEN	Quantos menores (com menos de 18 anos) vivem em sua casa?		[0] a [n]

II — ATITUDES E VALORES

Leia atentamente as afirmações que se seguem e indique, relativamente a cada uma delas, qual o grau em que corresponde às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Não pense muito sobre cada uma das afirmações e responda de acordo com a sua primeira impressão. Para tal, faça uma cruz no quadrado que corresponde melhor à sua posição de acordo com a escala apresentada para cada grupo de itens

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
40 p_201_01	Os responsáveis políticos não se importam muito com aquilo que pensam as pessoas como eu.		
41 p_201_02	O voto é a única forma que as pessoas como eu têm para dizer alguma coisa sobre o modo como o País deve ser governado.		Recodificadas para p_201_01_R. p_201_02_R. p_201_03_R e p_201_04_R. com os seguintes valores:
42 p_201_03	Pessoas como eu não têm nada a dizer sobre o que o governo faz.	Discordo [1] Concordo [2]	Concordo [0] Discordo [1]
43 p_201_04	Por vezes a política e o governo parecem coisas tão complexas que as pessoas como eu não percebem o que verdadeiramente se passa.		
44 p_201_01_R	Recodificação da variável - Os responsáveis políticos não se importam muito com aquilo que pensam as pessoas como eu.		
45 p_201_02_R	Recodificação da variável - O voto é a única forma que as pessoas como eu têm para dizer alguma coisa sobre o modo como o País deve ser governado.	Concordo [0] Discordo [1]	A soma das pontuações obtidas nos itens p_201_01 a p_201_04 (<i>Political Efficiency Scale</i>) deu origem a uma nova variável: SCORE_PES. obtida pela soma das pontuações obtidas nestes 4 itens. com resultados de 0 (baixa eficácia) a 4 (alta eficácia)
46 p_201_03_R	Recodificação da variável - Pessoas como eu não têm nada a dizer sobre o que o governo faz.		
47 p_201_04_R	Recodificação da variável - Por vezes a política e o governo parecem coisas tão complexas que as pessoas como eu não percebem o que verdadeiramente se passa.		
48 SCORE_PES	Resultado na " <i>Political Efficiency Scale</i> "	[0] (baixa eficácia) a [4] (alta eficácia)	
49 p_202_00	De uma forma geral podemos confiar que os governos fazem aquilo que é correcto	Totalmente em desacordo [1] Discordo [2] Parcialmente em desacordo [3]	Recodificada para p_202_00_R. com 5 níveis: [1] = [4]; [2] = [3]; [3] = [2]; [4] = [2]; [5] =

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
		Não discordo nem concordo [4] Parcialmente de acordo [5] Concordo [6] Totalmente de acordo [7]	[2]; [6] = [1]; [7] = [0]
50	p_202_00_R	Recodificação da Variável - De uma forma geral podemos confiar que os governos fazem aquilo que é correcto	Sempre [0] Frequentemente [1] Por vezes [2] Raramente [3] Nunca [4]
51	p_203_01	Em que medida acredita que os governos fazem aquilo que realmente deve ser feito?	Recodificadas para: Sempre [0]
52	p_203_02	Quando os deputados ou os membros dos governos falam na Televisão ou no parlamento com jornalistas. em que medida acredita que dizem a verdade?	Frequentemente [1] Por vezes [2] Raramente [3] Nunca [4]
53	p_203_03	Em que medida acredita que os membros dos governos colocam os interesses do povo acima dos interesses dos seus partidos?	Frequentemente [4] Sempre [5]
54	p_203_01_R	Recodificação da Variável - Em que medida acredita que os governos fazem aquilo que realmente deve ser feito?	Sempre [0]
55	p_203_02_R	Recodificação da Variável - Quando os deputados ou os membros dos governos falam na Televisão ou no parlamento com jornalistas. em que medida acredita que dizem a verdade?	Frequentemente [1] Por vezes [2] Raramente [3] Nunca [4]
56	p_203_03_R	Recodificação da Variável - Em que medida acredita que os membros dos governos colocam	A soma das pontuações obtidas nos itens p_202_00_R e p_203_01_R a p_203_03_R (<i>Trust in Government Scale</i>) deu origem a uma nova variável SCORE _TGS com resultados de 0 a 16.

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
	os interesses do povo acima dos interesses dos seus partidos?		
57 SCORE_TGS	Resultado na "Trust in Government Scale"	[0] a [16]	Foi criada uma nova variável NIVEL_CONFIANÇA agrupando os resultados da seguinte forma: De 13 a 16: Muito negativa [1] De 10 a 12: Negativa [2] De 7 a 9: Intermédia [3] De 4 a 6: Positiva [4] De 0 a 3: Muito positiva [5]
58 NIVEL_CONFIANÇA	Nível de Confiança na Governação	Muito negativa [1] Negativa [2] Intermédia [3] Positiva [4] Muito positiva [5]	
59 p_204_02	(A1) A obediência e a disciplina são valores fundamentais para que as instituições possam funcionar bem.		
60 p_204_03	(A1) A coisa mais importante para as crianças é aprenderem a aceitar a disciplina.	Totalmente em desacordo [1]	
61 p_204_22	(A1) Numa instituição é importante que se saiba quem manda e quem deve obedecer.	[2] [3] [4]	
62 p_204_25	(A1) Numa sociedade civilizada deve haver sempre pessoas acima a quem devemos obedecer e pessoas abaixo que devem receber ordens.	Totalmente de acordo [5]	
63 p_204_26	(A1) Obediência é a virtude mais importante que uma criança pode aprender.		

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
64 SCORE_A1	Pontuação obtida na sub escala A1- Obediência e disciplina		De [5] a [25]
65 p_204_04	(A2) A pena de morte deveria ser aplicada aos crimes mais graves.		
66 p_204_06	(A2) A descentralização do poder só serve para que ninguém seja responsável por nada.	Totalmente em desacordo [1]	
67 p_204_11	(A2) Acções militares que desafiem o direito internacional são por vezes justificadas.	[2]	
68 p_204_18	(A2) Na justiça penal. o castigo deve ser mais importante que a reabilitação.	[3]	
69 p_204_23	(A2) Uma vantagem significativa de um sistema de partido único é que evita todas as discussões que atrasam o progresso num sistema democrático.	[4]	
70 SCORE_A2	Pontuação obtida na sub escala A2 — Exercício do Poder	Totalmente de acordo [5]	De [5] a [25]
71 SCORE_A	Pontuação obtida na escala A - Autoritarismo		De [10] a [50]
72 p_204_05	(R1) A Igreja permite-nos estar em contacto com Deus.		
73 p_204_07	(R1) A Igreja tem um papel muito positivo na definição de um modelo de vida socialmente harmonioso.	Totalmente em desacordo [1]	
74 p_204_09	(R1) A participação em cerimónias religiosas é importante.	[2]	
75 p_204_13	(R1) As leis não deveriam contrariar as crenças religiosas.	[3]	
76 p_204_21	(R1) Todas as crianças deveriam ter educação religiosa.	[4]	
		Totalmente de acordo [5]	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
77 p_204_27	(R1) O país seria melhor se as pessoas seguissem. no seu dia-a-dia. as leis da Igreja.		
78 SCORE_R1	Pontuação obtida na sub escala R1 — Praxis Religiosa		[6] a [30]
79 p_204_15	(R2) Devemos renunciar à ilusão de que há vida depois da morte e concentrarmos as nossas energias na vida terrena.	Totalmente em desacordo [1]	Inversão dos resultados para novas variáveis: p_204_15_R e p_204_17_R
		[2]	
		[3]	
80 p_204_17	(R2) Deus é uma mera criação do homem.	[4]	
		Totalmente de acordo [5]	
81 p_204_15_R	(R2) Devemos renunciar à ilusão de que há vida depois da morte e concentrarmos as nossas energias na vida terrena. (R)	Totalmente de acordo [1]	
		[2]	
		[3]	
82 p_204_17_R	(R2) Deus é uma mera criação do homem. (R)	[4]	
		Totalmente em desacordo [5]	
83 p_204_20	(R2) Existe um poder superior que dá sentido à nossa existência na terra.	Totalmente em desacordo [1]	
		[2]	
		[3]	
		[4]	
		Totalmente de acordo [5]	
84 SCORE_R2	Pontuação obtida na sub escala R2 — Fé Religiosa		[3] a [15]
85 SCORE_R	Pontuação obtida na escala R		[9] a [45]
86 p_204_14	(C1) As mães devem ter carreiras. mas o seu primeiro dever é cuidar dos filhos e do lar.	Totalmente em desacordo [1]	
		[2]	
87 p_204_24	(C1) O aborto. quando a vida da mulher não está em risco. deve ser sempre ilegal.	[3]	
		[4]	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
88 p_204_28	(C1) O sexo fora do casamento é geralmente imoral.	Totalmente de acordo [5]	
89 p_204_31	(C1) Uma sociedade deve ser aberta sobre questões ligadas ao sexo. mas hoje em dia vai-se demasiado longe.		
90 p_204_32	(C1) O consumo de drogas leves deve ser legalizado.	Totalmente em desacordo [1] [2] [3] [4] Totalmente de acordo [5]	Inversão dos resultados para nova variável: p_204_32_R
91 p_204_32_R	(C1) O consumo de drogas leves deve ser legalizado.(R)	Totalmente de acordo [1] [2] [3] [4] Totalmente em desacordo [5]	
92 SCORE_C1	Pontuação obtida na sub escala C1 — Comportamento Individual	[5] a [25]	
93 p_204_08	(C2) Um dos nossos grandes problemas é o facto de haver cada vez mais gente de raças e países diferentes a querer viver no nosso país.	Totalmente em desacordo [1]	
94 p_204_19	(C2) Não deveríamos dar tanta atenção e importância aos valores culturais dos estrangeiros que vivem no nosso país.	[2] [3] [4]	
95 p_204_29	(C2) Os estrangeiros que querem viver no nosso país deveriam ser obrigados a adoptar os nossos costumes. valores culturais e regras sociais.	Totalmente de acordo [5]	
96 SCORE_C2	Pontuação obtida na sub escala C2 —	[3] a [15]	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
	Multiculturalismo		
97 SCORE_C	Pontuação obtida na escala C- Conservadorismo Social		[8] a [40]
98 p_204_12	(L) A única responsabilidade social de uma empresa deve ser a de dar lucro aos seus accionistas.		
99 p_204_10	(L) A principal função da escola é preparar os jovens para o mercado de emprego.	Totalmente em desacordo [1]	[2]
100 p_204_16	(L) É mais importante controlar o défice orçamental do que diminuir o desemprego.		[3] [4]
101 p_204_30	(L) A globalização da economia é importante para melhorar o nível de vida das pessoas.	Totalmente de acordo [5]	
102 p_204_01	(L) A caridade é o melhor meio de ajudar as pessoas realmente desprotegidas.		
103 SCORE_L	Pontuação obtida na escala L — Liberalismo Económico		[5] a [25]

III — CARACTERIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLITICOS PARLAMENTARES

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação	
3.1 – Diga-nos , utilizando a lista de pares de palavras que lhe apresentamos, o que sente em relação a cada um dos cinco partidos parlamentares — PS, PSD, PCP, CDS e BE.				
Em relação a cada par de palavras deve assinalar o grau de proximidade de cada partido a um dos extremos do par. Para cada par de palavras existem 7 quadrados. Se acha que é a palavra do lado esquerdo que melhor descreve esse partido, deve assinalar um dos três quadrados do lado esquerdo (quanto melhor essa palavra descreve esse partido mais próximo da palavra deve estar o quadrado assinalado). Se acha que é a palavra do lado direito que melhor descreve esse partido, deve assinalar um dos três quadrados do lado direito (também aqui, quanto melhor essa palavra descrever o partido em questão mais próximo dela deve estar o quadrado assinalado). Se acha que nenhuma das palavras se relaciona com esse partido, assinale o quadrado do meio.				
104	p_301_01_01	Partido Socialista / Forte - Fraco	Muitíssimo Forte [1] Muito Forte [2] Forte [3] Sem relação com Forte ou Fraco [4] Fraco [5] Muito Fraco [6] Muitíssimo Fraco [7]	
105	p_301_01_02	Partido Socialista / Justo - Injusto	Muitíssimo Justo [1] Muito Justo [2] Justo [3] Sem relação com Justo ou Injusto [4] Injusto [5] Muito Injusto [6] Muitíssimo Injusto [7]	
110	p_301_01_03	Partido Socialista / Passivo - Activo	Muitíssimo Passivo [1]	Recodificado para:

Identificação da variável na base de dados SPSS		Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			Muito Passivo [2]	Muitíssimo Passivo [7]
			Passivo [3]	Muito Passivo [6]
			Sem relação com Passivo ou Activo [4]	Passivo [5]
			Activo [5]	Sem relação com Passivo ou Activo [4]
			Muito Activo [6]	Activo [3]
			Muitíssimo Activo [7]	Muito Activo [2]
				Muitíssimo Activo [1]
106	p_301_01_03_R	Partido Socialista / Passivo – Activo (Recodificado)	Muitíssimo Passivo [7]	
			Muito Passivo [6]	
			Passivo [5]	
			Sem relação com Passivo ou Activo [4]	
			Activo [3]	
			Muito Activo [2]	
			Muitíssimo Activo [1]	
111	p_301_01_04	Partido Socialista / Mau - Bom	Muitíssimo Mau [1]	Recodificado para:
			Muito Mau [2]	Muitíssimo Mau [7]
			Mau [3]	Muito Mau [6]
			Sem relação com Mau ou Bom [4]	Mau [5]
			Bom [5]	Sem relação com Mau ou Bom [4]
			Muito Bom [6]	Bom [3]
			Muitíssimo Bom [7]	Muito Bom [2]
				Muitíssimo Bom [1]
107	p_301_01_04_R	RPartido Socialista / Mau – Bom (recodificado)	Muitíssimo Mau [7]	
			Muito Mau [6]	
			Mau [5]	
			Sem relação com Mau ou Bom [4]	
			Bom [3]	

Identificação da variável na base de dados SPSS		Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			Muito Bom [2] Muitíssimo Bom [1]	
108	p_301_01_05	Partido Socialista / Dinâmico - Estático	Muitíssimo Dinâmico [1] Muito Dinâmico [2] Dinâmico [3] Sem relação com Dinâmico ou Estático [4] Estático [5] Muito Estático [6] Muitíssimo Estático [7]	
112	p_301_01_06	Partido Socialista / Condescendente - Firme	Muitíssimo Condescendente [1] Muito Condescendente [2] Condescendente [3] Sem relação com Condescendente ou Firme [4] Firme [5] Muito Firme [6] Muitíssimo Firme [7]	Recodificado para: Muitíssimo Condescendente [7] Muito Condescendente [6] Condescendente [5] Sem relação com Condescendente ou Firme [4] Firme [4] Firme [3] Muito Firme [2] Muitíssimo Firme [1]
109	p_301_01_06_R	Partido Socialista / Condescendente - Firme (Recodificado)	Muitíssimo Condescendente [7] Muito Condescendente [6] Condescendente [5] Sem relação com Condescendente ou Firme [4] Firme [3] Muito Firme [2] Muitíssimo Firme [1]	
113	p_301_02_01	Partido Social Democrata / Forte - Fraco	Muitíssimo Forte [1]	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
		Muito Forte [2] Forte [3] Sem relação com Forte ou Fraco [4] Fraco [5] Muito Fraco [6] Muitíssimo Fraco [7]	
114	p_301_02_02	Partido Social Democrata / Justo - Injusto	
		Muitíssimo Justo [1] Muito Justo [2] Justo [3] Sem relação com Justo ou Injusto [4] Injusto [5] Muito Injusto [6] Muitíssimo Injusto [7]	
119	p_301_02_03	Partido Social Democrata / Passivo - Activo	
		Muitíssimo Passivo [1] Muito Passivo [2] Passivo [3] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [5] Muito Activo [6] Muitíssimo Activo [7]	Recodificado para: Muitíssimo Passivo [7] Muito Passivo [6] Passivo [5] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [3] Muito Activo [2] Muitíssimo Activo [1]
115	p_301_02_03_R	Partido Social Democrata / Passivo – Activo (Recodificado)	
		Muitíssimo Passivo [7] Muito Passivo [6] Passivo [5] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [3]	

Identificação da variável na base de dados SPSS		Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			Muito Activo [2] Muitíssimo Activo [1]	
120	p_301_02_04	Partido Social Democrata / Mau - Bom	Muitíssimo Mau [1] Muito Mau [2] Mau [3] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [5] Muito Bom [6] Muitíssimo Bom [7]	Recodificado para: Muitíssimo Mau [7] Muito Mau [6] Mau [5] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [3] Muito Bom [2] Muitíssimo Bom [1]
116	p_301_02_04_R	Partido Social Democrata / Mau - Bom (Recodificado)	Muitíssimo Mau [7] Muito Mau [6] Mau [5] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [3] Muito Bom [2] Muitíssimo Bom [1]	
117	p_301_02_05	Partido Social Democrata / Dinâmico - Estático	Muitíssimo Dinâmico [1] Muito Dinâmico [2] Dinâmico [3] Sem relação com Dinâmico ou Estático [4] Estático [5] Muito Estático [6] Muitíssimo Estático [7]	
121	p_301_02_06	Partido Social Democrata / Condescendente - Firme	Muitíssimo Condescendente [1] Muito Condescendente [2]	Recodificado para: Muitíssimo Condescendente [7]

Identificação da variável na base de dados SPSS		Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			Condescendente [3]	Muito Condescendente [6]
			Sem relação com Condescendente ou Firme [4]	Condescendente [5]
			Firme [5]	Sem relação com Condescendente ou Firme [4]
			Muito Firme [6]	Firme [3]
			Muitíssimo Firme [7]	Muito Firme [2]
				Muitíssimo Firme [1]
118	p_301_02_06_R	Partido Social Democrata / Firme (Recodificado)	Muitíssimo Condescendente [7]	
			Muito Condescendente [6]	
			Condescendente [5]	
			Sem relação com Condescendente ou Firme [4]	
			Firme [3]	
			Muito Firme [2]	
			Muitíssimo Firme [1]	
122	p_301_03_01	Partido Comunista / Forte - Fraco	Muitíssimo Forte [1]	
			Muito Forte [2]	
			Forte [3]	
			Sem relação com Forte ou Fraco [4]	
			Fraco [5]	
			Muito Fraco [6]	
			Muitíssimo Fraco [7]	
123	p_301_03_02	Partido Comunista / Justo - Injusto	Muitíssimo Justo [1]	
			Muito Justo [2]	
			Justo [3]	
			Sem relação com Justo ou Injusto [4]	
			Injusto [5]	

Identificação da variável na base de dados SPSS		Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			Muito Injusto [6] Muitíssimo Injusto [7]	
128	p_301_03_03	Partido Comunista / Passivo - Activo	Muitíssimo Passivo [1] Muito Passivo [2] Passivo [3] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [5] Muito Activo [6] Muitíssimo Activo [7]	Recodificado para: Muitíssimo Passivo [7] Muito Passivo [6] Passivo [5] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [3] Muito Activo [2] Muitíssimo Activo [1]
124	p_301_03_03_R	Partido Comunista / Passivo - Activo (Recodificado)	Muitíssimo Passivo [7] Muito Passivo [6] Passivo [5] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [3] Muito Activo [2] Muitíssimo Activo [1]	
129	p_301_03_04	Partido Comunista / Mau - Bom	Muitíssimo Mau [1] Muito Mau [2] Mau [3] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [5] Muito Bom [6] Muitíssimo Bom [7]	Recodificado para: Muitíssimo Mau [7] Muito Mau [6] Mau [5] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [3] Muito Bom [2] Muitíssimo Bom [1]
125	p_301_03_04_R	Partido Comunista / Mau - Bom (Recodificado)	Muitíssimo Mau [7] Muito Mau [6]	

Identificação da variável na base de dados SPSS		Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			Mau [5] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [3] Muito Bom [2] Muitíssimo Bom [1]	
126	p_301_03_05	Partido Comunista / Dinâmico - Estático	Muitíssimo Dinâmico [1] Muito Dinâmico [2] Dinâmico [3] Sem relação com Dinâmico ou Estático [4] Estático [5] Muito Estático [6] Muitíssimo Estático [7]	
130	p_301_03_06	Partido Comunista / Condescendente - Firme	Muitíssimo Condescendente [1] Muito Condescendente [2] Condescendente [3] Sem relação com Condescendente ou Firme [4] Firme [5] Muito Firme [6] Muitíssimo Firme [7]	Recodificado para: Muitíssimo Condescendente [7] Muito Condescendente [6] Condescendente [5] Sem relação com Condescendente ou Firme [4] Firme [4] Firme [3] Muito Firme [2] Muitíssimo Firme [1]
127	p_301_03_06_R	Partido Comunista / Condescendente – Firme (Recodificado)	Muitíssimo Condescendente [7] Muito Condescendente [6] Condescendente [5] Sem relação com Condescendente ou Firme [4] Firme [3]	

Identificação da variável na base de dados SPSS		Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			Muito Firme [2] Muitíssimo Firme [1]	
131	p_301_04_01	Centro Democrático-Social / Forte - Fraco	Muitíssimo Forte [1] Muito Forte [2] Forte [3] Sem relação com Forte ou Fraco [4] Fraco [5] Muito Fraco [6] Muitíssimo Fraco [7]	
132	p_301_04_02	Centro Democrático-Social / Justo - Injusto	Muitíssimo Justo [1] Muito Justo [2] Justo [3] Sem relação com Justo ou Injusto [4] Injusto [5] Muito Injusto [6] Muitíssimo Injusto [7]	
137	p_301_04_03	Centro Democrático-Social / Passivo - Activo	Muitíssimo Passivo [1] Muito Passivo [2] Passivo [3] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [5] Muito Activo [6] Muitíssimo Activo [7]	Recodificado para: Muitíssimo Passivo [7] Muito Passivo [6] Passivo [5] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [3] Muito Activo [2] Muitíssimo Activo [1]
133	p_301_04_03_R	Centro Democrático-Social / Passivo – Activo (Recodificado)	Muitíssimo Passivo [7] Muito Passivo [6]	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
		Passivo [5] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [3] Muito Activo [2] Muitíssimo Activo [1]	
138 p_301_04_04	Centro Democrático-Social / Mau - Bom	Muitíssimo Mau [1] Muito Mau [2] Mau [3] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [5] Muito Bom [6] Muitíssimo Bom [7]	Recodificado para: Muitíssimo Mau [7] Muito Mau [6] Mau [5] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [3] Muito Bom [2] Muitíssimo Bom [1]
134 p_301_04_04_R	Centro Democrático-Social / Mau - Bom (Recodificado)	Muitíssimo Mau [7] Muito Mau [6] Mau [5] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [3] Muito Bom [2] Muitíssimo Bom [1]	
135 p_301_04_05	Centro Democrático-Social / Dinâmico - Estático	Muitíssimo Dinâmico [1] Muito Dinâmico [2] Dinâmico [3] Sem relação com Dinâmico ou Estático [4] Estático [5] Muito Estático [6] Muitíssimo Estático [7]	

	Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
139	p_301_04_06	Centro Democrático-Social / Condscendente - Firme	Muitíssimo Condscendente [1] Muito Condscendente [2] Condscendente [3] Sem relação com Condscendente ou Firme [4] Firme [5] Muito Firme [6] Muitíssimo Firme [7]	Recodificado para: Muitíssimo Condscendente [7] Muito Condscendente [6] Condscendente [5] Sem relação com Condscendente ou Firme [4] Firme [4] Firme [3] Muito Firme [2] Muitíssimo Firme [1]
136	p_301_04_06_R	Centro Democrático-Social / Condscendente - Firme (Recodificado)	Muitíssimo Condscendente [7] Muito Condscendente [6] Condscendente [5] Sem relação com Condscendente ou Firme [4] Firme [3] Muito Firme [2] Muitíssimo Firme [1]	
140	p_301_05_01	Bloco de Esquerda / Forte - Fraco	Muitíssimo Forte [1] Muito Forte [2] Forte [3] Sem relação com Forte ou Fraco [4] Fraco [5] Muito Fraco [6] Muitíssimo Fraco [7]	
141	p_301_05_02	Bloco de Esquerda / Justo - Injusto	Muitíssimo Justo [1] Muito Justo [2] Justo [3]	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
		Sem relação com Justo ou Injusto [4] Injusto [5] Muito Injusto [6] Muitíssimo Injusto [7]	
146 p_301_05_03	Bloco de Esquerda / Passivo - Activo	Muitíssimo Passivo [1] Muito Passivo [2] Passivo [3] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [5] Muito Activo [6] Muitíssimo Activo [7]	Recodificado para: Muitíssimo Passivo [7] Muito Passivo [6] Passivo [5] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [3] Muito Activo [2] Muitíssimo Activo [1]
142 p_301_05_03_R	Bloco de Esquerda / Passivo - Activo (Recodificado)	Muitíssimo Passivo [7] Muito Passivo [6] Passivo [5] Sem relação com Passivo ou Activo [4] Activo [3] Muito Activo [2] Muitíssimo Activo [1]	
147 p_301_05_04	Bloco de Esquerda / Mau - Bom	Muitíssimo Mau [1] Muito Mau [2] Mau [3] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [5] Muito Bom [6] Muitíssimo Bom [7]	Recodificado para: Muitíssimo Mau [7] Muito Mau [6] Mau [5] Sem relação com Mau ou Bom [4] Bom [3] Muito Bom [2] Muitíssimo Bom [1]

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
143	p_301_05_04_R	Bloco de Esquerda / Mau – Bom (Recodificado)	
		Muitíssimo Mau [7]	
		Muito Mau [6]	
		Mau [5]	
		Sem relação com Mau ou Bom [4]	
		Bom [3]	
		Muito Bom [2]	
		Muitíssimo Bom [1]	
144	p_301_05_05	Bloco de Esquerda / Dinâmico - Estático	
		Muitíssimo Dinâmico [1]	
		Muito Dinâmico [2]	
		Dinâmico [3]	
		Sem relação com Dinâmico ou Estático [4]	
		Estático [5]	
		Muito Estático [6]	
		Muitíssimo Estático [7]	
148	p_301_05_06	Bloco de Esquerda / Condscendente - Firme	
		Muitíssimo Condscendente [1]	Recodificada para:
		Muito Condscendente [2]	Muitíssimo Condscendente [7]
		Condscendente [3]	Muito Condscendente [6]
		Sem relação com Condscendente ou Firme [4]	Condscendente [5]
		Firme [5]	Sem relação com Condscendente ou Firme [4]
		Muito Firme [6]	Firme [3]
		Muitíssimo Firme [7]	Muito Firme [2]
			Muitíssimo Firme [1]
145	p_301_05_06_R	Bloco de Esquerda / Condscendente – Firme (recodificado)	
		Muitíssimo Condscendente [7]	
		Muito Condscendente [6]	
		Condscendente [5]	
		Sem relação com Condscendente ou Firme	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			[4]
			Firme [3]
			Muito Firme [2]
			Muitíssimo Firme [1]
3.2 – Qual é, em sua opinião, o partido político a que pertence / simpatiza a maioria das pessoas de cada um dos grupos sociais e profissionais que se seguem. NOTA: para cada grupo assinale apenas um partido			
149	p_302_01	Jovens	
150	p_302_02	Reformados	
151	p_302_03	Mulheres	
152	p_302_04	Homens	
153	p_302_05	Ricos	
154	p_302_06	Pobres	
155	p_302_07	Intelectuais	
156	p_302_08	Artistas	CDS-PP [1]
157	p_302_09	Quadros superiores	PSD-PPD [2]
158	p_302_10	Quadros médios	PS [3]
159	p_302_11	Técnicos especializados	PSP/CDU [4]
160	p_302_12	Empregados dos serviços / comércio / administrativos	BE [5]
161	p_302_13	Operários	
162	p_302_14	Trabalhadores não qualificados	
163	p_302_15	Domésticas	
164	p_302_16	Pessoas religiosas	
165	p_302_17	Ateus	
166	p_302_18	Extremistas	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
167 P_302_19	Moderados		

3.3 – Considerando a posição dos partidos políticos em relação a temas sociais (sexualidade, imigração, consumo de drogas, igualdade homem-mulher, ...), coloque cada um deles na sua posição relativa no que se refere ao grau de **CONSERVADORISMO SOCIAL**. Atribua a posição 1 ao partido mais conservador, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido menos conservador que deverá ter a posição 5.

168 p_303_01	Conservadorismo social / BE	partido mais conservador=	[1]
169 p_303_02	Conservadorismo social / CDS		[2]
170 p_303_03	Conservadorismo social / PCP		[3]
171 p_303_04	Conservadorismo social / PS		[4]
172 p_303_05	Conservadorismo social / PSD	partido menos conservador =	[5]

3.4– Considerando a posição dos partidos políticos em relação à forma como se propõem exercer o poder, coloque cada um deles na sua posição relativa no que se refere ao grau de **AUTORITARISMO**. Atribua a posição 1 ao partido mais autoritário, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido menos autoritário que deverá ter a posição 5.

173 p_304_01	Autoritarismo / BE	partido mais autoritário=	[1]
174 p_304_02	Autoritarismo / CDS		[2]
175 p_304_03	Autoritarismo / PCP		[3]
176 p_304_04	Autoritarismo / PS		[4]
177 p_304_05	Autoritarismo / PSD	partido menos autoritário =	[5]

3.5– Considerando a posição dos partidos políticos em relação à religião, coloque cada um dos partidos políticos na sua posição relativa no que se refere à **RELIGIOSIDADE** dos seus membros e simpatizantes. Atribua a posição 1 ao partido em que os seus membros e simpatizantes são mais religiosos, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido com membros e simpatizantes menos religiosos que deverá ter a posição 5.

178 p_305_01	Religiosidade / BE	partido mais religioso=	[1]
179 p_305_02	Religiosidade / CDS		[2]
180 p_305_03	Religiosidade / PCP		[3]
181 p_305_04	Religiosidade / PS		[4]

	Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
182	p_305_05	Religiosidade / PSD	partido menos religioso =	[5]

3.6– Considerando a posição dos partidos políticos em relação à forma como defendem o papel do Estado na REGULAÇÃO DA ECONOMIA (por exemplo, posição em relação à dimensão e extensão dos sectores da economia controlados pelo Estado, protecção legislativa ao emprego, protecção fiscal aos produtores e produtos nacionais, papel da segurança social, etc.), coloque cada um dos partidos políticos na sua posição relativa no que se refere ao grau de INTERVENCIÓNISMO ECONÓMICO que defendem. Atribua a posição 1 ao partido mais intervencionista, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido menos intervencionista que deverá ter a posição 5.

183	p_306_01	Intervencionismo económico / BE	partido mais intervencionista=	[1]
184	p_306_02	Intervencionismo económico / CDS		[2]
185	p_306_03	Intervencionismo económico / PCP		[3]
186	p_306_04	Intervencionismo económico / PS		[4]
187	p_306_05	Intervencionismo económico / PSD	partido menos intervencionista =	[5]

3.7– Considerando a posição dos partidos políticos em relação à ideologia política, coloque cada um dos partidos políticos na sua posição relativa no que se refere ao posicionamento **ESQUERDA/DIREITA**. Atribua a posição 1 ao partido mais à direita, a posição 2 ao seguinte, e assim sucessivamente até ao partido mais à esquerda que deverá ter a posição 5.

188	p_307_01	Ideologia / BE	partido mais à direita=	[1]
189	p_307_02	Ideologia / CDS		[2]
190	p_307_03	Ideologia / PCP		[3]
191	p_307_04	Ideologia / PS		[4]
192	p_307_05	Ideologia / PSD	partido mais à esquerda =	[5]

3.8 – Qual o seu **grau de simpatia** em relação a cada um dos principais partidos representados no parlamento. Faça uma cruz no quadrado correspondente ao número apropriado.

193	p_308_01	Qual o seu grau de simpatia em relação ao PS?	Não gosto nada=	[0]
194	p_308_02	Qual o seu grau de simpatia em relação ao PSD-PPD?		[1]
				[2]
195	p_308_03	Qual o seu grau de simpatia em relação ao PCP?		[3]
196	p_308_04	Qual o seu grau de simpatia em relação ao CDS-	Gosto muito =	[4]

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
	PP?		
197 p_308_05	Qual o seu grau de simpatia em relação ao BE?		

3.9 – Qual lhe parece que é a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar em cada um dos actuais partidos parlamentares?

Faça uma cruz no quadrado correspondente ao número apropriado.

198 p_309_01	Qual lhe parece que é a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar no PS?		
199 p_309_02	Qual lhe parece que é a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar no PSD?	Não vou votar de certeza absoluta=	[0]
200 p_309_03	Qual lhe parece que é a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar no PCP?		[1] [2] [3]
201 p_309_04	Qual lhe parece que é a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar no CDS-PP?	Vou votar de certeza =	[4]
202 p_309_05	Qual lhe parece que é a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar no BE?		

IV — COMPORTAMENTO POLÍTICO

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
203 p_401_00	De um modo geral qual o seu interesse pela política?	Nada interessado(a)= [0] [1] [2] [3] Muito interessado(a) = [4]	
204 p_402_00	De um modo vê-se a a si próprio como (assinale uma das opções):	Simpatizante do BE [1] Simpatizante do CDS-PP [2] Simpatizante do PCP [3] Simpatizante do PSD-PPD [4] Simpatizante do PS [5] Simpatizante de Outro partido [6] Independente (sem simpatia por nenhum partido) [7]	Recodificado para IDENT_PART_5P, considerando apenas as respostas de simpatia por um dos partidos parlamentares : [1] a [5]; Recodificado para IDENT_PART_SN, considerando [1] a [6] = SIM [1] e [7] = Não [2]
205 IDENT_PART_5P	Identificação Partidária com um dos cinco maiores partidos políticos	Simpatizante do BE [1] Simpatizante do CDS-PP [2] Simpatizante do PCP [3] Simpatizante do PSD-PPD [4] Simpatizante do PS [5]	
206 IDENT_PART_SN	Existência de Identificação Partidária	Sim [1]	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			Não [2]
207 p_403_00	Em que grau é que se identifica com as ideias, propostas e acções desse partido?	Identificação Muito Fraca ao partido=	[1] [2] [3] [4] Identificação Muito Forte ao partido = [5]
208 p_404_00	Com que idade é que se tornou simpatizante desse partido?		
209 p_405_00	A sua simpatia foi sempre por esse partido ou já foi simpatizante de outro partido?	Fui sempre simpatizante do mesmo partido=	[1] Já fui simpatizante de outro partido = [2]
210 p_406_00	Se na questão 4.2 assinalou a opção 7 (Independente) diga-nos, no entanto, de qual dos partidos - BE, PCP/CDU, CDS-PP, PSD-PPD, ou PS - se encontra mais próxima (BE, CDS-PP, PCP, PSD-PPD, PS, Outra, Independente)?	Embora seja independente, considero-me mais próximo do BE [1] Embora seja independente, considero-me mais próximo do CDS-PP [2] Embora seja independente, considero-me mais próximo do PCP [3] Embora seja independente, considero-me mais próximo do PSD-PPD [4] Embora seja independente, considero-me mais próximo do PS [5] Embora seja independente, considero-me mais próximo de Outro partido [6] Independente (sem simpatia por nenhum partido) [7]	
211 p_407_01	Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu		Sim [1]

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
			Não [2]
212 p_407_02	comentrada para a escola secundária, universidade ou politécnico. Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu comprimeiro emprego ou mudança de emprego.		
213 p_407_03	Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu comcasamento / divórcio / separação / viuvez.		
214 p_407_04	Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu comnovas responsabilidades sociais, familiares ou profissionais.		
215 p_407_05	Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu comnovos amigos ou colegas de trabalho.		
216 p_407_06	Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu comdesemprego ou situação económica pessoal difícil.		
217 p_407_07	Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu comsituação política grave no país.		
218 p_407_08	Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu comsituação económica grave no país.		
219 p_407_09	Se já foi simpatizante de outro partido, diga-nos se a alteração da sua simpatia partidária coincidiu		

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
	com ...acontecimentos políticos internacionais relevantes.		
220 p_408_01	Está inscrito em algum partido político (ou juventude partidária)?	Sim [1] Não [2]	
221 p_408_02	Qual?	[string]	
222 p_408_03	Desde que idade?		
223 p_409_00	Já alguma vez votou nas eleições para a Assembleia da República?	Sim [1] Não [2]	Se a resposta é não, passar à questão 4.13 (p_413_00)
224 p_410_01	Decidi votar num determinado partido porque ... concordo com as ideias desse partido.		
225 p_410_02	Decidi votar num determinado partido porque ... confio nos dirigentes desse partido.		
226 p_410_03	Decidi votar num determinado partido porque ... identifico-me com a maioria das pessoas que pertencem a esse partido.		
227 p_410_04	Decidi votar num determinado partido porque ... a vitória de outro partido poderia por em causa valores que considero importante.	Não se aplica nada [0] [1] [2] [3]	
228 p_410_05	Decidi votar num determinado partido porque ... o programa desse partido era o que melhor servia os meus interesses pessoais.	Aplica-se totalmente [4]	
229 p_410_06	Decidi votar num determinado partido porque ... simpatizo com esse partido e para mim a lealdade é importante.		
230 p_410_07	Decidi votar num determinado partido porque ... a vitória de outro partido iria prejudicar a minha situação económica e profissional.		

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
231 p_410_08	Decidi votar num determinado partido porque ... era a opção menos má de todas.		
232 p_410_09	Decidi votar num determinado partido porque ... era, na minha área politica, o partido melhor posicionado para eleger deputados.		
233 p_410_10	Decidi votar num determinado partido porque ... era o partido com o melhor programa económico para o país		
234 p_410_11	Decidi votar num determinado partido porque ... o programa político desse partido é o que melhor serve os interesses do País.		
235 p_411_00	Nas eleições para a Assembleia da República já alguma vez votou num partido diferente daquele em que tinha votado na eleição anterior?	Sim [1] Não [2]	Se a resposta é não, passar à questão 4.13 (p_413_00)
236 p_412_02	Decidi votar num partido diferente porque ... fiquei desiludido com o partido em que votei nas eleições anteriores.		
237 p_412_03	Decidi votar num partido diferente porque ... o partido em que votei nas eleições anteriores não tinha, nestas eleições, pessoas capazes e competentes para formar um bom governo.	Não se aplica nada [0] [1] [2] [3]	
238 p_412_04	Decidi votar num partido diferente porque ... as propostas de outro partido eram muito mais favoráveis aos meus interesses.	Aplica-se totalmente [4]	
239 p_412_05	Decidi votar num partido diferente porque ... a campanha eleitoral mostrou-me que o partido em que votei anteriormente praticou acções e tomou decisões que não foram as mais correctas.		

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
240	p_412_06	Decidi votar num partido diferente porque ... era importante derrotar a "direita".	
241	p_412_07	Decidi votar num partido diferente porque ... era importante derrotar a "esquerda"	
242	p_412_08	Decidi votar num partido diferente porque ... deixei de concordar com as ideias, propostas e acções do meu anterior partido.	
243	p_412_02	Decidi votar num partido diferente porque ... as discussões e conversas com os meus amigos e familiares convenceram-me que era importante votar nesse outro partido.	
244	p_413_00	Já alguma vez se absteve (não foi votar) numa eleição para a Assembleia da República?	Sim [1] Não [2] Se a resposta é não, passar à questão 4.16 (p_416_00)
245	p_414_01	Decidi não ir votar porque ... nenhuma das opções políticas me satisfazia.	
246	p_414_02	Decidi não ir votar porque ... estou farto(a) de política e de eleições.	
247	p_414_03	Decidi não ir votar porque ... não ganho nada em ir votar.	Não se aplica nada [0]
248	p_414_04	Decidi não ir votar porque ... estava mal esclarecido(a) e não sabia em que partido votar.	[1] [2] [3]
249	p_414_05	Decidi não ir votar porque ... quis mostrar o meu descontentamento com o sistema.	Aplica-se totalmente [4]
250	p_414_06	Decidi não ir votar porque ... não estava em causa nada de verdadeiramente importante nessas eleições.	
251	p_414_07	Decidi não ir votar porque ... o resultado do meu	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
		partido estava assegurado e não era preciso eu ir votar.	
252	p_414_08	Decidi não ir votar porque ... tive preguiça e não estive para me incomodar.	
253	p_414_09	Decidi não ir votar porque ... os dirigentes do meu partido, nesse período, não me inspiravam confiança.	
254	p_414_10	Decidi não ir votar porque ... tive problemas de saúde, profissionais ou familiares.	
255	p_415_01	Poderia alterar a minha opção de não ir votar ... se os meus interesses pessoais (ou da minha família) estivessem em causa.	
256	p_415_02	Poderia alterar a minha opção de não ir votar ... se estivesse em causa a possibilidade de um partido extremista ganhar as eleições.	
257	p_415_03	Poderia alterar a minha opção de não ir votar ... se algum dos candidatos fosse meu familiar.	
258	p_415_04	Poderia alterar a minha opção de não ir votar ... se o partido com que simpatizo estivesse em risco de sofrer uma derrota significativa.	Não se aplica nada [0] [1] [2] [3]
259	p_415_05	Poderia alterar a minha opção de não ir votar ... se ganhasse alguma coisa de concreto com isso.	[3]
260	p_415_06	Poderia alterar a minha opção de não ir votar ... se acreditasse que o meu voto era realmente decisivo.	Aplica-se totalmente [4]
261	p_415_07	Poderia alterar a minha opção de não ir votar ... se houvesse um partido preocupado com os problemas das pessoas como eu.	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
262 p_415_08	Poderia alterar a minha opção de não ir votar ... se os políticos fossem outros.		
263 p_416_00	Foi votar nas ultimas eleições para a Assembleia da República, em Fevereiro de 2005?		Sim [1] Não [2]
264 p_417_00	Nas últimas eleições para a Assembleia da República, em Fevereiro de 2005, quando é que decidiu em que partido ia votar (ou abster-se ou votar Branco/Nulo)?		No dia da eleição [1] Na véspera da eleição [2] Na semana antes da eleição [3] No mês antes da eleição [4] Mais de um mês antes da eleição [5]
265 p_418_00	Considera-se:		Não religioso(a) [1] Indiferente a questões religiosas [2] Religioso(a) [3] Profundamente religioso(a) [4]
266 p_419_00	Qual a sua religião?		Católica [1] Outra [2] Sem religião [3]
267 p_420_00	Com que frequência vai à igreja / Local de culto?		Nunca [1] Só em casamentos, baptizados e funerais [2] Ocasionalmente [3] Festas religiosas [4] Uma vez por semana [5] Mais do que uma vez por semana [6] Todos os dias [7]
268 p_421_01	Frequenta ou frequentou acções de formação religiosa ... na infância?		Sim [1] Não [2]
269 p_421_02	Frequenta ou frequentou acções de formação religiosa ... na adolescência?		Sim [1] Não [2]

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
270 p_421_03	Frequenta ou frequentou acções de formação religiosa ... na idade adulta?		Sim [1]
			Não [2]
271 p_421_04	Frequenta ou frequentou acções de formação religiosa ... actualmente?		Sim [1]
			Não [2]
272 p_422_01	Em 2005 votou		BE [1]
273 p_422_02	Em 2002 votou		CDS-PP [2]
			PCP [3]
			PS [4]
			PSD-PPD [5]
			Outro [6]
			Branco / Nulo [7]
			Abstenção [8]
			Não tinha idade [9]
			Não se lembra [10]
			Não responde [11]
		275 p_422_04	Em 1995 votou
276 p_422_05	Em 1991 votou		PCP [3]
			PS [4]
			PSD-PPD [5]
			Outro [6]
			Branco / Nulo [7]
			Abstenção [8]
			Não tinha idade [9]
			Não se lembra [10]
			Não responde [11]
			PSR [12]
			UDP [13]

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
277	COIN_ID_VOT	Coincidência entre Identificação partidária e sentido de voto	
278	COIN_ID_VOT_ABS	Coincidência entre Identificação partidária e sentido de voto (considerando também as abstenções)	
279	VOT_2005_SN	Comportamento de voto nas eleições de 2005	
284	CONG_VOT_2002_2005	Congruência no comportamento eleitoral nas eleições de 2005 em relação ao comportamento nas eleições de 2002	
285	CONG_VOT_1999_2002	Congruência no comportamento eleitoral nas eleições de 2002 em relação ao comportamento nas eleições de 1999	
286	CONG_VOT_1995_1999	Congruência no comportamento eleitoral nas eleições de 1999 em relação ao comportamento nas eleições de 1995	
287	CONG_VOT_1991_1995	Congruência no comportamento eleitoral nas eleições de 1995 em relação ao comportamento nas eleições de 1991	
288	CONG_VOT_1991_2005	Congruência no comportamento eleitoral nas eleições realizadas entre 1991 e 2005 (últimas 5 eleições)	
289	CONG_VOT_1995_2005	Congruência no comportamento eleitoral nas eleições realizadas entre 1995 e 2005 (últimas 4 eleições)	
290	CONG_VOT_1999_2005	Congruência no comportamento eleitoral nas eleições realizadas entre 1999 e 2005 (últimas 3 eleições)	

Identificação da variável na base de dados SPSS	Item	Codificação da Resposta	Recodificação
---	------	-------------------------	---------------

ANEXO 5 - ESTUDO PRELIMINAR PARA ADAPTAÇÃO DE ESCALAS DE VALORES E ATITUDES

ESTUDO PRELIMINAR PARA ADAPTAÇÃO E AFERIÇÃO DE ESCALAS DE VALORES E ATITUDES

OBJECTIVOS

Este estudo faz parte de um projecto de doutoramento em psicologia social que incide sobre o comportamento eleitoral e tem por finalidade a construção e aferição de escalas que irão ser integradas no questionário utilizado na recolha de dados para o referido projecto. Especificamente, pretende-se aferir as propriedades psicométricas de quatro escalas de atitudes e valores, concebidas especificamente para aquela investigação — *Escalas de Religiosidade, Autoritarismo, Conservadorismo Social e Liberalismo Económico*.

O questionário que iremos usar no projecto de doutoramento está organizado em quatro partes — identificação e dados sóciodemográficos, atitudes e valores, caracterização dos partidos parlamentares e comportamento político — devendo as quatro escalas incluídas neste estudo preliminar constituir, conjuntamente com as escalas de *Eficácia Política* (Campbell, Gurin, & Miller, *The voter decides*, 1954) e de *Confiança Política* (Muller & Junkam, 1977) a segunda componente desse instrumento de recolha de dados: avaliação de atitudes e valores. As respostas ao questionário serão recolhidas através de entrevistas presenciais realizadas porta-a-porta na freguesia de Santo António dos Olivais, em Coimbra. Este propósito tem por consequência que este instrumento deve, não apenas ter capacidades de medida em relação ao que pretende avaliar mas, também, uma dimensão — traduzida no número de questões que o compõe e no tempo necessário para o preenchimento das respostas —, que torne viável a sua inclusão num estudo cuja amostra é composta por sujeitos que irão ser abordados nas suas residências e que, na sua maioria, não estão predispostos a despende mais do que 15 a 20 minutos nessa tarefa.

Tendo presente esse objectivo, pretendíamos chegar a um resultado final em que cada uma das escalas a incluir na avaliação de atitudes e valores tivesse, no máximo, 10 itens, propriedades psicométricas — traduzidas através de um conjunto de indicadores estatísticos (alfa de Cronbac e correlação inter-itens) —, compatíveis com os critérios comumente aceites pela comunidade científica (Robinson, Shaver, & Wrightsman, 1999, pp. 5-15) e que, simultaneamente, mantivessem a coerência teórica que levou à sua elaboração inicial.

Constrangimentos de tempo, de logística e de orçamento impediram-nos de realizar este trabalho preliminar usando uma amostra aleatória extraída da população que iremos estudar no projecto de doutoramento, levando-nos a optar por concretizá-lo, apesar das limitações metodológicas decorrentes dessa opção, com uma amostra constituída apenas por estudantes de cursos do Instituto Politécnico de Coimbra.

PARTICIPANTES

A amostra do estudo foi constituída por 315 estudantes do ensino superior politécnico, integrados em turmas seleccionadas em função da disponibilidade manifestada pelos respectivos docentes para ceder, durante as suas aulas, o tempo necessário ao preenchimento do questionário (cerca de 30 minutos). Dos sujeitos incluídos na amostra 274 (87.0%) são do sexo feminino e 41 (13.0%) do sexo masculino, 270 (85.7%) frequentam os cursos de licenciatura da Escola Superior de Educação, da Escola Superior Agrária e do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Coimbra e 45 (14.3%) são estudantes de cursos de formação pós-graduada de professores e educadores de infância da Escola Superior de Educação, sendo que destes, 39 (12.4%) são licenciados e 6 (1.9%) têm o grau académico de mestre, 258 (81.9%) são solteiros, 50 (15.9%) são casados, 1 (0.3%) vive em união de facto e 6 (1.9%) são divorciados ou separados.

A idade dos 315 sujeitos situa-se entre os 17 e os 54 anos — 1 (0.3%) dos respondentes tem 17 anos, 268 (85.1%) têm idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos e 46 (14.6%) situam-se no intervalo entre os 35 e os 54 anos, sendo a média de 25.54 (DP = 7.71). Para o sexo masculino (n = 41), os valores extremos são de 19 e 47 anos (M= 26.70; DP = 7.87, Md=24); para o sexo feminino (n = 274), os mesmos valores são 17 e 54 (M = 25.37, DP = 7.69, Md = 22) (cf. **Quadro A5.1**).

Foram recolhidos inicialmente 442 questionários, tendo sido eliminados 127 questionários de sujeitos que não responderam, pelo menos, a 80% dos itens de cada uma das quatro escalas. Não se registaram recusas, uma vez que todos os sujeitos presentes nas sessões aceitaram participar no estudo, preencheram as respostas às questões das escalas e procederam à sua entrega no fim da sessão.

Quadro A5.1

Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo, habilitações académicas, estado civil e grupos etários.

		Idades (anos)				Total	
		≤17	18-34	35-54	≥55	n	%
Sexo	Masculino	0	35	6	0	41	13.0
	Feminino	1	233	40	0	274	87.0
Habilitações	Curso médio/frequência universitária / bacharelato	1	259	10	0	270	85.7
	Licenciatura	0	8	31	0	39	12.4
	Mestrado	0	1	5	0	6	1.9
Estado Civil	Casado	0	17	33	0	50	15.9
	União de facto	0	1	0	0	1	.3
	Divorciado ou separado	0	1	5	0	6	1.9
	Solteiro	1	249	8	0	258	81.9
Total	n	1	268	46	0	315	100.0
	%	.3	85.1	14.6		100.0	

PROCEDIMENTOS

As respostas dos sujeitos foram obtidas em sessões colectivas, durante as aulas de uma das unidades curriculares do respectivo plano de estudos, que decorreram em salas de aula da Escola Superior de Educação, da Escola Superior Agrária e do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Coimbra. Os questionários foram preenchidos pelos sujeitos, na nossa presença, em sessões com uma duração média de 30 minutos.

O estudo foi apresentado como uma investigação científica, integrada num projecto de doutoramento sobre atitudes e comportamentos sociais, baseada na recolha de informações através do preenchimento de um questionário cujas respostas eram anónimas e confidenciais. A participação dos estudantes era voluntária. As instruções sobre o preenchimento consistiam na identificação da estrutura do questionário e esclarecimentos sobre a forma de assinalar correctamente as respostas em cada um dos diferentes tipos de questões.

QUESTIONÁRIO

O questionário é constituído por duas partes: a primeira incidindo na identificação e dados sociodemográficos e a segunda integrando as escalas de atitudes e valores e uma questão sobre a identificação partidária dos sujeitos.

IDENTIFICAÇÃO

A primeira parte inclui os itens relativos às variáveis sociodemográficas e económicas caracterizadoras dos sujeitos inquiridos: Naturalidade, Data de Nascimento, Sexo, Estado civil, Grau mais elevado de escolaridade que atingiu, Situação profissional actual, Ocupação / Actividade profissional principal.

ATITUDES E VALORES POLÍTICOS

A segunda parte do questionário integra os itens das *Escalas de Religiosidade* (12 itens); *Autoritarismo* (18 itens); *Conservadorismo Social* (13 itens) e *Liberalismo Económico* (16 itens), ordenadas de forma aleatória e uma questão final relativa à identificação partidária dos sujeitos. Para além do texto correspondente aos itens, apenas foram dadas instruções gerais sobre a escala de resposta e forma de assinalar as respostas. Nenhuma das escalas foi identificada pelo seu nome ou objectivos.

ESCALA DE RELIGIOSIDADE

A influência da religião no comportamento político e eleitoral está amplamente documentada na literatura científica (Broughton & Napel, 2000; Calvo, Martinez, Montero, & Jalali, 2005; Freire, 2000; Freire, 2001; Leege, Mockabee, & Wald, 2006; Norris & Inglehart, 2004; Safran, 2003), sendo de esperar uma maior religiosidade nos sujeitos identificados com partidos políticos de direita. É também bastante consensual entre os investigadores sociais a consideração de que o fenómeno religioso comporta um corpo de ideias e obrigações rituais e um grupo social com um padrão rotineiro de interacções ou uma organização com regras prescritas, normas e infra-estruturas (Nudelman, 1971; Stark & Glock, 1968; Wald & Smidt, 1993; Wald, Kellstedt, & Lege, 1993).

Stark e Glock (1968) propõem aquele que será um dos modelos mais divulgados na abordagem da religião e que postula a existência de cinco dimensões na religiosidade: crença, prática, experiência, conhecimento e consequências. Por outro lado, Wald & Smidt

(1993) consideram que a religião tem três dimensões relevantes para o comportamento eleitoral: a primeira dessas dimensões é o *sentimento de pertença* e define a religião como um grupo social cujos membros partilham uma identidade comum, um padrão regular de interações sociais ou expectativas similares sobre crenças e comportamento; a segunda refere-se à *crença* e engloba as ideias fundamentais, códigos éticos e símbolos associados à tradição religiosa e a terceira dimensão reporta-se ao *comportamento* exibido pelos sujeitos como consequência das duas dimensões anteriores.

Tendo em consideração estas componentes do comportamento religioso, os objectivos do nosso trabalho e as limitações já referidas anteriormente relativas à dimensão da escala a construir, optámos por centrar a nossa avaliação apenas nos aspectos transversais e comuns às várias religiões. Esta opção deixa de fora a avaliação do conhecimento dos sujeitos em relação aos factos, princípios e teorias específicos de cada religião, assim como a experiência relativa à vivência íntima e pessoal da religião, centrando a atenção em aspectos mais gerais e transversais do comportamento religioso — crença na existência de vida após a morte e na existência de um poder superior que dá sentido à vida na terra; papel da Igreja como entidade organizadora da *praxis* religiosa e como intermediária no contacto com Deus; e papel da Religião como modelo ético organizador da vida social — construindo uma escala com doze afirmações que foram apresentadas aos sujeitos pedindo-lhes que indicassem, utilizando uma gradação de cinco pontos, o grau em que essas afirmações correspondiam às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Os valores extremos da escala de resposta correspondem a “*Completamento em desacordo*” (valor 1) e “*Completamento de acordo*” (valor 5). A pontuação da Escala de Religiosidade pode variar entre o valor mínimo de 12 e o valor máximo 60, indicando as pontuações mais elevadas uma maior religiosidade do sujeito respondente.

A escala, de que se apresenta a sua versão inicial no **Quadro A5.2**, foi, nesta primeira fase, constituída por doze itens, seleccionados e organizados em função de três aspectos principais da religiosidade:

A- Crença na existência de vida depois da morte e na existência de um poder superior que dá sentido à nossa existência na terra:

- Devemos renunciar à ilusão de que há vida depois da morte e concentrarmos as nossas energias na vida terrena;
- Deus é uma mera criação do homem;
- Existe um poder superior que dá sentido à nossa existência na terra;
- Todas as crianças deveriam ter educação religiosa.

B- Papel da Igreja como organizadora da praxis religiosa e como intermediária no contacto com Deus:

- A igreja permite-nos estar em contacto com Deus;
- A participação em cerimónias religiosas é importante;
- Há objectos e locais sagrados que devem ser respeitados por todos;

Quadro A5.2

Itens iniciais da Escala de Religiosidade

Item	Escala de Resposta
Devemos renunciar à ilusão de que há vida depois da morte e concentrarmos as nossas energias na vida terrena	
Deus é uma mera criação do homem; (*)	
Existe um poder superior que dá sentido à nossa existência na terra	
A igreja permite-nos estar em contacto com Deus;	1.Completamente em
A participação em cerimónias religiosas é importante;	desacordo
Há objectos e locais sagrados que devem ser respeitados por todos;	2.
A igreja tem um papel muito positivo na definição de um modelo de vida socialmente harmonioso;	3.
As leis não deveriam contrariar as crenças religiosas;	4.
Não há nada realmente errado em muitos dos comportamentos que a igreja diz que serem pecados; (*)	5.Completamente de
O país seria melhor se as pessoas seguissem, no seu dia-a-dia, os mandamentos da igreja;	acordo
Podemos ter moral sem sermos religiosos; (*)	
Todas as crianças deveriam ter educação religiosa.	

(*) Itens com cotação invertida

C- Papel da Religião como modelo ético organizador da vida social:

- A igreja tem um papel muito positivo na definição de um modelo de vida socialmente harmonioso;
- As leis não deveriam contrariar as crenças religiosas;
- Não há nada realmente errado em muitos dos comportamentos que a igreja diz que serem pecados;
- O país seria melhor se as pessoas seguissem, no seu dia-a-dia, os mandamentos da igreja;
- Podemos ter moral sem sermos religiosos;

ESCALA DE AUTORITARISMO

Existe uma ideia generalizada de que as diferenças entre esquerda e direita estão ligadas às questões da mudança e da igualdade. Essa ideia sugere que o auto-posicionamento no

eixo esquerda-direita está associado a um sistema de valores em que a principal clivagem é o desejo de reforçar a autoridade e a ordem, à direita, e, à esquerda, a contestação a essa autoridade. Esta ideia está de acordo com a definição que Rossiter (1968) faz do conservadorismo como,

an attitude of opposition to disruptive change in the social, economic, legal, religious, political, or cultural order (...) The distinguishing mark of this conservatism, as indeed it is of any branch of conservatism, is the fear of change, which becomes transformed in the political arena into the fear of radicalism (p. 291).

Também Huntington (1957) sublinha essa dimensão na sua definição do conservadorismo como *“system of ideas employed to justify any established social order, no matter where or when it exists, against any fundamental challenge to its nature or being, no matter from what quarter”* (p. 455).

Duas das escalas mais divulgadas na avaliação deste tópico (Knight, 1999) são: *Right-Wing Authoritarianism Scale* (Altemeyer, 1981; Altemeyer, 1996; Altemeyer, 1988) que considera o autoritarismo como uma variável que resulta da convergência de três tipos de atitudes: submissão autoritária (*“do what the authorities tell us to do”*⁶⁸), agressão autoritária (*“get rid of the rotten apples’ who are ruining everything”*) e convencionalismo (*“honor the ways of our forefathers”*); e *Wilson-Patterson Attitude Inventory (WPAI) Conservatism Scale* (Wilson, 1968; Wilson, 1975), construída a partir de um conjunto de itens agrupados em sete áreas: fundamentalismo religioso; orientação política de direita; insistência em regras e punições; intolerância para com os grupos minoritários; preferências por arte, roupas e instituições convencionais; anti-hedonismo; e superstição e resistência à ciência.

Qualquer uma daquelas escalas é bastante extensa — a primeira é constituída por 30 e a segunda por 50 itens —, o que inviabiliza a sua utilização no nosso questionário, pelo que decidimos construir instrumentos próprios para avaliar estas dimensões. Considerando as definições apresentadas anteriormente, optámos por avaliar o Conservadorismo construindo duas escalas distintas: uma, designada por Autoritarismo, que pretende avaliar essencialmente os aspectos ligados à obediência, organização hierárquica e uso da força e da punição, que são os principais instrumentos usados com o objectivo de garantir

⁶⁸ Ilustramos os três tipos de atitudes — convencionalismo/valores tradicionais, submissão autoritária e agressão autoritária — medidas pela RWAS recorrendo ao primeiro item da escala *“Our country will be great if we honour the ways of our forefathers, do what the authorities tell us to do, and get rid of the “rotten apples” who are running everything”*, onde essas três atitudes aparecem associadas numa única afirmação.

a manutenção do *statu quo* e evitar a mudança; e outra — designada por Conservadorismo Social (que apresentaremos no ponto seguinte) — centrada na avaliação de atitudes e valores perante mudanças efectivas que se registam actualmente em comportamentos sociais em áreas como a sexualidade, o acesso ao trabalho, o consumo de drogas e a imigração. De acordo com a literatura, é de esperar que os sujeitos que se identificam com partidos de direita obtenham pontuações mais elevadas nestas escalas do que aqueles que se identificam com partidos de esquerda.

Quadro A5.3

Itens iniciais da Escala de Autoritarismo

Item	Escala de Resposta
A coisa mais importante para as crianças é aprender a aceitar a disciplina	
As escolas não deveriam obrigar os seus estudantes a assistirem às aulas (*)	
É importante que as pessoas possam protestar contra tudo o que não gostam e agir de acordo com os seus desejos (*)	
Obediência é a virtude mais importante que uma criança pode aprender	
Os cidadãos devem participar em todas as decisões que lhes digam respeito (*)	
Toda a autoridade deve ser questionada (*)	
A descentralização do poder só serve para que ninguém seja verdadeiramente responsável por nada	
A obediência e a disciplina são valores fundamentais para que as instituições possam funcionar bem	1.Completamente em desacordo
Numa instituição é importante que se saiba quem é que manda e quem é que deve obedecer	2.
Numa sociedade civilizada deve haver sempre pessoas acima a quem devemos obedecer e pessoas abaixo que devem receber ordens	3.
Uma vantagem significativa de um sistema de partido único é que evita todas as discussões que atrasam o progresso num sistema democrático	4.
A pena de morte deveria ser aplicada aos crimes mais graves;	5.Completamente de acordo
Acções militares que desafiem o direito internacional são por vezes justificadas;	
Apesar da era da electrónica tornar a vigilância policial mais fácil, só quem comete crimes é que tem de estar preocupado com isso;	
A polícia tem cada vez menos condições para actuar e reprimir a criminalidade;	
Na justiça penal, o castigo deve ser mais importante que a reabilitação;	
Os bons pais às vezes têm que bater nos seus filhos;	
Os nossos direitos cívicos estão a ser excessivamente limitados em nome da luta contra o terrorismo (*).	

(*) Itens com cotação invertida

O objectivo da escala de Autoritarismo é avaliar as atitudes dos sujeitos face a três aspectos fundamentais na concretização e/ou afirmação do comportamento autoritário: obediência, organização hierárquica e punição. A escala foi constituída inicialmente por

dezoito itens (cf. **Quadro A5.3**) que são apresentadas aos sujeitos pedindo-lhes que indiquem, utilizando uma gradação de cinco pontos, o grau em que estas correspondem às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Os valores extremos da escala de resposta correspondem a “*Completamento em desacordo*” (valor 1) e “*Completamento de acordo*” (valor 5). Os itens foram seleccionados da seguinte forma:

A - Obediência:

- A coisa mais importante para as crianças é aprender a aceitar a disciplina;
- As escolas não deveriam obrigar os seus estudantes a assistirem às aulas;
- É importante que as pessoas possam protestar contra tudo o que não gostam e agir de acordo com os seus desejos;
- Obediência é a virtude mais importante que uma criança pode aprender;
- Os cidadãos devem participar em todas as decisões que lhes digam respeito;
- Toda a autoridade deve ser questionada;

B - Organização hierárquica:

- A descentralização do poder só serve para que ninguém seja verdadeiramente responsável por nada;
- A obediência e a disciplina são valores fundamentais para que as instituições possam funcionar bem;
- Numa instituição é importante que se saiba quem é que manda e quem é que deve obedecer;
- Numa sociedade civilizada deve haver sempre pessoas acima a quem devemos obedecer e pessoas abaixo que devem receber ordens;
- Uma vantagem significativa de um sistema de partido único é que evita todas as discussões que atrasam o progresso num sistema democrático;

C- Uso da punição:

- A pena de morte deveria ser aplicada aos crimes mais graves;
- Acções militares que desafiem o direito internacional são por vezes justificadas;
- Apesar da era da electrónica tornar a vigilância policial mais fácil, só quem comete crimes é que tem de estar preocupado com isso;
- A polícia tem cada vez menos condições para actuar e reprimir a criminalidade;
- Na justiça penal, o castigo deve ser mais importante que a reabilitação;
- Os bons pais às vezes têm que bater nos seus filhos;
- Os nossos direitos cívicos estão a ser excessivamente limitados em nome da luta contra o terrorismo.

O resultado pode variar entre a pontuação mínima de 18 e máxima de 90. As pontuações mais elevadas indicam maior autoritarismo.

ESCALA DE CONSERVADORISMO SOCIAL

Tal como já referimos no ponto anterior, o objectivo desta escala de Conservadorismo Social é avaliar a atitude dos sujeitos em áreas em que ocorrem mudanças acentuadas de valores e comportamentos na sociedade actual. A escala era constituída, nesta primeira fase, por treze itens (cf. **Quadro A5.4**), que foram apresentados aos sujeitos pedindo-lhes que indicassem, utilizando uma gradação de cinco pontos, o grau em que estas correspondiam às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Os valores extremos da escala de resposta correspondem a “*Completamento em desacordo*” (valor 1) e “*Completamento de acordo*” (valor 5). As pontuações mais elevadas indicam um maior conservadorismo social. Os resultados podem variar entre um valor mínimo de 13 e máximo de 75.

O itens foram escolhidos considerando as seguintes categorias:

A - Sexualidade:

- Não há nada de doentio ou imoral no facto de alguém ser homossexual;
- Ninguém se pode sentir naturalmente homossexual;
- O aborto, quando a vida da mulher não está em risco, deve ser sempre ilegal;
- O sexo fora do casamento é geralmente imoral;
- Uma sociedade deve ser aberta sobre questões ligadas ao sexo, mas hoje em dia vai-se demasiado longe;

B - Imigração:

- A primeira geração de imigrantes nunca se consegue integrar completamente no seu país de acolhimento;
- Não deveríamos dar tanta atenção e importância aos valores culturais dos estrangeiros que vivem no nosso país;
- Não há povos selvagens e civilizados, mas apenas culturas diferentes;
- Os estrangeiros que querem viver no nosso país deveriam ser obrigados a adoptar os nossos costumes, valores culturais e regras sociais;
- Todos devem ter acesso à educação sem qualquer tipo de discriminação social, cultural e económica;

- Um dos nossos grandes problemas é o facto de haver cada vez mais gente de raças e países diferentes a querer viver no nosso país;

Quadro A5.4

Itens iniciais da Escala de Conservadorismo Social

Item	Escala de Resposta
Não há nada de doentio ou imoral no facto de alguém ser homossexual (*)	
Ninguém se pode sentir naturalmente homossexual	
O aborto, quando a vida da mulher não está em risco, deve ser sempre ilegal	
O sexo fora do casamento é geralmente imoral	
Uma sociedade deve ser aberta sobre questões ligadas ao sexo, mas hoje em dia vai-se demasiado longe	
A primeira geração de imigrantes nunca se consegue integrar completamente no seu país de acolhimento	1.Completamente em desacordo
Não deveríamos dar tanta atenção e importância aos valores culturais dos estrangeiros que vivem no nosso país	2.
Não há povos selvagens e civilizados, mas apenas culturas diferentes (*)	3.
Os estrangeiros que querem viver no nosso país deveriam ser obrigados a adoptar os nossos costumes, valores culturais e regras sociais	4.
Todos devem ter acesso à educação sem qualquer tipo de discriminação social, cultural e económica (*)	5.Completamente de acordo
Um dos nossos grandes problemas é o facto de haver cada vez mais gente de raças e países diferentes a querer viver no nosso país	
O Consumo de drogas leves deve ser legalizado (*)	
As mães devem ter carreiras, mas o seu primeiro dever é cuidar dos filhos e do lar	

(*) Itens com cotação invertida

C - Consumo de drogas:

- O Consumo de drogas leves deve ser legalizado.

D- Acesso ao trabalho

- As mães devem ter carreiras, mas o seu primeiro dever é cuidar dos filhos e do lar;

ESCALA DE LIBERALISMO ECONÓMICO

O liberalismo económico caracteriza-se pela defesa de uma sociedade em que a economia se auto-regula através das suas próprias regras, designadas por “regras do mercado”. De acordo com este princípio o Estado deve abster-se de intervir na vida económica, toda a actividade económica deve ser privatizada, as despesas públicas com serviços sociais devem ser eliminadas e os conceitos de “bem público” e de “serviço público” devem ser

banidos ou reduzidos a uma expressão mínima (Friedman, 1962; Harris & Manning, 2006; Rabushka, 1991; Spindler & Still, 1988; Walker, 1988). Estes autores advogam que a liberdade económica é uma condição prévia para a liberdade política e defendem que o papel do estado deve ser minimizado, desenvolvendo um mercado livre, essencial como meio de criar liberdade política e social.

Tradicionalmente a intervenção do Estado na economia de uma sociedade democrática pode ocorrer através da regulação legislativa da propriedade e da actividade económica; através da protecção a pessoas, grupos e organizações; e através da prestação de serviços (Harris & Manning, 2006; Spindler & Still, 1988; Rabushka, 1991). O objectivo desta escala é avaliar a posição dos sujeitos face à intervenção reguladora do Estado nessas três áreas da vida económica. De acordo com estes pressupostos é de esperar que uma maior identificação com valores e atitudes de liberalismo económico corresponda a sujeitos que se identificam com partidos de direita, embora se tenha que ter em conta que a liberalização económica também pode entrar em conflito com valores mais conservadores que se atribuem a essa mesma direita. Nesse sentido, será de prever que os sujeitos com valores mais próximos da direita nacionalista, habitualmente mais conotada com valores mais conservadores, não obterão pontuações muito elevadas nesta escala, embora sempre mais elevadas do que as dos sujeitos que se identificam com partidos de esquerda.

A escala foi inicialmente constituída por dezasseis afirmações (cf. **Quadro A5.5**) que foram apresentadas aos sujeitos pedindo-lhes que indicassem, utilizando uma gradação de cinco pontos, o grau em que estas correspondem às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Os valores extremos da escala de resposta correspondem a “Completamento em desacordo” (valor 1) e “Completamento de acordo” (valor 5). As pontuações variam entre 16 e 80, correspondendo os resultados mais elevados a um maior liberalismo económico.

Os itens da escala foram organizados da seguinte forma:

A - Actividade económica:

- A globalização da economia é fundamental para melhorar o nível de vida das pessoas;
- A defesa da natureza deveria sobrepor-se aos interesses económicos e políticos;
- A única responsabilidade social de uma empresa deve ser a de dar lucro aos seus accionistas;

- As empresas multinacionais estão a explorar, contra a ética, os recursos dos países em vias de desenvolvimento;
- O Estado deve regular as relações entre as empresas e os seus empregados;
- O estado não deve impor restrições à importação de produtos provenientes de outros países;
- O estado deve proteger as nossas empresas, proibindo que se vendam cá alguns produtos fabricados noutros países;

Quadro A5.5

Itens iniciais da Escala de Liberalismo Económico

Item	Escala de Resposta
A globalização da economia é fundamental para melhorar o nível de vida das pessoas	
A defesa da natureza deveria sobrepor-se aos interesses económicos e políticos	
A única responsabilidade social de uma empresa deve ser a de dar lucro aos seus accionistas	
As empresas multinacionais estão a explorar, contra a ética, os recursos dos países em vias de desenvolvimento	
O Estado deve regular as relações entre as empresas e os seus empregados	
O estado não deve impor restrições à importação de produtos provenientes de outros países	
O estado deve proteger as nossas empresas, proibindo que se vendam cá alguns produtos fabricados noutros países	1.Completamente em desacordo
A caridade é o melhor meio de ajudar as pessoas realmente desprotegidas	2.
Aqueles que podem trabalhar e que recusam essa oportunidade não deveriam esperar apoio da sociedade	3.
O Estado deve assegurar que todos os cidadãos recebem um “rendimento mínimo” que assegure a sua sobrevivência (*)	4.
Os ricos deveriam pagar mais impostos porque essa é a melhor maneira de fazer justiça social) (*)	5.Completamente de acordo
A educação deve ser assegurada pelo Estado e deve ser um direito universal e gratuito (*)	
A principal função da escola é preparar os jovens para o mercado de emprego	
As despesas de saúde deveriam ser pagas por aqueles que recorrem aos hospitais e não pelo Estado (*)	
É mais importante controlar o défice orçamental do que diminuir o desemprego (*)	
O Estado deve assegurar emprego para todos os cidadãos	

(*) Itens com cotação invertida

B - Protecção social:

- A caridade é o melhor meio de ajudar as pessoas realmente desprotegidas;
- Aqueles que podem trabalhar e que recusam essa oportunidade não deveriam esperar apoio da sociedade;

- O Estado deve assegurar que todos os cidadãos recebem um “rendimento mínimo” que assegure a sua sobrevivência;
- Os ricos deveriam pagar mais impostos porque essa é a melhor maneira de fazer justiça social;

C - Prestação de serviços públicos:

- A educação deve ser assegurada pelo Estado e deve ser um direito universal e gratuito;
- A principal função da escola é preparar os jovens para o mercado de emprego;
- As despesas de saúde deveriam ser pagas por aqueles que recorrem aos hospitais e não pelo Estado;
- É mais importante controlar o défice orçamental do que diminuir o desemprego;
- O Estado deve assegurar emprego para todos os cidadãos.

IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

No último item da escala questionavam-se os sujeitos sobre a sua identificação partidária. Pretendia-se usar a comparação entre as respostas a esta questão e os resultados obtidos em cada uma das escalas como indicador da capacidade destas medirem diferenças entre sujeitos com identificações partidárias distintas. Para o efeito usámos uma adaptação da Escala de Identificação Partidária (*Party Identification Scale*)⁶⁹ utilizada nos Estudos das Eleições Nacionais Americanas (*American National Election Studies - ANES*).

⁶⁹ A versão original da Party Identification Scale, usada nos estudos do American National Electoral Studies (ANES) e apresentada por Weisberg (1999), p. 684-689), é a seguinte:

“1- Generally speaking, do you usually think of yourself as a Republican, a Democrat, an Independent, or what?

1a. (IF REPUBLICAN OR DEMOCRAT) Would you call yourself a strong (Republican/Democrat) or a not very strong (Republican/Democrat)?

1b. (IF INDEPENDENT) Do you think of yourself as closer to the Republican or Democrat Party?”

The standard seven point scale coding is as follows:

Strong Democrat (SD: D on Q1 and strong on Q1a)

Weak Democrat (WD: D on Q1 and not very strong D on Q1a)

Independent Democrat (ID: Independent on Q1 and D on Q1b)

Pure Independent (PI Independent on Q1 and no on Q1b; or no preference on Q1, no on Q1b, and expression of some interest in politics during the interview)

Independent Republican (IR: Independent on Q1 and R on Q1b)

Weak Republican (WR: R on Q1 and not very strong on Q1a)

Strong Republican (SR: R on Q1 and strong R on Q1a)

Two additional categories for this scale are:

Considerando os objectivos da inserção deste item no questionário, apenas colocámos a seguinte questão: “De uma forma geral vê-se a si próprio como (assinale uma das opções): Simpatizante do BE; Simpatizante do CDS-PP; Simpatizante do PCP ou da CDU; Simpatizante do PSD-PPD; Simpatizante do PS; Outra opção; Independente (não tem simpatia por nenhum partido político) ”.

RESULTADOS

ESCALA DE RELIGIOSIDADE

A pontuação média obtida pelos sujeitos da amostra é de 22.43 ($DP=7.28$), sendo que a população feminina ($n= 274$) tem um resultado médio de 22.83 ($DP= 7.22$) enquanto nos sujeitos do sexo masculino ($n= 41$) o valor da pontuação média é de 19.70 ($DP= 7.16$). A pontuação média e os desvios padrão para cada um dos doze itens da escala são os que se apresentam no **Quadro A5.6**.

Procedendo à análise factorial dos resultados da Escala de Religiosidade identificam-se três factores com *Eigenvalues* superiores a 1. No entanto, a análise conjugada desses dados com o *Scree Plot* mostra que o resultado que melhor se adapta aos dados é uma solução de apenas dois factores — um agrupando seis itens relativos à dimensão social e comportamental da religião e outro associando três itens mais ligados às crenças religiosas —, apresentados no **Quadro A5.7** com as respectivas saturações factoriais.

Os dois factores considerados explicam 45.4% da variabilidade total: o primeiro explica 35.9% e o segundo 9.5%. Verifica-se que a matriz de inter correlações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (de acordo com o teste de Bartlett $\chi^2 = 991.243$, $p >.01$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .89 para as nove variáveis).

No entanto, os itens 29 e 53 apresentam saturações factoriais bastantes baixas, respectivamente .271 e .237, pelo que optámos por eliminá-los. Por sua vez, a análise da consistência interna da escala, já sem os dois itens eliminados, apresenta um valor de α de

Other (other political party names on Q1 and no on Q1b)

Apolitical (no preference on Q1, no on Q1b, and no expression of interest in politics throughout the interview).

Cronbach de .751 e uma correlação inter-item média de .231. Esta análise também nos revela que a supressão do item 33 faz subir o valor de α de Cronbach para .830, pelo que optámos por eliminá-lo também da versão final. Na sequência destes resultados, a escala final ficou constituída por 9 itens, 6 pertencentes ao Factor 1 — 7, 9, 12, 21, 42 e 55 —, e 3 ao Factor 2 — 24, 25 e 28.

Quadro A5.6

Escala de Religiosidade: Médias e desvios-padrão

Item	Amostra (n=315)		Fem. (n= 274)		Masc. (n= 41)	
	M	DP	M	DP	M	DP
[07] A Igreja permite-nos estar em contacto com Deus.	1.81	1.27	1.89	1.26	1.29	1.21
[09] A Igreja tem um papel muito positivo na definição de um modelo de vida socialmente harmonioso.	1.69	1.15	1.73	1.16	1.44	1.05
[12] A participação em cerimónias religiosas é importante.	1.54	1.17	1.60	1.16	1.15	1.15
[21] As leis não deveriam contrariar as crenças religiosas.	1.71	1.24	1.75	1.23	1.44	1.23
[24] Devemos renunciar à ilusão de que há vida depois da morte e concentrarmos as nossas energias na vida terrena. (*)	1.78	1.30	1.79	1.31	1.68	1.21
[28] Existe um poder superior que dá sentido à nossa existência na terra.	2.37	1.24	2.44	1.19	1.95	1.43
[29] Há objectos e locais sagrados que devem ser respeitados por todos.	3.25	.99	3.26	.97	3.24	1.14
[25] Deus é uma mera criação do homem. (*)	2.48	1.27	2.55	1.22	1.98	1.48
[33] Não há nada realmente errado em muitos dos comportamentos que a Igreja diz que serem pecados. (*)	2.56	1.20	2.54	1.20	2.63	1.20
[42] O país seria melhor se as pessoas seguissem, no seu dia-a-dia, os mandamentos da Igreja.	1.50	1.19	1.51	1.17	1.49	1.34
[53] Podemos ter moral sem sermos religiosos. (*)	.27	.59	.27	.61	.22	.48
[55] Todas as crianças deveriam ter educação religiosa.	1.47	1.22	1.51	1.22	1.20	1.25
TOTAL	22.43	7.28	22.83	7.22	19.71	7.16

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário. (*) Itens com cotação invertida.

Considerando apenas a versão final da escala com 9 itens, a pontuação média da amostra é de 16.35 ($DP = 7.18$), obtendo os sujeitos do sexo feminino um resultado médio de 16.76 ($DP = 7.15$) e os do sexo masculino um valor médio de 13.61 ($DP = 6.89$). Os resultados da análise factorial mostram que os dois factores identificados explicam 55.7% da variabilidade total: o primeiro 43.7% e o segundo 12.0%. O valor de α de Cronbach é de .830 e a média das correlações inter-item é de .354.

A análise da consistência interna do Factor 1, que designámos por *Praxis Religiosa*, obtém um α de Cronbach de .812 e uma média das correlações inter-item de .422. A pontuação média neste factor é de 9.72 ($DP = 5.20$). Os valores para a amostra do sexo feminino e masculino são, respectivamente, de 9.98 ($DP = 5.21$) e 8.00 ($DP = 4.84$). Em relação ao Factor 2, designado por *Crença Religiosa*, o valor de α de Cronbach obtido é de .664 e a média das correlações inter-item de .398. A pontuação média no factor é de 6.63 ($DP = 2.94$), sendo a média na amostra do sexo feminino de 6.78 ($DP = 2.86$) e no sexo masculino de 5.61 ($DP = 3.28$).

Quadro A5.7

Análise Factorial da Escala de Religiosidade (Rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos dois factores.

Item	Factor	
	1	2
[09] A Igreja tem um papel muito positivo na definição de um modelo de vida socialmente harmonioso.	.748	.187
[07- A Igreja permite-nos estar em contacto com Deus.	.700	.315
[12] A participação em cerimónias religiosas é importante.	.698	.332
[42] O país seria melhor se as pessoas seguissem, no seu dia-a-dia, os mandamentos da Igreja.	.575	.354
[55] Todas as crianças deveriam ter educação religiosa.	.501	.280
[33] Não há nada realmente errado em muitos dos comportamentos que a Igreja diz que serem pecados.	-.424	-.159
[21] As leis não deveriam contrariar as crenças religiosas.	.335	.182
[53] Podemos ter moral sem sermos religiosos.	.237	.085
[28] Existe um poder superior que dá sentido à nossa existência na terra.	.199	.664
[25] Deus é uma mera criação do homem.	.281	.659
[24] Devemos renunciar à ilusão de que há vida depois da morte e concentrarmos as nossas energias na vida terrena.	.180	.451
[29] Há objectos e locais sagrados que devem ser respeitados por todos.	.171	.271

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário.

ESCALA DE AUTORITARISMO

A pontuação média obtida pelos sujeitos na escala de Autoritarismo é de 29.93 ($DP = 7.27$), sendo que a população feminina ($n = 274$) tem um resultado médio de 29.82 ($DP = 7.06$), enquanto nos sujeitos do sexo masculino ($n = 41$) esse valor é de 30.66 ($DP = 8.60$). A pontuação média e os desvios padrão para cada um dos dezoito itens da escala são os que se apresentam no **Quadro A5.8**.

Quadro A5.8

Escala de Autoritarismo: Médias e desvios-padrão

Item	Amostra (n=315)		Fem. (n= 274)		Masc. (n= 41)	
	M	DP	M	DP	M	DP
[02] A coisa mais importante para as crianças é aprender a aceitar a disciplina.	1.66	1.17	1.62	1.20	1.88	.93
[03] A pena de morte deveria ser aplicada aos crimes mais graves.	1.52	1.49	1.58	1.51	1.07	1.31
[04] A descentralização do poder só serve para que ninguém seja verdadeiramente responsável por nada.	1.73	1.07	1.78	1.05	1.44	1.21
[10] A obediência e a disciplina são valores fundamentais para que as instituições possam funcionar bem.	2.34	1.17	2.30	1.17	2.56	1.12
[14] Acções militares que desafiem o direito internacional são por vezes justificadas.	1.36	.98	1.39	.94	1.12	1.17
[16] Apesar da era da electrónica tornar a vigilância policial mais fácil, só quem comete crimes é que tem de estar preocupado com isso.	.92	1.04	.89	1.01	1.12	1.19
[20] As escolas não deveriam obrigar os seus estudantes a assistirem às aulas.	2.63	1.19	2.60	1.21	2.80	1.01
[23] A polícia tem cada vez menos condições para actuar e reprimir a criminalidade.	2.90	1.17	2.90	1.18	2.93	1.10
[26] É importante que as pessoas possam protestar contra tudo o que não gostam e agir de acordo com os seus desejos. (*)	1.77	1.17	1.76	1.18	1.90	1.11
[30] Na justiça penal, o castigo deve ser mais importante que a reabilitação.	1.14	1.14	1.16	1.12	.98	1.28
[36] Numa instituição é importante que se saiba quem é que manda e quem é que deve obedecer.	2.38	1.15	2.31	1.13	2.85	1.17
[38] Numa sociedade civilizada deve haver sempre pessoas acima a quem devemos obedecer e pessoas abaixo que devem receber ordens.	1.42	1.23	1.33	1.20	1.98	1.29
[39] Obediência é a virtude mais importante que uma criança pode aprender.	1.43	1.23	1.41	1.23	1.61	1.20
[48] Os bons pais às vezes têm que bater nos seus filhos.	1.99	1.45	2.01	1.47	1.88	1.38
[49] Os cidadãos devem participar em todas as decisões que lhes digam respeito. (*)	.35	.63	.34	.64	.39	.54
[51] Os nossos direitos cívicos estão a ser excessivamente limitados em nome da luta contra o terrorismo. (*)	1.91	.84	1.92	.81	1.88	1.03
[54] Toda a autoridade deve ser questionada. (*)	1.08	.94	1.05	.918	1.24	1.04
[57] Uma vantagem significativa de um sistema de partido único é que evita todas as discussões que atrasam o progresso num sistema democrático.	1.39	1.17	1.45	1.16	1.02	1.21
TOTAL	29.93	7.27	29.82	7.07	30.66	8.60

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário. (*) Itens com cotação invertida.

Procedendo à análise factorial dos resultados da Escala de Autoritarismo identificam-se sete factores com *Eigenvalues* superiores a 1. No entanto, a análise conjugada desses dados com o *Scree Plot* mostra que o resultado que melhor se adapta aos dados é uma solução de apenas três factores (cf. **Quadro A5.9**).

Quadro A5.9

Análise factorial da Escala de Autoritarismo com dezoito itens (rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos três factores

	Factor		
	1	2	3
[30] Na justiça penal, o castigo deve ser mais importante que a reabilitação.	.591	.087	.229
[03] A pena de morte deveria ser aplicada aos crimes mais graves.	.573	.123	-.039
[14] Acções militares que desafiem o direito internacional são por vezes justificadas.	.565	.129	.122
[57] Uma vantagem significativa de um sistema de partido único é que evita todas as discussões que atrasam o progresso num sistema democrático.	.445	.157	-.130
[04] A descentralização do poder só serve para que ninguém seja verdadeiramente responsável por nada.	.397	.032	.032
[49] Os cidadãos devem participar em todas as decisões que lhes digam respeito.	.213	-.140	.174
[48] Os bons pais às vezes têm que bater nos seus filhos.	.198	.110	.101
[26] É importante que as pessoas possam protestar contra tudo o que não gostam e agir de acordo com os seus desejos.	-.175	-.083	.018
[39] Obediência é a virtude mais importante que uma criança pode aprender.	.220	.629	.282
[02] A coisa mais importante para as crianças é aprender a aceitar a disciplina.	.211	.593	.194
[10] A obediência e a disciplina são valores fundamentais para que as instituições possam funcionar bem.	.180	.578	.192
[20] As escolas não deveriam obrigar os seus estudantes a assistirem às aulas.	-.072	-.164	.017
[36] Numa instituição é importante que se saiba quem é que manda e quem é que deve obedecer.	.009	.304	.650
[38] Numa sociedade civilizada deve haver sempre pessoas acima a quem devemos obedecer e pessoas abaixo que devem receber ordens.	-.103	.154	.530
[51] Os nossos direitos cívicos estão a ser excessivamente limitados em nome da luta contra o terrorismo.	-.021	.064	.213
[54] Toda a autoridade deve ser questionada.	.023	-.132	.146
[16] Apesar da era da electrónica tornar a vigilância policial mais fácil, só quem comete crimes é que tem de estar preocupado com isso.	.065	.036	.123
[23] A polícia tem cada vez menos condições para actuar e reprimir a criminalidade.	.043	-.039	.106

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário.

Os três factores considerados explicam 34% da variabilidade total. O primeiro explica 17.1%, o segundo 9.7% e o terceiro 7.2% da variabilidade. Verifica-se que a matriz de inter correlações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (Bartlett $\chi^2 = 714.748$, $p > .01$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .72 para as dezoito variáveis). No entanto, os itens 49, 48, 26 do factor 1, 20, do

factor 2 e 51, 54, 16 e 23 do factor 3, apresentam saturações factoriais bastantes baixas, todas elas menores do que .214, pelo que optámos por eliminá-los.

Considerando apenas a versão final da escala, reduzida a 10 questões, verificamos que a análise factorial apenas identifica, agora, dois factores (cf. **Quadro A5.10**) que explicam 45.8% da variabilidade total: o primeiro 29.0% e o segundo 16.8%.

Considerando apenas os dez itens da escala final, a pontuação média obtida na amostra é de 16.37 ($DP = 6.23$). Para os sujeitos do sexo feminino o valor médio é de 16.35 ($DP = 6.22$) e para os do sexo masculino de 16.51 ($DP = 6.40$).

O valor de α de Cronbach da escala com dez itens é de .709 e a média das correlações inter-item é de .199. A análise da consistência interna do Factor 1, que designámos por *Obediência*, obtém um α de Cronbach de .710 e uma média das correlações inter-item de .330. A pontuação média obtida neste factor é de 9.23 ($DP = 4.04$), obtendo os sujeitos do sexo feminino uma média de 8.98 ($DP = 3.95$) e os do sexo masculino de 10.88 ($DP = 4.30$). Em relação ao Factor 2 — *Hierarquia e Punição* —, o valor de α de Cronbach obtido é de .648 e a média das correlações inter-item de .272. A média das pontuações é de 7.14 ($DP = 3.81$), a amostra feminina obtém uma pontuação média de 7.37 ($DP = 3.72$) e a masculina 5.63 ($DP = 4.09$).

Quadro A5.10

Análise factorial da Escala de Autoritarismo, com dez itens (rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos dois factores.

Item	Factor	
	1	2
[39] Obediência é a virtude mais importante que uma criança pode aprender.	.629	.272
[36] Numa instituição é importante que se saiba quem é que manda e quem é que deve obedecer.	.629	-.008
[02] A coisa mais importante para as crianças é aprender a aceitar a disciplina.	.556	.278
[10] A obediência e a disciplina são valores fundamentais para que as instituições possam funcionar bem.	.545	.265
[38] Numa sociedade civilizada deve haver sempre pessoas acima a quem devemos obedecer e pessoas abaixo que devem receber ordens.	.470	-.141
[03] A pena de morte deveria ser aplicada aos crimes mais graves.	.034	.607
[14] Acções militares que desafiem o direito internacional são por vezes justificadas.	.159	.540
[30] Na justiça penal, o castigo deve ser mais importante que a reabilitação.	.209	.530
[57] Uma vantagem significativa de um sistema de partido único é que evita todas as discussões que atrasam o progresso num sistema democrático.	.013	.486
[04] A descentralização do poder só serve para que ninguém seja verdadeiramente responsável por nada.	.024	.384

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário.

ESCALA DE CONSERVADORISMO SOCIAL

A pontuação média obtida pelos sujeitos na escala de Conservadorismo Social é de 15.15 ($DP = 6.20$). Os sujeitos do sexo feminino ($n = 274$) têm uma pontuação média de 15.19 ($DP = 6.20$), e os do sexo masculino ($n = 41$) de 14.85 ($DP = 6.24$). A pontuação média e os desvios padrão para cada um dos treze itens da escala são os que se apresentam no **Quadro A5.11**.

Quadro A5.11

Escala de Conservadorismo Social: Médias e desvios-padrão

Item	Amostra (n=315)		Fem. (n= 274)		Masc. (n= 41)	
	M	DP	M	DP	M	DP
[11- A primeira geração de imigrantes nunca se consegue integrar completamente no seu país de acolhimento.	2.08	1.05	2.09	1.07	2.00	.95
[22] As mães devem ter carreiras, mas o seu primeiro dever é cuidar dos filhos e do lar.	.96	1.14	.95	1.14	1.00	1.14
[31] Não deveríamos dar tanta atenção e importância aos valores culturais dos estrangeiros que vivem no nosso país.	.75	.88	.76	.87	.68	.91
[32] Não há nada de doentio ou imoral no facto de alguém ser homossexual. (*)	.78	1.05	.73	1.02	1.10	1.18
[34] Não há povos selvagens e civilizados, mas apenas culturas diferentes. (*)	.50	.88	.46	.82	.80	1.21
[35] Ninguém se pode sentir naturalmente homossexual.	1.44	1.04	1.41	1.05	1.63	1.02
[37] O aborto, quando a vida da mulher não está em risco, deve ser sempre ilegal.	1.14	1.37	1.16	1.40	.95	1.20
[45] O sexo fora do casamento é geralmente imoral.	1.04	1.48	1.05	1.49	1.00	1.43
[47] O consumo de drogas leves deve ser legalizado. (*)	2.42	1.40	2.51	1.37	1.85	1.46
[50] Os estrangeiros que querem viver no nosso país deveriam ser obrigados a adoptar os nossos costumes, valores culturais e regras sociais.	.71	.91	.70	.92	.80	.87
[56] Todos devem ter acesso à educação sem qualquer tipo de discriminação social, cultural e económica. (*)	.05	.24	.04	.21	.10	.37
[58] Um dos nossos grandes problemas é o facto de haver cada vez mais gente de raças e países diferentes a querer viver no nosso país.	1.27	1.18	1.28	1.19	1.20	1.15
[59] Uma sociedade deve ser aberta sobre questões ligadas ao sexo, mas hoje em dia vai-se demasiado longe.	2.00	1.28	2.04	1.28	1.73	1.30
TOTAL	15.15	6.20	15.19	6.20	14.85	6.24

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário. (*) Itens com cotação invertida.

Os três factores considerados explicam 39.5% da variabilidade total. O primeiro explica 19.6%, o segundo 11.4% e o terceiro 8.5% da variabilidade. Verifica-se que a matriz de inter correlações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (Bartlett $\chi^2 = 362.459$, $p > .01$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .72 para as treze variáveis).

A análise factorial dos resultados da Escala de Conservadorismo Social identifica quatro factores com *Eigenvalues* superiores a 1. No entanto, a avaliação conjugada desses dados com o *Scree Plot* mostra que o resultado que melhor se adapta aos dados é uma solução de apenas três factores, o primeiro com seis, o segundo com três e o quarto com quatro itens (cf. **Quadro A5.12**).

Quadro A5.12

Análise factorial da Escala de Conservadorismo Social, com treze itens (Rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos três factores.

Item	Factor		
	1	2	3
[59] Uma sociedade deve ser aberta sobre questões ligadas ao sexo, mas hoje em dia vai-se demasiado longe.	.535	.147	.003
[37] O aborto, quando a vida da mulher não está em risco, deve ser sempre ilegal.	.474	.029	.149
[45] O sexo fora do casamento é geralmente imoral.	.417	.036	.024
[47] O consumo de drogas leves deve ser legalizado.	.355	.011	.164
[22] As mães devem ter carreiras, mas o seu primeiro dever é cuidar dos filhos e do lar.	.349	.148	.195
[35] Ninguém se pode sentir naturalmente homossexual.	.213	.037	.181
[31] Não deveríamos dar tanta atenção e importância aos valores culturais dos estrangeiros que vivem no nosso país.	.034	.678	.098
[58] Um dos nossos grandes problemas é o facto de haver cada vez mais gente de raças e países diferentes a querer viver no nosso país.	.103	.572	.036
[50] Os estrangeiros que querem viver no nosso país deveriam ser obrigados a adoptar os nossos costumes, valores culturais e regras sociais.	.152	.424	.268
[32] Não há nada de doentio ou imoral no facto de alguém ser homossexual.	.361	.003	.583
[34] Não há povos selvagens e civilizados, mas apenas culturas diferentes.	-.013	.210	.404
[56] Todos devem ter acesso à educação sem qualquer tipo de discriminação social, cultural e económica.	.042	.201	.212
[11] A primeira geração de imigrantes nunca se consegue integrar completamente no seu país de acolhimento.	.057	.023	.123

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário.

Os itens 35, do factor 1, e 56 e 11, do factor 3, apresentam saturações factoriais abaixo de .214, pelo que optámos por eliminá-los. Considerando que após esta operação, o factor 3 fica apenas reduzido a dois itens de difícil categorização — 32 e 34 — decidimos eliminar também estas duas questões.

A análise factorial da versão final da escala, reduzida a oito questões, apenas encontra dois factores (cf. **Quadro A5.13**) que explicam 43.6% da variabilidade total: o primeiro 26.3% e o segundo 17.3%. O valor médio da pontuação nesta escala é de 10.30 ($DP = 4.95$), com a média da amostra feminina num valor de 10.46 ($DP = 4.91$) e a da amostra masculina de 9.22 ($DP = 5.11$).

Quadro A5.13

Análise factorial da Escala de Conservadorismo Social, com oito itens (Rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos dois factores.

Item	Factor	
	1	2
[31] Não deveríamos dar tanta atenção e importância aos valores culturais dos estrangeiros que vivem no nosso país.	.662	.047
[58] Um dos nossos grandes problemas é o facto de haver cada vez mais gente de raças e países diferentes a querer viver no nosso país.	.580	.077
[50] Os estrangeiros que querem viver no nosso país deveriam ser obrigados a adoptar os nossos costumes, valores culturais e regras sociais.	.463	.164
[37] O aborto, quando a vida da mulher não está em risco, deve ser sempre ilegal.	.033	.530
[59] Uma sociedade deve ser aberta sobre questões ligadas ao sexo, mas hoje em dia vai-se demasiado longe.	.164	.468
[45] O sexo fora do casamento é geralmente imoral.	.037	.433
[22] As mães devem ter carreiras, mas o seu primeiro dever é cuidar dos filhos e do lar.	.193	.379
[47] O consumo de drogas leves deve ser legalizado.	.042	.371

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário.

A análise da consistência interna da Escala final identifica um valor de α de Cronbach de .584 e uma média das correlações inter-item é de .156. A análise da consistência interna do Factor 1, que designámos por *Imigração*, obtém um α de Cronbach de .581 e uma média das correlações inter-item de .330. A média dos resultados da amostra é de 2.73 ($DP = 2.21$), sendo os valores do sexo feminino de 2.74 ($DP = 2.19$) e os do sexo masculino de 2.68 ($DP = 2.37$).

Em relação ao Factor 2, designado por *Comportamento Individual*, o valor de α de Cronbach obtido é de .549 e a média das correlações inter-item de .326. O valor médio da pontuação neste factor é de 7.57 ($DP = 4.00$), sendo de 7.72 ($DP = 4.02$) para a amostra feminina e 6.54 ($DP = 3.76$) para a masculina.

ESCALA DE LIBERALISMO ECONÓMICO

A pontuação média obtida pelos sujeitos na Escala de Liberalismo Económico é de 25.98 ($DP=5.50$), sendo que a pontuação média da população feminina ($n = 274$) é de 25.87 (DP

Quadro A5.14

Escala de Liberalismo Económico: Médias e desvios-padrão

Item	Amostra (n=315)		Fem. (n= 274)		Masc. (n= 41)	
	M	DP	M	DP	M	DP
[01] A caridade é o melhor meio de ajudar as pessoas realmente desprotegidas.	.14	.46	.14	.47	.15	.36
[05] A educação deve ser assegurada pelo Estado e deve ser um direito universal e gratuito. (*)	1.77	1.18	1.81	1.18	1.49	1.10
[06] A globalização da economia é fundamental para melhorar o nível de vida das pessoas.	2.44	.94	2.48	.88	2.17	1.24
[08] A defesa da natureza deveria sobrepor-se aos interesses económicos e políticos. (*)	2.96	.98	2.93	.99	3.15	.94
[13] A principal função da escola é preparar os jovens para o mercado de emprego.	2.37	1.25	2.39	1.24	2.22	1.33
[15] A única responsabilidade social de uma empresa deve ser a de dar lucro aos seus accionistas.	.66	.88	.63	.84	.85	1.09
[17] Aqueles que podem trabalhar e que recusam essa oportunidade não deveriam esperar apoio da sociedade.	2.98	1.24	2.93	1.27	3.29	.96
[18] As despesas de saúde deveriam ser pagas por aqueles que recorrem aos hospitais e não pelo Estado.	.56	.84	.53	.84	.73	.84
[19] As empresas multinacionais estão a explorar, contra a ética, os recursos dos países em vias de desenvolvimento. (*)	1.17	1.00	1.19	1.00	.98	.94
[27] É mais importante controlar o défice orçamental do que diminuir o desemprego.	1.15	1.02	1.14	1.01	1.22	1.11
[40] O Estado deve assegurar emprego para todos os cidadãos. (*)	.84	.99	.79	.94	1.22	1.22
[41] O Estado deve assegurar que todos os cidadãos recebem um "rendimento mínimo" que assegure a sua sobrevivência. (*)	1.29	1.29	1.23	1.27	1.68	1.37
[43] O Estado deve regular as relações entre as empresas e os seus empregados. (*)	1.81	1.12	1.78	1.10	2.02	1.24
[44] O Estado não deve impor restrições à importação de produtos provenientes de outros países. (*)	1.29	1.06	1.30	1.06	1.24	1.10
[46] O Estado deve proteger as nossas empresas, proibindo que se vendam cá alguns produtos fabricados noutros países. (*)	1.72	1.17	1.71	1.16	1.76	1.24
[52] Os ricos deveriam pagar mais impostos porque essa é a melhor maneira de fazer justiça social. (*)	1.05	1.07	1.05	1.06	1.05	1.12
Total	25.98	5.50	25.87	5.26	26.71	6.89

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário. (*) Itens com cotação invertida

= 5.26), e a do sexo masculino ($n = 41$) de 26.71 ($DP = 6.89$). A pontuação média e os desvios padrão para cada um dos dezasseis itens da escala são apresentados no **Quadro A5.14**.

A análise da consistência interna da escala identifica um valor de α de Cronbach de .508 para os 5 itens e uma média de correlações inter-item de .169. O valor médio da pontuação na escala obtido pelos sujeitos da amostra é de 8.39 ($DP = 3.08$). A pontuação dos sujeitos da amostra feminina é de 8.46 ($DP = 2.98$) e da amostra masculina de 7.95 ($DP = 3.73$).

Procedendo à análise factorial dos resultados da Escala de Liberalismo Económico identificam-se seis factores com *Eigenvalues* superiores a 1 (cf. **Quadro A5.15**). A análise conjugada desses dados com o *Scree Plot* confirma esta solução de seis factores .

Quadro A5.15

Análise factorial da Escala de Liberalismo Económico, com dezasseis itens (rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos seis factores.

Item	Factor					
	1	2	3	4	5	6
[13] A principal função da escola é preparar os jovens para o mercado de emprego.	.610	-.028	.004	-.191	-.008	.073
[15] A única responsabilidade social de uma empresa deve ser a de dar lucro aos seus accionistas.	.450	.022	-.018	.082	.165	-.074
[01] A caridade é o melhor meio de ajudar as pessoas realmente desprotegidas.	.435	-.199	-.056	.104	-.010	-.026
[06] A globalização da economia é fundamental para melhorar o nível de vida das pessoas.	.346	-.200	.049	.017	-.087	.345
[27] É mais importante controlar o défice orçamental do que diminuir o desemprego.	.271	.010	.039	.013	.047	-.043
[41] O Estado deve assegurar que todos os cidadãos recebem um "rendimento mínimo" que assegure a sua sobrevivência.	-.150	.762	.019	-.129	.069	.103
[40] O Estado deve assegurar emprego para todos os cidadãos.	.013	.472	-.008	.012	.060	.036
[46] O Estado deve proteger as nossas empresas, proibindo que se vendam cá alguns produtos fabricados noutros países.	-.132	.187	.699	.038	-.018	.248
[44] O Estado não deve impor restrições à importação de produtos provenientes de outros países.	.192	-.211	.614	.047	-.029	-.268
[52] Os ricos deveriam pagar mais impostos porque essa é a melhor maneira de fazer justiça social.	-.013	-.034	.044	.476	.025	.117
[19] As empresas multinacionais estão a explorar, contra a ética, os recursos dos países em vias de desenvolvimento.	.275	.221	.029	.465	-.013	-.093
[08] A defesa da natureza deveria sobrepor-se aos interesses económicos e políticos.	-.047	.091	.019	-.392	-.106	-.010
[11] Aqueles que podem trabalhar e que recusam essa oportunidade não deveriam esperar apoio da sociedade.	.117	.033	-.020	-.319	-.017	.158
[05] A educação deve ser assegurada pelo Estado e deve ser um direito universal e gratuito.	-.006	.092	.014	.173	.664	.004
[18] As despesas de saúde deveriam ser pagas por aqueles que recorrem aos hospitais e não pelo Estado.	.305	.064	-.063	-.013	.484	-.109
[43] O Estado deve regular as relações entre as empresas e os seus empregados.	-.095	.125	.003	-.011	-.027	.306

Entre parêntesis rectos indica-se a posição do item no questionário.

Os seis factores encontrados explicam 55.5% da variabilidade total. Cada factor explica, respectivamente, 13.2%, 10.6%, 9.6%, 8.4%, 7.3% e 6.4% da variabilidade. Verifica-se que a matriz de intercorrelações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (Bartlett $\chi^2 = 478.621$, $p > .01$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .56 para as dezasseis variáveis).

Atendendo à dispersão de factores encontrada, optámos por considerar apenas o primeiro factor, que tem as características de um factor geral, uma vez que engloba itens provenientes das três áreas que estiveram na origem dos itens seleccionados para a escala, a saber: regulação legislativa da actividade económica com o fim de garantir a equidade social, a protecção de determinadas actividades, recursos e empresas; a protecção social a pessoas e grupos considerados em desvantagem; a prestação de serviços de interesse público. A análise factorial da escala, reduzida aos 5 itens do referido factor geral — 1, 6, 13, 15 e 27 —, encontra apenas um factor que explica 34% da variabilidade total.

IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

Dos 315 sujeitos que constituem a amostra, 193 (61.3%) assinalaram a simpatia por um dos cinco partidos parlamentares: 51 (16.2%) assinalaram o BE, 7 (2.2%) o CDS-PP, 11 (3.5%) o PCP, 47 (14.9%) o PSD-PPD e 77 (24.4%) identificaram-se com o PS. Dos 122 (38.7%) restantes, 10 (3.2%) assinalaram “Outra Opção”, 40 (12.7%) consideraram-se “Independentes” e 72 (22.9%) não responderam.

Identificação partidária vs Escala de Religiosidade

As médias das pontuações obtidas na Escala de Religiosidade em cada uma das cinco opções de Identificação Partidária consideradas foram as seguintes: BE ($n = 51$, $M = 12.28$,

Quadro A5.16

Religiosidade em função da Identificação partidária: médias e desvios-padrão

		Identificação partidária									
		BE		CDS-PP		PCP		PSD-PPD		PS	
		n= 51		n=7		n=11		n=47		n= 77	
Religiosidade	M	12.28	abc	24.29	ade	12.81	df	20.45	bfg	16.84	ceg
	DP	7.14		7.0		7.32		6.36		6.59	

Para cada grupo as médias que são assinaladas com a mesma letra diferem significativamente entre si ao nível de $\alpha=.05$, de acordo com o teste de Tukey HSD.

DP = 7.14); CDS-PP (n = 7, M = 24.29, DP = 7.0); PCP (n = 11, M = 12.81, DP = 7.32); PSD-PPD (n = 47, M = 20.45, DP = 6.36) e PS (n = 77, M = 16.84, DP = 6.59). A diferença entre as médias nestes grupos é estatisticamente significativa, [F (4, 188) = 12.15, p ≤ .001]. AS comparações múltiplas feitas através do teste de Tukey, permitem verificar que existem diferenças estatisticament significativas entre as médias dos seguintes grupos: BE e CDS-PP, BE e PSD-PPD, BE e PS, CDS-PP e PCP, CDS-PP e PS, PCP e PSD-PPD e PSD-PPD e PS (cf. **Quadro A5.16**).

Identificação partidária vs Escala de Autoritarismo

Para cada uma das cinco opções de Identificação Partidária consideradas, as pontuações médias na Escala de Autoritarismo foram as seguintes: BE (n = 51, M = 13.82 DP = 6.44); CDS-PP (n = 7, M = 17.29, DP = 6.58); PCP (n = 11, M = 11.09, DP = 6.35); PSD-PPD (n = 47, M = 18.64, DP = 5.92) e PS (n = 77, M = 16.99, DP = 6.20). A diferença entre as médias nestes grupos é estatisticamente significativa [F (4, 188) = 5.888, p ≤ .001]. De acordo com o teste de Tukey, as diferenças significativas verificam-se entre as médias dos seguintes grupos: BE e PSD-PPD, BE e PS, PCP e PSD-PPD e PCP e PS (cf. **Quadro A5.17**).

Quadro A5.17

Autoritarismo em função da Identificação partidária: médias e desvios-padrão

		Identificação partidária				
		BE	CDS-PP	PCP	PSD-PPD	PS
		n= 51	n=7	n=11	n=47	n= 77
Autoritarismo	M	13.82	17.29	11.09	18.64	16.99
	DP	6.44	6.58	6.35	5.92	6.20

Para cada grupo as médias que são assinaladas com a mesma letra diferem significativamente entre si ao nível de $\alpha=.05$, de acordo com o teste de Tukey HSD.

Identificação partidária vs Escala de Conservadorismo Social

As médias das pontuações obtidas na Escala de Conservadorismo Social em cada uma das cinco opções de Identificação Partidária consideradas, apresentadas no **Quadro A5.18**, foram as seguintes: BE (n = 51, M = 8.20, DP = 4.18); CDS-PP (n = 7, M = 15.57, DP = 6.13); PCP (n = 11, M = 7.91, DP = 5.45); PSD-PPD (n = 47, M = 12.81, DP = 4.96) e PS (n = 77, M = 10.57, DP = 4.53). A diferença entre as médias nestes grupos é estatisticamente significativa [F (4, 188) = 8.891, p ≤ .001]. As comparações múltiplas através do teste de Tukey permitem identificar diferenças significativas entre as médias dos seguintes grupos: BE e CDS-PP, BE e PSD-PPD, BE e PS, CDS-PP e PCP, PCP e PSD-PPD.

Quadro A5.18

Conservadorismo Social em função da Identificação partidária: médias e desvios-padrão

		Identificação partidária									
		BE		CDS-PP		PCP		PSD-PPD		PS	
		n= 51		n=7		n=11		n=47		n= 77	
Conservadorismo	M	8.20	abc	15.57	ad	7.91	de	12.81	be	10.57	c
Social	DP	4.18		6.13		5.45		4.96		4.53	

Para cada grupo as médias que são assinaladas com a mesma letra diferem significativamente entre si ao nível de $\alpha=.05$, de acordo com o teste de Tukey HSD.

Identificação partidária vs Escala de Liberalismo Económico

Para cada um dos grupos de Identificação Partidária considerados, as pontuações médias na Escala de Liberalismo Económico (cf. **Quadro A5.19**) foram as seguintes: BE (n = 51, M = 7.31, DP = 3.27); CDS-PP (n = 7, M = 8.86, DP = 2.85); PCP (n = 11, M = 7.09, DP = 3.73); PSD-PPD (n = 47, M = 9.09, DP = 3.17) e PS (n = 77, M = 8.48, DP = 2.75). A diferença entre as médias nestes grupos é estatisticamente significativa [F (4, 188) = 2.643, p = .035]. As comparações múltiplas através do teste de Tukey apenas identificam diferenças significativas entre as médias dos sujeitos que se identificam com o BE e com o PSD-PPD.

Quadro A5.19

Liberalismo económico em função da Identificação partidária: médias e desvios-padrão das pontuações

		Identificação partidária									
		BE		CDS-PP		PCP		PSD-PPD		PS	
		n= 51		n=7		n=11		n=47		n= 77	
Liberalismo	M	7.31	a	8.86		7.09		9.09	a	8.48	
Económico	DP	3.27		2.85		3.73		3.17		2.75	

Para cada grupo as médias que são assinaladas com a mesma letra diferem significativamente entre si ao nível de $\alpha=.05$, de acordo com o teste de Tukey HSD.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Já referimos anteriormente que a interpretação dos resultados deste estudo está condicionada pelo facto de ele ter sido realizado com recurso a uma amostra de estudantes do ensino superior seleccionada em função da sua disponibilidade e facilidade de acesso. De acordo com os critérios usados por Robinson et al. (1999, pp. 13-14), o desenvolvimento dos itens de uma escala através de um pequeno estudo com este tipo de amostra apenas satisfaz minimamente os critérios exigíveis, que deveriam passar, idealmente, por amostras nacionais aleatórias, por vários estudos piloto e por um elenco

de itens iniciais muito mais extenso do que os usados no nosso trabalho. O objectivo de, numa fase posterior, usar estas escalas num estudo que disporá de uma amostra aleatória, se bem que ainda não nacional, ajudará a colmatar esta lacuna e a acrescentar dados relevantes para avaliar as propriedades de medida destes instrumentos.

No que se refere aos restantes indicadores estatísticos apurados, os resultados obtidos permitem-nos concluir que estas quatro escalas de valores e atitudes preenchem os critérios de avaliação apresentados por Robinson et al. (1999, pp. 13-14). A Escala de Religiosidade é a que apresenta melhores resultados, obtendo valores para o α Cronbach e para a média das correlações inter-item que se enquadram nos valores que aqueles autores consideram na categoria *Exemplar* (nível 4 - α de Cronbach $\geq .80$ e correlação inter-item $\geq .30$). A Escala de Autoritarismo, apresenta um valor de α de Cronbach situado nos valores do grupo *Elevado* (nível 3 - valores entre .70 e .79) e uma média das correlações inter-item dentro da classificação *Moderada* (nível 2 - valores entre .10 e .19). Por sua vez, as Escalas de Conservadorismo Social e Liberalismo Económico apresentam valores de α de Cronbach considerados na categoria *Mínimo* (nível 1 - valores abaixo de .60), embora as correlações inter-item se situem no grupo *Moderado* (cf. Quadro A5.20).

A capacidade das escalas medirem diferenças entre sujeitos com diferenças políticas entre si, foi testada comparando as médias obtidas em cada uma das escalas com a identificação dos sujeitos a um dos principais partidos políticos parlamentares: BE, o CDS-PP, o PCP, o PSD-PPD e o PS. Os resultados dessas análises permitem-nos concluir que as quatro escalas satisfazem este critério e conseguem medir diferenças significativas e politicamente relevantes entre sujeitos. Verificamos também que essas diferenças vão no sentido daquilo que a literatura científica prevê.

A média da pontuação obtida na escala de Religiosidade aumenta progressivamente, partindo dos sujeitos identificados com o BE (que obtêm a pontuação média mais baixa), até aos que se identificam com o CDS-PP, (com a pontuação mais elevada), passando sequencialmente pelo PCP, PS e PSD-PPD. Ou seja, estes resultados organizam os sujeitos em função da sua religiosidade de forma análoga à sua posição no eixo esquerda/direita. Os resultados permitem ainda, e de acordo com as expectativas teóricas sobre o sentido dessa relação, encontrar diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos que se identificam com o BE e todos os outros sujeitos excepto aqueles que se identificam com o PCP; entre os que se identificam com o CDS-PP e todos os que se identificam com outros partidos excepto o PSD-PPD; entre os sujeitos identificados com o PCP e aqueles que se

identificam com o CDS-PP e o PSD-PPD e entre os que se identificam com o PS e aqueles que se identificam com o BE, o CDS-PP e o PSD-PPD.

Quadro A5.20

Síntese dos dados psicométricos (α Cronbach e média das correlações inter-item) relativos às escalas de Religiosidade, Autoritarismo, Conservadorismo Social e Liberalismo Económico, factores identificados e a respectiva classificação de acordo com os critérios de avaliação de escalas de atitudes apresentados por Robinson et al. (1999, pp. 13-14).

Escala	Factor	α Cronbach		Média das Correlações inter-item	
		(1)	(2)	(1)	(2)
Religiosidade	Escala Completa	.830	Exemplar	.354	Exemplar
	F1- Praxis	.812	Exemplar	.422	Exemplar
	F2- Crença	.664	Moderado	.398	Exemplar
Autoritarismo	Escala Completa	.709	Elevado	.199	Moderada
	F1- Obediência	.710	Elevado	.330	Exemplar
	F2- Hierarquia e Punição	.648	Moderado	.272	Elevado
Conservadorismo Social	Escala Completa	.584	Mínimo	.156	Moderada
	F1- Imigração	.581	Mínimo	.330	Exemplar
	F2- Comportamento Social	.549	Mínimo	.326	Exemplar
Liberalismo Económico	Escala Completa	.508	Mínimo	.169	Moderada

(1) Resultado obtido com a Análise da Consistência Interna da Escala e respectivos Factores. (2) Classificação de acordo com os critérios de avaliação de escalas de atitudes apresentados por Robinson et al. (1999, pp. 13-14)

No que respeita à pontuação média obtida na escala de Autoritarismo, que mede atitudes ligadas à obediência e disciplina e à hierarquia e uso da punição, verificámos que aumenta à medida que se consideram os resultados obtidos pelos sujeitos que se identificam com o PCP (M = 11.09), com o BE (M = 13.82), com o PS (M = 16.99), com o CDS-PP (M = 17.29) e com o PSD-PPD (M = 18.64). As diferenças estatisticamente significativas verificam-se entre as pontuações dos sujeitos que se identificam com o BE e as dos que se identificam com o PSD-PPD, as dos que se identificam com o BE e as do que o fazem com o PS, as dos sujeitos que se identificam com o PCP e as dos que se identificam com o PSD/PPD, as dos sujeitos que se identificam com o PCP e as dos que o fazem com o PS. Estes resultados permitem separar os sujeitos que se identificam com os partidos de esquerda que não participam habitualmente dos governos (PCP e BE) — com pontuações mais baixas nesta escala —, dos sujeitos que se identificam com os partidos de centro esquerda (PS) e com

os partidos de centro direita (PSD-PPD) e direita (CDS-PP), o que se coaduna com a ideia inicial de que um dos factores que estabelece a divisão entre a esquerda, (nomeadamente aquela que se define como oposição ao poder) e a direita, é a sua postura perante a mudança e a necessidade de garantir a estabilidade social através da disciplina, da obediência, da hierarquia e da punição.

Também no que se refere à escala de Conservadorismo Social, que mede atitudes dos sujeitos perante comportamentos de mudança social que já ocorrem ou ocorrem nas sociedades contemporâneas, verificamos que os resultados se coadunam com as expectativas iniciais, ou seja, maior Conservadorismo Social nos sujeitos identificados com os partidos de direita. De facto, a pontuação média mais baixa é obtida pelos sujeitos que se identificam com o PCP ($M = 7.91$), seguidos daqueles que se identificam com o BE ($M = 8.20$), com o PS ($M = 10.57$), com o PSD-PPD ($M = 12.81$) e, por último, com CDS-PP ($M = 15.57$). As diferenças entre estas médias permitem identificar um grupo englobando os sujeitos que se identificam com os partidos de esquerda (BE e PCP), um outro grupo com os sujeitos que se identificam com os partidos do centro esquerda e centro direita (PS e PSD-PPD), e um terceiro grupo com os sujeitos que se identificam com o partido de direita (CDS-PP).

Quadro A5.21

Itens incluídos na versão final da Escala de Religiosidade e sua distribuição pelos dois factores identificados: *praxis religiosa* (factor 1) e *fé* (factor 2). Escala de Resposta: 5 pontos com valores extremos variando de “Completamente em desacordo”(1) a “Completamente de acordo”(5)

Item	Factor
A igreja permite-nos estar em contacto com Deus.	1
A igreja tem um papel muito positivo na definição de um modelo de vida socialmente harmonioso.	1
A participação em cerimónias religiosas é importante.	1
As leis não deveriam contrariar as crenças religiosas.	1
O país seria melhor se as pessoas seguissem, no seu dia-a-dia, os mandamentos da igreja.	1
Todas as crianças deveriam ter educação religiosa.	1
Devemos renunciar à ilusão de que há vida depois da morte e concentrarmos as nossas energias na vida terrena. (*)	2
Deus é uma mera criação do homem. (*)	2
Existe um poder superior que dá sentido à nossa existência na terra.	2

(*) Itens com pontuação invertida

No que se refere à escala de Liberalismo Económico, as pontuações médias obtidas também variam de acordo com uma progressão que vai dos sujeitos que se identificam com o PCP ($M = 7.09$), com o BE ($M = 7.31$), com o PS ($M = 8.48$) com o CDS-PP ($M = 8.86$) e com o PSD-PPD ($M = 9.09$), embora apenas se identifiquem diferenças estatisticamente

significativas entre as médias dos que se identificam com o BE e dos que o fazem com o PSD-PPD.

Estes resultados permitem-nos concluir que as quatro escalas testadas neste estudo, cujas versões finais se apresentam nos Quadro A5.21, A5.22, A5.23 e A5.24, reúnem as condições necessárias para a sua utilização em estudos científicos de opinião sobre comportamento político.

Quadro A5.22

Itens incluídos na versão final da Escala de Autoritarismo e sua distribuição pelos dois factores identificados: *obediência* (factor 1) e *hierarquia e punição* (factor 2). Escala de Resposta: 5 pontos com valores extremos variando de “Completamente em desacordo”(1) a “Completamente de acordo”(5).

Item	Factor
A coisa mais importante para as crianças é aprender a aceitar a disciplina.	1
A obediência e a disciplina são valores fundamentais para que as instituições possam funcionar bem.	1
Numa instituição é importante que se saiba quem é que manda e quem é que deve obedecer.	1
Numa sociedade civilizada deve haver sempre pessoas acima a quem devemos obedecer e pessoas abaixo que devem receber ordens.	1
Obediência é a virtude mais importante que uma criança pode aprender.	1
A pena de morte deveria ser aplicada aos crimes mais graves	2
A descentralização do poder só serve para que ninguém seja verdadeiramente responsável por nada.	2
Acções militares que desafiem o direito internacional são por vezes justificadas	2
Na justiça penal, o castigo deve ser mais importante que a reabilitação.	2
Uma vantagem significativa de um sistema de partido único é que evita todas as discussões que atrasam o progresso num sistema democrático.	2

Quadro A5.23

Itens incluídos na versão final da Escala de Conservadorismo Social e sua distribuição pelos dois factores identificados: *imigração* (factor 1) e *comportamento individual* (factor 2). Escala de Resposta: 5 pontos com valores extremos variando de “Completamente em desacordo”(1) a “Completamente de acordo”(5).

Item	Factor
Não deveríamos dar tanta atenção e importância aos valores culturais dos estrangeiros que vivem no nosso país.	1
Um dos nossos grandes problemas é o facto de haver cada vez mais gente de raças e países diferentes a querer viver no nosso país.	1
Os estrangeiros que querem viver no nosso país deveriam ser obrigados a adoptar os nossos costumes, valores culturais e regras sociais.	1
O aborto, quando a vida da mulher não está em risco, deve ser sempre ilegal.	2
Uma sociedade deve ser aberta sobre questões ligadas ao sexo, mas hoje em dia vai-se demasiado longe.	2
O sexo fora do casamento é geralmente imoral.	2
As mães devem ter carreiras, mas o seu primeiro dever é cuidar dos filhos e do lar.	2
O Consumo de drogas leves deve ser legalizado.	2

Quadro A5.24

Itens finais da Escala de Liberalismo Económico. Escala de Resposta: 5 pontos com valores extremos variando de “Completamente em desacordo”(1) a “Completamente de acordo”(5).

Item
A caridade é o melhor meio de ajudar as pessoas realmente desprotegidas.
A globalização da economia é fundamental para melhorar o nível de vida das pessoas.
A principal função da escola é preparar os jovens para o mercado de emprego.
A única responsabilidade social de uma empresa deve ser a de dar lucro aos seus accionistas.
É mais importante controlar o défice orçamental do que diminuir o desemprego.

ANEXO 6 - GUIÃO PARA INÍCIO DA ENTREVISTA

Guião para o início da Entrevista		
Muito bom dia (boa tarde / boa noite). O meu nome é _____, sou estudante da Faculdade .../Escola ... e estou a realizar uma entrevista para uma investigação científica realizada pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.		Se questionado sobre quem é — aqui ou em qualquer parte do questionário — o(a) entrevistador(a) deve responder “Sou aluno(a) da Faculdade ... / Escola ... e estou a trabalhar como entrevistador para um projecto de doutoramento da Universidade de Coimbra”.
Se a pessoa que abriu a porta aparenta ter menos de 18 anos, perguntar: TEM MAIS DE 18 ANOS?	SIM	CONTINUAR na coluna da esquerda.
	NÃO	Solicitar que chame alguém com mais de 18 anos e voltar AO INÍCIO.
Este(a) apartamento/casa/moradia foi escolhido(a) <u>ao acaso</u> para uma investigação sobre comportamentos e atitudes sócio-políticas dos eleitores da sua freguesia. Gostaríamos de solicitar a sua colaboração para responder a um <u>questionário</u> . Como é evidente, as suas respostas serão rigorosamente <u>anónimas</u> e <u>confidenciais</u> e não lhe “ocuparemos” mais de 20 minutos. SERÁ QUE PODEMOS CONTAR COM A SUA <u>COLABORAÇÃO</u> ?	SIM	Continuar na coluna da esquerda.
	NÃO ou HESITAÇÃO	Entregar documento de apresentação do projecto, dar tempo a que o entrevistado o leia. [Se o entrevistado tiver dificuldade em ler, o entrevistador deverá fazê-lo em voz alta] SERÁ QUE PODEMOS ENTÃO CONTAR COM A SUA COLABORAÇÃO?
	SIM	Continuar na coluna da esquerda.
	NÃO	Agradecer.
ESTÁ <u>RECENEADO(A)</u> NA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS?	SIM	Continuar na coluna da esquerda.
	NÃO	Agradecer.
EXPLICITAR A FORMA DE PREENCHIMENTO E RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO As respostas que lhe solicitamos incidem sobre a sua opinião , pelo que não existem respostas certas e erradas. Pedimos-lhe apenas que responda de forma sincera e de acordo com aquilo que pensa, sente ou faz. Para cada questão existe uma escala e a sua resposta consiste em assinalar com uma cruz o quadrado que melhor corresponde à sua opinião.		Entregar um exemplar do questionário ao entrevistado
TEM ALGUMA QUESTÃO OU DÚVIDA?	SIM	Esclarecer a dúvida. 1- Se o entrevistado(a) tiver dificuldade em ler e/ou escrever perguntar se prefere que seja o entrevistador a ler as questões em voz alta e a preencher com as respostas do(a) entrevistado(a); 2- Se o entrevistado quiser preencher o questionário no interior da habitação e não o quiser convidar para entrar, ou se achar preferível não entrar, sugerir-lhe que vem buscar o questionário daí a 30-45 minutos.
	NÃO	Agradecer
Iniciar o preenchimento do questionário		

ANEXO 7 - APRESENTAÇÃO DO ESTUDO



Investigação sobre

COMPORTAMENTO E ATITUDES SOCIAIS

Investigadores Responsáveis:

Valentim António Rodrigues Alferes. Prof. Auxiliar da FPCE da Universidade de Coimbra

Rui Jorge da Silva Antunes. Prof. Adjunto da ESE do Instituto Politécnico de Coimbra

A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE/UC) está a realizar uma investigação sobre comportamentos e atitudes sócio-políticas. Trata-se de um estudo científico rigoroso, integrado num **projecto de doutoramento**, conduzido sob a responsabilidade do Núcleo de Investigação e Intervenção em Psicologia Social (NIIPS) da FPCE/UC e do Prof. Doutor Valentim Rodrigues Alferes, com a colaboração do Dr. Rui Antunes do Centro de Estudos em Psicologia Social da Escola Superior de Educação de Coimbra.

Solicitamos e agradecemos a sua colaboração nesta investigação, através da resposta ao questionário que se apresenta a seguir. **Todos os dados são anónimos e confidenciais e destinam-se a ser usados exclusivamente no âmbito deste projecto científico.** A recolha de dados é feita por entrevistadores, seleccionados entre estudantes do ensino superior, devidamente identificados e formados pelo NIIPS.

O questionário é constituído por quatro partes: a primeira incide na recolha de **elementos sócio-demográficos** necessários para o tratamento estatístico das respostas; a segunda parte é composta por três grupos de questões sobre **atitudes e valores sociais**; o terceiro conjunto inclui questões para **caracterização dos partidos políticos portugueses com representação parlamentar**; e, por último, temos um grupo de questões relativas ao seu **comportamento social e político**.

As respostas que lhe solicitamos incidem sobre **a sua opinião** face a questões de natureza social e política, pelo que não existem respostas certas e erradas. Pedimos-lhe apenas que responda de forma sincera e de acordo com aquilo que pensa, sente ou faz.

O preenchimento do questionário demora, em média, cerca de 20 minutos.

Qualquer questão que queira colocar relativamente a este trabalho pode ser dirigida ao NIIPS e endereçada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Rua do Colégio Novo, Apartado 6153, 3001-802 Coimbra, ou através dos endereços de e-mail antunes@esec.pt ou cseo.niips@fpce.uc.pt.

Agradecemos a sua colaboração.

**ANEXO 8 - CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA POR SEXO, GRUPOS ETÁRIOS, ESTADO CIVIL,
ESCOLARIDADE, GRUPO OCUPACIONAL E RELIGIOSIDADE**

Quadro A8.1 - Características da amostra por sexo, grupos etários, estado civil, escolaridade, grupo ocupacional e religiosidade (N = 1116).

	Sexo								Total	
	Masculino				Feminino					
	Grupos Etários (anos)				Grupos Etários (anos)				n	%
	[18-34]	[35-54]	[≥55]	T	[18-34]	[35-54]	[≥55]	T		
Estado Civil										
Casado(a)	17	168	129	314	31	178	121	330	644	57.7
Vive em União de Facto	4	18	7	29	11	12	2	25	54	4.8
Viúvo(a)			9	9		9	38	47	56	5.0
Divorciado(a)	1	14	4	19	4	28	15	47	66	5.9
Solteiro(a)	131	13		144	106	35	11	152	296	26.5
Escolaridade										
Não sabe ler nem escrever							1	1	1	.1
Sabe ler e escrever			3	3		3	10	13	16	1.4
1º ciclo do ensino básico			19	19		10	37	47	66	5.9
2º ciclo do ensino básico		7	3	10	2	7	16	25	35	3.1
3º ciclo do ensino básico	2	10	25	37		23	23	46	83	7.4
12º ano / Antigo 7º ano dos liceus	36	28	28	92	22	28	19	69	161	14.4
Curso profissional / artístico	4	3	3	10		10	4	14	24	2.2
Curso médio / frequência universitária / bacharelato	70	30	16	116	39	19	27	85	201	18.0
Licenciatura	28	75	47	150	68	121	44	233	383	34.3
Mestrado	11	31	1	43	21	34	6	61	104	9.3
Doutoramento	2	29	4	35		7		7	42	3.8
Grupo Ocupacional										
Gestores e quadros superiores	42	148	61	251	76	167	54	297	548	49.1
Quadros médios	16	27	35	78	17	52	51	120	198	17.7
Pequenos empregadores e trabalhadores independentes	4	19	6	29	6	11	3	20	49	4.4
Trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços ("colarinhos brancos")	1	7	24	32	3	8	15	26	58	5.2
Operários e trabalhadores não qualificados ("colarinhos azuis")			11	34	2	18	43	63	97	8.7
Desempregados ou sujeitos que nunca trabalharam	90	1		91	48	6	21	75	166	14.9
Religiosidade										
Não religioso	48	49	22	119	25	38	11	74	193	17.3
Indiferente a questões religiosas	49	70	19	138	45	40	23	108	246	22.0
Religioso	55	94	102	251	82	179	137	398	649	58.2
Profundamente religioso	1		6	7		5	16	21	28	2.5
Total	153	213	149	515	152	262	187	601	1116	100

ANEXO 9 - RESULTADOS ELEITORAIS NA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS
(1991-2005)

Quadro A9.1 – Resultados eleitorais na freguesia de Santo António dos Olivais (Coimbra) e distribuição percentual dos sujeitos da amostra em função do seu comportamento eleitoral nas eleições legislativas de 2005, 2002, 1999, 1995 e 1991.

	2005			2002			1999			1995			1991		
	Amostra		RE												
	n	%	%	n	%	%	n	%	%	n	%	%	n	%	%
BE	140	13.5	9.42	101	10.5	4.97	28	3.2	5.44						
CDS-PP	69	6.7	9.07	52	5.4	6.55	48	5.4	7.52	45	5.6	9.36	21	2.8	4.71
PCP	63	6.1	7.25	66	6.8	6.50	92	10.4	8.97	84	10.5	8.20	75	10.1	7.90
PS	422	40.7	40.81	330	34.2	39.06	376	42.6	40.51	395	49.4	46.97	271	36.3	36.37
PSD-PPD	315	30.4	27.96	401	41.6	39.87	313	35.4	34.14	246	30.8	31.47	352	47.2	43.71
PSR										14	1.8	0.99	19	2.5	1.49
UDP										4	0.5	0.34	4	0.5	
Outro	3	0.3	1.10	6	0.6	1.03	6	0.7	1.28	1	0.1	0.48	1	0.1	4.08
BRANCO/NULO	24	2.3	4.39	9	0.9	1.99	20	2.3	2.16	10	1.3	2.20	3	0.4	1.75
TOTAL DE VOTANTES	1036	100	100	965	100	100	883	100	100	799	100	100	746	100	100
ABSTENÇÃO	76	6.8	28.10	47	4.6	31.37	39	4.2	33.61	34	4.1	27.53	26	3.4	26.20
Não se lembra				34			69			71			61		
Não responde				16			2			2			2		
Não tinha idade	4			54			122			209			280		
TOTAL DA AMOSTRA	1116			1116			1116			1116			1116		

Legenda: RE = Resultado Eleitora

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAPOR. (2006). *Standard definitions: Final dispositions of case codes and outcome rates for surveys* (4 ed.). Lenexa, Texas: AAPOR.
- Abrams, D., & Hogg, M. A. (1990). Social identification, self-categorization, and social influence. *European Review of Social Psychology*, 1, 195-227.
- Abrams, D., Wetherell, M., Cochrane, S., Hogg, M. A., & Turner, J. C. (2001). Knowing what to think by knowing who you are: Self categorization and the nature of norm formation, conformity and group polarization. In M. A. Hogg, & D. Abrams, *Intergroup relations* (pp. 270-288). Ann Arbor, MI: Taylor & Francis.
- Abramson, P. R., & Ostrom Jr., C. W. (1991). Macropartisanship: An empirical reassessment. *American Political Science Review*, 85, 181-192.
- Abramson, P. R., & Ostrom Jr., C. W. (1992). Question wording and macropartisanship. *American Political Science Review*, 86, 475-486.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswick, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper & Brothers.
- Alferes, V. R. (2002). Atracção interpessoal, sexualidade e relações íntimas. In J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia social* (5ª ed., pp. 125-158). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Alferes, V. R. (29 de Setembro de 2002). *Medidas do tamanho do efeito e de não sobreposição: dois grupos independentes*. Obtido em 20 de Maio de 2007, de SPSS: SYNTAX FILES: http://www.fpce.uc.pt/nucleos/niips/spss_prc/meta/meta_ind/meta_ind.htm
- Allport, F. H. (1924). *Social psychology*. Boston: Houghton Mifflin.
- Almond, G., & Verba, S. (1965). *The civic culture*. Boston: Little, Brown.
- Altemeyer, B. (1981). *Right-wing authoritarianism*. Winnipeg: University of Manitoba Press.
- Altemeyer, B. (1988). *Enemies of freedom: Understanding right wing authoritarianism*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Altemeyer, B. (1996). *The authoritarian specter*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Amâncio, L. (2002). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Edits.), *Psicologia Social* (5ª ed., pp. 387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Anderson, C. J., & Ward, D. S. (1996). Barometer elections in comparative perspective. *Electoral Studies*, 15, 447-460.
- Andrews, F. M., Klem, L., Davidson, T. N., O'Malley, P. M., & Rodgers, W. L. (1981). *A guide for selecting statistical techniques for analyzing social science data* (2 ed.). Ann Arbor, Michigan: Institute for Social Research, University of Michigan.

- Arcuri, L. (1982). Three patterns of social categorization in attribution memory. *European Journal of Social Psychology*, 12, 271-282.
- Arian, A. (1972). *The elections in Israel - 1969*. Jerusalem: Jerusalem Academic Press.
- Aronson, E., Turner, J. A., & Carlsmith, J. M. (1963). Communicator credibility and communication discrepancy as determinants of opinion change. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 67, 31-36.
- Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2005). *Social psychology* (5 ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson.
- Arrows, K. (1951). *Social values and individual values*. New York: John Wiley & Sons.
- Arrows, K. (1986). Rationality of self and others in economic system. *The Journal of Business*, 59 (4), S385-S399.
- Bailey, K. D. (1975). Cluster analysis. *Sociological Methodology*, 6, 59-128.
- Ball, T., & Dagger, R. (2003). *Political ideologies and the democratic ideal* (5 ed.). New York: Longman Publishing Group.
- Barnes, S. H., & Kaase, M. (1979). *Political action: Mass participation in five western democracies*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Bartolini, S., & Mair, P. (1990). *Identity, competition and electoral availability*. New York: Cambridge University Press.
- Beck, N. (1975). The paradox of minimax regret. *American Political Science Review*, 69, 918.
- Beck, P. A. (1977). Partisan dealignment in the post-war south. *American Political Science Review*, 71, 477-496.
- Bell, D. (1960). *The end of ideology: On the exhaustion of political ideas in the fifties*. Harvard: Harvard University Press.
- Bennett, S. E. (1998). Young Americans indifference to media coverage of public. *Political Science & Politics*, 31, 535-542.
- Berelson, B. R., Lazarsfeld, P. F., & McPhee, W. N. (1954). *Voting: A study of opinion formation in a presidential campaign*. Chicago: Chicago University Press.
- Billig, M., & Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 3, 27-51.
- Blais, A. (2000). *To vote or not to vote: The merits and limits of rational choice theory*. Pittsburg: University of Pittsburg.
- Blais, A., & Dobrzynska, A. (1998). Turnout in electoral democracies. *European Journal of Political Research*, 33, 239-261.
- Brader, T. (2006). *Campaigns for hearts and minds: How emotional appeals in political adds work*. Chicago: The University of Chicago Press .
- Brady, H. E., Verba, S., & Schlozman, K. L. (1995). Beyond SES: A resource model of political participation. *American Political Science Review*, 89, 271-294.

- Branscombe, N. R., Schmitt, M. T., & Harvey, R. D. (1999). Perceiving pervasive discrimination among African-Americans: Implications of group identification and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 135-149.
- Brennan, G., & Buchanan, J. M. (1984). Voter choice: Evaluating political alternatives. *American Behavioral Scientist*, 28, 185-201.
- Brody, R. A. (1978). The puzzle of political participation in America. In A. King, *The new american political system* (pp. 287-324). Washington: American Enterprise Institute.
- Broughton, D., & Napel, H.-M. t. (2000). *Religion and mass electoral behavior in Europe*. London: Routledge.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: It's social psychology*. Cambridge, MA: Blackwell.
- Brown, R. (2005). *Group processes* (2 ed.). Oxford: Blackwell.
- Brown, R., & Turner, J. C. (1981). Interpersonal and intergroup behavior. In J. C. Turner, & H. Giles, *Intergroup behavior*. Oxford: Blackwell.
- Buchanam, J. M., & Tullock, G. (2001). *The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Budge, I., Crewe, I., & Farlie, D. (1976). *Party identification and beyond*. New York: John Wiley.
- Burnham, W. D. (1970). *Critical elections and the mainsprings of american politics*. New York: Norton.
- Burns, N., & Kinder, D. (2000). *Social trust and democratic politics*. NES.
- Buttler, D., & Stokes, D. E. (1969). *Political change in Britain: Forces shaping electoral choice*. New York: St. Martin's Press.
- Calvo, K., Martinez, Á., Montero, J. R., & Jalali, C. (2005). Religious voting in Portugal and Spain: A comparative analysis. *Comportamento eleitoral e atitudes políticas: Portugal no contexto Europeu*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Campbell, A. (1960). Surge and decline: A study of electoral change. *Public Opinion Quarterly*, 24, 397-418.
- Campbell, A. (1966). A classification of the presidential elections. In A. Campbell, P. E. Converse, W. E. Miller, & D. E. Stokes, *Elections and the political order* (pp. 63-77). New York: Wiley.
- Campbell, A., & Kahn, R. L. (1952). *The people elect a president*. Ann Arbor, MI: University of Michigan.
- Campbell, A., Converse, P. E., Miller, W. E., & Stokes, D. E. (1960). *The american voter*. New York: Willey.
- Campbell, A., Gurin, G., & Miller, W. E. (1954). *The voter decides*. Evanston, IL: Row, Peterson.
- Campbell, J. E. (1987). The revised theory of surge and decline. *American Journal of Political Science*, 31, 165-183.

- Campbell, J. E., Munro, M., Alford, J. R., & Campbell, B. A. (1986). Partisanship and voting. In S. Long, *Research in micropolitics: Voting behavior* (Vol. 1). Greenwich, Conn: JAI Press.
- Carmines, E. G., McIver, J. P., & Stimson, J. A. (1987). Unrealized partisanship: A theory of dealignment. *The Journal of Politics*, 49 (2), 376-400.
- Centers, R. (1949). *The psychology of social class*. Princeton: Princeton University Press.
- Chaffee, S. H., & Rimal, R. N. (1996). Time of vote decision and openness to persuasion. In D. C. Mutz, P. M. Sniderman, & R. A. Brody, *Political persuasion and attitude change* (pp. 267-291). Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
- Chamberlain, G., & Rothschild, M. (1981). A note on the probability of casting a decisive vote. *Journal of Economic Theory*, 25, 152-162.
- Chin, W. S., Kahle, L. R., & Kim, C. H. (2006). Preface: Introduction to creating images and the psychology of marketing communication. In L. R. Kahle, & C. H. Kim, *Creating images and the psychology of marketing communication* (pp. xv-xxvi). Mahwah, NJ: LEA.
- Citrin, J., & Muste, C. (1999). Trust in government. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman, *Measures of political attitudes* (pp. 465-532). San Diego: Academic Press.
- Clark, T. N., & Lipset, S. M. (1991). Are social classes dying? *International Sociology*, 6, 397-410.
- Coate, S., & Conlin, M. (2004). A Group rule-utilitarian approach to voter turnout: Theory and evidence. *The American Economic Review*, 94, 1476-1504.
- Collins, N., & Butler, P. (2002). Considerations on market analysis for political parties. In N. J. O'Shaughnessy, & S. C. Henneberg, *The idea of political marketing* (pp. 1-17). Westport: Praeger Publishers.
- Conover, P. J. (1988). The role of social groups in political thinking. *British Journal of Political Science*, 18, 51-76.
- Converse, P. E. (1976). *The dynamics of party support: Cohort-analyzing party identification*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Crewe, I., & Denver, D. T. (1985). *Electoral change in western democracies: Patterns and sources of electoral volatility*. New York: St. Martin Press.
- Curtice, J. (2002). The state of electoral studies: mid-life crisis or new youth? *Electoral Studies* (21), 161-168.
- Dalton, R. J. (1984). Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies. *Journal of Politics*, 46, 264-284.
- Dalton, R. J. (2000). The decline of party identifications. In D. J. Russell, & M. P. Wattenberg, *Parties without partisans* (pp. 19-36). New York: Oxford University Press.
- Dalton, R. J., & Wattenberg, M. P. (2000). Partisan change and the democratic process. In R. J. Dalton, & M. P. Wattenberg, *Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies* (pp. 261-285). Oxford, England: Oxford University Press.

- Dalton, R. J., Flanagan, S. C., & Beck, P. A. (1984). *Electoral change in advanced industrial democracies: Realignment or dealignment?* Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Dalton, R. J., McAllister, I., & Wattenberg, M. P. (2000). The consequences of partisan dealignment. In R. J. Dalton, & M. P. Wattenberg, *Parties without partisans* (pp. 37-63). New York: Oxford University Press.
- Dean, D. G. (1962). Alienation and political apathy. *Social Forces*, 38, 185-189.
- Deschamps, J. C., & Doise, W. (1978). Crossed category memberships in intergroup relations. In H. Tajfel, *Differentiation between social groups* (pp. 141-158). Cambridge: Cambridge University Press.
- Deschouwer, K., & Luther, K. R. (1999). *Party elites in divided societies: Political parties in consociational democracy*. London: Routledge.
- Deutsch, M., & Gerard, H. B. (1955). A study of normative and informational influences upon individual judgment. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51, 629-636.
- Doise, W. (1973). Relations et représentations intergroupes. In S. Moscovici, *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Larousse.
- Doise, W. (1976/1984). *A articulação psicossociológica e as relações entre grupos*. Lisboa: Moraes Editores.
- Doise, W. (1984). Social representations, intergroup experiments and levels of analysis. In R. M. Farr, & S. Moscovici (Edits.), *Social representations*. London: Cambridge University Press.
- Doise, W., Deschamps, J. C., & Meyer, G. (1978). The accentuation of inter-category similarities. In H. Tajfel, *Differentiation between social groups*. London: Academic Press.
- Doppelt, J. C., & Shearer, E. (1999). *Nonvoters: America's no-shows*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dorussen, H., & Taylor, M. (2002). *Economic voting*. New York: Routledge.
- Downs, A. (1957). *An economic theory of democracy*. New York: Harper Collins Publishers.
- Drummond, A. (2006). Electoral volatility and party decline in western democracies: 1970-1995. *Political Studies*, 54, 628-647.
- Duch, R. M., & Stevenson, R. (2007). *Voting in context: How political and economic institutions condition the economic vote (draft book manuscript-version 1.7)*. Obtido em Julho de 2007, de Raymond Duch: http://www.raymondduch.com/economicvoting/duchstevensonbook_v1_7_final.pdf
- Duck, J. M., Hogg, M. A., & Terry, D. J. (2000). The perceived impact of persuasive messages on "Us" and "Them". In D. J. Terry, & M. A. Hogg, *Attitudes, behavior, and social context: The role of norms and group membership* (pp. 265-291). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Duckitt, J. (1989). Authoritarianism and group identification: A new view of an old construct. *Political Psychology*, 10, 63-84.

- Duckitt, J. (1990). Authoritarianism and group identification. *Political Psychology*, 11, 633-635.
- Easton, D. (1965). *A system analysis of political life*. New York: Wiley.
- Eggins, R. A., Haslam, S. A., & Reynolds, K. J. (2002). Social identity and negotiation: Subgroup representation and superordinate consensus. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 887-899.
- Ellemers, N. (1993). The influence of socio-structural variables on identity management strategies. *European Review of Social Psychology*, 4, 27-57.
- Ethier, K. A., & Deaux, K. (1994). Negotiating social identity when contexts change: Maintaining identification and responding to threat. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 243-251.
- Evans, G. (1999). Class voting: From premature obituary to reasoned appraisal. In G. Evans, *The end of class politics?* (pp. 1-20). Oxford: Oxford University Press.
- Evans, G., Heath, A., & Payne, C. (1999). Class: Labour as a catch-all party? In G. Evans, & P. Norris, *Critical elections: British parties and voters in long-term perspective*. London: Sage.
- Fair, R. C. (1978). The effect of economic events on votes for president. *Review of Economics and Statistics*, 60, 159-173.
- Ferejohn, J. (1986). Incumbent performance and electoral control. *Public Choice*, 50, 5-25.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-140.
- Finifter, A. W. (1970). Dimensions of political alienation. *American Political Science Review*, 65, 389-410.
- Fiorina, M. P. (1981). *Retrospective voting in american national elections*. New Haven: Yale University Press.
- Fiorina, M. P. (1988). The Reagan years: Turning to toward the right or groping toward the middle. In B. Cooper, A. Kornberg, & W. Mishler, *The resurgence of conservative in anglo-american democracies*. Durham, NC: Duke University Press.
- Fiorina, M. P. (2001). Balancing explanations of divided government. In R. G. Niemi, & H. F. Weisberg, *Controversies in voting behavior* (pp. 291-321). Washington: CQ Press.
- Fleming, M. A., & Petty, R. E. (2000). Identity and persuasion: An elaboration likelihood approach. In D. J. Terry, & M. A. Hogg, *Attitudes, behavior, and social context: The role of norms and group membership* (pp. 171-199). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Fortes, B. G., & Magalhães, P. (2005). As eleições presidenciais em sistemas semi-presidenciais: participação eleitoral e punição dos governos. *Análise Social*, 177, 891-922.
- Fournier, P., Nadeau, R., Blais, A., Gidengil, E., & Nevirre, N. (2004). Time-of-voting decision and susceptibility to campaign effects. *Electoral Studies*, 661-681.

- Franklin, M. N. (2001). Political participation. In R. G. Niemi, & H. F. Weisberg, *Controversies in voting behavior* (4 ed., pp. 83-99). Washington, D.C.: CQ Press.
- Franklin, M. N. (Fevereiro de 2002). *The voter turnout puzzles*. Obtido em 13 de Fevereiro de 2007, de Comportamento eleitoral e atitudes dos portugueses numa perspectiva comparada: <http://www.ics.ul.pt/ceapp/conferencias/fulbright/index.htm>
- Franklin, M. N. (2004). *Voter turnout and the dynamics of electoral competition in established democracies since 1945*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Franklin, M., Mackie, T. T., & Valen, H. (1992). *Electoral change. Responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Freire, A. (2000). Realinhamentos eleitorais dos portugueses em eleições legislativas, 1983-1999: Uma avaliação diacrónica do impacto da estrutura de clivagens e da conjuntura económica nos alinhamentos eleitorais. *IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra.
- Freire, A. (2001). *Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica*. Oeiras: Celta editora.
- Freire, A. (2001). Religião e política em Portugal, na Irlanda e na Noruega. In J. M. Pais, M. V. Cabral, & J. Vala, *Religião e bioética*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Freire, A. (2004). Voto por temas: Políticas públicas, desempenho do governo e decisão eleitoral. In A. Freire, M. C. Lobo, & P. Magalhães, *Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002* (pp. 159-192). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A. (2005). Identidades ideológicas e partidárias na Europa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, 11-33.
- Freire, A., & Magalhães, P. (2001). *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa: ICS.
- Friedman, M. (1962). *Capitalism and freedom*. Chicago : Chicago University Press.
- Fukuyama, F. (1992). *The end of history and the last man*. New York: Avon Books.
- Gaertner, S. L., Mann, J. A., Dovidio, J. F., Murrell, A. J., & Pomare, M. (2000). How does cooperation reduce intergroup bias? In C. Stangor, *Stereotypes and prejudice*. Ann Arbor, MI: Taylor & Francis.
- Glasgow, G., & Alvarez, R. M. (2005). Voting behavior and the electoral context of government formation. *Electoral Studies*, 24, 245-264.
- Green, D. P., & Gerber, A. S. (2004). *Get out the vote! How to increase voter turnout*. Washington, D.C.: Brookings.
- Green, D. P., & Palmquist, B. L. (1990). Of artifacts and partisan instability. *American Journal of Political Science*, 34, 872-902.
- Green, D. P., & Shapiro, I. (1994). *Pathologies of rational choice theory*. New Haven: Yale University Press.

- Green, D. P., Palmquist, B., & Schickler, E. (2001). Partisan stability: Evidence from aggregate data. In R. G. Niemi, & H. F. Weisberg, *Controversies in voting behavior* (4 ed., pp. 356-363). Washington, DC: CQ Press.
- Green, D. P., Palmquist, B., & Schickler, E. (2002). *Partisan hearts & minds: political parties and the social identities of voters*. New Haven: Yale University Press.
- Grofman, B. (1985). The neglected role of the status quo in models of issue voting. *Journal of politics*, 47, 230-237.
- Groves, R. M. (1989). *Survey errors and survey costs*. New York: Willey.
- Hagendoorn, L., & Henke, R. (1991). The effect of multiple category memberships on intergroup evaluations in a North-Indian context: Class, caste and religion. *British Journal of Social Psychology*, 30, 247-260.
- Harris, M., & Manning, P. (2006). *Prosperity in a Canada strong and free*. Vancouver, B.C.: The Fraser Institute.
- Harrison, E., & Rose, D. (Setembro de 2006). *The european socio-economic classification (ESeC) user guide*. Obtido em Outubro de 2006, de ESRC Research Centre on Micro-social Change: <http://www.iser.essex.ac.uk/esec/guide>
- Harrop, M., & Miller, W. L. (1987). *Elections and voters: A comparative introduction*. Basingstoke: Macmillan.
- Haslam, S. A., Eggins, R. A., & Reynolds, K. J. (2002). Social identity, self categorization and the ASPIRe model of organizational development: Working with groups to realize capital. *Proceedings of the British Psychological Society Occupational Psychology Conference*, (pp. 56-62). Blackpool.
- Hess, R., & Torney, J. (1967). *The development of political attitudes in children*. Chicago: Aldine.
- Hetherington, M. J. (1998). The political relevance of political trust. *American Political Science Review*, 92 (4), 791-808.
- Hewstone, M. (2000). Contact and categorization: Social psychology interventions to change intergroup relations. In C. Stangor, *Stereotypes and prejudice* (pp. 394-418). Ann Arbor, MI: Taylor & Francis.
- Hewstone, M., & Brown, R. J. (1986). Contact is not enough: An intergroup perspective on the "contact hypothesis". In M. Hewstone, & R. J. Brown, *Contact and conflict in intergroup encounters* (pp. 1-44). Oxford: Blackwell.
- Hogg, M. A. (1996). Intragroup processes, group structure, and social identity. In W. P. Robinson, *Social groups and identities: Developing the legacy of Henri Tajfel* (pp. 66-93). Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Hogg, M. A. (2005). Social identity. In M. R. Leary, G. MacDonald, & J. P. Tangey, *Handbook of self and identity* (pp. 462-479). New York: Guilford.
- Hotelling, H. (1929). Stability in competition. *The Economic Journal*, XXXIX, 41-57.
- Hovland, C. I., & Weiss, W. (1951). The influence of source credibility on communication effectiveness. *Public Opinion Quarterly*, 15, 635-650.

- Howell, D. C. (2007). *Statistical methods for psychology*. Belmont, CA: Thomson Higher Education.
- Huddy, L. (2003). Group identity and political cohesion. In D. O. Sears, L. Huddy, & R. Jervis, *Oxford handbook of political psychology* (pp. 511-558). New York: Oxford University Press.
- Huntingdon, S. R. (1957). Conservatism as an ideology. *American Political Science Review*, 51 (2), 454-473.
- Hyman, H. H., & Singer, E. (1968). *Readings in reference groups theory and research*. New York: Free Press.
- INE. (2004). INE 1991-2003. Lisboa, Portugal.
- Inglehart, R. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (2000). Globalization and postmodern values. *Washington Quarterly*, 23 (1), 215-228.
- Inglehart, R., & Klingemann, H.-D. (1976). Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass publics. In I. Budge, I. Crewe, & D. Farlie, *Party identification and beyond: Representations of voting and party competition* (pp. 277-284). London: Wisley.
- Iyengar, S., & Valentino, N. A. (2000). Who says what? Source credibility as a mediator of campaign advertising. In A. Lupia, M. D. McCubbins, & S. L. Popkin, *Elements of reason: Cognition, choice, and the bounds of rationality* (pp. 108-129). Cambridge: Cambridge University Press.
- Jennings, M. K., & Niemi, R. (1974). *Families, schools and political learning*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Johnson, M., Shively, W. P., & Stein, R. M. (2002). Contextual data and the study of elections and voting behavior: connecting individuals to environments. *Electoral Studies*, 21, 219-233.
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglansky, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin*, 129, 339-375.
- Kaase, M., & Beyme, K. v. (1978). *Elections and parties* (Vol. 3). Beverly Hills: Sage Publications.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1972). Subjective probability: A judgment of representativeness. *Cognitive Psychology*, 3, 430-454.
- Kahneman, D., Tversky, A., & Slovic, P. (1982). *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Katz, D., & Braly, K. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 59, 436-439.
- Katz, D., & Braly, K. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30, 175-193.
- Katz, E., & Lazarsfeld, P. F. (1955). *Personal influence: The part played by people in the flow of mass communications*. Glencoe, IL: Free Press.

- Keith, B. E., Magelby, D. B., Nelson, C. J., Orr, E., Westley, M. C., & Wolfinger, R. E. (1992). *The myth of the independent voter*. Berkeley: University of California Press.
- Kelley, H. H. (1952). *Two functions of reference groups* (2nd ed.). New York: Holt.
- Kelman, S. (1996). *American democracy and the public good*. Fort Worth, TX: Harcourt Brace College Publishers.
- Key, J. V. (1955). A theory of critical elections. *Journal of Politics*, 17 (1), 3-18.
- Keynes, J. M. (1936). *The general theory of employment, interest and money*. Obtido em Nov. de 2007, de Marxists Internet Archives: <http://www.marxists.org/reference/subject/economics/keynes/general-theory/>
- Kiewiet, R. (1983). *Macroeconomics and micropolitics: The electoral effects of economic issues*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kim, S.-H., Scheufele, D. A., & Shanahan, J. (2005). Who cares about issues? Issues voting and the role of news media during the 2000 U.S. presidential election. *Journal of Communication*, 55, 103-121.
- Klapper, J. P. (1960). *The effects of mass communication*. New York: Free Press.
- Klingemann, H.-D., & Fuchs, D. (1995). Citizens and the state: A changing relationship? In H.-D. Klingemann, & D. Fuchs, *Citizens and the state* (pp. 1-23). Oxford: Oxford University Press.
- Knight, K. (1999). Liberalism and conservatism. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman, *Measures of political attitudes* (pp. 59-158). San Diego: Academic Press.
- Knox, W., Lindsay, P., & Kolb, M. (1993). *Does college make a difference? Long-term changes in activities and attitudes*. Westport, CT: Greenwood Press.
- Kotler, P. (1994). *Marketing management: Analysis, planning, implementation and control*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Kramer, G. H. (1971). Short-term fluctuations in U.S. voting behavior. *American Political Science Review*, 65, 131-143.
- Kuklinski, J. H., & Quirk, P. J. (2000). Reconsidering the rational public: Cognition, heuristics, and mass opinion. In A. Lupia, M. D. McCubbins, & S. L. Popkin, *Elements of reason: Cognition, choice, and the bounds of rationality* (pp. 153-182). Cambridge: Cambridge University Press.
- Kunda, Z., & Spencer, S. (2003). When do stereotypes come to mind and when do they color judgment? A goal-based theoretical framework for stereotype activation and application. *Psychological Bulletin*, 129, 522-544.
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., & Gaudet, H. (1944). *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press.
- Lebowitz, M. A. (2006). *Build it now: Socialism for the twenty-first century*. New York: Monthly Review Press.
- Leege, D. C., Mockabee, S. T., & Wald, K. D. (2006). *Omnibus proposal for the 2006 ANES pilot study religion and electoral behavior*. Obtido de

ftp://ftp.electionstudies.org/ftp/anes/OC/2006pilot/leege_mockabee_wald.pdf

- Lees-Marshment, J. (2001). *Political marketing and British political parties*. Manchester: Manchester University Press.
- Lewin, K. (1951). *Field theory in social science; selected theoretical papers*. (D. Cartwright, Ed.) New York: Harper & Row.
- Lewis-Beck, M. S., & Stegmaier, M. (2000). Economic determinants of electoral outcomes. *Annual Reviews of Political Science*, 3, 183-219.
- Linville, P. W., & Jones, E. E. (1980). Polarized appraisals of out-group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 689-703.
- Linz, J. J. (2002). Parties in contemporary democracies: Problems and paradoxes. In R. Gunther, J. R. Montero, & J. J. Linz, *Political parties: Old and new challenges* (pp. 291-317). Oxford: Oxford University Press.
- Lipset, S. M. (1960). *Political man: The social bases of politics*. New York: Doubleday & Company, INC.
- Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1967). Cleavage structures, party systems, and voter alignments: An introduction. In S. Lipset, & S. Rokkan, *Party systems and voter alignments: cross national perspectives* (pp. 1-64). New York: Free Press.
- Listhaug, O. (1995). The dynamics of trust in politicians. In H.-D. Klingemann, & D. Fuchs, *Citizens and the state* (pp. 261-297). Oxford: Oxford University Press.
- Lupia, A., McCubbins, M. D., & Popkin, S. L. (2000). *Elements of reason*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Maccoby, E., Matthews, R., & Morton, A. (1954). Youth and political change. *Public Opinion Quarterly*, 18, 23-29.
- Mackie, D. M., & Queller, S. (2000). The impact of group membership on persuasion: Revisiting "who says what to whom with what effect?". In D. Terry, & M. A. Hogg, *Attitudes, behavior, and social context: The role of norms and group membership* (pp. 135-155). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- MacKuen, M. B., Erikson, R. S., & Stimson, J. A. (1989). Macropartisanship. *American Political Science Review*, 83, 1125-1142.
- Macrae, C. N., Bodenhausen, G. V., & Milne, A. B. (1995). The dissection of selection in person perception: Inhibitory processes in social stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 397-407.
- Magalhães, P. (2004). Democratas, descontentes e desafectos. In A. Freire, M. C. Lobo, & P. Magalhães, *Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002* (pp. 333-361). Lisboa: ICS.
- Magalhães, P. (2005). Disaffected democrats: Political attitudes and political action in Portugal. *West European Politics*, 28, 973-991.
- Magalhães, P. (2005). *Exposure to polls, cognitive mobilization, and voting behavior: The 2002 general election in Portugal*. Obtido em Maio de 2007, de Instituto de

Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: <https://www.ics.ul.pt/rd/publications/Exposuretopolls.pdf>

- Manza, J., & Brooks, C. (1997). The religious factor in U. S. presidential elections, 1960-1992. *The American Journal of Sociology*, 103, 38-81.
- Manza, J., & Brooks, C. (1999). *Social cleavages and political change: Voter alignments and U.S. party coalitions*. New York: Oxford University Press.
- Manza, J., Hout, M., & Brooks, C. (1995). Class voting in capitalist democracies since World War II: Dealignment, realignment, or trendless fluctuation? *Annual Review of Sociology*, 21, 137-162.
- Marques, J. M., & Yzerbyt, V. Y. (1988). The black sheep effect: Judgmental extremity towards ingroup members in inter- intra-group situations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 287-292.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y., & Leyens, J.-P. (1988). The black sheep effect: Judgmental extremity towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-16.
- Marques, J., & Paéz, D. (2002). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia social* (pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marsh, M. (1998). Testing the second-order election model after four european elections. *British Journal of Political Science*, 28, 591-607.
- Marsh, M. (2002). Electoral context. *Electoral Studies*, 21, 207-217.
- Marx, K. (1859). *A contribution to the critique of political economy*. (M. Progress Publishers, Ed.) Obtido em Junho de 2007, de Marxist Internet Archive: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/critique-pol-economy/index.htm>
- Mason, W. M., House, J. S., & Martin, S. S. (1985). On the dimensions of political alienation in America. *Sociological Methodology*, 15, 111-151.
- Matthews, S. A. (1979). A simple direction model of electoral competition. *Public Choice*, 34, 141-156.
- Mayhew, D. R. (2002). *Electoral realignments: A critique of an american genre*. New Haven & London: Yale University Press.
- Mcdonald, M. P., & Popkin, S. L. (2001). The myth of the vanishing voter. *American Political Science Review*, 95, 963-974.
- McGarty, C., Yzerbyt, V. Y., & Spears, R. (2002). Social, cultural and cognitive factors in stereotype formation. In C. McGarty, V. Y. Yzerbyt, & R. Spears, *Stereotypes as explanations: The formation of meaningful beliefs about social groups* (pp. 1-15). Cambridge: Cambridge University Press.
- McGuire, W. J., & Papageorgis, D. (1961). The relative efficacy of various types of prior belief-defense in producing immunity against persuasion. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 62, 327-337.

- Merrill III, S., & Grofman, B. (1999). *A unified theory of voting: Directional and proximity spatial models*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Merton, R. K., & Kitt, A. S. (1950). Contribution to the theory of reference group behavior. In R. K. Merton, & P. F. Lazarsfeld, *Continuities in social research: Studies in the scope and method of the "The American Soldier"* (pp. 40-105). Glencoe, IL: Free Press.
- Meyers, D. G. (2005). *Social psychology*. New York: McGraw-Hill.
- Middleton, R. (1963). Alienation, race, and education. *American Sociological Review* , 28, 753-758.
- Miller, A. H. (1974). Political issues and trust in government. *American Sociological Science Review* , 68, 951-972.
- Miller, D. T., Monin, B., & Prentice, D. A. (2000). Pluralistic ignorance and inconsistency between private attitudes and public behaviors. In D. J. Terry, & M. A. Hogg, *Attitudes, behavior, and social context: The role of norms and group membership* (pp. 95-113). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Miller, W. E. (1991). Party identification, realignment, and party voting: Back to the basics. *American Political Science Review* , 85, 557-568.
- Miller, W. E. (2001). Generational changes and party identification. In R. G. Niemi, & H. F. Weisberg, *Controversies in voting behavior* (4 ed., pp. 338-355). Washington, DC: CQ Press.
- Miller, W. E., & Shanks, J. M. (1996). *The new american voter*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Montero, J. R., & Gunther, R. (2002). Introduction: Reviewing and reassessing parties. In R. Gunther, J. R. Montero, & J. J. Linz, *Political parties: Old concepts and new challenges* (pp. 1-35). Oxford: Oxford University Press.
- Muller, E. N., & Junkam, T. O. (1977). On the meaning of political support. *American Political Science Review* , 71, 1561-1595.
- Nadeau, R., & Lewis-Beck, M. S. (2001). National economic voting in U.S. presidential elections. In R. G. Niemi, & H. F. Weisberg, *Controversies in voting behavior* (pp. 200-220). Washington, DC: CQ Press .
- Neal, A., & Retting, S. (1967). On the multidimensionality of alienation. *American Sociological Review* , 32, 54-64.
- Nie, N. H., Verba, S., & Petrocik, J. R. (1976). *The changing american voter*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Niemi, R. G., & Weisberg, H. F. (2001). *Controversies in voting behavior* (4 ed.). Washington, DC: Congressional Quarterly Press.
- Nolin, M. J. (1997). *1996 National household education survey: Adult civic involvement in the United States (NCES 97-906)*. Washington, DC: U. S. Department of Education, Office of Educational Research and Improvement, National Center for Education Statistics.

- Norris, P. (2002). *Electoral engineering: Voting rules and political behavior*. New York: Cambridge University Press.
- Norris, P., & Inglehart, R. (2004). *Sacred and secular: Politics and religion worldwide*. New York: Cambridge University Press.
- Norusis, M. J. (2005). *SPSS 13.0 statistical procedures companion*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Nudelman, A. E. (1971). Dimensions of religiosity: A factor-analytic view of protestants, catholics, and christian scientists. *Review of Religious Research* , 13 (1), 42-57.
- Oakes, P. J. (1987). The salience of social categories. In J. C. Turner, *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford: Blackwell.
- Oakes, P. J. (2003). The root of all evil in intergroup relations? Unearthing the categorization process. In R. Brown, & S. Gaertner, *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup process* (pp. 3-21). Oxford: Blackwell.
- Oakes, P. J., Haslam, S. A., & Reynolds, K. J. (1999). Social categorization and social context: Is stereotype change a matter of information or of meaning? In D. Abrams, & M. A. Hogg, *Social identity and social cognition* (pp. 55-79). Oxford: Blackwell.
- Oakes, P. J., Haslam, S. A., & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. London: Blackwell.
- Osgood, C. E., Suci, G. J., & Tannenbaum, P. H. (1957). *The measurement of meaning*. Illinois: University of Illinois.
- Park, C. W. (2006). Foreword. In L. R. Kahle, & C. H. Kim, *Creating images and the psychology of marketing communication* (pp. ix-xiii). Mahwah, NJ: LEA.
- Perreault, S., & Bourhis, R. Y. (1999). Ethnocentrism, social identification, and discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin* , 25, 92-103.
- Petty, R. E., Cacioppo, J. T., & Goldman, R. (1981). Personal involvement as a determinant of argument-based persuasion. *Journal of Personality and Social Psychology* , 41, 847-855.
- Pintor, R. L., Gratschew, M., & Sullivan, K. (2002). Voter turnout rates from a comparative perspective. In R. L. Pintor, & M. Gratschew, *Voter turnout since 1945: A global report* (pp. 75-94). Stockholm, Sweden: International IDEA.
- Popkin, S. L. (1994). *The reasoning voter: Communication and persuasion in presidential campaigns* (2 ed.). Chicago: Chicago University Press.
- Powell, G. B. (1982). *Comparative democracies: Participation, stability and violence*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy* , 6, 65-78.
- Putnam, R. D. (2001). Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America. In R. G. Niemi, & H. F. Weisberg, *Controversies in voting behavior* (pp. 38-68). Washington, D.C.: CQ Press.

- Quattrone, G. A., & Jones, E. E. (1980). The perception of variability within in-groups and out-groups: Implications for the law of small numbers. *Journal of Personality and Social Psychology*, *38*, 141-152.
- Rabinowitz, G., & Macdonald, S. E. (1989). A directional theory of issue voting. *American Political Science Review*, *83*, 93-121.
- Rabushka, A. (1991). Preliminary definition of economic freedom. In W. E. Block, *Economic freedom: Toward a theory of measurement* (pp. 87-108). Vancouver, B. C.: The Fraser Institute.
- Rallings, C., & Thrasher, M. (2006). The turnout 'gap' and the costs of voting: A comparison of participation at the 2001 general and 2002 local election in England. *British Journal of Political Science*, *44*, 132-141.
- Reef, M. J., & Knoke, D. (1999). Political alienation and efficacy. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman, *Measures of political attitudes* (pp. 413-464). San Diego: Academic Press.
- Reif, K., & Schmitt, H. (1980). Nine second-order national elections: a conceptual framework for the analysis of european election results. *European Journal of Political Research*, *8*, 3-44.
- Reynolds, K. J., Turner, J. C., & Haslam, S. A. (2003). Social identity and self-categorization theories' contribution to understand identification, salience and diversity in teams and organizations. In M. A. Neale, E. Mannix, & J. T. Polzer, *Identity issues in groups* (pp. 279-301). Oxford: Elsevier.
- Richardson, B. (1991). European party loyalty revisited. *American Political Science Review*, *85*, 751-775.
- Rijswijk, W. v., & Ellemers, N. (2002). Context effects on the application of stereotype content to multiple categorizable targets. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *28*, 90-101.
- Riker, W. H., & Ordeshook, P. (1968). A theory of the calculus of voting. *American Political Science Review*, *28*, 25-42.
- Robinson, J. P., Shaver, P. R., & Wrightsman, L. S. (1999). *Measures of political attitudes*. San Diego: Academic Press.
- Rohrschneider, R., & Clark, N. (s.d.). *Second order elections versus first-order thinking: How voters perceive the representation process in a multi-layered system governance*. Obtido em Abril de 2008, de European Election Studies: http://www.europeanelectionstudies.net/papers/cadenabbia/rohrschneider_clark.pdf
- Rose, D., Pevalin, D., Elias, P., & Martin, J. (Jan de 2001). Towards a european socio-economic classification: Final report to eurostat of the expert group. Obtido em Jul de 2004, de http://www.iser.essex.ac.uk/nssec/esec_final_report.pdf
- Rose, R., & McAllister, I. (1990). *The loyalties of voters: A lifetime learning model*. London: Sage.

- Rosenstone, S. J., & Hansen, J. M. (2001). Solving the puzzle of participation in electoral politics. In R. G. Niemi, & H. F. Weisberg, *Controversies in voting behavior* (4 ed., pp. 69-82). Washington, D.C.: CQ Press.
- Rossi, P. H. (1964). Four landmarks in voting behavior. In F. Munger, & D. Price, *Readings in political parties and pressure groups* (pp. 304-347). New York: Thomas Y. Crowell.
- Rossister, C. (1968). Conservatism. In D. Sills, *International encyclopedia of social sciences* (pp. 290-295). New York: MacMillan & Free Press.
- Rothbart, M. (1981). Memory processes and social beliefs. In D. L. Hamilton, *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 145-181). Hillsdale, NJ: Earlbaum.
- Rothbart, M., & John, O. P. (2000). Social categorization and behavioral episodes: A cognitive analysis of the effects of intergroup contact. In C. Stangor, *Stereotypes and prejudice* (pp. 419-434). Ann Arbor, MI: Taylor & Francis.
- Rubin, M., & Hewstone, M. (2004). Social identity, system justification, and social dominance: commentary on Reicher, Jost et al., and Sidanius et al. *Political Psychology*, 25, 823-844.
- Ruble, D., & Martin, C. (1998). Gender development. In W. Damon, *Handbook of child psychology* (pp. 933-1016). New York: Wiley.
- Safran, W. (2003). *The secular and sacred: Nation, religion and politics*. London: Frank Cass.
- Särilvik, B., & Crewe, I. (1983). *Decade of dealignment: The conservative victory of 1979 and electoral trends in the 1970s*. New York: Cambridge University Press.
- Schmitt, H. (2005). The European parliament elections of June 2004: Still second-order? *West European Politics*, 28, 650-679.
- Schmitt, H., & Holmberg, S. (1995). Political parties in decline? In H.-D. Klingemann, & D. Fuchs, *Citizens and the state*. Oxford: Oxford University Press.
- Schwarz, N., Groves, R. M., & Schuman, H. (1998). Survey methods. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey, *Handbook of social psychology* (4 ed., pp. 143-179). New York: McGraw-Hill.
- Seeman, M. (1959). On the meaning of alienation. *American Sociological Review*, 24, 783-791.
- Shklar, J. (1957). *After utopia: The decline of political faith*. Princeton: Princeton University Press.
- Simon, B., & Brown, R. (2000). Perceived intragroup homogeneity in minority-majority contexts. In C. Stangor, *Stereotypes and prejudice* (p. 326-337). Ann Arbor, MI: Taylor & Francis.
- Simon, H. A. (1955). A behavioral model of rational choice. *Quarterly Journal of Economics*, 69, 99-118.
- Sinnot, R. (1998). Party attachment in Europe: Methodological critique and substantive implications. *British Journal of Politics*, 28, 627-650.

- Smith, M. K. (Jun de 2001). *Kurt Lewin: groups, experiential learning and action research*. Obtido em 2008, de infed.org: <http://www.infed.org/thinkers/et-lewin.htm>
- Smithies, A. (1941). Optimum location in spatial competition. *The Journal of Political Economy*, *XLIX*, 423-439.
- Sniderman, P. M., Brody, R. A., & Tetlock, P. E. (1991). *Reasoning and choice: Explorations in political psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Spindler, Z., & Still, L. (1988). Economic freedom ratings. In W. E. Block, *Economic freedom: Toward a theory of measurement* (pp. 135-175).
- Stangor, C. (2000). *Stereotypes and prejudice*. Ann Arbor, MI: Taylor & Francis.
- Stangor, C., & Schaller, M. (1996). Stereotypes as individual and collective representations. In C. N. Maccrae, C. Stangor, & M. Hewstone, *Stereotypes and stereotyping* (pp. 3-40). New York: The Guilford Press.
- Stangor, C., Lynch, L., Duan, C., & Glass, B. (1992). Categorization of individuals on the basis of multiple social features. *Journal of Personality and Social Psychology*, *62*, 207-218.
- Stanley, H. W., & Niemi, R. G. (1991). Partisanship and group support, 1952-1988. *American Politics Quarterly*, *19*, 189-210.
- Stanley, H. W., & Niemi, R. G. (2000). *Vital statistics on american politics*. Washington, DC: CQ Press.
- Stark, R., & Glock, C. Y. (1968). *American piety: The nature of religious commitment*. Berkeley: University of California Press.
- Stryker, S. (1968). Identity salience and role performance. *Journal of Marriage and the Family*, *30*, 558-564.
- Stryker, S. (1980). *Symbolic interactionism; A social structural version*. Menlo Park, CA: Benjamin/Cummings.
- Stryker, S., & Serpe, R. T. (1982). Commitment, identity salience and role behavior: Theory and research example. In W. Ickes, & E. S. Knowles, *Personality, roles and social behavior* (pp. 199-218). New York: Springer-Verlag.
- Surowiecki, J. (2007). *A sabedoria das multidões*. (M. E. Moura, Trad.) Porto: ASA.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation social. In S. Moscovici, *Introduction à la psychologie sociale* (pp. 307-322). Paris: Larrousse.
- Tajfel, H. (1978). Social categorization, social identity, and social comparison. In H. Tajfel, *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 61-76). New York: Academic Press.
- Tajfel, H. (1979). Individuals and groups in social categories. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, *18*, 183-190.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1981/2001). Social stereotypes and social groups. In M. A. Hogg, & D. Abrams, *Intergroup relations* (pp. 132-145). Ann Arbor, MI: Taylor & Francis.

- Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1-39.
- Tajfel, H., & Billig, M. (1974). Familiarity and categorization in intergroup behavior. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10, 159-170.
- Tajfel, H., & Forgas, J. P. (1981/2000). Social categorization: Cognitions, values and groups. In C. Stangor, *Stereotypes and prejudice: Essential readings* (pp. 49-63). Philadelphia, PA: Psychology Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979/2001). An integrative theory of intergroup conflict. In M. A. Hogg, & D. Abrams, *Intergroup relations* (pp. 94-109). Ann Arbor: Taylor & Francis.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel, & L. W. Austin, *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson Hall.
- Tajfel, H., & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Social Psychology*, 54, 101-114.
- Tajfel, H., Billig, M., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Teixeira, R. A. (1988). *Why Americans don't vote: Turnout decline in the United States 1960-1984*. New York: Greenwood Press.
- Teixeira, R. A. (1992). *The disappearing American voter*. Washington, DC: Brookings Institution.
- Terry, D. J., & Hogg, M. A. (2000). Attitude-behavior relations: Social identity and group membership. In D. J. Terry, & M. A. Hogg, *Attitudes, behavior, and social context: The role of norms and group membership* (pp. 67-93). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Topf, R. (1995). Beyond electoral participation. In H.-D. Klingemann, & D. Fuchs, *Citizens and the state* (pp. 52-91). Oxford: Oxford University Press.
- Topf, R. (1995). Electoral participation. In H.-D. Klingemann, & D. Fuchs, *Citizens and the state* (pp. 27-51). Oxford: Oxford University Press.
- Trope, Y., & Thompson, E. P. (1997). Looking for truth in all the wrong places? Asymmetric search of individuating information about stereotyped group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 229-241.
- Tullock, G. (1967). *Toward a mathematics of politics*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Turner, J. C. (1985). Social categorization and the self-concept: A social cognitive theory of group behaviour. In E. J. Lawler, *Advances in group process: Theory and research* (Vol. 2, pp. 77-122). Greenwich, CT: JAI Press.
- Turner, J. C. (1991). *Social influence*. Bristol, England: Open University Press.
- Turner, J. C. (1999). Some current issues in research on social identity and self-categorization theories. In N. Ellmers, R. Spears, & B. Doosje, *Social Identity: Context, commitment, content* (pp. 6-34). Oxford: Blackwell.

- Turner, J. C., Hogg, M. A., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self categorization theory*. Oxford: Blackwell.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Turner, P. J., & Smith, P. M. (1984). Failure and defeat as determinants of group cohesiveness. *British Journal of Social Psychology*, 23, 97-111.
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1973). Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, 185, 1124-1131.
- Uhlaner, C. J. (1989). Rational turnout: The neglected role of groups. *American Journal of Political Science*, 33, 390-442.
- Vala, J. (2002). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia social* (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- van der Eijk, C. (2002). Design issues in electoral research: taking care of (core) business. *Electoral Studies*, 21, 189-206.
- van der Eijk, C., Franklin, M., & Oppenhuis, E. (1996). The strategic context: party choice. In C. van der Eijk, & M. Franklin, *Choosing Europe? The European electoral and national politics in the face of union*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
- Ventura, R. (2001). Family political socialization in multiparty systems. *Comparative Political Studies*, 6, 666-691.
- Verba, S., & Nie, N. H. (1972). *Participation in america: Political democracy and social equality*. New York: Harper & Row.
- Verba, S., Schlozman, K., & Brady, H. (1995). *Voice and equality: Civic voluntarism in american politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Viegas, J. M., & Faria, S. (27/28 de Janeiro de 2005). *A evolução da abstenção eleitoral em Portugal: O caso português em perspectiva comparativa*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2007, de Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: <http://www.ics.ul.pt/agenda/comportamentoeleitoral/>
- Vygotsky, L. (1978). *Mind in society*. London: Harvard University Press.
- Wald, K. D., & Smidt, C. E. (1993). Measurement strategies in the study of religion and politics. In D. C. Legee, & L. A. Kellstedt, *Rediscovering the religious factor in american politics* (pp. 26-49). Armonk, NY: M. E. Sharpe.
- Wald, K. D., Kellstedt, L. A., & Lege, D. C. (1993). Church involvement and political behavior. In D. C. Legee, & L. A. Kellstedt, *Rediscovering religious factor in american politics* (pp. 157-174). Armonk, N.Y.: M. E. Sharpe.
- Walker, M. A. (1988). Setting the scene: A discussion of freedom. In W. E. Block, *Economic freedom: Toward a theory of measurement* (pp. 1-7). Vancouver, B.C.: The Fraser Institute.
- Wattenberg, M. P. (1994). *The decline of american political parties, 1952-1992*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

- Wattenberg, M. P. (2000). The decline of party mobilization. In R. J. Dalton, & M. P. Wattenberg, *Parties without partisans* (pp. 64-76). Oxford: Oxford University Press.
- Webb, P. (2002). Conclusion: Political parties and democratic control in advanced industrial societies. In P. Webb, D. Farrell, & I. Holliday, *Political parties in advanced industrial democracies* (pp. 438-460). Oxford: Oxford University Press.
- Weisberg, H. F. (1999). Political partisanship. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman, *Measures of political attitudes*. San Diego: Academic Press.
- Wells, L. E., & Striker, S. (1988). Stability and change in self over the life course. In P. B. Baltes, & R. M. Lerner, *Life-span development and behavior* (pp. 191-229). Hillsdale, NJ:: Erlbaum.
- Wilder, D. A. (1984). Predictions of belief homogeneity and similarity following social categorization. *British Journal of Social Psychology*, 23, 323-333.
- Wilson, G. D. (1968). A new measure of conservatism. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 7, 264-269.
- Wilson, G. D. (1975). *Manual for the Wilson-Patterson Attitude Inventory (WPAI)*. Windsor: NFER.
- Wolfinger, R. E. (1981). *Who votes?* New Haven, CT: Yale University Press.
- Wolfinger, R. E. (1993). Building a coalition to ease voter registration. *Comunicação apresentada na reunião anual de 1993 da American Political Science Association*. Washington, DC.
- Wright, J. G. (1977). Contextual models of electoral behavior: The southern Wallace vote. *The American Political Science Review*, 71, 497-508.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 - Diferenças absolutas (em percentagem) entre as votações dos partidos políticos parlamentares, obtidas nas cinco maiores freguesias de Coimbra e a nível nacional, nas três últimas eleições para a Assembleia da República (2005, 2002 e 1999).	110
Quadro 4.2 - Resultados eleitorais (em percentagem) obtidos pelos principais partidos políticos, a nível do nacional e na freguesia de Santo António do Olivais (Coimbra) nas últimas três eleições para a Assembleia da República (2005, 2002 e 1999) e diferença entre a votação na freguesia e no País.	111
Quadro 4.3 - Comportamento dos sujeitos incluídos na amostra inicial (N = 3380) em cada uma das tentativas de contacto realizadas.	120
Quadro 4.4 - Efectivos da amostra, população e erros de amostragem em função do sexo, grupo etário e opção de voto em 2005.	121
Quadro 4.5 — Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo e grupo etário (N = 1116).	122
Quadro 4.6 - Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo e estado civil (N = 1116).	122
Quadro 4.7 — Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo e grau de escolaridade (N = 1116)).	123
Quadro 4.8 — Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo e classe socioeconómica (N = 1116).	123
Quadro 4.9 - Identificação partidária e grau de identificação com as ideias, propostas e acções do partido com que o sujeito se identifica (N = 834)	126
Quadro 4.10 - Distribuição das respostas dos sujeitos independentes à questão: Se assinalou a opção Independente diga-nos, no entanto, de qual dos partidos - BE, PCP, CDS-PP, PSD-PPD, ou PS - se encontra mais próximo? (n= 282)	127
Quadro 4.11 - Escala de Eficácia Política: itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais para a solução rodada (N = 1116).	132
Quadro 4.12 - Escala de Confiança Política: itens, médias e desvios padrão (N = 1116).	133
Quadro 4.13 – Escala de Religiosidade: itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais (solução final de dois factores, com valores próprios > 1 e com rotação varimax).	135
Quadro 4.14 – Escala de Autoritarismo: Itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais (solução final de dois factores, com valores próprios >1 e com rotação Varimax).	138
Quadro 4.15 – Escala de Conservadorismo: Itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais (solução final de dois factores, com valores Eigen> 1 e com rotação varimax).	140
Quadro 4.16 - Escala de Liberalismo Económico – Itens, médias, desvios padrão e saturações factoriais (solução final de um factor com valores próprios > 1).	141
Quadro 4.17 - Resultados da análise factorial (solução final de três componentes com rotação Varimax) da escala de Diferencial Semântico.	143
Quadro 5.1 - Coerência na opção eleitoral dos sujeitos ao longo das últimas cinco eleições para a Assembleia da República (1991, 1995, 1999, 2002 e 2005)	152
Quadro 5.2 – Coerência entre as opções de voto nas eleições legislativas de 2005 e 2002 (N = 1013). .	154
Quadro 5.3 - Coerência entre as opções de voto nas eleições legislativas de 2002 e 1999 (N = 908).	155
Quadro 5.4 - Coerência entre as opções de voto nas eleições legislativas de 1999 e 1995 (N = 829).	155
Quadro 5.5 - Coerência entre as opções de voto nas eleições legislativas de 1995 e 1991 (N = 758).	156
Quadro 5.6 – Estabilidade da Identificação Partidária (N = 805)	157

Quadro 5.7 – Identificação partidária e opção de voto nas eleições de 2005 (N = 803).	159
Quadro 5.8 – Identificação partidária e opção de voto em 2005, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (N = 502).	159
Quadro 5.9 – Identificação partidária e opção de voto em 2002, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (N = 458).	160
Quadro 5.10 – Identificação partidária e opção de voto em 1999, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (N = 409).	161
Quadro 5.11 – Identificação partidária e opção de voto em 1995, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (N = 377)	162
Quadro 5.12 – Identificação partidária e opção de voto em 1991, considerando apenas os sujeitos cuja simpatia foi sempre pelo mesmo partido político (n = 355).	162
Quadro 5.13 – Opção de voto dos sujeitos independentes nas eleições legislativas de 2005, 2002, 1999, 1995 e 1991.	163
Quadro 5.14 Coincidência da opção de voto dos independentes nas eleições de 2005 e 2002 (N=245).	164
Quadro 5.15 – Coincidência da opção de voto dos independentes nas eleições de 2002 e 1999 (N = 219).	164
Quadro 5.16 - Coincidência da opção de voto dos independentes nas eleições de 1999 e 1995 (N = 192).	165
Quadro 5.17 - Coincidência da opção de voto dos independentes nas eleições de 1995 e 1991 (N = 165).	165
Quadro 5.18 – Identificação partidária, tempo de decisão e congruência na opção eleitoral nas eleições de 2005 e 2002.	168
Quadro 5.19 - Distribuição dos grupos de identificação partidária por clusters organizados em função dos motivos pelos quais os sujeitos decidiram votar (N = 1089).	170
Quadro 5.20 — Médias e desvios padrão dos itens da Questão 4.10 (Decidi votar num determinado partido porque ...) em cada um dos cluster e no total (N = 1089).	171
Quadro 5.21 - Médias e desvios padrão na Escala de Eficácia Política, Escala de Confiança Política e questão 4.1 (interesse pela política) nos clusters organizados em função das respostas aos itens da Questão 4.10 (Decidi votar num determinado partido porque ...) (N = 1089).	172
Quadro 5.22 - Distribuição dos sujeitos por clusters, agrupando as respostas aos itens da Questão 4.12 (Decidi votar num partido diferente porque ...), em função da sua identificação partidária (N = 506). ...	173
Quadro 5.23 — Médias, desvios padrão e agrupamento em clusters dos itens da Questão 4.12, (Decidi votar num partido diferente porque ...)(N= 506).	174
Quadro 5.24 - Médias e desvios padrão na Escala de Eficácia Política (SCORE_PES), Escala e Confiança Política (SCORE_TGS) e Questão 4.1 (interesse pela política) em função dos clusters de itens relativos às razões que levam os sujeitos a não votar (Questão 4.12) (N = 506).	174
Quadro 5.25 - Distribuição dos sujeitos por clusters, agrupando os itens da Questão 4.14 (Decidi não ir votar porque ...), de acordo com a sua identificação partidária (N = 172).	176
Quadro 5.26 - Médias, desvios padrão e agrupamento em clusters dos itens relativos aos motivos pelos quais os sujeitos se abstêm de votar nas eleições para a Assembleia da República (Questão 4.12) (N = 172).	176
Quadro 5.27 - Médias e desvios padrão na Escala de Eficácia Política, Escala de Confiança Política e Questão 4.1 em função dos clusters de itens relativos às razões que levam os sujeitos a não votar (N = 172).	177
Quadro 5.28 - Distribuição dos sujeitos por clusters, agrupando os itens da Questão 4.15 (Podia alterar a minha decisão de não ir votar se ...), de acordo com a sua identificação partidária (N = 164).	178

Quadro 5.29 - Médias, desvios padrão e agrupamento em clusters dos itens relativos à Questão 4.15 (Podia alterar a minha decisão de não ir votar se ...) (N = 164).....	179
Quadro 5.30 - Médias e desvios padrão na Escala de Eficácia Política, Escala e Confiança Política e questão sobre o interesse pela política (Questão 4.1) em função dos clusters de itens relativos às razões que poderiam levar os sujeitos a mudarem de posição em relação à sua decisão de se absterem (Questão 4.15/ itens 1 a 8) (N = 164).	180
Quadro 5.31 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o PS, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.8/ item 1 (Qual o seu grau de simpatia em relação ao Partido Socialista?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PS (Medida U_1 de Cohen).....	181
Quadro 5.32 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no PS, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 1 (Qual a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar no Partido Socialista?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PS (Medida U_1 de Cohen).	182
Quadro 5.33 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis Simpatia e Probabilidade de Voto e indicador de posicionamento do PS no Campo Político Eleitoral (CPE) dos diferentes grupos de identificação partidária.....	183
Quadro 5.34 - Número de sujeitos que votaram no PS nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005 de acordo com a sua identificação partidária.....	183
Quadro 5.35 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o PSD-PPD, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.8/ item 2 (Qual o seu grau de simpatia em relação ao Partido Social-Democrata?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (Medida U_1 de Cohen).	184
Quadro 5.36 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no PSD-PPD, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 2 (Qual a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República poder vir a votar no Partido Social-Democrata?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (Medida U_1 de Cohen).	185
Quadro 5.37 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis Simpatia e Probabilidade de Voto e indicador de posicionamento do PSD-PPD no Campo Político Eleitoral (CPE) dos diferentes grupos de identificação partidária.....	186
Quadro 5.38 - Número de sujeitos que votaram no PSD-PPD nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com a sua identificação partidária.	186
Quadro 5.39 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o PCP, média e desvios padrão das respostas à questão p_308/ item 3 (Qual o seu grau de simpatia em relação ao Partido Comunista?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PCP (Medida U_1 de Cohen).....	187
Quadro 5.40 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no PS, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 3 (Qual a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República poder vir a votar no Partido Comunista?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PCP (Medida U_1 de Cohen).	188
Quadro 5.41 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis Simpatia e Probabilidade de Voto e indicador de posicionamento do PCP no Campo Político Eleitoral (CPE) dos diferentes grupos de identificação partidária.....	189
Quadro 5.42 - Número de sujeitos que votaram no PCP nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com a sua Identificação partidária.	189

Quadro 5.43 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o CDS-PP, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.8/ item 4 (Qual o seu grau de simpatia em relação ao Centro Democrático Social — Partido Popular?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o CDS-PP (Medida U_1 de Cohen). .	190
Quadro 5.44 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no PS, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 4 (Qual a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República, poder vir a votar no Partido Comunista?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PCP (Medida U_1 de Cohen).	191
Quadro 5.45 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis Simpatia e Probabilidade de Voto e indicador de posicionamento do CDS-PP no campo político eleitoral dos diferentes grupos de identificação partidária.	192
Quadro 5.46 - Número de sujeitos que votaram no CDS-PP nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com a sua Identificação partidária.	192
Quadro 5.47 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que simpatizam com o BE, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.8/ item 5 (Qual o seu grau de simpatia em relação ao Bloco de Esquerda?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o BE (Medida U_1 de Cohen).	193
Quadro 5.48 - Identificação partidária, número e percentagem de sujeitos que admitem poder vir a votar no BE, média e desvios padrão das respostas à Questão 3.9/ item 5 (Qual a probabilidade de, numas futuras eleições para a Assembleia da República poder vir a votar no Bloco de Esquerda?) e percentagem de não sobreposição das distribuições dos grupos em relação ao grupo de sujeitos que se identificam com o PCP (Medida U_1 de Cohen).	194
Quadro 5.49 - Identificação partidária, ponderação dos resultados de U_1 obtidos na comparação das variáveis Simpatia e Probabilidade de Voto e indicador de posicionamento do BE no campo político eleitoral dos diferentes grupos de identificação partidária.	195
Quadro 5.50 - Número de sujeitos que votaram no BE nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com a sua identificação partidária.	195
Quadro 5.51 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no Campo Político Eleitoral destes sujeitos.	196
Quadro 5.52 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos.	197
Quadro 5.53 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o PCP nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos.	198
Quadro 5.54 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o BE nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos.	199
Quadro 5.55 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o PS nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos.	200
Quadro 5.56 - Distribuição das opções eleitorais dos sujeitos que se identificam com o Outro(s)partido(s) nas eleições para a Assembleia da República entre 1999 e 2005, de acordo com o posicionamento dos partidos no campo eleitoral destes sujeitos.	200
Quadro 6.1 - Grupo etário e existência de identificação partidária.	216
Quadro 6.2 — Grupo etário e tipo de identificação partidária (N = 805).	217

Quadro 6.3 — Identificação partidária, grupo etário e coincidência entre Identificação partidária e sentido de voto em 2005.....	218
Quadro 6.4 — Percentagem de sujeitos, do total da amostra, dos grupos de identificação partidária que colocam maioritariamente o grupo social dos Jovens em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	219
Quadro 6.5 — Distribuição dos grupos de identificação partidária pelos clusters formados na avaliação do partido político a que pertence/simpatiza a maioria dos jovens (N = 805).	220
Quadro 6.6 — Percentagem de sujeitos do total da amostra e dos grupos de identificação partidária que colocam maioritariamente o grupo social dos Reformados em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	221
Quadro 6.7 — Distribuição dos sujeitos da amostra em função do Género e Identificação Partidária (N = 1116).	222
Quadro 6.8 — Distribuição do sujeitos da amostra que se identificam com um partido em função do Género e Identificação Partidária (N = 805).	223
Quadro 6.9 — Distribuição dos sujeitos da amostra que se identificam com um partido político em função da Identificação partidária, do sexo e da coincidência entre identificação partidária e sentido de voto em 2005.	223
Quadro 6.10 — Número total de sujeitos da amostra distribuídos pela variável Identificação partidária e percentagem de sujeitos de cada um destes grupos que coloca maioritariamente o grupo social das Mulheres em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	224
Quadro 6.11 — Número total de sujeitos da amostra distribuídos pela variável Identificação partidária e percentagem de sujeitos de cada um destes grupos que coloca maioritariamente o grupo social dos Homens em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	225
Quadro 6.12 — Grau de Escolaridade e Existência de Identificação Partidária (N = 1116).	227
Quadro 6.13 — Grau de escolaridade e Identificação Partidária (N = 805).	227
Quadro 6.14 — Grau de escolaridade e coincidência entre identificação partidária e sentido de voto nas eleições legislativas de 2005 (N = 1037).	228
Quadro 6.15 - Classificação socioeconómica e existência de Identificação Partidária (N = 1116).	229
Quadro 6.16 — Classes sociais e sua distribuição em função da identificação partidária (N = 805).	230
Quadro 6.17 — Classes sociais e respectiva percentagem em cada grupo de identificação partidária (N = 805).	231
Quadro 6.18 — Percentagem de sujeitos, do total da amostra, que colocam o grupo social dos Quadros Superiores em cada um dos cinco principais partidos (N = 1116).	232
Quadro 6.19 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Quadros Médios em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	234
Quadro 6.20 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Técnicos Especializados em cada um dos cinco principais partidos (N = 1116).	234
Quadro 6.21 — Percentagem de sujeitos a amostra que colocam o grupo social dos trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	236
Quadro 6.22 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Operários em cada um dos cinco principais partidos (N = 1116).	237
Quadro 6.23 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Trabalhadores não qualificados em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	238
Quadro 6.24 — Identificação partidária e religiosidade (N = 1116).	240

Quadro 6.25 — Percentagem de sujeitos do total da amostra que colocam o grupo das pessoas Religiosas em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).....	241
Quadro 6.26 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo dos Ateus em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	242
Quadro 6.27 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo social dos Ricos em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	243
Quadro 6.28 — Número e percentagem de sujeitos, do total da amostra e dos grupos de identificação partidária, que colocam maioritariamente o grupo dos Pobres em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	243
Quadro 6.29 — Percentagem de sujeitos, do total da amostra que colocam maioritariamente o grupo dos Intelectuais em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	244
Quadro 6.30 — Número e percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo dos Artistas em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	245
Quadro 6.31 — Número e percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo das Domésticas em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	246
Quadro 6.32 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo dos Extremistas em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	246
Quadro 6.33 — Percentagem de sujeitos que colocam maioritariamente o grupo dos Moderados em cada um dos cinco principais partidos políticos (N = 1116).	247
Quadro 7.1 — Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra (N = 1116) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).....	261
Quadro 7.2 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção por parte da totalidade dos membros da amostra, da sua posição nas variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Intervencionismo Económico e Ideologia (N = 1116).....	262
Quadro 7.3 — Valores e atitudes políticas e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre a totalidade dos sujeitos da amostra (N = 1116).	263
Quadro 7.4 — Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o BE (n = 112) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).....	264
Quadro 7.5 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção, por parte dos sujeitos com identificação partidária ao BE, da sua posição nas variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, intervencionismo económico e ideologia (n = 112).....	264
Quadro 7.6 - Valores e atitudes políticas e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos. entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao BE (n = 112).....	265
Quadro 7.7 — Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o CDS-PP (n = 51) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).....	266
Quadro 7.8 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção, por parte dos sujeitos com identificação partidária ao CDS-PP, da sua posição nas variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, intervencionismo económico e ideologia (n = 51).	267
Quadro 7.9 - Valores e atitudes políticas e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao CDS-PP (n = 51).	268

Quadro 7.10 - Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o PCP (n = 53) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).....	269
Quadro 7.11 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção por parte dos sujeitos com identificação partidária ao PCP, da sua posição nas variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, intervencionismo económico e ideologia (n = 53).	269
Quadro 7.12 - Valores e atitudes políticos e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partido, entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao PCP (n = 53).	270
Quadro 7.13 - Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o PSD-PPD (n = 326) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).	271
Quadro 7.14 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção por parte dos sujeitos com identificação partidária ao PSD-PPD, da sua posição nas variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Intervencionismo Económico e Ideologia (n = 326).	272
Quadro 7.15 - Valores e atitudes políticos e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao PSD-PPD (n = 326).	273
Quadro 7.16 - Média, mediana e moda das respostas dos sujeitos da amostra que se identificam com o PS (n = 263) às questões 3.3 (Conservadorismo Social), 3.4 (Autoritarismo), 3.5 (Religiosidade), 3.6 (Intervencionismo económico) e 3.7 (Esquerda/Direita).	274
Quadro 7.17 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção por parte dos sujeitos com identificação partidária ao PS. da sua posição nas variáveis Conservadorismo Social. Autoritarismo. Religiosidade. Intervencionismo económico e Ideologia (n = 263).	274
Quadro 7.18 - Valores e atitudes políticos e respectivo peso na definição de cada uma das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos. entre os sujeitos da amostra com identificação partidária ao PS (n = 263).....	275
Quadro 7.19 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos em função da percepção por parte dos sujeitos com identificação partidária ao PS, da sua posição nas variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade e Intervencionismo económico (n = 263).	276
Quadro 7.20 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pela totalidade dos sujeitos da amostra (N=1116) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma Escala de Diferencial Semântico com seis pares de adjectivos.	277
Quadro 7.21 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas três dimensões definidas pelas respostas da totalidade da amostra aos itens da Escala de Diferencial Semântico (N = 1116).	278
Quadro 7.22 — Pares de adjectivos da Escala de Diferencial Semântico e respectivo peso na definição das dimensões da organização perceptiva do posicionamento de cada um dos partidos, entre os sujeitos da amostra (N = 1116).	279
Quadro 7.23 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas da totalidade da amostra aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (N = 1116).	280
Quadro 7.24 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o BE (n=112) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma escala de Diferencial Semântico	282

Quadro 7.25 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o BE aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 112).....	283
Quadro 7.26 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o CDS-PP (n = 51) na avaliação dos partidos através de uma escala de Diferencial Semântico.....	285
Quadro 7.27 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 51).....	285
Quadro 7.28 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o PCP (n = 53) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma escala de Diferencial Semântico.....	287
Quadro 7.29 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o PCP aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 53).....	288
Quadro 7.30 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD (n = 326) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma escala de Diferencial Semântico.....	290
Quadro 7.31 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 326).....	290
Quadro 7.32 - Médias e desvios padrão das pontuações atribuídas pelos sujeitos que se identificam com o PS (n = 263) na avaliação dos partidos políticos portugueses através de uma escala de Diferencial Semântico.....	292
Quadro 7.33 - Coordenadas de posicionamento espacial dos partidos políticos nas duas dimensões definidas pelas respostas dos sujeitos que se identificam com o PS aos itens dos factores Poder, Avaliação e Actividade (n = 263).....	293
Quadro 8.1 – Média, desvios padrão e estatística (U de Mann-Witney) dos resultados na Escala de Eficácia Política obtidos pelos diferentes grupos de identificação partidária (N = 1116).....	308
Quadro 8.2 – Médias, desvios padrão e agrupamento em clusters dos sujeitos com diferentes identificações partidárias em função dos resultados na Escala de Eficácia Política (N = 1116).....	309
Quadro 8.3 – Média, desvios padrão e estatística (U de Mann-Witney) dos resultados na Escala de Confiança Política obtidos pelos diferentes grupos de identificação partidária (N = 1116).....	310
Quadro 8.4 – Médias, desvios padrão e agrupamento em clusters dos sujeitos com diferentes identificações partidárias em função dos resultados na Escala de Confiança Política.....	312
Quadro 8.5 – Médias, desvios padrão dos resultados obtidos na Escala de Autoritarismo e nas sub escalas A1 e A2, em função da identificação partidária.....	313
Quadro 8.6 - Identificação partidária e agrupamento em clusters dos sujeitos em função das respostas às subescalas A1- Obediência e A2- Hierarquia e Punição (N = 1116).....	314
Quadro 8.7 – Médias e desvios padrão em cada cluster dos resultados nas subescalas A1- Obediência e A2- Hierarquia e Punição (N = 1116).....	314
Quadro 8.8 – Médias, desvios padrão dos resultados obtidos na Escala de Religiosidade e nas sub escalas R1 e R2 em função da identificação partidária (N = 1116).....	316
Quadro 8.9 – Identificação partidária e agrupamento em clusters dos sujeitos em função das respostas às subescalas R1 e R2 (N = 1116).....	317
Quadro 8.10 – Médias e desvios padrão em cada cluster dos resultados nas subescalas R1- Praxis Religiosa e R2- Fé (N= 1116).....	317

Quadro 8.11 – Médias, desvios padrão dos resultados obtidos na Escala de Conservadorismo Social e nas sub escalas C1 e C2, em função da identificação partidária (N = 1116).	319
Quadro 8.12 – Identificação partidária e agrupamento em clusters dos sujeitos em função das respostas às subescalas C1- Comportamento Individual e C2- Imigração (N = 1116)	319
Quadro 8.13 – Médias e desvios padrão em cada cluster dos resultados nas subescalas C1- Comportamento Individual e C2- Imigração (N = 1116).	320
Quadro 8.14 – Médias, desvios padrão e agrupamento em clusters dos sujeitos com diferentes identificações partidárias em função dos resultados na Escala de Liberalismo Económico (N= 1116). ..	321
Quadro 8.15 – Identificação partidária dos sujeitos e sua distribuição por clusters em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2– Imigração (N=1116).....	322
Quadro 8.16 Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração e sua distribuição pelos clusters 1 e 2 (N = 1116).	323
Quadro 8.17 – Comportamento eleitoral dos sujeitos que se identificam com o BE nas eleições legislativas de 2005 e distribuição dos sujeitos por clusters em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração (N = 112).....	324
Quadro 8.18 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração e sua distribuição pelos clusters 1 e 2 (N = 112).	324
Quadro 8.19 – Comportamento eleitoral dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP nas eleições legislativas de 2005 e distribuição dos sujeitos por clusters em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração (N = 51).	325
Quadro 8.20 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração e sua distribuição pelos clusters 1 e 2 (N = 51).	326
Quadro 8.21 Comportamento eleitoral nas eleições de 2005 dos sujeitos que se identificam com o PCP e distribuição dos sujeitos por clusters em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração (N= 53).	327
Quadro 8.22 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração e sua distribuição pelos clusters 1 e 2 (N = 53). ...	327
Quadro 8.23 – Comportamento de voto em 2005 dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD e distribuição por clusters em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2– Imigração (N = 326).	329
Quadro 8.24 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração e sua distribuição pelos clusters 1 e 2 (N = 326).	329

Quadro 8.25 Comportamento eleitoral nas eleições de 2005 dos sujeitos que se identificam com o PS e distribuição dos sujeitos por clusters em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração (N = 263).	330
Quadro 8.26 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração e sua distribuição pelos clusters 1 e 2 (N = 263).	331
Quadro 8.27 – Comportamento eleitoral nas eleições de 2005 dos sujeitos independentes e sua distribuição por clusters em função dos resultados nas escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e nas subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração (N = 284).	332
Quadro 8.28 – Médias e desvios padrão das escalas de Confiança Política, de Eficácia Política e de Liberalismo Económico e das subescalas A1- Obediência, A2- Hierarquia e Punição, R1- Praxis Religiosa, R2- Fé, C1- Comportamento Individual e C2- Imigração e sua distribuição pelos clusters 1 e 2 (N = 284).	333
Quadro A1.1 – Dados sócio-demográficos na freguesia de Santo António dos Olivais e no País.	358
Quadro A5.1 – Distribuição dos sujeitos da amostra por sexo, habilitações académicas, estado civil e grupos etários.	427
Quadro A5.2 – Itens iniciais da Escala de Religiosidade	430
Quadro A5.3 – Itens iniciais da Escala de Autoritarismo.	122
Quadro A5.4 – Itens iniciais da Escala de Conservadorismo Social	1235
Quadro A5.5 – Itens iniciais da Escala de Liberalismo Económico.....	1237
Quadro A5.6 – Escala de Religiosidade: Médias e desvios-padrão	440
Quadro A5.7 – Análise Factorial da Escala de Religiosidade (Rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos dois factores.....	44127
Quadro A5.8 – Escala de Autoritarismo: Médias e desvios-padrão	132
Quadro A5.9 – Análise factorial da Escala de Autoritarismo com dezoito itens (rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos três factores.....	133
Quadro A5.10 – Análise factorial da Escala de Autoritarismo, com dez itens (rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos dois factores	135
Quadro A5.11 – Escala de Conservadorismo Social: Médias e desvios-padrão	445
Quadro A5.12 – Análise factorial da Escala de Conservadorismo Social, com treze itens (Rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos três factores	446
Quadro A5.13 – Análise factorial da Escala de Conservadorismo Social, com oito itens (Rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos dois factores.....	447
Quadro A5.14 – Escala de Liberalismo Económico: Médias e desvios-padrão	448
Quadro A5.15 – Análise factorial da Escala de Liberalismo Económico, com dezasseis itens (rotação Varimax) e respectivas saturações em cada um dos seis factores.....	449
Quadro A5.16 – Religiosidade em função da Identificação partidária: médias e desvios-padrão	450
Quadro A5.17 – Autoritarismo em função da Identificação partidária: médias e desvios-padrão	451
Quadro A5.18 – Conservadorismo Social em função da Identificação partidária: médias e desvios-padrão	452
Quadro A5.19 – Liberalismo económico em função da Identificação partidária: médias e desvios-padrão das pontuações	452

Quadro A5.20 – Síntese dos dados psicométricos (α Cronbach e média das correlações inter-item) relativos às escalas de Religiosidade, Autoritarismo, Conservadorismo Social e Liberalismo Económico, factores identificados e a respectiva classificação de acordo com os critérios de avaliação de escalas de atitudes apresentados por Robinson et al. (1999, pp. 13-14).....	454
Quadro A5.21 – Itens incluídos na versão final da Escala de Religiosidade e sua distribuição pelos dois factores identificados: praxis religiosa (factor 1) e fé (factor 2). Escala de Resposta: 5 pontos com valores extremos variando de “Completamente em desacordo”(1) a “Completamente de acordo”(5).....	455
Quadro A5.22 – Itens incluídos na versão final da Escala de Autoritarismo e sua distribuição pelos dois factores identificados: obediência (factor 1) e hierarquia e punição (factor 2). Escala de Resposta: 5 pontos com valores extremos variando de “Completamente em desacordo”(1) a “Completamente de acordo”(5).....	456
Quadro A5.23 – Itens incluídos na versão final da Escala de Conservadorismo Social e sua distribuição pelos dois factores identificados: imigração (factor 1) e comportamento individual (factor 2). Escala de Resposta: 5 pontos com valores extremos variando de “Completamente em desacordo”(1) a “Completamente de acordo”(5).	456
Quadro A5.24 – Itens finais da Escala de Liberalismo Económico. Escala de Resposta: 5 pontos com valores extremos variando de “Completamente em desacordo”(1) a “Completamente de acordo”(5).....	457
Quadro A8.1 – Características da amostra por sexo, grupos etários, estado civil, escolaridade, grupo ocupacional e religiosidade (N = 1116).....	329
Quadro A9.1 – Resultados eleitorais na freguesia de Santo António dos Olivais (Coimbra) e distribuição percentual dos sujeitos da amostra em função do seu comportamento eleitoral nas eleições legislativas de 2005, 2002, 1999, 1995 e 1991.....	473

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1- <i>Percentagem de entrevistas realizadas por cada um dos 45 entrevistadores</i>	119
Figura 6.1 - <i>Agrupamentos, obtidos através da técnica de análise hierárquica de clusters, na organização da percepção que a totalidade dos sujeitos da amostra têm em relação ao posicionamento dos grupos sociais e profissionais em função da avaliação da sua ligação aos partidos políticos.</i>	248
Figura 7.1 - <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que a totalidade dos sujeitos da amostra têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta do Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Liberalismo Económico e Ideologia.</i>	262
Figura 7.2 — <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o BE têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis conservadorismo social, autoritarismo, Religiosidade, liberalismo económico e ideologia.</i>	265
Figura 7.3 - <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o CDS-PP têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Liberalismo Económico e Ideologia.</i>	267
Figura 7.4 - <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o PCP têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis Conservadorismo Social, Autoritarismo, Religiosidade, Liberalismo económico e Ideologia.</i>	270
Figura 7.5 - <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o PSD-PPD têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, liberalismo económico e ideologia.</i>	272
Figura 7.6 - <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o PS têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade, liberalismo económico e ideologia.</i>	275
Figura 7.7 - <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial da percepção que os sujeitos que se identificam com o PS têm em relação ao posicionamento dos partidos em função da avaliação conjunta das variáveis conservadorismo social, autoritarismo, religiosidade e liberalismo económico.</i>	276
Figura 7.8 — <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos da amostra aos seis itens da Escala de Diferencial Semântico.</i>	279
Figura 7.9 — <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos da amostra aos dois itens do factor Poder.</i>	280
Figura 7.10 — <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos da amostra aos dois itens do factor Avaliação.</i>	281
Figura 7.11 — <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos da amostra aos dois itens do factor Actividade.</i>	281
Figura 7.12 — <i>Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o BE aos dois itens do factor Poder.</i>	283

Figura 7.13 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o BE aos dois itens do factor Avaliação.....	283
Figura 7.14 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o BE aos dois itens do factor Actividade.....	284
Figura 7.15 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP aos dois itens do factor Poder.....	286
Figura 7.16 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP aos dois itens do factor Avaliação.	286
Figura 7.17 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o CDS-PP aos dois itens do factor Actividade.	286
Figura 7.18 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PCP aos dois itens do factor Poder.	288
Figura 7.19 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PCP aos dois itens do factor Avaliação.....	288
Figura 7.20 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PCP aos dois itens do factor Actividade.....	289
Figura 7.21 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD aos dois itens do factor Poder.	290
Figura 7.22 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD aos dois itens do factor Avaliação.....	291
Figura 7.23 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PSD-PPD aos dois itens do factor Actividade.....	291
Figura 7.24 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PS aos dois itens do factor Poder.	293
Figura 7.25 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PS aos dois itens do factor Avaliação.	293
Figura 7.26 — Dimensões, obtidas através da técnica de MDS-PROXSCAL, na organização espacial das respostas dos sujeitos que se identificam com o PS aos dois itens do factor Actividade.....	294